

Vol. 8, Nº 14 | janeiro - junho de 2023 | ISSN 2527-0525

OFÍCIOS DE *clio*

REVISTA DISCENTE DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO E DO PPG EM HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Edição de Artigos Livres



OFÍCIOS DE *clio*

Revista Discente dos cursos de graduação e
do PPG em História da Universidade Federal
de Pelotas

Vol. 8, Nº14 | janeiro – junho 2023 | ISSN 2527-0524



Reitora:

Isabela Fernandes Andrade

Vice-Reitora:

Úrsula Rosa da Silva

Pró-Reitora de Ensino:

Maria de Fátima Cósio

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação:

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Eraldo dos Santos Pinheiro

Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento:

Paulo Roberto Ferreira Júnior (Reitor eleito)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor:

Sebastião Peres

Vice-Diretora:

Andréa Bachettini

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Coordenadora:

Lisiane Sias Manke

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Maria Inez Figueiredo Figas Machado – CRB 10/1612

Biblioteca Campus Porto – UFPel

O32 Ofícios de Clio [recurso eletrônico]: Revista Discente dos Cursos de História da Universidade Federal de Pelotas / Universidade Federal de Pelotas. Laboratório de Ensino de História – v.8, n.14 (2023) - Pelotas: LEH, 2016 - .

Semestral

ISSN: 2527-0524

1. História - Periódico. I. Universidade Federal de Pelotas.
Laboratório de Ensino de História.

CDD: 981

EXPEDIENTE

Editora-Chefe

Prof^ª Dr^ª Márcia Janete Espig - *Universidade Federal de Pelotas*

Editora Assistente

Laura Bergozza Pereira - *Universidade Federal de Pelotas*

Equipe Editorial

Amanda Rodrigues Guelso – *Universidade Federal de Pelotas*

Ariane Regina Bueno Cunha – *Universidade Federal de Pelotas*

Bethânia Luísa Lessa Werner – *Universidade Federal de Pelotas*

Douglas Reisdorfer – *Universidade Federal de Pelotas*

Francine Sedrez Bunde – *Universidade Federal de Pelotas*

Isabelle Brancão Chaves – *Universidade Federal de Pelotas*

Leonardo Amaral - *Universidade Federal de Pelotas*

Víctor Blaskoski Lehugeur – *Universidade Federal de Pelotas*

Vitor Borges da Cunha – *Universidade Federal de Pelotas*

Capa

Domínio Público

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr. Aldrin Castellucci - *Universidade do Estado da Bahia*

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro - *Universidade Federal da Bahia*

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^ª Carla Beatriz Meinerz - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof^ª Dr^ª Carla Rodrigues Gastaud - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Clarice Speranza - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^ª. Dalila Müller - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^ª Eliane Teresinha Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Felipe Alves Pereira Avila - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Gilberto Calil - *Universidade Estadual do Oeste do Paraná*

Prof. Dr. Guinter Tlajja Leipnitz - *Universidade Federal do Pampa*

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Prof^ª Dr^ª Luiza Horn Iotti - *Universidade de Caxias do Sul*

Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira - *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Prof. Dr. Rodrigo Santos de Oliveira - *Universidade Federal do Rio Grande*

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira – *Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – *Universidade Federal de Santa Catarina*

Prof. Dr. René Ernaini Gertz – *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Junior - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dra. Alessandra Gasparotto - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof.^a Dr^a Ana Inez Klein - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Ana Maria Sosa González – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Carolina Kesser Barcelos - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Charles Pereira Pennaforte - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^ª. Daniele Gallindo G. Silva - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Elisabete Leal - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª. Dr^ª. Larissa Patron Chaves - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Lisiane Sias Manke - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Lorena Almeida Gill - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Mauro Dillmann Tavares - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Patrícia Weiduschadt – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo César Possamai - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Rejane Jardim - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Sebastião Peres - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Thiago Amorim – *Universidade Federal de Pelotas*

Prof^ª Dr^ª Viviane Saballa - *Universidade Federal de Pelotas*

Prof. Dr. Wilian Bonete – *Universidade Federal de Pelotas*

PARECERISTAS AD HOC DESTA EDIÇÃO

Artur Rodrigo Itaquí Lopes Filho

Bruna Marques Cabral

Carlos Alberto Medeiros Lima

Carlos Eduardo da Silva Pereira

Carolina Niedermeier Barreiro

Charles Pennaforte

Claudia Daiane Garcia Molet

Darlise Gonçalves de Gonçalves

Edméia Aparecida Ribeiro

Eduardo Marks de Marques

Eliza Furlong Antochervis

Fábio Alexandre da Silva

Filipe Noé da Silva

Flávia Pereira Machado

Francisco Didier Guedes Albuquerque Junior

Gilson Moura Henrique Junior

Guilherme Ziebell de Oliveira

Jade Bueno Arbo

Jonas Vargas

José Ricardo Resende Jr.

Loiva Canova

Luiza Tonon da Silva

Lyslei Nascimento

Mário Marcelo Neto

Marco Aurélio Corrêa Martin

Marcos Felipe Vicente

Maurício da Cunha Albuquerque

Milena Rosa Araújo Ogawa

Nathália Esgalha Fernandes

Nathalia Lima Estevam

Nathan Henrique da Silva Lermen

Neli Maria Teleginski

Paulo Cesar Possamai

Paulo Ricardo Pezatt

Pedro Telles da Silveira

Sabrina Machado Araújo

Solange Pereira da Rocha

Tatiana Carrilho Pastorini Torres

Tatiana de Carvalho Castro

Vinícius Henrique Mallmann

Vinícius Rodrigues Dias

Vitor Wieth Porto

Sumário

Apresentação do Número 14

Equipe Editorial.....p. 9

Artigos livres

A pimenta americana e o sistema-mundo: um estudo sobre o tráfego colombino da pimenta *Capsicum* na modernidade por meio da História da Alimentação

Arthur Menozzo da Rosa.....p. 19

Orfandade e pobreza: o aspecto educacional do Asilo de Santa Teresa no século XIX (1830-1880)

Carlos Augusto Lima Barros.....p. 30

A submissão pela raça e o imaginário social brasileiro

Marcos Roberto Costa Candido.....p. 43

Apontamentos sobre a Federação Estadual de Teatro Amador - FESTA/CE: movimentações e articulações no Vale do Jaguaribe

Yasmin Ferreira Maia e Yanka Araújo Lima.....p. 57

Entre o ficar e o sair: A permanência dos jovens sem-terra no assentamento Pirituba/SP

Giovana Rodrigues Martins.....p. 71

O Cotidiano Faxinalense e o Faxinal da Cachoeirinha - Imbituva/PR (1930-1980)

Dener Cristi dos Santos.....p. 92

“Liberdade Ainda que Tardia”: as Minas do Ouro como um refúgio criptojudaico no Brasil setecentista

Thiago Narciso dos Santos.....p. 111

**Agências negras na arte brasileira: a trajetória de João Timotheo da Costa (1879-1932)
na Primeira República**

Thiago Campos da Silva.....p. 130

**A permanência de nomes relacionados à Ditadura Civil-Militar no Brasil em locais das
cidades**

Esther Maria Gonçalves Alves.....p. 146

**Crítica política e social na ditadura militar brasileira: uma análise da música “Apesar de
Você” de Chico Buarque (1967-1979)**

Maria Aparecida Cezario e Kaliene Batista Ferreira.....p. 157

**A Circunstância e Resistência: A Produção da Literatura de Cordel na Ditadura Civil-
Militar (1964-1985)**

Emanoel Lucas e Davi França.....p. 170

A trajetória de Helder Camara: Miséria e injustiças sociais, a mãe de todas as violências

Rosildo Henrique da Silva.....p. 183

**Os comissários delegados do Físico-mor do Reino português: Sobre seus Regimentos e
atuação entre meados do século XVIII e início do XIX**

Pâmela Campos Ferreira.....p. 195

**“Sejão Educados na Verdadeira Moral”: a lei como reflexo moral da elite em Goyaz e
suas formas de naturalização (1830-1850)**

Ruan Lucas Marciano.....p. 212

**As Políticas de promoção à igualdade racial e seus impactos nos terreiros de Candomblé
no Brasil (2003-2009)**

Bianca Rocha Silva.....p. 229

**O Silêncio do Retrocesso: Notas sobre as relações Brasil – África no Governo Bolsonaro
a partir de uma perspectiva comercial (2019-2021)**

Mateus José da Silva Santos.....p. 243

Escravidão na África: um paralelo entre os moldes africanos e europeus

Mariana Valença Félix.....p. 264

“A Primeira Missa no Brasil”: documento, encenação e usos políticos do passado no V Centenário do Descobrimento do Brasil (2000)

Pedro Henrique Batistella.....p. 273

Pleased to meet you, hope you guess my name: o Diabo como sujeito histórico

Isabele Pacheco Dias.....p. 293

O biombo namban: um registro da presença portuguesa no Japão

Marcus da Silva Dornelez.....p. 307

***O Corcunda de Notre Dame* (1831): A representação do hermetismo e influência da Revolução de 1830 na obra de Victor Hugo**

Larissa Aparecida Ramos.....p. 322

Através das Américas: A América Latina no jornal Tribuna Popular (1945-1947)

Adriano Soares Sampaio.....p. 338

Cinema e História: A licantropia apresentada pela série "Lore"

Gabriela Pereira da Silva.....p. 351

Náufragos-Imigrantes no Brasil-Paraíso: Análise de Imagens em *O Malho* (1907-1927)

Isabella Oliveira da Silva.....p. 367

Imprensa e Guerra: uma análise acerca da atividade periódica do Jornal do Amazonas, Diário do Grão-Pará e Jornal do Pará durante a Guerra contra o Paraguai

Jonas de Luca Trindade da Silva.....p. 380

As mulheres e a Segunda Guerra Mundial: dimensões do trabalho feminino e a ação propagandista

Anna Clara Félix de Souza.....p. 402

A História dos, nos e por meio dos periódicos e a Hemeroteca Digital Brasileira: reflexões metodológicas

João Vitor de Armas Teixeira.....p. 415

A indispensabilidade das redes interpessoais na República Romana: O caso do exílio ciceroniano (I A.E.C)

Rafaela Manha da Costa.....p. 432

Representações da família romana na peça *O Mercador de Plauto* (séculos III-II A.E.C.)

Lais Felipe Lucon.....p. 452

(Re)pensando as mulheres na História a partir da literatura medieval: As representações das rainhas da Antiguidade sob o olhar de Christine de Pizan em *A Cidade das Damas* (1405)

Joseane Passos Ferreira.....p. 469

Dossiê Ensino de História

“Se não tivesse existido o Célio ou Glademir, não estaríamos aqui”: o *jornal do nuances* na educação patrimonial para pensar o movimento LGBTQIA+ em Porto Alegre”

William Cândido Mengue.....p. 484

A estesia do anime japonês e as suas possibilidades no ensino de história: por uma perspectiva êmica da aprendizagem

Kamylla Rodrigues Pereira da Silva.....p. 496

Trajetórias LGBTQI+ Gaúchas em sala de aula: Educação Patrimonial através da biografia da ativista travesti Marcelly Malta Lisboa

Andrei Marcelo da Rosa.....p. 511

Apresentação do Número 14

Prezados(as) leitores(as), autores(as), editores(as) e demais parceiros(as) da *Revista Discente Ofícios de Clio*, é com muita satisfação que apresentamos mais um número publicado. Vimos, dessa forma, cumprir com nossa vocação para o trabalho de construção colaborativa e coletiva do conhecimento, auxiliando em sua divulgação científica através de um espaço aberto para publicação de discentes, da graduação à pós-graduação. A presente edição, de número 14, excepcionalmente não contém dossiê temático, sendo composta por artigos livres, tendo em vista a alta procura por submissões dessa seção. Apresentamos ainda o dossiê permanente Ensino de História, que veio substituir o antigo dossiê Educação. A alteração da nomenclatura dessa seção pretende contribuir para o incremento de discussões sobre a área, bem como proporcionar uma maior aderência.

Para iniciar, temos o artigo intitulado *A pimenta americana e o sistema-mundo: um estudo sobre o tráfico colômbino da pimenta Capsicum na modernidade por meio da História da alimentação*. O autor Arthur Menozzo da Rosa, graduando em História-Bacharelado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), busca analisar a relação entre a pimenta americana (*Capsicum*) e a fome como um problema referente às desigualdades sociais. Tendo, nesse sentido, como principal objetivo a análise sobre o uso de condimentos em diversos locais que passaram ou ainda passam por condições de pobreza e más condições alimentares.

A seguir contamos com o artigo *Orfandade e pobreza: o aspecto educacional do Asilo de Santa Tereza no século XIX (1830-1880)*, do autor Carlos Augusto Lima Barros, mestrando da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Este manuscrito apresenta um estudo a respeito da situação de meninas órfãs que se encontravam abrigadas no Asilo de Santa Tereza, instituição maranhense do século XIX que se constituía em espaço de abrigo para meninas em situação de pobreza e orfandade. O autor traça as origens da instituição, bem como sua forma de atuação na educação, diferenciando os enfoques que consideram o gênero de quem será acolhido (a).

Marcos Roberto Costa Candido, graduando do curso de Licenciatura em História pela Anhanguera Educacional, contribui com o artigo intitulado *A submissão pela raça e o imaginário social brasileiro*, em que busca analisar o fenômeno da discriminação racial vigente no processo de escravidão do século XV e os seus impactos no imaginário social brasileiro contemporâneo. Para tanto, o autor fez uma discussão sobre a origem e o desenvolvimento das

diferenciações estabelecidas a partir do conceito de raça para, em seguida, abordar o processo de construção do imaginário social e seu impacto na sociedade.

Yasmin Ferreira Maia e Yanka Araújo Lima, mestranda pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e mestra pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) respectivamente, no artigo intitulado *Apontamentos sobre a federação estadual de teatro amador - Festa/CE: movimentações e articulações no Vale do Jaguaribe*, buscam compreender como as ações da Federação Estadual do Teatro Amador – FESTA/CE provocaram grande impactos na cena teatral da região do Vale do Jaguaribe. As autoras utilizam a metodologia da História Oral, entrevistando Francisco Franciner Lourenço Lima, que faz parte do meio teatral e atuou como membro da FESTA. Ao realizar este trabalho, as pesquisadoras também procuram explorar os traços das movimentações e articulações particulares da Federação Estadual do Teatro Amador cearense.

Em sequência temos o artigo intitulado *Entre o ficar e o sair: A permanência dos jovens sem-terra no assentamento Pirituba/SP*, produzido pela mestranda Giovana Rodrigues Martins, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Esse estudo evidencia parte da pesquisa desenvolvida durante sua graduação, centrando-se na espacialidade do assentamento Pirituba, no estado de São Paulo. Para a análise da pesquisa, a autora arma-se da metodologia da História Oral, além de utilizar-se dos conceitos de identidade e geração a fim de pensar a formação e desenvolvimento do processo identitário da juventude, relacionando-o com a permanência ou abandono desse grupo do assentamento.

Dando seguimento, o trabalho intitulado *O Cotidiano Faxinalense e o Faxinal da Cachoeirinha - Imbituva/PR (1930-1980)*, escrito por Dener Cristi dos Santos, mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), busca analisar o cotidiano e as mudanças no faxinal da Cachoeirinha, em Imbituva-PR, entre as décadas de trinta e oitenta do século XX. A pesquisa tem por base o estudo de práticas cotidianas, como a agricultura e a criação de animais, que revelam as relações culturais, conflitos sociais e resistências. A pesquisa foi feita a partir da utilização da História Oral e entrevistas com moradores, a fim de compreender suas representações e memórias coletivas, além de contar com o uso de fontes fotográficas e escritas.

Investigando a Capitania do Ouro, o graduando em Licenciatura e Bacharelado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Thiago Narciso dos Santos, em trabalho denominado *“Liberdade Ainda que Tardia”*: as Minas do Ouro como um refúgio Criptojudaico no Brasil setecentista, empreende análise sobre a cultura judaica da

região, explorando os fatores fundamentais para sua constituição. Através de pesquisa bibliográfica, o autor elabora reflexões acerca do envolvimento da comunidade judaica na construção da Nova Colônia Portuguesa, examinando, ainda, a importância do Ciclo do Ouro para a conformação dos cristãos-novos nas Minas Gerais.

Já através do artigo intitulado *Agências negras na arte brasileira: a trajetória de João Timotheo da Costa (1879-1932) na Primeira República*, o doutorando em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Thiago Campos da Silva, discute as relações raciais e o protagonismo negro no campo artístico brasileiro. O autor realiza uma análise da trajetória do pintor João Timotheo da Costa (1879-1932) a partir da imprensa, buscando observar a inserção e a circulação de artistas negros na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro durante a Primeira República. São propostas discussões sobre racismo e identidades negras, evidenciando os espaços sociais ocupados por João Timotheo da Costa. O autor propõe, portanto, uma investigação baseada nas relações entre as esferas cultural, política e social, afirmando as experiências e práticas da população negra naquele período.

Na sequência, apresentamos o artigo intitulado *A permanência de nomes relacionados à Ditadura Civil-Militar no Brasil em locais das cidades*, resultado de pesquisa da graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Esther Maria Gonçalves Alves. Nele, a autora reflete sobre memórias relacionadas aos governos daquele contexto a partir da utilização de informações disponíveis no site DITAMAPA. A autora aponta para a continuidade de homenagens aos ex-presidentes militares a partir da nomeação de ruas, avenidas, escolas e outros locais que fazem parte, ainda hoje, do cotidiano das cidades. Evidenciando a intencionalidade desses processos, são discutidas as relações entre as memórias que essas homenagens mantêm e aquelas que acabam sendo pouco visibilizadas, como as violências e repressões sofridas por vários grupos sociais.

Ainda considerando o contexto da ditadura civil-militar brasileira, no artigo intitulado *Crítica política e social na ditadura militar brasileira: uma análise da música “Apesar de Você” de Chico Buarque (1967-1979)*, as graduandas em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Maria Aparecida Cezario e Kaliene Batista Ferreira apresentam o contexto da música popular brasileira e as críticas que essa expressão artística elaborava no período. Ao longo da narrativa, as autoras discutem questões relacionadas à liberdade de expressão, aos problemas políticos e sociais denunciados e as caracterizações do processo de redemocratização a partir da história da Música Popular Brasileira MPB. Através da análise da canção *Apesar de Você* de Chico Buarque, as autoras propõem reflexões tanto sobre o

autoritarismo daquele sistema político, quanto sobre a inflexibilidade do mesmo, percebida a partir da música.

Já o artigo *A Circunstância e Resistência: A Produção da Literatura de Cordel na Ditadura Civil-Militar (1964-1985)*, escrito pelos graduandos Emanuel Lucas e Davi França, ambos vinculados a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), objetiva analisar os contextos de produção da Literatura de Cordel durante o período militar brasileiro, dentre os anos de 1964 a 1985, observando especialmente os comportamentos de autores diante da censura. Para tanto se busca uma reflexão histórica sobre os conceitos circunstância e resistência, apropriados por intelectuais e poetas à época, considerando-se ainda as produções de pesquisas voltadas a esse objeto.

Em seguida, o artigo intitulado *A trajetória de Helder Camara: Miséria e injustiças sociais, a mãe de todas as violências*, do doutorando Rosildo Henrique da Silva (Universidade Católica de Pernambuco), busca analisar de forma qualitativa a trajetória do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Helder Camara. Articulando a leitura e interpretação de cartas e discursos, o artigo reflete, em especial, os motivos e formas pelos quais Camara criou movimentos para o combate a miséria e injustiças sociais no seio da ditadura civil-militar.

Já o trabalho intitulado *Os comissários delegados do Físico-mor do Reino português: Sobre seus Regimentos e atuação entre meados do século XVIII e início do XIX*, escrito por Pâmela Campos Ferreira, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, busca analisar o estabelecimento do cargo de comissário do Físico-mor de Portugal. A pesquisa teve por base o estudo dos comissários que eram vinculados ao serviço de fiscalizar a atuação de médicos e/ou cirurgiões e agentes das artes de curar. Desta forma, este artigo analisa o regimento que instituiu os cargos de comissário do Físico-mor, mais precisamente, nos anos de 1744 e 1810.

Através do manuscrito intitulado *“Sejão Educados na Verdadeira Moral”*: a lei como reflexo moral da elite em Goyaz e suas formas de naturalização (1830-1850), Ruan Lucas Marciano, mestrando da Universidade Federal de Goiás (UFG), debruça-se sobre os discursos morais da elite goiana na primeira metade do século XIX. De caráter ensaístico, o texto apresenta a relação entre os discursos morais e as estratégias de controle social na cidade de Goiás. O autor demonstra que, por meio da ocupação de cargos públicos, a elite empregou discursos morais visando naturalizar a desclassificação de sujeitos subalternizados, como pobres, indígenas e loucos.

No artigo *As Políticas de promoção à igualdade racial e seus impactos nos terreiros de*

Candomblé no Brasil (2003-2009), a autora Bianca Rocha da Silva, graduanda no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), propõe uma análise referente às resoluções estabelecidas pelas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) que ocorreram no Brasil entre os anos de 2003 e 2009 e as políticas elaboradas pelo Estado brasileiro relacionadas à promoção da igualdade racial no país. Utilizando os cadernos elaborados após o I e o II Congresso Nacional de Promoção da Igualdade Social, a pesquisadora buscou compreender como as resoluções reiteradas nas Conferências Nacionais abordaram questões relacionadas às reivindicações dos povos de terreiro de Candomblé.

Não longe, o doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Mateus José da Silva Santos, em seu artigo *O Silêncio do Retrocesso: Notas sobre as relações Brasil – África no Governo Bolsonaro a partir de uma perspectiva comercial (2019-2021)*, propõe analisar as relações comerciais entre o Brasil e a África durante o Governo Jair Bolsonaro. Por meio de uma metodologia mista entre análise qualitativa e análise quantitativa, explorando dados obtidos pelo Portal de Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil e discursos vinculados aos formuladores da Política Externa Brasileira nos últimos anos, o estudioso busca definir as principais características das relações comerciais da política externa brasileira com o continente africano.

O artigo *Escravidão na África: um paralelo entre os moldes africanos e europeus*, escrito pela graduanda Mariana Valença Félix, da Universidade Federal de Campina Grande, almeja refletir sobre os elementos de diferenciação das escravidões presentes no continente africano, evidenciando suas especificidades singulares às estruturas de diferentes sociedades. Busca-se, com isso, desconstruir a noção generalizadora da escravidão, que iguala distintos sistemas em prol de uma narrativa amenizadora das práticas colonialistas. Para tanto, a autora realiza uma revisão bibliográfica sobre o assunto, centralizando o debate nos conceitos de escravidão, escravo e escravizado.

Em *Pleased to meet you, hope you guess my name: o Diabo como sujeito histórico*, a graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Isabele Pacheco Dias, analisa a figura do Diabo na história do *rock* enquanto gênero musical. Tomando como foco, especialmente, a canção *Sympathy for the Devil*, da banda Rolling Stone, a autora busca compreender a construção do Diabo como sujeito histórico presente nos acontecimentos referenciados na canção. Compreendendo, assim, através do método “janela do *rock*”, de Paul Friedlander, qual a percepção da banda acerca do contexto

histórico quando da criação da música, bem como o impacto desta nas representações da figura do Diabo no *rock*.

No artigo “*A Primeira Missa no Brasil*”: documento, encenação e usos políticos do passado no V Centenário do Descobrimento do Brasil (2000), o autor Pedro Henrique Batistella, graduado e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e doutorando pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), analisa alguns pontos sobre a cerimônia religiosa dos 500 anos de Evangelização do Brasil, realizado no território indígena Coroa Vermelha na Bahia, com o objetivo de fazer reflexões nas inter-relações entre usos do passado, nação, raça e temporalidade.

Ademais, o autor Marcus da Silva Dornelez, doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em trabalho intitulado *O biombo namban: um registro da presença portuguesa no Japão*, volta-se para uma fonte ainda pouco investigada pela historiografia nacional. Em se tratando de um registro imagético, os biombos *namban* retratam os primeiros contatos dos portugueses com as terras nipônicas. A obra analisada pelo autor pode ser atribuída a Kanō Naizen, e estima-se que tenha sido produzida entre 1598 e 1615. Aqui, o autor realiza leitura formal e simbólica do biombo, no que procura apreender a perspectiva nipônica acerca daqueles encontros.

A seção de artigos livres segue-se com *O Corcunda de Notre Dame (1831): A representação do hermetismo e influência da Revolução de 1830 na obra de Victor Hugo*, em que a autora Larissa Aparecida Ramos, graduanda em História pelo Centro Universitário Sagrado Coração (Bauru/SP), analisa a obra *Notre Dame de Paris*, observando os aspectos que Victor Hugo utiliza em relação à hermética recorrente nas suas obras, entre os séculos XV e XVI, tendo como principal objetivo, visualizar o anticlericalismo projetado nas obras literárias e nos personagens criados nesse cenário pelo autor.

Apresentando discussões quanto às formas de representação da América Latina na imprensa comunista, em especial no diário *Tribuna Popular*, do Rio de Janeiro, entre 1945 e 1947, o trabalho *Através das Américas: A América Latina no jornal Tribuna Popular (1945-1947)*, desenvolvido por Adriano Soares Sampaio, mestrando em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), identifica como esse periódico analisou conflitos, tensões e histórias da sociedade latino-americana. Entre outras discussões, o estudioso apresenta o papel de Brasil Gerson, ligado ao Partido Comunista Brasileiro e autor de trabalhos voltados para um público amplo, chegando à conclusão de que as práticas culturais dialogam com o interesse do grupo produtor.

Já o artigo da mestranda da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Gabriela Pereira da Silva, *Cinema e História: A licantropia apresentada na série “Lore”*, busca apresentar uma análise de parte do seriado Lore, em especial aquele que trata da licantropia, a transformação de homens e mulheres em lobos. Debatendo a partir de Kornis (1992) e Ferro (1992), a autora reflete sobre as fontes utilizadas pela série na construção de sua mitologia, além de evidenciá-la como uma fonte possível para a análise histórica, visto a permanência de representações, práticas e discursos através de sua narrativa fantástica.

Por outro lado, a autora Isabella Oliveira da Silva, graduanda em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em *Náufragos-Imigrantes no Brasil-Paraíso: Análise de Imagens*, reflete sobre a vinda de imigrantes europeus para o Brasil em um contexto de final da escravidão e instauração de um governo republicano. Neste período ocorre uma intenção em fortalecer a identidade nacional, e teorias eugenistas acabam impondo uma ideia positiva ao processo de mestiçagem, com o objetivo de embranquecer a sociedade brasileira. Analisando imagens publicadas na revista *O Malho*, a autora pretende analisar como a propaganda do Brasil como terra prometida para os imigrantes europeus se contrapõe à realidade por eles vivenciada no país.

A seção segue com o artigo *Imprensa e Guerra: uma análise acerca da atividade periódica do Jornal do Amazonas, Diário do Grão-Pará e Jornal do Pará durante a Guerra contra o Paraguai*, do mestrando em História da Universidade Federal Fluminense, Jonas de Luca Trindade da Silva, que se propõe a analisar a atividade periódica de três jornais que circulavam muito na Província do Pará no momento da Guerra contra o Paraguai. Evidencia-se a ampla participação dos jornais nesse contexto, pois trabalhavam divulgando notícias sobre o conflito, por vezes trabalhando junto ao governo, hora em campanhas de mobilização para a guerra, hora em denúncias de arbitrariedades nesse processo.

Abordando a inserção das mulheres no mundo do trabalho, o escrito intitulado *As mulheres e a Segunda Guerra Mundial: dimensões do trabalho feminino e a ação propagandista*, de Anna Clara Félix de Souza, graduanda em História pela Universidade de Brasília, investiga o projeto de iniciativa de mulheres no setor industrial dos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Em função do envio da mão-de-obra masculina para o *front* do conflito, os americanos do norte se viram na necessidade de ocupar os postos de trabalho, para o que no que a mão-de-obra feminina emergiu como alternativa. Para fazê-lo, o aparato propagandista assumiu grande importância. A autora analisa parte da propaganda empregada

na campanha, a iconografia *Rosie, the Riveter*, uma série de *posters* criados para incentivar as mulheres a aderirem à indústria.

Através de uma perspectiva teórico-metodológica, o artigo de João Vitor de Armas Teixeira, mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), intitulado *A História dos, nos e por meio dos periódicos e a hemeroteca digital brasileira: reflexões metodológicas*, busca trazer à luz algumas discussões que circundam e transpassam a produção de pesquisas através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Perpassando os debates relacionados às fontes, suas configurações, compreensões e usos, sobretudo relacionando-os à imprensa, dando destaque especial aos periódicos, o autor realiza uma reflexão sobre o assunto a partir da análise de conteúdo, ponderando também acerca da inserção tecnológica no ofício e no fazer histórico.

Já a historiadora Rafaela Manha da Costa, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, traz como contribuição o artigo intitulado *A indispensabilidade das redes interpessoais na República Romana: O caso do exílio ciceroniano (I A.E.C)*, em que discute sobre os impactos do desterro para a vida de um cidadão, que, além de estar isolado geograficamente, acabava sendo afastando também do seu centro social e político, podendo ter sua carreira e status prejudicados. A autora traz como estudo de caso Marco Túlio Cícero, que experienciou o exílio entre 58 a 57 A.E.C (antes da era comum) e deixou registros epistolares que permitiram remontar os desafios que enfrentou durante esse período. Apesar desse cenário, Cícero conseguiu manter-se conectado a Roma a partir do contato com Tito Pompônio Ático e Pompeu Magno, que tiveram bastante influência no processo de aceitação do retorno do senador exilado.

No artigo *Representações da família romana na peça O Mercador de Plauto (séculos III-II A.E.C.)*, a autora Lais Felipe Lucon, graduada em Bacharelado e Licenciatura pelo curso de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP/Franca), analisa uma representação da família a partir da peça *O Mercador*, buscando compreender o ambiente familiar existente no contexto da República Romana. A discente objetiva, nesse sentido, tecer uma observação a partir das questões de gênero e das relações de poder no interior das famílias romanas.

Para finalizar a seção de artigos livres, temos o trabalho intitulado *(Re)pensando as mulheres na História a partir da literatura medieval: As representações das rainhas da Antiguidade sob o olhar de Christine de Pizan em A Cidade das Damas (1405)*, escrito por Joseane Passos Ferreira, graduanda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Esta produção busca analisar os usos e escolhas de Christine de Pizan em

relação às representações de rainhas e imperatrizes lendárias da Antiguidade. A pesquisa teve por base o uso do conceito de *queenship*, em paralelo com o conceito de gênero, através dos quais a autora analisa as características e as funções que a escritora medieval atribui a estas personalidades.

A seguir, o dossiê Ensino de História conta com três artigos, sendo o primeiro intitulado “*Se não tivesse existido o Céliu ou Glademir, não estaríamos aqui*”: o jornal do nuances na educação patrimonial para pensar o movimento LGBTQIA+ em Porto Alegre, escrito por William Cândido Mengue, graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este escrito tem por objetivo abordar a educação patrimonial sobre o movimento LGBTQIA+ em Porto Alegre, a partir de um estudo sobre o jornal do nuances - Grupo pela livre expressão sexual. A pesquisa foi realizada a partir da percepção de que estudantes da rede básica poderiam conhecer e pensar sobre a história do movimento LGBTQIA+ através desse periódico. O artigo apresenta algumas reflexões e contribuições realizadas pelos estudantes que participaram das mediações, que através do passado, conseguiram conhecer — e reconhecer — a diversa e complexa trajetória do movimento.

Em seguida, a autora Kamylla Rodrigues Pereira da Silva, doutoranda em História pela Universidade de Pernambuco (UPE), publica o artigo intitulado *A estesia do anime japonês e as suas possibilidades no ensino de história: por uma perspectiva êmica da aprendizagem*, em que discute as possibilidades do encontro entre as animações japonesas e o ensino da história, intencionando delinear direções que possam introduzir o estudante em um lugar de protagonismo, o instigando a construir afetos e a desconstruir estereótipos. A partir de autores como Jörn Rüsen, Fernando Cerri e Bodo von Borries, a autora discute as relações entre a didática da história e a historiografia. Para o debate sobre as animações japonesas, Silva se debruça em autores como Sonia Bide Luyten e André Noro dos Santos. Dessa maneira, intenciona demonstrar que, apesar de distintos, ambos os saberes podem se tornar complementares, se bem articulados, demonstrando que a fantasia tem um poder que não deve ser subestimado.

Para finalizar, temos o trabalho intitulado *Trajetórias LGBTQI+ Gaúchas em sala de aula: Educação Patrimonial através da biografia da ativista travesti Marcelly Malta Lisboa*, escrito por Andrei Marcelo da Rosa, graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em que o autor busca refletir sobre vivências e espaços LGBTQIA+, elencando os desafios em compreender essas vivências como patrimônio material e imaterial e em trabalhar essas questões na sala de aula. O artigo centraliza-se na biografia da

travesti gaúcha Marcelly Malta Lisboa, reflexionando sobre o uso dessa biografia e de outros materiais vinculados ao tema, bem como reflexões sobre a memória LGBTQIA + no Rio Grande do Sul.

Esperamos que a presente edição, composta por artigos produzidos a partir de diferentes perspectivas e contextos, perpassando desde reflexões teórico-metodológicas a análises interseccionais de conjunturas variadas, seja mais um componente na construção do conhecimento científico em nosso país. Desejamos, dessa forma, uma ótima leitura a todos e todas!

Equipe Editorial:

Márcia Janete Espig

Amanda Rodrigues Guelso

Ariane Regina Bueno Cunha

Bethânia Luísa Lessa Werner

Douglas Reisdorfer

Francine Sedrez Bunde

Isabelle Brancão Chaves

Laura Bergozza Pereira

Leonardo Amaral

Víctor Blaskoski Lehugeur

Vitor Borges da Cunha

A pimenta americana e o sistema-mundo: um estudo sobre o tráfico colombino da pimenta *Capsicum* na modernidade por meio da História da alimentação

The american pepper and world-system analysis: a study on the columbian exchange of Capsicum pepper in modernity through the History of food

Arthur Menozzo da Rosa,¹ UFPR

Resumo

O objetivo desse artigo é explorar as relações entre a pimenta americana (*Capsicum*) e a fome enquanto problema relacionado à desigualdade social e econômica. Para isso, o artigo faz o uso de estudos sobre o Sistema-Mundial Moderno e suas articulações históricas para apontar como a pimenta americana tornou-se elemento cotidiano das comensalidades de variados locais que passaram - ou ainda passam - por processos de pobreza e más condições alimentares. Esses locais, portanto, considerados como periferias globais, usam de um condimento relativamente barato para melhorar as condições palatares.

Palavras chave: Sistema-Mundial Moderno; História da alimentação; pimenta americana; História global.

Abstract

The aim of this article is to explore the relationship between American pepper (*Capsicum*) and hunger as a problem related to social and economic inequality. For this purpose, the article makes use of studies on the Modern World-System and its historical articulations to point out how the American pepper has become a daily element of the diners of various places that have gone - or still go through - processes of poverty and bad conditions food. These places, therefore, considered as global peripheries, use a relatively inexpensive condiment to improve palate conditions.

Keywords: Modern World-System; Food history; American pepper; Global history.

Introdução

O ato de comer, de alimentar-se, é, como ressalta Henrique Carneiro (2005), um ato que não delimita um significado por si só, não é algo que se passa sem atribuições de sentido ao ser humano - um ser que tem, entre seus espaços de vivência, o mundo social. Desta maneira, quando observado o “espaço social, essa realidade invisível” (BOURDIEU, 1996, p. 24), a comensalidade ganha uma nova gama de sentidos e significações, dos quais ajudam a explorar traços e entender vários aspectos presentes nas diversas sociedades ao longo da história.

Isto posto, “O costume alimentar pode revelar de uma civilização desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira

¹ Graduando em História – Bacharelado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email para contato: arthurmenozzodarosa@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3080743235033746>.

necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas” (CARNEIRO, 2005, p. 72). Ou seja, nas mais variadas formulações ontológicas em que as sociedades podem se reproduzir, a alimentação aparece como um ato cultural, que faz sentido dentro desse próprio círculo social.

Portanto, a intenção neste artigo é explorar os traços da pimenta (*Capsicum*)² em sua historicidade durante os períodos de tráfego comercial da era moderna praticado pelos europeus (mais especificamente, os ibéricos), especialmente em termos de longos períodos temporais. Passando desde o primeiro contato dos espanhóis com a planta, no Caribe, até a intensificação do domínio colonial nas outras partes do globo, por Portugal, a pimenta fez parte ativa no que é reconhecido como a primeira globalização, durante o intercâmbio colombiano; realizando, talvez, a maior e mais importante troca genética de plantas já ocorrida entre o Velho Mundo e os novos espaços que iam sendo ‘descobertos’ – isto é, em nível global.

Desta maneira, a pimenta americana foi e ainda é um condimento - ou vegetal - importante em locais colonizados que passaram, ao longo de seu processo a partir da modernidade, por crises de fome, econômicas e políticas e que são e foram marcados por presente, e em muitos casos gritante, desigualdade social. Assim, o que foi um intenso tráfico de mercadorias, culturas, conhecimento e saberes resultou em um processo de fixação de certos alimentos e condimentos por sociedades colonizadas em outras localidades fora do local de origem da planta. Para o desenvolvimento da hipótese de pesquisa, o Nordeste açucareiro enquanto espaço de ativo uso de mão de obra escrava será usado como delimitação geográfica para o prosseguimento inicial da pesquisa.

Sobre a origem da *capsicum*

A espécie *Capsicum* ainda é objeto de controvérsias acerca de sua exata origem domesticada no continente americano. Evidências sugerem que a domesticação tenha ocorrido há aproximadamente 5000 anos antes de Cristo (ANDREWS, 2000, p. 281). Desde discussões que afirmam sua origem na atual América do sul, na região amazônica, até as que afirmam como vinda das partes onde habitavam os povos mesoamericanos (KRAFT *et al*, 2014) ponto é que o nome do gênero divide-se em duas principais nomenclaturas.

A primeira, vinda do povo Arawak, originários do nordeste da América do sul, e que migraram, a partir de 1000 a.C., para as ilhas caribenhas, chamavam o vegetal de *aji* ou *axi*.

² Importante ressaltar, aqui, apesar da discussão mais à frente, que a pimenta especificada é a mesma utilizada na culinária mexicana, e não a pimenta-preta, originária da Ásia.

Quando Colombo estabeleceu contato com esses grupos, rapidamente o nome foi usado, chegando até a ter sua variação em espanhol, *aje*.³ Por outra variação, há a palavra “*chili*”, advinda do tronco linguístico *nahuatl*, e que foi aderido pelos ibéricos um pouco mais tarde, durante a expansão na América continental. Portanto, o que se pode concluir é que o alimento não era, de forma alguma, desconhecido pelo ser humano, e já era de cultivo doméstico há vários séculos antes da chegada no navegador genovês.

O intercâmbio colombiano

Como definido por Nunn e Qian (2010), “The Columbian Exchange refers to the exchange of diseases, ideas, food crops, and populations between the New World and the Old World following the voyage to the Americas by Christopher Columbus in 1492.”⁴ Com o primeiro contato, começa um tráfego de tradições e culturas alimentares e de cultivo que pode, talvez, ser considerado o mais importante de toda a história. Neste sentido, todo o Velho mundo, incluindo a Ásia e boas porções da África, tiveram suas tradições comensais modificadas por alimentos desconhecidos até então nessa porção terrestre. Deixando de lado a pimenta por um breve momento, se analisarmos atualmente as tradições nutritivas de alguns países europeus, é praticamente impossível pensar as culinárias irlandesa, alemã e eslávica sem a presença da batata⁵, ou os tomates na italiana - sendo ambos alimentos americanos. Logo, o intercâmbio causou grandes mudanças nas dietas em várias sociedades euro asiáticas e africanas.

Quando Colombo acabou chegando ao caribe, tentando encontrar outra rota para as Índias, o que o navegador procurava, além de metais, eram especiarias. Condimentos asiáticos cobiçados, como a canela e a pimenta-preta (*piper nigrum*), tinham que chegar à Europa passando por longas rotas, que cruzavam todo o Oriente-médio, e, nesse caminho, tinham usualmente grandes inflações de preço. Não bastasse o valor, uma aura do lucro e da posse tomava a imagem das terras longínquas de onde vinham esses produtos – e onde os habitantes poderiam parecer mais mito que realidade. A dificuldade de obter, tendo que atravessar extensas faixas marítimas e terrestres, de Malabar à Veneza, da Malásia até Londres, fazia com que o

³ Provável que, tendo esse nome em espanhol no período, a palavra ‘acarajé’ possa ter sido derivada desse nome, já que, como será visto, a África foi e ainda é um espaço importante de cultivo da pimenta. Mas isso, é claro, ainda permanece no reino da hipótese.

⁴ “O intercâmbio colombiano refere-se a um intercâmbio de doenças, ideias, cultivo de alimentos e populações entre o Novo mundo e o Velho mundo, a partir da viagem para as Américas realizada por Cristóvão Colombo, em 1492.” [tradução minha].

⁵ De acordo com Nunn e Qian, foi a batata um dos impulsionadores do crescimento urbano e industrial europeu, por ser um alimento que poderia suprir as necessidades alimentares e de nutrientes com grande eficácia.

desejo de posse e riquezas motivasse buscar maneiras alternativas de obter o produto (TURNER, 2004).

Desta maneira, quando Colombo chegou à América, pode não ter imediatamente encontrado os metais, mas encontrou um vegetal, que rapidamente assimilou à *pimenta*, a pimenta-preta vinda da Índia. Como coloca o navegador em seu diário de viagem, “There is also much axi, which is their pepper, which is worth more than pepper, and all those people eat nothing without it, for they find it very healthy. Fifty caravels could be loaded with it every year in that Espanola.” (COLOMBO, 1989, p. 151).⁶

O que se segue, que aqui, por razões de tamanho textual e tempo, obedece à uma narrativa idílica por necessidade. Após Colombo ver a pimenta *capsicum* crescendo livremente em quase todo o território insular e continental por onde trafegou, o produto foi logo exportado para outros cantos do mundo. O sucesso foi imediato. A facilidade com que o cultivo crescia em outros territórios, ou seja, sua adaptabilidade, fez com que, em aproximadamente cinco décadas após a primeira viagem colombina, o produto já estivesse na Europa e costa da África (em 1493) e em várias localidades das Índia, como na costa de Malabar (em 1542) (ANDREWS, 1993 apud NUNN; QIAN, 2010).

A expansão do produto foi tão rápida que, durante ainda alguns séculos, achou-se a espécie fosse nativa da Índia, como pode ser observado na obra do médico alemão Leonhart Fuchs, em 1542, e do botânico renascentista Pietro Andrea Matthioli, em 1569. Sua origem americana só foi descoberta no século XIX, por meio de estudos linguísticos de Alphonse de Candolle.

FIGURA 1 – PIPER INDICVM
PIPER INDICVM.



⁶ “Há também muita *axi*, que é a pimenta deles e é mais valiosa, e todas as pessoas não comem nada sem ela, pois acham-na muito saudável. Cinquenta caravelas poderiam ser carregadas todo ano em Espanola.” [tradução minha].

FONTE: Matthioli (1569, p. 400)

Apesar da rápida difusão na Europa, a espécie ficou, lá, inicialmente restrita à exibição em jardins. Mas, de maneira ou outra, foi, aos poucos, como era associada com a *piper nigrum*, sendo usada mais como um condimento do que vegetal fresco⁷. O tempero ficou marcado como um substituto mais barato do que a pimenta-preta, podendo ser usado por populações mais pobres e sem condições. Conforme o condimento alastrava-se, ao longo dos séculos, ganhava nomes locais e variedades de preparo, como o *pimiento*, na Espanha, *piment*, na França, *peperone*, na Itália, e *paprika*, nos Balcãs (ANDREWS, 2000, p. 281) – todos, claro, sempre associados ao uso da pimenta-preta (*piper nigrum*), isto é, um condimento ou tempero, e mais raramente como vegetal.

No que diz respeito à Ásia e África, apesar da descoberta europeia do vegetal ter sido espanhola, foram os portugueses quem de fato espalharam a espécie. Com a supremacia exercida por Portugal durante os séculos XV e XVI, o domínio colonial destinado à construção do império ultramarino e troca comercial favoreceu enormemente a difusão da *Capsicum* nos dois continentes.

Na África, os primeiros cultivos começaram logo cedo, especialmente na costa ocidental. Na Índia, após a tomada da costa de Malabar, região enriquecida de devido ao comércio da *piper nigrum*, o cultivo da pimenta americana introduzido realizou, em certa medida, um processo parecido com o europeu: a facilidade de plantio fazia com que fossem produzidas mais facilmente, o que gerou enormes quantias e tornou a espécie um condimento acessível para as populações empobrecidas e miseráveis. Desta maneira, um espaço com tradições alimentares de comidas picantes encontrou um substituto para a luxuosa e cara pimenta-preta. Em sociedades como a chinesa e ilhas asiáticas, como na atual Malásia e Molucas, o cultivo foi também introduzido, tendo aceitação das populações (ANDREWS, 1993). Mais tarde, a *Capsicum* iria trafegar pelas rotas que passavam pelo Oriente-médio até a Europa, e também marcaria sua presença nesses espaços comerciais, como na Anatólia.

Sob a ótica do colonialismo

Observando o movimento de difusão da *Capsicum* ao redor do globo, desde as viagens colombinas, a expansão na Ásia, e até o neocolonialismo, é possível observar a relação estreita que a espécie de planta teve com o colonialismo europeu sobre o mundo a partir do século XV.

⁷ Isto pois, enquanto vegetal, ia contra alguns dos preceitos da medicina galênica e da hierarquia cristã de alimentos.

De modo geral, formula-se a seguinte hipótese: em sociedades colonizadas no passado e marcadas pela intensa desigualdade socioeconômica, características de produtores primários e pressões coloniais – ou seja, periféricos nas relações capitalistas de produção –, a pimenta americana aparece como um produto que dá sabor ao paladar em um ambiente com uma cozinha que não tem espaço para elaborar-se com mais liberdade do que poderia. A necessidade prática urge sobre as possibilidades de escolhas em muitos casos notórios.

Partindo de uma compreensão da análise de sistemas-mundo, como a proposta por Wallerstein, pode-se observar como o uso do alimento em questão, como condimento ou não, ocorreu e marcou principalmente locais e sociedades que, desde a gênese do sistema capitalista, no final do século XV e começo do XVI, permaneceram historicamente na margem das relações de produção de capital, ou seja, eram e ainda são periféricos, em sua grande maioria. Em consequência, ficavam alocados em nível hierárquico mais baixo dentro do fluxo mercantil. Isto pois

as direções geográficas das cadeias mercantis não se estabeleceram de forma aleatória. Se as traçássemos todas em um mapa, perceberíamos que assumiram uma forma centrípeta. Seus pontos de origem foram múltiplos, mas seus pontos de destino tenderam a convergir para poucas áreas. Vale dizer, elas tenderam a se deslocar das periferias da economia-mundo capitalista para seus centros ou núcleos. [...] Falar de cadeias mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tronou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo (WALLERSTEIN, 2001, p. 28).

Portanto, usando dessa perspectiva, é possível abordar alguns espaços historicamente periféricos, colonizados e hoje ainda em fase de desenvolvimento: a Índia, o litoral açucareiro, no Brasil, alguns países da costa ocidental africana, a China anterior ao século XX, além do próprio México, um dos berços da espécie. Busca-se, aqui, olhar para lugares que passaram por crises de fome, desigualdades e pauperizações durante seu histórico colonial e também como nação independente.⁸ Como forma de investigar tal ideia, o Nordeste açucareiro é passível de análise para estes fins.

Evidentemente que, ao analisar um círculo social e geográfico delimitado em relação à um sistema-mundo, não se pode esquecer dos fatores endógenos dessa mesma sociedade, ou seja, os aspectos internos que contribuem para um fenômeno ocorrer. Em vista disso, é

⁸ Como nação independente em sentidos político-formais, mas ainda sob jugo das centralidades da economia-mundo.

entendido aqui que os aspectos históricos internos são necessários para a compreensão, mas que, por análise da troca mercantil em grandes escalas, ambos aspectos precisam ser mesclados. É impossível, por exemplo, pensar a Índia sem pensar em castas hinduístas e todas suas consequências. Mas, quando olhando para o espaço a partir de uma ótica de sistema-mundo, há uma Índia que, além das questões internas, tem a pressão colonizadora externa, intensificando qualquer pauperização que já poderia existir.

Assim, parte-se por base da análise de Josué de Castro (1984), sobre o Nordeste açucareiro, em *A Geografia da Fome*, e da tabela fornecida pelos pesquisadores Nathan Nunn e Nancy Qian (2010), no artigo *The Columbian Exchange: A History of Disease, Food, and Ideas*.

Tabela 1: Os dez maiores produtores de pimenta seca no mundo⁹

<i>Chili Peppers, Dry</i>	
<i>Country</i>	<i>Production</i>
India	0.98
China	0.21
Pakistan	0.17
Bangladesh	0.14
Ethiopia	0.12
Viet Nam	0.08
Peru	0.06
Mexico	0.06
Myanmar	0.05
Nigeria	0.05

Fonte: Nuan e Qian (2010)

AN

O que pode ser observado, partindo por base dos dados, é a posição periférica na economia-mundo em que esses países, em grande parte, estão inseridos já desde seu passado colonial; além de serem, em quase todos os casos, localidades que, em algum momento, passaram por intensos episódios de violência, fome e morte. A Índia, com o domínio português e inglês; o Vietnã, com a França; a Nigéria e a China, também com os britânicos. Esses são só alguns dos acontecimentos históricos que podem ser descritos como violentos, famélicos e colonialistas. Desta maneira, onde tende a faltar comida ou nutrientes e a culinária anterior à chegada europeia não tem seu total de espaço de ação, não surpreende que um condimento tão barato e acessível seja muito plantado e usado na alimentação dessas sociedades relegadas à margem do sistema-mundo moderno.

No Brasil, mesmo não sendo um dos maiores produtores listados, é inegável a presença da pimenta no complexo alimentar do açúcar. Na divisão das áreas comensais propostas por

⁹ Dados em milhões de toneladas do ano 2000.

Josué de Castro, o nordeste açucareiro (a zona da mata nordestina) seria o enquadramento a ser usado aqui, pois é primeiro local da colonização da portuguesa. Nesse espaço, originalmente com bioma riquíssimo, a flora foi quase que totalmente varrida para o cultivo da cana-de-açúcar em forma de monocultura. Com o plantio, veio a degradação do solo, a falta de outras variedades de vegetais e, por via de conseguir uma mão de obra barata e numerosa, um intenso tráfico de escravos africanos, destinados ao trabalho compulsório nos engenhos.

Como ressalta Josué de Castro, a alimentação do negro escravizado e ainda mesmo do nordestino da zona da mata como um todo, após a abolição, sempre foi cerceada por carências de vitaminas em relação às suas dietas monótonas e com pouca variedade, sendo constituída basicamente de farinha de mandioca, feijão, charque ou toucinho e algum açúcar (CASTRO, 1984). Frutas, legumes, vegetais e leite eram produtos pouco consumidos. Isso se devia, na era escravista, à necessidade de alimentar o escravizado somente com comidas de potencial energético, para o trabalho braçal no engenho, sem a presença de vitaminas e demais componentes. Como pontua o autor, “dava-lhe maiores quantidades de combustível, sem nenhum cuidado pelos reparos necessários na máquina de combustão.” (*Ibidem*, p. 133)

Entre as diversas doenças e complicações que surgiam em decorrência das avitaminoses da população, uma das que não constavam tanto era o escorbuto – a carência extrema de vitamina C. A *capsicum* é um dos alimentos que, por peso, mais contém doses dessa vitamina entre todos os vegetais. Desta maneira, o consumo constante da pimenta ajuda a sanar ao menos uma das possíveis carências de vitaminas. Assim,

Uma das explicações que encontramos para o fato é a da influência preventiva desempenhada por alguns condimentos e ingredientes especiais que, entrando na cozinha do Nordeste em proporções algo exageradas, defendem os habitantes desta zona das avitaminoses endêmicas. Destes ingredientes destacamos principalmente o óleo de dendê e a pimenta, que são obrigatórios nos pratos típicos da chamada cozinha baiana, e que se consomem por toda a zona da mata, por toda esta larga área alimentar tão intensamente influenciada pelos costumes africanos. [...]

As pimentas das variadas espécies usadas, as nativas de que os índios se empanturravam e as trazidas pelos negros — a malagueta e a da costa ou Ataré, os pimentões — são todas muito ricas em ácido ascórbico, dos mais ricos vegetais do mundo. Essa cozinha baiana, tão impiedosamente condenada por médicos e cientistas até quase em nossos dias, exatamente por seu excesso de azeite e pimenta, mostra-se assim como uma tábua de salvação contra os perigos das avitaminoses A e C. Com os conhecimentos que hoje possuímos da riqueza vitamínica destes temperos, conclui-se que os abarás, e os acarajés, que as cozinheiras negras preparam afogando bolos de farinha de fubá e de feijão num banho apimentado de óleo de dendê, representam verdadeiros concentrados de vitaminas A e C. (*ibidem*, p. 154).

Logo, o que se percebe é um espaço em que, historicamente moldado pela monocultura açucareira e pela má alimentação decorrida desse processo, a pimenta americana aparece como uma opção acessível para o paladar de negros escravizados, que tentavam articular sua cozinha da forma como as possibilidades limitadas permitiam, haja visto às imposições feitas até mesmo para o consumo de frutas e açúcar (*Ibidem*, p. 146-147). Em consequente, as reminiscências históricas da escravidão após a abolição fizeram a alimentação marcar ainda características parecidas com as do seu passado escravagista na zona da mata nordestina.

Nesse enquadramento, o texto de Josué de Castro pode ser usado como uma potente fonte secundária sobre o uso da pimenta no Nordeste açucareiro durante uma longa duração temporal, mesmo após a abolição. Para além de uma mera descrição da situação nutricional e medicinal, o que o texto permite compreender também é a profundidade que a dada planta/especiaria adentrou na cultura comensal do recorte geográfico até o momento de sua escrita (e que inegavelmente continua até os dias atuais), significando inclusive, por vias não intencionais, a prevenção de doenças.

Como aponta Andrews (1999, pp. 3-62), a circulação da pimenta americana foi de rápido tráfego pelo mundo Atlântico, aparecendo em Guiné e Lisboa, e logo após indo em direção à costa brasileira nas regiões de plantio de açúcar durante o já durante os séculos XVI e XVII. Trabalhando em uma perspectiva de longa duração, com os devidos saltos temporais permissíveis para a percepção de processos históricos, a rápida circulação da pimenta americana nos espaços Atlânticos - através das culturas de plantio pantropicais (ALENCASTRO, 2019, p. 16) -, seu uso pelas populações escravizadas trazidas da costa ocidental africana e a perspectiva de Josué de Castro durante o século XX elucidam a hipótese da pimenta como elemento comensal em espaços de violências, fomes e pauperizações. Tal processo, portanto, pode ser observado por meio de descrições de viajantes (ANDREWS, 1999) e o texto de Castro, marcando a longa duração do fenômeno.

Considerações finais

A pimenta americana, *Capsicum*, em suas mais variadas seleções – malagueta, dedo-de-moça, pimentão, etc. -, ao ser transportada para outras localidades tropicais ao redor do globo, como a África e a Ásia, a partir da formação do sistema-mundial moderno, nos séculos XV e XVI, teve em muitos casos uma relação estreita com as atividades coloniais exercidas pelos países europeus. De maneira que ou se inserisse o cultivo ou a população propriamente aderisse,

o vegetal em sua forma de condimento teve e ainda tem um papel importante nas cozinhas das periferias da atual economia-mundo.

Certamente pode ser considerado um processo de longa duração, que já atravessa séculos de história. O tempero/condimento, sendo aderido pelos seres das mais variadas sociedades, principalmente dos trópicos do Sul Global, marca um modo de se alimentar que, por meio do intercâmbio colombiano e do sistema-mundo moderno, foi usualmente manifestado nesses espaços por meio da força colonizadora europeia em suas mais variadas formas – simbólicas, formais ou físicas. A zona açucareira, marcada pela constante presença do trabalho escravo, o qual marca ainda os aspectos de reprodução social na região ligados às violências e pauperizações, é um importante espaço de análise para a compreensão da pimenta americana enquanto ato comensal nas periferias do Sistema Mundial Moderno e poderá, portanto, auxiliar nos desenvolvimentos futuros da pesquisa.

Referências

- ALENCASTRO, Luis. F. de. (2019). **As três eras do Atlântico Sul**. *Revista USP*, (123), 13-28. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i123>, p.13-28.
- ANDREWS, Jean. Diffusion of Mesoamerican Food Complex to Southeastern Europe. **The Geographical Review**. Nova Iorque: Taylor & Francis, v. 83, n. 2, abril, 194-204, 1993.
- ANDREWS, Jean. Chilli Peppers. In: KIPLE, K.; ORNELAS, K. (Org.). **The Cambridge World History of Food**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2000. Pp. 281-288.
- ANDREWS, Jean. **The Pepper Trail: history and recipes from around the world**. Denton: University Of North Texas Press, 1999. 261 p.
- BOUEDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996. p. 24.
- CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**. [S.L.]: Editora UFPR, v. 42, n. 1, Junho, 71-80, 2005.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- COLOMBUS, Christopher. **The journal of Christopher Columbus**. Nova Iorque: Bonanza Books, 1989.
- KRAFT, Kraig H.; BROWN, Cecil H.; NABHAN, Gary P.; LUEDELING, Eike; RUIZ, José de Jesús Luna; D'EECKENBRUGGE, Geo Coppens; HIJMANS, Robert J.; GEPTS, Paul. Multiple lines of evidence for the origin of domesticated chili pepper, *Capsicum annuum*, in Mexico. **Proceedings Of The National Academy Of Sciences**, [S.L.], v. 111, n. 17, p. 6165-6170, 21 abr. 2014. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. <http://dx.doi.org/10.1073/pnas.1308933111>.
- MATTHIOLI, Petri A. **Commentarii**. Veneza: Ex Officina Valgrifiana, 1569. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=BXnc7Bp0SAC&printsec=frontcover&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.

MCCABE, Ina B. **A History of Global Consumption: 1500 – 1800**. Nova Iorque: Routledge, 2014.

NUNN, Nathan; QIAN, Nancy. The Columbian Exchange: a history of disease, food, and ideas. **Journal Of Economic Perspectives**. Nashville: American Economic Assosiation, v. 24, n. 2, Maio, pp. 163-188, 2010.

TURNER, Jack. **Spice: The History of a Temptation**. Nova Iorque: Vintage Books, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Orfandade e pobreza: o aspecto educacional do Asilo de Santa Teresa no século XIX (1830-1880)

*Orphanage and poverty: the educational aspect of the Santa Teresa Asylum in the 19th
century (1830-1880)*

Carlos Augusto Lima Barros¹, UEMA

Resumo

Os recolhimentos femininos se apresentaram enquanto um espaço que ofertou ajuda a mulheres em situações de vulnerabilidade na sociedade e para, além disso, se inserem na mentalidade da época que demonstravam a importância em resguardar o corpo feminino de um mundo pecaminoso. O Asilo de Santa Teresa teve um papel bem importante no contexto maranhense do século XIX ao se revelar enquanto um espaço de abrigo para meninas em situação de pobreza e orfandade, oferecendo sustento material, bem como proporcionando uma educação condizente com o contexto da época. A assistência ofertada e a mentalidade da época em relação à mulher e o tipo de ensino que lhe deveria ser ofertado são elementos que ao passarem uma análise contribuem para uma visão crítica com a utilização das discussões de gênero sobre essas meninas órfãs e a forma como esse trabalho assistencial foi desenvolvido com o objetivo de educar esses corpos.

Palavras-Chave: Órfãs e desvalidas; Asilo de Santa Teresa; Assistência

Abstract

The female gatherings were presented as a space that offered help to women in vulnerable situations in society and, in addition, they were part of the mentality of the time that demonstrated the importance of protecting the female body from a sinful world. The Santa Teresa Asylum played a very important role in the Maranhão context of the 19th century by revealing itself as a shelter for girls in poverty and orphanhood, offering material support, as well as providing an education consistent with the context of the time. The assistance offered and the mentality of the time in relation to women and the type of education that should be offered to them are elements that, when analyzed, contribute to a critical view with the use of gender discussions about these orphan girls and the way in which this assistance work was developed with the objective of educating these bodies.

Keywords: Orphans and Disabled; Santa Teresa Asylum; Assistance

Introdução

Em uma sociedade patriarcal que exigia determinados comportamentos por parte das mulheres para serem bem vistas na sociedade como o recato sexual, docilidade e o desejo de se casar e serem mães, a pobreza e orfandade se revela enquanto desafiadoras, pois além de sua situação demandar um cuidado especial na forma como estas sobreviveriam, também deveriam

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Pesquisador dentro da área de gênero, sexualidade e Maranhão.

se preocupar em manter um padrão de atitudes que mantivesse seu status de mulher honrosa. Assim, as instituições de caridade se mostravam como essenciais para o cuidado com essas mulheres. “A ajuda a mulheres fazia-se em diversas etapas do ciclo de vida e estava associada à necessidade de preservar a sua honra. Guardavam-se as mulheres em recolhimentos e atribuíam-se lhes dotes para casar ou para professar em ordens religiosas”. (ARAÚJO, 2008, p. 3).

Dentro do grupo de mulheres a serem protegidas na sociedade estavam as meninas pobres órfãs, estas eram vistas como desfavorecidas e propensas a se perderem, principalmente pela falta de um pai para proteção e também por terem menos possibilidade de arranjar um bom pretendente devido a sua situação de pobreza e orfandade.

O período pós-tridentino² apresentou mudanças em relação à sociedade europeia católica, pois com o Concílio de Trento, a Igreja Católica tomou importantes decisões em relação à fé e unidade eclesial, ficando inclusive conhecido como Contra Reforma, em resposta à Reforma Protestante, dentre as mudanças se intensificou a preocupação em guardar a honra feminina dos perigos da impureza do mundo, segundo Araújo (2008), a honra era um atributo essencial na Época Moderna, conferindo prestígio aos indivíduos que a possuíam e desgraça aos que a perdiam, sendo estes mal vistos perante a sociedade. Os gestos, atitudes e comportamentos dos membros da sociedade eram constantemente vigiados, caso fossem contra o que era defendido seu efeito negativo recai tanto sobre o sujeito quanto sobre aqueles que o circundam, principalmente a família e isso se agravava quando era em relação às mulheres.

Para manter o seu bom nome e guardar a sua honra, exigia-se às mulheres comportamentos socialmente louváveis, onde se privilegiava o recato, a obediência e o afastamento do sexo masculino. Neste sentido, a honra era prova de uma conduta socialmente aceita, onde a vergonha se achava intimamente associada e conferia uma boa fama. Como a honra feminina se encontrava diretamente associada à sexualidade, esperava-se que as mulheres solteiras se mantivessem afastadas dos homens, de preferência enclausuradas em conventos ou em recolhimentos (ARAÚJO, 2008, p. 3).

A criação de espaços reservados exclusivamente para as meninas, conhecidos, principalmente, como recolhimentos, foram de suma importância para o auxílio dessas meninas que, muitas vezes, sem condições de serem sustentadas, recebiam auxílio material ao mesmo tempo em que eram educadas moralmente para se encaixarem nos padrões da sociedade da época.

² Referente à época que sucedeu o Concílio de Trento.

A educação e a proteção das meninas-moças foram uma constante preocupação dos responsáveis pelos expostos. Não se poderia descuidar de sua assistência, com risco de se transformarem em prostitutas ou desviantes da ordem. Por essas razões, desde cedo foram criadas instituições especiais para as moças desamparadas. Elas deviam ficar longe da rua – o símbolo da perdição (MARCÍLIO, 2006, p. 96).

As instituições assistenciais voltadas para o sexo feminino poderiam ser fundadas pela Coroa, bispos ou pessoas particulares como mulheres ricas, mas em sua grande maioria estavam submetidas às Misericórdias e para além do amparo espiritual e material, na segunda metade do século XIX, atentou-se para o aspecto educacional elementar e de cunho profissional das meninas, “[...] incluía-se o ensino de matérias próprias da educação das elites (como o ensino do francês, de alemão, de piano, de canto, de desenho, etc.)” (MARCÍLIO, 2006, p. 165). As aulas eram ministradas, em muitos casos, por uma única professora, contudo havia diferença no ensino de meninas da elite (voltadas para serem mães de família, de boa etiqueta) e de camadas mais populares (boas donas de casas, dóceis e preparadas para o trabalho).

A primeira década do século XIX no Maranhão foi marcada por um relativo sucesso econômico, fruto da ação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, o que permitiu que sua capital fosse a quarta mais rica do Brasil.

Os viajantes estrangeiros Spix e Martius, ao passarem pelo Maranhão, em 1821, relataram ser sua capital, São Luís, a quarta cidade do Brasil em população e riqueza, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Todo esse poderio, ocasionado pela Companhia de Comércio na segunda metade do século XVIII, ofereceu a uma minoria a possibilidade de construir os confortáveis e luxuosos sobrados, educar filhos e filhas no exterior e desenvolver costumes condizentes com o que se praticava na Europa (COE, 2013, p. 35).

No início de tal século o Maranhão desfrutou do seu auge no sistema agroexportador através das medidas de intervenção realizadas por Marquês de Pombal ainda no fim do século XVIII. Pombal tinha por objetivo “dinamizar a economia da colônia por meio das divisas geradas pela exportação, tendo como foco o enriquecimento da metrópole” (OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Segundo Coe (2013), esse crescimento econômico proporcionou uma imigração portuguesa e uma entrada significativa de africanos escravizados no Maranhão, bem como investimentos urbanos na forma de igrejas, prédios públicos e moradias de pedra e cal. Os fazendeiros e comerciantes adquiriram grandes fortunas e tiveram acesso a novos

estabelecimentos que surgiram na cidade de São Luís como a Biblioteca Pública, livrarias, bancos, o Liceu, entre outros.

A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal no século XVIII, dentre outras medidas incentivadas pelo mesmo, contribuíram para o aumento na economia, principalmente por meio da agro exportação cujo produto de destaque era o algodão. Essas medidas garantiram a formação de uma elite agrícola e de um centro comercial na região.

Para Regina Faria, o sistema agroexportador implantado por Pombal caracterizava-se “por um tipo específico de acumulação, por meio da qual se solidarizavam o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, sobre o predomínio do primeiro” (Faria, 2001, p.30). Foi em torno destes últimos que se estruturou uma elite agrícola e comercial no Maranhão, tendo a cidade de Alcântara (a menos de dezoito quilômetros por via marítima da Capital) como centro do desenvolvimento agrícola e São Luís, mais especificamente o bairro da Praia Grande, como centro comercial (OLIVEIRA, 2011, p. 20).

Contudo esse cenário se alterou na segunda metade do século XIX. A época dos altos preços do algodão vai dar lugar ao investimento no açúcar, derrubando assim os grandes lucros obtidos até então com o produto, além disso, a Guerra de Secessão que havia freado a produção algodoeira estadunidense irá ter fim no ano de 1865 e assim o país irá retomar sua liderança.

Coe destaca que

A crise da lavoura na segunda metade do século XIX caiu como um fardo para as elites políticas e intelectuais que a tomaram como uma grande derrota, retirando da província a possibilidade de crescimento contínuo e de progresso aos moldes das grandes províncias brasileiras. Como elementos de início da crise da lavoura, estariam a súbita baixa de preços de algodão, a Setembrada (1831) e a Balaiada (1838-1840), que teriam desestruturado a vida econômica da província em consequência da queda de preços, o que levou a decadência os pequenos proprietários rurais, além do estabelecimento do comércio europeu direto com Belém, contribuindo para a estagnação econômica da província (COE, 2013, p. 39).

Além dessas questões o autor ainda aponta o acontecimento de várias epidemias como a febre amarela (1851), varíola (1854), gripe (1859) que afastaram possíveis imigrantes europeus.

Segundo Oliveira (2011)

A partir da década de 1820, o sistema agroexportador começou a entrar em crise. Conforme aponta Bandeira Tribuzzi, tal crise esteve relacionada a fatores externos, como a retomada da produção do algodão norte-americano, e ao próprio cenário político interno daquela época, de transição política da

colônia para o Império. Em si mesmo, o sistema agroexportador já trazia consigo, em sua própria estrutura, fatores adversos à sua permanência: O crescimento da economia se fazia de fora para fora; o sistema escravista impedia o surgimento de um mercado interno significativo; a exclusão de dois terços da população dos direitos da gente livre e a alta concentração da renda da população livre, assim como as proibições metropolitanas impediam qualquer potencial de atividade econômica que não fosse a produção agrícola e o comércio varejista (p. 24-25).

Essa nova realidade cria uma situação de decadência na economia maranhense e provoca também mudanças no cenário assistencial como atesto em minha monografia em que analiso não somente o Asilo de Santa Teresa, mas também a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, importante instituição de caridade que esteve presente em diversas regiões do cenário do Brasil e mesmo em meio a crise continuou seu trabalho, tal qual o recolhimento aqui discutido.

No Maranhão, os espaços de acolhimento às meninas desvalidas estariam presentes através de dois estabelecimentos, o Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios e do Asilo de Santa Teresa,

Em São Luís, Maranhão, a assistência às meninas desvalidas surgiria em meados do século XVIII, pela ação do missionário, padre Gabriel Malagrida, o mesmo que, em 1751, erigiu o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios [...] Até meados do século XIX esse foi o único asilo para meninas, daquela província.

Em 1855, a Assembléia Provincial do Maranhão criou uma nova casa, o Asilo de Santa Tereza. Posta sob a proteção da imperatriz, essa casa deveria atender as expostas, que ainda estivessem na Roda, maiores de catorze anos. [...] o Asilo tinha por objetivo principal “amparar as meninas órfãs que forem desvalidas e as expostas da Santa Casa de Misericórdia, recolhendo-as e educando-as e, por fins secundários, educa-las por maneira que possam ser empregadas com vantagens no serviço doméstico [...]”. (MARCÍLIO, 2006, p. 174).

Origem e ação do Asilo de Santa Teresa

Em relação à fundação do Asilo de Santa Teresa:

O presidente dr. Eduardo Olympio Machado no relatório, que apresentou á assembléa provincial na sessão de 1854, lembrou a necessidade de crear-se uma casa de educandas, onde as meninas desvalidas encontrassem abrigo, proteção e educação, especialmente as orphans sem amparo e as expostas da Santa Casa da Misericordia, evitando assim a província a morte prematura d’essas infelizes crianças, proveniente do abandono e da miséria, ou a sua desmoralização e prostituição, se chegam a criar-se. [...] o dr. Olympio Machado tomou o accordo de prescindir da reforma auctorizada, e de fundar n’esta capital, ad instar da dos educandos artífices, uma casa de educação para

as meninas desvalidas, e em 16 de janeiro do anno seguinte publicou o regulamento creando o Azylo de Santa Thereza, e collocando-o sob a augusta e valiosa proteção de Sua Magestade a Imperatriz, sendo no dia 14 de março do mesmo anno inaugurado pelas 5 horas da tarde, em presença de grande numero de cidadãos, em uma casa espaçosa, situada no largo dos Remedios e pertencente ao fallecido desembargador Barradas (MARQUES, 1870, p. 35).

A documentação acima demonstra o interesse do recolhimento em prover materialmente as órfãs e desvalidas, contudo, além disso, existia um interesse em conservar nestas os costumes adequados daquela época que uma mulher deveria ter, não era somente a fome uma preocupação, mas também situações de desmoralização e prostituição. Sobre o funcionamento interno do Asilo de Santa Tereza

O Asylo de Santa Thereza, instituição do doutor Eduardo Olimpio Machado, tem presentemente quarenta educandas, numero estabelecido pelo regulamento de 16 de janeiro do corrente anno. Existem creadas neste estabelecimento as aulas de primeiras letras e de costuras, que são frequentadas regularmente por todas as educandas. A consignação mensal paga ao Asylo pelos cofres provinciaes é de 600\$000 reis. Os empregados actuaes são: Director – Barão do Coroatá; Vice-director – doutor Antonio Rego; Regente – D. Maria Joaquina Lisboa Bacelar; Almoxarife – Francisco Joaquim Pinto Barreto; Mestra de primeiras letras – D. Marcellina Roza Corrêa Lobão; Mestra de costura – D. Maria Amalia Ferreira; Capelão – reverendo Padre Antonio Tavares da Silva; Medico – doutor José Ricardo Jauffret. A casa em que se acha o Asylo não é talvez a mais propria para um estabelecimento desta ordem, não só por ser baixa, como por não ter as precisas acomodações (Relatórios e falas do presidente da província (1839-1886), 21/12/1855).

O Asilo, enquanto uma instituição preocupada em não somente sustentar as órfãs e desvalidas que abrigava, mas também em oferecer um ensino para estas, oferecia aulas e como o documento apresenta eram principalmente de primeiras letras e costuras, ofertadas por duas professoras que tem seus nomes listados entre os empregados, além disso, a instituição recebia um valor mensal pela província para manter-se.

Apesar da documentação acima mencionar o número de 40 educandas, existiram diferentes aumentos durante seus anos de funcionamento, incluindo as órfãs e desvalidas que ali eram abrigadas e as pensionistas que pagavam para permanecerem naquele local. O ano de 1867³ e 1869⁴ são dois exemplos em que o número de educandas aumenta, bem como as despesas e receitas do Asilo, no primeiro é registrado um total de setenta e oito e já no segundo cresce para oitenta e dois. Esses crescimentos de educandas no Asilo demonstram como o

³ Relatório e falas do presidente da província, 28/10/1867.

⁴ Relatório e falas do presidente da província, 04/04/1869.

recolhimento era procurado e gozava de certo valor na sociedade, apresentando um bom trabalho assistencial com estas.

Nos ofícios do Asilo de Santa Teresa é importante atentar-se ao grande número de solicitações de aceitação no recolhimento, foram encontradas mães requerendo a entrada de suas filhas, tutores de meninas, tios pedindo em nome de suas sobrinhas, dentre esses é interessante destacar dois casos que são requerimentos informando características das moças que desejavam adentrar o estabelecimento como forma de garantir uma maior chance de aceitação. No primeiro tem-se o caso de Benedita Ritta que pede que suas quatro filhas sejam aceitas por serem órfãs de pai e por esta ser pobre não podendo assim ofertar o acesso à educação, destaca-se também nesse documento a preferência que o Asilo dispensava na questão da orfandade às órfãs de pai e mãe e depois as de pai.

Benedita Ritta Gonçalves requer á V.^a Ex.^a a graça de mandar admitir no Asylo de S^a Thereza como órfãs desvalidas, á quatro filhas q tem, as quais por sua [...] pobreza não pode dar educação. A disposição do art.º 2º do Regulamento Provincial de 15 de Janeiro de 1855 pelo qual se rege o Asylo, diz que esta tem por fim amparar as meninas órfãs q forem desvalidas e as expostas que estão á cargo da Santa Casa da Misericórdia; e o art.º 2 do [...] Regulamento, tractando de taís aquisições recomendada, que sejam estas recebidas com preferencia e depois as órfãs de pai e mãe e as que o forem somente de pai... (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 17 de Maio de 1862).

O segundo caso seria em relação à petição de um tenente coronel chamado Ricardo da Silva Ferro que apelava a favor de sua tutelada, neste caso é dito que foi comprovada a situação tanto de orfandade quanto de pobreza desta através de documentos. As características elencadas no ofício demonstram o que o recolhimento priorizava na inserção de suas recolhidas

Passo ás mãos de V. Ex.^a a inclusa petição do Tenente Coronel Ricardo da Silva Ferro, que solicita a admissão no Asylo de S. Thereza de sua tutelada, a orfan Julia Rosa de Oliveira, na forma do art. 21 do Regulamento de 16 de Janeiro de 1855, por ser pobre e desvalida, e cumpre me informar a V. Ex.^a que o supplicante prova com os documentos com entrou a sua petição, 1º que sua tutelada é orfan de pai; 2º que tem oito anos de idade; 3º que é pobre e desvalida; e parece por conseguinte estar nos termos de ser admittida no Asylo na qualidade de requerida (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 18 de Junho de 1864).

Com a leitura da apresentação desses requerimentos nos ofícios, percebe-se a importância de certas características para aumentar as chances de aceitação das jovens

desvalidas no Asilo de Santa Tereza. A pobreza, a idade (maior de 7 anos e menor de 17 anos⁵) e a orfandade (de pai e mãe e de pai) se revelam como elementos essenciais que seriam a favor da jovem que requeresse sua entrada no recolhimento. As várias solicitações demonstram a grande procura pelo estabelecimento, existindo dois ofícios onde se registra casos em que pessoas mesmo não cumprindo tais requisitos ainda solicitam a entrada, demonstrando certa valorização em conseguir uma vaga naquele local.

Gualdino Antonio do Nascimento requer á V. Ex.^a para que se [...] mandar admitir no Asylo de Santa Thereza, como educanda da Provincia uma sua Afilhada de nome Anna, e á sua petição junta documento comprobatório tanto de idade como de orfandade. Informando pois á este respeito, como determina V. Ex.^a sou a dizer que, a pretensão do [...] não está no caso de ser atendida, por quanto a sua Afilhada não só é menor de 7 annos como que não existe no Asylo actualmente lugar vago (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 27 de Outubro de 1862).

Tendo por mim comultada D. Lesmilia Roza das Dores Baptista, afim de receber sua filha a Educanda desvalida Maria José do Val Baptista que por ser maior de 17 anos, não tem direito de continuar a permanecer, como tal, no mesmo Asylo; respondes á esta Directoria, q desejando por mais algum tempo a conservação da mesma sua filha ali; está disposta a concorrer com as respectivas despesas, uma vez que seja ella considerada no numero das pensionistas (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 27 de Maio de 1862).

O Asilo de Santa Tereza foi um recolhimento que esteve preocupado em abrigar as jovens órfãs e desvalidas, incluindo-se as expostas da Santa Casa, sendo assim era oferecido abrigo e sustento material, as meninas moravam naquele local e recebiam alimentos, roupas, calçados, permitindo assim uma relativa estabilidade e proteção (MARQUES, 1870).

O aspecto educacional do Asilo de Santa Teresa

Além de auxiliar as educandas em suas despesas e oferecer-lhes abrigo, o Asilo de Santa Tereza também se responsabilizava pela educação das jovens.

A instrução primaria e o ensino dos trabalhos de agulha é dado com a precisa regularidade pela professora de primeira letras, D. Marcellina Rosa Corrêa Lobão, e por duas adjuntas. A professora de costura, D. Arsenia Augusta

⁵ “Determinado o Artigo 31 do Regulamento Provincial de 16 de Janeiro de 1855, que a Collegial do Asylo de Santa Thereza não terão direito a ser conservada no Asylo depois que tiverem a idade de 17 anos, e recomendando o Artigo 32 do mesmo Regulamento, que o Diretor do Asylo [...] ao Presidente da Provincia logo que as Collegiais tiverem atingido a’quella idade, para que, quando não possão dele sair dotadas e cazadas, saião para Caza de pessoas ou os parente ou de outras quais que de conduta abonada, peço á V. Ex.^a authorização para dar nesta parte cumprimento ao regulamento, quando sair do Asylo a estas Collegiais...” (Ofícios do Asylo de Santa Tereza, 1855-1862, 08/04/1862).

Carneiro Belfort, acha-se com licença por motivo de molestia. Está, portanto, a instrução n'este estabelecimento limitada ao ensino primário, á moral religiosa aos trabalhos de agulha e serviços domésticos. (Relatório e falas do presidente da província, 28/10/1867).

A aprendizagem dos trabalhos domésticos, como lavar, gommar, etc. para as meninas que já tem a idade propria, é feita sob a immediata direção da regente, que preside igualmente aos exercícios religiosos. (Relatório e falas do presidente da província, 04/04/1869).

[...] Habilitar as meninas desvalidas, de cuja educação se encarrega a Provincia, á servir de Mestras particulares, é crear-lhes um meio de vida honesto e lucrativo todo em proveito da sociedade; por isso repito essencialmente produtiva toda a despeza que se fizer para conseguir este fim (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), Abril de 1865, p.5).

A educação ofertada para as educandas se limitava então a uma educação básica das primeiras letras acompanhado do ensino religioso e de prendas domésticas, contribuindo assim para a realidade das meninas no século XIX no Maranhão, uma educação preocupada mais em capacitar para a vida doméstica e familiar do que para um futuro profissional. Segundo Abrantes (2014) a educação feminina não recebia a mesma prioridade que a masculina (essencial na própria formação enquanto cidadão honesto), estas recebiam na medida do possível em vilas ou lugares mais populosos.

A autora coloca que desde os tempos coloniais no Brasil, as mulheres eram educadas para aceitarem a sociedade paternalista e serem submissas aos homens, as prendas domésticas a tornavam boas esposas e mães e a educação religiosa moldava seus caracteres com virtudes cristãs.

A preocupação em prestar auxílio e proteção às jovens desvalidas era visto como algo essencial para ajudá-las a ter aceitáveis trajetórias de vida. Em um dos relatórios e falas do presidente da província está registrada a preocupação em atender não somente as órfãs desvalidas legítimas como também as ilegítimas de forma que a ajuda dispensada pelo Asilo atendesse o maior número de jovens necessitadas.

O Asilo de Santa Tereza deixa claro sua intenção de proteger o corpo feminino já no momento de sua fundação, os Relatórios e falas do presidente da província de 18/10/1877 definem a educação ali oferecida como própria para as meninas desvalidas as protegendo “das seduções e traições do século habilitando-se pelo estudo e pelos hábitos do trabalho...”. Esse documento apresenta uma clara referência ao desejo de proteger as meninas de possíveis atitudes que fossem malvistas pela sociedade.

Nos relatórios e ofícios, existia uma preocupação em amparar as desvalidas da sociedade demonstrando tanto crescimentos nas entradas quanto preocupação em atender o maior número

possível de jovens necessitadas como é o caso de atender as órfãs ilegítimas e não somente as legítimas.

A educação era ofertada conforme o padrão para as meninas com um ensino de primeiras letras e prendas domésticas, além disso, no relatório de 13/04/1858 se encontra a informação da compra de um piano para instrução musical demonstrando a atenção para o aspecto educacional dessas jovens e até mesmo um possível interesse em oferecer um maior aburguesamento na forma como o ensino era ministrado.

Quando se analisa a educação partindo de uma discussão de gênero se percebe as diferenças que irão marcar o tipo que cada um recebia. Passando pela dicotomia entre educação e instrução. Abrantes (2014, p. 132) coloca que os homens eram instruídos para desenvolver a “inteligência” e as mulheres eram educadas “para desenvolver o caráter”, sendo assim a instrução era referente ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos como a autora chama atenção para o ensino secundário do Liceu do Maranhão (2014, p. 82) em que se tinha cadeiras básicas como gramática, matemática, geografia, mas também preparatórias diretamente para o futuro profissional como curso de comércio e curso de marinha, além disso existia preocupação em se preparar os alunos para os cursos superiores.

Outro exemplo de instituição de ensino voltada para o público masculino foi a Casa dos Educandos Artífices, criada pela Lei nº 105, de 1841 e inaugurado no mesmo ano em 25 de novembro, ali eram dadas aulas de primeiras letras e também ofertadas oficinas de alfaiate, sapateiro, marceneiro, pedreiro, surrador de cabedal⁶, entre outras, existiram outras provisórias como a de francês, geografia e instrumentos de corda. O objetivo da Casa era oferecer uma educação regular à mocidade desvalida moralizando-a, inspirando amor ao trabalho e contribuindo para a felicidade e riqueza pública (MARQUES, 1870, p. 188).

Esses dois exemplos demonstram o tipo de ensino mais científico e preparatório reservado aos homens no século XIX. Já em relação às mulheres, na segunda metade do século XIX no Maranhão o ensino público se baseava unicamente em escolas de primeiras letras em que as meninas aprendiam “ensinamentos morais e religiosos, prendas domésticas e os conhecimentos básicos de leitura, da escrita, e das quatro operações” (ABRANTES, 2014, p. 141), somente nas escolas particulares era ofertado o ensino secundário, contudo ainda tendo como enfoque “preparar a mulher para o casamento e a maternidade” (2014, p. 145).

Alguns exemplos de instituições educacionais femininas voltadas às desvalidas foram o próprio Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios e o Asilo de Santa Tereza, aqui já

⁶ Ofício para trabalhar na preparação de peles e couro.

apresentados. No caso do ensino particular tinha-se, por exemplo, o Colégio Nossa Senhora da Glória, criado em 1844, oferecia tanto um ensino primário quanto secundário para as meninas que ali aprendiam em cinco diferentes classes

1ª - Leitura, caligrafia, gramática da língua pátria, aritmética adequada à natural compreensão das meninas, doutrina cristã, civilidade e geografia; 2ª - costuras, marcas e bordados de todas as qualidades; 3ª - francês e inglês; 4ª - música e piano; 5ª - desenho e dança (ABRANTES. 2014, p. 154).

Cabe relembrar o que Scott (1994, p. 19) coloca sobre a história enquanto estudiosa de como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres foram construídos. Embora nos dias atuais essas discussões da diferença educacional tenham alterado seu foco para questões como a desigualdade de salários, elas são fruto de transformações dos debates de gênero de outras épocas e merecem a atenção pois ainda contribuem para o entendimento dos momentos contemporâneos.

Por qual motivo homens e mulheres possuíam um ensino tão diferenciado no século XIX no Maranhão? Seria um reflexo do entendimento que a sociedade da época tinha sobre como deveria ser construída a identidade dos sujeitos partindo de uma perspectiva de gênero?

Ao se tocar no elemento da política dentro do contexto de gênero Scott (1994, p. 17) coloca duas respostas sobre qual seria a natureza do interesse em controlar ou contestar os significados, a primeira seria a partir de um interesse objetivamente determinado, por exemplo em estabelecer uma dominação sexual ou econômica e a segunda a partir de um conceito de interesse que é discursivamente produzido, relativo e contextualizado. Tendo em vista essa segunda abordagem

A experiência não é vista como circunstâncias objetivas que condicionam a identidade; a identidade não é uma percepção objetivamente determinada do eu, definida por necessidades e interesses; a política não é a tomada de consciência coletiva de sujeitos individuais em situação semelhante. A política é, antes, o processo pelo qual jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência. Identidades e experiências são, nessa visão, fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares (SCOTT, 1994, p. 18).

Sendo assim, a política aqui se encaixa enquanto esse jogo de poder e saber que está envolvido na formação da identidade e experiência, partindo mais especificamente da perspectiva de gênero se cria um discurso de que ao homem e necessário um ensino científico e à mulher o ensino doméstico e maternal, sendo este o entendimento das construções de identidades, estando inclusive a educação feminina ligada ao bem estar do homem. Ao analisar artigos do periódico *Farol Maranhense*, Abrantes (2014, p. 140) coloca que

Os argumentos encontrados nesses artigos sobre instrução feminina mostram que o objetivo de educar as mulheres era para melhor formar os homens, pois a mulher instruída melhorava a sociabilidade masculina, freava as grosserias naturais do “sexo varonil” e dava o tom de polidez característico das sociedades cultas. Por essa razão, não defendiam uma educação idêntica para homens e mulheres, mas uma educação apropriada para o papel que deviam desempenhar na sociedade...

A educação ofertada pelo Asilo de Santa Tereza reforçava esse padrão de ensino diferenciado pelo gênero na oferta que proporcionava, as meninas eram moldadas para a aceitação de comportamentos e um futuro voltado para o matrimônio e maternidade, inserindo-se assim em uma estrutura maior da sociedade da época que buscava manter as mulheres nessa linha de pensamento e atitudes.

Fontes utilizadas

MARQUES, César Augusto. **Diccionario Histórico-Geographico da Província do Maranhão**. – Maranhão: Typ, do Frias, 1870.

OFÍCIOS do Asylo de Santa Thereza (1863-1870): 08/04/1862, 17/05/1862, 27/05/1862, 27/10/1862, 18/06/1864, abril/1865 (Localização APEM [Avulsos]).

RELATÓRIOS e falas dos Presidentes da Província do MA (1836-1889) (Localização APEM [Biblioteca de Apoio]):

Relatório com que o Vice-Presidente, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort, entregou à Presidência da Província do Maranhão, ao Ilmo e Exmo Sr. Comendador, Antônio Cândido da Cruz Machado, em 21/12/1855.

Relatório do Exmo Sr. Presidente Dr. Francisco Xavier Paes Barreto apresentado ao Exmo Sr. Vice-Presidente, Dr. João Pedro Dias Vieira ao passar-lhe a administração no dia 13/04/1858.

Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Franklin Américo de Meneses Dória passou a administração ao Exmo Sr. Dr. Antônio Epaminondas de Melo, em 28/10/1867.

Relatório com que o Exmo. Sr. Desembargador Ambrósio Leitão de Cunha passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente, Dr. José da Silva Maia em 04/04/1869.

Relatório que o S. Ex^a. O Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides no dia 18/10/1877 apresentou à Assembléia Legislativa Provincial por ocasião da instalação da sua sessão ordinária.

Referências

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX**. – São Luís: Editora UEMA, 2014.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2008, p. 1-11.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)**. Tese (História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. Editora Hucitec: São Paulo, 2ª edição, 2006.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. **Assistência a alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882-1892)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

SCOTT, Joan. Preface a Gender and politics of History. Tradução de Mariza Corrêa, IFCH/Unicamp, **Cadernos Pagu** (3), 1994, p. 11-27.

A submissão pela raça e o imaginário social brasileiro

Submission by race and the Brazilian social imaginary

Marcos Roberto Costa Candido¹, Anhanguera Educacional

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar o fundamento da discriminação racial supostamente autorizadora do processo de escravidão do século XV e suas implicações no imaginário social brasileiro contemporâneo. Verificou-se que esse imaginário permitiu a caracterização de novas formas de racismos, notadamente aquele arraigado de forma estrutural na sociedade. A superação desses racismos, concluiu-se, passa primordialmente pela educação, não só por meio da disseminação do conhecimento, mas também pela superação do racismo epistêmico.

Palavras-chave: Mito de Cam; Raça; Fundamento de Discriminação; Imaginário Social.

Abstract

The present work aims to analyze the basis of the authorized racial discrimination of the 15th century slavery process and its implications in the contemporary Brazilian social imaginary. It was found that this imaginary allowed the characterization of new forms of racism, notably that which is structurally rooted in society. Overcoming these racisms, it was concluded, primarily involves education, not only through the dissemination of knowledge, but also through overcoming epistemic racism.

Keywords: Cam Myth; Breed; Grounds for Discrimination; Social Imaginary.

Introdução

Ações afirmativas são mecanismos de redução de desigualdades que sempre despertaram, no meio acadêmico e social, profundos debates acerca de sua legitimidade. Recentemente, por exemplo, houve apresentação do Projeto de Lei n. 4.125/2021, de autoria do Deputado Federal Kim Kataguiri, que pretende alterar a Lei n. 12.711/2012, revogando os dispositivos que versam sobre a reserva de vagas em instituições de ensino federais a pretos, pardos, indígenas e pessoas portadoras de deficiência. O projeto ainda veda qualquer discriminação positiva fundada em cor, raça, origem ou qualquer outro critério, salvo a previsão de reserva de vagas a alunos oriundos de escolas públicas. O autor do projeto parte da premissa de que as políticas de cotas raciais previstas na Lei em vigor ferem a Constituição Federal. Nas palavras do Deputado Federal Kim Kataguiri, “a pobreza não tem cor, atinge negros e brancos” (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2022).

¹ Marcos Roberto Costa Candido é graduando do curso de Licenciatura em História pela Anhanguera Educacional. É ainda graduado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Ocupa, desde 2003, o cargo de Procurador da Fazenda Nacional.

O argumento da pretensão de supressão das cotas traz implicitamente à tona o discurso da democracia racial, pelo qual haveria convivência harmoniosa entre todas as pessoas, que teriam as mesmas oportunidades em um sistema isento de discriminações. Esse discurso, todavia, contrasta com o histórico de tratamento reservado a cada grupo social durante todo o período de colonização do Brasil e sua posterior independência.

Portanto, o que se busca é uma breve reflexão sobre o imaginário social brasileiro quanto ao papel de cada um desses grupos na sociedade. Para isso, é necessário trazer inicialmente breve histórico da origem dos conceitos de raça e suas implicações nas relações sociais, com posterior análise das consequências da evolução desse conceito de raça na sociedade brasileira e seu impacto no imaginário social.

Mito de Cam, dogma da submissão e racismo

A submissão de um homem por outro, na forma de escravidão, é fato que acompanha a história da civilização. Ao longo do tempo, a escravidão teve origem na guerra, quando os derrotados passavam a ser escravos dos vencedores, em dívidas cujo pagamento ocorria por meio do próprio corpo, em condenações e até no próprio nascimento, hipótese em que filhos de escravos que já nasciam sob essa mesma condição. Tais formas de submissão também se evidenciaram no continente Africano. Não obstante, aqui ganha relevo especificamente a servidão de povos africanos aos colonizadores europeus ocorrida no século XV e seguintes, que, distanciando-se dos casos históricos anteriormente citados, estabeleceu um novo modelo de escravidão como papel primordial na economia do emergente sistema colonial.² Esse modelo teve como fundamento de validade extensiva interpretação conferida a excerto bíblico, tudo a fim de se atribuir legitimidade aos atos de submissão.

No Antigo Testamento, a Bíblia narra que Sem, Cam e Jafé, todos filhos de Noé, teriam povoado toda a terra (Gênesis, 9:18 e 19). Isidoro de Sevilha, arcebispo da Igreja Católica que viveu entre os séculos VI e VII, na sua obra *Etymologiae* (BARNEY et al., 2006, p. 162), assim discorre sobre a origem dos nomes dos filhos de Noé:

16. Shem means “renowned,” because he got his name as a presaging of his posterity, for out of him came the patriarchs and apostles and people of God. Also from his stock came Christ, whose name is great among the nations from the rising of the sun to its setting. 17. Cham (i.e. Ham) means “warm,” and he was so named as a presaging of his future, for his posterity possessed that part

² Embora os escravos alienados aos portugueses pudessem ter sido aprisionados em momento imediatamente anterior pelas razões expostas (por exemplo, guerras), é relevante ao fim deste trabalho a condição do escravo perante o colonizador.

of the land which is warmer because the sun is near. Hence still today Egypt, in the Egyptian language, is called Kam. 18. Japheth means “width,” for from him were born the pagan nations, and because wide is the multitude of believers from among the gentiles, Japheth was named from that width. 19. Canaan the son of Ham is translated “their movement” – and what is this other than “their action”? – for because of the “motion” of his father Ham, that is, because of his action, he was cursed (Genesis 9:25).³

A partir dessa teoria da obra de Isidoro de Sevilha desenvolveu-se a ideia de que os asiáticos seriam descendentes de Sem, os africanos de Cam e os europeus de Jafé.⁴ Note-se que, quanto a Cam, o autor ressalta a posição geográfica da África, de altas temperaturas. O texto acima faz ainda referência ao fato de que Canaã, filho de Cam, teria sido amaldiçoado em decorrência de ato de seu pai. A Bíblia, em Gênesis, capítulo 9, dos versículos 21 a 27, narra o episódio em que Noé, depois de se embriagar, teria ficado nu em sua tenda. Cam, ao ver a nudez do pai, foi contar aos seus irmãos. Os irmãos, tomando o cuidado de não ver o pai naquela condição, trataram logo de cobri-lo. Eis a conclusão nos versículos 24 a 27:

24 Despertando Noé do seu vinho, soube o que lhe fizera seu filho mais moço.
25 E disse: Maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos.
26 E ajuntou Bendito seja o SENHOR, Deus de Sem e Canaã lhe seja servo.
27 Engrandeça Deus a Jafé, e habite ele nas tendas de Sem; e Canaã lhe seja servo (BÍBLIA, 2008, p. 13).

Noé teria amaldiçoado Canaã, filho de Cam, e seus descendentes, ou seja, o povo africano. Nesse contexto surgiu o fundamento de natureza religiosa autorizador da escravidão dos povos africanos, que seriam todos descendentes do amaldiçoado Cam. A submissão dos negros africanos, mais que uma autorização, encontraria um dever – por parte dos Cristãos – na Bíblia, pois, com a escravidão, os negros seriam purgados de seus pecados. As bulas do Papa Nicolau V *Dum Diversas e Romanus Pontifex*, datadas, respectivamente, de 1452 e 1455, trataram de formalizar essa autorização de escravidão quando concederam ao rei Dom Afonso V, de Portugal, a permissão para subjugar os “inimigos de Cristo”, assim considerados os

³ Em tradução nossa: Sem significa “renomado”, porque recebeu seu nome como um presságio de sua posteridade, pois dele vieram os patriarcas e apóstolos e o povo de Deus. Também de sua linhagem veio Cristo, cujo nome é grande entre as nações, desde o nascente até o poente do sol. 17. Cham (isto é, Ham) significa “quente”, e ele foi assim chamado como um presságio de seu futuro, pois sua posteridade seria possuidora daquela parte da terra que é mais quente, porque o sol está próximo. Por isso ainda hoje o Egito, na língua egípcia, é chamado de Kam. 18. Jafé significa “abertura” (expansão), pois dele nasceriam as nações pagãs, e porque grande é a multidão de crentes entre os gentios, Jafé foi nomeado dessa abertura (expansão). 19. Canaã, filho de Cam, é traduzido como “seu movimento” – e o que é isso além de “sua ação”? – pois por causa do “movimento” de seu pai Cam, isto é, por causa de sua ação, ele foi amaldiçoado.

⁴ O mapa-múndi conhecido como T e O, elaborado na Idade Média a partir da obra de Sevilha, dividia o planeta em três continentes (Ásia, Europa e África), fazendo associação da geografia às origens bíblicas dos povos em cada um deles.

pagãos e outros incrédulos. Tais bulas foram aplicadas quando da submissão dos negros africanos.

Em seu Sermão Vigésimo Sétimo, direcionado a negros, Padre Antônio Vieira estabelece a distinção entre o corpo físico e a alma, a fim de justificar que, embora aquele fosse passível de apropriação pelo homem, a alma seria livre:

Os homens não são feitos de uma só peça, como os anjos e os brutos. Os anjos e os brutos – para que nos expliquei-nos assim – são inteiriços: o anjo porque todo é espírito, o bruto porque todo é corpo. O homem não. É feito de duas peças, alma e corpo. E porque o senhor do escravo só é senhor de uma destas peças, e a capaz de domínio, que é o corpo, por isso chamais aos vossos escravos peças. E se esta derivação vos não contenta, digamos que chamais peças aos vossos escravos, assim como dizemos uma peça de ouro, uma peça de prata, uma peça de seda, ou de qualquer outra coisa das que não têm alma. E por este modo ainda fica mais claramente provado que o nome de peça não compreende a alma do escravo, e somente se entende e se estende a significar o corpo. Este é o que só se cativa, este o que só se compra e vende, este, o que só tem debaixo de sua jurisdição a fortuna, e este, enfim, o que levou de Jerusalém a Babilônia a transmigração dos filhos de Israel, e este o que traz da Etiópia ao Brasil a transmigração dos que aqui se chamam escravos e aqui continuam seu cativo. [...] De maneira, irmãos pretos, que o cativo que padeceis, por mais duro e áspero que seja ou vos pareça, não é cativo total, ou de tudo o que sois, senão meio cativo. Sois cativos naquela ametade exterior e mais vil de vós mesmos, que é o corpo, porém, na outra ametade interior e nobilíssima, que é a alma, principalmente no que a ela pertence, não sois cativos, mas livres (VIEIRA, 1998).

Da construção do Mito de Cam se seguiu o imaginário de que tudo quanto relacionado ao povo e ao continente africano estaria impregnado do que havia de pior na sociedade – sempre no intuito de se justificar a necessidade de submissão e purgação. Luis Felipe de Alencastro assim pontua quando trata do tráfico negreiro estabelecido a partir da África:

Narrativas sobre a estranheza da fauna e os rigores do clima ampliam o caráter desantropomórfico e desnaturante das perversões atribuídas às sociedades do Continente Negro. No *Esmeraldo* vem escrito que negros com rabo de cão e cobras de quarto de língua corriam soltos na Guiné. Bestiários repertoriavam, desde a antiguidade, as extravagâncias do reino animal na África. Com o advento dos Descobrimentos as transfigurações do imaginário ocidental se ampliam. Entretanto, o jesuíta Sandoval sugere um determinismo geográfico. No seu tratado sobre a escravidão negra, ele sustenta que os calores e desertos da África misturavam todas as espécies e raças da natureza nas vizinhanças dos poços, cirando um ecossistema particular capaz de engendrar hibridizações monstruosas. Tal circunstância fazia da África o continente de todas as bestialidades, o território de eleição do demônio (ALENCASTRO, 2000, p. 53).

No século XV, com as Grandes Navegações, teve início um importante processo que

culminou com o que hoje se convencionou chamar de globalização. A partir das novas rotas marítimas estabelecidas no Oceano Atlântico conquistaram-se colônias e movimentos de integração entre lugares e emigração de pessoas passaram a ocorrer. Essa integração veio acompanhada da produção de mercadorias e o seu comércio, ambos em larga escala. A mercancia ocorria entre lugares situados em diferentes e distantes pontos do globo terrestre. A grande produção teve na escravidão um de seus maiores pilares, pois tudo o que era realizado pelas colônias dependia dessa forma de mão de obra. Para além da comercialização de bens propriamente ditos, o próprio tráfico negreiro, por si só, revelou-se atividade econômica de extrema importância e que movimentou fortunas. O escravo também era, portanto, um bem de grande importância.

E aqui ganha relevância a exposição feita inicialmente, uma vez que a submissão dos africanos era fundada na necessidade salvação desse povo. Foi a partir desse fundamento que os colonizadores europeus construíram um sistema que funcionava sobre a mão de obra escrava. Destarte, a “salvação” da alma dos povos africanos serviu para justificar o comércio de milhões de pessoas, sua sujeição às mais extenuantes jornadas de trabalho, além da imposição de terríveis castigos e privações. E o mais importante, novamente: tudo ocorreu para embasar um sistema que integrou todo o globo terrestre.

Com o tempo, esse sistema evoluiu para novos conceitos que foram além do já citado dogma religioso, criando-se então o critério da raça como fator de discriminação entre as pessoas, de modo que a cada uma delas caberia determinada função dentro da sociedade. Analisando esse sistema, Aníbal Quijano produziu relevante estudo, denominado “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, demonstrando como a criação do conceito de raça serviu para o estabelecimento de distinções entre pessoas e seus papéis na sociedade, com a inserção do europeu, no papel de colonizador, no topo da cadeia. Para Quijano:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. [...] A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. [...] Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. [...] As novas identidades históricas produzidas sobre a idéia de raça foram

associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho. [...] No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus) – foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente, novas identidades históricas e sociais foram produzidas: *amarelos* e *azeitonados* (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial (QUIJANO, 2005, p. 117-119).

A submissão pela escravidão dos povos africanos, fundada em argumentos de ordem religiosa, avançou para um sistema global pautado no suposto critério biológico extraído a partir de diferenças físicas entre as pessoas. Esse sistema colocou um grupo em posição de comando e àqueles considerados inferiores foram reservadas atribuições secundárias e de sustentação de toda a cadeia de produção. O novo sistema se mantém sobre bases muito semelhantes àquelas verificadas ao início do citado movimento de integração mundial.

O imaginário social e sua reconstrução

O processo de escravidão no Brasil abarcou um período de mais de três séculos, ao passo que o padrão de poder estabelecido a partir, fundamentalmente, do critério racial, conforme nos ensinou Quijano, é processo que perdura até os dias de hoje. Esse extenso lapso temporal, em que ficaram muito bem delimitadas as funções dos grupos dentro da sociedade, resultou inegavelmente na construção de um imaginário coletivo que reflete exatamente as práticas do período.

Cada indivíduo tem seus valores morais e éticos, sua visão pessoal da sociedade em que vive, suas crenças e simbolismos e, por fim, suas próprias aspirações, não se olvidando ainda de que tudo isso também é alimentado por conceitos que lhe foram passados. A par desse sentimento individual, a sociedade como um todo também tem os seus próprios conceitos e aspirações. Assim, o imaginário social é:

[...] constituído de representações sociais que uma classe ou sociedade dá a si mesma. Uma classe social expressa suas aspirações e procura justificar seus objetivos, tanto no aspecto moral quanto legal, de modo que reconhece seu passado e imagina seu futuro. E ainda, um modo de torná-lo real através das suas representações ideológicas, pois, para que uma sociedade ou classe social

subsista e se sustente, é necessário um mínimo de coesão e de consenso. É fundamental que os agentes sociais creiam na superioridade do eixo social sobre o eixo individual, que tenham uma “consciência coletiva”. E, para isso, são essenciais as características que envolvem os aspectos simbólicos, pois a comunicação entre os homens dá-se por meio de símbolos tomados como realidades, exteriores aos estados individuais. As representações coletivas significam as coisas e impulsionam as práticas dos agentes. Expressam sempre, em algum ponto, um estado do grupo social. Existe, dessa forma, uma conexão entre o comportamento individual e a representação coletiva. O coletivo se produz através de uma rede de sentidos, composta por referências, por meio das quais os indivíduos se comunicam, estabelecem uma identidade comum, designam suas relações com seus pares, instituições, etc. (HOELLER, 2007, p. 3-4).

Como dito, o imaginário social brasileiro não se afasta das práticas realizadas ao longo de séculos no que toca aos conceitos de raça. O Mito de Cam e as distinções que as “raças” pretensamente autorizam estão arraigados no imaginário da nossa sociedade. Assim, aspectos relacionados à cultura, religiosidade e costumes dos povos inferiorizados acabaram por ser associados a práticas ruins. Quando se fala em candomblé e seus rituais, por exemplo, a associação do imaginário é de que se trata de uma prática associada ao mal. Aliás, o vocábulo “macumba”, embora designativo de instrumento musical de origem africana, tomou o significado pejorativo de prática tencionada ao mal – justamente pelo uso desse instrumento em rituais religiosos africanos. O negro trajado com camisa social e gravata é sempre visto como aquele que exerce função de servidão, como motorista ou porteiro, por exemplo. Note-se que os serviços, nesses casos e salvo exceções, são prestados a brancos. O negro uniformizado com o branco jamais é visto como o médico, mas sim como um de seus auxiliares. Outro exemplo bastante simbólico ocorreu durante os preparativos para o carnaval do ano de 2022, quando conhecida advogada e apresentadora de TV, branca, assim declarou quando perguntada sobre sua participação na festa popular: “Vejo como uma chance de desconstruir estereótipos. Afinal, por que a musa não pode ser uma intelectual? [...] Vou desfilar cheia de brilho e com meus looks de carnaval sabendo que meu diploma de Mestrado pela USP continua válido” (PASIN, 2022). A fala da advogada denota o imaginário de que o carnaval, celebração que no Brasil ganhou relevância pela grande participação dos negros, não se coaduna com pessoas tidas como “intelectuais”, sendo, portanto, reservado às pessoas dotadas de pouco estudo – corroborando a condição do negro construída ao longo dos séculos.

A par de tais observações do autor, empíricas e desprovidas de rigor científico, é importante trazer a questão ao plano concreto, estatístico. Algumas informações do estudo *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019a) são oportunas. Na

busca pela igualdade, um dos aspectos de grande relevância é a justa distribuição de renda. O estudo indica que o número de pretos e pardos vivendo na linha de pobreza ou de extrema pobreza é mais que o dobro de brancos nessa mesma condição. No mercado de trabalho, o estudo revela:

[...] uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho. A presença de pretos ou pardos é mais acentuada nas atividades de Agropecuária (60,7%), na Construção (64,1%) e nos Serviços domésticos (65,3%), justamente as atividades que possuíam rendimentos inferiores à média em todos os anos da série histórica [...]. Por outro lado, Informação, financeira e outras atividades profissionais e Administração pública, educação, saúde e serviços sociais, cujos rendimentos foram bastante superiores à média, foram os agrupamentos de atividades que contaram com maior participação de pessoas ocupadas de cor ou raça branca (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019a, p. 25-26).

Além da segmentação por atividades – já inerente ao imaginário de que aos brancos competem as atividades consideradas mais importantes –, o estudo demonstra que a população branca tende a ter rendimentos superiores aos da população preta ou parda em resultado que se mantém pelo menos desde o ano de 2012. Por fim, o mercado informal é dominado por pretos e pardos, segundo o estudo. Outro estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019b), mostra que nos índices de alfabetização, violência e de representação política também se evidencia a desigualdade. A taxa de analfabetismo entre brancos é de 3,9%, ao passo que a de negros e pardos é de 9,1%. A taxa de homicídios, por grupo de 100 mil jovens, é de 34,0 para os brancos, enquanto que o de negros e pardos é de 98,5. Finalmente, no campo político, apenas 24,4% dos deputados federais eleitos em 2018 eram pretos ou pardos.

Analisando a condição da mulher negra nos Estados Unidos no período pós-abolição, Angela Davis observa que um grande número seguia trabalhando no campo, muitas vezes em sob condições “contratuais” que as colocavam em situação de verdadeira servidão por dívidas contraídas com os proprietários das terras. Outra grande parte das mulheres negras se ocupavam na prestação de serviços domésticos. “Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, ‘serviço doméstico’ devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão” (DAVIS, 2016, p. 95-98). Quando poucas conseguiam chegar à indústria, eram relegadas aos piores trabalhos e com remuneração sempre inferior. Com isso, a ascensão social da mulher negra era sempre muito difícil, quando não impossível, o que nos permite inferir que a raça atua fortemente como fator determinante de classe.

No Brasil, a trajetória do negro foi analisada por Lélia González e Carlos Hasenbalg tomando por ponto de partida o golpe militar de 1964. Após o golpe, com a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro e a expansão dos latifúndios, a população rural – massivamente negra – passa a se deslocar para os grandes centros urbanos. Essa nova mão de obra, barata, foi copiosamente empregada na construção civil e na prestação de serviços, obviamente no exercício de atividades para as quais se exigia pouca ou nenhuma qualificação. Como consequência, esse trabalhador tinha as piores remunerações e estava fadado – diante das naturais dificuldades de acesso, p.ex., à moradia e educação – a ocupar as classes mais baixas. Os autores, com precisão, concluem:

Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado; ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social individual. Suas possibilidades de escapar às limitações de uma posição social baixa são menores que as dos brancos da mesma origem social, assim como são maiores as dificuldades para manter as posições já conquistadas (GONZÁLEZ; HASENBALG, 2002, p. 121-122).

Abdias Nascimento, em 1976, em ensaio destinado ao Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras e Africanas, realizado na Nigéria – onde se exilava –, já tratava de todos os pontos acima. De forma incisiva, demonstrou como o negro é marginalizado pela sociedade. Suas culturas e religiões são sufocadas e é sempre barrado seu acesso ao ensino e à moradia digna. Além disso, é o alvo prioritário de toda sorte de violência urbana. Para Abdias Nascimento, não se trata do acaso. Trata-se, na verdade, de ação orquestrada cujo fim é um só: o genocídio do negro. Ele não pôde apresentar seu ensaio, fora rejeitado, como ele mesmo registra, pelo *establishment*, o que não o impediu de ainda assim levar o seu conteúdo aos participantes e posteriormente transformá-lo em valiosa obra. Ele bem resume, nessa obra, a vida do negro:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta na discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa da carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. Alegações de que esta estratificação é “não racial” ou “puramente social e econômica” são chavões que se repetem e racionalizações basicamente racistas: pois o fato

social determina a posição social e econômica na sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2016, p. 101).

Passados mais de quarenta anos do levante de Abdias Nascimento, um novo olhar foi trazido por Silvio Almeida, que vê na situação do negro não só o racismo individual, em que há geralmente uma atuação pessoal e direta, ou o racismo institucional, em que as instituições, sob o poder do grupo dominante, funcionam de modo a assegurar a manutenção de privilégios ou desvantagens. O quadro exposto vai ao encontro daquilo que esse autor concebeu como “racismo estrutural”:

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (ALMEIDA, 2019, n. p.).

É importante, antes de prosseguir, fazer um registro acerca do papel do negro no curso de todo esse processo. Quando se optou pelo uso da expressão “submissão” no presente trabalho, buscou-se evidenciar como o sistema, desde o início da diáspora africana e até os dias atuais de racismo estrutural, sempre tentou, vale dizer, submeter os povos africanos ao seu funcionamento. O que se verifica ao longo do tempo, portanto, é essa constante tentativa de imposição. Entretanto, sob a perspectiva dos povos africanos, em nenhum momento houve aceitação passiva das imposições. Abordando o papel do escravo e suas formas de resistência, João José Reis e Eduardo Silva (1989, p. 7) lembram que “os escravos não foram vítimas nem heróis o tempo todo, se situando na sua maioria e a maior parte do tempo numa zona de indefinição entre um e outro pólo”. Os autores demonstram como os negros escravizados resistiam por fugas, rebeliões, formação de comunidades, compra de alforria, recurso ao Poder Judiciário e muitas vezes negociações com seus senhores – que envolviam de um descanso semanal à possibilidade de exercer sua religião. Portanto, embora escravizados, os negros estavam a todo momento resistindo e firmando sua individualidade. A luta, evidentemente, não terminou com a abolição da escravidão e o reconhecimento de direitos civis. O negro continua a árdua batalha contra o racismo estrutural por meio de movimentos organizados, associações, expressões culturais e uma ainda muito tímida representação nas instituições.

Estabelecido um determinado estado de coisas, é natural que as forças sociais empreendam esforço pela manutenção desse estado. E assim vem sendo ao longo dos séculos. O episódio das cotas citado ao início deste trabalho teve o objetivo exatamente de bem ilustrar

o que se analisa neste momento. As cotas raciais constituem-se em valioso instrumento de efetiva inclusão dos grupos marginalizados na sociedade, seja em concurso público, quando se propicia o acesso ao mercado de trabalho, seja em vestibulares, quando há inserção no processo de educação superior – e que será decisivo na futura participação no próprio mercado de trabalho. A dita reação natural, pela manutenção do estado de coisas, é a afirmativa, contrária aos fatos, de que não se justifica o mecanismo de cotas, pois não há desigualdade. Numa clara inversão de valores, diz-se que o sistema é que acaba por segregar a população. Como exposto na introdução, aparenta estar presente o velho discurso da democracia racial, sobre a qual vale trazer a seguinte lição:

Democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. A Lei Áurea, 1888, aboliu a escravidão, o principal dispositivo institucional de opressão dos negros no Brasil. Em 1889, a proclamação da República universalizou, em tese, o direito à cidadania. Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc. No entanto, não podemos esquecer que, segundo o art. 70, título IV, da Constituição de 1891, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar e ser votados, entre outros, os analfabetos, condição na qual se encontrava a maioria da população negra, em São Paulo, no alvorecer da República. Assim, a inexistência de igualdade política anulava, na prática, muito dos supostos avanços na teoria (DOMINGUES, 2005, p. 116-117).

Portanto, é na democracia racial que encontra amparo argumento utilizado no projeto de lei que pretende expurgar do nosso ordenamento jurídico o sistema de cotas e tudo o que ele representa. A democracia racial aproxima-se muito do antigo conceito jurídico de igualdade, pelo qual a lei não pode estabelecer distinções entre as pessoas, e tão somente. Todavia, tal conceito há muito evoluiu para que a igualdade seja entendida como a impossibilidade de criação de distinções entre pessoas que se encontrem na mesma situação, ou seja, iguais. Entre desiguais, pelo contrário, a lei pode e deve prever distinções até que se atinja a igualdade de fato – a chamada igualdade material ou substancial.

Um novo imaginário social deve abraçar a igualdade material, real. Nada menos que isso. A alteração do estado atual é atividade árdua e que passa fundamentalmente pela educação, e desde as idades mais tenras. Já na educação básica devem compor os currículos escolares, em disciplinas regulares e específicas, atividades voltadas à conscientização do aluno quanto ao seu papel na sociedade. Às crianças devem ser ensinadas boas práticas que permitam incutir em sua formação a importância da igualdade e a gravidade das consequências do racismo. A

família, evidentemente, tem participação importante nesse processo, mas é justamente pela existência do imaginário social que a atuação do professor em sala de aula ganha relevância. O professor é capaz de trazer ao aluno o protagonismo na discussão externa do tema, para que então ele próprio passe a formar seus valores. Ao cidadão cabe a consciência da importância da sua atuação na vida política da sociedade quando da escolha de seus representantes, que serão o retrato social nas instituições de poder. A propósito, o fato utilizado como ponto de partida deste estudo teve origem na Câmara dos Deputados, casa legislativa onde estão, segundo a Constituição Federal, os representantes do povo. Finalmente, o Estado deve se fazer presente, inclusive por meio de programas sociais. Nesse ponto, o primeiro estudo do IBGE citado neste tópico demonstra em números a importância, por exemplo, de programas de distribuição de renda.

Pela grande relevância do tema, encerramos chamando a atenção para a urgente necessidade da plena inclusão dos negros no sistema educacional – reforçando uma vez mais o acerto das cotas – e da valorização e incentivo da produção intelectual de autores negros. Aparecida Sueli Carneiro, em primoroso trabalho, demonstrou como a produção e a difusão do conhecimento são usadas como mecanismos de dominação. O chamado epistemicídio vem ocorrendo tanto pela desqualificação do conhecimento produzido pelos negros como pelo enaltecimento das obras nas quais os brancos se legitimam. “Assim, da destruição e/ou desqualificação da cultura do dominado, o epistemicídio retira a legitimidade epistemológica do dominador, justificando a hegemonização cultural da modernidade ocidental” (CARNEIRO, 2005, p. 101).

Em arremate, é fundamental o ensino da História, pois a desconstrução do racismo epistêmico passa necessariamente pela valorização da historiografia dos grupos marginalizados. As grades curriculares devem contemplar tópicos específicos da História da África e dos povos originários, mas não contada da perspectiva europeia. Contudo, não basta a inclusão formal de tais conteúdos em grades, deve o professor efetivamente transmitir o conhecimento a partir dessa nova perspectiva. Essa transmissão de conhecimento:

[...] é propor bibliografias que apresente a história do continente africano e dos povos negros livre de estereótipos, apresentar suas sociedades organizadas e diversas técnicas e tecnologias, é retificar (e ratificar) que a África tem uma história e que não se resume ao tráfico de pessoas escravizadas e à pobreza [...]. Para além de traçar e compreender a história da África através de sua população, povoamentos, coexistência humana com a natureza, sociedades duradouras e da defesa e resistência à agressão estrangeira, é necessário que a prática docente possa internalizá-la e suscitar pertencimentos [...], pois a História da África encontra no Brasil um ponto convergente, seu legado

preenche uma lacuna na compreensão do processo da formação do povo brasileiro, caso contrário, [...] permitiremos que o processo de ensino-aprendizagem, continue a ser alienado, vítima da dominação cultural, que silencia e sujeita a cultura negra e africana a um conjunto de representações estereotipadas (ARAÚJO; SANTOS, 2020, p. 82).

Conclusão

Buscou-se neste trabalho demonstrar a origem e a evolução das distinções estabelecidas a partir do conceito de raça. No Mito de Cam foram expostas as razões de ordem religiosa utilizadas como justificativa do processo de escravização de povos africanos. O processo de globalização e suas consequências foram expostos partindo do estudo de Anibal Quijano. Tratou-se, por fim, da construção do imaginário social e suas repercussões na sociedade, bem como das formas de se superar um estado de coisas estabelecido.

Concluimos que o professor tem a responsabilidade de, em sala de aula e já no alicerce da educação básica, demonstrar a origem e persistência da desigualdade, o quanto ela é reprovável e nociva e quão importantes são as medidas de compensação. Nisso, deve ser amparado por previsões específicas nas grades curriculares regulares e mediante a criação de disciplinas específicas. A Base Nacional Comum Curricular, quando prevê a abordagem de Temas Transversais Contemporâneos – TCTs já abre grande margem para que a questão da igualdade seja bem tratada em sala de aula. Com isso, amanhã, os novos cidadãos poderão não se deixar levar pelo discurso da democracia racial.

Ao Estado cabe, em sua atividade legislativa, a criação de leis – e não a sua extinção, como aqui se viu – visando à redução das desigualdades e fazendo valer as regras e princípios já previstos na nossa Constituição; em sua atividade executiva, deve implementar políticas públicas, por exemplo, nas áreas da educação e de assistência social; finalmente, quando chamado a decidir em sua atividade judiciária, deve impor os preceitos que busquem a igualdade, sempre afastando as persistentes práticas contrárias a ela. Na educação, é preciso transpor o epistemicídio e dar protagonismo às produções de autores negros.

Referências

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto acaba com cotas baseadas em ou raça nas universidades. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, DF, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3xUC0Wh/>. Acesso em: 14 abr. 2022.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. E-book.

- ARAÚJO, Serinaldo Oliveira; SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. Educação e decolonialidade: A história da África e diáspora longe do olhar europeu. **Pindorama**, Eunápolis, v. 11, n. 1, p. 72-84, 2020.
- BARNEY, Stephen A. et al. (org.). **The Etymologies of Isidore of Seville**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus, v. 6, n. 10, 2005, p. 116-131.
- GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- HOELLER, Solange Aparecida de Oliveira. Imaginário social e a formação do sujeito alfabetizador. **Linhas**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3b5EDf3>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3QnEaEW>. Acesso em 26 abr. 2022.
- IVO, Isnara Pereira; JESUS, José Robson Gomes. Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla. **Dimensões**, Vitória, v. 43, 2019, p. 28-62.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- PASIN, Lucas. Gabriela Prioli estreia como musa: ‘Chance de desconstruir estereótipos’. **UOL**. São Paulo, 20 abr. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3b5E3Op>. Acesso em: 26 maio 2022.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- VIEIRA, Antônio. Sermão Vigésimo Sétimo com o Santíssimo Sacramento Exposto. **Literatura Brasileira: textos literários em meio eletrônico**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3xRIFk6>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Apontamentos sobre a Federação Estadual de Teatro Amador - FESTA/CE: movimentações e articulações no Vale do Jaguaribe

*Notes on the State Federation of Amateur Theater - FESTA/CE: movements and articulations
in the Jaguaribe Valley*

Yasmin Ferreira Maia¹, UECE

Yanka Araújo Lima², UERN

Resumo

Este artigo visa discutir a atuação da Federação Estadual de Teatro Amador - FESTA/CE na região do Vale do Jaguaribe³, na intenção de explorar os traços das movimentações e articulações específicas da entidade. Considerando, principalmente, as ações de interiorização efetuadas no interior do Estado, pensando aqui enquanto medidas que provocaram fortes impactos na cena teatral jaguaribana. Para isso, utilizaremos a metodologia da História Oral como instrumento eficaz para a produção e tratamento da fonte oral, nesse caso, levando em conta as narrativas construídas por Francisco Franciner Lourenço Lima, um sujeito atuante do meio teatral russo que participou como membro da FESTA.

Palavras-chave: Teatro; FESTA; Vale do Jaguaribe.

Abstract

This article aims to discuss the performance of the State Federation of Amateur Theater - FESTA / CE in the region of Vale do Jaguaribe, with the intention of exploring the traces of the movements and specific articulations of the entity. Considering, mainly, the actions of interiorization carried out in the interior of the State, thinking here as measures that caused strong impacts on the Jaguariba theatrical scene. For this, we will use the methodology of Oral History as an effective instrument for the production and treatment of the oral source, in this case, taking into account the narratives constructed by Francisco Franciner Lourenço Lima, an active subject of the Russian theatrical environment who participated as a member of FESTA.

Keywords: Theatre; FESTA; Jaguaribe Valley.

A Federação Estadual de Teatro Amador Cearense em cena

Antes de tudo, torna-se importante situar que o advento da Federação Estadual de Teatro Amador - FESTA no Estado do Ceará se deu no ano de 1976, período em que o país vivia uma

¹ Yasmin Ferreira Maia, UECE. cursando o mestrado pelo PPGHCE-UECE. yasminfmaia19@gmail.com. Bolsista CAPES.

² Yanka Araújo Lima, UERN. Mestre pelo PPGCISH-UERN. yankaaraujolima@gmail.com

³ O Vale do Jaguaribe é uma região do Estado do Ceará, conhecida por ser cortada pelo Rio Jaguaribe, um dos rios cearenses mais importantes. Atualmente a região abrange os seguintes municípios: Russas, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Quixeré, Jaguaratama, Alto Santo, Pereiro, Iracema, Jaguaribara, São João do Jaguaribe, Ererê e Potiretama. No entanto, no recorte temporal do presente artigo, o Vale do Jaguaribe era composto pelos municípios: Quixeré, Palhano, Russas, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Aracati, Jaguaruana, Itaiçaba, Icapuí.

ditadura militar e tinha passado por grandes alterações em seu quadro político, econômico, social e cultural desde o golpe civil-militar que retirou da presidência João Goulart no ano de 1964, para que os militares pudessem tomar o poder.

O Brasil estava sob um Estado autoritário que suprimiu direitos e liberdades da sociedade, que combatia com violência e repressão aqueles que se mostravam contrários ao regime. Nesse período, o Estado produziu diversos atos institucionais, de caráter bastante rígidos e procurava validar formalmente as ações do sistema e reduzir determinados poderes, como o legislativo e o judiciário, aumentando propositadamente o poder executivo, sendo o AI-5 o mais duro ato institucional de todos. De acordo com Araújo (2013) para uma imensa parcela de analistas políticos, o AI-5 significou essencialmente, um golpe dentro do golpe.

Diante desse contexto, a FESTA foi criada na cidade de Fortaleza-CE, tendo como um de seus principais fundadores o russo José Carlos Matos⁴ (Figura 1), do qual se tornou presidente. O teatrólogo procurou exercer um papel importante para o desenvolvimento do teatro amador tanto no Estado do Ceará como em âmbito nacional.

Figura 1: José Carlos Matos.



Fonte: Acervo da Oficarte (Grupo teatral amador da cidade de Russas-CE).

Antes mesmo da fundação da FESTA, empenhou-se na fundação do Grupo Independente de Teatro Amador - GRITA no ano de 1973 e na Confederação Nacional de Teatro Amador - CONFENATA no ano de 1975. José Carlos Matos foi considerado uma

⁴ É natural da cidade de Russas-CE, tendo assumido a função de ator, diretor de teatro, docente (possuindo formação nas áreas de Filosofia, Sociologia e História pela Universidade Estadual do Ceará- UECE e no campo das artes possuindo formação de ator no curso de Arte Dramática da Faculdade de Artes e Arquitetura da Universidade Federal do Ceará - UFC).

liderança cultural e política por sua luta pelo teatro amador e pelos esforços combativos ao regime militar brasileiro, tendo este feito parte do Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR-8. De acordo com Moreira (2021) este tem sua identidade construída enquanto uma pessoa articuladora, política e intelectual, na tentativa de conservar a sua memória em torno da sua trajetória (Figura 2).

Figura 2: José Carlos Matos à esquerda, no espetáculo *Fala Favela* de Adriano Espínola, em 1980, encenado pelo Grupo Teatral Grita.



Fonte: Acervo da Oficarte.

Podemos pensar que a FESTA está situada naquilo que Costa (2007) denominou de quarta fase do teatro cearense, que compreende o período de 1970 a 1995, onde temos além da atuação da FESTA, a do grupo Grita e Balaio, além de outros teatros inaugurados em Fortaleza-CE, tais como o IBEU- Centro e Aldeota e o Teatro Carlos Câmara. A subdivisão proposta por Costa foi uma maneira encontrada para organizar os acontecimentos que mais marcaram significativamente a história teatral cearense. No entanto, a subdivisão considera especialmente as questões que permeiam a capital cearense e as suas áreas mais próximas. Ainda sobre a figura de José Carlos Matos, o documento abaixo explicita que:

A partir do começo dos anos setenta, suas propostas de trabalho e sua atividade profícua, vêm marcando com nitidez o panorama da arte teatral no Ceará. Profundo conhecedor da cultura popular e estudioso persistente de nossa realidade, ao lado do intelectual brilhante, ele era o homem de ação e o organizador incansável. Por suas mãos passaram todas as mais importantes iniciativas do teatro cearense, na última década. Firme defensor da liberdade de expressão, em José Carlos, junto ao artista, estava o político, que nunca se negou a participar ativamente das lutas populares.⁵

⁵ Trata-se de um documento intitulado “Tombo em plena luta”, produzido em homenagem ao teatrólogo pelo grupo teatral Oficarte.

O fragmento da memória tem o objetivo de esculpir a figura de José Carlos Matos, sendo rememorada constantemente pelos artistas da cidade de Russas-CE, que cultivam orgulhosamente os aspectos da sua trajetória. Evidenciamos no trecho a sensibilidade manifestada na tentativa de representação do sujeito por parte da classe artística russana. O fascínio pelo teatrólogo é bastante expressivo nos eventos que ocorriam na referida cidade, como a Semana de Teatro de Russas-CE, realizada em 1988, onde: “Frank, falou também sobre José Carlos Matos, que já fora aluno daquela escola e do colégio estadual. Ressaltou que ele foi um dos maiores teatrólogos do Ceará e morreu no acidente aéreo na serra da Pacatuba em 1982 e que a comemoração dessa semana era em homenagem a ele.” (Relatório do Arco Íris, 1988).

É válido ressaltar que a classe artística russana não poupou esforços para reacender a memória de José Carlos Matos, frequentemente sacralizada. Os artistas locais e das demais cidades da região tinham de uma forma geral, consciência do alcance artístico e político do teatrólogo, sendo encarado por eles enquanto um artista engajado e bastante ativo em seu tempo, assim, homenageá-lo de diferentes formas, era a maneira encontrada para propor representações simbólicas da sua figura.

No tocante a entidade aqui tratada, recorremos a Francisco Franciner Lourenço Lima, que anuncia:

A FESTA representava o movimento de teatro amador no Ceará, movimento este que lutava pelo fim da ditadura, da exploração do homem pelo homem, da opressão, pelas liberdades individuais e coletivas, pela garantia dos direitos humanos, pela anistia e contra a censura. Entre suas ações destaca-se a articulação e organização dos grupos teatrais, a formação artística e a circulação de espetáculos. (FRANCINER LOURENÇO, 31 de setembro de 2017)

Ao analisarmos o depoimento oral, percebemos que o narrador elabora uma determinada imagem da FESTA, na qual possuía a função de engajar grupos artísticos, sujeitos ligados ao teatro, que estavam espalhados e isolados uns dos outros, na intenção de promover o desenvolvimento do teatro amador em todo o Estado do Ceará, sem, no entanto, deixar de discutir os interesses da classe artística em uma conjuntura marcada pelos ditames da ditadura militar. Podemos enxergar a partir do relato a função social da arte, mais precisamente do teatro e de como este está atrelado à conjuntura social a qual está inserido.

Neste sentido o teatro é um instrumento de resistência e autor de mudanças sociais, na medida em que “...só poderemos descrever o mundo atual para o homem atual, na medida em que o descrevermos como um mundo passível de modificação.” (BRECHT, 1978, p.6). No

relato é possível observar que o teatro proposto pelo grupo FESTA insere em seu contexto o mundo atual, as circunstâncias sociais que passavam no período.

Voltar ao passado, trabalhar o presente, representando-os, o exercício de reflexão que o teatro proporciona é um ato político, onde o teatro é capaz de socializar, interpretar, encenar, reconstruir e narrar. Deste modo, ocorre uma relação da arte com o povo, onde é palpável a contribuição do teatro com contexto social e político.

Admitimos aqui que “a experiência dos artistas e o seu testemunho dizem, em geral, que a arte não é uma atividade que nasce da força de vontade. Esta vem depois. A arte teria a ver primeiramente com as potências do conhecimento: a intuição, a imaginação, a percepção e a memória” (BOSI, 1996, p.11). Assim, salientamos, que a FESTA procurava se posicionar politicamente nesse período, demonstrando que o engajamento político com a realidade social era um de seus traços constitutivos, na qual entendemos o engajamento como:

Há assim no engajamento a ideia central de uma escolha que é preciso fazer. No sentido figurado, engajar-se é desde então tomar uma direção, fazer a escolha de se integrar numa empreitada, de se colocar numa situação determinada, e de aceitar os constrangimentos e as responsabilidades contidas na escolha. Por conseguinte, e sempre de modo figurado, engajar-se consiste em praticar uma ação, voluntária e efetiva, que manifesta e materializa a escolha efetuada conscientemente (DENNIS, 2002, p. 32).

Fica evidente, que a FESTA fez uma escolha ao utilizar o teatro amador como meio de crítica social, característica essa que delineou a sua trajetória de engajamento no decorrer dos anos. Mas o que é ser amador? É inegável que a expressão carrega historicamente um caráter pejorativo, muito em virtude de um certo desconhecimento do seu traço simbólico. Entretanto, ao contrário do que muitos veiculam, o amadorismo não está relacionado a produzir teatro de maneira mediana ou com inexpressiva qualidade estética. Ser amador é ocupar uma posição no campo artístico, compreende uma atitude de buscar desenvolver arte sem estar formalmente vinculada a circuitos comerciais, que costumam exigir o cumprimento de determinadas demandas. Para a entidade em questão, procurar fazer teatro amador representava uma constante luta política, uma maneira de existir no mundo social e resistir a outras formas de imposições simbólicas no campo da arte.

É bem verdade, também, que “o teatro amador, como a designação indica, é aquele praticado por um grupo de pessoas que apreciam o teatro, executam-no com dedicação, mas sem dele tirar proveito econômico. Em caso de lucro, a importância cobrirá os gastos da montagem ou será encaminhada para entidades previamente escolhidas” (GUINSBURG; FARIA; LIMA, 2009, p. 22). No entanto, precisamos considerar que o amadorismo perpetuado

pela FESTA estava em consonância com os movimentos de teatro amador no âmbito da esfera nacional e também da América Latina, que possuía em termos de militância política, bandeiras próprias, bem como a produção de sentidos políticos na prática do teatro como meio de crítica da realidade social. Vale ressaltar, que o teatro amador muito contribuiu e tem contribuído para a cena teatral brasileira ao longo da sua história (FARIA; GUINSBURG; LIMA, 2009). Visando delimitar as atividades teatrais amadoras e profissionais, ressaltamos que:

[...] todo aquele teatro que acontece sem fins de subsistência, ou seja, aquele teatro que envolve dimensão simbólica de gozo e vivências para alguém das necessidades financeiras que regem o mercado cultural e os agentes que nele atuam. Coletivos de artistas que se unem com finalidade de jogar, de pesquisar ou de montar espetáculos, bem como os grupos estudantis, serão considerados amadores na medida em que não forem fonte de subsistência financeira dos sujeitos artistas neles envolvidos e não estiverem inseridos em circuitos comerciais de espetáculos. Por conseguinte, atividades profissionais serão consideradas aquelas atividades ligadas às artes cênicas (seja na produção, atuação, docência ou funções técnicas) que envolvam fontes de renda e subsistência dos sujeitos pesquisados (FERREIRA, 2014, p. 92).

De maneira geral, percebemos que a característica que determina a diferença entre um e outro é o caráter econômico, enquanto o amadorismo não elege a atividade artística como meio de subsistência, o profissionalismo tem relação direta com os proventos que ela pode resultar. Artistas amadores costumam possuir empregos e/ou atividades autônomas que lhes garantem o sustento, já os artistas profissionais sobrevivem com o capital que os circuitos comerciais distribuem pela realização do trabalho artístico.

A FESTA cumpria também funções administrativas da categoria, como ajudava a tornar os grupos teatrais amadores órgãos jurídicos perante o Estado e a sociedade, tendo em vista que esta possuía essa representatividade no âmbito estadual.

Dando sequência a narrativa oral, o narrador continua a dizer que “a FESTA contribuiu para que tomássemos consciência da importância do fazer teatral para a mudança da sociedade, para nos colocar no centro dos acontecimentos políticos e culturais e nos processos formativos dos grupos através de oficinas e seminários.” (FRANCINER LOURENÇO, 31 de setembro de 2017). É perceptível a presença do movimento político desde que a FESTA estava embrionária, onde no amadorismo se fazia resistência, luta e a democratização da arte.

Desse modo, entendemos a partir de Paulo Freire que “a conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. [...] não pode existir fora das “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. [...]” (FREIRE, 1979, p. 15),

além do que o entrevistado parece-nos demonstrar ser um ferrenho defensor da FESTA, exaltando que ela procurava executar ações importantes, como desenvolver formações, tais como oficinas e encontros visando fortalecer o fazer teatral amador, discutindo questões de natureza política, considerada necessária no âmbito da entidade. É importante lembrar que “não somente as manifestações teatrais se nutrem da sociedade e seus indivíduos para se concretizar, como também estes podem incorporar metáforas do palco (dramatização, performance, teatralidade etc.) na sua vida cotidiana” (GARCIA, 2019, p. 119).

Nesse sentido, ressaltamos, que por ser a memória construções operadas no presente a partir de olhares desse tempo em relação ao passado, o ato de rememorar produz sempre “reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” (BOSI, 1994, p. 20). Ao indicar os traços que acreditam ter constituído a entidade, bem como a sua identidade⁶, o narrador delinea a importância da FESTA para o campo artístico⁷, forjando uma memória que procura legitimar e validar a atuação do órgão nesse período. Isto ocorre, principalmente, pelo fato de o sujeito em questão ter feito parte da FESTA, ou seja, é uma fala ecoada a partir de alguém que foi de dentro.

A atuação da FESTA no Vale do Jaguaribe-CE

Se voltarmos nossa atenção à historicidade da FESTA, deparamo-nos com o fato de que a organização não agiu somente na capital cearense e em áreas circunvizinhas, mas abrangeu a partir de meados da década de 1980, muitas regiões do Estado do Ceará, sendo o Vale do Jaguaribe uma delas. A região tem um capítulo específico nas páginas da história da FESTA, que compreende reminiscências na qual temos a intenção de explorar. De uma maneira geral, partimos do pressuposto que:

O que se encontra na prateleira ao dispor do interessado são colchas de retalhos e fragmentos, recortes localizados. [...] A respeito de diversas regiões do Brasil, conhecemos muito pouco de sua história teatral; são mínimas as informações disponíveis sobre a história do circo, um capítulo decisivo para o conhecimento do teatro praticado no interior. A própria história de inúmeras companhias de atores, pequenas, efêmeras, permanece sem ser escrita. [...] Assim, a História do Teatro Brasileiro é sempre um desafio proposto às sucessivas gerações de estudiosos. Ou seja, a História do Teatro Brasileiro

⁶ Entendemos a memória como a responsável por construir a identidade, pois o sujeito realiza escolhas memoriais no processo de representação de si próprio e do grupo em que está vinculado (CANDAUI, 2012).

⁷ Extraímos a noção de campo artístico a partir das contribuições de Bourdieu, que entende como uma arena particular, um campo de forças que encontram-se as posições e disposições dos indivíduos e grupos, espaço onde lutam pelas representações e entram em concorrências acirradas pelo monopólio de autoridade artística (BOURDIEU, 1996).

permanece por ser escrita, não foi escrita ainda (BRANDÃO, 2010, p. 338-339).

O nosso interesse em abordar a FESTA manifestou-se devido haver poucos fragmentos dela na prateleira do teatro cearense, especialmente, em relação a algumas regiões, como a de interesse deste artigo. No entanto, é importante deixar claro que a FESTA constitui uma rede extensa de aspectos, a interiorização torna-se apenas um dos elementos que envolvem a sua historicidade. Lembrando que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224). Francisco Franciner Lourenço Lima relata como foi o seu ingresso na FESTA e como funcionou o processo de interiorização:

Minha entrada na Federação se deu por volta de 1986 mediante ao convite de dois companheiros da região que moravam em Fortaleza e eram filiados à mesma, eram eles Antônio Rodrigues natural de Morada Nova e César Maia de Limoeiro. Antônio fazia parte da diretoria e era um dos responsáveis pela ação de interiorização. Neste período a FESTA se encontrava muito atuante e com este projeto de chegar até o interior. Passei a fazer parte do Conselho Diretor e juntamente com o Antônio Rodrigues passamos a visitar vários municípios do interior cearense. [...] Em meados dos anos 80 começa um processo de interiorização da FESTA e inicia também o surgimento de alguns grupos na região, esta ação de chegar aos mais distantes municípios foi muito importante no sentido de levar formação e informação para os novos grupos e tirando do isolamento aqueles já existentes (FRANCINER LOURENÇO, 31 de setembro de 2017).

No trecho acima, sinaliza que a FESTA procurou, através das artes cênicas, atingir os mais distantes e habitados chãos do interior do Estado do Ceará, mostrando-se operante no tocante a interiorização do seu trabalho, sendo preciso visitar de forma sistemática vários municípios. Entendemos o processo de interiorização da FESTA como uma forma de tornar a prática amadora mais consistente e potente, que pudesse estar disseminada em termos de fazer teatral e ideias propulsoras para além da capital.

Analisando a fonte oral, podemos perceber que o narrador defende não apenas a necessidade, mas a importância da atividade desenvolvida pela organização em questão, pelo fato de detalhar minuciosamente as direções tomadas por ela. Deve-se levar em conta que representa uma fala ecoada a partir de “dentro”, um discurso proferido por alguém que fez parte da entidade, ou seja, que tem a função de convencer o outro.

Além disso, cabe salientar que o entrevistado demonstra que a FESTA buscou demarcar o funcionamento da atividade teatral amadora no estado, procurando estabelecer as diferenças

entre a prática amadora e profissional com o objetivo de delimitar os seus aspectos simbólicos de sobrevivência e resistência a outras formas de imposições sociais.

Não podemos perder de vista que a atitude da FESTA é uma forma de resistência, ou seja, ela procurou resistir aos conformismos que ditava o ritmo do seu funcionamento, uma vez que preferiu transpor o seu trabalho para além da capital e áreas mais próximas, ocorrendo inescapavelmente no aumento das possibilidades de atuação e alcance.

Além disso, podemos compreender que um dos fatores que possibilitou a FESTA realizar o seu projeto de interiorização foi o contato estabelecido entre os artistas de Fortaleza com os conhecidos artistas das cidades do interior do Estado. Os contatos estabelecidos entre eles foram cruciais para o projeto ganhar impulso, tendo em vista que o afastamento espacial dificultava a sua realização. Assim, parece-nos relevante afirmar que para a concretização do projeto, a FESTA contou com a colaboração dos sujeitos já atuantes no meio teatral das regiões. Dando sequência a narrativa de nosso entrevistado a respeito das particularidades da interiorização, destacamos:

[...] aí a gente começou a viajar, eu viajei praticamente 184 municípios que não era esse número todo, mas era na faixa de quê 175 municípios, eu viajei quase todos, é, pra tentar implantar a ideia de teatro, onde já tinha era levar a ideia da federação, o que era a federação, a necessidade dos grupos se organizarem né, então a gente foi trabalhando isso (FRANCINER LOURENÇO, 31 de setembro de 2017).

A interiorização se deu através de uma força tarefa para ser concretizada. A ação significou a tentativa dessa organização de incentivar a arte teatral como experiência de vida nas mais diferentes regiões do Estado, na medida em que ofereciam apoio e formações para elevar a presença da prática artística e da consciência política entre os artistas existentes e daqueles que ainda viriam a se tornar.

As viagens se tornaram uma atividade de natureza tática, que exigiu astúcia dos artistas para exercerem enquanto andarilhos a difícil tarefa de possibilitar o fortalecimento do teatro amador cearense. Nesse sentido, as táticas entendidas aqui como sendo práticas cotidianas que estão ligadas com as “maneiras de fazer: vitória do fraco sobre o mais forte, [...], pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de caçadores, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos, quanto bélicos.” (CERTEAU, 1998, p. 47). O depoente ainda acrescenta:

[...] meados dos anos 80, por volta de 86 87 a gente começou o processo de interiorização das ações da federação, a gente começou a realizar congressos,

seminários, encontro, a gente foi formando conselho, cada região tinha um conselheiro, aí a gente fazia a reunião dos conselhos, dos conselheiros, é, aí no final, nos anos 90 a coisa já estava muito consolidada né, então os municípios que tinha uma galera que estava querendo fazer teatro, a gente ia lá dava oficinas, formava o grupo, e esse grupo ficava ligado com as coisas que acontecia na federação, então a federação tinha muito essa função de estar articulando, aí a gente começou a pensar, [...] (FRANCINER LOURENÇO, 31 de setembro de 2017).

Nesse sentido, as ações de interiorização da FESTA foram sendo potencializadas na medida em que as atividades aconteciam, gerando bastante resultados na região em questão. É oportuno lembrar que tais atitudes foram consideradas por alguns agentes sociais como imprescindíveis para o estabelecimento de grupos teatrais amadores na região, devido ao trabalho cultivado pela entidade. De todo modo, temos que levar em consideração que as “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo, e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). Então, por ser a memória uma elaboração presentificada do passado, o sujeito sempre caminha pelas curvas dos desejos e sonhos dos quais foram alcançados ou não, colorindo as experiências passadas.

Ao mobilizar os conselhos, a FESTA procurou realizar uma organização sistemática, que procurava possibilitar uma maior produtividade e controle do que acontecia em cada região. É neste cenário, que afirmamos a importância das ações da FESTA para a construção da cena teatral jaguaribana, devido à forte presença e contribuição em termos de atividades promovidas. Assim, para além dos conselhos, outras medidas também foram adotadas a fim de facilitar o trabalho da FESTA:

[...] no início dos anos 90, a gente começou a pensar articuladores regionais, tava mais fácil a gente, é por exemplo, eu dar conta do que acontecia no Vale do que eu dar conta do que acontecia no estado do Ceará, ou seja eu tinha que ir pra Crateús pra fazer uma reunião, juntar a galera do sertão de Crateús ou ir pra Tauá e juntar a galera do sertão de Tauá, aí a gente foi criando articuladores, em cada região tinha um articulador, que era mais fácil a gente unir, a região do Vale do Jaguaribe, como a região do Cariri, tinha acho 27 municípios, hoje reduziu para 18, mas eram 27 municípios e o Vale do Jaguaribe eram 23 municípios, hoje são 17, a gente começou a pensar em sub regionais, a gente pegava um mapa, e a gente tinha um mapa mesmo de todos os municípios (FRANCINER LOURENÇO, 31 de setembro de 2017).

Evidenciamos a partir do relato oral que a FESTA estava em constante diálogo com as diversas regiões, promovendo reuniões a fim de organizar o movimento de teatro amador no Estado, no entanto, as dificuldades se impuseram e levaram a organização teatral a procurar outras maneiras de melhor se organizar. A ideia de implantar articuladores regionais consistiu em mais uma tentativa de continuar o trabalho que parecia gerar frutos, além de representar

uma possibilidade que demandava menos recursos para os envolvidos. Francisco Franciner Lourenço Lima detalha minuciosamente como funcionava as divisões espaciais de cada articulador do Vale do Jaguaribe:

[...] e aí a gente, o Vale do Jaguaribe, falar especificamente do Vale do Jaguaribe, nós dividimos, zonal do Banabuiu, zonal do sertão, zonal da serra. Não, eram 4, zonal da praia, zonal do Banabuiu, zonal do sertão e zonal da serra. Aí a gente pegou lá em cima, Periu, Miriri né, Serra, aí vem Jaguaribe, Jaguaretama, sertão Banabuiu, os municípios Quixeré, Limoeiro do Norte, Russas, Morada Nova, né que são cortados pelo rio Banabuiu, e o zonal da praia né. Então, esse que a gente falou até o zonal da praia, o zonal da praia pegava até Icapuí, é Fortim, Icapuí, e Aracati, aí cada região dessa tinha um articulador. A gente tinha um articulador em Aracati, a gente tinha um articulador em Morada Nova, eu fazia a articulação geral daqui, o Fernando Freitas ficava em Tabuleiro para fazer, Alto Santo, Jaguaretama, Jaguaribara e Jaqueline lá em Jaguaribe que pegava a zonal da Serra né, aí a gente estava sempre se comunicando e eles se comunicavam entre os grupos locais. (FRANCINER LOURENÇO, 31 de setembro de 2017).

A partir da análise da fonte oral, compreendemos que ocorreu uma distribuição espacial equivalente aos espaços em que os articuladores estavam mais voltados, aspecto que facilitava o trabalho. Percebe-se que o entrevistado faz questão de esboçar a perpetuação de uma lógica coerente por parte da organização interna da FESTA, que as subdivisões eram estrategicamente formuladas. Além disso, precisamos considerar que a comunicação entre os articuladores propiciava a discussão entre as ações assertivas e falhas do processo de interiorização.

Ao procurar insuflar vida ao teatro amador, a entidade demonstrou dar passos mais ou menos largos na propagação do amadorismo enquanto experiência social possível para muitas realidades, com este projeto que contou com a colaboração de conselhos e articuladores regionais, foi possível elevar a presença da prática teatral amadora em muitas cidades do Estado do Ceará.

[...] a forma que a gente foi encontrando para isso não funcionou por algum tempo em todas as regiões do Estado, depois, porque assim, as pessoas engajam enquanto são jovens né, aí se engajam nas coisas. Aí depois aí, “vou fazer faculdade”, aí casam, aí vão abandonando as coisas. Eu fui fazendo tudo isso né, eu me casei, tive filhos, fiz faculdade, fiz tudo e não larguei o negócio, aí muita gente largaram por conta disso, começaram a fazer faculdade, “não dá mais”, aí largava, “não, casei, não dá mais”, aí largava. Aí a coisa foi se perdendo pelo caminho, mas aqui no Vale eu fiquei nessa insistência durante muito tempo, 98 é esse movimento no Ceará tava morrendo, a federação estava sem pernas para caminhar (FRANCINER LOURENÇO, 31 de setembro de 2017).

Sem dúvida alguma, as ações de interiorização estão presentes na memória coletiva dos membros que fizeram parte da FESTA, sendo estas uma ferramenta de “luta pela dominação da recordação e da tradição” (LE GOFF, 1990). Dessa maneira, o depoente além de tentar nos convencer da seriedade do trabalho da FESTA ao longo de todos os relatos trazidos nesse artigo, procura lamentar que a descontinuidade das atividades ao passar do tempo acarretou a desestruturação, configurando-se uma perda para o teatro amador cearense.

Embora tenhamos elegido a FESTA e o seu projeto de interiorização como um importante motivo para a construção da cena teatral jaguaribana, temos que ter em mente que outros fatores também colaboraram para o fortalecimento da prática teatral amadora no Vale do Jaguaribe, tais como a atuação de sujeitos que tiveram experiências com as artes cênicas em outros Estados e compartilharam as suas vivências na região, fundando grupos teatrais amadores, assim como a contribuição das Comunidades Eclesiais de Base⁸, que também colaborou na formação de coletivos teatrais amadores a partir de meados da década de 1980 e ao longo da década de 1990 em algumas cidades jaguaribanas, como em Russas-CE.

Ousamos dizer, que o impacto da FESTA no interior do Estado possui diferentes óticas, ou seja, não são consensuais, uma vez que alguns artistas jaguaribanos afirmam que a FESTA poderia ter sido mais efetiva nas suas ações, podendo ter colaborado mais no acompanhamento dos grupos teatrais amadores do Vale do Jaguaribe. Então, se por um lado temos a ideia de que a FESTA fez um grande trabalho e contribuiu positivamente para a construção da cena jaguaribana, por outro lado, temos a ideia de que ela foi insuficiente em alguns momentos diante do espectro de ações desenvolvidas. No entanto, não querendo escapar dos diferentes pontos de vista e das lutas pelas representações por si só empreendidas, este é assunto para outro artigo.

⁸ “As comunidades eclesiais de base (CEB’s) são pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos. As primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, segundo alguns pesquisadores, ou em Volta Redonda, segundo outros. De natureza religiosa e caráter pastoral, as CEB’s podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias de periferia, as comunidades podem estar distribuídas em pequenos grupos ou formar um único grupão a que se dá o nome de comunidade eclesial de base. É o caso da zona rural onde cem ou duzentas pessoas se reúnem numa capela aos domingos para celebrar o culto” (BETTO, 1985, p. 7).

As CEBS “são comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras” (BETTO, 1985, p.7). A discussão de assuntos dessa natureza provocava a disposição de fazer ecoar as vozes, que muitas das vezes eram abafadas, enclausuradas em virtude de uma sociedade que camufla a realidade. Enquanto que “são eclesiais, porque congregadas na Igreja como núcleos básicos de comunidade de fé” (BETTO, 1985, p. 7). Tal característica demarca o cunho eclesiástico das comunidades, que são regidas institucionalmente pela Igreja Católica, onde Betto (1985) esclarece que [...] “são de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana, na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas” (BETTO, 1985, p. 7).

Considerações finais

Nessa direção, somos levados a pensar que de fato a FESTA se interessou em abranger as suas atividades para além dos limites da capital cearense, buscando se articular com artistas de regiões distantes a fim de estreitar relações e promover uma interiorização ampla. No caso da região do Vale do Jaguaribe, o projeto funcionou e esteve encabeçada por artistas que se dispuseram a circular muitas cidades e executar atividades que trariam aprendizados, fornecendo subsídio em termos de formação e oficinas para a fundação de grupos teatrais amadores, que teriam estes o apoio da FESTA.

Compreendemos que o projeto de interiorização demonstrou a veia democrática da FESTA, pois a ampliação realizada resultou em mais possibilidades para o crescimento do teatro amador de nosso Estado. Ao encorajar a formação de grupos teatrais amadores, consideramos que a FESTA possibilitou “criar um espaço expressivo para sedimentar a amargura, levantar a dúvida e ensaiar a resistência. Independentemente do espetáculo que venha a produzir, a formação de um grupo é uma ação cultural e uma ação social.” (LIMA, 2005, p. 238).

As reflexões aqui desenvolvidas contribuiriam sem dúvida para a ampliação de repertórios e para a escrita da história do teatro brasileiro, porém “tem que se ter claro que não se tratam simplesmente de um conjunto de informações sobre o universo teatral, muito mais que isto, eles visam a construção de sentidos em torno do teatro e do seu lugar nessa história” (GARCIA, 2019, p. 114).

Fontes utilizadas

Francisco Franciner Lourenço Lima, 61 anos. Entrevista realizada na cidade de Russas, no dia 31/03/2017.

Relatório da Semana de Teatro de Russas do Arco Íris, 1988.

Folheto Tombo em plena luta.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BETTO, FREI. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Ed. Brasiliense, SP, 1985.

BOSI, Alfredo. **Narrativa e Resistência**. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP - 05508-900 - São Paulo - SP. Itinerários Araraquara, nº10, 1996.

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte** – Gêneses e Estrutura do Campo Literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRANDÃO, Tânia. As lacunas e as séries: padrões de historiografia nas “Histórias do Teatro no Brasil”. In: MOSTAÇO, Edelcio (Org.). **Para uma história cultural do teatro**. Florianópolis; Jaraguá do Sul: Design, 2010. p. 333-375.
- BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre teatro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3 Ed, trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- COSTA, Marcelo Farias. **Teatro em primeiro plano**. Fortaleza: Grupo Balaio: Casa da Memória Equatorial, 2007.
- DENIS, B. **Literatura e engajamento**: de Pascal a Sartre. Bauru: Edusc, 2002.
- FERREIRA, Taís. Do amor à profissão: Teatro Amador como Pedagogia Cultural. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas Época III**. Vol. XX. Número 40, Colima, invierno 2014, pp. 89-115.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução: Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979, p.15.
- GARCIA, Miliandre. O teatro como objeto da pesquisa histórica. **Arteriais. revista do ppgartes**, ica, ufpa, n. 09, 2019.
- GUINSBURG, Jacob; FARIA, João Roberto; LIMA, Mariângela Alves de. **Dicionário do teatro brasileiro**: temas, formas e conceitos. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Perspectiva; Edições SESC SP, 2009.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990.
- LIMA, Mariângela Alves de. Quem faz o teatro. In: NOVAES, Adauto (org.). **Anos 70**: ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Aeroplano/Editora Senac Rio, 2005, p. 234-259.
- MOREIRA, Thais Paz de Oliveira. José Carlos Matos: articulações políticas e engajamento artístico no teatro amador cearense (1972-1982). **Revista Aspás**, 11(2), 53-64, 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3999.v11i2p53-64>.
- PORTELII, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Projeto História. Revista do Programa de estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História. – n. 14 (fev. 1997). - PUC-SP. 1997, P.25-39.

Entre o ficar e o sair: A permanência dos jovens sem-terra no assentamento Pirituba/SP*Between staying and leaving: The permanence of landless youth in the Pirituba/SP settlement*Giovana Rodrigues Marins¹, UEPG**Resumo**

Este artigo apresenta parte da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso, no Curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O campo empírico foi o assentamento Pirituba, dos municípios de Itapeva/SP e Itaberá/SP, pela longa historicidade local, bem como pelos conflitos da contemporaneidade. Os conceitos de identidade e geração foram importantes para a análise do trabalho, visto que os objetivos foram compreender o processo identitário da juventude e o aspecto geracional na permanência, ou não, dos jovens à terra. Em termos metodológicos foi utilizada a história oral, na qual sete entrevistas foram realizadas, entre os anos de 2020 e 2022, com os jovens e seus pais. Ao longo do texto, as entrevistas serão analisadas pelo viés da historicidade da luta pela terra na região, as particularidades dos jovens da localidade e os vetores de permanência desses sujeitos na terra.

Palavras-chave: Jovens; Assentamento Pirituba; Identidade; Permanência; MST.

Abstract

This article presents part of the research carried out for the Course Conclusion Work in History at the State University of Ponta Grossa. The empirical field was the Pirituba settlement, in the municipalities of Itapeva/SP and Itaberá/SP, due to its long local history and contemporary conflicts. The concepts of identity and generation were important for the analysis of the work, since the objectives were to understand the identity process of youth and the generational aspect in the permanence, or not, of young people on the land. In methodological terms, oral history was used, in which seven interviews were conducted between 2020 and 2022 with the young people and their parents. Throughout the text, the interviews will be analyzed through the lens of the historicity of the struggle for land in the region, the particularities of the local youth and the vectors of permanence of these subjects on the land.

Keywords: Youth; Pirituba Settlement; Identity; Permanence; MST.

Considerações iniciais

Por ter crescido e vivido durante um período significativo na cidade de Itapeva/SP, município em que se localiza o assentamento em análise, criei ideias pré-concebidas acerca desses sujeitos, que nada tinham a ver com a realidade encontrada². A partir das concepções de outrem, meus pensamentos acerca dos indivíduos desta pesquisa foram construídos pelas ideias de julgamento que pairavam/pairam o senso comum. Ao longo da minha trajetória acadêmica

¹ Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2022). Mestranda em História pela mesma instituição. E-mail: giovanaro2015@gmail.com

² Os dois primeiros parágrafos estão escritos em primeira pessoa, por se tratar de uma experiência pessoal da pesquisadora, porém, os demais estão na linguagem impessoal.

essa realidade foi superada pelo interesse em estudar e compreender as dinâmicas sociais daquele local, e, assim, esta pesquisa emergiu para o plano concreto.

Considerando o contexto apresentado, o presente artigo resulta do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, realizado entre os anos de 2020 e 2022. Tem como intuito compreender a permanência dos jovens sem-terra na luta pelo campo no assentamento Pirituba/SP. O objetivo é tratar sobre os anos iniciais do assentamento e a historicidade em relação aos jovens sem-terra e a possibilidade, ou não, de permanência da juventude na terra.

Para a realização da pesquisa, os dados coletados partiram de sete entrevistas, tendo como sujeitos os jovens que nasceram e/ou cresceram no assentamento e seus pais, que integraram a luta pela terra, resultando em quatro famílias distintas. A escolha dos sujeitos não ocorreu arbitrariamente, ao contrário, teve a intencionalidade de perceber os aspectos geracionais implicados em suas falas. Os sujeitos da pesquisa que foram entrevistados neste trabalho estão apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa

NOME	GÊNERO	OCUPAÇÃO	LOCAL	FAMÍLIA
Agatha ³	Feminino	Agricultora e diretora.	Agrovila VI	1ª família.
Citrino	Masculino	Agricultor	Agrovila II	2ª família.
Esfênio	Masculino	Agricultor e professor	Agrovila VI	1ª família.
Esmeralda	Feminino	Estudante	Agrovila II	2ª família.
Rubi	Feminino	Estudante	Curitiba/PR	3ª família.
Safira	Feminino	Agricultora	Agrovila V	4ª família.
Topázio	Masculino	Estudante	Agrovila III	1ª família.

Fonte: A autora.

A escolha dos entrevistados se deu em conjunto com o movimento dos trabalhadores sem-terra da região, que integraram todas as etapas deste trabalho. Os critérios para a seleção dos sujeitos foram: 1) jovens: nascidos e/ou criados nas dinâmicas ativas do movimento, com a faixa etária entre 18 e 25 anos; 2) pais: participação no processo de ocupação durante os anos de 1980 e 1990. Ressalta-se que esta pesquisa não tem vínculo nenhum com o Movimento Sem-Terra (MST) enquanto organização, o objetivo é compreender sobre a relação de permanência dos jovens na terra, analisando o processo histórico-social do fenômeno, com total comprometimento do fazer historiográfico.

³ A fim de conservar a imagem de todos os entrevistados, optou-se pelo uso de pseudônimos. Todos os que participaram deste estudo possuem nomes de pedras preciosas, visto que Itapeva, município que abarca a pesquisa, é conhecida como a capital dos minérios.

Foi realizado um levantamento etnográfico dos jovens do assentamento, entendendo como uma leitura possível do mundo em que os sujeitos estão inseridos, não como a realidade em si. No que tange aos aspectos metodológicos, foi utilizada a entrevista semiestruturada, em que havia um roteiro previamente estabelecido, que possibilitou permear os meandros da subjetividade dos jovens sem-terra. Esse instrumento permitiu a realização de um mapeamento dos sentidos e da permanência da juventude camponesa, entendendo a historicidade do assentamento Pirituba e interação geracional entre jovens e pais camponeses.

Caminhos da luta pela terra

Em meados de 1980 iniciou o processo de ocupações no Brasil, contudo, antes desse marco o local analisado nesta pesquisa demonstrava o seu potencial de conflitualidade camponesa. O processo da luta pela terra no assentamento Pirituba remonta aos anos de 1950, durante o governo de Adhemar de Barros (1947-1951), no Estado de São Paulo, pois o governador se interessou pela região como fonte de renda estadual. Desse modo, a disputa pela localidade não se trata de um fenômeno recente, dado que o local fora em diversas ocasiões foco das autoridades políticas regionais e estaduais. Recorrendo ao mandato de Barros como exemplo para entender a sua historicidade, Gentil da Silva Garcia Junior (2001) afirmou que o principal objetivo do governador era industrializar gradativamente o Estado, em prol do nacionalismo. Ademais, pesquisas como a de Ana Terra Reis (2013) indicam que o local que hoje abriga o assentamento participou do processo angariado por Adhemar:

O governador Adhemar de Barros projetou, então, instalar ali um polo destinado à ampliação da lavoura do trigo. Para isso entregou a fazenda a um agrônomo italiano chamado de Lino Vicenzi. Este deveria trazer famílias da Itália que receberiam todo o apoio do Estado no âmbito de uma grande campanha pelo abastecimento interno de trigo (REIS, 2013, p. 34).

O projeto do governador não foi efetivo, visto que o engenheiro distribuiu as terras conforme o seu interesse e de aliados próximos. Os camponeses que moravam na região passaram a sofrer com os sistemas de trabalho local, como meeiros e arrendatários⁴, pois dependiam de negociações com os fazendeiros da região.

O processo de precarização da mão de obra camponesa foi gradual e sistêmico, e esteve em consonância com o contexto nacional. Assim, a mobilização dos camponeses nos

⁴ Meeiro e arrendamento são categorias de trabalho comuns no campo. No caso dos meeiros, o camponês divide os lucros com o proprietário do imóvel. No arrendamento rural, é firmado um contrato entre as partes interessadas, usufruindo da terra do proprietário por um tempo estabelecido.

municípios de Itapeva/SP e Itaberá/SP, cidades em que se localizam o assentamento Pirituba, integrou os movimentos independentes⁵ do início dos anos de 1980, formado por três grandes ocupações, em 1981, 1982 e 1984, com apenas a última liderada oficialmente pelo MST.

Acerca das dinâmicas de lutas dos assentados, diferente de outros cenários, não foi realizada prioritariamente por sujeitos que vieram de fora da região ou dos perímetros urbanos, mas sim pelos camponeses da própria localidade, o que indicia o histórico de conflitualidade interna. A partir da pesquisa de campo e das entrevistas realizadas, a impressão que permaneceu foi a de que durante longos anos a população camponesa sofreu com a elite agrária local⁶, modificada conforme os anos e as políticas que aconteceram na região, mas mantida a exploração vigente em seu cerne.

O cenário só mudou a partir das ocupações de 1981, quando os camponeses do sudoeste paulista vislumbraram melhores perspectivas futuras a partir da mobilização da luta pela terra. O entrevistado Citrino, morador da agrovila II⁷, está no assentamento desde 1984, e conta:

Nasci no campo, na roça, meus pais já trabalhavam na roça, né, toda vida. Eu nasci num bairro rural, onde eles trabalhavam na terra em sistema de parceria, né. Eles moravam num sítio, em que tinha um patrão, que era o dono do sítio, e eles cultivavam no sítio, e dividiam a metade com o padrão. Eu vivi toda a minha infância, de criança, conhecendo esse mecanismo de produção de trabalho. Acompanhando os meus pais criança, depois jovem. Só sai desse jeito de viver, de produzir com 21 anos, quando eu vim pro assentamento, daí que houve essa mudança (CITRINO, 2021).

Para os entrevistados participantes do processo de ocupações, a mudança de contexto veio com o acampamento. É provável que houvesse alguma mobilização por parte dos camponeses na região antes da chegada do MST, devido à dificuldade na maneira de produzir mencionada pelo entrevistado⁸, contudo, nenhum episódio foi mencionado. Ao que parece as mobilizações camponesas de maior proporção na região aconteceram em consonância com as de nível nacional no início da década de 1980.

⁵ Esses movimentos independentes deram origem ao MST no início dos anos de 1980.

⁶ Ao longo do trabalho, visto que não era o foco que se propunha, não foram encontrados episódios de resistência camponesa anterior aos anos de 1980. Contudo, não há a intenção de colocar a classe camponesa como passiva no processo exploratório vivido entre os anos de 1950 e 1980 na região, pois fazer isso seria apagar a luta camponesa, que vem se mobilizando de forma organizacional, mesmo com percalços, desde os anos de 1950, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

⁷ O assentamento em análise divide-se em Agrovilas, que são espécies de bairros rurais, onde há a divisão de lotes de moradia e produção, em que cada família recebe uma quantia de ambos para a sobrevivência. Essa configuração espacial de seu por conta da história do movimento na região, em que a conquista de toda a área produtiva, de quase 18.000 hectares, levou em média 12 anos para ser concluída.

⁸ Esta afirmação advém das dificuldades enfrentadas pelos camponeses da região devido ao modo de produção em que trabalhavam que foram evidenciadas na pesquisa.

De volta à análise da fala de Citrino, esta explicita como era a realidade dos trabalhadores da região pouco antes das movimentações camponesas, em que viviam sobre a lógica produtivista do campo. A classe trabalhadora camponesa viu nova oportunidade de vida, visto que as fileiras da luta pela terra estavam aumentando na região, como o próprio entrevistado mencionou novamente:

[...] tinha um bairro considerado aqui para a zona rural, de 100 famílias, e as famílias estavam indo embora, a maioria já tinha ido embora quando nós ficamos, né, e fomos percebendo essa mudança no sistema de produção. O trabalho era 100% manual, e nesse período já não estava sendo mais, os tratores estavam o serviço que nos fazia, parte das terras estavam ocupadas por pastagem, outras com florestas de eucaliptos, pinos. E nós fomos sem ter condição de sobreviver naquele lugar, né. [...]. **Coincidiu que em (19)84 teve a primeira ocupação aqui na Pirituba, bem próximo de nós, eu nasci em Itararé, e Pirituba tá em Itapeva e Itaberá, né. Então, tava bem pertinho, e soubemos da ocupação, do acampamento, e soubemos das conquistas que tiveram com a conquista da terra em (19)84.** E daí, juntou o fator o acampamento de 84, e o tema da campanha de 85. Então houve uma, foi nesse período que decidimos então fazer parte de um novo grupo, orientado, organizado pelo sindicato de trabalhadores rurais de Itararé e de Itaberá, e apoiados pela igreja católica, principalmente (CITRINO, 2021, grifo nosso).

Existe um elemento que chama atenção na fala de Citrino: a resistência camponesa como inerente à região. O assentamento Pirituba foi um dos primeiros em contexto nacional, o que demonstrou a necessidade imediata que a região tinha de sair do ideal capitalista que se estabeleceu no campo. Esse processo foi iniciado, principalmente, por meio do sindicato rural de Itaberá/SP e da Igreja Católica da mesma cidade, além das conversas cotidianas, que se espalharam rapidamente pela região. Com a observação de campo, foi possível perceber que ambas as instituições, tanto a Igreja como o sindicato, estiveram presentes e foram mobilizadoras na luta inicial estabelecida. Como aponta João Pedro Stedile (2012), os espaços mencionados eram comuns para a mobilização camponesa. Todavia, hoje já não é possível perceber suas participações ativas no assentamento Pirituba, integrando somente as lembranças dos primeiros acampados.

Citrino também demonstrou quais eram os problemas apresentados no local. Evidenciou-se no decorrer da pesquisa que o governo regional não deu suporte e aparatos para que a comunidade camponesa tivesse condições de sair do processo exploratório que se estabeleceu. As autoridades locais se mostraram apoiadoras da elite agrária, que ameaçava constantemente os camponeses. Um dos entrevistados, Esfênio, morador da Agrovila VI, que está no assentamento desde 1994, afirmou que durante o acampamento, no “[...] dia a dia ali,

nós temos que ficar em constante vigilância, porque pode vir alguém a mando do fazendeiro, ou alguém que estava usando aquela terra tirar a gente ali, pode vir a própria polícia” (ESFÊNIO, 2021).

A partir dos relatos dos entrevistados entende-se que o apoio policial para com a elite - que não utilizou apenas aparatos estatais⁹ - foi imediato ao processo de ocupação. Dessa maneira, seus interesses foram assegurados, mesmo que sua permanência no local fosse indevida, como mostrou Reis (2013). As terras que hoje abrigam o assentamento Pirituba nunca foram entregues legalmente aos fazendeiros que se estabeleceram na região. O que se viu anterior ao processo de ocupações, segundo a autora:

Foi um amplo processo de grilagem das terras, de acordo com o interesse dos grandes proprietários e dos funcionários públicos responsáveis. Formaram-se grupos de proprietários que passaram a explorar a área; estes eram denominados como ‘holandeses’ e ‘batagins’, de acordo com a origem de suas famílias (REIS, 2013, p. 125).

A distribuição indevida de terras não é um problema isolado do assentamento desta pesquisa, mesmo com a chamada modernização agrícola, em que houve o aumento da área produtiva e das tecnologias no âmbito rural, manteve-se o caráter conservador do campo brasileiro. Isso porque esse processo das últimas décadas aconteceu de maneira excludente e beneficiou apenas parte da produção, em especial a de exportação, produzida pela elite rural com o objetivo de atender os interesses e estimular o crescimento do agronegócio. Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2008), em contexto nacional, o espaço territorial agrário ampliou, mas as altas concentrações de terra permaneceram. Assim, a reforma agrária apareceu como resposta à questão territorial mal resolvida historicamente no Brasil.

Sobre a fase inicial do assentamento, ainda no processo de acampados, os assentados relatam que tiveram a precariedade como fator notável, mencionaram as dificuldades vivenciadas e a importância que havia na ajuda comunitária. Contudo, mesmo com os ataques que sofriam daqueles que dominavam no período e que contavam com o apoio das autoridades municipais, muitos trabalhadores resistiram. Agatha, moradora da Agrovila VI, menciona:

[...] houve uma vez foi um despejo muito feio, né. Estávamos em uma área perto da agrovila II, diante de onde nós estamos agora, onde estamos assentados. Onde veio uma ordem de despejo, e tínhamos uma pequena área de feijão para uso, consumo da comunidade das famílias acampadas, e veio o

⁹ Os entrevistados relataram a presença de jagunços e dos próprios fazendeiros na região, que ameaçavam constantemente os camponeses que lá estavam.

batalhão de polícia com trator. O batalhão de polícia cercou a área de plantio, cercou a área onde tínhamos plantado feijão, cercou de polícia, e entrou o trator adentro e moeu toda a plantação de feijão que ia ser alimento para as famílias. Moeu tudo na frente das famílias. As famílias em volta, chorando, vendo a comida sendo destruída. Então, essa vivência foi muito forte, mas que ao mesmo tempo deu muita energia, muita coragem para continuar na luta, e correr atrás de resistir na luta. Marcou, mas marcou para a resistência, para continuar a resistência, essa foi uma das vivências (AGATHA, 2020).

Ao contar o período vivenciado, Agatha transpareceu a emoção¹⁰. Houve sinais do orgulho em ter participado do processo, deixando claro a identificação e identidade com a luta pela causa. Para a entrevistada, o momento de resistência fez com que os acampados continuassem na terra, porém, a violência como elemento desta realidade foi apresentada no decorrer das entrevistas e percebida como constituidora da memória local, em que estabeleceu uma coesão memorial entre a maioria dos assentados.

O acervo de lembranças do lugar é composto pela seletividade dos sujeitos, visto que, segundo Joel Candau (2016, p. 23): “[...] a memória propriamente dita ou de alto nível, que é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento [...], é feita igualmente de esquecimento”. Desse modo, a violência é constantemente lembrada entre os sujeitos da análise e pela própria seleção da memória, torna-se perceptível a sua relevância no assentamento.

Ao longo do trabalho realizado com os assentados, a apreensão e o sofrimento foram vistos como elementos constituintes da resistência, mas também do afastamento e desistência de um novo projeto de vida que o acampamento se propunha. Assim, a versão dada pela entrevistada é apenas uma das perspectivas possíveis. Esfênio, que é esposo de Agatha, exhibe outra dimensão da apresentada pela companheira e revela novamente como o aparelhamento do Estado pode se alinhar aos interesses dos grandes latifundiários:

[...] outra situação, de quando a gente se depara com a realidade, né, da luta pela terra, a gente vai percebendo que esse sonho ele ainda vai demorar um pouco a ser realizado, devido as forças contrárias, né. A democratização da terra, principalmente o poder jurídico, o próprio poder militar, que acaba apoiando né, os fazendeiros. Mesmo que o fazendeiro irregular na terra, o jurídico e a força militar acaba apoiando ele. E aí a gente vai percebendo isso quando estamos acampados, e vai ficando um pouco frustrado, desmotivado. Tanto é que, no nosso grupo aproximadamente 50% das famílias que ficaram acampadas nas primeiras semanas depois desistiram, por causa dessa frustração, e dessa demora de conquistar a terra, né (ESFÊNIO, 2021).

¹⁰ Observação feita a partir das anotações do diário de campo feito no decorrer da pesquisa.

Para o entrevistado, as atrocidades por parte do Poder Judiciário para assegurar os grandes proprietários afastou parcela dos camponeses que integravam a luta inicial pelo assentamento, constituindo um percentual significativo daqueles que não permaneceram na terra devido a este fator. É necessário mencionar que o acampamento se trata de uma fase inicial para a reforma agrária, por isso, é um momento de rupturas e desafios, em que o sujeito cria e projeta nova forma de identidade. Além disso, o acampamento é um espaço em que os sujeitos se identificam com a luta e esperam melhores oportunidades de um novo modo de se viver. O atraso desse plano muitas vezes pode significar a desistência.

Todo o cenário de entrada para o acampamento ainda exerce relevância na vida dos assentados, até mesmo dos jovens, visto nas narrativas encontradas ao longo do trabalho. O período das ocupações e as memórias trazidas por elas são colocados como pontos importantes para a juventude. A trajetória do assentamento não ficou somente nas lembranças dos pais, também se fez presente na narrativa dos filhos. Os jovens as recordam como parte de suas vidas; recorrem ao passado como forma de se reconhecerem como grupo do assentamento. Michael Pollak (1989) afirma que essa memória herdada tem por finalidade manter a coesão do coletivo, defender as fronteiras que se têm em comum, em que o território é incluído. Esse é o caso de Rubi, que relata uma memória que não é sua, mas faz parte de seu conjunto individual. A entrevistada diz:

Minha mãe, ela... ela foi pro assentamento quando ela tinha onze anos, então ela todo adolescência dela, toda a juventude dela lá, e só saiu de lá quando ela casou com o meu pai. E o assentamento, ele existe desde 1984, né?! A maioria dos meus tios já eram mais velhos, então muitos já tavão com filho na época que, na época que meu vô ocupou lá e conseguiu uma terra pra ele, junto com a minha vó. Então muitos já tinham suas casas, mas alguns não, e ficaram ali no assentamento junto com a minha mãe. De dez filhos, eu acho que tinham quatro lá no assentamento. E aí, esses foram os tios que eu cresci com mais contato, né. Mas do que todos os outros na região de Itaberá, assim. E aí, sempre indo para lá, né. Durante minha vida inteira, então eu sentia muito pertencimento com aquele espaço, apesar de morar na cidade (RUBI, 2020).

O percurso da narradora difere dos demais jovens, já que a mesma não cresceu no cotidiano vivido no assentamento. A interação dos finais de semana, em conjunto com as memórias transmitidas pela mãe, fez com que a entrevistada se identificasse com o local, o que demonstrou a força da historicidade e da memória que paira o assentamento. Com isso, Rubi evidenciou como a identidade transpõe os limites físicos e integra o processo subjetivo do sujeito, criado a partir da materialidade. Ainda assim, ela não foi a única que mostrou a força do passado de lutas do assentamento, visto que todos os jovens em algum momento

mencionaram isso. Rubi integra um conjunto de jovens que se identificam e se reconhecem na história do assentamento. Este grupo pode até não integrar a maior parte dos jovens do assentamento, dado que este trabalho se refere a um número limitado de fontes, entretanto, não pode ser ignorada a sua existência.

Os entrevistados evidenciaram ao longo de suas narrativas como a historicidade do acampamento foi significativa em suas trajetórias individuais e como este processo marcou uma mudança completa no modo como viviam. Além disso, revelaram que este passado não ficou circunscrito apenas aos que participaram da luta, mas também se fez presente na vida dos jovens, os quais não participaram da conquista pela terra.

Juventude camponesa em análise

Esta pesquisa entende jovem como todos aqueles que se encontram entre a fase da puberdade e o início de uma vida mais madura, que ainda não são plenamente responsáveis por tudo que caracteriza o período adulto, por isso, não são considerados chefes de suas famílias, definição de John Durston (1998), na qual o estudo foi empreendido. Todos os jovens que o integraram estão ligados às dinâmicas familiares de seus pais ou apoiados de alguma maneira a este alicerce familiar. Além disso, suas faixas etárias correspondem à idade de 18 a 25 anos, sendo todos estudantes do ensino superior até período das entrevistas.

Sobre a juventude enquanto categoria sociológica, parte das vezes é retirada das instituições comunitárias, que não os enfrentam enquanto sujeitos capazes de suas escolhas. Isso acontece devido às suas necessidades e particularidades, como bem aponta Elisa Guaraná de Castro (2016), serem invisibilizadas. Todavia, a incapacidade de tomar decisões não corresponde à realidade encontrada, uma vez que os jovens do assentamento Pirituba se mostraram aptos a criarem espaços culturais e sociais próprios, mesmo com aparente inatividade no movimento sem-terra. Para Rubi, há espaços em que os jovens têm “[...] uma interação muito grande entre si ainda, de ir à casa do amigo, ficar lá, jantar, ir pra... a quadra da escola é um, tipo, um ponto de encontro assim, que eles sempre vão, ou pra jogar bola ou só pra conversar” (RUBI, 2020). Porém, a entrevistada explicita que a mobilização dos jovens com o MST é algo deficitário, já que, conforme menciona: “[...] vejo muito desmobilizada, porque eu não vejo trabalhos acontecendo, no sentido de unir mais” (RUBI, 2020).

Os jovens possuem interações ativas, seja pela configuração do lugar ou pelas instituições existentes, como o exemplo da escola trazido por Rubi, entretanto, a mobilização no espectro organizacional não acontece da mesma maneira. Tendo em vista as particularidades

desses sujeitos em suas dinâmicas de socialização, foi preciso desprender de ideais deterministas do que é ser jovem. Apesar do pouco interesse em aspecto organizacional, os jovens do assentamento Pirituba quebraram com o que Hebe S. Gonçalves chama de visão clássica, que, segundo a autora, entende a juventude “[...] como uma categoria social gerada pelas tensões inerentes ‘crise do sistema’” (GONÇALVES, 2005, p. 207) que acaba gerando duas visões. A primeira “[...] acentua o conflito e a busca pela experimentação; a segunda encaminha a postura individualista e narcisista, considerada típica da sociedade e juventude contemporânea” (GONÇALVES, 2005, p. 207).

Os jovens sujeitos desta pesquisa não corresponderam ao ideal hegemônico exposto pela socióloga, uma vez que tem como balizador os aspectos culturais ali desenvolvidos, como, por exemplo a socialização. Igualmente, não se encaixam na busca por conflito e desejo por experimentação, visto que muitos jovens desejam permanecer na terra pelo sentido de pertencimento ao local. Assim, apesar de os jovens não estarem necessariamente no MST, muitos desejam permanecer na terra e possuem aspectos de sociabilização, bem como elementos históricos e de memórias em comum.

De acordo com o que foi apresentado pelos jovens entrevistados, a organização deles se encontra desmobilizada. No ano de 2019, a pesquisadora entrou em contato pela primeira vez com o movimento, por meio de um encontro entre jovens do assentamento Pirituba, que infelizmente não foi para frente. A atenção do MST enquanto organização nacional está centrada no público infantil, por meio dos encontros sem-terrinhas. A juventude relatou que:

No encontro dos sem-terrinha a gente trabalha muito em dinâmica, tipo, é mais... não é um encontro do sem-terrinha, tipo... claro que tem a pertença do sem-terrinha e tal, mas é mais uma dinâmica com as crianças. Tem sempre uma mística no Dia das Crianças, dia 12 de outubro, e a gente traz uma atividade diferenciada pra elas, tipo, fazer gincanas, fazer oficinas e tipo, como montar pipa, como... oficinas de danças, oficinas de pintura, e a gente vai fazendo essas coisas, assim. No encontro dos sem-terrinhas mais ou menos é isso. Tem uma mística, tem apresentações, tem músicas, tem... gritos de ordens, né, que não pode faltar, claro... E todo sem-terrinha ama. [inaudível]. Por causa disso, por causa que não é só uma questão de tipo... É mais a brincadeira também com as crianças... essas coisas assim. A brincadeira apagada a luta, a luta apegada a brincadeira, é só união entre as duas coisas. É bem massa!... Fazer a conscientização das crianças também no encontro... É, a conscientização da pertença, né?! (TOPÁZIO, 2020).

Por meio do lúdico é trabalhada a pertença sem-terra com as crianças, como demonstrado por Topázio, morador da agrovila VI e que revelou que sempre esteve inserido nas relações pela participação de militantes ativos dos pais. A luta apegada à brincadeira

possibilita a conscientização da pertença: essa ideia da identificação de um passado enquanto sem-terrinha apareceu de maneira unânime nas entrevistas, mesmo que brevemente. Assim, mesmo com a desmobilização evidente entre a juventude, há uma relação com essa memória que impacta o cotidiano vivido, ao ponto de ser apontada como significativa e formadora do pensamento desse público em seus primeiros anos de vida.

Acerca do material produzido, o debate sobre a juventude vai além do recorte populacional e situa, principalmente, as relações e configurações sociais em que estão imersos. Nas entrevistas realizadas houve discussões acerca da juventude camponesa e suas particularidades. Por se tratar de uma categoria que representa identidades sociais e suas dinâmicas de processo, percebeu-se uma configuração social própria do lugar. Contudo, alguns estigmas que rondam essa população se reproduzem constantemente pelo ideal dominante.

Muitas das associações realizadas pelo senso comum e parte da literatura contemporânea estão relacionadas ao ideal pré-julgado do lugar, discussão observada em Raymond Williams, no texto *Campo e cidade* (1989). Segundo o autor “[...] as relações não são apenas de ideias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situação e poder- um sistema mais amplo” (WILLIAMS, 1989, p. 19). Transpondo para a pesquisa, a realidade encontrada no assentamento Pirituba está associada a um contexto, em que mundo camponês, urbano e as dinâmicas que os permeiam estão conectados. A entrevistada Esmeralda, que reside na Agrovila II, relata como esses julgamentos constroem uma relação hostil, que pode ser vivenciada em diversos momentos:

[...] fui na faculdade na FAIT (Faculdade de Ciências Agrárias de Itapeva). Fui a única que saiu para fora mesmo, né, e é uma realidade bem diferente. Você não sabe com quem você está interagindo, o que você vai gostar ou não vai gostar. Se vai te acolher por você ser só assentamento ou não, então é mais complicado[...]. Tem diferenças bem grandes, quando a gente estuda em um lugar que é nosso é uma coisa, quando você sai para fora é outra realidade. Então, você tem que... eu não sou muito de ficar falando que eu sou do movimento [...] (ESMERALDA, 2020).

As desconfianças, aliadas ao preconceito, estão presentes nas vivências diárias dos jovens entrevistados. A população camponesa passa por diferentes adversidades pela forma de vida camponesa e os ideais ligados ao MST, como menciona a entrevistada. Mesmo que alguns setores sociais tenham melhorado neste aspecto, é inegável a permanência de estigmas que reduzem e simplificam a história do movimento, assim como da comunidade assentada. É o que os jovens do assentamento Pirituba confirmam em suas falas. Com isso, pode se afirmar que há

padrões de pensamentos previamente existentes, que não avaliam os aspectos particulares dos sujeitos e a historicidade que carregam. Descartar esse fato é ignorar a forma de vida imposta ao campo.

No caminho de respostas para esta pesquisa, foram observados dois tipos de trabalho. O primeiro tem como conclusão que os jovens não possuem interesse pelo campo, dessa forma, a comunidade teme pela continuidade do assentamento. Outra percepção encontrada na literatura foi a de que os jovens não têm os meios viáveis para se manter, visto o baixo número de ocupações e desapropriações dos últimos anos e o aumento exponencial das famílias assentadas. O local desta pesquisa se aproxima mais da segunda corrente. Citrino reafirma essa discussão:

As pessoas [...] Uma grande parte já não tá mais querendo mexer com a terra, talvez tá querendo um espaço para construir uma casa, tá querendo moradia. Então, tem as mesmas dificuldades, tanto é que os acampamentos são bem pequenos. Se falava em (19)85 em acampamentos de 1000 famílias, 500 famílias, hoje é 50 famílias, 40 famílias, 100 é já um acampamento grande, né?! Então, mudou esse lado, né (CITRINO, 2021).

Um dos problemas apresentados pelos jovens foi quanto à questão do trabalho, intensamente mencionada. Como se sabe, a luta do MST sempre esteve vinculada à sobrevivência pelo campo por meio da disputa de classes, em que a instabilidade da lavoura já é fenômeno conhecido. Entretanto, o que se mostrou nos últimos anos é a impossibilidade de lidar com a terra no lugar em que os jovens cresceram e se formaram enquanto camponeses. Esse é uma questão que tem atingido os pequenos agricultores, que perderam seu espaço nos últimos anos. A juventude é duramente prejudicada neste processo, visto que se preocupa com a instabilidade e os planos futuros, como aponta Castro (2009) ao afirmar que seus problemas estão diretamente associados à agricultura familiar. Segundo a entrevistada Rubi, os jovens se preocupam com a área produtiva:

Porque um dos grandes problemas de assentamento, é que quando a terra é ocupada, é dividida pra cada família que tava ali, um lote, só que essas famílias vão crescendo! Tem família que tá na quinta geração já, de quem ocupou[...]. Então..., teve muitos parentes que não tiverem espaço pra fazer uma casa ali, se quisessem (RUBI, 2020).

A falta de espaço significa, muitas vezes, a impossibilidade de trabalho, dado que as terras distribuídas são limitadas. Aliada ao desejo de permanecer no campo, participante das relações próprias do assentamento Pirituba e da família, um ponto significativo observado é que muitos procuram como alternativa empregos dentro do perímetro urbano. Assim, a cidade é um

espaço possível de sobrevivência, mas não necessariamente de identificação. Apesar de se tratar de um tema necessário a ser debatido, não cabe a esta pesquisa realizá-lo.

Sobre a relação geracional, a atualidade exige outras formas de relações que se diferem das vividas nos anos de 1980 e 1990, visto que os jovens do Assentamento Pirituba se mostraram capazes de criar seu próprio repertório cultural, com processos vividos por esses sujeitos que se modificaram em muitos aspectos de seus pais. O tempo e o espaço são balizadores na construção da narrativa histórica, por isso, o assentamento analisado não é o mesmo que os pais dessa juventude viveram ao longo dos anos, pois foi modificado ao longo dos anos. François Hartog salienta:

Ninguém duvida de que haja uma ordem do tempo, mais precisamente, ordens que variaram de acordo com os lugares e as épocas. Ordens tão imperiosas, em todo caso, que nos submetemos a elas sem nem mesmo perceber: sem querer ou até não querendo, sem saber ou sabendo, tanto elas são naturais. Ordens com as quais entramos em choque, caso nos esforcemos para contradizê-las. As relações que uma sociedade estabelece com o tempo parecem ser, de fato, pouco discutíveis ou quase nada negociáveis (HARTOG, 2013, p. 17).

As ordens estabelecidas pelo tempo são quase inevitáveis, como afirma o autor, por isso, percebe-se isso ao tratar do objeto da pesquisa. Com a chegada do assentamento novas relações de sociabilidade foram impostas pela configuração espacial do lugar. Agatha afirma:

Esses jovens ou viveram de muito pequenos, e os que nasceram ultimamente, as crianças de hoje, não viveram nada de tudo isso. Então, eles vivem um mundo do que ouvem falar dos avôs, muitos deles a terceira já de quem ocupou a terra, alguns já são a quarta geração de quem ocupou a terra. Então, eles já estão muito longe dessa vivência de ocupação, de acampamento (AGATHA, 2020).

Destaca-se que mesmo com as mudanças sociais causadas pela temporalidade, ronda sobre os jovens a importância da historicidade. Assim, a entrevistada apresentou as modificações da estruturação social e cultural do local, além de sua própria história, medida pelas memórias dos mais velhos que interferem na vida dos jovens. Muitos deles cresceram longe da vivência do acampamento, em que a solidariedade era elemento de continuidade da luta. Para quem, nasceram com “[...] terra produzindo, cada um em seu lote, com casa estruturada, com energia, com água encanada, e com essa vida já mais individualizada” (AGATHA, 2020). Apesar de os jovens reivindicarem e alegarem um aspecto comunitário, sendo este elemento do diferencial, para os mais velhos foi um ponto que se perdeu com o tempo.

Os jovens do Assentamento Pirituba têm como influência as atividades culturais ali desenvolvidas, visto que muitas noções de vida são baseadas nas dinâmicas que os permeiam. Ao longo do trabalho esse foi aspecto evidente, principalmente pela ênfase na vivência cultural enquanto crianças, por meio das atividades que eram realizadas com esse público. A vivência enquanto sem-terra na infância foi importante para as noções desenvolvidas posteriormente. Segundo Topázio, a:

Pertença de sem-terra, a é muito boa, é muito bom! Sempre senti isso, sempre. Principalmente porque também a minha mãe sempre procurava me envolver nessas atividades, não só ela procurava como eu também gostava, e procurava me envolver também (TOPÁZIO, 2020).

Identifica-se um leque de relações que constituem os jovens assentados, que estão entre as relações vividas, como as dinâmicas vivenciadas na infância com a mobilização dos sem-terra; e as herdadas, como os processos vividos pelos pais, que como visto anteriormente, transpõem os limites temporais, dado que integrou o acervo memorial dos entrevistados. A juventude se revelou autônoma perante o mundo adulto, assim como herdeira de diversos aspectos culturais e sociais desenvolvidos. Mesmo que para alguns o processo de luta pelo campo pertença a um contexto longínquo, a relação entre o acesso à terra e a construção da identidade estão presentes na subjetividade do sujeito, corroborando no processo de pertencimento. Para melhor tratar acerca da dinâmica de pertença, é preciso submergir no aspecto familiar, visto como dimensão da construção do sujeito ao longo da pesquisa.

Perspectiva dos pais e os vetores de permanência

Entende-se, nesta pesquisa, que o presente diz sobre o passado, como demarcador do impacto da historicidade em determinadas classes, locais e tempos. Essa perspectiva, advinda das concepções de Hartog (2013), é importante para pensar nos jovens do assentamento Pirituba e avaliar acerca da geração que os antecede. Diante disso, os pais emergiram no decorrer da pesquisa como atores sociais ativos entre a juventude, por isso, a necessidade da realização de uma série de entrevistas com esses sujeitos.

Nos momentos iniciais das conversas realizadas, percebeu-se que eles não corresponderam ao modelo costumeiro de família tradicional do sistema capitalista, comum nos centros urbanos, em que as famílias se encontram mais individualizadas. Em contrapartida, a família é compreendida como interventora direta da perspectiva dos jovens assentados, que tem a historicidade desses sujeitos como necessária em suas vidas. Nesse sentido, a família foi

imprescindível para entender a complexidade social na qual os jovens estão submetidos, por isso, integrou como vetor de decisão no fenômeno da pesquisa, visto que o âmbito familiar foi mencionado como um dos elementos para que os jovens permaneçam no campo. É provável que a família seja um elemento com raízes históricas, estando atrelada à maneira como o MST organizou sua luta, que como salienta Roseli Salette Caldart (2000), se deu por meio de núcleos familiares inteiros.

Ao longo do trabalho foram observados elementos em comum entre ambas as narrativas dos grupos da análise, os jovens e seus pais. Como mencionado, diferentes concepções da juventude são herdadas por meio da família. Algumas delas são a importância e a identificação de sem-terra, bem como dos espaços sociais em que houve essa formação. Todavia, as percepções dos pais são diferentes das apresentadas pelos filhos, que ressignificam diversas ideias, conforme a temporalidade em que se encontram.

A maioria dos moradores mais velhos vieram das comunidades camponesas do entorno e se estabeleceram por meio da atuação familiar, que perpetuou nas gerações posteriormente. Segundo a entrevistada Safira, moradora da agrovila V, que está no assentamento desde 1992, a forma que “[...] tava trabalhando, já não tava dando mais!” (SAFIRA, 2021) para o contexto local. Assim, a chegada do acampamento, em 1984, foi uma saída para a precarização vivida na região. Contudo, é necessário salientar que há atores que vieram de diferentes localidades, como foi o caso de Esfênio e Agatha, que migraram de São Paulo na procura de melhores condições. Conheceram o assentamento Pirituba por meio de conversas com moradores de rua em um projeto que integravam, que tinha por objetivo ajudar pessoas que se encontravam em vulnerabilidade na capital paulista. Agatha conta:

Um morador de rua foi nessa reunião, um morador que participava do nosso projeto, foi nessa reunião. Foi uma vez e conversou com a gente, com o Esfênio e eu, com o meu marido e eu. Conversou e explicou, e meu marido que já conhecia essa questão da luta pela terra, se interessou. Fomos lá para participar dessa reunião, e daí começou esse contato, e isso foi em junho de (19)94 [...] essas reuniões, estávamos preparando para ir na luta pela terra. O Esfênio e eu, com o pessoal do grupo de rua (AGATHA, 2020).

Casos como o do casal são exceções nos limites das agrovilas¹¹. Grande parte dos que residem em Pirituba vieram com suas famílias durante os anos de 1980 e 1990, o que mostra

¹¹ Esfênio, diferente de Agatha, nasceu e cresceu no campo, em Minas Gerais, tendo como elemento de ida ao assentamento Pirituba a sua história enquanto camponês. Contudo, coloco como exceção por não pertencerem ao contexto local, e por não terem migrado com filhos, pais ou parentes do gênero.

como o núcleo familiar duro¹² é característica desde o período de ocupações. Foi o vínculo familiar aliado ao histórico local que fez com que os sujeitos criassem raízes no assentamento Pirituba, bem como daquilo que ele representa: melhor possibilidade de vida. Percebeu-se que foram os motivos familiares e suas necessidades que fizeram diferentes vetores de significâncias emergirem ao plano concreto. Além disso, como mostrou a entrevistada, esse processo de entrada no acampamento não foi repentino e exigiu uma série de encontros, os quais todos citaram a participação ou saberes da existência deles próprios. Havia a necessidade de um projeto político definido e claro com a sua base, que como fala o historiador João Carlos de Souza (1995), eram comuns neste período que antecedia a ocupação. A organicidade aliada à perspectiva da melhoria de vida de famílias inteiras foi a marca do MST em seus anos iniciais no assentamento Pirituba.

A educação também emergiu como vetor de permanência, posta como uma das prioridades no período de ocupações. Percebe-se que o sistema escolar dentro dos acampamentos, mesmo que de forma improvisada, emergiu das preocupações em esfera primariamente familiar, o que foi exposto novamente por Agatha. A entrevistada salienta que a maioria dos acampados era:

Boias frias que tinham que abandonar a escola na primeira segunda série, na época. Que não tinham conseguido se alfabetizar, ou bem pouco, que só sabia escrever o nome, alguns nem o nome sabiam escrever. Então, as nossas salas de EJA era nesse contexto de acampamento também. Outra vivência que foi muito forte também (AGATHA, 2021).

A escola emergiu como solução imediata para o problema local. Por meio das anotações de observações de campo, percebe-se que a educação se constituiu enquanto projeto societário à comunidade e ao MST. No entanto, não apenas a escola em si, mas os aspectos formativos que existem na comunidade. O assentamento em questão utiliza diversas práticas para que se eduquem entre si e humanizem os sujeitos que passam pelo processo ali existente.

No processo formativo do assentamento, houve mudanças culturais no decorrer da historicidade dos assentados, que afetaram esses sujeitos pelas imposições das novas temporalidades e modificaram a estruturação espacial. Mesmos com as alterações, tiveram pontos de associação como a educação e família que se fizeram relevantes para as gerações

¹² O núcleo familiar duro é uma característica dos anos iniciais do MST, com a vinda de famílias inteiras para a ocupação do assentamento Pirituba.

apresentadas no trabalho. Para explicitar as modificações estruturais no assentamento em questão, Citrino diz:

Conforme os anos foram passando as conquistas foram aparecendo, foram surgindo. Embora, teve assim muitas dificuldades, mas nos primeiros anos de acampamento já conquistamos um pedaço de terra, e partir da então tudo muda, né? **As pessoas têm outras preocupações daí, né, que é a questão da produção, como produzir, o que produzir. O que dizer, a sua fonte de renda passa ser daí, depender de você pensar o que produzir com a família para poder vender aquele produto, e fazer dinheiro para sobreviver.** Então, as condições de vida foram melhorando, a partir de um ano já conseguimos implantar a escola municipal, o município estruturou a escola em uma sede antiga, primeiro ao quarto. E também, com o resultado da produção já a vida passou a ser diferente! De lona, melhorou os barracos, foi melhorando a situação da saúde, tinha atendimento. **Então, essa estrutura foi melhorando a qualidade de vida das pessoas. Do acampamento para o assentamento mesmo, que tinha caráter emergencial, melhorou** (CITRINO, 2021, grifo nosso).

Da fala do entrevistado, dois elementos chamam a atenção. O primeiro é a melhoria do espaço com a chegada do assentamento. O caráter emergencial, inerente ao processo de ocupações, saiu e deu lugar à melhoria estrutural. Todavia, compreendo, por meio da fala apresentada e das observações de campo realizadas, que a coletividade, ponto de permanência e do diferencial para os jovens assentados, diminuiu, não sendo presente entre toda comunidade. Agatha também menciona isso ao dizer que os jovens chegaram “[...] com essa vida já mais individualizada. Portanto, os nossos jovens viveram pouco essa outra fase comunitária coletiva, que a gente, enquanto adultos, fomos perdendo, não conseguimos manter viva essa vivência” (AGATHA, 2021). Destaca-se um ponto de divergência entre as gerações apresentadas, visto que para os pais esse fator foi se perdendo com as novas dinâmicas de assentados.

A mudança entre a fase de acampados e assentados não é uma novidade, já que ambos os períodos exigem outras preocupações. A mobilização pela luta, neste momento, deu lugar à preocupação em sobrevivência com a terra, que foi posta no plano concreto e como ponto de atenção imediato. Ainda assim, a perda da coletividade para os pais é uma quebra de sucessões. Segundo Carles Feixa e Carmen Leccardi (2010, p. 190) é isso que demarca uma geração, “[...] a presença de eventos que quebram a continuidade histórica e demarcam o ‘antes’ e o ‘depois’ na vida coletiva”.

Entende-se, que para alguns, a perda desta característica acampada marca o nascimento de outras dinâmicas de interação entre os sujeitos e o processo social. Contudo, os jovens acreditam que a comunhão seja uma característica presente entre a comunidade rural, e que não

se encontra em âmbitos urbanos, como elemento do diferencial para a permanência no campo. Isso se deve a comparações que fazem no tempo em que vivem, não encontrando a relevância desses aspectos entre a juventude da cidade. Assim, a coletividade entre os jovens é um aspecto cultural do assentamento Pirituba.

Outra questão a ser desenvolvida sobre os jovens é o fato de a ausência do processo de ocupações não significar o distanciamento cultural deste. Reforço novamente os significados que os jovens dão a este momento histórico como importante. Esmeralda explicita isso ao falar que: “[...] eu não passei pelas lutas; não passei pela barraca, não passei por outras conquistas, porque quando eu cheguei já estava tudo pronto: Tô, né, só você seguir agora. Então é a facilidade, mas eu conheço sim a luta dos nossos pais, de todos que estão aqui” (ESMERALDA, 2020). A entrevistada destacou a luta que os jovens têm em suas vidas, uma vez que afirma que está “[...] numa luta também até hoje, por todos que estão também lutando” (ESMERALDA, 2020). A luta vivenciada pela juventude possui características bem distintas da realizada por seus pais, já que não enfrentou o período de ocupação, no entanto, mesmo que haja configurações diferentes e outro modelo de resistência, os jovens estão em um momento de enfrentamento das próprias adversidades, como a dificuldade de permanecer no lote da família pela limitação da área produtiva, problema este que é atual e tem relação com a temporalidade em que vivem.

A resistência e conquistas não estão no plano individual, mas sim coletivo. As preocupações saíram da esfera particular e adentrou o social, vendo e revendo aspectos organizacionais da comunidade, o que levou a outros projetos societários, conforme a necessidade. Para melhor entender esse movimento organizacional no assentamento da análise, vale a reflexão de Caldart:

O MST tem na luta pela terra seu eixo central e característico, mas as próprias escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (uma delas a de que a luta seria feita por famílias inteiras), acabaram levando o Movimento a desenvolver uma série de outras lutas sociais combinadas. Estas lutas, bem como o trabalho cotidiano em torno do que são suas metas, e que envolvem questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos [...], se ampliam à medida que se aprofunda o próprio processo de humanização de seus sujeitos, que se reconhecem cada vez mais como sujeitos de direitos, direitos de uma humanidade plena (CALDART, 2001, p. 208).

Caldart (2001) mostra que apesar de existir todo um plano laborativo e constitutivo do que é ser sem-terra para o MST, há questões que são específicas do lugar em discussão. A luta

pela terra não é apenas o período das ocupações ou a lida na lavoura, mas sim todas as etapas para a permanência e socialização destes sujeitos no campo e fora dele. Sobre as percepções apresentadas, para os entrevistados que participaram do período de acampamento, há empecilhos que são próprios temporalmente das novas gerações e que interferem na realidade vivida. Sobre a relação de permanência, são poucos os jovens que participam ativamente da luta pela terra, questão exposta pela própria juventude. Aqueles que integram a resistência pela terra são filhos de militantes, o que demonstra o ponto familiar apresentado. Além desses, há os que participaram de forma colaborativa das atividades desenvolvidas pelo MST, o que explicita as dinâmicas culturais como interventoras.

Destaco as relações desse tempo como interventoras diretas das dinâmicas espaciais e sociais locais. O tempo traz consigo diferentes experiências aos sujeitos, ordens do tempo, as quais submetem o ser social sem ao menos perceber, como salienta Hartog (2013). Dessa forma, percebe-se que os sujeitos desta pesquisa estão submetidos às dinâmicas desenvolvidas temporalmente, não de forma determinista evidentemente, mas construída historicamente ao longo do percurso que os jovens da pesquisa fizeram. O tempo é fator indispensável no trabalho historiográfico, e mais importante do que ele como balizador é como modificador das vivências perpassadas.

A relação entre ficar e sair do campo envolvem diversas interações, subjetivas e objetivas, mais complexas do que o simples desejo, sendo a realidade e possibilidades vividas os principais balizadores. São as vivências do ser social que determinaram a consciência. Há uma gama cultural a qual o sujeito está submetido, assim, a tomada de decisão implícita no fenômeno do trabalho e no aspecto familiar. A permanência dos jovens no campo é individual e independente de determinismos. O sentimento de pertença está relacionado a uma ampla diversidade de sentimentos que se desenvolveram ao longo da vida. Contudo, é inegável que, enquanto categoria, os jovens têm trajetórias que se assemelham pelo próprio espaço e tempo, o que resultou na expressiva saída desses sujeitos no trabalho com a terra em Pirituba.

Como demonstrado ao longo deste artigo, a permanência na luta está pautada por um processo histórico de lutas e reivindicações, que assolam aos mais jovens de forma diversa que historicamente o MST conhece. Entretanto, o contexto mostra a necessidade de compreender esse fenômeno, até mesmo para a continuidade da luta por reforma agrária.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi entender o processo de permanência dos jovens do assentamento Pirituba na luta pela terra, além das relações sócio-históricas envolvidas no fenômeno. O trabalho exposto não é conclusivo, uma vez que se trata de um número limitado de levantamento de dados e de considerações ainda incipientes. Ainda assim, espero que este estudo seja válido para pensar outras experiências que se assemelham em alguns aspectos com o local da pesquisa.

Percebeu-se que a relação entre o ficar e o sair não está associada ao desejo de permanecer ou não, mas sim às possibilidades materiais fornecidas. Como foi visto, os jovens do assentamento Pirituba desejam se estabelecer no campo, entretanto, pelo número limitado de terras para a produção, essa viabilidade foi em grande parte cessada, o que levou muitos jovens a procurarem melhores oportunidades de vida em outros locais, visto que a área produtiva não acompanhou o crescimento familiar da região. Para aqueles que desejam permanecer no campo, por não encontrarem sentidos que consideram importantes na cidade, como a sociabilidade e comunhão entre a comunidade, optam por morar no campo e trabalhar na cidade, dado que grande comumente o trabalho do campo é limitado ao lote familiar.

O assentamento Pirituba, enquanto lugar de socialização, demonstrou forte histórico de lutas angariadas em prol das famílias camponesas da região, tendo a coletividade como fator relevante. Os jovens entrevistados nesta pesquisa demonstraram a importância que a sociabilidade, como elemento constitutivo do espaço, tem em suas trajetórias.

Como mencionado no início deste artigo, ao longo da pesquisa realizada, foi possível quebrar estigmas pessoais que se tinha em relação aos sujeitos da pesquisa. A partir do conhecimento e aprofundamento com o tema, foram compreendidas as particularidades que rondam esses sujeitos, bem com o histórico de lutas que permeiam a região. Assim, espera-se que o presente estudo seja também de grande valia para pesquisas futuras, que se proponham a pensar a localidade, bem como o tema proposto.

Referências

- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra: escola é mais do que escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- CANDAU, J. **Memórias e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: A primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. **Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 45, 2016.

- CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias sociales** *niñe*, v. 7, n. 1, p. 179-20, 2009.
- DURSTON, J. **Juventud rural en Brasil y México**: reduciendo la invisibilidad. In: Políticas Sociales. Santiago do Chile, CEPAL, 1998.
- FEIXA, C; LECCARDI, C. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, 2010.
- FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim DATALUTA**, dez. 2008.
- GARCIA JUNIOR, G. S. O populismo de Adhemar de Barros diante do poder militar no pós-64. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- GONÇALVES, H. S. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. *Tempo social, revista de sociologia da USP*, v. 17, n. 2, 2005.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1989.
- REIS, A. T. Sobre a luta, as políticas públicas e a Emancipação: o caso do Projeto de Assentamento Pirituba II, em Itaberá e Itapeva- SP. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, 2013.
- SOUZA, J. C. **A luta por habitação**: a construção de novos valores. EDUC: São Paulo, 1995.
- STEDILE, J. P. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- WILLIAMS, R. **Campo e cidade**: Na história e na literatura contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

O Cotidiano Faxinalense e o Faxinal da Cachoeirinha - Imbituva/PR (1930-1980)

The Faxinalense Everyday and the Cachoeirinha Faxinal – Imbituva/PR (1930-1980)

Dener Cristi dos Santos¹, UNICENTRO

Resumo

Este artigo analisa o cotidiano e as mudanças no faxinal da Cachoeirinha, em Imbituva-PR, entre as décadas de trinta e oitenta do século XX. Tal recorte possibilita a compreensão do cotidiano faxinalense, assim como do não - cotidiano, através de mudanças ocorridas progressivamente, que alteraram profundamente a dinâmica econômica, social e cultural existente na região. Foca nas práticas cotidianas, como agricultura e criação de animais, que eram vitais para a sobrevivência dos moradores e revelam relações culturais, conflitos sociais e resistências. Baseando-se em conceitos de faxinais como comunidades tradicionais no Paraná, a pesquisa utiliza a história oral e entrevistas com moradores para compreender suas representações e memórias coletivas.

Palavras-Chave: Cotidiano; Faxinal; Comunidades Tradicionais.

Abstract

This article analyzes the everyday life and changes in the "faxinal" of Cachoeirinha, in Imbituva-PR, between the decades of the 1930s and 1980s of the 20th century. This segment enables an understanding of both the daily life of the "faxinal" community and the non-daily aspects, through progressively occurring changes that profoundly altered the existing economic, social, and cultural dynamics in the region. It focuses on daily practices such as agriculture and animal husbandry, which were vital for the residents' survival and reveal cultural relationships, social conflicts, and resistances. Drawing on the concepts of "faxinais" as traditional communities in Paraná, the research employs oral history and interviews with residents to comprehend their representations and collective memories.

Keywords: Everyday; Faxinal; Traditional Communities.

Introdução

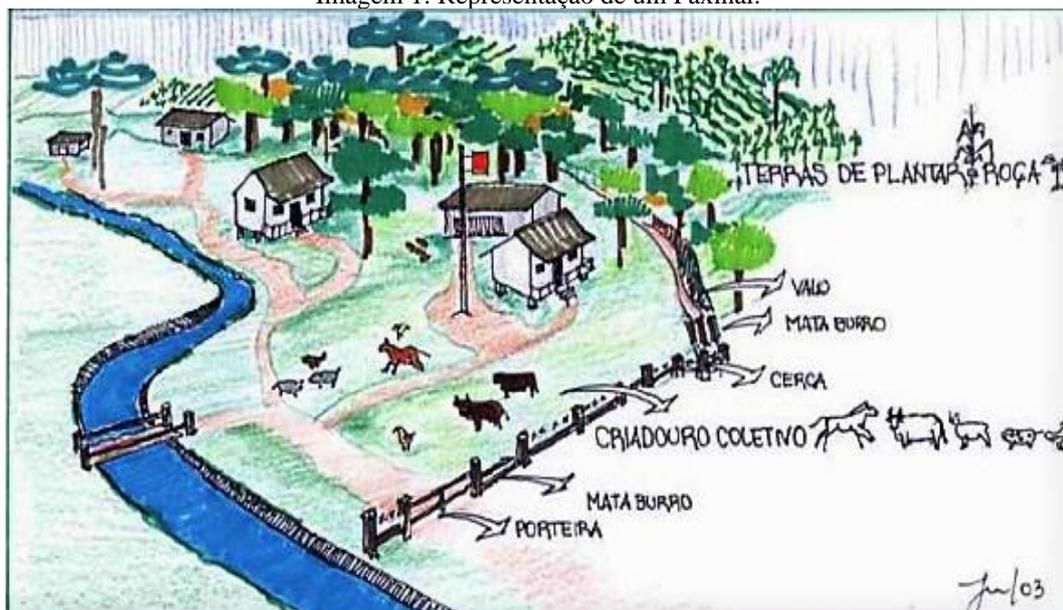
No Paraná do final do século XIX, alguns povoados rurais organizavam-se socialmente diferente dos demais povoados do Estado. Com forte organização comunitária e com a presença de uma cultura singular, pautada em costumes e práticas cotidianas ligadas fortemente na relação com a terra; camponeses e agricultores paranaenses formavam comunidades e povoados rurais tradicionais, que posteriormente foram definidas como “faxinais” e/ou “sistemas faxinal”. Formados na maioria das vezes por núcleos familiares, os faxinais contam com diversas características consideradas singulares, como a organização social comunitária, o desenvolvimento da agricultura de subsistência, o uso comum da terra para a criação de animais soltos e os saberes tradicionais praticados.

¹ Mestre em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO).

Os faxinais são considerados através dos estudos recentes, comunidades tradicionais que tiveram sua formação no Paraná, a partir do século XIX. Porém outras conceituações podem ser verificadas em pesquisas relacionadas. Neste sentido, faxinal também pode ser entendido como um modo ou sistema de vida típico; ou também como uma forma particular de organização econômica camponesa (CHANG, 1988).

Os faxinais exercem o uso comum da terra, por meio dos “criadouros comunitários”, espaços destinados a criação de animais à solta. O espaço do criadouro possui um ou mais proprietários, sendo propriedades privadas, no entanto com uso comum. O criadouro comunitário se constitui em um espaço cercado de pastagens, que conserva a coletividade mediante a produção consensuada de práticas sociais internas e laços de solidariedade. É nesse espaço que se encontram as moradias, normalmente cercadas em pequenas áreas de terra denominadas de quintais, lugar de produção de hortaliças e pequenas culturas de subsistência. Ao redor do espaço de uso comum, ou mesmo distante, encontra-se o complemento do faxinal, isto é, as áreas de lavoura, compostas geralmente, de pequenas parcelas de terra de uso agrícola privado onde prevalecem as culturas do milho, fumo, feijão e arroz (ROCHA e MARTINS, 2007, p. 210). Os criadouros comunitários envolvem, além de um espaço de uso comum, toda uma dinâmica social. Neste espaço ocorrem práticas sociais e relações entre os sujeitos faxinalenses.

Imagem 1: Representação de um Faxinal.



Fonte: SAHR, 2003.

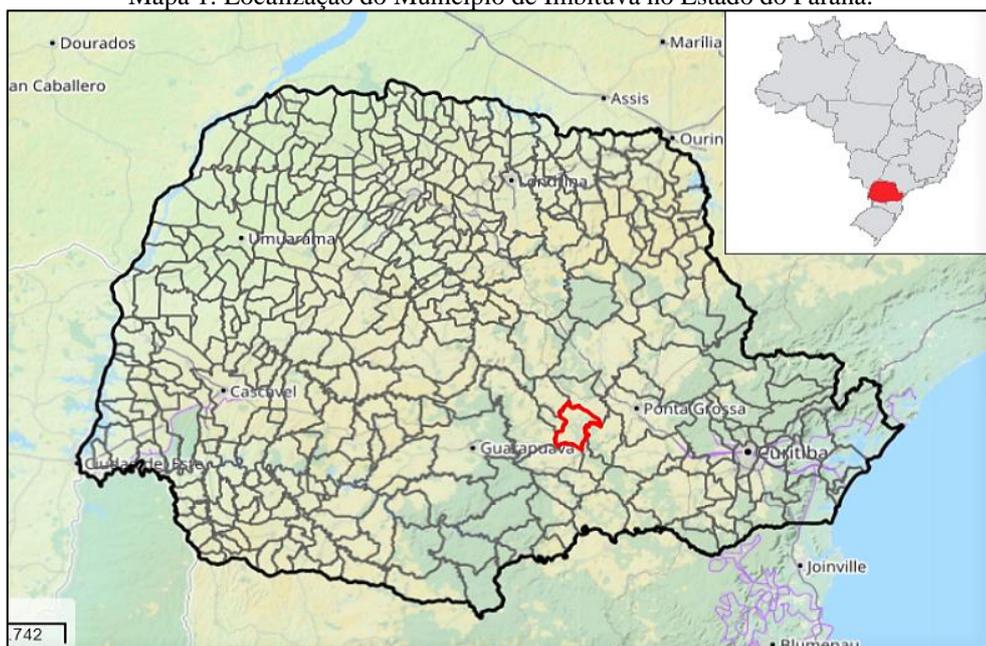
Os faxinais atualmente são reconhecidos enquanto pertencentes à categoria dos Povos e Comunidades Tradicionais, que segundo o Decreto Federal nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, se constituem em:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, s/p).

A partir da década de 1960, os faxinais entram em um contexto de diferentes mudanças econômicas, sociais e culturais. Mudanças que ocorreram principalmente por conta da introdução das relações capitalistas no campo paranaense, impostas pelos planos do governo militar da época, que tinham o objetivo de desenvolver economicamente as regiões de campo brasileiras. Em decorrência deste contexto, muitos dos faxinais existentes no passado foram totalmente desarticulados e/ou desagregados.

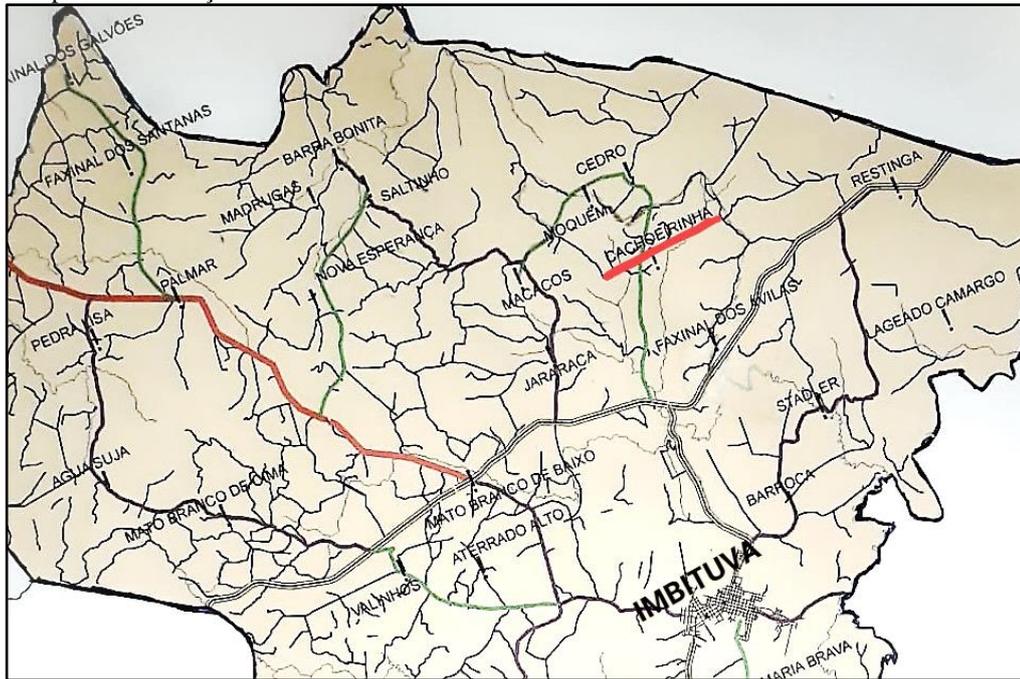
O faxinal da Cachoeirinha, objeto deste artigo, localiza-se próximo à rodovia PR-373, no município de Imbituva-PR e faz fronteira com os povoados e comunidades de Faxinal dos Ávila, Jararaca, Cedro, Moqué, Macacos e Restinga. O trecho da rodovia que passa pela comunidade liga as cidades de Guarapuava e Ponta Grossa, passando por Prudentópolis, Guamiranga e Imbituva. Abaixo, os mapas indicam em vermelho a localização geográfica do Estado do Paraná, do município de Imbituva e do faxinal da Cachoeirinha:

Mapa 1: Localização do Município de Imbituva no Estado do Paraná.



Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), 2022.

Mapa 2: Localização do Faxinal da Cachoeirinha e demais Povoados Rurais de Imbituva-PR.



Fonte: Secretaria Municipal de Habitação de Imbituva-PR, 2021, editado pelo autor.

Atualmente, o faxinal da Cachoeirinha conta com aproximadamente duas centenas de moradores. A maioria das famílias praticam a fomicultura e a utilizam como principal fonte de renda. Além dos fomicultores, alguns moradores trabalham em firmas e empresas na área urbana ou são funcionários públicos. No período compreendido entre as décadas de 1930 e 1980, a comunidade contava com cerca de meia centena de moradores, que em sua maioria exerciam diferentes atividades econômicas, como: a extração de madeira e erva-mate nativa, a criação de animais em espaços abertos e a agricultura de subsistência. Alguns moradores trabalhavam em uma madeireira que existia no faxinal, cujo dono também era morador.

Este artigo tem como objetivo analisar as práticas, saberes e costumes que se expressavam cotidianamente no faxinal da Cachoeirinha, entre as décadas de trinta e oitenta do século XX. O cotidiano nos apresenta uma ampla rede de significados, de saberes tradicionais e de relações de poder que envolvem diferentes interesses e grupos, e expressa relações estabelecidas socialmente que são permeadas por ações dos sujeitos, e “arquitetadas” por estruturas sociais. O cotidiano é o espaço e o tempo que demonstra “pistas” para compreendermos contextos históricos, políticos, culturais e econômicos de determinado povo, sujeito, comunidade, etc.

Dada a amplitude do cotidiano faxinalense e as diversas relações que neste se apresentam, focamos em compreender neste artigo especificamente como era o cotidiano relacionado às práticas agrícolas e a criação dos animais, atividades típicas dos faxinais. Frente

a isso, buscamos entender como era o cotidiano no momento anterior as grandes mudanças ocorridas que deram fim ao faxinal da Cachoeirinha, além de analisar como e por quais motivos estas começaram a se manifestar progressivamente. As diversas mudanças ocorridas na comunidade faxinalense, além de interferirem diretamente nos sistemas de criar e plantar utilizados pelos moradores, modificaram também seus cotidianos, suas relações, costumes e até mesmo as relações de disputas pelo poder, gerando assim um leque de conflitos que envolvem o uso e a posse da terra, pleiteados por diferentes grupos e interesses. Para argumentar acerca destas mudanças, analisamos as transformações nos elementos constituintes do que chamamos de cotidiano faxinalense, como as práticas típicas relacionadas a criação de animais soltos e a agricultura de subsistência.

Metodologia

Para a construção das análises pretendidas, recorreremos ao uso de fontes fotográficas e fontes escritas, além de, principalmente, narrativas orais das moradoras da Cachoeirinha, Maria de Lourdes do Carmo Santos e Maria Dolores Galvão.

Maria Dolores Galvão sempre foi camponesa e dona de casa, possui noventa e três anos e é moradora da Cachoeirinha desde que nasceu. É viúva e mãe de seis filhos. Atualmente é aposentada como agricultora. Sempre foi uma das lideranças da Igreja Católica da Cachoeirinha e carrega o título de ser a moradora mais velha do faxinal da Cachoeirinha. Maria de Lourdes também morou no faxinal desde que nasceu. Sua família foi uma das primeiras a chegar no faxinal, durante o século XIX. Em sua vida teve dez filhos.

Através de entrevistas com as moradoras, é possível reconhecer as experiências vividas e transmitidas pela memória sobre o faxinal da Cachoeirinha. O que permitirá uma problematização sobre o cotidiano, as mudanças e permanências de diferentes práticas nesse território. Entendemos que as entrevistas são resultado de produções, estabelecidas no diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. Procuramos utilizar os relatos com a intenção de “rachar as palavras”, como diz Montenegro (2006). Neste sentido, buscamos compreender os relatos das moradoras considerando que a produção do discurso e da memória estão inseridas em um contexto sociocultural. Neste sentido, a metodologia empregada nesta pesquisa baseou-se principalmente na perspectiva da história oral.

[...] na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de

pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação (FERREIRA e AMADO, 2006, p. 14).

A partir da metodologia da história oral foram realizadas duas entrevistas com duas moradoras idosas da comunidade faxinalense da Cachoeirinha. Uma das entrevistas foi realizada pela Historiadora Cleusi Bobato Stadler e cedida gentilmente para o autor. As entrevistas tiveram a finalidade de registrar os relatos acerca da época de interesse. Os relatos obtidos nos possibilitaram o resgate histórico a partir da memória das moradoras sobre a vida cotidiana na época do sistema faxinal, e nos auxiliaram na reconstrução das tramas da História de um faxinal que nunca fora registrada.

Os Faxinais: Comunidades Tradicionais

Como já descrito na introdução do artigo, os faxinais consistem em comunidades que tiveram sua formação de forma tradicional no Estado do Paraná, a partir do século XVIII. São entendidos também como um modo ou sistema de vida típico, ou como uma forma particular de organização econômica camponesa (CHANG, 1988) e apresentam em seus cotidianos práticas e costumes singulares, de forte caráter comunitário.

De acordo com Chang (1988), o sistema faxinal é dividido em duas áreas: uma área comum para pecuária e uma área de plantio, além disso, a estrutura é baseada em quatro princípios socioeconômicos: a exploração dos recursos naturais, a exploração e manutenção das florestas, a pecuária extensiva em criadouros coletivos e plantações individuais.

Institucionalmente, os faxinais passam a ser reconhecidos como “modo de vida”, “comunidade” ou “sistema” pelo Estado do Paraná a partir do Decreto Estadual nº 3.446 de 1997, que reconhece os faxinais como:

[...] sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (PARANÁ, 2006, s/p).

O decreto de 1997 além de apresentar uma das primeiras definições “oficiais” em relação aos faxinais, também os configura enquanto Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR). Esse fato auxiliou a manutenção, mesmo que tardia, de alguns dos faxinais presentes no Estado.

Os faxinalenses ainda na década noventa, impulsionados pelo início dos movimentos dos povos tradicionais brasileiros, também deram início à busca pelos direitos enquanto pertencente à categoria. Desta forma, o reconhecimento dos faxinais enquanto comunidades tradicionais estão relacionadas à um amplo movimento de lutas de diferentes povos brasileiros pelo reconhecimento e pela defesa de seus territórios. Os faxinais se diferenciam das demais comunidades rurais, pois nestes espaços se desenvolvem formas singulares de organização da vida, de práticas cotidianas e da relação em que o faxinalense mantém com o uso de seu território.

Os faxinalenses foram reconhecidos como Povos Tradicionais através do Decreto Federal de 13 de julho de 2006, e pela Lei Estadual 15.673/2007, que declara o reconhecimento dos faxinais e de sua territorialidade específica pelo Estado Paranaense. Com o reconhecimento dos faxinais enquanto pertencentes a esta categoria e com o avanço das organizações sociais em defesa dos mesmos, surgem debates relacionados a identidade e os territórios faxinalenses. Atualmente alguns outros decretos e leis amparam os faxinais paranaenses enquanto áreas de proteção e conservação.

Além dos criadouros comunitários, há também nos faxinais, de acordo com Cunha e Sahar (2005) as terras de uso particular, denominadas enquanto “terras de plantar”. Estes espaços são de uso privado. Segundo Little (2003) a existência de uma propriedade social (no caso dos faxinais estes seriam os criadouros comunitários) no interior do território de um grupo não implica necessariamente que toda a propriedade é coletivizada e que não há propriedade individual. Os espaços privados utilizados para plantar nos faxinais, de acordo com Cunha e Sahar (2005) se localizam perto dos criadouros, sendo desenvolvido a policultura. Chang (1988) também se refere às terras de plantar, segundo a autora essas terras se localizam geralmente nas encostas, em áreas mais íngremes e são separadas do criadouro através de um sistema de cercas e/ou valos.

O uso de terras no Paraná, principalmente nos faxinais, está imerso em um contexto de conflitos, que são ocasionados principalmente pelos diferentes interesses econômicos do agronegócio e das monoculturas da agricultura familiar. Essa questão é impulsionada pela falta de regulamentações fundiárias das propriedades nos faxinais.

O Cotidiano Faxinalense e o Faxinal da Cachoeirinha

O período em que o faxinal da Cachoeirinha existiu enquanto forma de organização social e econômica, corresponde aproximadamente entre as décadas de trinta e oitenta do século

XX. Neste período, podemos observar mudanças, rupturas e permanências em diversos aspectos, que representaram a vivacidade do cotidiano dos moradores do faxinal.

Singular e único, o cotidiano faxinalense está pautado na relação em que os indivíduos estabelecem com seu espaço, com o trabalho, com a alimentação, com o lazer, etc. Alguns autores se dedicam a analisar o cotidiano, a vida cotidiana e a cotidianidade. Podemos citar Agnes Heller e Michel de Certeau, autores que oferecem instrumentais para elaborar uma análise crítica acerca do cotidiano faxinalense

Quando o cotidiano é abordado como algo a ser compreendido e não descrito, fica claro que os problemas apontados no dia a dia dos sujeitos são importantes e que a história não pode ser considerada apenas a partir dos grandes acontecimentos. Neste sentido, a construção histórica é forjada cotidianamente a partir de atores aparentemente invisíveis e não determinada somente a partir daquilo que lhes são exterior. O estudo da história do cotidiano deve considerar o movimento, pois a perspectiva contrapõe o entendimento da história estática. Através do cotidiano, visualizamos uma história em constante movimento, nas múltiplas relações, posições e deslocamentos, dessa forma, o cotidiano é permeado por constantes mudanças e permanências.

De acordo com Agnes Heller (1985) “o cotidiano é a vida do homem inteiro” (p. 17). Com isso, a autora quer dizer que para responder aos problemas que se colocam dentro do espaço e do tempo no qual vivemos, os sujeitos precisam mobilizar todas as suas potencialidades a fim de encontrar a melhor resposta para as necessidades do dia a dia. Nos faxinais isso é caracterizado pela necessidade dos faxinalenses em instrumentalizar a trabalho, seja para criar animais ou para praticar a agricultura. Pata Heller (1985) a vida cotidiana envolve atos básicos, como comer, andar, conversar, praticar, etc. Estes são os movimentos do cotidiano. Neste sentido, a experiência, as representações e as práticas do cotidiano nos fornecem uma chave para compreendermos o emaranhado histórico.

Para compreendermos a estrutura da vida cotidiana proposta por Heller (1985), se faz necessário inicialmente a problematização de dois elementos: que a vida social possui uma estrutura, e que o cotidiano remete a discussão do espaço e do tempo no qual vivem todos os homens. A autora entende que nosso espaço e tempo é vetado pela estrutura dos modos de produção, nesse sentido, todos os indivíduos estavam, estiveram, estão e sempre estarão dentro de uma determinada cotidianidade. Ou seja, estarão sempre dentro de um determinado espaço que é configurado pelo modo de produção. Partindo da ideia de que a vida cotidiana possui uma

estrutura, ou que o nosso espaço e tempo são dados pelos modos de produção e que possuem uma lógica interna, a vida cotidiana é a vida de todos os homens.

Na perspectiva adotada, a autora se refere a um cotidiano em meio ao espaço dos modos de produção capitalista, porém, os faxinais podem ser entendidos como antagônicos a este sistema. Fica a pergunta: Os faxinais não possuem um cotidiano por não estarem totalmente imersos no sistema capitalista? A resposta está na própria teoria de Heller, quando diz que todo homem possui uma cotidianidade por estar dentro de um modo de produção, não quer dizer que necessariamente este seja capitalista. Nos faxinais, mesmo que a organização do trabalho e da produção não seja pautada em relações econômicas capitalistas, há ainda uma forma de organização do trabalho e uma lógica econômica, e por isso há cotidianidade. É uma grande generalização, porque o fato de existir a cotidianidade dentro da sociedade capitalista ou dentro de uma outra sociedade, se trata de reconhecer que todos os sujeitos sempre estarão dentro de um determinado modo de produção, dentro de uma determinada forma de cotidianidade.

A forma de organização faxinalense, adotada por muitos povoados e comunidades rurais no Estado do Paraná há pelo menos três séculos, é pautada na maioria das vezes pela necessidade de sobrevivência. A formação dos faxinais está ligada diretamente aos atos cotidianos dos sujeitos, que adotaram práticas coletivistas com objetivo de garantir sua reprodução social. Os sujeitos, participantes da vida cotidiana faxinalense, mobilizam suas capacidades intelectuais e habilidades, ou seja, a capacidade de operacionalizar com as coisas e com a própria realidade. O faxinalense está em busca da resolução dos problemas que estão se apresentando a ele no dia a dia. A operacionalização objetiva frente os problemas que os faxinalenses encontraram no plano da vida cotidiana é sinônimo de assimilação das relações sociais.

A Agricultura de Subsistência no Faxinal da Cachoeirinha

No faxinal da Cachoeirinha, a agricultura era praticada principalmente para fins de subsistência. Até a década de oitenta, os moradores adotavam a prática, que envolvia mais do que uma atividade econômica, pois possibilitava diferentes relações que se manifestavam de forma cotidiana, envolvendo os moradores e possibilitando uma rede de sociabilidade e uma cotidianidade.

Pelo menos a partir da década de trinta, desenvolveu-se no faxinal este “sistema agrícola”, inicialmente através das “roças de toco”, e posteriormente com a introdução dos arados de tração animal, as roças destocadas/aradas. De acordo Maria de Lourdes:

[...] aquele tempo plantava muito na queimada né, não era muito arado como hoje em dia, aquele queimadão assim. Não era fácil limpar os terrenos, o pai sempre roçava a capoeirinha né, até eu ajudava meu pai na roça também. Daí roçava a capoeira, esperava secar, aí tacava fogo, fazia a cera⁵¹ pra não queima o mato, e daí a gente sameava na queimada e tinha que vira tudo na enxada, eu com o pai cobria os “trigais” assim de até meia quarta de chão, bastante né, mas tudo viradinho e coberto com a enxada, não tinha arado né².

O processo descrito mostra como era realizado a preparação do solo para o plantio nas roças de toco, que consistia no plantio realizado em áreas limpas através de queimadas, qual só restava os restos de árvores que tinham sido cortadas anteriormente, ou em outras palavras, os “tocos”. A plantação dessa forma, era feita sobre a área queimada. As áreas que serviam para o plantio, chamadas de “capoeiras” ou “fundo grande” localizavam-se distante das residências dos moradores do faxinal, como destaca Maria de Lourdes: “A plantação já era lá na capoeira. Daí as pessoas morava aqui daí plantava longe, daí falavam as “capoeira”, ou “fundo grande”³.

Neste período que compreende os anos de trinta e oitenta no século XX, existia uma grande variedade de espécies cultivadas pelos moradores. De acordo Maria Dolores “naquela época nós plantava milho, feijão, amendoim, mandioca, até trigo nós plantava, abóbora, batatinha”⁴. Maria de Lourdes também relata que em sua família “[...] plantavam muita mandioca, arroz também [...] plantavam batata doce. Nós com meu pai e com minha mãe, meus avós eram bem velhos já, eles plantavam mais milho e feijão, né”⁵.

Considerando que a agricultura neste momento era praticada para fins de subsistência, podemos perceber que o cotidiano alimentar dos moradores era baseado em alimentos comuns ou como diz Maria de Lourdes, ao se referir a como era a alimentação no período “coisas que o brasileiro gosta”⁶.

A agricultura de subsistência era desenvolvida como uma forma de sobrevivência, pois até certo período, como destaca Maria de Lourdes, “ninguém tinha salário, pra vende as coisa não podia vender também, tinha que engorda o porco pra fazer banha”⁷.

[...] aquele tempo plantava só pra come, não tinha pra quem vender mesmo
[...] nós uns tempos tinha feijão de sobra, ponhava nos saquinho. Eu que tinha

² Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

³Ibidem.

⁴Entrevista concedida por Maria Dolores Galvão à Cleusi Bobato Stadler, em 13/05/2019.

⁵ Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

⁶Ibidem.

⁷Ibidem.

que ir de carroça pra cidade, e levava um saco de arroz pra descasca. Não achava pra quem vende, feijão a gente levava e voltava com o saco de feijão⁸.

Neste período no faxinal da Cachoerinha, havia uma baixa introdução das relações capitalistas, uma vez que, como diz Maria de Lourdes: “salário ninguém tinha”. Pela falta de dinheiro dos moradores na época, estes utilizavam seus bens, principalmente terrenos, como pagamento de dívidas na cidade e na bodega do faxinal. Segundo ela, “[...] tinha uma bodeguinha, era do T. A. tinha as coisinha pra vende, ele chegava a compra terreno. Daí o povo, muitas vezes não tinha dinheiro pra compra as coisa e comprava dele, daí ele tirava do terreno”⁹.

A preparação do solo para o plantio, o plantio e a colheita, eram por muitas vezes realizados através dos “puxirões”, prática que consiste em um:

[...] sistema de entre ajuda sem data pré-fixada. Reúnem-se os interessados, para semear, carpir, roçar, fazer a colheita, para a construção ou reparação de cercas e de portões comunitários, para construção de casas, ou qualquer outra empreitada que exija mão de obra bastante (STADLER, 2019. p.19).

De acordo com Stadler (2021) os puxirões eram uma prática comum entre os faxinalenses de Imbituva-PR. Estes se davam através do trabalho comunitário, principalmente para:

[...] carpir as lavouras, arrumar as cercas, ou até mesmo colher os produtos em época de colheita. Essa prática era chamada de “puxirão ou mutirão”. Os faxinalenses se reuniam ao amanhecer, tomavam o café juntos, iam para o trabalho até à tardinha e depois como forma de agradecimento pelo serviço prestado, o dono da propriedade oferecia um jantar e um baile para o divertimento. Era uma organização de trabalho e de sociabilidade dos faxinalenses (Ibidem, p. 238).

Os puxirões realizados pelos moradores da comunidade faxinalense da Cachoerinha não eram realizados apenas no próprio faxinal, pois como já destacado, as roças eram distantes das residências, sendo que neste sentido, por muitas vezes, a prática dos puxirões envolvia mais do que apenas os próprios moradores. Maria de Lourdes relata sobre como os puxirões eram realizados:

[...] todo mundo plantava né, pra você vê, as capoeira era tudo muito longe né. Lá no Jararaca, lá pra diante dos Lemes, lá tudo é longe. Dai o pessoal fazia a roça e dizia nós imo se reuni, dizia eu quero tantas pessoa lá pra trabalha daí trocamo o dia. Hoje nós imo trabaia pra um, daí vocês... a roça era tão sujo, nós imo todo mundo naquela roça lá e limpa tudo lá, e dai outra dia ia na outra

⁸Ibidem.

⁹Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

casa, reunia aí 15, 20 até 30 pessoa... que plantava. Dai a pessoa levava comida, levava almoço, levava café, levava tudo. Fincava uma “arapuca”, um paió ou armava uma barraca lá no meio do mato e cozinhas, e aquele povo tudo vinha come, de graça né. [...] Dai outro dia ia na outra roça, limpavam tudo lá, aquela fila véia de gente ia longe, até lá, tudo os “carpidô” assim. O eito ia de vereda né, quando você vê já tava lá em cima já, já tinha carpido tudo já. Era o tar puxirão. [...] Na Cachoerinha quase tudo as pessoa era gente conhecida e parente né, daí os puxirão era assim, tudo mundo ia come na casa do puxirão outro dia outro ia faze lá, fazia compra e dava de come a turma né. Daí limpava as roça mais fácil, saia tudo num dia às vezes, meio arqueire de chão, uma quarta, uma quarta e meia de roça ai, conforme os trabalhador, era pouco tempo, de tarde tava tudo limpo¹⁰.

Maria Dolores também se refere à realização dos puxirões, segundo ela:

O povo fazia assim roça bastante, dai trocavam dia. Dai nós fizemos quantas vezes puxirão, daí a gente fazia um compra né, e dava de comer os trabalhador. Daí marcava os dias, tal dia o fulano vai lá, outro fulano, dai reunia bastante os companheiro, tudo. Tinha gente que ia, carpiram tudo a roça, que faz assim de queimado, fazia aqueles puxirão, tinha puxirão que tinha 40, 50 pessoas. [...] As compadRARADA né. [...] Iam de carrocinha. No final daí fazia um bailão¹¹.

Podemos analisar a prática dos puxirões como uma forma de tornar o trabalho na “roça” menos difícil, ou como diria Certeau (2014), uma forma de micro resistências cotidianas ou “táticas”, desenvolvidas pelos sujeitos com a intenção voltada à sobrevivência em meio ao cotidiano, para ter uma vida menos desconfortável.

A prática dos puxirões parece ter sido extinta com a mudança das áreas de plantar para próximo das casas dos moradores, no próprio faxinal. A introdução dos arados também pode ter contribuído para isso, pois em todos os momentos em que as moradoras se referem aos puxirões estas relacionam estes às “roças de toco”, utilizadas anteriormente ao uso dos arados.

A introdução dos primeiros arados manuais se deu por volta do início da década de setenta, levando ao abandono das “roças de toco”, que começaram se ser substituídas pelas roças aradas. Maria de Lourdes relata que:

O primeiro arado que eu conheci foi do meu sogro, que compro. Era bem de vida né, não sei como, mas inventaram um arado de pau, era tudo de madeira, só a rodinha que era de ferro né. Daí foi ele que começo a arar, daí a turma que começaram vê começaram copiar. Daí as coisas foram evoluindo, compravam aqueles arado de ferro¹².

¹⁰ Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

¹¹ Entrevista concedida por Maria Dolores Galvão à Cleusi Bobato Stadler, em 13/05/2019.

¹² Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

O arado dessa forma, facilitou o processo de preparação do solo e por conseguinte mudou também a forma que a agricultura era praticada. No início aqueles que já tinham o arado, (como era o caso do sogro de Maria de Lourdes) prestavam serviço arando as terras para os outros moradores que ainda não o possuíam. Por volta da década de setenta, com a introdução dos arados, a agricultura de subsistência já apresentava algumas mudanças em relação a como era nas décadas anteriores, principalmente por conta da diminuição do tamanho dos terrenos das famílias, o que culminou na alteração das espécies cultivadas e na forma de cultivo. De acordo com Maria de Lourdes: “O pai já era diferente né, o pai, como o terreno já era pouco né, o que mais tinha era meu avô. O pai alugava, plantava trigo e centeio porque minha mãe era metida a polaca né, gostava da farinha de centeio, né, Broua”¹³.

As mudanças ocorridas na agricultura praticada no faxinal da Cachoeirinha e nos demais faxinais estão relacionadas ao contexto estrutural de transformações ocorridas no campo brasileiro como um todo, principalmente pela influência da Revolução Verde, que trouxe uma nova política agrícola desenvolvida no território brasileiro com fomento governamental. A Revolução Verde ocorrida no espaço rural brasileiro nos anos 60 e 70 teve como prioridade o “subsídio de créditos agrícolas para estimular a grande produção agrícola, as esferas agroindustriais, as empresas de maquinários e de insumos industriais para uso agrícola – como tratores, herbicidas e fertilizantes químicos” (Moreira, 1999, p. 81). Para além do faxinal da Cachoeirinha, durante a segunda metade do século XX houve um aumento da desigualdade social no mundo rural brasileiro. O período ficou marcado pelo fomento ao “desenvolvimento” das regiões rurais, porém, ocorreu de forma desigual, que pode ser relacionada à

[...] própria natureza do capitalismo na formação social brasileira e da tradição das políticas públicas e governamentais que nortearam nossas elites dominantes, seja na área econômica, seja no próprio campo político de definição de prioridades.[...] é também uma crítica ao modelo concentrador e excludente da modernização tecnológica da agricultura brasileira, socialmente injusto. A elevada concentração da propriedade da terra e a desigual distribuição da propriedade dos recursos produtivos de origem industrial conformaram uma formação social capitalista no Brasil de forte exclusão social (MOREIRA, 1999, p. 45).

A “modernização” da agricultura ocorrida neste período no Brasil atuou em função de diferentes grupos, empenhados no “desenvolvimento econômico” do país. De acordo com Silva (2007) o esforço brasileiro de aumentar a produção por meio do emprego de tecnologias

¹³ Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

modernas com o propósito de acelerar a produtividade do solo e do trabalho foi seguida por uma maior concentração de terra, pela desigualdade e pelo isolamento rural.

Na comunidade faxinalense da Cachoeirinha só houve de fato uma mudança na lógica agrícola produtiva a partir da década de oitenta, quando houve a introdução do cultivo do fumo, fato que levou ao fim da prática da agricultura de subsistência. Contudo, mesmo com a introdução do cultivo do fumo a utilização das técnicas de limpeza e a utilização dos arados persistiu durante muitos anos, até que se tivesse a introdução dos tratores e equipamentos agrícolas.

A Criação de Animais em Comum no Faxinal da Cachoeirinha

A criação de animais soltos no faxinal na Cachoeirinha também representa uma prática de sobrevivência que envolve um processo de instrumentalização do trabalho. Segundo Campigoto e Sochodolak (2008) nos faxinais: [...] as casas são dispostas no interior da área cercada, sendo boa parte delas protegidas por um cercado menor, ao entorno dos quais as criações circulam livremente. As entradas e saídas destas áreas são protegidas por porteiras e cancelas, ou por uma espécie de pequena ponte, construída sobre um vão escavado especialmente para tal fim (Ibidem, p.181).

Assim como na maioria dos faxinais, no da Cachoeirinha uma das práticas cotidianas desenvolvidas era a criação de animais soltos. Prática que acabou aproximadamente entre as décadas de oitenta e noventa. De acordo com Maria de Lourdes “antigamente era tudo solto e não faz muito tempo que isso aí mudou. Nós tinha cabrito e carneiro tudo solto, e vaca também, era tudo solto”¹⁴. Maria Dolores também se refere à criação solta de animais, segundo a moradora: “Era solto, tudo solto, era cavalo, vaca, porco, tudo era solto [...] não tinha separação”¹⁵.

Nas áreas de faxinal, de acordo com Carvalho (1984), os moradores praticam através dos “criadouros comunitários”, a criação de animais soltos de forma coletiva, porém, de acordo com Maria de Lourdes, não era esse o termo utilizado ao se referir ao espaço destinado a criação de animais na Cachoeirinha. Em vez de criadouro comunitário, a moradora usa o termo “invernada”, como percebemos em seu relato: “Aqui nós tinha uma “invernada”, fechada de uma altura pra baixo, daqui até ali no C.N. também, era fechado até lá”¹⁶. Diferente de Maria de Lourdes, Maria Dolores se refere ao espaço para criação dos animais como totalmente

¹⁴ Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

¹⁵ Entrevista concedida por Maria Dolores Galvão à Cleusi Bobato Stadler, em 13/05/2019.

¹⁶ Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

abertos. A própria Maria de Lourdes por diferentes momentos relata que os animais fugiam pela inexistência de cercas, mas em outro momento, como já destacado, se refere a invernada como um espaço fechado. Temos dessa forma, a possibilidade de que a criação de animais em comum no faxinal da Cachoeirinha se deu de duas formas. Primeiramente, através do espaço equivalente ao “Criador Aberto” (Souza, 2009), onde não havia a existência de cercas, e em um segundo momento, através de espaços cercados, na invernada, como relata Maria de Lourdes.

Na invernada a prática de criar os animais de diferentes donos continuou a ser realizada. A diferença da invernada para o criador aberto, inicialmente utilizado, é que nesta o espaço destinado aos animais foi limitado através da construção de cercas, restringindo dessa forma o espaço e limitando a fuga dos animais. Durante o uso do criador aberto, as cercas eram construídas em voltas das áreas de plantar, diferente do uso da invernada, que é o espaço cercado para a criação de animais em comum.

A invernada no faxinal da Cachoeirinha tinha, segundo Maria de Lourdes, 32 alqueires de área, sendo delimitada pelas cercas construídas pelos moradores e pelos rios e riachos. As cercas eram construídas para delimitar o espaço aberto para criação de animais das lavouras (áreas de plantio), que neste momento já era realizada próximo as residências dos moradores.

Vários moradores da comunidade faxinalense utilizavam este espaço da invernada para criar seus animais. Mas este não era o único uso coletivo que se percebe no espaço, os moradores também praticavam a pesca nos rios que a delimitavam, “catavam” pinhão, colhiam guabiroba, arará e erva-mate, além de desenvolver uma série de práticas sociais e culturais que envolviam o espaço, como relatados pelas moradoras.

Com a construção das cercas na invernada, os animais foram perdendo a liberdade de deslocamento, no início, como relata Maria de Lourdes, “tudo era solto, daí tiveram que parar de criar os carneiro porque os cachorro tavam comendo, os cabrito começaram a sai muito longe daí tiveram que para, começaram a cria só os porcos fechados”¹⁷. Temos aí uma mudança muito grande no cotidiano dos animais, principalmente os cabritos, carneiros e porcos, que passaram a ser criados em espaços fechados, na invernada ou em poteiros e chiqueiros. Os porcos anteriormente à construção das cercas, segundo Maria de Lourdes:

[...] quando eles tinham liberdade, tinha dia aí que nós tinha vinte, trinta porco pra fora [...] Saíam as porca mais velha e os leitão, se mandavam, pegavam aqui a estradinha que e ia lá pro jararaca, e a gente pensava, eles tão lá pela beiras dos rios né, campiano coisa pra come. Soltava (os animais), eram bastante, eles pegavam pra estrada, uma vez foram acha as vaca lá quase... pra

¹⁷ Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

diante da Barra Bonita, uma vaca um terneiro e um boi, se mandaram pra estrada e foram parar lá, daí souberam notícia e foram busca. Iam nos campo de Imbituva, os cavalo que maior parte era do meu sogro, quando verem cadê a mula com o cavalo, tavam lá no O. A, naqueles campo pra cima da ponte, ou até lá na estrada do Imbituva¹⁸.

A criação de animais no faxinal após a construção das cercas e do fechamento do criador aberto, não era realizada apenas na internada. Em alguns casos estes eram fechados em espaços de uso privado, por diferentes motivos, por exemplo, para fazer a “engorda” do animal, para servir de alimento posteriormente e para tirar leite e dar o “trato”. Neste momento, existiam, de acordo com Maria de Lourdes, três tipos de espaços para criar animais, o grande e de uso comum denominado internada, e o pequeno, restrito para uso individual, chamado de “potreiro”, e os fechados com tábuas, exclusivos para o gado e ainda menores chamado “mangueira”.

Percebemos que havia no faxinal todo um sistema de organização comunitária para a criação dos animais, os espaços eram divididos de acordo com as necessidades de cada morador, sendo que cada um era responsável por fechar seus terrenos que teriam outro uso além da internada ou do criador aberto.

[...] ali tinha uma “mangueira” pra coloca as vacas, daí nós deixava o gado a maior parte do gado fechado né. [...] é tipo potreiro, o pedaço pequeno é o “potreiro”. Eram lugar de criação, né, diziam o cavalo tá no potreiro, a vaca tá no potreiro, mas era pequeno né, o maior era a “internada”. Os animais das famílias ficavam tudo junto¹⁹.

O cercamento do espaço de criação começou na década de oitenta, de maneira gradual. No início, os moradores que optassem por realizar a plantação dentro do espaço onde era o criador comum, deveriam cercar sua lavoura. Em decorrência do não cumprimento do acordo por parte de alguns moradores, que não construíram cercas e tiveram suas plantações invadidas pelos animais, muitos moradores passaram a adotar o uso dos potreiros e das mangueiras, como uma forma de fechar os animais em um espaço de uso particular. Deste modo, o criador comum deixou de ser um espaço que todos usufruíam comumente, prejudicando desta maneira as relações que ali se desenvolviam entre vários moradores do faxinal

O cercamento de áreas do espaço do criador dentro do faxinal da Cachoeirinha traz mudanças no cotidiano dos moradores e dos animais. A constituição e formato das mangueiras não tem somente o objetivo de fechar os animais, mas busca também tornar o espaço particular

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Entrevista concedida por Maria de Lourdes do Carmo Santos à Dener Santos, em 14/01/2022.

e restringir a entrada de outros moradores. A função principal das mangueiras e dos poteiros é limitar o espaço, em um sentido de individualizar o uso.

Podemos considerar que o cotidiano faxinalense é permeado por práticas e saberes tradicionais, que são experienciados pelos faxinalenses como uma forma de instrumentalizar suas atividades diárias, facilitando os processos e garantindo sua sobrevivência. O faxinal da Cachoeirinha sofreu diversas mudanças a partir da década de oitenta. Estas mudanças, de diferentes ordens, afetaram o cotidiano dos moradores fazendo com que muitas vezes os induzissem a ressignificar suas práticas e saberes para se adaptar às transformações ocorridas, que não se restringem apenas ao faxinal, mas nos demais faxinais e no campo paranaense como um todo.

Neste sentido, analisar apenas as práticas e saberes não dão conta de compreender os processos políticos, econômicos e sociais de transformação. Devemos então considerar que a existência de um cotidiano faxinalense pressupõe um “não-cotidiano” faxinalense, baseados na concepção de Heller (1985), sobre a cotidianidade. O cotidiano é o resíduo do não-cotidiano, ou seja, os “sistemas de poder (religião, a filosofia, a política, a estrutura, etc.) produzem resíduos que lhes resistem e escapam” (LEFEBVRE, 1967, p.68), dando origem ao cotidiano. Dessa forma, há uma relação dialética entre o cotidiano (vida) e o não-cotidiano (estruturas e sistemas). Isso significa que todo homem nasce no cotidiano, mas ao interagir, apreender e produzir reflexões sobre o mundo, sejam elas filosóficas, religiosas ou políticas, adentraria na dimensão não-cotidiana. O cotidiano, neste sentido é “constituído dos movimentos humanos que não são sistematizados em normas, leis, instituições e outras articulações de poder” (JOSGRIELBERG, 2014, p.93).

O faxinal da Cachoeirinha durante a segunda metade do século XX passou por diferentes transformações, principalmente pela progressiva introdução das relações capitalistas e pelo fim da agricultura de subsistência e da criação de animais soltos. O cotidiano dos moradores neste período, permeado por fortes relações comunitárias, passou a sofrer o impacto das mudanças sociais e econômicas e, dessa forma, fazendo com que os moradores passassem a se adaptar frente as novas relações estabelecidas, ressignificando suas práticas cotidianas e fazendo com que a comunidade perdesse suas características faxinalenses.

Considerações Finais

Podemos perceber através deste artigo que os principais elementos que constituem o cotidiano faxinalense estão relacionados às práticas e saberes que permeiam a

instrumentalização do trabalho para a agricultura e para a criação de animais. Porém, para compreendermos as mudanças em relação as práticas agrícolas e à criação de animais devemos analisar também aspectos não-cotidianos, como as políticas de modernização e introdução das relações capitalistas no campo.

Nosso objetivo foi buscar resolver algumas problemáticas sobre o faxinal da Cachoeirinha. A principal delas foi compreender como ocorriam as interações sociais cotidianas e como os faxinalenses buscavam instrumentalizar suas práticas de trabalho. O que chamamos de cotidiano faxinalense, passou a ser alterado na medida em que houve transformações políticas e econômicas no campo paranaense, a partir da década de 1970, quando os modelos utilizados para a agricultura e para a criação de animais passa a ser voltada para finalidades econômicas capitalistas.

Diversas mudanças ocorreram na Cachoeirinha durante o período analisado. Destacamos as ocorridas em relação às práticas agrícolas, que deixam de ser desenvolvidas para a subsistência e passam a ser voltadas para a lógica de mercado. Destacamos também as mudanças nas formas em que os animais eram criados, através dos cercamentos e do estabelecimento de um “regime de cercas” (MARIN, 2009) que alteraram significativamente o cotidiano dos moradores e dos próprios animais.

Como síntese, compreendemos que a cultura e as tradições presentes no faxinal designam uma forma particular de organização, de relacionamento entre as pessoas e com a natureza. Essas tradições e práticas culturais são repassadas e aprendidas por meio da memória e de um sistema de relações estabelecidas entre os moradores, tendo como principal referência o acumulado cultural dos povos nativos e imigrantes.

Fontes

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

PARANÁ. Decreto Estadual nº 3.446, de 25 de julho de 1997. Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, nº 5067, 14 ago. 2006.

Referências

CAMPIGOTO, José Adilçon; SOCHODOLAK, Hélio. Os Faxinais da região das araucárias. In: OLINTO, Beatriz Anselmo; MOTTA, Márcia; OLIVEIRA, Oséias de (orgs.). **História agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Ed. Unicentro, 2008.

- CARVALHO, Horácio Martins de. **Da aventura à esperança**: a experiência autogestionária no uso comum da terra. Curitiba: mimeógrafo, 1984.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. 121 p. (Boletim Técnico, nº 40).
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- JOSGRILBERG, Fabio. "Cotidiano e Sujeito Ordinário". In: **Dicionário de Comunicação**: Escolas, Teorias e Autores. São Paulo: Contexto, 2014.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2003. (Série Antropologia, nº 322).
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 209-228. Vol. 1.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 37-63, jun. 2006.
- MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- ROCHA, Eliana do Pilar; MARTINS, Roberto de Souza. Terra e Território Faxinalense no Paraná: notas sobre a busca de reconhecimento. **Campos - Revista de Antropologia**, v. 8, n. 1, 2007.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2007.
- SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Povos tradicionais e territórios sociais: Reflexões acerca dos povos e das terras de faxinal do bioma da mata com araucária. In: **Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, Presidente Prudente, 2005.
- SAHR, Cicilian Luiza Löwen; IEGELSKI, Francine. **O sistema Faxinal no município de Ponta Grossa**: diretrizes para preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa: Prefeitura de Ponta Grossa, 2003. (Relatório Técnico, p. 108).
- SILVA, Patrícia Santos. Tecnologia e meio ambiente: o processo de modernização da agricultura familiar. **Revista da Fapese**, v. 3, n. 2, p. 87-100, jul./dez. 2007.
- SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (orgs.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009. p. 29-88.
- STADLER, Cleusi Teresinha Bobato. Espaço Geográfico, Práticas Sociais e Patrimônio Cultural nas Comunidades Faxinalenses de Imbituva. In: KOSS, Lucimara; SILVA, José Junio da; COSTA, Lourenço Resende da (orgs.). **Faces do Paraná**: (I)migrações, cultura e identidades. Maceió: Olyver, 2021. cap. 9, p. 229-246.
- STADLER, Cleusi Teresinha Bobato. **Imbituva e suas Histórias**. 1. ed. São Leopoldo, RS: Oikos, 2019. v. 1. 400p.

“Liberdade Ainda que Tardia”: as Minas do Ouro como um refúgio criptojudaico no Brasil setecentista

“Liberty Still Late”: The Gold Mines as a Crypto-Jewish refuge in 18th Century in Brazil

Thiago Narciso dos Santos¹, PUC-MG

Resumo

O processo de intolerância religiosa na Península Ibérica ganha contornos mais definidos, a partir do século XV, quando já é possível perceber consolidadas iniciativas promovidas pela Igreja Católica para o cerceamento da liberdade de grupos não cristãos, os chamados hereges. Uma série de aparelhos repressores foram instalados e forçaram os judeus a abdicarem de tudo que os caracterizava, como seus rituais e simbolismos, suas sinagogas e até mesmo de sua identidade que os ligavam entre si. Este artigo, busca, mediante uma pesquisa bibliográfica, apresentar os fatores que foram fundamentais para a constituição da cultura judaica na Capitania do Ouro. Além disso, perceber a importância do Ciclo do Ouro para a consolidação dos cristãos-novos em Minas e seus resquícios até hoje percebidos.

Palavras-Chave: Inquisição; Marranismo; Cristão-novo; Minas Gerais.

Abstract

The process of religious intolerance in the Iberian Peninsula takes on more defined contours from the 15th century onwards, when it is already possible to perceive consolidated initiatives promoted by the Catholic Church to curtail the freedom of non-Christian groups, the so-called heretics. A series of repressive devices were installed and forced the Jews to give up everything that characterized them, such as their rituals and symbolism, their synagogues and even their identity that linked them to each other. This article seeks, through a bibliographical research, to present the factors that were fundamental for the constitution of the Jewish culture in the Captaincy of Gold. In addition, to perceive the importance of the Gold Cycle for the consolidation of New Christians in Minas and its remnants until today perceived.

Keywords: Inquisition; Marranism; New Christian; Minas Gerais.

Introdução

Este artigo tem por objetivo descrever e estabelecer um conjunto de reflexões acerca da participação da comunidade judaica — categorizada como cristã-nova no contexto analisado — na construção e consolidação da Nova Colônia Portuguesa na América. Mediante uma perseguição sistemática protagonizada pela Igreja Católica junto ao nascente Estado Nacional Português, a comunidade judaica foi criminalizada, perseguida, aprisionada e até torturada.

Nesse contexto, esta pesquisa presente tem como foco o processo de construção e imposição de uma “pseudoidentidade” cristã desses sujeitos num contexto no qual se percebe um evidente sincretismo religioso por parte do catolicismo e do judaísmo. Neste momento

¹ Graduando em Licenciatura e Bacharelado em História pela PUC Minas. Contato: thiagonarciso1@gmail.com.

também é perceptível como as mulheres, cristãs-novas — trazidas por Assis (2006) como Macabéias² — são fundamentais para a perpetuação de todo um ideal judaico, fazendo assim se manter vivo o sentimento de pertencimento com sua antiga fé e ainda mais, construindo assim uma forma de resistência perante as privações de direitos e liberdade impostas pelo Estado.

Além de uma exposição acerca do movimento inquisitorial, se fará aqui uma leitura das manifestações de cristãos-novos em Minas Gerais no século XVIII, tendo em vista que os judeus possuem um histórico de diásporas forçadas e agressões sistemáticas. Os judeus sefarditas se organizaram em uma nova lógica em seus grupos, dessa forma, é perceptível que essa população que migrou forçosamente para o Brasil já se organizava de maneira diferente dos europeus e com certa distinção entre si na própria colônia. Assim, entender um pouco mais de como esses sujeitos se relacionavam e, além disso, perceber a importância do caso mineiro, conforme a autora Neusa Fernandes (2004); trazer as perspectivas de resistência criptojudáica segundo Ângelo Assis (2006) e tantas outras contribuições de Novinsky, *et.al* (2016).

Nesse sentido, o artigo aqui representado se mostra como um diálogo entre diversos autores já consagrados nesse campo de estudos. Procura-se desvelar também as relações da complexa mentalidade criptojudáica dos cristãos-novos e as condições de resistência à criminalização das práticas judaizantes, principalmente as femininas desse período em território da América portuguesa.

Inquisição: surgimento, análise e implicações

Tradicionalmente, ao remeter a pensamentos e análises mais generalistas, é comum enquadrar o processo inquisitorial erroneamente como um movimento exclusivamente medieval e atrelado somente a perseguição de mulheres, estudiosos e bruxas. Os grandes pensadores contemporâneos dos séculos XVI (renascentistas) ao XIX (metódicos, historicistas) categorizaram de maneira equivocada o medievo como uma “Idade das Trevas”, do que de trevas não há nada. Porém, com a grande renovação historiográfica acerca do tema, principalmente no Brasil após a década de 1980 com a historiadora Anita Novinsky, a Inquisição retornou aos holofotes dos estudos dentro do campo da história social, encontrando atualmente seu auge com o Laboratório de Estudos da Intolerância (LEI — USP), sendo assim,

² A ideia de Macabeia ou Macabéu, se relaciona diretamente com uma família de sacerdotes e militares judeus do século II a.C. há que resistiram num processo de luta contra os sírios, de modo a reconquistar sua independência territorial. Nesse sentido, utilizava-se esse conceito como uma forma de rememorar essa luta e dar insumos para os judaizantes permanecerem conscientes e militantes em suas práticas e resistindo as pressões católicas.

renovando e superando uma série de perspectivas há um tanto solidificadas em várias pesquisas anteriores.

Durante o período de consolidação da Cristandade no Ocidente, uma maneira desenvolvida pela Igreja para manter-se sempre relevante e no controle do imaginário do corpo social foi a construção do que viria a se tornar a Inquisição, responsável pela criminalização e cassação das chamadas Heresias. Essas por sua vez se caracterizavam como: “opiniões e doutrinas ou atos contrários à fé católica” (LIPINER, 1977, p. 80). A construção da ideia de heresia se torna extremamente importante, pois através desse “inimigo” torna-se possível aglutinar seus pares para lutar contra esses heresiarcas,³ mantendo assim uma sociedade étnica e ideologicamente limpas.

Torna-se uma tarefa extremamente complexa definir uma data origem da Inquisição, haja vista que se trata de um movimento promovido lentamente pela Igreja. Porém, em nenhum momento se nega seu caráter intencional, pois se trata de um mecanismo utilizado para negar a reprodução das heresias que viam a luz nesse contexto medieval. Tendo em vista que subverter o *ethos* católico tratava-se de um crime de teor gravíssimo e que incitava a subversão de tantos outros religiosos, a Igreja Católica a partir do século XI promoveu uma série de medidas que visaram ordenar ou excluir os que destoavam desse padrão católico. O Papa Inocêncio III foi o grande responsável por protagonizar momentos de embate direto a heresias e também contra o judaísmo. Em 1199 foi responsável por elaborar instrumentos jurídicos para reprimir essas doutrinas destoantes do catolicismo, abrindo assim os precedentes para a formação da inquisição medieval e para a cruzada contra os albigenses (1208). Outro momento segregacionista veiculado ao pontificado de Inocêncio, foi o IV Concílio de Latrão, responsável por diferenciar todos os judeus dos cristãos através de roupas, marcas simbólicas e locais de residência. (FELDMAN, 1996), (BASCHET, 2006).

A compreensão do contexto de atuação da inquisição medieval, entre guerras sagradas e o conflito eclesiástico com as heresias, colocam os judeus — que já se constituíam minoria excluída da lógica feudal — em deslocamento pelo território. Os judeus não poderiam se tornar nem senhores e nem servos, já que era inimaginável para eles prestarem-se aos rituais e juramentos de iniciação feudal, que se baseavam estreitamente na liturgia católica, e, para o judeu, se configuraria em idolatria e apostasia do judaísmo (FELDMAN, 1996). Devido a todas essas condições, o povo judaico, iniciou um processo de êxodo rural anterior ao século XIV, visto que estavam à margem da sociedade e acabaram por terem suas terras expropriadas pelos

³ Pessoa que incita e propaga heresias, sendo um dos mais graves crimes a serem punidos pelo Santo Ofício da Inquisição (LIPINER, 1977).

reinos bárbaros ou optaram por vendê-las. Como colocado por Jérôme Baschet acerca dos judeus em seu trabalho acerca do mundo medieval: “A atitude cristã em relação aos judeus modifica-se progressivamente, talvez a partir do século XI [...] os judeus parecem ter cada vez menos seu lugar no seio de uma cristandade que se constitui como entidade social fortemente integrada, sob a direção da igreja.” (BASCHET, 2006, p. 237).

Com o desenvolvimento dessa inquisição medieval, a figura do judeu cada vez mais veio a se tornar objeto de debate frequente por parte dos teólogos e membros da Igreja. Até mesmo Agostinho de Hipona em seu *magnum opus*, “Cidade de Deus”, discute a questão judaica, seu pertencimento e valor para a sociedade, sem deixar de lado pílulas antijudaicas que floresciam na Europa Medieval.

Agostinho determina que os judeus haviam feito sua parte na difusão da palavra de Deus. Porém, sua recusa obstinada em aceitar a revelação de Cristo determinou que sofressem restrições que foram legisladas nos códigos imperiais. Nos códigos de leis de Teodósio e, mais tarde, de Justiniano, há leis que excluem os judeus de todas as funções políticas e militares, proíbem a posse de escravos cristãos e o casamento interconfessional. Agostinho entende a dispersão dos judeus entre os povos como um dos sinais, uma das marcas de seu erro. Sua dispersão e sua degradação entre os povos, somadas à sua tolerância, seriam uma forma de demonstrar a verdade de Cristo. [...] Agostinho e seus seguidores acreditavam que no Milênio ocorreria o arrependimento e conversão dos judeus. Por isso estes, deveriam ser mantidos e tolerados, pois de sua conversão dependia a redenção da humanidade (FELDMAN, 1996, p. 4).

As iluminuras medievais retratavam o judeu como um sujeito totalmente deformado: possuía um longo nariz recurvado, era representado com proporções irregulares e traços específicos, como os chapéus ou roupas coloridas. Alguns autores ainda ressaltam que eles menstruam como as mulheres. (BASCHET, 2006). Já em relação aos mitos que lhes são atribuídos, o maior deles menciona os judeus como os responsáveis pela morte de Cristo. Tratam-lhes também como sequestradores e assassinos de cristãos para poderem utilizar de seu sangue na produção dos pães ázimos; são culpados pela Peste Bubônica (1348–1351), e a todo momento associados ao diabo, às bruxas e feiticeiras (FELDMAN, 1996).

Todas essas práticas que denotam uma clara política antijudaica a todo momento se preocupam com a preservação do *ethos* católico, e com a manutenção e consolidação do catolicismo, contudo, não somente isso motiva essa inicial política segregacionista com o judaísmo. A preponderância social cristã e fatores econômicos são extremamente quistos para presente análise, pois a todo momento são evocados esses pontos pelos próprios membros da Igreja, que tratam a exclusão e a agressão como uma forma de afirmação da cristandade. Tendo

em vista toda essa construção, não passível caracterizar o movimento inquisitorial medieval — que abrirá alas para o moderno, muito mais sistematizado, agressivo e massivo — apenas com uma visão simplista que privilegia a narrativa de pureza religiosa.

É necessário, com efeito, lembrar que a Igreja é, na Idade Média, a própria forma de organização social e a instituição que a domina. Atacar a Igreja e solapar os fundamentos de sua posição, como fazem as correntes heréticas, é uma questão que não é nem social, nem religiosa, porque ela é *indissociavelmente social e religiosa*. (BASCHET, 2006, p. 227. Grifos do autor).

Com todas essas bases estruturais da Inquisição muito bem sedimentadas na Europa Medieval desde o século XI, perceber o aparecimento e a consolidação do Estado Absolutista exerce uma função primordial para que o tribunal da Inquisição adquira uma nova configuração, atuando de maneira muito mais incisiva no corpo social e culpabilizando, caçando, prendendo, torturando e queimando um número muito maior de indivíduos, em sua grande parte Judeus.

O Estado Absolutista no Ocidente surge num contexto de crises e reconfigurações do modo de vida Feudal, no processo conturbado de reordenação política, cultural, militar e religiosa. Nesse processo, a Inquisição se fez presente atuando de maneira distinta daquela forma em que se conheceu no período medieval. Enquanto a Inquisição até o século XVI era associada a um tribunal de combate a heresias e bruxarias, centralizada na própria Igreja, no período moderno, o Santo Ofício alia-se ao poder régio em uma perspectiva de ampliação da influência católica. A Inquisição Moderna é controlada pelo Estado, que indica seus membros e cumpre a condenação à morte. A maior diferença dessa instituição entre o período medieval e moderno está na amplitude e no alcance. O propósito, na era moderna, não se trata de apenas buscar as heresias ou movimento isolados. O necessário era propagar a defesa de uma ordem moral e religiosa unificadas que sustentavam o Estado. Espanha e Portugal, pioneiros nos processos inquisitoriais, auxiliaram a Igreja e possibilitaram a fiscalização em massa do corpo social. Os territórios ibéricos, que foram conhecidos pela diversidade étnica e religiosa, acabaram por enfrentar um fenômeno repressivo em larga escala com qualquer indício de diversidade.

Por conseguinte, a Inquisição, enquanto empresa eclesiástico-religiosa, funcionava em estreita ligação com o poder régio, integrando o aparelho de Estado com o propósito de, através da submissão das populações a uma única crença e à mais pura ortodoxia da fé católica, obter uma nação espiritual e ideologicamente homogênea, a serviço dos interesses políticos e da centralização do poder inerente às monarquias absolutistas. (BOSCHI, 1987, p. 2).

Dentre os perseguidos na Idade Moderna, estão os muçulmanos, bígamos, apostatas, mulheres reconhecidas como bruxas, homossexuais, e finalmente os judeus — os quais são os que correspondem ao maior número de processados pela Instituição Inquisitorial. Vale ressaltar que durante os 15 séculos de presença legitimamente judaica na Península Ibérica, esses homens e mulheres tiveram uma participação extremamente relevante em termos culturais, sociais, políticos e econômicos no viver da época. Por mais que esses indivíduos vivessem em ambientes separados do restante da sociedade, sob a égide das leis da Torá, realizando casamentos e reuniões fechadas ao grupo judaico, é necessário rememorar os grandes trabalhos realizados por eles. (NOVINSKY *et.al.*, 2016).

Todavia, nem mesmo o valor agregado ao judeu o fez passar ileso pelas garras da Inquisição. A partir do século XIV, torna-se crescente nos territórios ibéricos, uma série de manifestações antijudaicas, onde de fato ocorreram massacres dessa minoria, como os motivados pelas Cruzadas e o ocorrido em 1391 em Sevilha. Muitas dessas políticas antijudaicas são amparadas por uma memória coletiva construída de maneira vagarosa durante o medievo, é a ideia da “diabolização” do judeu — já comentada nesse trabalho. Porém, nesse momento chega-se ao ponto do massacre, da exclusão, da violência generalizada e da conversão forçada que caracterizarão as relações entre judeus e cristãos no período moderno. Anita Novinsky em sua visão panorâmica acerca desse conturbado século para a história judaica:

Uma onda antijudaica, insuflada principalmente pelo clero fanático e supersticioso, espalhou-se por diversas regiões, e as mais importantes e florescentes comunidades judaicas foram destruídas. Para escapar à morte, judeus em massa procuraram voluntariamente o batismo. Este fenômeno é único na história judaica. Em nenhum outro país e em nenhum outro momento de sua longa peregrinação pela diáspora, os judeus aceitaram o batismo em massa, apesar de sempre ter havido casos individuais de assimilação. Quando colocado ante a opção entre a conversão e a morte, a maioria dos judeus optava pela morte, pois considerava a religião cristã uma idolatria (NOVINSKY, 1987. p. 25).

O desafio de escolher entre ser batizado — e assim assumir uma identidade cristã — ou a morte, vai estabelecer padrões de inclusão e segregação muito próprios da época e obrigará inúmeros homens e mulheres a atravessar a Europa em fuga. Posteriormente, com a existência da América como opção, atravessar o oceano em busca de distância dos olhos e ouvidos da Inquisição, tornou-se uma possibilidade um tanto esperançosa e que forneceria, aos olhos dos que nada mais possuíam, uma maior liberdade.

O surgimento da identidade do cristão-novo

Permeados de todos os lados pelas armadilhas que o catolicismo lhe impunha, os judeus já viviam um medo generalizado do Tribunal do Santo Ofício, que era detentor de estratégias e ferramentas para perseguição desses indivíduos. Nesse contexto, se insere na realidade Ibérica uma “cultura do segredo”, na qual os judeus se escondiam cada vez mais no interior das judiarias ou juderias.⁴ Com o avanço da atuação do Santo Ofício, se tornou inimaginável a troca religiosa que marcou durante tantos séculos a Península Ibérica — trocas essas onde padres ouviam sermões de rabinos, judeus frequentavam igrejas católicas e assim por diante (NOVINSKY, *et.al*, 2016). Para manter-se vivo e atuante, as práticas judaizantes foram recolhidas para um lugar que passaria a viver durante os próximos séculos, o interior das casas, reproduzido principalmente pelas mulheres.

Baseado nessa forma de resistência, o judaísmo visava fugir da cultura de ódio que era alimentada no seio da comunidade cristã, cultura essa que possuía atrelada em sua essência um medo dos que diferiam do padrão, além da inclinação da Igreja a uma missão apostólica com os que viviam sob o véu da heresia. Os judeus, nesse momento, se configuram como o grupo absolutamente oposto a lógica cristã, por viverem sob a Lei de Moisés, atenuando as fronteiras entre o mundo cristão e o israelita. Dentre os motivos religiosos mais divergentes que suscitavam a desconfiança devia-se ao fechamento no qual os judeus viviam: seus cultos não eram abertos como os dos cristãos, seu idioma não era o comum utilizado pelos outros indivíduos, e por conta disso não se via possibilidades de ingressar em uma religião como essa que além de tudo não reconhecia o novo testamento (GONZAGA, 1993).

Assim também, os judeus não diferiam dos cristãos apenas pelo viés religioso, mas também por outros meios de manifestar a vida, como as relações sociais e as econômicas. A vivência nos *guetos* e *judiarias* regidos por um autogoverno baseado nas leis da Torá, com casamentos somente entre os membros do grupo, e a intensa prática da usura devido sua exclusão das outras profissões por conta dos Estatutos da Pureza de Sangue demonstravam um jeito alheio de se viver “Isso tudo teria forçosamente de criar, como criou, profundo abismo entre os dois grupos. Todos os males que atingiam os cristãos eram atribuídos aos judeus.” (GONZAGA, 1993. p. 73)

Como resposta por parte do grupo cristão contra os judeus que não desejavam se converter completamente ao cristianismo e esquecer seu passado herético, foram-lhes impostas

⁴As judiarias eram ambientes reclusos nas cidades e guardadas por sentinelas onde os judeus deveriam viver. Não se podendo sair delas livremente e permanecer fora do bairro, mediante a grandes penas, caso descumprissem essa ordem. (LIPINER, 1977)

severas restrições, pois se tratava de povos que traziam maus presságios. A cargo de exemplo, o massacre ocorrido em Lisboa no ano de 1506, onde milhares de judeus foram mortos por serem taxados como culpados por pestes e escassez de comida que rondavam o período. Segundo Gonzaga (1996), além da agressão física, outras restrições foram impostas, tais como: o confisco de bens, a criação de impostos especiais que somente os judeus deveriam pagar, proibição de se casar com um cristão, de ter escravos ou serviçais cristãos, restrição em cargos públicos, o exílio forçado, a perda da tutela dos filhos, o cerceamento a livre circulação e entre outros pontos.

Com a perseguição inquisitorial sistemática sendo criada nesse século XV, fica claro na atual análise os momentos de agressão que transmutaram o judeu em algo integralmente novo. O Decreto de Alhambra (1492), promulgado em março do mesmo ano por Fernando de Aragão e Isabel de Castela, pouco tempo após o fim da reconquista do último bastião muçulmano pelos reis católicos. Deliberou a todos os Judeus Espanhóis que se não fossem de seu desejo converter-se ao cristianismo, deveriam sair de território espanhol. Chegando assim ao que se acreditou ser o ápice da política antijudaica⁵.

O Decreto de Alhambra (1492) demonstra um reino espanhol totalmente averso a diversidade — que lhe foi caracterizador durante muitos séculos —, assim muitos desses judeus acabaram por migrar para os Países Baixos que era uma região de livre culto, mas também foram em massa para Portugal, muito por conta de se tratar de um território mais próximo da Espanha e por D. Manuel I (1469–1521) prometer estadia e uma vida mais tranquila em relação ao que se passou na Espanha. Contudo, não passou de falsas promessas. Mesmo que nesse período ainda não existisse um Tribunal do Santo Ofício da Inquisição oficializado em território português — seria somente autorizado pela autoridade papal no ano de 1536 — as influências de comportamento antissemita espanhol já penetravam o imaginário português, promovendo a exclusão do grupo judaico e descreditando os que se convertiam, alegando que os judeus que se passavam ao catolicismo jamais poderiam gozar de um coração verdadeiramente puro, dessa forma fortalecendo os Estatutos da Pureza de Sangue. (JÚNIOR, 2016)

No ano de 1493, D. Manuel I decretou que as crianças judias abaixo dos 14 anos deveriam ser retiradas de suas famílias de modo a evitar a sua contaminação pelo judaísmo. Muitas dessas crianças foram enviadas para viverem em regiões do Levante ou da África;

⁵Esse modelo de expulsão judaica foi amplamente utilizado na Europa em seu contexto de modernidade. Tanto os ingleses, franceses e os russos já vinham expulsando judeus de seu território. Parte desse movimento era motivado pelo cancelamento dos dividendos que os cristãos tinham com os judeus. Tendo em vista essa prática, muitos judeus em territórios livres aumentavam impiedosamente seus juros como forma de se vingar das agressões cristãs. (GONZAGA, 1996)

também foram realocadas para viverem sob a tutela de famílias cristãs com a justificativa de se desvencilharem de seu passado herético. Para D. Manuel I também era interessante uma aliança política com a Espanha dos reis católicos. Fernando de Aragão, ofereceu sua filha ao matrimônio, porém havia condições nesse contrato. D. Manuel I haveria de repetir o que ocorreu na Espanha, expulsar todos os judeus de seu território, para que dessa forma Portugal não obtivesse prosperidade econômica com a vasta mão de obra judia que fazia grande falta na Espanha de Fernando de Aragão. Essa expulsão veio camuflada como uma tentativa de acabar com a “‘ameaça judaica’ ou ‘moura’, dos ‘perigos’ para a doutrina católica” (NOVINSKY, 1982. p. 36).

Diferente da Espanha, Portugal não teve tribunais em suas colônias, mas contou com um sistema de visitas diocesanas e com a presença dos familiares denunciadores. Mesmo se tratando de um montante menor de tribunais portugueses em relação aos espanhóis, a ferocidade e crueldade lusitana foi equivalente ou maior da que foi encontrada em Espanha, sendo responsáveis pela prisão, excomunhão e até a morte na fogueira de milhares de pessoas. (NOVINSKY, 1982), (NOVINSKY, *et.al*, 2016), (GORESTEIN, 2017).

Os resultados dessas ações foram sentidos em 1497, quando D. Manuel I decretou a expulsão dos judeus do território lusitano. Porém, foi sentido um grande impacto econômico pelo êxodo dos judeus, na Espanha. Dessa forma, a estratégia adotada por Portugal foi a da conversão forçada dos sefarditas foram forçados a se converterem ao cristianismo para assim serem mantidos no território português. Nesse sentido, morria-se juridicamente o judeu sefardita e renascia como Cristão-Novo. Essa conversão forçada foi de uma violência descabida. D. Manuel I proibiu os encontros entre esses sujeitos, destruiu ou fechou as sinagogas; foi proibido todos os jejuns, festas, rituais, a língua, os textos sagrados. D. Manuel I lhes tirou toda a forma de ver a vida já estabelecida milenarmente e, transformou forçosamente, de um dia para o outro, um judeu em um cristão, e colocando o Tribunal do Santo Ofício e seus familiares em seu encalço para os vigiarem e julgarem (NOVINSKY, *et.al*, 2016). Porém, essas ações não seriam recebidas pela comunidade Cristã-Nova de maneira passiva. Houve muita resistência e lutas travadas entre esses grupos.

A criação da ideia do cristão-novo foi muito bem trabalhada pela igreja católica, criando um fosso entre os verdadeiros cristãos e os que não eram confiáveis por terem seu passado herético. A igreja legitimava dessa forma todas as atitudes segregacionistas, pois defendiam assim a integridade cristã que há tanto tempo se falava estar ameaçada (NOVINSKY, 1982). Nesse sentido, o neoconverso era entendido como um portador de sangue maculado e por isso jamais conseguiria se desvencilhar de sua origem herética. De fato, as primeiras gerações pós-

batismo forçado de 1497 possuía atreladas a si um ideal judaico muito vivo e latente, mantendo os ritos e tradições mesmo sendo proibidos. Contudo, seria errôneo, em ponto de vista analítico, categorizar de maneira genérica toda uma parcela populacional que vivia em um momento tão delicado como esse, visto que muitos tentaram se adequar ao padrão imposto pela igreja. Outrossim, como destaca Ângelo Adriano Assis, a figura do converso jamais poderia ser realmente aceita e inserida na sociedade cristã, “o cristão-novo era recriminado não só por sua origem considerada impura, mas também pelo desconhecimento e prática muitas vezes equivocados do catolicismo, mesmo dentre aqueles indivíduos que diziam abraçar a nova fé de coração” (ASSIS, 2006, p. 71).

O cristão-novismo foi um conceito maleável durante a história, a princípio por surgir num contexto de proibição do judaísmo, adquirindo assim, uma ideia pejorativa imposta pela igreja. Cristão novo não seria somente o sujeito convertido no ato de 1497, mas sim todos seus descendentes:

Cristão-novo, em todo o rigor de direito e força de verdade, é e se diz de todo aquele que foi batizado em pé, ou seu pai e avô paterno, ou sua mãe; porém o que foi batizado *ab infantia*, cujos pais e avós também o foram [...] (LIPINER, 1977. p. 53)

A distinção entre os cristãos-novos e cristãos-velhos subsistiu até 1773, sendo Marquês de Pombal o responsável por colocar em desuso essa diferenciação. Entretanto, “o culto racista da pureza do sangue consagrado pela Inquisição” (LIPINER, 1977, p. 96) perdurou durante todo o século XV e até mesmo depois de 1773. “Os cristãos-velhos se elevavam a um nível de superioridade que jamais os neoconversos iriam adquirir, lhes era impossível adquirir a pureza do coração católico.” (ASSIS, 2006, p.67) Dessa forma, a coligação político-religiosa que mantém a Inquisição impossibilita o tráfego social e sedimenta a sociedade de maneira desejada pelo papado: uma sociedade que vive sob os valores do catolicismo, mas que mantém mecanismos limitantes como os Estatutos da Pureza de Sangue estabelecendo proibições de circulação e trabalho aos neoconversos.

Sabendo da impossibilidade dos cristãos-novos de serem aceitos dentro do seio católico e também por ser desejoso continuar a viver sob as leis da Torá, alguns recém-conversos desenvolveram práticas denominadas como Criptojudaicas. Em que consistiam em manter vivos todos os ritos proibidos de maneira secreta. Assim, as famílias convertidas se expressavam exteriormente dentro da lógica católica: iam à missa, comungavam, rezavam, confessavam e comemoravam as principais datas católicas, contudo dentro de seus lares onde os olhos dos familiares do Santo Ofício não chegavam, acendiam suas velas as sextas-feiras, não se referir a Jesus em suas orações, guardavam o sábado, reuniam-se a portas fechadas para

fazerem suas *esnogas*, amortalhavam seus mortos, entre tantas outras práticas. Adicionalmente, as práticas criptojudáicas possibilitavam insumos para que esses sujeitos se mantivessem judeus em sua essência, porém cristãos por conveniência. Esses comportamentos criptojudáicos demonstram tamanha importância e força que acabaram por ser o elemento aglutinador desse povo, os transformando em um sujeito que não era nem cristão e nem judeu de fato, mas sim como muitos estudiosos os classificam, marranos.

Nesse processo de conversão forçada, a eliminação direta do judeu foi apenas juridicamente, haja vista que no imaginário social, a presença dos ritos e tradições da antiga Lei de Moisés ainda se faziam presentes. Dessa forma, a construção de um “Homem Dividido”, como coloca a professora Anita Novinsky, foi algo inevitável.

Ante a situação exposta, o cristão novo encontra-se num mundo ao qual não pertence. Não aceita o Catolicismo, não se integra no Judaísmo do qual está afastado há quase dez gerações. **É considerado judeu pelos cristãos e cristãos pelos judeus.** [...] Põe em dúvida os valores da sociedade, os dogmas da religião católica e a moral que esta impõe. Internamente é um homem dividido, rompido que, para se equilibrar, se apoia no mito de honra que herdou da sociedade ibérica e que se reflete na frequência com que repete que “não trocava todas as honras do mundo para deixar de ser cristão novo”. Exatamente nisso se exprime a essência do que ele é: nem judeu, nem cristão, mas “cristão-novo com a graça de deus”. (NOVINSKY, 1970, p. 162. grifo meu)

Nesse sentido, o Marrano torna-se um conceito que internaliza as múltiplas vivências desenvolvidas pelos judeus pós 1497. Sendo assim, a sobrevivência dessa ideia foi fundamental para o desenvolvimento das comunidades criptojudáicas encontradas na América portuguesa.

Brasil e os (des)caminhos para o Criptojudáismo

Enquanto os Estados Ibéricos perseguiram os judeus sefarditas com conversões e expulsões, os mesmos Portugal e Espanha encabeçavam uma das maiores empreitadas da modernidade, o lançamento ao Oceano Atlântico visando a chegada em novas terras.

O descobrimento — ou conquista, ou achamento — da América, protagonizado por Cristóvão Colombo em 1492 — mesmo ano da expulsão dos judeus de território espanhol e da queda dos muçulmanos na Península Ibérica — reestruturaria toda uma visão de mundo dos homens e mulheres que adentravam de vez na época moderna. O homem do século XVI, como caracteriza Lucien Febvre, trata-se de “um nômade que muitas vezes obrigado, muitas vezes só por gosto, caminha à aventura procurando encontrar a sua pobre vida, não importa onde. [...] eram ainda homens habituados a contrastes perpétuos” (FEBVRE, 1949, p. 8-9). Nesse sentido,

o perfil mental que caracteriza o homem descobridor tende a se modificar de maneira estrondosa, principalmente após o contato com os autóctones das Américas.

O outro ponto importante da expansão portuguesa diz respeito a uma gradual mudança de mentalidade, notável em humanistas portugueses como Duarte Pacheco Pereira, Diogo Gomes e dom João de Castro. **No plano coletivo, as mentalidades não mudam rapidamente, e o imaginário fantástico continuou a existir, mas a expansão marítima foi mostrando cada vez mais como as antigas concepções eram equivocadas.** (FAUSTO, 2019, p. 25, grifo meu)

Nesse ínterim, não somente essa camada já citada, composta quase que exclusivamente por Cristãos-Velhos — visto que os Estatutos da Pureza de Sangue estavam atuando de maneira vigorosa, excluindo não só os judeus/cristãos-novos como também os muçulmanos e qualquer outro que destoasse do padrão. A comunidade neoconversa percebeu à América portuguesa com um olhar esperançoso, pois sua condição segregada, excluída e maltratada dentro do Antigo Regime notou-se a *Terra Brasilis* como uma oportunidade de escapar das garras inquisitoriais. Dentro do imaginário dos convertidos, tinha-se clara uma ideia “[...] a pessoa só se salvava da Inquisição se estivesse no estrangeiro” (FERNANDES, 2004, p. 132).

Nesse momento de estabelecimento de novas colônias, o Estado português, juntamente com a Igreja, passou a ocupar uma condição hegemônica inquestionável e indissociável. Enquanto os navegantes iam ao mar levando em suas bandeiras o brasão da Dinastia de Avis, a Igreja exercia uma função fundamental, legitimava todo o processo colonial por via de um discurso salvacionista com os autóctones. Essa relação de interdependência foi fundamental para o desenvolvimento e exploração do comércio ultramarino português, visto que a colônia representava o pano de fundo econômico da metrópole.

O Pacto Colonial surge em uma abordagem a favorecer a acumulação de capital português em função da colônia, através da chamada “Balança Comercial Favorável”. Dessa forma, Neusa Fernandes pontua: “a Colônia devia funcionar à imagem e semelhança da Metrópole e complementá-la economicamente. [...] A Colônia se especializava em produtos complementares à produção europeia, fixando o seu caráter monocultor” (FERNANDES, 2004, P. 40). Essa prática configurou a Metrópole portuguesa como um recebedor das matérias-primas produzidas na Colônia: Pau-Brasil, açúcar e principalmente ouro — utilizado para arcar com as dívidas advindas do Tratado de Methuen⁶. Portugal assume-se como exportador para a colônia

⁶ Conhecido vulgarmente como “Tratado de panos e vinhos”, estabelecido entre Inglaterra e Portugal definia o comércio de produtos têxteis exportados pela Inglaterra, em contrapartida, a importação dos vinhos portugueses com isenção alfandegária. (FERNANDES, 2004)

de produtos já manufaturados ou artigos de luxo para a elite local. Entretanto, enganam-se os que reproduzem uma visão mais simplista de certa passividade e estagnação da colônia, pois através de uma visão historiográfica já superada dizia-se da ausência de dinamismo no comércio interno da colônia.

Esse intenso comércio interno é visto e discutido principalmente nas Minas do Ouro, ou as Minas Gerais. Ao deslocar o centro de gravidade da economia colonial do Nordeste açucareiro para o Sudeste aurífero, percebemos que essa troca fornece insumos para a criação de uma sociedade marcada pelas inconsistências da acumulação do capital, visto a opulência de poucos em condição da miséria de tantos outros. (MELLO E SOUZA, 1994)

O seio mineiro contava com uma série de mercadores, contrabandistas, traficantes, produtores agrícolas, lojistas, comissionários, tropeiros e tantos outros indivíduos que se movimentavam em função do ouro. Engendrado em meio aos mais diferentes ramos, torna-se notável a presença Cristã-Nova, pois os convertidos vieram em um movimento migratório massivo de Portugal para as terras brasileiras. Pois aqui “[...] encontraram o caminho das riquezas e criaram as condições do desenvolvimento.” (FERNANDES, 2004, p. 86). Nesse sentido, a colônia brasileira e principalmente as Minas ofereciam uma possibilidade a esses judeus convertidos, que a muito vinha sendo negada — parafraseando a própria bandeira mineira criada nos anos de 1963 — uma “Liberdade Ainda que Tardia”.

A instalação dos neoconvertos na colônia brasileira mexia com o imaginário dos Cristãos-novos. Ainda se tratava da primeira geração de convertidos, assim o ideal criptojudáico se encontrava efervescente no interior desses homens e principalmente das mulheres. (ASSIS, 2006). Muitos dos que já haviam aceitado e gostariam de viver sob os preceitos católicos, acabaram por retornar a heresia judaizante. Reuniam-se entre seus pares a portas fechadas para resgatarem e ensinarem aos mais jovens a verdadeira lei a ser seguida, desvencilhando-se severamente da mera idolatria, que era considerada o catolicismo.

Minas Gerais, por se tratar de uma das Capitâneas com mais singularidade de toda a colônia, devido os movimentos migratórios das mais diversas regiões do mundo, possibilitou aos cristãos-novos esse sentimento de segurança e liberdade. O Brasil mostrava-se como uma esperança de “salvação vital. Para ele se orientava a fuga, escapula, evasão dos suspeitos à Santa Inquisição.” (CASCUDO, 1987, p. 95).

Como aponta Novinsky (1987) e Fernandes (2004), em todo o Brasil e principalmente nas Minas Gerais a ideia de Cristão-Novo se tornou sinônimo de homem de negócios, visto que muitos se tratavam comerciantes altamente engajados com a extração e circulação do ouro, comércio de escravos, produção agropastoril em fazendas, empréstimos a juros e até mesmo o

tráfico de pedras preciosas. Para se ter exemplo de homens que se dedicavam a esses ofícios e faziam jus à alcunha de “Donos do Comércio” temos os judaizantes: Martinho da Cunha⁷ e Domingos Nunes⁸. Os dois foram presos por judaizarem e condenados a serem relaxados pela justiça secular, ou seja, mortos pelo Estado a mando da Igreja por conta de seus atos (FERNANDES, 2004). Vale ressaltar que Martinho da Cunha era um dos homens mais ricos da Capitania de Minas. Em seu extenso inventário, constam diversos bens e imóveis que somavam uma grande quantia em dinheiro. Além das justificativas teológicas, é possível perceber a iniciativa econômica do tribunal para com a prisão de Martinho. Todos os seus valiosos e numerosos bens foram confiscados pela Inquisição.

Tendo em vista o perfil de homem rico que Martinho ostentava, e analisando outros penitenciados pela Inquisição e intercalando aos diversos autores até aqui trabalhados, desvela-se que um dos grandes elementos motivadores pela Inquisição: não se tratava apenas de uma defesa da fé e da moral cristã, como colocou D. Manuel I em seu decreto de 1497, “sendo certo que os judeus e mouros, obstinados no ódio da nossa santa fé católica, têm cometido grandes males e blasfêmias nestes reinos e não somente neles, e que são filhos da maldição” (NOVINSKY, *et.al*, 2015, p. 263). Além da visão teleológica de defesa da fé, muito mais forte bradava a motivação de coerção no imaginário social popular e das perseguições econômicas. No momento em que o réu era preso, todos seus bens eram confiscados pelo Santo Ofício, esse que tinha apoio do Estado para essa prática, e que com ele era dividido o espólio. Assim, grandes famílias como os Do Valle que foram perseguidas por motivos religiosos, porém a motivação econômica ganha um tom prioritário, se analisado os inventários anexados aos processos.

As empreitadas econômicas judaicas andavam a passos largos nas Minas do Ouro. Para a manutenção uma sociedade minimamente organizada como se viveu na Península Ibérica, muitos cristãos-novos mantiveram práticas como o casamento endogâmico, no qual, além de preservar o ideal étnico judaico, auxiliava também nas relações comerciais. Nesse ínterim, ver tios e sobrinhas matrimoniados torna-se até mesmo comum, contudo, muitos outros criptojudéus optavam por uma tática contrária. Ao se envolver no mundo dos cristãos-velhos e até mesmo se casar com um, o criptojudéu se camuflava em meio a essa, sociedade e muitas vezes iniciava seu cônjuge na lei de moisés, claro que com suas subversões e sincretismos.

A população cristã-nova em Minas atingiu números exorbitantes. Em certos lugares, como afirma Novinsky (2001, p. 168) “ultrapassou o número de judeus que viviam em

⁷ Processo de N.º 8.106. Disponível no acervo digital da Torre do Tombo, em Portugal.

⁸ Processo de N.º 1.779. Disponível no acervo digital da Torre do Tombo, em Portugal.

Amsterdã no período de sua maior efervescência econômica e cultural”. Contudo, não é possível precisar com exatidão o número de sujeitos realmente judaizantes na capitania ou até mesmo aqueles que possuíam sangue maculado. Visto que somente algumas realidades e mentalidades são disponíveis por meio de: denúncias, delações e processos inquisitoriais conduzidos pelos próprios inquisidores que não estavam realmente interessados em compreender o que eram as práticas judaicas, mas sim distribuir sentenças aos réus e realizar os confiscos dessa comunidade.

Por conta da grande mobilidade econômica, social e geográfica que os cristãos-novos se submetiam, cada vez torna-se mais difícil rastrear esses sujeitos através da documentação (NOVINSKY, 2001). É necessário também considerar como o judaísmo se expressa nos territórios além-mar e principalmente na chamada capitania do ouro. O sentimento marrano fixou-se principalmente em uma ideia de pertencimento as raízes judaicas, mentalidade essa que foi pertinaz para a sobrevivência dos elementos étnicos e sociais que buscam forças para resistir e rememorar os elementos que constituíam as comunidades sefarditas organizadas do século XIV. Não se tratou apenas de guardar os sábados ou de fazer jejuns. O criptojudaísmo brasileiro se fez além, tratou-se de um questionamento e afrontamento ao *status quo* católico colonial, se mostrando como uma nova maneira de ver a vida, dotada de uma intrínseca crítica a liturgia católica, superando as barreiras discriminatórias que eram impostas. Pois, tendo conhecimento dos processos, é possível vislumbrar que esses sujeitos, principalmente os da segunda metade do século XVIII, possuíam uma visão muito superficial acerca da doutrina Judaica, não se sabendo precisar o que realmente eram os jejuns do Dia do Grande ou da Rainha Ester, mas mantinham vivas essas práticas.

Pressionado por todos os lados, o cristão-novo acabaria por criar uma identidade própria. Era um cristão, mas antes de tudo, um cristão-novo [...] Se, antes da conversão, eram excluídos por não fazerem parte da unicidade cristã, após a conversão, o seriam igualmente por sua ascendência suspeita e condenável [...] Era visto como judeu perante os cristãos velhos; para os judeus que viviam em regiões de crença livre, era um renegado, posto que fizera apostasia do judaísmo, ainda que contra a vontade; no próprio grupo de cristãos-novos sofreria dúvidas e preconceitos: os neoconvertos que abraçassem sinceramente o cristianismo viam aos seus pares que insistiam em judaizar como possíveis ameaças à visão geral sobre a sinceridade de todo o grupo cristão-novo; por sua vez, aqueles dentre os cristãos-novos que continuavam a comungar o ideal judaico, praticando o que se denominou criptojudaísmo, os viam como cristãos, não aceitando a renúncia que fizeram da lei de Moisés. Criava-se um quadro de desconfiança generalizada, onde cada grupo representava ameaça aos demais. Malgrado seus esforços pessoais, vivendo à procura de equilíbrio na frágil situação que se inseria, o cristão-novo (ASSIS, 2006, p.68–69. Grifos meu)

Dentre os 1.076 presos no Brasil, 298 se tratavam de mulheres, um número extremamente expressivo, visto que o contexto de sociedade colonial a mulher desempenhava um papel secundarizado, não podendo mostrar poderio sobre os negócios ou empoderamento social. (NOVINSKY, *et.al*, 2016.). Contudo, as famílias marranas se configuravam em oposição a essa ideia. Famílias como a Do Valle, onde as mulheres, em certo momento, estiveram, sob a direção do engenho da família e até mesmo tomando grandes decisões sob o futuro de todo o grupo. Nesse sentido, “o judaísmo feminino, visto pela ótica da Igreja, foi um dos motivos centrais da criação do Tribunal da Inquisição, e seu motor principal durante os três séculos de história colonial” (NOVINSKY, *et.al*, 2016. p.117).

Adicionalmente, os grupos cristãos-novos procuravam ao máximo se livrarem desse grande alvo colocado pelos familiares. Muitos tentaram fugir ou se misturar, muitas vezes até aderindo de coração ao catolicismo, porém esses homens e mulheres não conseguiam escapar das garras do tribunal e dos olhares curiosos dos denunciante. Nos cárceres, fazia-se de tudo para escapar com vida, desvencilhando assim das armadilhas mentais impostas pelos inquisidores. Nesse sentido, os inquisidores não estavam preocupados com a verdadeira causa da denúncia ou os motivos para a prisão dos judaizantes, tanto que indiciavam todos como culpados visando manter viva a presença do tribunal na sociedade. Assim, o réu deveria aceitar as culpas impostas pelo inquisidor, se arrepender, pedir perdão e ansiar por não ser condenado a justiça secular ou a fogueira. A inquisição não julgava as heresias, o Santo Ofício majoritariamente se encarregava de distribuir sentenças de morte capital ou social aos indivíduos.

Quando preso, aprenderia com os companheiros de martírio as práticas de judaísmo que era obrigado a confessar para escapar com vida: visto por muitos como judeu dissimulado em católico, inverteria o quadro, tornando-se cristão-novo que dissimula o judaísmo para sobreviver. (ASSIS, 2006, p. 72).

Os cristãos-novos foram perseguidos em larga escala na Península Ibérica e nas colônias dos respectivos Estados Nacionais, simplesmente por viverem as consequências das violências da classe dominante, perderam suas casas, sinagogas, escolas, idioma por decretos reais. Como se isso não fosse o bastante, juntamente com os bens materiais perderam também sua identidade e conexão com o mundo, tiveram de remontar a suas lembranças para poderem buscar forças para resistir e continuar a criar os meios de continuar a produção de suas vidas.

Palavras finais

Nesse sentido, no decorrer do trabalho, foi possível perceber o caráter memorioso no qual o criptojudáismo se apoia, visto que se tratou de uma fé extremamente fundamentada principalmente nas lembranças de um passado já inalcançável, bebia de um simbolismo muito forte para evitar uma aculturação e as temidas denúncias. Como afirmou Novinsky em seu breve ensaio acerca do Marranismo em Minas, “a história dos cristãos-novos em Minas Gerais, ao mesmo tempo, em que apresenta similaridades com o fenômeno marrano em Portugal e outras regiões do Brasil, contém algumas especificidades.” (NOVINSKY, 2001, p. 173). Assim, a escolha da discussão de Minas no século XVIII se mostra estratégica para compreender e analisar cada vez mais esse sentimento de liberdade negado a essas comunidades. Dessa forma, buscou-se desvelar um pouco da liberdade adquirida nas Minas do Ouro por parte desses criptojudéus. O Brasil não se tratou da Nova Canaã tanto sonhada, porém forneceu a esses homens e mulheres uma nova perspectiva e maneira de perceber o mundo. A institucionalização da religião foi somente percebida momentos mais tarde, assim, o século XVIII, importantíssimo para a formação das Minas e da população brasileira como um todo, foi marcado pelas chamadas heresias judaizantes, perseguição a minorias religiosas e étnicas.

Como aborda Câmara Cascudo (1984) em seu trabalho “Mouros, judeus e franceses: três presenças no Brasil”, as marcas que os israelitas deixaram no Brasil são percebidas até hoje; muitas práticas foram mescladas ao cristianismo colonial. Diversas tradições que por excelência são marcadamente sincréticas, caracterizando-se até mesmo como “superstições” e “crendices”, pois se perde as raízes que esses elementos possuem no imaginário brasileiro, as quais hoje ainda são percebidas, como as peculiaridades do velório, a maneira de se varrer a casa, o descarte das águas dos cântaros quando acontece algum falecimento. Nesse sentido, além desse sincretismo auxiliar a diluição da parcela neoconversa no seio colonial, se livrando das marcas do sangue e se tornando “[...] vigário, ouvidor, membro da governança, oficial, mercador, mestre-escola, dono de engenho, relacionado com todas as classes e participando de todas” (CASCUDO, 1984, p. 106).

Finalmente, esse trabalho se mostra necessário no ponto de resgate a uma discussão ainda pouco difundida, sem jamais perder o viés crítico da construção historiográfica deste problema. Além disso, esse resgate da memória da comunidade judaica se propõe não somente como um episódio de dor e dificuldade para o povo judeu, mas sim como uma situação de conscientização, respeito e distribuição do perdão e amor, conceitos tão latentes para as religiões Abraâmicas.

Referências

- ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. **Macabéias da Colônia**: Criptojudaísmo feminino na Bahia. 2004. 449f. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004
- BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**: Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.
- BOSCHI, Caio César. As Visitas Diocesanas e a Inquisição na Colônia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 151–184, mar–ago. 1987. ISSN 0102–0188.
- CASUCUDO, Luís da Câmara. **Mouros, Franceses e Judeus**: três presenças no Brasil. São Paulo: [s.n.], 1984.
- DUBY, Georges. O medo do outro. In: DUBY, Georges. **Ano 1000 ano 2000 na pista dos nossos medos**. São Paulo: UNESP, 1998. Cap. 4, p. 49–77.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª. ed. São Paulo: EDUSP, v. I, 2012.
- FELDMAN, Sergio Alberto. Os judeus no imaginário medieval: diabolização de uma minoria. In: **Tuiuti, Ciência e Cultura**, n.º 11, 1996.
- FEBVRE, Lucien. O homem do século XVI. **Revista de História**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 3-17, 1950. DOI: 10.11606/issn.2316–9141.v1i1p3-17. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34815>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- FERNANDES, Neusa. **A Inquisição em Minas Gerais no Século XVIII**. 2. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, v. I, 2004.
- FERNANDES, Neusa. **Inquisição em Minas Gerais**: Processos Singulares. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, v. II, 2016.
- GONZAGA, João Bernardino. **A Inquisição em Seu Mundo**. São Paulo : Saraiva, 1993.
- GORESTEIN, Lina. Cristão-novo: uma origem. In: JUDAÍCA, Centro de História e Cultura Judaica. **A História dos Cristãos novos no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jaguatirica, v. I, 2017. Cap. 1, p. 8-22.
- JÚNIOR, Hilário Franco **A Idade Média Nascimento do Ocidente**. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, v. I, 1999.
- LIPINER, Elias. **Santa Inquisição**: terro e linguagem. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Documentário, v. I, 1977.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.
- NOVAIS, Fernando Antônio. A Crise do Antigo Sistema Colonial. In: NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989. Cap. 2, p. 57–117.
- NOVINSKY, Anita, (et.al). **Os Judeus que construíram o Brasil**: Fontes inéditas para uma nova visão de História. São Paulo: Planeta, 2016.
- NOVINSKY, Anita. **A Inquisição**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NOVINSKY, Anita. **Cristãos-Novos na Bahia**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- NOVINSKY, Anita. Ser marrano em Minas Colonial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 161–176, jan 2001. ISSN 0102–0188.
- SCHETINI JÚNIOR, A. Cristãs-novas no Brasil Colônia: um olhar sobre o Marranismo. **Epígrafe**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 137–155, 2016. DOI: 10.11606/issn.2318–

8855.v3i3p137-155. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/97435>.
Acesso em: 23 abr. 2022.

Agências negras na arte brasileira: a trajetória de João Timotheo da Costa (1879-1932) na Primeira República

*Black agencies in brazilian art: the trajectory of João Timotheo da Costa (1879-1932) in the
“Primeira República”*

Thiago Campos da Silva¹, UERJ

Resumo

O objetivo deste artigo é avaliar a inserção de artistas negros na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930), tendo como recorte a trajetória do pintor João Timotheo da Costa (1879-1932). Para realizar essa tarefa, será mobilizada a historiografia que debate a presença negra nos estudos da arte brasileira, com destaque para o final do século XIX e o início do século XX; além disso, as informações sobre João Timotheo da Costa foram reunidas a partir da pesquisa bibliográfica e do levantamento nos jornais cariocas do período estudado. A relevância dessa delimitação é investigar a experiência social de um pintor negro que frequentava as instituições oficiais e circulava pelas redes de sociabilidade da *belle époque* carioca a partir de uma perspectiva voltada às relações raciais.

Palavras-chave: arte brasileira; população negra; João Timotheo da Costa; Primeira República; Rio de Janeiro

Abstract

The purpose of this article is to evaluate the insertion of black artists in the “Escola Nacional de Belas Artes” (ENBA) in Rio de Janeiro during the “Primeira República” (1889-1930), establishing as a time frame the trajectory of the painter João Timotheo da Costa (1879-1932). For that, the historiography that debates the black presence in the studies of brazilian art will be mobilized, with emphasis on the end of the 19th century and the beginning of the 20th century; in addition, informations about João Timotheo da Costa were organized based on bibliographic research and based on a survey in Rio de Janeiro’s newspapers during the period. The relevance of this delimitation is to investigate the social experience of a black painter who attended official institutions and moved through the sociability networks of the “*belle époque* carioca” from a perspective focused on racial relations.

Keywords: brazilian art; black population; João Timotheo da Costa; Primeira República; Rio de Janeiro

Introdução

É possível investigar as dificuldades impostas a negros/negras no cotidiano brasileiro a partir de diferentes delimitações temáticas, teóricas e temporais. Como as trajetórias dos

¹ Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Graduado em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: tg.campos@hotmail.com.

sujeitos históricos se interpenetram com as estruturas políticas, sociais e culturais, ampliar a lente sobre os fios que constituem essas tramas é uma ferramenta de compreensão das experiências sociais da população negra.

Pensar os objetos a partir da problemática das relações raciais permite a colocação de novas indagações sobre os processos históricos. Além disso, o campo historiográfico se renova quando restituímos o protagonismo de classes e sujeitos marginalizados, especialmente por meio de recortes de raça, de etnia, de gênero, classe e sexualidade. Sendo assim, situar as classes populares nas redes de seu tempo nos direciona para as condições relacionais que agiam sobre elas.

Nesse sentido, para contribuir como debates sobre a raça como relação de poder, o objetivo deste artigo é avaliar a inserção de artistas negros na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) no Rio de Janeiro da Primeira República (1889-1930), tendo como recorte a trajetória do pintor João Timotheo da Costa (1879-1932). Em meio às transformações urbanas na capital federal, motivadas pelos desejos de modernidade na *belle époque* carioca, a produção do espaço e a organização do cotidiano passavam pelo controle social sobre as práticas populares, especialmente as afro-brasileiras. Como seria, então, para os pintores negros que frequentavam instituições oficiais e tinham na arte a sua forma de sustento?

Negro e de família pobre, João foi um pintor de atuação destacada nas três primeiras décadas do século XX na cidade do Rio, com presença constante nos salões e exposições gerais de belas-artes. Dado que era um dos raros artistas negros na ENBA, visibilizar a sua trajetória auxilia a destrinchar os limites e possibilidades de entrada de negros/negras no emaranhado de relações políticas, sociais e culturais da *belle époque* a partir de uma das posições sociais que carregava uma imagem marcante de distinção: a atuação nas artes plásticas.

Metodologicamente, o artigo se ancora em discussões bibliográficas sobre o racismo e sobre as identidades negras como categorias de análise. De igual maneira, será mobilizada a historiografia que debate a presença negra nos estudos da arte brasileira, com destaque para o final do século XIX e o início do século XX. Por fim, a biografia de João Timotheo da Costa abrange o acúmulo de informações reunidas na historiografia, acrescidas do levantamento realizado nos jornais cariocas do período estudado.

Racismo estrutural e a experiência negra

As pesquisas sobre o período pós-Abolição precisam incluir o estudo das agências de negros/negras como eixo para compreender as transformações nas relações sociais, econômicas

e políticas vistas no Brasil. Estabelecer essas diretrizes preenche lacunas historiográficas e aponta caminhos para o combate ao racismo, auxiliando a superar o “paradigma da ausência” nas pesquisas acadêmicas (NASCIMENTO, 2016). De acordo com Álvaro Nascimento (2016), esse paradigma aponta para a escassez de pesquisas sobre a participação da população negra nos mundos do trabalho e na composição das classes trabalhadoras brasileiras, nos meios urbanos e rurais, no pós-Abolição.

A urgência dessa agenda de pesquisa se articula, de igual maneira, à necessidade de abordar o processo da Abolição a partir do social e do cultural (MATTOS; RIOS, 2004). Diante desse quadro, há diversos caminhos possíveis para investigar as condições da população negra desde o final do século XIX. Incluir esses atores históricos como protagonistas envolve a preocupação com os significados que construíram, como suas perspectivas e modos de viver, bem como a consideração das negociações e conflitos que constituíram as suas experiências sociais.

Embora a Constituição Federal de 1891 declarasse a igualdade entre todas as pessoas, a realidade concreta se revelava diferente, sobretudo se considerada a configuração do social. As autoridades republicanas criminalizavam as práticas culturais, os costumes, ritualidades e comportamentos associados aos negros/negras – africanos e afro-brasileiros – e sucessivas campanhas policiais eram dirigidas aos espaços culturais que sediavam essas práticas. A grande imprensa carioca era parceira da polícia na fabricação do medo e na criminalização das classes – e das suas práticas, habitações e espaços de sociabilidade.

Dispositivos jurídicos de ordenamento da vida social institucionalizavam as experiências e identidades sociais que deveriam ser proibidas, demonstrando que, apesar da alegada igualdade, ainda havia sujeitos tratados como não-cidadãos. Exemplos dessa legislação são o *Código de Posturas Municipais* de 1890; o *Código Penal* de 1890; e a *Lei Alfredo Pinto* de 1899, cujos artigos demonstravam as relações de poder no cotidiano a partir de critérios raciais.²

Tais medidas apontam para uma característica distintiva da sociedade brasileira: o racismo estrutural. Embora a “raça” não exista biologicamente, ela é um elemento político cujos significados produzem diferenciações, hierarquizações e exclusões sociais. A modernidade ocidental parte da racialização do “Outro” como um dos elementos ideológicos que deram

² Há pesquisas que se debruçaram detidamente sobre os desdobramentos de alguns dispositivos jurídicos republicanos sobre a população negra – e as práticas mais associadas a ela – na cidade do Rio de Janeiro, entre as quais Antunes (2019); Arantes (2010); Chalhoub (2012); Cruz (2007); Garzoni (2007); Moraes (2017); Neder (1997).

coesão aos seus valores (MBEMBE, 2018). À medida que a “raça” foi inventada como categoria supostamente biológica, retirada da natureza, uma justificativa utilizada para assegurar a dominação do Ocidente, a “colonialidade do poder” (QUIJANO, 2005).

As noções sobre “raça” estão em movimento e se atualizam conforme as especificidades histórico-temporais, ou seja, é fundamental abordá-las de forma relacional, contextual e processual (ALMEIDA, 2018). Como o racismo é, por si mesmo, uma relação de poder, trata-se de um processo histórico, político e sistêmico, uma consequência da estrutura social, logo, o seu caráter estrutural identifica a presença do racismo em todas as esferas da sociedade: políticas, econômicas, institucionais, jurídicas, culturais e sociais (ALMEIDA, 2018).

Consequentemente, os sujeitos racializados são discriminados e ocupam lugares sociais determinados pelas classes dominantes. Para romper essas barreiras e participar de espaços de prestígio, algumas negociações são necessárias. O simples fato de costurar relações nessas brechas não indica que o sujeito negro/negra partilhe da distribuição real do poder, já que o Estado – e suas instituições – mobilizam seus aparelhos para manter as desigualdades raciais.

Cada circunstância histórica define um padrão de atuação do racismo, produzindo novas formas de marcação e racialização das diferenças (BRIONES, 1998). A construção social da alteridade se enraíza nas relações de dominação que, em sua busca por legitimidade, precisam reafirmar as categorias raciais e delimitar quais sujeitos são o “Outro”. Por esse motivo, demonstrar que a ideia de “raça” é uma construção histórica nos auxilia a avaliar os mecanismos asseguradores de privilégios sociais, de dominação simbólica e, também, de desigualdades estruturais.

Investigar o meio artístico carioca de início do século XX a partir de critérios raciais inclina o olhar para a visibilização de trajetórias sociais em uma instituição de difícil acesso para pessoas negras. Desvelar essa camada é uma produção contra-hegemônica que compreende a experiência negra como um “lugar epistêmico” detentor de legitimidade para a leitura da realidade social.³

Ao valorizar as histórias, memórias e cosmovisões afro-brasileiras, ressalta-se a pluralidade de experiências na diáspora. Retomando a proposta de Paul Gilroy e Stuart Hall de pensar as identidades nas situações e posições concretas ocupadas pelos sujeitos, afirmar as identidades negras é estabelecer um “espaço de contestação estratégica” por meio da visibilização de sujeitos historicamente marginalizados (GILROY, 2001; HALL, 2006). Esse

³ A ideia de “lugar epistêmico” é tomada de empréstimo do estudo de Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016).

fato nos ajuda a compreender a formação da sociedade brasileira pela perspectiva processual, enfatizando a ação política da população negra, atentando para as reconfigurações, adaptações e negociações identitárias em meio à realidade excludente.

Assim, pensar a condição de negros/negras em um universo majoritariamente composto por pessoas brancas é um recorte de análise que permite encontrar as estruturas da sociedade brasileira e perceber as suas mudanças.

Arte, relações raciais e o protagonismo negro

Analisar a participação negra no ambiente artístico carioca da Primeira República articula as vivências individuais às relações tecidas nas instituições ligadas às belas-artes. Como as diferenciações são construídas na convivência, avaliar as possibilidades de trabalho dos artistas negros na ENBA dialoga com as restrições à ascensão social no imediato pós-Abolição.

Com frequência, os estudos acadêmicos dão pouco destaque aos artistas anteriores à Semana de Arte Moderna de 1922 (SOUZA, 1974). Essa ausência é acompanhada por outro problema histórico: a necessidade de investigar as trajetórias de negros/negras na área das belas-artes na Primeira República (1889-1930), tema raramente analisado pela historiografia, que desconsidera o papel da população negra como agente nas artes plásticas (SILVA, 2016). Além disso, há lacunas na produção sobre a ENBA nas primeiras décadas republicanas, após a reforma de 1890 que substituiu a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) pela referida Escola Nacional de Belas Artes (DAZZI, 2013).

A história de “artistas e intelectuais negros dos séculos XIX e XX é ainda um mergulho em um universo velado” (SOUZA, 2020, p. 10). Isso se relaciona a dois aspectos mencionados por Kleber Amancio: em primeiro lugar, à escassa produção bibliográfica sobre a história da arte na Primeira República (1889-1930), sobretudo com artistas negros como personagens principais das pesquisas; em segundo lugar, a historiografia tem dado pouca atenção ao papel dos objetos artísticos como fontes de pesquisa, ignorando que as pinturas expressam um conjunto de ideias e de experiências – individuais e coletivas (AMANCIO, 2016, p. 96; 223-224).

O sobrenome Timotheo da Costa contava com dois representantes famosos na cidade: João Timotheo da Costa e seu irmão, Arthur Timotheo da Costa (1882-1922). Em relação às histórias dos dois irmãos, a bibliografia se refere “sobretudo a Arthur Timotheo e muito pouco a João Timotheo, havendo, portanto, lacunas sobre a história dos pintores”, além do fato de que

“algumas informações têm sido repetidas na bibliografia sem a devida confirmação documental” (SOUZA, 2020, p. 13).

Em vista disso, é relevante esmiuçar a vida de João, restituindo o seu protagonismo histórico ao inseri-lo no rol de pesquisas sobre as agências da população negra na arte nacional. Trajetórias individuais podem ajudar a compreender as estruturas e o funcionamento de uma sociedade, transitando entre a biografia e o social para identificar as condições relacionais que agiam sobre os sujeitos históricos e o espaço em que atuavam (CERTEAU, 1998). Quando tratamos de personagens negras, o reconhecimento dessa trajetória ganha contornos cruciais para valorizar a sua contribuição à história brasileira.

A família Timotheo da Costa tinha ligações com o meio artístico ainda antes da carreira realizada pelos dois irmãos. Esse parentesco remete a Henrique Alves de Mesquita (1830-1930), músico e compositor que era avô de João e Arthur, tendo carreira como maestro, professor e regente durante o século XIX (AMANCIO, 2016, p. 35-36). Assim como os netos, Henrique Mesquita era um artista negro, cuja trajetória de sucesso o fez ser “o primeiro músico brasileiro a receber bolsa de estudo para o Conservatório de Paris em 1857, a convite de Dom Pedro II” (SOUZA, 2020, p. 24). Sobre a formação familiar dos irmãos Timotheo da Costa, Simone de Oliveira e Souza afirma que:

Filhos de José Timotheo da Costa e Emília de Mesquita Timotheo, pertenciam a uma família de origem humilde composta também dos filhos Mário Timotheo da Costa, Henrique Timotheo da Costa, José Timotheo da Costa Junior e mais dois irmãos, sobre os quais até o momento não encontramos nenhuma referência. Mário, Henrique e José Timotheo também foram alunos da Academia de Belas Artes, mas não localizamos mais informações sobre os dois últimos. (SOUZA, 2020, p. 23-24).

Tendo pai e tios artistas, os irmãos cresceram sob o incentivo ao ingresso nas diversas áreas relacionadas às artes, uma das poucas alternativas disponíveis para a mobilidade social naquele momento. A quantidade de irmãos matriculados em cursos de formação da ENBA é uma pista de que seus pais “estavam cômicos de que matricular seus filhos numa instituição de ensino poderia tornar suas vidas menos instáveis”, isso porque a família mudou de endereço diversas vezes entre 1892-1898, o que nos leva a pensar que se tratavam de moradores de habitações populares no Centro da cidade (AMANCIO, 2016, p. 34).

Em entrevista concedida a Angyone Costa em 1927, por exemplo, João destaca a sua formação nos cursos de humanidades da Casa da Moeda. Esse relato nos ajuda a visualizar o

percurso dos jovens postulantes ao trabalho com as artes plásticas na década final do Oitocentos:

Nós, artistas, figurávamos nas folhas de aprendizes e o éramos, de fato, aplicando uns a sua atividade em desenhos de máquinas, outros em desenhos de moedas e selos, em tudo que fosse obra útil e pudesse justificar a nossa presença em folha. A Casa da Moeda era para nós como que um semi-internato. Entrávamos pela manhã, à hora dos demais empregados da nossa classe, íamos para o trabalho, para as lições dos cursos e, à hora da aula na Escola de Bellas Artes, para lá nos encaminhávamos, regressando ao terminar os trabalhos, para assinar o ponto de saída. (COSTA, 1927, p. 117).

A matrícula como aprendizes e o longo horário de trabalho são indícios do perfil popular de alguns dos estudantes de arte do período. As possibilidades de ascensão social por meio da pintura eram um atrativo nesse período, sobretudo se considerarmos que a maioria da população negra desempenhava funções mal remuneradas, informais, precarizadas ou estava desempregada.

Nascido em 1879, João morou na cidade do Rio de Janeiro durante toda a sua vida, com intervalos nos quais trabalhou no exterior, contratado pelo governo brasileiro. Teve sua formação como aprendiz em cursos oferecidos na Casa da Moeda, até que ingressou na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) em 1894, onde começou a compor seus primeiros trabalhos (SOUZA, 2020, p. 15). O pintor anunciava seus serviços na imprensa carioca: o endereço do seu ateliê era na “Galeria Rembrandt”, localizada na rua Gonçalves Dias, número 15, no Centro da cidade.⁴ Além disso, foi professor de desenho nas aulas suplementares do internato do “Gymnasio Nacional” em 1907 e no internato do Colégio Pedro II, entre 1910-1911, do qual saiu para trabalhar na Exposição do Pavilhão Brasileiro em Turim, em 1911. João também foi professor da ENBA até 1930, ano em que foi internado no “Hospital de Alienados” – onde permaneceu até o seu falecimento, em 1932.

Até o momento são poucas as imagens conhecidas de João e seu ateliê. Uma delas, a título de exemplo, trata-se de uma pintura feita por Rodolfo Amoedo em 1908, na qual João aparece em seu ofício, tendo pincel e paleta em suas mãos.⁵ Nessa pintura, vemos João retratado com roupas elegantes e com a aparência valorizada, o que pode ser uma forma de representação de João como um *dândi* (GOMES, 2019, p. 164).

⁴ Ver: A CAPITAL, 19/04/1902, p. 4. O mesmo anúncio pode ser encontrado nas edições dos dias 20/04/1902, 27/04/1902, 30/04/1902, 04/05/1902 e 07/05/1902.

⁵ Rodolfo Amoedo foi professor de João Timotheo da Costa na ENBA e costumava representar em telas os seus antigos alunos que tiveram carreiras de sucesso.

Figura 1 – Retrato do pintor João Timotheo da Costa, Rodolfo Amoedo, 1908



Fonte: <https://artsandculture.google.com/asset/retrato-do-pintor-jo%C3%A3o-tim%C3%B3teo-da-costa-rodolfo-amoedo/KgF6pzirwccAhQ>. Acesso em 10/07/2023.

O *dandismo* remetia a uma forma de vida baseada na distinção, preocupada com a aparência, com as condutas sociais e vestuário elegantes (GOMES, 2019; BITTENCOURT, 2015). No entanto, a possibilidade de ser um *dândi* negro não era completa, dadas as restrições à circulação de negros/negras pelas ruas, alvos constantes da repressão policial e de políticas de controle social. Desse modo, “o *dândi*, personagem dos cafés, cujo trânsito pelo cenário urbano é tão fundamental para a caracterização de sua identidade, quando negro, se enquadraria como figura de exceção no Brasil” (BITTENCOURT, 2015, p. 191), aspecto que também pode ser pensado para investigar as experiências sociais de João pelas ruas do Rio.

Retomando a entrevista de 1927, encontramos informações sobre sua formação artística e sobre a arte brasileira – com as polêmicas derivadas da necessidade de estreitar laços políticos para assegurar a encomenda e o financiamento de trabalhos. Apresentado por Angyone como

“artista querido entre os seus companheiros de arte”, João é caracterizado por ser um homem sentimental que expressava esses traços em suas obras (COSTA, 1927, p. 113).

Chama a atenção a passagem em que Angyone menciona que essa personalidade era um comportamento de sua natureza, que foi “pouco modificada por fatores sociais” (COSTA, 1927, p. 113), trecho que nos leva a indagar sobre os possíveis significados desses “fatores sociais”. Um homem negro no início do século XX tinha restrições ao exercício da sua cidadania e, no meio das artes plásticas, os artistas negros tinham de enfrentar um ambiente de hostilidade, preconceito e indiferença (LEITE, 2010).

Almejar a carreira artística no interior das instituições formais tornava difícil a convivência, fato que pode ser constatado pelo destino trágico de alguns desses pintores:

Por isso os relatos biográficos dos artistas de origem negra que atuaram por essa época, num Brasil que nem os entendia e mal os tolerava, acham-se repletos de angústias e fracassos, concluindo-se, com espantosa, imperturbável regularidade, na miséria mais sórdida, na doença, na loucura, na morte precoce, no alcoolismo, na autodestruição. (LEITE, 2010, p. 225).

Por outro lado, a AIBA e, posteriormente, a ENBA, tinham um caráter paradoxal em relação aos artistas negros que as integravam. De acordo com Luiz Marques, ambas as instituições colocavam barreiras para o ingresso de negros/negras; no entanto, aqueles que conseguiam entrar na Academia e na Escola tinham “uma autoridade e uma legitimidade” que possibilitavam sua ascensão social como “trabalhador intelectual” (MARQUES, 2010, p. 193). Para o autor, a Academia não soube aproveitar o talento desses artistas e não lhes concedia o “estímulo essencial para a confirmação de um novo talento no cenário artístico carioca de então” (MARQUES, 2010, p. 193).

Essas dificuldades não significam que os artistas eram personagens conformadas. Pelo contrário, resistiam, negociavam e agiam para ocupar posições, sobrevivendo da própria arte. Apesar disso, diante da discriminação⁶ e do racismo, é possível que os temas representados pelos pintores negros fossem adaptados face às circunstâncias externas desfavoráveis: a autorrepresentação e a pintura de afirmação da negritude eram raras.

Uma explicação para isso se entrevê nas características da ENBA desse período, o perfil racial do seu corpo diretivo era formado quase exclusivamente por pessoas brancas. Outro ponto a ressaltar é a clientela desses artistas, formada por figuras da política e da burguesia cariocas.

⁶ Utilizo a definição de “discriminação” tal como elaborada por Silvio Almeida: a “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados”, isto é, vantagens e desvantagens sociais são atribuídas a partir de critérios raciais (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Nesse caso, produzir para clientes brancos exigia, por assim dizer, “pintar como branco”, ajustando a própria sensibilidade diante das demandas de mercado. Sendo assim, esses artistas se preocupavam em demonstrar o domínio de técnicas modernas para atender às exigências e aos “anseios de uma clientela ocupada em mimetizar o gosto europeu” (CONDURU, 2012, p. 50).

Quanto ao perfil institucional da ENBA, há debates sobre a sua postura diante da modernidade: para José Roberto Teixeira Leite, os atributos valorizados na Escola eram a técnica, o estilo, a linguagem e os temas vindos da tradição europeia (LEITE, 2010). Em contrapartida, Camila Dazzi afirma que a percepção de uma Escola parada no tempo e distante da realidade brasileira se deve a um antiacademicismo que se tornou hegemônico na historiografia de arte (DAZZI, 2013, p. 112-113). Segundo a autora, essa indiferença pelos trinta anos iniciais da ENBA é uma consequência da hegemonia do modernismo e da crítica aos professores e estudantes dela, relegando muitos dos seus integrantes – e a sua produção artística – ao ostracismo (DAZZI, 2013, p. 113).

Neste artigo, acompanha-se a consideração de Camila Dazzi sobre os artistas de final do XIX e início do XX serem vistos como modernos pelos seus contemporâneos. Isso inclui a reavaliação das concepções modernistas sobre a arte produzida antes de 1922, ou seja, tal revisão cumpre o papel de renovar o interesse por um período – e por sujeitos – ainda escassamente estudados pela bibliografia.

Dentre a diversidade de atores históricos na ENBA se destaca a trajetória de João Timotheo da Costa, que também estava sintonizado com as mudanças sociais e artísticas de seu tempo. Desse modo, ressalta-se a historicidade do artista e a sua atuação nas relações socioculturais em que estava inserido, mesmo porque os atores históricos se constituem como sujeitos culturais a partir de diferentes elementos. Pensar os trânsitos nacionais e internacionais ajuda a compreender a riqueza da produção de João, bem como a sua agência e a sua autonomia diante da recepção desses fluxos e da própria produção da ENBA, evitando uniformizar a sua obra.

Embora vinculado formalmente à ENBA, o seu trabalho como pintor expressava a sua experiência individual, um modo de estar, de perceber e de se relacionar com o mundo social, condições que possibilitavam a sua experimentação artística. As perspectivas estão em movimento e os modos de ver são socialmente construídos, logo, o seu processo criativo não poderia ser uma reprodução mecânica de padrões aprendidos na Escola. Considerando os sujeitos como instituidores de cultura, que é elaborada nas práticas sociais, o cultural possui

interseções com o político e o com o social. E é na experiência cotidiana dos atores sociais que as formas de ver e de pintar vão se consolidando, o que nos leva a enxergar as práticas culturais como terrenos que tornam as relações sociais possíveis.

Ao defender a liberdade individual do artista, a sua originalidade e criação de novidades, sem estar amarrado às tradições, João afirmava, em 1926, durante entrevista à revista *Ilustração Brasileira*, que os grandes pintores eram responsáveis pelo lançamento de ideias e tendências para o futuro (ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, jun. 1926, p. 26-29). Algumas características atestavam o caráter de “artista moderno” nos anos finais do século XIX, dentre elas: a defesa da liberdade artística e da originalidade; expressar suas sensações e sua personalidade nas obras; a capacidade de transitar entre diferentes gêneros de pintura ou escultura; ser um *dândi* na vida urbana; e se desvincular de convenções (DAZZI, 2012, p. 88). O moderno “não era somente *do* presente, mas representava uma atitude específica *para com* o presente” (DAZZI, 2012, p. 91). Temos, nesse rol de possibilidades, elementos que caracterizam João Timotheo da Costa e seu pensamento sobre as artes, de modo que é possível defini-lo como artista moderno.

Retornando à entrevista concedida em 1927, João ainda comentava sobre a importância dos seus professores nesse processo:

Sou filho do Rio de Janeiro, aqui mesmo nesta cidade, ao tempo do meu nascimento, Distrito da Corte. Entrei para a Escola de Bellas Artes, nas condições que já detalhei, aí por 1894. Estudei oito anos, fazendo todo o curso sob a proteção do Dr. Ennes de Souza, que me criou a possibilidade do estudo. Fui primeiramente aluno de desenho de Daniel Bernhard, submetendo-me mais tarde a concurso, para a classe de pintura, passando a ser aluno do professor Rodolfo Amoedo. Pintura, propriamente, estudei cinco anos, frequentando modelo vivo, com Zeferino da Costa. Compareci sempre aos salões anuais, tendo obtido todos os prêmios até a pequena medalha de ouro, menos o de viagem, que nunca pleiteei. (COSTA, 1927, p. 115).

Essa passagem traz elementos para pensar sobre as possibilidades profissionais no meio artístico, sobretudo por ter sido incentivada pelo diretor da Casa da Moeda, chamado Ennes de Souza, a quem João atribui papel crucial para o desenvolvimento das artes no país, visto ser alguém que procurava “descobrir, nas crianças, nos aprendizes, nos operários, indícios de inteligência, inclinação por qualquer arte, para cultivá-la, estimulá-la, desenvolvê-la” (COSTA, 1927, p. 114-115).

Era importante estreitar laços com políticos e membros da burguesia carioca para conseguir a encomenda de trabalhos: como o próprio João afirma, Bruno Lobo, um dos

primeiros diretores da Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA)⁷, se tornou diretor do Museu Nacional e “utilizava todo o prestígio de que no tempo dispunha, para nos dar trabalho, estimulando as artes”, pois “Bruno Lobo criava, improvisava, inventava serviços para todos que o procuravam” (COSTA, 1927, p. 114). A dependência de ações de dirigentes de instituições como a Casa da Moeda e o Museu Nacional indica as possíveis tensões com as autoridades republicanas em busca do incentivo, financiamento e promoção das artes no país. Recorrendo à venda de suas obras nos salões e para compradores particulares, as instabilidades no mercado da arte levavam muitos artistas a depender de trabalhos esporádicos, anunciando seus serviços nos jornais.

Em relação ao cenário das belas-artes no Brasil, João diz que o ensino geral de artes era regular e que poderia ser melhor caso houvesse investimento público, mantendo a ENBA “com o caráter de estabelecimento oficial” a quem optasse pelos cursos acadêmicos” (COSTA, 1927, p. 115). Ao mesmo tempo, o pintor evitava culpar as autoridades republicanas pela falta de interesse pelas belas-artes no país, afirmando que Presidentes e ministros sempre atenderam aos pedidos feitos pelos artistas. E seria essa participação governamental a verdadeira responsável pelas “vitórias que as artes vão conquistando aqui” e pelo “número tão grande de artistas, vivendo da arte e para a arte”, como ele mesmo (COSTA, 1927, p. 118).

Impossibilitado de aceitar novos alunos em razão das encomendas que precisava entregar, João ratifica que o governo deveria iniciar “radicais reformas”, com cursos livres e remuneração dos professores, que seriam “artistas de nomeada, com subvenção e fiscalização de trabalho, que permitisse ao estudante, com uma quantia módica, frequentar as suas aulas” (COSTA, 1927, p. 115). À primeira vista, essa posição pode ser tida como moderada, mas talvez essas críticas pontuais tenham a ver com o fato de o governo contratar seus serviços, até porque João elogia, mas não cita ações do governo em prol das artes.

Segundo o artista, reformas eram necessárias na composição do Conselho Superior de Belas Artes, tanto em sua organização quanto nas funções que desempenhava, pois o “critério da escolha dos seus membros, por exemplo, é tudo quanto há de mais condenável” e privilegia “nomes, ali, que de arte nada entendem”. Implicitamente o artista indica suspeitas de indicações para cargos e premiações oficiais sem critérios, baseadas em ligações pessoais e nas vontades dos professores da ENBA, algo que se estende ao Júri de Belas Artes e afetam os direitos dos artistas aos prêmios de viagem” (COSTA, 1927, p. 116).

⁷ Criada em 1910 sob o nome “Juventas”, com participação ativa dos irmãos Timotheo da Costa, ela foi renomeada como Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA) em 1919.

O interesse em entrevistar João se justificava pela importância do artista naquele momento, afinal, o artista foi premiado algumas vezes durante a sua carreira, tendo recebido a “Pequena Medalha de Ouro” nas Exposições Gerais de Belas Artes em 1920 e em 1926, com presença marcante nos júris dos salões de arte carioca. Ademais, fez trabalhos de decoração em edifícios particulares e públicos – sobretudo políticos-administrativos e ligados à cultura –, como no Salão de Honra do Palácio Tiradentes; no Teatro São Pedro (atual Teatro João Caetano); no Museu Nacional; no salão nobre do Fluminense Football Club; e no Copacabana Palace.

A contratação de João Timotheo da Costa para diversos trabalhos de decoração – pública e privada – indica o prestígio da sua obra. De fato, João era chamado de “amigo de todos os governos”⁸, logo, seus trabalhos o alçaram a interlocutor da oficialidade nos projetos de construção de uma “identidade cultural brasileira”, com “predileção por uma temática inspirada na História do Brasil” (VALLE, 2007, p. 5). As decorações do Palácio Tiradentes na década de 1920 são “o exemplo talvez mais orquestrado e complexo de exaltação cívica através de imagens realizado durante a 1ª República” (VALLE, 2007, p. 7). Para a realização das obras, “trabalharam alguns dos mais prestigiados artistas brasileiros da 1ª República” – dentre os quais estava João, responsável por cinco painéis no Salão de Honra do Palácio –, contratados para produzir imagens representativas “das concepções políticas e ideológicas que então oficialmente vigoravam” (VALLE, 2007, p. 8-10).

Portanto, examinar a trajetória de João Timotheo da Costa traz novas reflexões sobre as identidades negras na Primeira República e as suas correlações com as transformações sociais e políticas do seu tempo. Investigar a experiência social do artista na virada do século XIX para o século XX, visibilizando a sua importância para a história da cultura brasileira, assim como as interpretações que ele produziu sobre a cidade em que vivia, se constitui em um exercício que abre novas perspectivas analíticas para a História Social.

Considerações finais

Conforme trabalhado neste artigo, os objetos de investigação precisam ser abordados de forma relacional, observando os fios que colocam a realidade em movimento. São essas relações que alargam as fronteiras do exercício historiográfico e costuram experiências, especialidades e formações históricas. O ponto de observação que estabelecemos incide sobre

⁸ Essa adjetivação aparece com frequência na revista *O Malho*. Ver: O MALHO, 03/07/1926, p. 29.

os objetos que estudamos, assim, diferentes histórias podem surgir a depender do tratamento conferido aos arquivos e da perspectiva adotada.

Adotando a racialidade como perspectiva, pensar as complexidades do meio artístico carioca no início do século XX define um ângulo de interpretação da cidade do Rio, alargando os eixos de entendimento sobre a vida carioca nesses primeiros anos após a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889). Evocar a participação de artistas negros nos círculos das classes dominantes expressa o compromisso de articular a produção acadêmica e a democratização das pesquisas.

Delimitações temáticas atentas às trajetórias negras podem trazer à tona uma nova relação com o passado, deslocando estruturas de poder ao afirmar as experiências e práticas sociais da população negra. Abordagens descolonizadas apontam para o questionamento de interpretações cristalizadas, além de dar vazão à superação de apagamentos históricos, movendo a sociedade para disputar as estruturas políticas e socioculturais.

O momento artístico em que João Timotheo da Costa desempenhou seu ofício conduz a investigação para o espaço social que abarcava a sua produção. É fundamental avaliar as posições ocupadas pelos artistas nas hierarquias de legitimidade cultural e social para visualizar as contradições presentes no cenário artístico carioca.

Fontes utilizadas

Periódicos (1879-1932) – Acesso via *Hemeroteca Digital* da Biblioteca Nacional.

RETRATOS. *A Capital*, Rio de Janeiro, 19/04/1902; 20/04/1902; 27/04/1902; 30/04/1902; 04/05/1902; 07/05/1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 01/06/2022.

ENTRE ARTISTAS. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, jun. 1926, p. 26-29. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 01/06/2022.

NA SOCIEDADE B. DE BELLAS ARTES. *O Malho*, Rio de Janeiro, 03/07/1926, p. 29. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 01/06/2022.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. **Reflexões sobre a pintura de Arthur Timotheo da Costa**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), Departamento de História, São Paulo, 2016.

ANTUNES, Livia de Lauro. **Sob a Guarda Negra: Abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

- ARANTES, Erika Bastos. **O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016.
- BITTENCOURT, Renata. **Um dândi negro: o retrato de Arthur Timótheo da Costa de Carlos Chambelland**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Campinas, 2015.
- BRIONES, Claudia. **La alteridade del “cuarto mundo”**: una deconstrucción antropológica de la diferencia. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – artes de fazer**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na *belle époque***. 3ª ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2012.
- COSTA, Angyone. **A inquietação das abelhas (O que pensam e o que dizem os nossos pintores, esculptores, arquitectos e gravadores, sobre as artes plásticas no Brasil)**. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia, 1927.
- CRUZ, Alline Torres Dias da. **Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)**. Dissertação (Mestrado) Instituto de Planejamento Urbano e Regional - IPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- DAZZI, Camila. O moderno no Brasil ao final do século 19. **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, n. 17, p. 87-124, jan./jun. 2012.
- DAZZI, Camila. Os estudos sobre a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro: contexto historiográfico, omissões históricas e novas perspectivas. **VISUALIDADES**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 109-131, jan./jun. 2013.
- GARZONI, Lericce. **Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GOMES, Natália Cristina de Aquino. **Retrato de artista no ateliê: a representação de pintores e escultores pelos pincéis de seus contemporâneos no Brasil (1878-1919)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Arte, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2019.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEITE, José Roberto Teixeira. Valorosos Pintores Negros do Oitocentos. In: ARAUJO, Emanuel (Org.). **A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica**. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Museu Afro Brasil, 2010, p. 225-242.
- MARQUES, Luiz. O Século XIX e o Advento da Academia das Belas Artes e o Novo Estatuto do Artista Negro. In: ARAUJO, Emanuel (Org.). **A mão afro-brasileira: significado da**

contribuição artística e histórica. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Museu Afro Brasil, 2010, p. 191-200.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MORAES, Caio Sergio de. **A cidade do Feitiço - Feiticeiros no cotidiano carioca durante as décadas iniciais da Primeira República - 1890 a 1910**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 106-134, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

SILVA, Joana D’arc Araujo da. **Enegrecendo as Belas Artes: ensinando história por meio das trajetórias de dois pintores negros do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Gilda de Mello e. Pintura Brasileira contemporânea: os precursores. **Discurso**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 119-130, 1974.

SOUZA, Simone de Oliveira. **Os irmãos Timotheo da Costa: estudo da coleção do Museu Afro Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Arte, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2020.

VALLE, Arthur. Pintura decorativa na 1ª República: Formas e Funções. **19&20**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 1-13, out. 2007.

A permanência de nomes relacionados à Ditadura Civil-Militar no Brasil em locais das cidades

The permanence of names related to the Civil-Military Dictatorship in Brazil in places of the cities

Esther Maria Gonçalves Alves¹, UFU

Resumo

O presente artigo almeja discutir sobre a existência de nomes de ruas, escolas e outros locais com nomes de ex-presidentes do período da ditadura civil-militar. Nessa trajetória haverá uma rápida discussão sobre esse marco histórico e seu contexto aliado à importância da memória daqueles que sofreram nesse período. Buscando partir do pressuposto de como as vítimas dessa época, aqueles que perderam pessoas ou que sofreram com perseguições, torturas ou mesmo foram exilados do Brasil. Além disso, procurar compreender as causas desses nomes ainda permanecerem, já que historicamente são claras as atrocidades cometidas nesses anos. E para auxiliar nessa pesquisa será utilizado o site da DITAMAPA que fornece dados muito importantes para essa discussão, como a localização e a quantidade de escolas e ruas de cada presidente militar ao longo do país que foram homenageados com os seus nomes em locais das cidades.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Ruas e Escolas; DITAMAPA; História.

Abstract

This article aims to discuss the existence of names of streets, schools and other places with names of former presidents of the civil-military dictatorship period. In this trajectory there will be a quick discussion about this historical milestone and its context combined with the importance of the memory of those who suffered in this period. Seeking to start from the assumption of how the victims of the time, those who lost people or who suffered from persecution, torture or even were exiled from Brazil. And furthermore, try to understand why these names still remain, since historically the atrocities committed in those years are clear. And to assist in this research, the DITAMAPA website will be used, which provides very important data for this discussion, such as the location and number of schools and streets of each military president throughout the country that were honored with their names in places in the cities.

Keywords: Military Dictatorship; Streets and schools; Names of military presidents; History.

Introdução

O Brasil ao longo de sua história foi marcado por diversos episódios extremamente complexos e trágicos. Neste presente artigo buscaremos discorrer sobre a Ditadura Civil-Militar atrelada a atualidade e as memórias relacionadas a tal período. Mais especificamente sobre nomes de ruas e escolas que carregam o peso da violência dos presidentes militares cercado de censuras e perseguições políticas. E para colaborar com essa discussão analisaremos as

¹ Graduanda em História na Universidade Federal de Uberlândia - esther.alves@ufu.br.

informações presentes no DITAMAPA, um site que permite identificar locais no Brasil que possuem nomes relacionados à época, principalmente os de presidentes militares.

Além disso, faz-se importante compreender como os nomes de ruas, escolas e outros locais fazem parte da história das cidades. Ao longo dos anos, as modificações que ocorreram mostram como cada vez mais essas regiões são locais ativos, onde ocorre o cotidiano da população. E, no que tange a parte histórica do Brasil, é possível compreender cada vez mais sobre as influências que permeiam as metrópoles e o país. Dessa forma, a quantidade considerável de lugares com nomes de presidentes militares não é uma escolha desprovida de significado. As renomeações dos logradouros são recorrentes ao longo dos tempos, sendo modificadas de acordo com os contextos históricos, porém existem mudanças que são mais ou menos aceitas pela população, principalmente, em situações que podem gerar prejuízos.

Ademais, após muito anos do período em que os direitos dos cidadãos foram reduzidos foi criada a Comissão Nacional da Verdade que investigava os crimes cometidos durante a Ditadura Civil-Militar. E ao longo dos relatórios e discussões uma das recomendações colabora para a ideia de que os nomes de tais figuras deveriam ser retiradas e muitos sugeriram que deveriam ser inseridos nomes que remetessem ao das vítimas desse período, não de seus torturadores. A partir de então ganha ainda mais força alguns movimentos que buscavam justamente a troca da nomenclatura de ruas com referências aos presidentes ditadores.

Ditadura Civil-Militar e seu Contexto

A Ditadura Civil-Militar no Brasil se iniciou em 1964 e faz-se importante compreender o contexto em que essa foi instaurada. Pouco tempo antes havia sido eleito Jânio Quadros² que assumiu a presidência em 1961 e nesse mesmo ano renunciou; João Goulart³ o sucedeu. Algo importante de se salientar refere-se ao fato de que os dois políticos citados anteriormente eram de partidos diferentes e discordavam em algumas ideias. Um dos projetos do governo de Jango relaciona-se à "reforma de base" sendo essa fiscal, administrativa, universitária e agrária. No que tange a reforma agrária⁴, existiam muitas polêmicas a respeito, pois era duramente criticada

² Jânio Quadros foi eleito em 1960 e assumiu em 1961, porém logo renuncia devido a medidas consideradas confusas e impopulares, causando um período turbulento.

³ João Goulart era conhecido como Jango e seu governo após a renúncia de Jânio Quadros foi marcada por grande instabilidade devido às reformas de base que gostaria de realizar e que não agradava a setores da sociedade aliado a outros fatores.

⁴ A reforma agrária é um conjunto de medidas que visam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

pelos grandes latifundiários e também por boa parte dos parlamentares no Congresso Nacional. Logo, esse período foi marcado por uma grande agitação na sociedade, existindo movimentos que queriam a derrubada do governo (principalmente das alas mais conservadoras da população e de parte da classe média) (NAPOLITANO, 1998).

No âmbito internacional, pode-se salientar a Guerra Fria entre Estados Unidos e a União Soviética. Nesse conflito houve uma bipolarização ideológica entre esses dois países em que o primeiro citado anteriormente era defensor do capitalismo e o segundo do socialismo e disputavam a hegemonia política, militar e econômica no mundo. Dessa forma os Estados Unidos tinham medo de que o socialismo se alastrasse pela América Latina e as Ditaduras Militares foram soluções para esse problema, sendo essas apoiadas pelos EUA. E como no Brasil ideias consideradas de cunho socialista estavam sendo pautadas, mais especificamente a reforma agrária, foi um alerta e uma desculpa para instaurar um regime autoritário no país.

E diante do contexto salientado brevemente acima ocorre no dia 31 de março de 1964 o golpe que tirou Jango do poder e que instaura temporariamente uma junta militar até o dia 15 de abril quando Castello Branco⁵ toma posse. A partir de então mais quatro presidentes militares iriam governar o país até 1985. Nesse primeiro momento declara-se o AI-1 – Ato Institucional⁶ n°1 - que convocava eleições indiretas para presidente e possibilitava a perseguição política dos opositores. No governo de Castello Branco (1964-1967) foram declarados mais 3 Atos Institucionais: o primeiro extingue todos os partidos políticos e altera o funcionamento do Poder Judiciário, o segundo instaura o bipartidarismo no Brasil e o terceiro possibilitava a criação de uma nova Constituição. O segundo governante foi de Costa e Silva⁷ (1967-1969) um momento marcado pela grande violência e repressão e pelo início do AI-5 que fecha o Congresso por tempo indeterminado ((NAPOLITANO, 1998).

⁵ Humberto Castello Branco foi um dos articuladores do Golpe Militar de 1964. Durante seu período como presidente rompeu relações com Cuba, criou o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e BNH (Banco Nacional de Habitação) e o SNI (Serviço Nacional de Informações) e assinou a Lei de Imprensa que limitava a atuação dos meios de comunicação e a Lei de Segurança Nacional que definiram os crimes contra a atuação do governo militar. Assume o poder com 64 anos e morre em 18 de julho de 1967 em um acidente aéreo.

⁶ Os Atos Institucionais eram normas e decretos muito empregados durante a Ditadura Civil-Militar e cediam plenos poderes aos militares e garantiam sua permanência no poder.

⁷ Artur da Costa e Silva considerado como um dos articuladores do golpe e seu governo marcado pela violência e repressão sendo considerado da “linha dura” dentro das forças armadas. Foi Marechal do Exército e ocupou o cargo de ministro da Guerra no mandato de Castello Branco.

O terceiro foi Médici⁸ (1969-1974), um governo em que houve o aumento da censura dos meios de comunicação e um crescimento econômico chamado de “Milagre econômico”⁹. Houve também a criação do Departamento de Operações Internas (DOI) e o Centro de Operações da Defesa Interna (CODI), os centros de aprisionamento e tortura. O próximo foi Geisel¹⁰ (1974-1979), em um período em que ocorreu um desgaste das Forças Armadas, uma crise econômica agravada pelas greves que estavam se instalando no país. Nesse contexto, houve a revogação do AI-5 e o início da abertura política. E o último presidente militar foi Figueiredo¹¹ (1979-1985) que promulgou a Lei da Anistia¹²; em seu governo ocorreu também uma reforma partidária que possibilitou a criação de novos partidos políticos e o início do movimento das “Diretas Já”¹³. Assim, em 1985, Tancredo Neves é eleito pelo voto indireto como o presidente do país e encerra o período da Ditadura Civil-Militar (NAPOLITANO, 1998).

Após um breve resumo sobre o período da Ditadura Civil-Militar é importante salientar algumas ideias para que as futuras discussões sejam desenvolvidas com clareza. Entre elas, é preciso evidenciar como esse episódio da história brasileira foi marcado por violência, já que todos aqueles que discordavam do regime estavam sujeitos a enfrentar perseguições, torturas e outras medidas. Após o surgimento de documentos e os relatos daqueles que vivenciaram o período, foram estimadas 89 mortes ou desaparecimentos de acordo com a Comissão Nacional

⁸ Emílio Garrastazu Médici foi subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras e pouco depois promovido a general-de-brigada. Aderiu ao golpe e tornou-se adido militar em Washington e assumiu posteriormente a chefia do Serviço Nacional de Informações e foi promovido a general e nomeado comandante do 3º Exército em Porto Alegre.

⁹ Algumas medidas econômicas foram empregadas como a restrição de créditos, contenção de salários e direitos trabalhistas, o aumento das tarifas do setor público e a redução da inflação que resultaram em taxas de crescimento do PIB e grandes investimentos em infraestrutura. Entretanto, esse milagre deixou uma grande dívida externa para o país, gerando uma dependência brasileira em empréstimos externos.

¹⁰ Ernesto Geisel foi importante no movimento de deposição de João Goulart e assumiu a chefia do gabinete militar do presidente Castello Branco e posteriormente foi promovido a General. Tornou-se ministro do Superior Tribunal Militar e foi presidente da Petrobrás e finalmente assumiu a presidência do país.

¹¹ João Figueiredo iniciou na política como secretário geral do Conselho de Segurança Nacional no governo de Jânio Quadros, participou do golpe e chefiou o Serviço Nacional de Informações e depois comandou a Força Pública de São Paulo e posteriormente o 1º Regimento de Cavalaria de Guardas e chefe de Estado-maior do 3º Exército até assumir como presidente.

¹² Lei sancionada em 28 de agosto de 1979 que garantia que políticos e intelectuais exilados poderiam retornar ao Brasil e profissionais puderam voltar para seus postos, assim como estendia esses benefícios para os militares envolvidos em crimes cometidos contra aqueles que foram detidos. Salientando que não se estendia para aqueles condenados por crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado. E a lei abarcava os crimes cometidos entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

¹³ “Diretas Já” foi um movimento político que possuía como objetivo a retomada das eleições diretas para presidente, iniciou em 1983, mas só conseguiu êxito em 1989. Contou com a mobilização popular e também de partidos políticos.

da Verdade. Atualmente existem diversos sites que buscam dar voz a essas pessoas, mostrando para todos como essa foi uma época em que os direitos humanos eram menosprezados.

Análise dos dados da DITAMAPA

A Ditadura Civil-Militar contou com cinco presidentes ao longo dos seus 21 anos, e muitos locais ao longo do tempo foram nomeados a partir desses personagens históricos. Para contribuir na atual discussão analisaremos os dados presentes na DITAMAPA¹⁴, onde pode-se encontrar gráficos e mapas com os números, imagens dos locais que atualmente foram registrados na página, contendo os nomes dessas figuras e um pouco de informações e referências sobre a temática. De acordo com o site, existem 559 locais que carregam o nome dos presidentes militares no país, salientando que possivelmente existem muito mais que não foram mencionados. Outro ponto que pode ser destacado refere-se ao fato de que o presidente Costa e Silva foi o que mais recebeu homenagem ao intitular locais com seu nome. Em seguida encontra-se Castelo Branco e o com a menor quantidade, Figueiredo.

Ao analisar os dados anteriores presentes na DITAMAPA, coincidentemente ou carregado de algum significado, o qual não podemos afirmar sem mais pesquisas, o período com mais violência e repressão da Ditadura e que ficou conhecido como “anos de chumbo” e o momento em que se decretou o Ato Institucional nº5 que fechou o Congresso foi o com maior constância de nomes, o governo de Costa e Silva. Em seguida no que se relaciona a quantidade, está Castello Branco, que foi um nome relevante já que foi o primeiro a assumir a presidência após o Golpe. E em contrapartida o governo que se encaminhou para o início de uma redemocratização possuiu menos homenagem de locais com seu nome. O que mostra que supostamente no período em que foram instituídas as nomenclaturas para as ruas e escolas ainda havia uma ideologia forte em relação a Ditadura Civil-Militar ou mesmo um saudosismo histórico.

Memórias nas Ruas

Ao longo da história, muitos foram os impasses em relação a memória para história, principalmente a coletiva. Entretanto, atualmente há uma maior receptividade dos historiadores

¹⁴ A DITAMAPA é um site que mostra mapas, gráficos e informações sobre locais brasileiros que possuem nomes de ruas, avenidas e escolas homenageando os presidentes do período da ditadura civil-militar, assim como uma breve análise sobre essa temática.

em aceitar a memória como fonte através principalmente dos relatos orais. A seguir uma definição do que consideramos como memória coletiva:

A Memória Coletiva, é o que nos diz Halbwachs mais adiante, é na verdade feita também de discontinuidades, mas só que discontinuidades discretas facilmente disfarçáveis em continuidade. Desse modo, ela assegura a sensação humana e social de unidade, e permite que se atravesse mesmo os períodos históricos mais transformadores. A Memória Coletiva, enfim, faz-se através dos seres humanos que a carregam, vive mesmo dos grupos sociais que são os seus portadores, e Halbwachs ressalta que quando ela “esquece uma quantidade tão grande de fatos e personalidades antigas, é porque os grupos que guardavam sua lembrança desapareceram” (2006, p.105) (BARROS, 2009, p. 15).

Logo, é extremamente necessário compreender a Ditadura Civil-Militar a partir dos olhares das vítimas e cada vez mais isso está sendo colocado em prática a partir de entrevistas e sites que contam as histórias de pessoas que sofreram com esse episódio brasileiro. A seguir um desses depoimentos presentes no site Museu da pessoa que ajuda a compreender como foram as experiências a partir do olhar dessa parcela da população:

A forma de eliminar era essa de Auto de Resistência: “tentou fugir, não conseguiu”, como eles tentaram com Alexandre Vannucchi, que tentou fuga e foi atropelado por um caminhão – enfim, aquelas farsas de praxe, que eu sabia como funcionavam. E aí a minha principal preocupação se dava pelo fato de quando passaram a me torturar sem capuz, em que eu podia ver as pessoas que estavam me torturando, uns cinco ou seis. Isso era uma merda porque eu poderia ser eliminado em seguida por liquidar com arquivo.

Adicionava a isso o fato de que eles passaram a não ter qualquer preocupação de colocar um feltro, porque nos dois sistemas que eles têm lá, os mais comuns, é o tal do “pau de arara” e o outro “cadeira do dragão”, em que você fica amarrado e levando choque, a corda vai rasgando a tua carne, tanto nos tornozelos quanto nos pulsos. E eles, para não deixarem marca, eles passam feltro. No meu caso, eles passaram sem ter mais preocupação de botar essa porra, e eu estava todo sangrado.

Quando eu estou numa cela forte e ouço alguém sendo torturado, e o cara que torturava, que interrogava, e o cara que torturava falava: “Quem são os jornalistas? Quem são os jornalistas?” Era o Vlado. Mas eu não sabia que era o Vlado que estava sendo torturado.

Falei: “Porra, as prisões começaram no último dia de setembro, nós já devíamos estar em quanto – no final de outubro? Vai fazer um mês”.

Aí, de repente, para tudo. Remanejaram as pessoas de um lugar para o outro e, no caminho, cruzei com o Davi Rumel, filho do diretor da Odontologia da USP. E o Davi Rumel, que era da comunidade judaica, falou: “Apagaram o Vlado”. Aí que eu soube que era o Vladimir Herzog que estava sendo torturado. E nessa hora, por conta de todas as sinapses, ou seja, de tudo que a gente ia fazer, eu falei: “Bom, estou livre. Estou salvo. Salvo. Eles não têm ideia do tamanho da encrenca que eles arrumaram matando o Vlado”. Isso tudo, claramente, dentro do DOI-Codi, na hora. Então eu tomei uma decisão:

tudo o que estiver ao meu alcance, e que tenha a ver com o Vlado, eu farei. Se o Vlado não morre, eu não estava vivo (SILVA, 2019).

O depoimento acima permite que tenhamos uma breve noção das atrocidades sofridas por muitos na Ditadura Civil-Militar. E ao pensar sobre como os nomes das ruas homenageando os principais responsáveis por essas ações possivelmente causa um sentimento de revolta e injustiça para essas pessoas e suas famílias. Entre a lembrança da perda e um revisionismo histórico que perdura no Brasil, heroicizando torturadores inclusive nas ruas públicas nacionais, é possível conceber a dor de uma vítima ou de sua família de morar em uma rua que teria como nome Castello Branco ou Costa e Silva ou Médici ou Geisel ou mesmo Figueiredo. A dor diária em ter que relembrar seu sofrimento ao ter que passar o endereço para alguém ou algo semelhante. Dessa forma, faz-se importante as alterações dos nomes desses locais. Obviamente, o sentido aqui não é esquecer tal período histórico, mas não o homenagear como se esse fosse uma época contemplada com muitos feitos.

As ruas são pontos muito importantes das cidades nesse mundo que se tornou cada vez mais urbano, pois são nelas que a vida em sociedade acontece, possuindo uma grande relevância para todos. A seguir um trecho que colabora para um maior entendimento sobre a influência das ruas e seus nomes no contexto histórico.

Os nomes podem ser referências (e com certeza os são), mas não somente. Os nomes de lugares para nós, além de referências precisas (já que a homonímia é teoricamente proibida), também são mecanismos de criação do passado, de um passado oficial, de uma construção histórica, de exaltação da memória de heróis, visto que são dados por lei e algumas vezes suscitam disputas. Se, por um lado, as ruas com nomes de desconhecidos, de plantas, animais etc. podem ser apenas referenciais para a maioria das pessoas, para a família que foi homenageada, no caso de pessoas pouco conhecidas, não se trata apenas disso. Se as grandes ruas com grandes nomes são uma forma mais eficaz de perpetuar a memória dos grandes heróis e grandes acontecimentos, as pequenas ruas dos bairros distantes também carregam uma carga sentimental, pelo menos para as famílias das pessoas que foram homenageadas com nomes nesses logradouros e, às vezes, para seus próprios moradores (PINTO, 2015, pp. 15-16).

Existem alguns grupos que já procuram realizar medidas para que esses nomes sejam alterados. Entre eles há “Ruas de Memória” criado por Fernando Haddad em São Paulo no ano de 2015 que buscava mudar o nome das ruas que homenageiam violadores de direitos humanos da ditadura civil-militar de forma progressiva e com a participação da população. Alguns casos obtiveram êxito, como no Elevado Costa e Silva em São Paulo que passou a ser conhecido como João Goulart, o presidente que foi deposto. Esse projeto visava renomear 12 ruas, 3

avenidas e 2 viadutos e um elevado, mas na prática poucas foram as alterações, já que houve uma grande resistência pelos moradores. Debates semelhantes estavam sendo travados em Porto Alegre onde discussões ocorreram acerca do nome da Avenida Castelo Branco. Uma alteração foi sugerida por alguns vereadores, ganharam e essa passou a ser conhecida como Avenida da Legalidade e da Democracia. Entretanto, acionaram o Poder Judiciário e a batalha se iniciou, mas o novo nome permaneceu (PINTO, 2015).

Acima foram citadas algumas das ações que foram empregadas para modificar os nomes de ruas, avenidas, escolas e similares. E ao analisar o decorrer das ações é perceptível um choque ideológico entre grupos, o que não permite que essas mudanças ocorram de forma tranquila e que, na maioria das vezes, são necessários debates. Outro ponto que chama atenção relaciona-se ao fato de a própria população das regiões em questão na maioria das vezes não apoiar as renomeações. Uma suposição elencada por João Paulo França em seu artigo relaciona-se ao transtorno que esses moradores sofrerão caso não ocorra uma boa organização por parte dos órgãos públicos para alterar os cadastros para que os comércios locais e nem moradores sejam prejudicados devido a essas alterações. Além disso, faz-se importante salientar como são burocráticas essas mudanças nos nomes e como em muitas ocasiões a população não possui tanta participação no emprego desses e fica a cargo do poder público. Outro fator também relevante está relacionado ao fato de uma parte da população não compreender a importância das mudanças dos nomes dos presidentes militares e isso ocorre devido à falta de conhecimento sobre a história do Brasil. E nesse momento é possível perceber a pertinência do ensino de história no país.

Além disso, salientar que ainda permanece uma onda conservadora no país e o negacionismo sobre alguns eventos históricos é uma realidade. E que desde a anistia, que concedeu “perdão” aos torturadores, se tem uma lógica de esquecer as violências e assegurar as supostas maravilhas da ditadura, como o dito milagre econômico. Essa alternativa do passado é recorrente, inclusive cometida pelo presidente Jair Messias Bolsonaro¹⁵ quando homenageia Carlos Brilhante Ustra¹⁶ enquanto deputado, não é preso e posteriormente assume o maior cargo executivo do país, sendo apoiado até hoje por isso por quase metade do Brasil como mostrou as urnas em 2022. Logo, para além de estudar a história e a ditadura brasileira é preciso combater qualquer tentativa de suavizá-la.

¹⁵ Ex-presidente do Brasil e uma vida pautada dentro do Exército e com uma extensa carreira política e flertando sempre com os ideais da direita.

¹⁶ Foi coronel do Exército brasileiro e chefe do DOI-Codi do 2º Exército de São Paulo, no período em que esteve à frente desse órgão ocorreram inúmeras mortes.

Considerações Finais

A Ditadura Civil-Militar foi um período em que os direitos humanos no Brasil foram esquecidos em prol de um governo que censurava, perseguia, torturava e matava opositores políticos. E as principais figuras deste período: os presidentes militares; possuem seus nomes em ruas, avenidas, escolas, pontes e diversos outros locais. Essa permanência conversa com um contexto brasileiro em que a direita ganha espaço e que segue defendendo a permanência dessas homenagens para tais pessoas. Em contrapartida, é importante salientar que muitos grupos lutam por essas renomeações para que as reais vítimas dessa época possam saber que não mais terão que passar por um local em que tais pessoas estarão expostas e exaltadas, e que talvez essas possam ser honradas com seus nomes em ruas, escolas, entre outros.

A seguir um trecho que ajuda a compreender como os nomes desses locais não são empregados em vão, existem motivos e inclinações para tais nomeações e como a população acaba entrando nas discussões acerca das mudanças de nomes, pois são as principais afetadas juntamente com as vítimas da Ditadura Civil-Militar.

O nome da rua não é posto por mero acaso. Há intenções, seja do proponente, seja daqueles que saúdam ou repudiam tais homenagens nas placas urbanas. No meio deste embate, a população acaba por tomar parte em tais disputas, seja concordando com os significados da nomeação proposta ou mesmo com as ressignificações que são colocadas, ou então, tendo seu cotidiano alterado por questões de desencontros pessoais, custos para atualizar documentos ou mesmo prejuízos financeiros proporcionados por perdas de negócios com mudanças de endereços comerciais (FRANÇA, 2019, p. 250).

Ao longo da discussão foi possível perceber como a desinformação é algo presente no Brasil, principalmente no que tange a questões históricas. A permanência da exaltação de presidentes militares é um exemplo, mas claramente não é o único. Logo, é necessário a valorização da disciplina de história nas escolas, para que quando assuntos relacionados à Ditadura Civil-Militar estiverem em pauta, a população saiba que estará discorrendo sobre um período em que muitos morreram ou desapareceram, foram torturados ou exilados. E que o poder público entenda a importância das renomeações e as realize da melhor forma possível para que a população local não sofra.

Fontes

ARAÚJO, Marcos. Estudantes querem mudar nomes de ruas que homenageiam ditadores. **Tribuna de Minas**. 22 jul. 2017. Disponível em:

<https://tribunademinas.com.br/noticias/politica/22-07-2017/estudantes-querem-mudar-nomes-que-homenageiam-ditadores.html>. Acesso em 20 jan. 2023.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. 2011. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. MPF ajuíza ação para mudar nomes de ruas com nome de presidentes do regime militar. Ministério Público Federal em Minas Gerais. 26 jan. 2023. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-mg-ajuiza-acao-para-mudar-nomes-de-ruas-que-homenageiam-presidentes-do-regime-militar>. Acesso em 10 nov. 2018.

DITAMAPA. Disponível em: <https://ditamapa.desvirtual.com/pt/>. Acesso em: 03/05/2023.

MELLO, Isabella e RODRIGUES, Mateus. Ponte volta a homenagear presidente Costa e Silva no DF, define Tribunal de Justiça. **Portal G1**. 06 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/11/06/ponte-volta-a-se-chamar-costa-e-silva-no-df-define-tribunal-de-justica.ghtml>. Acesso em 15 jan. 2023.

FAJARDO, Vanessa; POLATO, Amanda; PRADO, Carol; SORANO, Vitor; TENENTE, Luiza. 89 morreram ou desapareceram após reunião relatada pela CIA em que Geisel autoriza mortes; vela lista. **Portal G1**, 2018, São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/mais-de-80-morreram-ou-desapareceram-na-ditadura-apos-geisel-autorizar-a-execucao-de-subversivos-perigosos-veja-lista.ghtml>. Acesso em: 23 de jan. 2023.

MELLO, Daniel. Mesmo após debates, SP mantém nomes de ruas que lembram agentes da ditadura. **EBC – Agência Brasil**. 09 set. 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-09/mesmo-apos-debates-sp-mantem-nomes-de-ruas-que-lembram-agentes-da>. Acesso em 14 jan. 2023.

RESEK, Felipe. Prefeitura vai alterar nomes de ruas de SP relacionados à ditadura. **O Estado de São Paulo**. 13 ago. 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sai-nome-da-ditadura-e-elevado-sera-so-minhoco,1743688>. Acesso em 14 jan. 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Ruas de Memória. São Paulo, 2016**. Disponível:https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/programas_e_projetos/index.php?p=22173. Acesso em 14 jan. 2023.

Referências

BARROS, José D’Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARROS, José D’Assunção. História e Memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, vol. 3, n.5, Jan-Jul/2009.

BEIGUELMAN, Giselle; KOENS, Andrey. Lugares da memória da ditadura: ruas, avenidas, pontes, viadutos e escolas com nomes dos presidentes do Brasil. **Ditamapa**. Disponível em: <https://ditamapa.desvirtual.com/pt/sobre>. Acesso em: 5 de jan. 2023.

FRANÇA, João Paulo. As ruas no processo de disputa da memória coletiva: a nomeação e renomeação dos logradouros públicos no século XXI e suas implicações históricas e cotidianas. **Crítica Histórica**, 2019, p. 230-253. Disponível em:

<https://scholar.archive.org/work/ldnnhvbd5ctjowm2o3h3a3hfm/access/wayback/http://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/download/6812/pdf>. Acesso em: 25 de jan. de 2023.

GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Para que servem as ruas? A acção do Estado na transformação dos usos do espaço público urbano (séc. XIX - XX). **Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, 2008, p. 3. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/1906>. Acesso em 18 jan. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro: 1964-1985** / Marcos Napolitano; coordenação Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado. — São Paulo: Atual, 1998. — (Discutindo a História do Brasil).

PINTO, Danilo César Souza. Etnografia de Espaços Estatais: Os Nomes das Ruas da Cidade de São Paulo. **Ponto Urbe - Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, 2015, p. 15-16. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2702>. Acesso em 18 jan. 2023.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

SERBIN, K. P. Diálogos na sombra: bispos e militares: tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Sérgio Gomes da. **Sérgio Gomes | Exposição Ditadura: cotidianos e heranças**, 2019. Disponível em: <https://exposicaoditadura.museudapessoa.org/historia/sergio-gomes/>. Acesso em: 03/05/2023.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TELES, Edson e SAFATLE (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína. **Os herdeiros da memória** – a luta de familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil. Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). 1964: **visões críticas do golpe**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

Crítica política e social na ditadura militar brasileira: uma análise da música “Apesar de Você” de Chico Buarque (1967-1979)

Political and social criticism in the Brazilian military dictatorship: an analysis of the song “Apesar de Você” by Chico Buarque (1967-1979)

Maria Aparecida Cezario¹, UFCG

Kaliene Batista Ferreira², UFCG

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo uma análise da história da música *Apesar de Você*, de Chico Buarque de Holanda, produzida no ano de 1970. Trata-se de uma melodia feita pelo cantor durante o período mais rigoroso da ditadura militar brasileira (1964-1985). Nesse sentido, a canção tem como pressuposto fazer uma crítica aos atos de repressão que estavam acontecendo no período da ditadura militar, uma vez que o país estava sendo governado pelo presidente o general Emílio Garrastazu Médici. Tendo em vista que o Ato Institucional n° 5, conhecido como AI-5, foi decretado no governo de Artur da Costa e Silva e posto em prática no governo de Médici, tal época foi marcada por momentos de perseguição, tortura, assassinatos, censura e exílio. Diante disso, o estudo visa levantar e discutir algumas questões que a música denunciava, como os problemas políticos e sociais e como era caracterizado esse processo de redemocratização no Brasil após o período da ditadura civil militar.

Palavras chaves: Música Popular Brasileira; Chico Buarque; Ditadura Militar.

Abstract

This essay aims to analyze the history of the song *Despite You*, by Chico Buarque de Holanda, produced in 1970. It is a melody made by the singer during the most rigorous period of the Brazilian military dictatorship (1964-1985). In this sense, the song is supposed to criticize the acts of repression that were happening during the period of the military dictatorship, since the country was being governed by the president, General Emílio Garrastazu Médici. Considering that Institutional Act No. 5, known as AI-5, was enacted during the government of Artur da Costa e Silva, and put into practice during the Medici government, that period was marked by moments of persecution, torture, murders, censorship, and exile. In view of this, the study aims to raise and discuss some issues that the music denounced, such as political and social problems and how this process of redemocratization was characterized in Brazil after the period of the civil-military dictatorship.

Keywords: Brazilian Popular Music; Chico Buarque; Military Dictatorship.

Introdução

O ensaio tem como objetivo estudar a cena da Música Popular Brasileira – MPB, que vem sendo amplamente debatida, na qual ganha estímulo inovador, em que, a cena musical dos anos 1970 envolve as dificuldades não apenas das questões sociais e políticas, mas da

¹ Graduanda em Licenciatura em História – UFCG. Contato: historiaurbana86@gmail.com

² Graduanda em Licenciatura em História – UFCG. Contato: kaliene.batista@estudante.ufcg.edu.br

resistência civil, “não apenas dialogou com o contexto autoritário e as lutas da sociedade civil, mas ajudou poética e musicalmente falando, a construir um sentido para a experiência social da resistência ao regime militar, transformando a “coragem civil” em tempos sombrios em síntese poético-musical” (NAPOLITANO, 2010, p. 390).

Assim, busca-se apresentar, a partir da letra da canção *Apesar de você*, uma análise acerca das críticas políticas e sociais no período da ditadura militar brasileira. Nesse sentido, o recorte temporal é, principalmente, entre (1967 e 1979), em que o país passava por momentos sombrios devido à atuação dos presidentes de linha dura³ com uma política marcada pelo autoritarismo. É interessante perceber que a música mostrava esse sentimento de insatisfação através de uma forma mais sensível, perceptível por meio das palavras e da sonoridade da melodia.

Além disso, a Música Popular Brasileira estabelece uma reflexão acerca dos fatos ocorridos na história do Brasil, uma vez que dialoga com os momentos difíceis vivenciados pela sociedade em decorrência da ditadura militar, além de mostrar-se como uma das formas de denunciar e protestar diante dos reflexos desses acontecimentos, mobilizando o desejo de mudanças por meio da letra e da melodia. Neste sentido, a canção produzida nesse período foi uma espécie de “ferramenta” usada para divulgar as situações de violência, perseguição e tortura que vinham acontecendo com as pessoas devido ao cenário da região que estava sob o poder dos governantes autoritários que cometiam atos desumanos contra a população que se mostrava contrária as suas ideias no regime militar.

Desse modo, faz-se necessário destacar um dos militares que colocou o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em prática, que foi o então presidente Emílio Garrastazu Médici, que governou o país pelo período de 1969 –1974, também chamado por “*recrudescimento*”. A música, que já era censurada antes mesmo do AI-5, passou por um processo de censura ainda mais intenso, sendo proibida de ser tocada nas rádios e até mesmo nos shows dos artistas. “Neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira” (Napolitano, 2014, p. 6). Logo, percebe-se que nesse segundo momento ocorre um restringimento em relação à liberdade de expressão.

³ CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais [...] São Paulo: ANPUH, 2011, p. 34-49. O autor relata que o termo linha dura foi identificado para a manutenção de um longo período, para expressar o instrumento de política do grupo militar.

A pesquisa sobre história e música se tornou um desafio e se mostra necessária, uma vez que nos possibilita vivenciar diferentes conhecimentos, tanto individual como coletivo, e os sons e melodias que conhecemos como música nos acompanham no dia a dia, despertando um turbilhão de sentimentos. O compositor e cantor Chico Buarque, que sofreu com a censura, escreveu de forma simples, mas com riqueza de sentidos, músicas que trazem para o seu público uma forma múltipla de refletir com suas canções.

Portanto, o ensaio em questão visa estudar, a partir da canção *Apesar de Você*, as seguintes questões: quais os problemas políticos e sociais que são denunciados e como é caracterizado esse processo de redemocratização no Brasil após o período da ditadura civil militar. Nesse viés, o instrumento utilizado para desenvolver a pesquisa, sobretudo, é a letra da canção do cantor e compositor Chico Buarque.

História da Música Popular Brasileira – MPB

A música passou a exercer um lugar imprescindível no nosso dia a dia, principalmente, por se mostrar como um objeto cultural através do qual passamos a acreditar, por meio da reflexão da letra da canção, que dias melhores estão por vir. Dessa forma, “a música tem sido, ao menos em boa parte do século XX, a tradutora dos nossos dilemas nacionais e veículo de nossas utopias sociais” (NAPOLITANO, 2002, p. 7).

Diante disso, a partir dos anos 50 a face da música brasileira ganha um novo estilo no campo sociocultural, destacando-se como um processo de modernização para mostrar os caminhos da história e, com isso, denunciar as adversidades sociais e políticas que o país vinha enfrentando, pois seria uma forma de contestar o processo de modernização nacional que estava ocupando um espaço no mundo. Conforme Napolitano (2002, p. 39), foi na reviravolta dos anos 40 para os anos 50 que o cenário musical passou a ser controlado por sambas-canções abolidos de forma lenta e de músicas carnavalescas voltadas para os fragmentos mais populares. Um período em que a sonoridade era vista de maneira mais densa e volumosa, mas não deixava de transmitir comoção e vivências de lutas através do som, logo, tinha como grandes nomes Wilson Batista e Geraldo Pereira.

Na época, entre 1958 e 1969, a história da Música Popular Brasileira surge com novo gênero, a explosão da Bossa Nova, fazendo um elo entre os ritmos das danças tradicionais, folclóricas e de salão. Esses estilos eram uma maneira de formar um pensamento crítico em relação à música, ou seja, um momento que buscava a valorização da história cultural no Brasil,

assim, não era um projeto para sair do “arcaico” ao “moderno”, mas, sim, algo que ia enriquecer o espaço musical (NAPOLITANO, 2002, p. 42-43).

Nesta perspectiva, com o surgimento da Bossa Nova em 1965, a MPB passa a ser vista como gênero musical, voltado, mormente, para um público jovem e de classe média, no qual passa a integrar novos artistas, como Elis Regina, Chico Buarque de Holanda, entre outros. Segundo Napolitano: “A MPB foi pensada a partir da estratégia de ‘nacionalização’ da Bossa Nova que traduzia uma busca de ‘comunicabilidade e popularidade’, sem abandonar as ‘conquistas’ e o novo lugar social da canção” (NAPOLITANO, 2002, p. 44). Assim, seria uma forma de refletir, por meio da letra da canção, a problematização em relação ao passado e presente dos acontecimentos do Brasil. Nas palavras de Araújo:

Apesar do aparente significado, a sigla MPB não representa toda e qualquer música popular produzida no Brasil. Ainda hoje, e de uma maneira muito mais intensa no período do regime militar, ela é a expressão de uma vertente da nossa música popular urbana produzida e consumida majoritariamente por uma faixa social de elite (ARAÚJO, 2002, p. 26-27).

Nesse sentido, percebe-se que a história, política e música andam juntas, principalmente nesse período em que o povo brasileiro estava vivendo momentos muito difíceis. Conforme Fico (2019, p. 62), antes do início do golpe de 1964 já aconteciam episódios de violência, fora a criação do sistema nacional de espionagem, da polícia política e da censura política, os quais foram ampliados em 1968 com uma repressão mais acentuada. Assim, na história da música não foi diferente. Com a criação do AI-5, muitos artistas passaram a ser ainda mais perseguidos e tiveram suas canções censuradas por critérios mais restritos, como aconteceu com a música *Apesar de Você*, do cantor e compositor Chico Buarque.

Desse modo, enfatiza-se que Chico Buarque compôs suas músicas com o seu posicionamento crítico em relação às questões sociais, políticas e econômicas, as quais despertou no povo brasileiro a esperança de lutar por um Brasil melhor, sem violência e perseguição. Nessa circunstância, ele foi um artista que sofreu com os atos criminosos dos ditadores, pois foi perseguido e sua música impedida de ser publicada ao descobrirem que fazia uma crítica social ao período. A seguir reporto-me um pouco à trajetória do artista.

Chico Buarque e a música

O cantor Francisco Buarque de Hollanda foi um grande nome para o mundo da música brasileira. Ele nasceu no ano de 1944, no Estado do Rio de Janeiro, sendo filho de Sérgio

Buarque de Hollanda, o qual era professor e historiador. Desde Jovem, Chico Buarque se dedicava ao campo da cultura, pois fazia da melodia de sua canção um momento de reflexão para se contrapor, sobretudo, ao regime militar, logo, ele foi um artista que militou durante esse momento caótico em que o governo negava os direitos dos indivíduos. Uma vez que esse período no Brasil foi marcado por um sistema político sensível, em que o governo tinha como característica perseguir as pessoas que se mostravam “subversivas” ao seu regime político, o presidente em exercício detinha indícios de um posicionamento de direita, ou seja, conservador, “o governo do general Médici correspondeu à fase de maior repressão, com muitas prisões, torturas e “desaparecimentos” (FICO, 2019, p. 80). Por este motivo, a canção *Apesar de Você*, composta, em 1970, passou a ser um protótipo de resistência e um projeto de esperança para a população brasileira.

Diante desse contexto, a censura no Brasil durante o regime militar foi algo que esteve presente, atingindo aquelas pessoas que se mostravam “subversivas” ao sistema político que estava sendo efetivado. Muitos veículos de comunicação foram alvos de tal censura, como a TV, o Rádio e os jornais. Fico (2019, p. 84) aborda que, no âmbito da questão da censura moral e política, o aparato de repressão política da ditadura era, basicamente, uma utopia autoritária. Logo, o cantor Chico Buarque não ficou livre desses atos.

A Imagem 01 destaca que a volta do cantor ao Brasil, em 1970, representava um símbolo de esperança, virando publicação nas revistas. Como destaca Miriam Bevilacqua Aguiar em um trecho de uma imagem: “É aspiração de um povo que anseia sua própria vida. Não é fruto de uma publicidade forjada como alguns elementos, não foi fabricado por uma organização comercial” (AGUIAR, 2014, p. 350).

Imagem 01: A chegada ao Brasil.



Fonte: AGUIAR, 2014, p. 349.

Desse modo, com a volta de Chico Buarque da “[...] temporada de autoexílio na Itália, que durara menos de um ano e meio. Ao retornar ao Brasil, em março desse mesmo ano, ele se depara com uma situação tão ou mais desagradável do que aquela em que deixara o país pouco antes, no início de 1969” (ROSELL, 2014, p. 117). Nesse período, os militares queriam mostrar para a sociedade que o país estava no seu melhor momento, econômica e politicamente. Com isto, o cantor compõe a canção *Apesar de você*, justamente para alertar as pessoas do que realmente estava acontecendo a partir da letra de sua música. Essa estratégia utilizada pelo cantor tinha como objetivo era driblar o sistema de censura ou o censor para que não notassem as críticas feitas na canção, de forma que a música não corresse o risco de não ser publicada, o que não funcionou e, conseqüentemente, ela foi proibida em 1971.

A história da música *Apesar de Você* nos leva à análise e reflexão de aspectos importantes sobre o cenário que a sociedade vivenciava, no caso, o regime militar. Assim, ilustra-se a partir da estrutura da primeira estrofe da canção, onde Buarque⁴ diz que:

Hoje você é quem manda
Falou, tá falado
Não tem discussão
A minha gente hoje anda
Falando de lado
E olhando pro chão, viu (BUARQUE, 2022).

Diante disso, percebe-se que a canção nos leva a pensar na canção como algo que viria a ser uma marca em proveito da democracia. Nesse caso, quando Chico Buarque afirma que “*Hoje é você quem manda*”, ele está se referindo, em especial, aos militares que estavam no poder e que, com o apoio dos seus aliados, criaram um regime extremamente rigoroso, uma vez que a violência era uma característica desse governo. Logo que o cantor expõe nos versos “*A minha gente hoje anda / Falando de lado*”, refere-se ao momento tão difícil que a população brasileira sofria ao percorrer as ruas apavoradas, uma vez que a qualquer momento poderiam ser pegos de surpresa e serem presos ou sofrerem algum tipo de violência, já que paz não era uma palavra muito utilizada naquela época, muito menos praticada pelos ditadores.

Na estrofe a seguir, Chico Buarque faz uma crítica ao responsável por todos os crimes cometidos, sobretudo após o Ato Institucional N° 5, como bem destaca os versos na canção *Apesar de Você*:

Você que inventou esse estado

⁴ Letra da Música consultada no site “Chico Buarque”. Consultar Referências Bibliográficas.

Inventou de inventar
Toda escuridão
Você que inventou o pecado
Esqueceu-se de inventar
Perdão (BUARQUE, 2022).

É relevante destacar que, no final das contas, os militares acabaram por "inventar o perdão" com a Lei da Anistia criada em agosto de 1979. Segundo Reis (2010, p. 172), “esta Lei configurou um pacto de sociedade. O que não significa que houve unanimidade”, logo, o que aconteceu de fato com a criação dessa Lei foi o silêncio sobre os torturadores e aqueles que apoiaram a Ditadura Militar. Assim, enquanto os militares (e apoiadores) não pensavam que um dia seriam punidos por impedir os direitos políticos e civis da população, muitos cidadãos não tinham o direito de se expressar, principalmente, aqueles que eram contra as atrocidades. Então, a palavra “*escuridão*” descreve bem esse momento de terror que a sociedade brasileira “subversiva” vivenciou e foi refém de um governo sem limites.

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia (BUARQUE, 2022).

Essa parte da música Chico Buarque traz uma esperança para a nação que, mesmo diante de tanta repressão, a população não pode parar de lutar e acreditar que dia melhores estão por vir e que a justiça será feita, mesmo sendo necessária a mobilização das pessoas nas ruas para fazer manifestações em busca de seus direitos. Conforme Rosell (2014, p. 123), faz-se uma ameaça ao regime instituído, prevendo outra forma de viver a vida com base em sua queda.

Eu pergunto a você
Onde vai se esconder
Da enorme euforia
Como vai proibir
Quando o galo insistir
Em cantar
Água nova brotando
E a gente se amando
Sem parar (BUARQUE, 2022).

A estrofe está conectada com a seguinte problemática: como lidar com os atos de agressões quando ocorressem as movimentações da população. Esse verso “*Quando galo insistir*” pode-se associar aos protestos que ocorreram contra o regime militar, a partir de 1970, quando os estudantes e trabalhadores voltam a se manifestar nas ruas para que houvesse a instituição da democracia. Neste sentido, nos versos “*E a gente se amando / Sem parar*” traz a ideia de que havia a esperança de que, com o fim desse governo autoritário, o país iria ficar mais feliz, abandonando toda a época de violência e repressão. Logo, os atos de censura não

estavam ligados apenas à censura política, mas também às questões da censura moral, como a questão da sexualidade, uma vez que o partido de direita se mostrava muito conservador e não apoiava certas atitudes.

Nesse canto é enfatizada a denúncia acerca dos problemas sociais e políticos efetuados pelos militares nesse período:

Quando chegar o momento
Esse meu sofrimento
Vou cobrar com juro, juro.
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Esse samba no escuro (BUARQUE, 2022).

Quando o cantor expressa “*Todo esse amor reprimido*”, tal verso concatena com a questão da tortura⁵, como a tortura psicológica, que deixa vestígios emocionais para o resto da vida, devido ao medo e insegurança que eram provocados pelos momentos de perseguições. Nos últimos versos desse canto, ele afirma que, apesar de denunciar essas atrocidades através da música, ela foi censurada pelos militares que perceberam o sentido real da letra da canção, no qual fazia uma crítica contra os atos cometidos durante a sua gestão e dos outros aliados que contribuíram para que tudo isso fosse realizado.

Considerando a narrativa dos próximos versos, nota-se que havia uma possibilidade de um país com uma sociedade coletivizada, observamos isso a partir desse momento de reflexão que a canção apresenta:

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Inda pago pra ver
O jardim florescer
Qual você não queria
Você vai se amargar
Vendo o dia raiar
Sem lhe pedir licença
E eu vou morrer de rir
Que esse dia há de vir
Antes do que você pensa (BUARQUE, 2022).

⁵ Podemos destacar também a tortura física como uma das formas mais brutas e cruéis que foram praticadas, como é o caso do pau de arara, em que as vítimas eram colocadas em uma barra de ferro atravessada entre os punhos e tornozelos presos por muito tempo de cabeça para baixo, sem poder se mover ou até mesmo se defender.

Diante disso, trata-se de uma proposta de esperança de que o Brasil possa ser governado por quem pense na população da classe mais popular e na elite de forma igualitária, respeitando seus direitos e deveres. É primordial uma nação sem agressões e sem maus tratos, e tudo isso era um desejo não apenas de Chico Buarque, mas também de toda a população, principalmente aquela que sofria com essas desigualdades sociais.

Quando o cantor exalta “*O jardim florescer*”, ele usa essa metáfora para descrever o sofrimento de repressão e censura vivenciado pelas pessoas no período autoritário, cheio de desigualdades por meio “do preconceito aos pobres, aos negros, aos homossexuais, às prostitutas, às empregadas domésticas, aos analfabetos, aos deficientes físicos e aos imigrantes nordestinos” (ARAÚJO, 2002, p. 45). Assim, para o compositor, há a esperança de todo o conflito acabar e termos um Brasil como muita luz e prosperidade, e aqueles militares no poder vão, como diz Chico Buarque (2022), “se amargar vendo o dia raiar”. A partir desse trecho da música, o compositor descreve o desejo de ver os responsáveis pagarem por tudo aquilo, tal pagamento sendo ver a verdade vir à tona e a população voltando a viver livremente.

Em meio a tanta censura e o sonho de uma nação feliz, podemos perceber que o fim da ditadura civil-militar foi de certa forma um processo de muita complexidade que envolve vários fatores entres eles estão os interesses sociais, políticos e culturais, longe de ser somente isso, se dá com a Lei de Anistia n° 6.683 sancionada, em 28 de agosto de 1979 pelo presidente João Batista Figueiredo. Conforme (GONÇALVES, 2019, p. 32), “A Lei de Anistia de 1979 foi nada mais do que um acordo firmado entre as lideranças partidárias governistas e os chefes militares, em que os agentes do Estado inauguraram”. Nesse viés, a Lei de Anistia tinha como objetivo beneficiar as pessoas que foram vítimas de violências, de tortura e de perseguição, e também aquelas pessoas que cometeram esses crimes atos bárbaros, ou seja, os agentes públicos ou privados.

Dessa forma, a partir do debate que se coloca em pauta o marco final da ditadura civil militar deu-se no ano de 1979, porém para o sistema burocrático do Estado, a ditadura só acaba em 1985 (GONÇALVES, 2019). Nas palavras de (GONÇALVES, 2019, p. 33) “É necessário destacarmos que o regime de 1964 não terminou com a promulgação da lei de anistia em 1979 e sim seis anos depois, em 1985”. Logo, as perseguições e prisões das pessoas que faziam oposição ao regime ainda era uma cena que se repetia bastante.

Assim, Chico Buarque reforça na sua canção o projeto de um Brasil coletivo e livre dos governos que foram inflexíveis:

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente (BUARQUE, 2022).

Nessa estrofe, Chico Buarque (2022), com mais uma tentativa de ver o projeto de redemocratização acontecer, no qual vai acabar esse período de violência e censura, ou seja, a escuridão que ele relata na outra estrofe da música, anuncia o seu sentimento de esperança dizendo “você vai ter que ver. A manhã renascer”, indicando que os responsáveis por todo período de “escuridão” verão a verdade vir a tona e toda violência e censura darão lugar à luz da liberdade. Isso seria uma forma de punir todos os militares (e aliados) responsáveis pela Ditadura, ou seja, melhor do que a prisão seria ver a nação livre.

Outra rima interessante, para refletir esse período, é “*Como vai se explicar / Vendo o dia clarear*”, a partir dela surge o questionamento em relação do motivo (se é que tem algum) de tantas pessoas terem sido vítimas de tanta violência e do porquê os responsáveis ficaram apenas vendo tudo acontecer sem o devido esclarecimentos dos anos de repressão. Então, houve uma manifestação por parte da população reivindicando os direitos políticos e sociais e que tivesse o fim do regime autoritário que deu início com o golpe de 1964. Conforme Napolitano (2014, p. 4), eram dois os objetivos políticos: o primeiro voltado para destruição de uma elite intelectual reformista que estava sendo criada no Estado; o segundo, por sua vez, seria acabar com a elite policial intelectual e as manifestações sociais de apoio popular, como o Movimento Operário Camponês.

Assim, eles não esperaram a criação do AI-5 para atacar essas bases de forma violenta, iniciaram antes dele as suas práticas de violências, como atesta Napolitano:

O regime evitava desencadear uma repressão generalizada, à base de violência policial direta e paralegal, como aquela exigida pela extrema-direita militar, sobretudo contra artistas, intelectuais e jornalistas. Os ideólogos e dignitários mais consequentes do governo militar sabiam que não seria possível governar um país complexo e multifacetado sem se apoiar em um sistema político com amplo respaldo civil, e com alguma aceitação na sociedade, principalmente junto à classe média que tinha sido a massa de manobra que legitimaram o golpe “em nome da democracia” (NAPOLITANO, 2014, p. 5).

É notório destacar que os militares precisavam atacar uma sociedade que não tinha como se defender, pois, na maioria das vezes, ficavam à mercê desse regime. Entretanto, pode-se afirmar que boa parte da população não deixou de lutar e podemos observar isso a partir do final da estrofe, quando Chico Buarque canta “*Nosso coro a cantar*”, usando a metáfora para se referir não apenas à população, mas também a si mesmo, já que ele fala em segunda pessoa, colocando-se como revolucionário daqueles movimentos. Quando diz “*Na sua frente*”, está relacionado ao fato que os militares, inclusive o presidente Médici, irão presenciar a população nas ruas reivindicando a democracia e todos os seus direitos que foram silenciados e oprimidos pelas bases militares. Mesmo com essas manifestações, só foi existir, de fato, uma democracia depois da Constituição de 1988, a partir da qual as pessoas tiveram a oportunidade de ir para urnas escolher seus governantes.

Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai se dar mal
Etc. e tal (BUARQUE, 2022).

A última estrofe é um apelo para o fim do período ditatorial e a esperança de que “*Amanhã há de ser outro dia*”, não só em relação aos responsáveis (militares, presidente, aliados) aos quais a música é dedicada, mas todos os demais vão ser punidos pelos seus atos de crueldade. “Pensando talvez em julgamento, condenação, punição; nos níveis judiciais, moral e social”. Talvez resida aqui a principal frustração do projeto utópico da canção (ROSELL, 2014, p. 128).

Porém, existe nessa canção um projeto que não foi bem-sucedido, pois, ao fazer um paralelo desse período como os dias atuais, podemos perceber que o Brasil ainda é marcado por uma sociedade autoritária, preconceituosa e com pessoas com o mesmo pensamento daqueles representantes políticos de direita, ou seja, extremamente conservadores e que não respeitam as escolhas e direitos do outro, principalmente se for algo diferente do que eles acreditam. Então, ao passo que denuncia e protesta sobre as adversidades, também traz esse sentimento de esperança e a reflexão de que lutar por uma nação sem desordens é essencial.

Considerações Finais

Por conseguinte, faz-se necessário voltar um pouco para a introdução, na investida de entender o reflexo desse período da nossa história que foi marcada por um sistema político

autoritário, que gerou muita violência em diversas áreas de atuação, principalmente no universo da música popular brasileira (MPB), em que muitos artistas tiveram suas canções silenciadas devido à censura imposta a partir da criação do AI-5. Nesse sentido, o objetivo proposto no ensaio foi mostrar essa inflexibilidade do regime por meio da música de Chico Buarque *Apesar de você*, problematizando as questões políticas e sociais que são denunciadas de forma implícita e explícita, bem como analisar esse processo de redemocratização no Brasil logo depois da ditadura civil militar, que ocorreu entre 1964 e 1985.

Diante desse contexto do regime militar que repercutiu em toda a esfera da população brasileira, sobretudo nesse período entre 1967 e 1979, muitos artistas como Elis Regina, Caetano Veloso, Chico Buarque etc., apresentaram a música moderna, visando promover uma reflexão através de suas músicas acerca do que estava acontecendo no Brasil, sendo um momento histórico que representava uma trajetória de questões de muita violência. Nesse viés, o compositor Chico Buarque teve a audácia de politizar seus ouvintes para que tivessem seu ponto de vista crítico a partir de sua canção.

Referências

- AGUIAR, Miriam Bevilacqua. **Tempo e artista: Chico Buarque**, avaliador de nossa cotidianidade. 2014. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde27042015105107/publico/2014_Miriam_BevilacquaAguiar_VCorr_V2.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.
- ARAÚJO, Paulo Cesar de. **Eu não sou cachorro, não: música popular cafonca e ditadura militar**. 2. ed. São Paulo: Record, 2002.
- BUARQUE, Chico. **Chico Buarque e a História em Apesar de Você**. Chico Buarque. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://chico-buarque.com/2022/01/11/chico-buarque-e-a-historia-em-apesar-de-voce/> Acesso em: 04 nov. 2022.
- CHIRIO, Maud. A “primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos 60 e 70. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011, p. 34-49.
- FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- GONÇALVES, Pablo José do Vabo. **A Produção de Esquecimento na Lei de Anistia**. Niterói, 2019, p. 72.
- NAPOLITANO, Marcos. **História e Música: História cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, M. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 24, n. 69, 2010, p. 389-402.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, 2010, p. 171-186.

ROSELL, Mariana Rodrigues. O projeto frustrado de apesar de você: a canção de Chico Buarque e o brasileiro processo de redemocratização. **Epígrafe**, São Paulo, v. 1, n. 1, 2014, p. 117-130.

A Circunstância e Resistência: A Produção da Literatura de Cordel na Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

Circumstance and Resistance: The Production of Cordel's Literature in the Civil-Military Dictatorship (1964-1985)

Emanoel Lucas¹, UFCG

Davi França², UFCG

Resumo

O presente artigo visa apresentar a produção da Literatura de Cordel durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil entre os anos de 1964 a 1985, analisando os modos pelo qual ela conseguiu ultrapassar os limites da censura extrema, durante o regime, como também entender a produção que apoiava as atitudes dos militares, e os meios pelo qual estes tiveram passibilidade para publicar seus escritos, buscando compreender os usos dos conceitos circunstância e resistência moldados durante o período por uma série de intelectuais e poetas. De tal modo se faz necessário historicizar os termos cunhados, a fim de compreender seus usos e atribuições de significados por parte dos intelectuais que se prestam a pesquisar a produção cordelística.

Palavras-chave: Literatura de Cordel; Ditadura; Circunstância; Resistência.

Abstract

The following article aims to present the production of Cordel Literature during the Civil-Military Dictatorship in Brazil between the years 1964 to 1985, analyzing the ways in which it managed to go beyond the limits of extreme censorship, during the regime, as well as understanding the production that supported the attitudes of the military, and the means by which they were able to publish their writings, seeking to understand the uses of specific concepts and resistance shaped during the period by a series of intellectuals and poets. Along these lines, it is necessary to historicize keywords, in order to understand their uses and attributions of meanings by intellectuals who lend themselves to researching cordel production.

Keywords: Cordel Literature; Dictatorship; Circumstance; Resistance.

Introdução

Neste artigo buscamos evidenciar o papel característico dos cordéis de circunstâncias e resistência produzidos durante o período de Ditadura Civil-Militar Brasileira, termo utilizado para referir-se aos cordéis informativos e que iam contra os ideais militaristas, que para além disso cumprem outras funções, onde “o cordel de circunstância ao mesmo tempo que noticia os fatos, também os registra, cumprindo o lugar de comunicador e de preservação da memória”

¹ Emanoel Lucas dos Santos Silva, estudante do curso de licenciatura em História, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Pesquisador Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC) pela CNPq na temática de cordel e cultura popular.

² Davi França Lucena, estudante do curso de licenciatura em História, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Vinculado ao Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

(RICARTE, 2010, p. 147). Fazendo uso de uma análise de cordéis que conseguiram burlar a censura e foram publicados durante os anos de opressão entre 1964-1985, como os que só vieram a ser publicados anos após a queda do regime.

Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira, os militares legitimaram seus atos sob o ideal constitucional, que consistia em afirmar que o sistema existente não era capaz de governar sozinho e acabar com alguns problemas vigentes. Eles alegaram que uma intervenção era necessária, apoiando-se em um discurso moralista que visava combater a corrupção e o comunismo. No entanto, os atos repressivos contra a sociedade não foram aceitos de forma submissa, havendo na medida do possível revoltas quanto ao sistema.

Nesse sentido aparece a Literatura de Cordel que sem dúvida é um dos maiores representantes da cultura popular brasileira, esta como forma de expressão, gênero literário e linguagem. O cordel assim cumpre um papel social de relevância, com suas histórias apresentadas em versos nos usos dos folhetos como também declamados em espaços públicos. Contudo é uma arte que foi e ainda é estigmatizada pela grande massa da sociedade elitista, que reprimia fortemente artistas quando se manifestavam em locais abertos, onde acabavam tendo recolhidos seus folhetos e violas, no caso dos repentistas apreendidas ou quebras pelas autoridades locais.

Tal produção até então passou por grandes reformulações durante todo o século XX, as discussões em torno da emergência do cordel no país são diversas, segundo Manuel Diégues Júnior (1985) se deu no ano de 1836, mas não adentraremos nessas questões. O fato é que as transformações demonstram a capacidade de adaptação diante as dificuldades, como a exemplo a crise nas editoras tipográficas por volta dos anos de 1960, até finalmente conseguir atingir o marco de patrimônio imaterial pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2018 através do requerimento feito pela Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLC)³.

Assim, buscou-se entender o comportamento da Literatura de Cordel frente às repressões em que as artes e, também, os artistas sofreram no período da ditadura. Como um segmento de crítica que eventualmente era reprimido, principalmente a partir do AI-5⁴ instituído em 1968 no governo de Costa e Silva, ao qual institucionalizou mecanismos de repressão como uma censura mais presente e ativa, além de órgãos fiscalizadores para qualquer

³ A Academia Brasileira de Literatura de Cordel foi fundada no dia 07 de setembro de 1988, no Rio de Janeiro, é uma entidade que reúne poetas da literatura de cordel de todo o país e possui uma organização semelhante à da Academia Brasileira de Letras. A instituição possui 40 cadeiras de membros efetivos, entre poetas, xilógrafos e pesquisadores.

⁴ O Ato Institucional nº 5, conhecido usualmente como AI-5, foi um decreto emitido pela Ditadura Militar durante o governo de Artur da Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968.

produção. Visto que o papel que a Literatura de Cordel desenvolve é político e social, entendemos que:

O Cordel pode atuar também, e de fato o faz, no sentido de favorecer a mudança social, assim como pode constituir um meio de ação política, programada e intencional, ou meramente implícita. Por um lado, os próprios poetas costumam formular sobretudo nos folhetos de acontecidos ou nos de crítica social, o protesto ou a simples lamentação dos oprimidos; por outro lado, são conhecidas as inúmeras utilizações dos folhetos de propaganda política: alguns chegando, aos extremos do grotesco e da louvação, outros definindo uma posição ideológica clara e até um programa de ação (MENEZES, 1977, p. 33).

Nesse contexto de repressão que permeou o período da ditadura, a Literatura de Cordel, como mencionado por Menezes (1977), emergiu como uma poderosa voz de resistência e transformação social. Os poetas, apesar das ameaças e da censura que pairavam sobre suas produções, não se calaram. Pelo contrário, encontraram na poesia de cordel um meio de expressar as angústias e injustiças que assolavam a sociedade brasileira naquela época.

Podemos ilustrar os anseios de alguns poetas por meio de um exemplo concreto, como o cordel intitulado “Se Deus fosse brasileiro”, escrito por Francisco Pedrosa⁵, um talentoso poeta paraibano. Esse cordel ganhou destaque quando o autor recitou seus versos em um festival de Cantadores, Violeiros e Cordelistas realizado em Campina Grande, no dia cinco de novembro de 1977. No entanto, é crucial notar que, devido à intervenção direta dos órgãos governamentais, a editoração e publicação deste folheto foram proibidas, evidenciando as restrições impostas à expressão artística durante aquele período de censura e repressão. É relevante ressaltar, igualmente, a existência de folhetos publicados durante esse período que endossavam e promoviam a intervenção militar, como os escritos pelo poeta conservados Rodolfo Coelho Cavalcante⁶. Tais folhetos ganharam espaço e reconhecimento no contexto do regime devido ao seu conteúdo favorável às ações militares.

O cordel enquanto manifestação de cultura viva reflete diretamente os pensamentos da sociedade em que é produzido, assim é comum a presença de conteúdos ofensivos, repressivos e preconceituosos. Eventualmente e em contraste com estes uma grande onda de cordéis mais

⁵ Francisco Pedrosa Galvão, mais conhecido como Chico Pedrosa, nasceu no município de Guarabira, Paraíba, no sítio Piripiri no dia 14 de março de 1936, coincidentemente esse é o Dia da Poesia. Chico é poeta popular e declamador.

⁶ Rodolfo Coelho Cavalcante nasceu em Rio Largo (AL) em 1919. Entretanto, os registros de seu nascimento constam a data de 1917.

politizados, por assim dizer, se apresenta cumprindo um papel de denúncia. Essa ambiguidade é destacada por Diatay Menezes.

não podia ser outro senão a ambiguidade: ora submissa, ora rebelde, ora meramente receptiva e reprodutora dos valores e crenças dominantes, ora profundamente criativa e afirmadora de seus próprios símbolos e significados, de seu vigor e importância (MENEZES, 1977, p. 53, *apud* CUCHE, 2002, p. 144-146).

Portanto, é crucial enfatizar a importância da análise de ambos os segmentos, tanto dos cordelistas considerados conservadores quanto dos que resistiam ao sistema. Nos próximos tópicos, faremos uma breve análise desses grupos, buscando compreender os limites da repressão e, ao mesmo tempo, observar como o ideal militar perseguia a supressão de qualquer meio de comunicação que questionasse os princípios da intervenção militarista.

Cordéis de Circunstância: a presença do conservadorismo no regime militar

A intervenção militar de 1964 não demorou a ser retratada pelos cordelistas em praças públicas e nos folhetos impressos, conhecidos como “Cordéis de Circunstância”, devido à sua abordagem de eventos recentes. Nesse contexto, o cordel assumia um propósito muito concreto: informar de maneira vívida e envolvente, especialmente por meio de suas representações cantadas, que atraíam um público sempre ansioso por ouvir histórias narradas pelos poetas. Isso abria caminho para uma audiência que ia além dos meios de comunicação tradicionais, como jornais e televisão, gerando uma notável repercussão tanto em áreas rurais quanto nas capitais. Portanto, não é surpreendente que os eventos do Golpe de 1964 tenham sido um dos principais temas abordados na Literatura de Cordel desse período.

Em outras formas de expressão artística, como artes, a música, o teatro, e a televisão, a produção de conteúdo naquela época estava sujeita a uma rigorosa análise por parte dos órgãos de censura da ditadura, a fim de evitar que qualquer material contrário aos princípios militares fosse divulgado, impedindo assim sua disseminação. Mas em sentido contrário, havia muitos Cordéis de Circunstância, que circulavam nas grandes cidades e que eram produzidos por cordelistas conservadores que apoiavam a causa militar. Esse fenômeno era observado em vários setores artísticos, nos quais a “revolução” era vista como uma possível solução para certos problemas sociais. Essa perspectiva contava com o apoio de diferentes grupos, incluindo a imprensa, que frequentemente divulgava notícias favoráveis à causa militar, como destacado por Rodrigo Patto Sá Motta:

A adoção da expressão “revolução” (e eles não usavam aspas) revela o modo positivo como encaravam o novo regime, que utilizava esse termo para obter legitimidade. Como outros setores liberais e conservadores da sociedade brasileira, a grande imprensa preferiu os riscos da intervenção militar às ameaças de um processo de esquerdização com apoio no Estado, tendência que identificaram no governo deposto. (MOTTA, 2013, p. 67).

Tal uso dos meios de comunicação para propagar os ideais da “revolução” foi usado frequente e em grande escala, pelo menos nos primeiros anos de regime, o que igualmente ocorreu na produção de folhetos dos quais é notório a aprovação por partes dos cordelistas, tais como Antônio Batista Romão⁷ em *A vitória democrata e o milagre do rosário*, e Minelvino Francisco Silva⁸ em *A vitória da democracia e a derrota dos comunistas*.

Contudo principalmente o folheto de Rodolfo Coelho Cavalcante intitulado *A vitória da democracia no Brasil e o fim do comunismo* publicado em 1964, pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, de 8 páginas, onde ele demonstra toda a postura conservadora, patriótica, moral e religiosa do regime, onde também comenta ações advindas do AI-1⁹.

As primeiras providências
Foram por certo tomadas
Com a cassação de mandatos
E as liberdades privadas
Dos políticos extremistas
Realmente comunistas...
Graças as forças armadas! (p. 4)

A poesia de Rodolfo Coelho Cavalcante como um todo, é um ataque contra os ditos políticos que agiam contra a nação, e não estavam satisfeitos com toda repressão exercida já no primeiro ato institucional. Assim o poeta por muito tempo foi considerado apologista número um da ditadura, contudo depois do AI-5, ele procurou tomar novas posturas frente a repressão que a censura promoveu naquele momento. Rodolfo, que se identificava como um fervoroso conservador, já vinha expressando críticas em relação ao conteúdo de alguns folhetos de cordel, que ele considerava moralmente questionáveis e acreditava que necessitavam de revisão. Esse

⁷ Antônio Batista Romão, Juazeiro do Norte, 1964.

⁸ Minelvino Francisco Silva nasceu no povoado de Palmeiral, município de Mundo Nova (BA) em 1926. Começou a versejar aos 22 anos, sua primeira sextilha, segundo a professora Edilene Matos, foi improvisada durante o I Congresso Nacional de Trovadores e Violeiros (1955) dedicado a João Martins de Ataíde.

⁹ Criado em 9 de abril de 1964, o Ato Institucional 1 determinava que o governo militar poderia cassar mandatos legislativos, suspender os direitos políticos (por dez anos) ou afastar do serviço público todo aquele que pudesse ameaçar a segurança nacional.

ponto de vista estava alinhado com a perspectiva militarista da ditadura, como afirma Mark Curran:

Louva a nova disciplina militar, política e especialmente moral. A campanha dos generais para limpar o país da imoralidade e reativar um código rígido do passado coincidia com uma campanha pessoal do poeta, que há anos pregava a necessidade de livrar o cordel de “versos imorais”. Alguns episódios motivaram a proibição, pelos generais, de se mostrar afeição em público (MG), inclusive de dar a mão, abraçar-se ou beijar-se – casos documentados por Ponte Preta em Febeapá. (CURRAN, 1998. p.190).

De fato, a postura de Cavalcante ganhou muita adesão, primeiro por estar assegurada nos princípios vigentes impostos pelos militares, segundo pelo preconceito que se acentua nas artes, como a música com influência estrangeira, a exemplo, o rock, blues, soul ao qual acabaram por trazerem margem a uma discussão na dissociação de música popular brasileira e música popular cafona no Brasil, como aponta Paulo Cesar de Araújo em seu livro *“Eu não sou cachorro, não: Música popular cafona e ditadura militar”*, 2002.

A chegada do gênero rock, foi marginalizado dentro do meio musical, como também nos folhetos de cordel, que viam nesse estilo um ataque à postura moral da sociedade, rotulando os cantores como “cabeludos” aos quais eram diretamente associados a sujeira e ao comunismo. Cavalcante publicou diversas críticas diretamente aos músicos do rock na década de 1960, como os cordéis intitulados *“Os cabeludos de ontem e os cabeludos de hoje”*, *“A devassidão de hoje em dia”* e *“Os resultados de cabeludos de hoje em dia”* de 1966.

Guerra a todos preconceitos
Dos costumes de hoje em dia
A moda dos cabeludos
Chegou até a Bahia
E assim o mundo inteiro
De um modo verdadeiro
Aceitou essa anarquia [...]

O marechal Costa e Silva
O futuro presidente
Há de acabar com tudo isso
Que envergonha a nossa gente.
O respeito é seu escudo
Tomara que o cabeludo
Não fique um pra semente.

É por isso que o mundo
Vive numa confusão
É o comunismo infiltrado
Fazendo revolução
Jogando bombas aqui
Matando governo ali
Sem a menor compaixão.

Um país que não tem ordem
Progresso não pode haver
Onde não existe respeito
A ordem não pode ter.
Louvo toda autoridade
Que a justiça na verdade
Saiba cumprir seu dever (p. 8)

As críticas do autor são intensas e constantes, onde em demais versos ele chega a pedir que sejam presos os cantores do rock e que tenham suas cabeças raspadas. De fato, tais ações e postura do escritor refletem a grande hostilidade que a Ditadura Civil-Militar instaurou no país,

onde o conflito político e principalmente moral destoou na sociedade. Nesse sentido é importante as evidências dos cordéis aos quais são, e nessa conjuntura foram, formadores de opiniões, “Muitas pessoas, ainda hoje, adquirem os folhetos de época não porque os achem engraçados, mas por depositarem neles inteira confiança” (CURRAN, 1987, p. 216).

A produção da Literatura de Cordel durante a Ditadura Civil-Militar brasileira foi caracterizada pela sua constância, intensidade e pela presença de disputas ideológicas, sociais e políticas. É fundamental promover uma análise mais profunda dessas produções, começando pela que desafiou o sistema estabelecido, a priori pelos militares e depois com a participação de civis. Por outro lado, também é importante considerar a produção que adotou uma postura conservadora, apoiando as medidas repressivas adotadas por esse regime ao longo desse período histórico.

Cordéis de Resistência: o grito silencioso contra a opressão e censura na Ditadura Civil-Militar brasileira

Para entendermos o que os "Cordéis de Resistência" representam, é essencial traçar um breve contexto histórico e explorar a origem desse conceito. Começemos por investigar como e quando surgiu o debate sobre o significado de resistência e como ela se manifesta. Ao analisarmos o termo dentro do contexto histórico, encontramos suas raízes nas ações e movimentos que ocorreram, tanto de forma passiva quanto ativa, na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a resistência estava intrinsecamente relacionada ao ideal de preservação da identidade nacional, seja no nível individual ou da população como um todo.

No sentido mais amplo da palavra, do ponto de vista lexical, "resistência" refere-se à capacidade de reagir a uma ação, ou seja, é uma resposta natural e instintiva por parte do indivíduo diante de uma ameaça ou desafio. Tanto o significado no contexto histórico quanto o conceito direto da palavra acabam por se complementar e se integrar. Portanto, o ato de resistir implica em ações que emanam do próprio indivíduo, quase como uma resposta instintiva, como afirmado por Nicola Matteucci:

A resistência nasce em toda parte, como fenômeno espontâneo, de um ato voluntário ou da conscientização de indivíduos e pequenos grupos, dispostos a rebelar-se e a não aceitar a ocupação. Contribuíram para isso, de formas diversas segundo as nações, por um lado, os oficiais e soldados que não haviam aceitado a derrota e, por outro, a população que reagia instintivamente (por meio dos próprios partidos) ao ocupante, ao estrangeiro. (MATTEUCCI, 1998, p. 1115)

Não há dúvida de que a resistência é intrinsecamente um ato político, independentemente de ser manifestada de maneira direta ou indireta. Essa resistência pode tomar diversas formas, desde atos violentos de confronto com o sistema até abordagens mais sutis. As expressões artísticas, ao longo da história, têm desempenhado um papel fundamental como instrumentos sociais de resistência e persistência em face dos sistemas estabelecidos.

Apesar das tentativas de definir o conceito de resistência, a tarefa de conceituá-lo historicamente tem suscitado debates significativos na historiografia. Essa complexidade pode ser observada no texto da professora e historiadora Denise Rollemberg, onde ela apresenta as perspectivas de diversos pensadores que abordaram essa questão ao longo de suas obras. Entre esses pensadores, destacam-se Henri Michel (1995), Ian Kershaw (2002), François Bédarida (1986) e Jean-Pierre Azéma (1994), cada um contribuindo com diferentes abordagens e interpretações do fenômeno da resistência histórica.

No contexto brasileiro, ao explorarmos a Literatura de Cordel, encontramos os chamados "Cordéis de Resistência", uma denominação frequentemente adotada pelos próprios poetas. Eles enxergavam em suas obras o principal meio para expressar seus posicionamentos políticos diante da intensa repressão que enfrentavam. No entanto, é importante observar que os estudos sobre a temática da ditadura, de forma geral, ainda não convergiram para um consenso na definição desse termo, como apontado por Denise Rollemberg:

No que diz respeito aos estudos sobre a ditadura no Brasil, como no caso francês, é evidente o desequilíbrio entre a produção sobre resistência se comparada às pesquisas que tratam dos demais temas, sobretudo do que foi *nossa zona cinzenta*, as posições e comportamentos *ambivalentes* da maior parte da sociedade entre os extremos da resistência e colaboração. Igualmente, não houve entre nós até o momento a preocupação em defini-la. (ROLLEMBERG, 2015, p. 41)

Nosso objetivo não é necessariamente proporcionar uma definição completa do termo, mas sim destacar a maneira pela qual ele se manifestou nas criações artísticas da Literatura de Cordel. Queremos compreender como os vários movimentos surgiram como resultado de sua incorporação e como a resistência foi expressa através desse meio.

A poesia de resistência¹ na Literatura de Cordel tem como objetivo destacar os problemas da sociedade em diversos aspectos, abrangendo questões políticas, econômicas e sociais. Nesse contexto, essas obras, que são produtos de seu tempo, desvelam as opressões

¹ O cordel, quando escrito de maneira crítica, frequentemente abordando temas relacionados à sociedade, política ou economia, se revela como uma forma de resistência.

ocorridas durante o período ditatorial. Ao contrário de outros eventos emblemáticos da história do país que também são narrados por meio dessa expressão artística, o caso da ditadura apresenta desafios excepcionais devido à censura imposta, que restringiu severamente a liberdade de expressão das produções artísticas durante aquele período.

Mesmo após a redemocratização, ainda se conhece pouco sobre o que é a poesia de resistência e como ela atua na sociedade. Os estudos acadêmicos em torno desta poesia frente ao regime militar têm sido negligenciados talvez por questões advindas da própria época em que foram produzidos, bem como, questões da atualidade, como afirma Cristiano Augusto da Silva Jutgla:

Outro aspecto importante é a circulação da poesia de resistência por meios diversos, os quais destoam do esquema comercial das editoras devido a seu desinteresse pelo gênero e à censura [...]. Outro fator importante é a dificuldade no Brasil de se recuperar objetos de cultura produzidos durante eventos traumáticos (JUTGLA, 2013, p. 29).

Sabe-se que a circulação dos folhetos que apoiavam as medidas do regime era comum e até instigados a serem produzidos, afinal eles ajudavam na legitimação dos atos repressivos. Por outro lado, aqueles voltados para fazer críticas ao sistema eram vistos pela repressão como crime contra a moral e os bons costumes. Assim, muitos poetas que ainda se dedicavam a fazer de suas rimas um protesto, não obtiveram tanto êxito em seus poemas, como o caso do escrito *Se Deus fosse Brasileiro* de Francisco Pedrosa, que conseguiu somente declamar sua poesia em espaço público a violeiros e poetas em 1977.

A publicação do poema de Pedrosa não conseguiu burlar o sistema da censura, na época. Seu trabalho foi publicado somente em 2006 pela Cordelteca Siqueira de Amorim², em João Pessoa, 29 anos após sua produção. O presente folheto narra de uma forma divertida e cheia de metáforas e metonímias para referir-se à situação em que o Brasil adentrava. Nele é contado como era distribuído um santo a cada país de acordo com suas necessidades, se um país necessitava de atenção e melhores cuidados era designado um santo competente que fosse cuidar deste local. Caso o país estivesse em boas condições um santo “preguiçoso” seria destinado.

A narrativa inicia com um contexto que abrange diversos países antes de se concentrar no Brasil. Nessa parte da história, São Pedro, encarregado de designar santos, percebe as qualidades do Brasil, como seu clima favorável e sua rica fauna, considerando-o uma terra

² Cordelteca Siqueira de Amorim, localizada em João Pessoa - PB.

abençoada. Portanto, ele julga que não há necessidade de enviar um santo que tenha que se esforçar muito para proteger o país. Assim, ele decide enviar seu afilhado, São Braz, mesmo sabendo que ele cometeu graves erros na França, que resultaram na guerra dos 100 anos. No entanto, a narrativa de Francisco Pedrosa avança para a parte em que ele começa a descrever o golpe ocorrido:

Até que em sessenta e quatro
Quando menos esperava,
Chegou um funcionário
Correndo onde ele estava
Dizendo: “corra São Braz,
Que mais de uma hora faz
Que a sua mesa balança!
E pelo que pude apurar,
Tão querendo bagunçar
O chão da BOA ESPERANÇA”.

Nisto gritou São Pierre,
O velho protetor da França:
“São Braz, por Nossa Senhora,
Você parece criança?!
Preste a atenção no trabalho,
Corrija o serviço falho
Enquanto tem energia;
Se está com sono desperte,
Corra ligeiro e aperte
O botão da DEMOCRACIA!”

Mas na verdade não era
Nada de especial,
Foi só um curto circuito
Que deu na chave geral.
Porém, pelo compromisso
E para mostrar serviço,
Que ainda não tinha mostrado;
São Braz ligou um botão,
Apareceu no telão
Escrito: GOLPE DE ESTADO!

São Braz ao invés de apertar
O botão da DEMOCRACIA
Confuso enfiou o dedo
No botão da CARESTIA;
Ligou o da REPRESSÃO,
Aumentou a confusão,
A sala ficou escura,
Teve santo que correu.
E quando o painel acendeu
Tava escrito: DI-TA-DU-RA!

O uso de figuras de linguagem, infelizmente, não se mostrou suficiente para contornar a censura imposta pelo regime, ao contrário do que aconteceu em outras obras e no campo da música. Ao longo do restante do poema, o autor continua a enfatizar temas como a compressão salarial e a eliminação dos direitos trabalhistas. De maneira humorística, o poeta aborda essas questões como resultados do suposto descuido do santo São Braz. Portanto, ao analisarmos sua poesia, podemos compreender que sua postura de resistência não necessariamente se manifesta de maneira explícita; Francisco Pedrosa opta por uma abordagem sutil, como destacado por Denys Cuche:

As culturas populares não estão mobilizadas permanentemente em uma atitude militante. Elas funcionam também em repouso. Nem toda alteridade popular se encontra na contestação. Elas assumem, sem querer, funções integradoras, mesmo sendo passíveis de cooptação pelo grupo dominante, e os modos de resistência (CUCHE, 2002, p. 149).

Nesse contexto, frequentemente, a resistência na literatura de cordel se manifestava de maneira sutil, agindo com prudência, discrição e silêncio, procurando explorar minuciosas brechas para driblar a censura imposta pelo regime militar. Em outros momentos, no entanto, essa resistência se apresentava de maneira frontal, rejeitando os atos de atrocidade cometidos naquela época. Os recursos utilizados na obra de Francisco Pedrosa transcendem a mera resistência, pois, como observado por Sousa (2007, p. 86), "na situação de dominação que caracteriza o espaço de produção da Literatura de Cordel, a metáfora, a fábula e o silêncio não devem ser interpretados apenas como formas de acomodação ou cooptação, e não podem ser equiparados à postura de defesa militante". Os versos finais do cordel introduzem um tom reflexivo que, de certa forma, apela ao regime em busca da esperança de viver em paz diante de tal situação.

Se Deus fosse brasileiro
Será que consentiria
Uma inflação de três números
Roer nossa economia?!
Consentiria a NAÇÃO
Andar de pires na mão
Mendigando no ESTRANGEIRO?
Deixaria o desemprego
Roubar a PAZ e o sossego
Da casa do BRASILEIRO?

Paremos com essa história
De que Deus é brasileiro,
E tratemos de ficar
Com São Braz o timoneiro,
Manipulando os botões
Do painel de operações,
Já que o DESTINO assim quis,
Resta-nos apenas rezar,
Para São Braz acertar
No controle do PAÍS. (05/11/1977)

Não apenas a proibição da publicação dos folhetos era comum, mas, em muitos casos, também ocorriam repressões físicas. Aqueles que ousavam desafiar a censura estabelecida enfrentaram perseguições implacáveis, o que resultou em uma significativa redução na produção de folhetos. Isso pode ser exemplificado pelos cordelistas Raimundo Santa Helena¹, autor do folheto "*Cartilha do Povo*", e Jotabarro², que escreveu o cordel "*Um Arranca Rabo em São Paulo*" em 1983. O conteúdo desses folhetos foi interpretado de maneira maliciosa pelo regime, que usou a justificativa de que eram "produções pitorescas" para impedir sua publicação e disseminação.

O pesquisador Manoel Matusalém Sousa³, em sua tese de doutorado intitulada "*Cordel Grito do Oprimido - Uma Escola de Resistência à Ditadura Militar*", realiza uma extensa

¹ Raimundo Luiz do Nascimento, popularmente conhecido como Raimundo Santa Helena, nasceu em 6 de abril de 1926, em Santa Helena, município cearense.

² Natural de Glória de Goitá, estado de Pernambuco, João Antônio de Barros, ou Jotabarro como era conhecido nasceu em 24 de junho de 1935 e faleceu em 11 de agosto de 2009, aos 74 anos de idade na cidade de São Paulo onde residia desde 1973.

³ Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Atualmente é professor da Faculdade de Educação Superior de Timbaúba, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, educação, literatura, filosofia da educação e teologia sistemática.

análise de obras que foram sujeitas à censura durante o período da ditadura. Além disso, ele também destaca obras que, por meio do uso de metáforas e outros recursos, conseguiram, de certa forma, passar despercebidas aos olhos dos censores. Isso nos permite observar como a resistência na literatura de cordel persiste, apesar de ter sido marginalizada não apenas durante o período ditatorial, mas ao longo de toda a história do Brasil sempre que se investiga sua produção.

Considerações finais

A postura adotada pela Literatura de Cordel revela a extensão da repressão durante a Ditadura Civil-Militar, destacando o impacto não apenas nas vidas das pessoas que foram torturadas e mortas, mas também nas expressões artísticas, como a música, a dança, as novelas, os jornais e, não menos importante, na Literatura de Cordel. Os crimes cometidos durante esse período permanecem impunes, perpetuados pelo silenciamento que ainda permeia a produção cultural e científica brasileira.

Alguns cordelistas buscaram legitimar os atos de repressão em seus versos, como foi o caso de Rodolfo Coelho Cavalcante, um conservador que defendia as causas militares com base em valores morais, no combate à corrupção e ao comunismo. Isso contrasta com a resistência evidente em cordéis que denunciavam um sistema opressor. Esses cordelistas arriscaram suas vidas simplesmente por produzirem conteúdo que poderia ser interpretado como contrário aos ideais do regime.

Nesse contexto, nosso foco reside em destacar especialmente aquelas obras que resistiram de maneira incansável, enfrentando não apenas a violência física e as restrições à liberdade impostas de forma direta, mas também as pressões psicológicas que permearam a sociedade, especialmente no âmbito artístico, devido ao medo que se disseminou.

Os cordéis conhecidos como "resistências" e os que retratavam as "circunstâncias" desempenharam um papel fundamental na luta contra a opressão do regime ditatorial estabelecido em 1964. Sua importância é incalculável para uma sociedade que não permaneceu passiva diante dos eventos civis e militares da época. A produção artística em sua totalidade foi utilizada como um mecanismo de resistência contra o que era percebido na sociedade como prejudicial à população.

Nos tempos recentes, devido às novas abordagens na historiografia, particularmente no contexto brasileiro, os estudos sobre eventos anteriormente considerados consolidados em uma única perspectiva ampliaram as formas de interpretação desses acontecimentos. Novas

perspectivas se tornaram possíveis graças às novas fontes de pesquisa, que foram além dos documentos oficiais que, por muito tempo, apenas retrataram a história sob a ótica dominante dos fatos históricos. Isso levou ao surgimento de uma historiografia comprometida em compreender o ponto de vista das pessoas silenciadas e oprimidas pelas classes dominantes.

Fontes utilizadas

BRASIL. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP. **Dossiê de Registro: Literatura de Cordel**. Brasília: IPHAN, 2018.

CAVALCANTE, Rodolfo Coelho. **A vitória da democracia no Brasil e o fim do comunismo. Bahia**. 1964.

PEDROSA, Francisco. **Se Deus fosse brasileiro**. João Pessoa (1977). 2006.

Referências

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURRAN MJ (1987). **A Presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na Moderna Literatura de Cordel**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira: Fundação Casa de Rui Barbosa. 324p.

CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel / Mark J. Curran**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

JUTGLA, Cristiano Augusto da Silva. A POESIA DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR: UM ESTUDO DE SUAS CONFIGURAÇÕES. *Revista de Letras – Vitória da Conquista*, 2013.

MATEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, p. 1114- 1116, 1998.

MENEZES, E. Diatay B. de. Para uma leitura sociológica da literatura de cordel. in *Rev. Ciências Sociais*. v. VIII. n. 1 e 2 (1977): p. 7-87.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. *Topoi*, v. 14, n 26, 2013. pp. 62-85.

RICARTE, Alyne Virino. **Notícia em Cordel -A trajetória da informação jornalística abordada nos Cordéis de Circunstância de Fortaleza**. *Faculdades Cearenses em Revista, Fortaleza*, v.2, n.2, p. 145-159, jan./jun. 2010.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samanta Vinz; ROLLEMBER, Denise (orgs.). **História e memória das ditaduras no século XX**. V.1. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 77-93.

SOUSA. Manoel Matusalém. **Grito do oprimido no cordel: uma escola de resistência à ditadura militar / Manoel Matusalém Sousa** - João Pessoa, 2007.

A trajetória de Helder Camara: Miséria e injustiças sociais, a mãe de todas as violências

The trajectory of Helder Camara: Misery and social injustices, the mother of all violence

Rosildo Henrique da Silva¹, UNICAP

Resumo

Esta pesquisa vem analisar a trajetória do arcebispo de Olinda e Recife, evidenciando a luta contra a miséria e injustiça sociais durante o período da ditadura civil-militar. O objetivo é identificar a atuação de dom Helder para combater à miséria. A pesquisa é qualitativa e utiliza as cartas circulares e os discursos de Helder Camara. Portanto, o arcebispo de Olinda e Recife criou alguns movimentos para combater à miséria e também denunciou as injustiças sociais durante a ditadura civil-militar.

Palavras-chave: dom Helder; misérias; injustiças sociais; movimentos.

Abstract

This research analyzes the trajectory of the Archbishop of Olinda and Recife, highlighting the struggle against poverty and social injustice during the period of the civil-military dictatorship. The objective is to identify the actions of Dom Helder to combat extreme poverty. The research is qualitative and uses circular letters and speeches by Helder Camara. Therefore, the archbishop of Olinda and Recife created some movements to combat poverty and also denounced social injustices during the civil-military dictatorship.

Keywords: dom Helder; miseries; social injustice; moves

Introdução

Neste artigo iremos analisar a trajetória de dom Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife durante a ditadura civil-militar. Dom Helder nasceu no dia 7 de fevereiro de 1909 no Ceará. Aprendeu a lutar pelas causas sociais com sua família, principalmente a sua mãe, a quem ele fala constantemente nas suas Cartas Circulares, evidenciando que ela foi sua mestra. As ações da mãe tocaram bastante na vida de dom Helder, ele acreditava que ela foi uma professora que ensinou com o seu exemplo, Helder conta: “a vi distribuindo pelos filhos, alguma fruta mais gostosa e mais nova, sem pensar nela, sem nada guardar para si”². Quando Helder Camara estava perturbado e ansioso a sua mãe chamava-o de José, dizendo: calma José! José era o nome que dona Adelaide, mãe de Helder, queria ter chamado Helder Camara. Dom Helder começou também a cognominar de padre José e o seu anjo da guarda, também foi chamando de José. Ele

¹ Doutorando em Ciências da Religião e Mestre em História pela Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP. E-mail: rosildohts@yahoo.com.br

² Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, **Circulares Pós-conciliar**, Carta Circular, Recife, 2/3.1.1974

tornou-se padre com 22 anos em 1932, ficando no Ceará 27 anos e viajando para morar no Rio de Janeiro onde ficou 28 anos.

No Rio de Janeiro trabalhou com o cardeal dom Sebastião Leme no qual construiu uma grande amizade, porém, com sua morte, assumiu a arquidiocese dom Jaime Barros. Esse nomeou dom Helder bispo auxiliar e o deixou responsável por várias tarefas na arquidiocese.

Com isso, Helder Camara ganhou prestígio dentro da Igreja Católica, principalmente quando organizou e criou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB em 1952. Assim, em 1955 ele organizou o Congresso Eucarístico Internacional que foi brilhantemente realizado, após esse evento, o Cardeal francês Gerlier de Lyon propôs que dom Helder usasse sua habilidade de organizador para favorecer os pobres. Imediatamente dom Helder disse que dedicar-se-ia a causa dos pobres.

Pilette e Praxedes alegam:

Este é o momento de virada na minha vida. O senhor poderá ver minha consagração aos pobres não estão convencido de possuir dotes excepcionais de organizador, mas todo o dom que o Senhor de confiou colocarei ao serviço dos pobres. (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 233).

Portanto, Helder Camara criou a Cruzada São Sebastião para conceder apartamentos para os favelados do Rio de Janeiro e logo após, o Banco da Providência que socorria aqueles que estavam endividados. No Recife, criou a Operação Esperança-OE para ajudar os pobres desabrigados das enchentes. Nesse período no Recife, Helder denunciou várias injustiças, convocando a população a realizar uma transformação das estruturas sociais.

Dom Helder: os movimentos de combate à miséria, a mãe de todas as violências

O Dom, como era popularmente chamado, diante da situação de miséria e injustiça no Recife, esteve presente perante as vítimas da violência nº 1, para Helder essa era a mãe de todas as violências, Helder Camara esclarece: “quando surgirá o dia em que os governos vão perceber que o caminho único para atingir a paz social é a coragem de ir à razão do mal e de enfrentar as injustiças, que são a violência- mãe de todas as violências!”³. Assim, Helder visitava os alagados e mocambos do Recife, observando e solidarizando com os pobres e marginalizados. Helder Camara fala desta violência afirmando que a bomba que destruiu e matou centenas de pessoas na Segunda Guerra Mundial era chamada de Bomba H⁴, no entanto, havia, uma bomba

³ Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, Palestra realizada por Dom Helder na Conferência para coordenar e planificar a ação não-violenta na América Latina, Costa Rica, 30.5.1971

⁴ Bomba de Hidrogênio.

preste a explodir que terá consequências desastrosas, é a bomba M, “será que os senhores da bomba H medem exatamente a força e as consequências da miséria, a bomba M?” (CAMARA, 1971, p. 14). De fato, a revolta dos oprimidos e marginalizados era um fato, provocada, principalmente, pela situação de miséria e injustiça do povo brasileiro.

A violência número dois, elencada por dom Helder era a revolta dos oprimidos. Diante disso, percebemos que no arcebispado do Dom houve em Pernambuco greves de trabalhadores rurais e marchas de jovens contestando o governo militar. Os oprimidos mostravam que podiam gritar, deixavam de serem massas para se tornaram povo organizado, havendo com isso, o apoio de dom Helder. Porém, as violências realizadas pelos movimentos de guerrilhas foram inequivocamente contestadas e reprovados pela Igreja.

Em relação a violência do Estado que ocorria no período do regime civil-militar brasileiro, Helder diz: “é a violência nº 3 – a repressão governamental, sob o pretexto de salvaguardar a ordem pública, a segurança nacional, o mundo livre” (CAMARA, 1971, p. 22). De fato, os militares perseguiram, prendiam e torturavam alegando a ordem pública, segurança nacional.

A violência estava em franco crescimento durante a ditadura civil-militar, nesse período, os membros das Igrejas foram extremamente violentados nos seus direitos. Leigos foram presos e torturados, bispos como dom Helder teve sua residência metralhada pelos grupos ultraconservadores paramilitares. Porém, não conseguindo prender e matar dom Helder, executaram os seus colaboradores mais próximos como ocorreu com o padre Antônio Henrique, um padre recém ordenado pelo Dom, considerado como um filho, ele atuava nas comunidades pobres encarregado da pastoral da juventude. O grupo paramilitar chamado Comando Caça Comunista-CCC⁵, deu seu aviso para o Arcebispo, sequestrando e matando com crueldade o jovem padre. Este fato deixou dom Helder extremamente abatido. O aparelho repressor da ditadura militar tentou ludibriar alegando vários motivos da morte do padre, Diogo Arruda Carneiro Cunha esclarece: “a explicação do assassinado contendo uma origem política, praticado pelo aparato repressivo do Estado com o intuito de atingir dom Helder Camara se dar alguns meses depois” (CUNHA, 2007, p. 130).

⁵ O CCC surgiu como resultado da fusão de vários grupos de extrema direita, entre os quais a “Canalha” do Colégio Mackenzie e os “Matadores” da Faculdade de Direito do largo de São Francisco. Em 1964, participou ativamente do movimento que depôs o presidente João Goulart, atuando principalmente na tomada da Companhia Telefônica de São Paulo e na ocupação das docas de Santos. Depois disso, só tornou a agir em 1968, quando, em carta aberta ao governador paulista Roberto Abreu Sodré, anunciou sua volta em função do que considerava a omissão do governo em face do “avanço comunista”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Comando_de_Caca_aos_Comunistas. Acesso em: 15.4.2023.

A Repressão provocada pela ditadura militar continuou bastante evidente. Principalmente aos membros da Igreja Católica. Estes, padres e religiosos eram perseguidos e presos. O mais interessante é que os padres norte-americanos, país tipicamente capitalista e divulgador da doutrina anticomunista, sofreram perseguições e prisões, em especial aqueles que realizavam críticas ao governo militar brasileiro, “foram presos, no Bairro de dois irmãos, dois padres norte-americanos e dois leigos. Os leigos foram soltos, mas os padres estão presos. A polícia tem uma coleção do jornalzinho que, aos domingos, os padres distribuía durante as missas. Pura e simples conscientização das massas” (CAMARA, 2013, p. 338). Os outros padres americanos que atuavam na arquidiocese de Olinda e Recife estavam insatisfeitos com a prisão dos companheiros, queriam fazer protestos, como por exemplo: “não celebrariam as missas, deixariam a barba crescer, queiram ir para frente da prisão e cantar: daqui não saio, daqui ninguém me tira.” (CAMARA, 2013, p. 341). Porém, dom Helder alertou que a censura não deixaria o movimento ser divulgado pela imprensa.

Helder Camara desde o Congresso Eucarístico Internacional em 1955 conseguiu olhar com mais detalhes a situação dos pobres e marginalizados do Rio de Janeiro. Ele criou um movimento que tinha como objetivo a construção de apartamentos para os necessitados, chamado de Cruzada São Sebastião. Criada no dia 29 de outubro 1955. Assim, a Cruzada São Sebastião moveu grandes esforços de dom Helder para a sua realização, ele queria construir 10 edifícios com 910 apartamentos para os moradores das favelas. Para isso solicitou a ajuda do governo Federal e de empresários. No entanto, o dinheiro chegou muito devagar levando os seus colaboradores a grandes preocupações e sugeriram para dom Helder, articular com o Presidente da República para conseguir as terras alagadiças na margem da avenida Brasil e aterrará-la doando para à Cruzada, o Governo concordou, e com isso houve um alívio do caixa, como afirma Pilette e Praxedes: “no total chegaram a ser aterrados nada menos que 850 mil metros quadrados de área, e a venda dos terrenos acabou sendo, de longe, a principal fonte de receita da Cruzada São Sebastião, fornecendo quase 80% de recurso entre 1956 e 1960” (PILETTE; PRAXEDES, 1997, p. 239).

Dom Helder estava presente nestas favelas ajudando na medida do possível os moradores. A população dos favelados fazia vários comentários, dizendo que até mesmo os cachorros gostam de Dom Helder. O reporte conversando com um morador chamado Aguilardo da Conceição, afirmava: “o padre Helmi, para dizer Dom Helder, ajudava muito os favelados e todo mundo gastava dele, menino, homem, mulher, velha, todo mundo.” (REVISTA MANCHETE, 14.4.1956). De fato, a Cruzada São Sebastião chamava atenção de todos,

principalmente dos políticos, utilizando-a para fazerem propaganda, Márcio de Moraes salienta: “importante refletir que as favelas eram grandes nichos eleitorais e trabalhos como o da Cruzada atraíam as atenções dos partidos políticos. Desse modo, a CSS representava um cabo eleitoral respeitável e conquistar seu apoio daria vantagens da hora das disputas nas urnas.” (MORAES, 2021, p. 84).

Martinho Condini observa que dom Helder, com a Cruzada São Sebastião, tentava desmistificar as ideias corrente na época, sobretudo a que diz que o favelado é malandro, até hoje temos resquícios dessa ideologia.

Este trabalho com a população das favelas vai desmistificar a visão folclórica que possuía boa parte da população carioca. Apesar do favelado ser visto como foco de miséria, ele não era mais reconhecido como malandro, mas sim como chefe de família que enfrentava as condições mais adversas e injustas de uma estrutura que o excluía do processo de socialização. Através de seu trabalho, o religioso mostra aos setores preconceituosos e conservadores que o favelado é apenas o resultado da ausência de uma política de reforma agrária séria no país – ele não é um marginal, no sentido policial da expressão, mas um cidadão que vive à margem da sociedade. (CONDINI, 2004, p. 20).

Podemos observar que a preocupação do arcebispo de Olinda e Recife era como proporcionar aos favelados viverem em harmonia nos apartamentos. Um grupo de assistentes sociais junto com Helder elaboraram regras de conduta contemplando os homens, mulheres e crianças. Pensaram em criar um ambiente utópico centrado na ética religiosa católica.

Uma das normas que causava atenção é a ideologia do anticomunismo, por exemplo: o comunismo não resolve os problemas. Nesse período, dom Helder ainda estava absolvido pelas ideias do mundo dividido entre capitalismo e comunismo vivendo em um contexto de Guerra Fria⁶ e de repulsa as ideias comunistas principalmente orientado por parcela da Igreja Católica. Com o passar dos anos ele vai criando uma ideia diferente, afirmando que os problemas não são entre capitalismo e comunismo, mas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Em suma, a Cruzada São Sebastião movimentou a arquidiocese do Rio de Janeiro para realizar uma mudança essencial na concepção de favelados. Dom Helder dedicou-se, juntamente com seus colaboradores a acabar com as favelas no Rio de Janeiro. O Dom estava

⁶ A Guerra Fria foi um período marcado por um conflito político-ideológico travado entre Estados Unidos e a ex-União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991. Esse período polarizou o mundo em dois grandes blocos, um alinhado ao capitalismo e outro alinhado ao comunismo. O termo “guerra fria” foi atribuído ao período pela primeira vez em 1945, pelo escritor britânico George Orwell, autor de *1984*. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, marcada pelo bombardeamento das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, o escritor usou o termo em um ensaio prevendo que isso desencorajaria uma guerra aberta entre grandes potências, criando, em vez disso, “um permanente estado de ‘guerra fria’”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Fria. Acesso em: 15.4.2023.

motivado para resolver os problemas da pobreza na capital do país. Inicialmente com métodos assistencialistas, depois afirmando a importância das mudanças nas estruturas. Como afirma Servus Mariae, “a ação de D. Helder, no entanto, teve o grande mérito de chamar a atenção para o problema e provar a todos que algo poderia e deveria ser empreendido, deixando acima de tudo um testemunho da Igreja em favor dos pobres.” (MARIAE, 1994, p. 125).

O arcebispo de Olinda e Recife criou também o Banco da Providência que tinha como lema “Ninguém é tão pobre que não tenha o que oferecer. Ninguém é tão rico que não precise de ajuda.” O Banco da Providência também chamado de Banco de Deus recebia as doações e distribuía com as pessoas carentes. Inicialmente Helder sugeriu o banco dos enforcados, mas a Família do São Joaquim⁷ descartaram, permanecendo a denominação de Banco da Providência. As ajudas eram diversificadas e todas as pessoas podiam colaborar.

Piletti e Praxedes evidenciam:

Cada indivíduo poderia colaborar, de acordo com suas reais possibilidades, com dinheiro, materiais de construção, móveis e objetos novos ou usados, roupas e calçados, bolsas de estudo, uniformes e material escolar e também serviços de saúde, médicos e odontológico, cadeiras de rodas, aparelhos ortopédicos, assistência jurídica etc. (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 251).

O Banco da Providência obteve grande sucesso. O Dom recebeu a colaboração de vários empresários e ajuda dos embaixadores de diversos países. O presidente do Brasil neste período era Juscelino Kubitschek que ofereceu Assistentes Sociais para colaborarem com o Banco da Providência.

Para sustentar o Banco da Providência foi criada a Feira da Providência que tinha como objetivo recolher donativos e vendê-los em feiras livres para conseguirem dinheiro, o principal intuito era sustentar o Banco, tudo isso com bastante transparência e colaboração. A Feira da Providência tornou-se um legado do período que dom Helder atuou na arquidiocese do Rio de Janeiro, essa tem atuação até hoje dessa Arquidiocese. Sobre a Feira da Providência Servus Mariae esclarece:

Com os resultados dessa Feira, fazia-se um plano de aplicação dos recursos até a feira do ano subsequente, sendo que os recursos de um ano deveriam ser aplicados integralmente naquele ano, confiando que a providência velasse para que não faltassem novos recursos para prover as necessidades do ano seguinte. (MARIAE, 1994, p. 125-126).

⁷ Dom Helder criou grupos de pessoas para colaborarem com as atividades sociais e os movimentos religiosos, ele chamou de Família, inicialmente Família do São Joaquim, morada do arcebispo do Rio de Janeiro. Porém, ao assumir a arquidiocese de Olinda e Recife, passou a chamar de Família Macejanense.

Na arquidiocese de Olinda e Recife dom Helder criou a Operação Esperança-OE, essa surgiu para resolver os problemas das famílias que estavam em situação de vulnerabilidade, devido as enchentes que aconteceram na cidade do Recife, ajudando-as, por meio de diversas formas. Edvaldo M. Araújo salienta: “a Operação Esperança foi lançada oficialmente em julho de 1965[...] De imediato organizou-se uma grande campanha para arrecadar roupas e alimentos para socorrer as milhares de pessoas desabrigadas” (ARAÚJO, 2012, p. 184). Podemos afirmar que houve uma participação efetiva dos políticos e dos movimentos sociais na realização da Operação Esperança, como diz Condini: “houve a participação de centenas de pessoas, entre eles governadores de Estado, deputados, militares, educadores, estudantes, representantes da indústria, comércio e entidades sindicais” (CONDINI, 2004, p. 27).

É bom frisar que dom Helder estava participando, nesse período, do Concílio Vaticano II quando soube da situação da população da cidade do Recife. Ele articulou um dos maiores movimentos de ajuda a população carente de Pernambuco. Utilizando a experiência anterior do Rio de Janeiro com a Cruzada São Sebastião e o Bando da Providência. No Rio de Janeiro o Dom Articulou de maneira magnífica o Congresso Eucarístico Internacional com elogios de várias camadas da população. A comprovada experiência do Rio lhe deu autoridade para organizar magnificamente um grande movimento em favor dos marginalizados do Nordeste.

Assim, com o movimento Operação Esperança-OE, ele mobilizou à população em favor dos necessitados da cidade e do campo, comprando alguns engenhos para doar às pessoas carentes.

Newton Cabral confirma:

Através da Operação Esperança, foram doados a 640 famílias, em meados dos anos 80, aproximadamente 23 hectares da favela do Tururu, cujo terreno pertencia à arquidiocese. Também foram comprados três engenhos, entre 1971 e 1974, financiados pela Misereor, Adveniat e pelo montante do Prêmio Popular da Paz com o qual D. Helder foi agraciado. Para alguns mais entusiastas, tais iniciativas teriam representado uma espécie de reforma agrária experimental. (CABRAL, 2020, p. 60-61).

Sem dúvida, para comprar engenhos precisava de dinheiro, em vista disso, ao ganhar o Prêmio Popular da Paz, três vez maior que o Prêmio Nobel da Paz, dom Helder comprou um engenho para assentar famílias sem-terra, Condini esclarece: “dom Helder recebeu 300 mil dólares pelo Prêmio Popular da Paz, em Oslo, Noruega, e em Frankfurt, Alemanha. A Operação Esperança investiu o valor na compra de outro engenho com área de 810 hectares, no município de Amaraji, Pernambuco” (CONDINI, 2014, p. 100).

Diante disso, observamos que a Reforma Agrária era um dos objetivos de dom Helder, por um lado, tentou iniciar com as terras da Arquidiocese, mas não deu certo, por outro, investiu os recursos na Operação Esperança para criar modelos de reforma agrária em Pernambuco. Porém, o problema da terra no Brasil era muito grave, gerando enormes conflitos e mortes. Os engenhos doados pelo Dom funcionavam com o protagonismo dos agricultores, esses criaram pequenas comunidades, cultivando seus alimentos e vendiam o excedente, havendo um ambiente de cooperação, Marcos de Castro salienta:

[...] no caso da Operação Esperança, essas pequenas comunidades resolveram não adquirir oficialmente o caráter cooperativo, porque infelizmente isto cria complicações, ao lado de algumas facilidades. Mas há o espírito cooperativo. Porque o que se quer provar é que, quando criaturas humanas trabalham a própria terra, trabalham o que é seu, trabalham com outro entusiasmo. E o que se esperam, apesar de todas as dificuldades, é que esta experiência, que não tem a pretensão de resolver um problema que só a reforma agrária resolveria, chame a atenção para o modelo de vida das pequenas comunidades[...] (CASTRO, 1978, p. 132).

No entanto, os militares no poder observavam atentamente todos os auxiliares do Arcebispo que atuavam na Operação Esperança, onde muitas vezes perseguiram e torturavam. O caso exemplar é o de Vieira que trabalhava na OE e foi acusado pelo IV Exército do Recife de ser comunista e subversivo, esse caso gerou um problema para Helder Camara, “chegou notícia de que o Gen. do IV exército (que ferve de ódio, quando escuta meu nome) estava radiante: afinal, tinha provas na mão de que sou arcebispo vermelho, o suscitador de guerrilha, o comunista,[...]”⁸. Porém, no final, dom Helder consultou os padres que indicaram Vieira, e percebeu que era apenas acusações infundadas. O Dom, com isso, enviou uma carta para o general do IV Exército falando das pessoas que colaboravam na Operação Esperança e estão desaparecidas. Indubitavelmente, dom Helder foi além, levou o problema para os bispos que fazem parte do Comissão Bipartite.⁹ Essa Comissão reunia alguns bispos e militares para dialogarem sobre soluções para os problemas entre à Igreja e o Estado, primando por um diálogo, entretanto, os órgãos de informações orientavam a não dar atenção a essa Comissão.

Carlos Fico explica:

⁸ Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, **Circulares Pós-conciliares**, 158º circular, Recife, 9/10.8.1973

⁹ Desde 1970 estava em funcionamento uma Comissão Bipartite, formada por representantes da cúpula militar e do poder eclesiástico no Brasil, que se reuniam sigilosamente para discutir “casos de violação dos direitos humanos e o fim do cerceamento da liberdade de expressão e da perseguição política”. Do lado militar o principal articulador do Bipartite era o general Antônio Carlos Muricy, antigo conhecido de dom Helder, e do lado da Igreja participavam vários de seus amigos, como dom Eugenio Sales, dom Aloisio e dom Ivo Lorscheider e dom Fernando Gomes. (PILETTI;PRAXEDES, 1997, p. 397).

A comissão bipartite não tem caráter oficial. É constituída por militares, civis de alto nível e elementos do clero que se reúnem periodicamente para trocarem pontos de vista através de palestras sobre as relações entre a Igreja católica e o Estado [...]. Eles (a alta hierarquia) acham que é um direito da Igreja intervir e participar nos problemas sociais-econômicos do país e usam o Evangelho para contestar o que está estabelecido em nossa Constituição – o regime e, particularmente, o sistema capitalista. Aliás, em todos os documentos oficiais da CNBB, e mesmo do Vaticano, nos últimos anos sobre o assunto, são claras as manifestações condenando o capitalismo e o comunismo. A triste verdade é que a Igreja católica, em sua quase totalidade, optou pelo socialismo, ou pela socialização, o que dá na mesma. Mesmo que a alta hierarquia no Brasil, isto é, o cardeal e a CNBB, quisessem reprimir os padres subversivos, faltar-lhes-ia autoridade para isso. Ela está organizada em dioceses, chefiadas por bispos e arcebispos, que são subordinados diretamente ao papa [...]. Por cima de tudo, já há provas de que a própria autoridade dos bispos está sendo contestada pelos padres. Enfim, a Igreja católica está em franco processo de deterioração. [...] Conclusão: não há acordo possível, o governo não pode e não deve esperar nada da dita hierarquia, o governo deve manter a iniciativa da repressão contra os subversivos. [...]Se necessário, cortar determinadas subvenções." (FICO, 2001, p. 192-193).

O arcebispo de Olinda e Recife, por meio da Operação Esperança-OE, tentou dar protagonismo para os excluídos, criando os Conselhos de Moradores que tinham o objetivo de conscientizar e solucionar os problemas dos bairros, ele queria, com isso, que tivesse em cada área-desafio um conselho de morador eleito pela comunidade com duração de dois anos. Na 26ª Carta Circular de 1966, dom Helder afirma quais os maiores inimigos dos Conselhos de Moradores que podem dificultar o trabalho nos bairros e conseqüentemente impossibilitar a transformação social,

A desunião da comunidade a Operação Esperança não trabalha em área-desafio que não se una em vista do bem de todos, do bem comum; o desânimo, o pessimismo, o fatalismo de achar que não adianta tentar, que vai dar em nada, que de promessa e mentira o povo anda cheio; a tentação de achar que o governo tem a obrigação de fazer tudo e que o povo não tem nada que trabalhar de graça para o governo. (CAMARA, 2011, p. 86).

Os Conselhos de Moradores foi de suma importância para organizar à comunidade. Nesses havia a presença da Igreja Católica que estava sustentada pelas ideias da Teologia da Libertação e ancorada no Concílio Vaticano II. Nos Conselhos de Moradores não era permitido a participação de partidos políticos. Indubitavelmente dom Helder era o incentivador dos Conselhos, como afirma Geane Bezerra Cavalcanti:

[...] uma da sua iniciativa foi estimular o surgimento dos conselhos de moradores, os quais tinha por finalidade identificar as lideranças locais e estimular o processo de conscientização dos moradores em relação a sua comunidade. Assim, surgiram inúmeros conselhos de moradores nos altos, córregos e em outras áreas pobres do Recife. Esses movimentos estavam

ligados à Igreja, contavam com o apoio dos padres e freiras estimulados por D. Helder a trabalharem com a população carente. Os líderes comunitários reuniam-se em assembleias para discutir as necessidades das comunidades, reivindicavam melhorias para os seus bairros através de abaixo assinado e pequenas manifestações e protestos. Os conselhos de moradores também possuíam um papel assistencialista, alguns ofereciam cursos profissionalizante e neles também eram realizadas vacinações, atividades culturais e de educação. (CAVALCANTI, 2017, p. 92).

Portanto, dom Helder Camara em junho de 1965 ao chegar do Concílio Vaticano II constatou a calamidade das enchentes do rio Capibaribe, como observamos na Carta Circular 223º, ele comentou: “encontrei Recife e outras cidades pernambucanas em plena calamidade, em plena inundação.” (CAMARA, 2009, p. 166). Ele logo articulou os seus padres e o poder político, como por exemplo, o governador e prefeito gravando programas nas rádios, TV e principalmente organizou-se com a SUDENE¹⁰ que por sinal, contribuiu com os técnicos que estavam à disposição do Arcebispo. Helder Camara criou inicialmente o nome do movimento de “Operação A”, realizando ajuda imediata aos desabrigados, com mantimentos, agasalhos, colchões etc. No segundo momento houve a “Operação B” onde começou os contatos com diversas instituições para melhorar o ambiente em que moravam. O movimento de Dom Helder recebeu ajuda de uma instituição que foi combatida pela Igreja na época em que o bispo do Recife no século XIX, era Dom Vital, a instituição à Maçonaria¹¹. A Maçonaria, como outras instituições, contribuiu para ajudar a Operação Esperança, dom Helder construiu diversas amizades com os maçons sem preconceitos e absolutamente despido de espírito de intolerância.

¹⁰ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. No esforço de criação da Sudene estiveram presentes empresários industriais, políticos interessados no desenvolvimento industrial da região, representantes de forças populares e de esquerda - como Francisco Julião, das Ligas Camponesas -, além de membros da Igreja envolvidos em ações de combate à pobreza - como D. Eugênio Sales e D. Helder Câmara. A Sudene foi criada como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, e sua secretaria executiva coube a Celso Furtado. De 1959 a 1964, Celso Furtado foi responsável pela estratégia de atuação do órgão, definida a partir do diagnóstico apresentado em seu livro *A operação Nordeste*, de 1959. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Superintendencia_do_Desenvolvimento_do_Nordeste. Acesso em: 15.4.2023.

¹¹ A maçonaria se moldou a partir das fraternidades de pedreiros medievais que usavam palavras e símbolos secretos para reconhecer a legitimidade uns dos outros e, assim, proteger seu trabalho de estranhos. Durante alguns períodos, os maçons foram perseguidos, inclusive por nazistas, e precisaram ficar na clandestinidade para sobreviver. Conflitos marcantes entre maçons e a Igreja Católica ocorrem desde o século 18, marcado pelas primeiras condenações pontifícias. Mas isso se agravou no decorrer do século 19. No século 19, o Vaticano até chamou os maçons de "a Sinagoga de Satanás". A discussão foi ainda mais longe em 1983, quando o Vaticano emitiu uma declaração afirmando que os princípios maçônicos “sempre foram considerados inconciliáveis” com sua doutrina, e declarou que a adesão estava proibida. “Os fiéis que se inscrevem em associações maçônicas estão em estado de pecado grave e não podem receber a Sagrada Comunhão”, prevê o documento. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maçonaria>. Acesso em: 15.4.2023.

Considerações Finais

Dom Helder Camara esteve presente nos vários movimentos de combate à miséria no Rio de Janeiro e no Recife. Ele denunciava à situação infra-humano dos moradores das favelas, porém, criava movimentos para conscientizá-los e ajudá-los a saírem da miséria.

Para Helder Camara a violência nº 1 eram a miséria e as injustiças, assim, precisavam combatê-las para ocorrer mudanças significativas das estruturas sociais. Os movimentos criados por dom Helder inicialmente tinham o caráter assistencialista, no entanto, havia momentos, de extrema importância, de o povo assumirem suas responsabilidades, como no caso da compra de terrenos para reforma agrária realizada pela Operação Esperança.

Fontes utilizadas

Companhia Editora de Pernambuco, **Revista Manchete**, 14.04.1956.

Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, **Circulares Pós-conciliares**, 158º circular, Recife, 9/10.8.1973

Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, **Circulares Pós-conciliar**, Carta Circular, Recife, 2/3.1.1974

Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, **Palestra**, Costa Rica, 30.5.1971.

Referências

ARAÚJO, Edvaldo M. **Dom Helder Camara**. Profeta-Peregrino da justiça e da paz. Pensamento teológico e antropológico. Aparecida: Ideias e Letras, 2012.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a Igreja?** História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria [recurso eletrônico]. Recife: Ed. da UFPE, 2020.

CÂMARA, Dom Helder. **Espiral de violência**. Porto: Poveira, 1971.

CASTRO, Marcos de. **Dom Helder, o bispo da esperança**, Rio de Janeiro: edições Graal, 1978

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife**(1955-1988). Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Rural de Pernambuco-UFRPE, Recife, 2017.

CONDINI, Martinho. **Fundamentos para uma educação libertadora: Dom Helder Camara e Paulo Freire**. São Paulo: Paulus, 2014.

CONDINI, Martinho. **Dom Hélder Câmara: modelo de esperança na caminhada para a paz e justiça social**. 2004. Dissertação (mestrado em ciência da religião) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CUNHA, Diogo Arruda Carneiro da. **Estado de Exceção Igreja Católica e Repressão: O assassinato do padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, 2007

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARIAE, Servus. **Para entender a Igreja no Brasil:** a caminhada que culminou no Vaticano II(1930-1968). Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, Márcio André Martins. **Vamos ao âmago do problema:** A atuação de dom Helder Camara na defesa de um desenvolvimento integral para os países/regiões pobres do mundo(1964-1970). Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ROCHA, Zildo. Dom Helder Câmara. **Circulares interconciliares:** Vol. II. T. III (de 18/19 de abril a 31 de agosto/ 1 de setembro de 1965). Recife: CEPE, 2009.

ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (Org.). CAMARA, Dom Helder. **Cartas Circulares Pós-Conciliares.** Vol. III. T. II (de 31 de maio/ 1º junho a 26/27 de dezembro 1966). Recife: CEPE Ed. Instituto Dom Helder Câmara, 2011.

ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (Org.). CAMARA, Dom Helder. **Cartas Circulares Pós-Conciliares.** Vol. IV. T. II (de 25/16 de fevereiro de 1968 a 30/31 de dezembro de 1968). Recife: CEPE Ed. Instituto Dom Helder Câmara, 2013.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES. Walter. **Dom Hélder Câmara:** entre o poder e a profecia, São Paulo: Editora Ática, 1997.

Os comissários delegados do Físico-mor do Reino português: Sobre seus Regimentos e atuação entre meados do século XVIII e início do XIX

The delegated commissioners of the Chief Physician of the Portuguese Kingdom: About their Regiments and performance between the mid-18th century and the beginning of the 19th century

Pâmela Campos Ferreira¹, UFJF

Resumo

O presente artigo busca tratar do estabelecimento do cargo de comissário do Físico-mor de Portugal. O físico-mor era um personagem que representava a esfera máxima de poder dentro do campo de saúde, era, portanto, o médico da câmara real do monarca, nomeadamente um sujeito próximo ao rei. No que tange assim, à fiscalização dos profissionais que atuavam curando fosse no reino, como nos domínios ultramarinos (em meados do século XVIII), seria preciso a atuação de figuras – tais como os comissários que aqui serão analisados – que se prestassem ao serviço de fiscalizar a atuação de médicos e/ou cirurgiões, e agentes das artes de curar. Será lançado, portanto, um prisma reflexivo sobre o regimento que instituiu os cargos de comissário do Físico-mor. Os regimentos a serem abordados serão os de 1744 e 1810.

Palavras-chave: Comissário; Saúde Pública; Fiscalização.

Abstract

This article seeks to address the establishment of the position of commissioner of the Chief Physician of Portugal. The chief physicist was a character who represented the maximum sphere of power within the field of health, he was, therefore, the physician of the monarch's royal chamber, namely a subject close to the king. With regard to the supervision of professionals who worked as healers, whether in the kingdom or overseas (in the mid-eighteenth century), it would be necessary for figures – such as the commissioners who will be analyzed here – to lend themselves to the service of healing, supervising the performance of physicians and/or surgeons, and agents of the healing arts. Therefore, a reflective prism will be launched on the regiment that instituted the positions of Commissioner of the Chief Physician. The regiments to be addressed will be those from 1744 and 1810.

Keywords: Commissioner; Public Health; Inspection.

Introdução

Um dos primeiros pontos que se deve notar em relação ao estabelecimento do cargo de comissário, era o pré-requisito de que estes fossem médicos, diferentemente dos provedores de outrora, os comissários deveriam ter formação médica, e quase sempre provinham do grupo médico licenciado pela Universidade de Coimbra (SUBTIL, 2015, p. 42).

¹ Doutoranda pelo PPG de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES, e-mail para contato: pamelacamposf@hotmail.com

Antes de mais nada, algumas breves ponderações sobre a instituição Fisicatura-mor devem ser feitas. Ao tratar as questões de saúde, especificamente em Portugal, torna-se relevante elencar a instituição que por muitos séculos esteve à frente de tal temática em território luso – a Fisicatura-mor. Enquadrada num contexto de Antigo Regime, essa instância foi a responsável por fiscalizar o trabalho médico, e levantar os devidos processos, sendo sua atuação muito alinhada à esfera jurídica.

As figuras centrais da dita instituição eram o Físico e Cirurgião-mor. A regulação de tais ofícios sempre foi de preocupação da monarquia portuguesa. Durante grande parte do Antigo Regime, o exercício da medicina dependia do Físico-mor (SOUSA, José C. P. *Esboço de hum Diccionario Jurídico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladas, e extravagantes*) cujo regimento datava de carta outorgada por D. Manuel em 25 de fevereiro de 1521 (SOUSA, José R. M. *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, p. 338-343), tendo sido novamente regimentada em 28 de junho de 1611 (PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – *Corpo Cronológico (1161-1699)*, Parte I, maço 18, nº. 26).

Mais antigo que o regimento do físico era o do cirurgião, cujo documento era oriundo de 8 de junho de 1430 e a quem competia “examinar todas as pessoas que quizessem usar de física”. Nesse mesmo regimento, traça-se uma linha clara de divisão no que tange aos ofícios do cirurgião e do físico, quando se proibia expressamente “os cirurgiões de tratarem de medicina e os médicos de cirurgia” (SUBTIL, 2013, p. 44).

A partir do regimento dos ofícios de cirurgião e físico expressava-se, assim, uma distinção efetiva entre as funções cabíveis à cada uma das áreas. O “divórcio” entre as sobreditas funções seria alvo de críticas a partir do racionalismo que se estabeleceria em meados do século XVIII em Portugal. Por outro lado, no contexto de Antigo Regime, onde a Fisicatura existiu e lançou suas “malhas” fiscalizadoras sobre o trabalho médico,² tal divisão era naturalizada na medida em que se inscrevia nos quadros sociais de então, onde se percebia uma rígida distinção entre os ofícios mecânicos e liberais.³

² Tal fiscalização sobre o trabalho médico contou com ofícios outros, como os provedores de saúde ligados ao físico-mor, e os comissários também vinculados ao físico-mor, sendo que estes segundos atuaram nos domínios ultramarinos, tais como a América Portuguesa. Sobre tais ofícios falarei a seguir.

³ Sobre os ofícios mecânicos e liberais no contexto do Antigo Regime, existe uma farta historiografia, cito aqui alguns nomes: GUEDES, Roberto. *Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séculos XVII e XIX)*. Topoi, Rio de Janeiro, nº. 13, jul-dez. 2006; MATTA, Glaydson Gonçalves. *Tradição e Modernidade: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII*. Dissertação de mestrado, Niterói, 2009; PEREIRA, Fabrício Luiz. *“Offícios necessários para a vida humana”: a inserção social dos oficiais da construção em Mariana e seu termo (1730-1808)*. Dissertação de mestrado, Mariana, 2014.

Segundo Laurinda Abreu o Físico-mor foi “uma criação tardo-medieval cuja autoridade e influência se estabeleceram entre Quinhentos e Seiscentos” (ABREU, 2010, p. 97-122). Além disso, os médicos a ocuparem o cargo de físico eram frequentemente nomeados entre os médicos régios, dada a centralidade de tal ofício.

A Fisicatura contou com uma vasta rede de colaboradores. Inicialmente foram os provedores os responsáveis em matéria de fiscalização e controle das áreas que poderiam interessar à saúde pública. Por outro lado, os provedores seguiam sendo magistrados do rei, não tendo formação médica, e como tal, certamente muitos foram os conflitos jurisdicionais existentes entre a esfera do Físico-mor do Reino e a dos provedores nos quesitos concernentes à saúde (SUBTIL, 2015, p. 41). Foi assim que a rede de comissários passou a vigorar, tendo sido criado o cargo em 17 de agosto de 1740, e regimentado em 16 de maio de 1744, e é sobre esses ofícios que tratarei a seguir.

Os Regimentos de 1744 e 1810: entre continuidades e rupturas das atribuições dos comissários do Físico-mor

A fim de me atentar para as atribuições relativas ao cargo do comissário, faz-se de extrema necessidade sublinhar alguns encaminhamentos dados por seu Regimento. Este documento havia sido concebido pelo Físico-mor Cipriano de Pina Pestana, médico da câmara real, sendo aprovado em 17 de maio de 1744 pelo Conselho Ultramarino. Pestana fora o idealizador do regimento dos comissários, e aqui cabe destacar que pode-se compreender melhor a natureza conservadora do documento, a partir de seu perfil sociopolítico.

Segundo José Subtil, Cipriano de Pina Pestana nasceu em Penela, bispado de Coimbra em 5 de fevereiro de 1665. Obteve a graduação em filosofia na Universidade de Évora em 17 de junho de 1685, tendo se licenciado em medicina na Universidade de Coimbra “em que saiu tão eminente que mereceu ser numerado entre os licenciados desta Faculdade”. Recebeu provisão de familiar de Santo Ofício em 3 de dezembro de 1722, tendo sido médico da câmara de D. João V, e físico-mor do Reino em 6 de abril de 1740. Além desta trajetória, foi também feito cavaleiro fidalgo por Alvará de 15 de julho de 1731 e fidalgo da Casa Real em 5 de maio de 1741. Foi aposentado em 9 de setembro de 1750 com a idade de 85 anos. Não se sabe a data de sua morte (SUBTIL, 2015, p. 50 e 51).

Por ser detentor de uma formação tradicionalista, não possuindo nenhuma linha de vanguardismo científico ou de intento reformista, as linhas gerais de seu regimento seguem assim os postulados conservadores de Pestana. Uma das inovações era a que se referia à

necessidade de os comissários serem médicos aprovados pela Universidade de Coimbra,⁴ tendo dois tipos de obrigação. As primeiras de caráter obrigatório, previstas no tempo, e a que aqui me refiro as visitas trienais que deveriam ser feitas às boticas e droguistas, e outras de natureza extraordinária cuja execução dependia do voluntarismo de cada comissário.

Dentre algumas das funções que se esperava do comissário, cito o exame dos medicamentos e as visitas aos droguistas, como enfatizam os parágrafos 3º e 4º:

§3. E examinarão se os medicamentos são feitos com a perfeição e bondade que manda a Arte Pharmaceutica, e se nelles existe ainda aquele vigor, e efficacia que possa produzir o effeito para que forão compostos, e verão todos os simples, e compostos que nas Boticas houver, sem excepção alguma.

§4. Semelhante visita farão aos Droguistas, e mais pessoas que tiverem medicamentos para vender. E terão cuidado logo que chegarem as frotas ou navios aos portos, de saberem se vão Boticas, drogas, ou medicamentos para se venderem, e lhe farão logo a primeira vizita, para nella procederem com o mesmo exame, assim nos simples como nos compostos (*Regimento que serve de Ley que devem observar os Comissarios delegados, do FIZICO MOR DESTE REINO nos Estados do Brazil*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustíssima Rainha nossa S., Anno do Senhor 1745, com todas as licenças necessárias.)

Portanto, entre as visitas dos comissários contavam as trienais, ou seja, de três em três anos deveriam efetuar as idas às boticas, e quando tivessem notícia de algum medicamento recém-chegado aos “portos de mar”. No entanto, apenas receberiam emolumento pelas visitas trienais, as extraordinárias, por outro lado, não contariam com benesses para os ditos comissários.

Outro ponto interessante levantado pelo regimento é o de que os comissários não avisassem sobre o dia de visita previamente, de modo que os:

§6. Os boticários e droguistas não tenham notícia do tempo em que se lhe hão de fazer as vizitas, para que se não acautelem, ocultando alguns medicamentos corruptos, ou mal preparados, ou valendo-se de outros que não sejam seus. E se lhe constar que lhe ocultão alguns medicamentos, mandara pelos seus Officiaes dar busca, e tirar das gavetas, para fazer nelles o devido exame (op. cit., *Regimento que serve de Ley...*).

⁴ Em relação à tal assertiva, segundo o regimento dos comissários se dizia: “§1. Os comissários do Fízico mor serão médicos aprovados pela Universidade de Coimbra, e de três em três anos vizitarão as Boticas que houverem no distrito da sua Comissão, levando em sua companhia três boticários dos aprovados pelo Fízico mor”. In: *Regimento que serve de Ley que devem observar os Comissarios delegados, do FIZICO MOR DESTE REINO nos Estados do Brazil*, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustíssima Rainha nossa S., Anno do Senhor 1745, com todas as licenças necessárias.

Pontuo, assim, uma questão que me parece interessante tendo em vista essa análise regimental, no parágrafo § 7º há a menção que dentre as visitas às boticas, e à fiscalização sobre os remédios comercializados ali, o comissário poderia mandar queimar ou se desfazer das mezinhas consideradas impuras ou alteradas, dizendo-se que condenará “[...] ao boticário, ou droguista, *ou outra qualquer pessoa que os tiver para vender*” [grifo meu]. Ora, a partir do trecho acima elencado torna-se tácito o entendimento de que pessoas comuns (leigos), para além dos boticários e droguistas, comercializavam as mezinhas. Tanto é assim, que pelo dito regimento eles também deveriam estar sob o raio de atuação fiscalizatória dos comissários.

Poderia ser uma questão qualquer, sem maior importância, mas ela se torna peça-chave na medida em que denota a venda de medicamentos como sendo executada por “qualquer pessoa”. Posso então questionar: tal alçada não seria própria dos boticários e droguistas, e tão somente deles? Pelo apontado no regimento não parece ser este o caso, e muito possivelmente o próprio Pina Pestana possuía tal noção, uma vez que mencionava essa questão no dito documento.

Esse apontamento me leva a seguinte assertiva, a saber, em história verifica-se uma tênue linha que separa o âmbito teórico do prático.⁵ Entre as penalidades previstas aos infratores constava o pagamento de multa no valor de:

§7. [...] quatro mil réis pela primeira vez, e em oito mil réis pela segunda vez que for compreendido; e se tornar a delinquir no mesmo, será na terceira vez suspenso, e lhe mandará o ditto Comissário fazer Auto pelo seu Escrivão, juntando-lhe a prova, e o exame e que assinem os examinadores, para ser sentenciado como for justiça pelo Físico-mor do Reyno (op. cit., *Regimento que serve de Ley...*).

Durantes as visitas trienais, em que os Comissários iam acompanhados de três boticários, constava como obrigação as seguintes funções: a) Examinar o preçário público do preço dos medicamentos; b) Verificar as cartas de aprovação dos boticários; c) Analisar a qualidade dos medicamentos como manda a “Arte Farmacêutica”; d) Apurar a calibração dos pesos e balanças e os registros efetuados pelos oficiais camarários; e) Analisar, a qualidade de todos os “simples e compostos” sem exceção (op. cit., *Regimento que serve de Ley...*, p.7).

⁵ Entendo ser preciso pensar na existência de uma tênue linha entre todo o arcabouço teórico, nomeadamente as leis, os códigos regimentais, conjuntos de decretos e alvarás, ordens e decisões régias, que compunham a dimensão teórica, isto é, a palavra escrita, ainda que pese como lei, se coloca na esfera das ideias. Por outro lado, verifica-se toda uma plêiade de práticas sociais elencadas pela documentação, denotando, muita das vezes, ações no sentido contrário do que o universo de decretos e leis mandava. Quase sempre, questões como a busca pelo benefício particular estão alocadas dentre essas distintas práticas dos sujeitos históricos.

Dentro da oficialidade que se buscava construir, os boticários, para terem o direito de abrir boticas, deveriam possuir cartas do Físico-mor, caso contrário sua botica seria fechada, além de “[...] nem consentira que prepare, nem venda medicamentos, e mande fazer um auto pelo seu escrivão com toda a prova necessária desta culpa” (op. cit., *Regimento que serve de Ley...*, p. 8).

O regimento previa também o poder e arbítrio do Comissário em condenar o boticário que tivesse as “coisas precisas”, podendo este último apelar junto ao Físico-mor. Pode-se daí depreender a figura do comissário delegado como tendo um poder relativamente considerável no que tange à possíveis condenações feitas aos que comercializavam medicamentos. Sua jurisdição sobre médicos, boticários e outros profissionais da saúde, fora muito reforçada pelo regimento que ora trato, pois além das funções já comentadas, os comissários poderiam também convocar juízes, as autoridades nas ouvidorias, governos (letrados, escrivães, oficiais e meirinhos) e câmaras, para os ajudar na divulgação de editais, devassas, inquirições, levantamentos de autos, e mesmo em prisões caso fosse necessário.⁶

José Subtil narra um caso muito curioso, e exemplificador de uma contenda existente entre um médico na capitania de Pernambuco e o comissário recém-chegado do Reino. Segundo o autor tal história se passou em fins do século XVIII em 1784 na cidade do Recife, sendo no ano anterior em 1783 nomeado como comissário a atuar na dita capitania o bacharel José António de Sá de Melo.

Segundo Subtil logo após a chegada do dito comissário, ele mandou que se publicassem editais onde se exigia que todos os médicos, boticários e cirurgiões apresentassem, dentro do prazo de 30 dias, as suas cartas ou licenças, para terem, assim, a legitimação de seus ofícios efetivada. A partir de tal exigência entraria em cena Miguel Ferreira Guimarães, médico de partido, que teria sido intimado pelo meirinho do comissário (SUBTIL, 2015, p. 59).

Este suposto médico era já conhecido da Junta do Protomedicato em Lisboa, pois o delegado João Lopes Cardoso Machado vinculado à Junta apontou a inexistência de um diploma passado pela Universidade de Coimbra, informação que fora passada ao Comissário antes deste embarcar à América Portuguesa. Subtil traz a tona uma trama de poderes que envolviam não apenas o dito “médico” Miguel Guimarães, como ouvidores, os oficiais camarários de Recife, e o próprio governador da capitania.

⁶ Acredito que muitas brechas para conflituosidade eram abertas entre o comissário e figuras outras envolvidas nas artes de curar, exatamente pelo fato do primeiro ter como encargo a avaliação das cartas ou licenças dos médicos.

Partindo da leitura da documentação do Conselho Ultramarino, o autor pontuou os conflitos travados entre o Comissário e o pretense médico.⁷ Depois de humilhações direcionadas ao primeiro, oriundas das esferas de poder protetoras de Miguel Guimarães, e de toda uma série de resistências encontradas pelo Comissário em seu ofício, especificamente no caso aqui tratado, verifica-se, que Guimarães nem médico era, e como aponta Subtil: “percebe-se que estava montada uma rede de interesses mútuos, uma espécie de pacto entre o médico, o boticário, os oficiais camarários, os magistrados e o governador, [...] a autoridade do comissário estava irremediavelmente aniquilada” (SUBTIL, 2015, p. 61).

Não se deve desconsiderar, portanto, a existência de redes de poder, isto é, a junção de homens que ocupando distintos cargos, seja o espaço camarário, da magistratura, ouvidoria, ou qualquer outra, se unem em redes de sociabilidade e se protegem mutuamente. Seja como forma de pagar uma dívida, ou pela defesa de um determinado interesse em comum, essas alianças se forjavam, se estruturavam, no combate a um “inimigo” em comum, neste caso em particular o comissário delegado.

Este exemplo de Subtil apenas reforça a autoridade do comissário sendo confrontada frente a outros poderios, a outras jurisdições, denotando a existência de relações nem sempre harmônicas entre essas esferas. Ainda que esse delegado do Físico tivesse plenos poderes na jurisdição sobre a área da saúde e seus agentes, seu raio de atuação quase sempre tocava em interesses de terceiros, e neste sentido, ele poderia enfrentar fortes resistências advindas dessas dimensões.

Ainda que pese a relevância dessa *malha* de poderes e suas influências em determinadas matérias, é inegável o alargado poderio dos comissários no quesito da saúde pública de então. Voltando a alguns de seus encargos, era cabível ao comissário, nos assuntos relativos à abertura de devassas:

§16. O Comissário do Físico-mor do Reyno tirara em cada hum anno devassa, em que examine se algum cirurgião, ou pessoa que não for approvedo de Médico pela Universidade de Coimbra, ou não tiver licença do Físico-mor do Reyno, cura de Medicina, ou applica remédios aos enfermos (op. cit., *Regimento que serve de Ley...*, p. 9).

⁷ Busco aqui pontuar algumas situações de modo sintético, apenas com o objetivo de evidenciar as redes de poder estabelecidas e como elas são, em certa medida, centrais para o pleno entendimento sobre determinadas relações sociais. No artigo citado de Subtil o autor trouxe à superfície detalhes mais pormenorizados, portanto, sugerimos tal leitura. In: op. cit., José Subtil. *O Antigo Regime da saúde pública entre o Reino e o Brasil*. In: *Revistas Ultramares*. Dossiê Antigo Regime Português, nº 8, vol. 1, ago-dez, 2015.

Além disso, deveriam ter vigília ativa acerca de boticários que lucrassem um valor superior ao que manda seu regimento, se algum deles “[...] se intrometesse a curar”, afinal os processos terapêuticos e que envolviam determinado diagnóstico eram passíveis da atuação médica, cabendo ao boticário a aplicação do medicamento, além de examinarem a devida aprovação (se ela existisse).

É notório, pelos dados analisados no Regimento dos comissários o controle que se buscava ter em relação aos agentes envolvidos na fabricação das mezinhas. É muito possível, que ainda assim, alguns desvios pudessem ter tido lugar, o que demandava um número crescente desses profissionais, afinal por mais que se intentasse um controle fiscalizatório sobre os responsáveis por essas vendas, certamente muitos escapavam dessa regulação.

Ainda considerando as distinções regimentais que engendraram o universo da saúde e das terapêuticas no Antigo Regime português, era de flagrante contundência o apontamento segundo o qual o comissário ficava proibido de dar licenças a pessoas sem a devida formação para curarem de medicina. Em relação aos levantamentos executados, eles deveriam dar conta anualmente ao Físico-mor do Reino acerca das boticas visitadas, bem como dos autos levantados, e das condenações impostas, ou seja, sobre todos os apontamentos verificados durante as visitas. Afinal, não se pode ignorar sua vinculação à figura do Físico, portanto, as informações coletadas deveriam ser levadas à presença do médico real.⁸

Em relação aos pagamentos, ficou estipulado pelo regimento que os comissários e seus oficiais venceriam o valor de dois mil e quatrocentos réis, novecentos e sessenta réis para cada boticário examinador, e ao Físico-mor estava reservado o valor de quatro mil e oitocentos réis (op. cit., *Regimento que serve de Ley...*, p. 10). Tal divisão apenas reforçava o nível de hierarquização então existente entre esses ofícios, segundo o qual o físico ocupava a posição máxima.

Entre os oficiais que formavam a estrutura de apoio dos Comissários – se assim posso dizer – estavam o escrivão e o meirinho, que o acompanhava em suas visitas, junto aos três boticários, e estavam a seu dispor. Aqui é importante lembrar a validade deste regimento não apenas para as terras do Reino, mas também para os domínios ultramarinos, como sublinhado por Pina Pestana:

⁸ Como colocado no parágrafo 18, segue: “§18. O mesmo delegado dará conta todos os annos ao Fízico-mor do Reyno de todas as Boticas que vizitou, e dos Autos que fez contra os culpados, e das Condenações que lhe impoz, remetendo juntamente Certidão do seu Escrivão, que será tirada dos livros que deve ter para este effeito, e faltando nesta parte, ou em outra alguma ao disposto neste Regimento, será castigado conforme a sua culpa pelo Fízico-mor do Reyno”. In: op. cit., *Regimento dos Comissários*, p. 9.

§21. [...] e em quanto lhe não forem nomeados deste Reyno, pedirá cada hum dos Commissários ao Governador da sua Capitania hum dos Escrivães actuaes que mais aptos lhe parecer para servir perante o dito Commissário, como também hum Meirinho, que execute as Ordens do mesmo Commissário, e faça as diligências que elle lhe ordenar (op. cit., *Regimento que serve de Ley...*, p. 9).

Outra significativa ponderação apontada por Pina Pestana em que se inscreve a *utilidade* de se guardar a saúde dos vassallos do rei, onde segue:

§23. E porque os médicos mais não devem escuzar de aceitar as Comissões que o Físico-mor lhes conferir, nem os boticários, mais capazes devem escuzar-se de serem examinadores vizitadores dos boticários, por ser um serviço dos mais importantes na República, e o mais *útil a saúde* [grifo meu] dos Vassallos de Sua Magestade, que estas diligencias se fação pelas pessoas mais doudas nas suas profissões o Governador do distrito constringerá aos nomeados, tanto no cargo de Commissário delegado do Físico-mor do Reyno, como aos Vizitadores dos Boticários para que aceite com effeito, no cazo que o repugnem fazer (op. cit., *Regimento que serve de Ley...*, p. 11).

Embora aos comissários, como previsto pelo regimento de Pina Pestana fosse vedado o direito de passar licenças a pessoas sem formação médica – tendo em vista o contexto setecentista, e em particular, a América Portuguesa, afinal o dito regimento valeria para as conquistas também – verifica-se a concessão de cartas e títulos de “curadores” às pessoas que na prática já curavam (SUBTIL, 2015, p. 54).

Neste sentido, vale ressaltar que nas últimas décadas do século XVIII, diversas câmaras insistiam junto aos governadores para a abertura de casas ou institutos onde se ensinasse cirurgia e alguns preceitos médicos, o que segundo Júnia Furtado o Reino rejeitara categoricamente argumentando que “podia relaxar a dependência que as colônias deviam ter do reino (...), que um dos mais fortes vínculos, que sustentava a dependência das nossas colônias, era a necessidade de vir estudar a Portugal” (FURTADO, 2011, p. 69).

Ainda que por diretrizes regimentais, e obedecendo à um formalismo, as figuras ideais a executarem as artes terapêuticas seguiam sendo os médicos e cirurgiões – os primeiros por terem grau acadêmico, e os segundos pela experiência e estágios comprobatórios de um saber sedimentado. Por outro lado, quando se lança um olhar para as configurações sociais de outras

realidades, em específico da América Portuguesa e suas dispersas capitânias, nota-se disparidades no que tange à formatação dos regimentos.⁹

Tendo em vista a realidade da América, na qual se verifica uma carência de formação nos domínios médicos, os comissários delegados seriam autorizados a conceder licenças sob a designação de “curadores” a barbeiros, pretos forros, mestiços, sangradores e curandeiros. É preciso enfatizar, para além das questões já enunciadas, que a criação da Junta do Protomedicato – instituição que viria a substituir a Fisicatura-mor nas matérias de fiscalização e controle sobre a área médica – e a designação de comissários para a América Portuguesa, com poderes reforçados e larga atuação jurisdicional funcionária como elemento conflitante no que concerne às demais jurisdições, e poderes locais (SUBTIL, 2015, p. 54 e 55).

Lembro aqui que o documento regulador das funções dos comissários mudaria quando da implementação por D. João VI de uma nova estrutura regimental, em 22 de janeiro de 1810. Este regimento ganharia centralidade tendo em vista o cenário em que os comissários atuavam, que já não era mais o mesmo de 1744. Neste sentido o regente asseguraria que a jurisdição dos comissários não poderia ser arbitrária “[...] e desconhecida, o que seria despótico, e contrário a utilidade pública”.¹⁰

O novo regimento contava com 40 capítulos que versavam sobre as atuações dos comissários, considerando inclusive, seus limites jurisdicionais, e assuntos outros sobre saúde. Alguns elementos iam de encontro a alguns artigos presentes no Regimento de Pina Pestana, como as seguintes considerações:

I.O Juiz Comissário Delegado do Físico mor do Reino será médico formado na Universidade de Coimbra, ou em outra, que se crear neste Reino. Os seus provimentos serão triennaes, e poderão ser reconduzidos cada três annos, se não houverem queixas [...], e gozarão de todos os Privilégios, que pertencem aos Magistrados temporaes pelas Minhas Leis, e Ordens (ALVARÁ com o Regimento dos Delegados do Físico mor do Reino, e providencias sobre a saúde. SILVA, António Delgado da. *Collecção da legislação portugueza: desde a última compilação das ordenações: legislação de 1802 a 1810*, p. 800.)

⁹ Ora, as realidades encontradas nas capitânias eram, na verdade, muito distantes em matéria de saúde pública dos ditames régios. Neste sentido, era raridade encontrar médicos de partido, e ainda que existissem, estes estavam alocados nos centros urbanos mais populosos. Como nos próximos capítulos se verá, a grande maioria dos que curavam eram homens simples, não letrados, e quase sempre provenientes da escravatura.

¹⁰ ALVARÁ com o Regimento dos Delegados do Físico mor do Reino, e providencias sobre a saúde. SILVA, António Delgado da. *Collecção da legislação portugueza: desde a última compilação das ordenações: legislação de 1802 a 1810*, p. 800.

Segundo o novo Regimento, seria previsto ao comissário o poder de delegar para lugares remotos, em situações que não pudessem ir eles pessoalmente, na pessoa “[...] que lhe parecer mais idônea, nomeando-lhe Escrivão, Examinadores e Officiaes”.¹¹ Em relação às visitas as boticas, inegavelmente umas das principais funções dos comissários – além da cobrança das cartas de confirmação dos médicos e cirurgiões – o capítulo VI trazia detalhes mais pormenorizados do que o documento de 1744 sobre o assunto, quando asseverava:

VI. Em todos os lugares da sua Jurisdicção visitará as Boticas, que nelles houverem, acompanhado do Escrivão, Visitadores, Meirinho, e seu Escrivão, e antes que proceda á visita, dará o juramento dos Santos Evangelhos ao Boticário, debaixo do qual declare se tem na sua Officina medicamentos, ou utensílios emprestados; examinando-se se tem Cartas passadas em fôrma, firmadas com o Sello das Armas Reaes na Chancellaria Mor do Reino: Se tem o Regimento para o preço dos medicamentos, se tem os pesos e balanças aferidas; se as balanças são iguaes; se os medicamentos estão feitos com a perfeição, e bondade que manda a Arte Pharmaceutica; e se nelles existe aquelle vigor, e efficacia, que possa produzir o effeito, para que forão compostos, e são applicados. Se os utensílios estão com o aceio, e limpeza, que se requer, se os vasos, em que estão os medicamentos, tem os seus respectivos letreiros á vista, para não haver engano no tirar de alguém, se as receitas que guardão, estão sommadas pelo Regimento. Verá todos os simples, e compostos sem excepção alguma, e se achar que se lhe occultão alguns mandará dar busca nas gavetas, ou onde tiver suspeita que estão escondidos, e fechados, a fim de nelles se fazer o devido exame. Todo o medicamento simples, ou composto, que foi julgado incapaz, e com defeito, o Juiz Commissário Delegado o mandará queimar, ou lançar fora em parte donde não possa tornar-se a recolher, sem mais appellação (op. cit., *Alvará com o Regimento...*, p. 801).

O boticário examinado deveria, portanto, estar em posse dos medicamentos mais usados por médicos e cirurgiões, caso contrário “[...] o mesmo juiz lhe mandará fechar a Botica [...], ou o condenará a seu arbítrio” (op. cit., *Alvará com o Regimento...*). O comissário tinha autonomia o suficiente para suspeitar de algum examinador, particularmente no que tange à uma amizade entre o que examinaria e o boticário examinado,¹² podendo afastar o primeiro e “[...] chamar outro Boticário approved, podendo-o compellir, até fazendo-o vir debaixo de prisão, e a este dará o juramento do estilo” (op. cit., *Alvará com o Regimento...*, p. 801).

¹¹ Além disso o capítulo V ainda sublinhava sobre os escolhidos pelos comissários para fazerem as visitas em lugares distantes: “Não poderá ser nomeado para exames, e vestorias do Judicial em concurrencia com outros Professores; e nas Juntas votará em último lugar, não comparecendo algum mais authorisado, como por exemplo qualquer membro da antiga Junta do Proto-Medicato, ou que tenha Carta de Conselho”. Ver: idem.

¹² Deve-se considerar, assim, o peso das relações sociais como elemento engendrador de situações, que poderiam favorecer determinados sujeitos. Neste caso em particular, seria muito possível que um examinador como detentor de um poder fiscalizatório fosse conhecido do boticário a quem examinaria, e pudesse fazer “vista grossa” em relação a alguma situação de irregularidade. Portanto, caberia ao comissário se atentar para essas sutilezas, combatendo-as antes de se concretizarem.

Como eram dois examinadores os que acompanhavam o comissário nas visitas as boticas, o ideal é que eles entrassem em consenso sobre as questões tratadas, mas em caso de divergência entre os votos dados, se favoráveis à botica examinada ou contrários, caberia ao Delegado comissário o desempate, e nos casos em que um dos examinadores quisesse apelar da decisão deveria fazê-lo junto ao Físico mor do Reino, “[...] a quem competem privativamente todas as appellações, e agravos deste Juízo” (op. cit., *Alvará com o Regimento...*). Todas as boticas deveriam ser previamente examinadas a fim de ter legitimidade para sua existência, do contrário “[...] mandará fechá-la, e fazer auto com prova necessária” (op. cit., *Alvará com o Regimento...*).

Ainda no quesito das visitas o novo Regimento indicava que:

IX. Nenhuma Botica será isenta destas Visitas por mais privilegiada que se considere, sem exceptuar a mesma da Casa Real, e dos Reaes Hospitaes, e somente o será a da Universidade. Também serão visitadas as Lojas de drogas pela mesma forma, que as Boticas, só pelo que toca aquelles gêneros, que então na composição dos remédios (op. cit., *Alvará com o Regimento...*).

Com exceção da Botica da Universidade de Coimbra, todas as demais, mesmo as régias, deveriam estar enquadradas pelas visitas dos comissários. A visita era, portanto, o elemento legitimador (junto da aprovação que previa a continuidade da existência da mesma) para que as Boticas pudessem estar abertas. Era por ela que se garantia a qualidade dos medicamentos ali vendidos, bem como eram feitos os exames de pesos e balanças, e a fiscalização da composição dos remédios.¹³

Uma das determinações que se entendia como necessária era a de que os boticários e droguistas não soubessem das visitas, justamente para que não tivessem tempo de se prevenir.

¹⁴ Neste sentido, essa era mais uma pontuação a representar uma continuidade com os postulados defendidos pelo Regimento de 1744, isto é, as visitas extraordinárias poderiam ser feitas sempre que houvesse desconfiança de um determinado boticário, ou em casos de denúncia, mas elas não estavam inscritas no tempo como obrigatórias, e por elas os comissários não receberiam gratificação alguma.¹⁵

¹³ Neste sentido o novo Regimento era categórico, afirmando ainda que “X. As referidas Boticas, e Lojas de drogas serão visitadas todas as vezes que parecer necessário”. Ver: op. cit., *Alvará com o Regimento...*

¹⁴ O Regimento de 1744 previa estas visitas sem prévio aviso como as “extraordinárias”, como apontado: “[...] o Comissário do Físico mor vizitar, e examinar todas as Boticas, e loges de drogas quando entender que he conveniente, ou por officio, ou por requerimento de parte, porém destas vizitas extraordinárias não levará emmolumento algum”. Ver: op. cit., *Regimento que serve de Ley...*

¹⁵ À semelhança do Regimento de 1744 o de 1810 previa que os comissários receberiam seus ordenados apenas pelas visitas ordinárias, e os pagamentos se davam nas seguintes quantias “[...] pagará cada huma das Boticas, e

Ao fim das visitas era passada uma certidão pelo comissário, a qual era também assinada pelos dois examinadores, onde se declarava:

[...] as Boticas, que se visitarão, as suas qualidades declaradas com as letras R. S. R. iniciaes das palavras Boa, Sufficiente, Reprovada; se lhe achou Regimento, pezos aferidos, aceio de utensílios e vasos; bons ou máos medicamentos; e esta certidão será remettida ao Físico mor do Reino. Além della o Escrivão passará a cada Boticário outra do merecimento, que lhe foi julgado, fazendo nella o devido elogio aos que tiverem servido ao público com desempenho; e esta certidão servirá de licença chamada de continuação, devendo apresentá-la na Visita triennial, que se seguir (op. cit., *Alvará com o Regimento...*).

A certidão representa aqui o elemento legitimador da existência das Boticas. Além disso, era também cabível a esfera jurisdicional dos comissários abrir devassas todos os anos – nas terras onde exercesse sua jurisdição – notificando testemunhas, e lavrando um edital que seria fixado pelo meirinho em lugares públicos, inquirindo nos seguintes termos:

[...] se alguma pessoa, que não for médico, ou não tiver licença para substituir a falta de médicos, applica remédios as enfermidades internas, receitando, ou por algum outro modo. Se estes que assim curão, exigem dos enfermos o pagamento das suas visitas e curas. [...] se algum boticário leva pelos medicamentos mais do conteúdo no seu Regimento, ou faz rebate de alguma parte da sua legitima importância. Se algum boticário vende remédios activos, suspeitosos, perigosos, ou venenosos sem receita de pessoa authorisada, como vomitórios, purgantes, cantaridas, preparações mercuriaes, opio, e suas composições, e outros semelhantes. Se substituem huns remédios por outros sem authoridade de quem os receitou. Se avião receitas de Medicina passadas por pessoas illegítimas. Se tem parceria com algum Médico, ou Cirurgião. Se costumão desamparar a Botica, deixando nella aprendizes, ou escravos, que vendão remédios. Se se intrometem a curar, ainda que seja pelas receitas, que vão a sua Botica (op. cit., *Alvará com o Regimento...*, p. 803).

A preocupação em se criar uma estrutura regulatória delegando aos comissários tais funções segue aparecendo de modo muito enfático no Regimento de 1810, e é preciso lembrar que o de 1744 trazia já algumas considerações a esse respeito, embora o fizesse de modo mais resumido. O que se verifica, em grande medida, são algumas continuidades com os artigos do Regimento de 1744, e outros elementos agregados.

Lojas de drogas por ellas para o Físico mor cinco mil e seiscentos réis; para o Juiz Comissário três mil e duzentos réis; para cada hum dos Examinadores mil e quatrocentos réis; para o Escrivão quatrocentos e cincoenta réis; para o Meirinho, e seu Escrivão quatrocentos setecentos réis. Do pagamento destas propinas somente he isenta a Botica da Casa Real”. Ver: Op. cit., ALVARÁ com o Regimento dos Delegados do Físico mor do Reino, e providencias sobre a saúde, p. 802.

Neste sentido, o novo Regimento se constitui, tendo em vista, principalmente a retomada dos lugares de Físico e Cirurgião mor, afinal, eles haviam sido extintos, como a frente se verá, quando da criação da Junta do Protomedicato. Os comissários passaram, portanto, da alçada do Físico para a dos delegados da Junta, e em 1808 novamente para a Fisicatura.

Para ter a aprovação do comissário o boticário, ou aquele que estivesse a comercializar medicamentos deveria apresentar uma certidão de mestre aprovada, comprovando o aprendizado de quatro anos, e em casos de não a ter em mãos, serviria uma justificação feita perante o comissário e três testemunhas “[...] de probidade, que jurem ter aprendido com Mestre aprovado os ditos quatro annos, e terem visto ao justificante manipulando medicamentos” (op. cit., *Alvará com o Regimento...*, p. 804).

No que tange aos exames, o Regimento indicava que versariam sobre conhecimentos próprios da área, tais como:

[...] cura das enfermidades agudas, e crônicas, o prognostico, e medicamentos indicados, assim como sobre o modo de fazer uma Consulta a qualquer Médico, e de inquirir hum enfermo, attendendo-se sempre nas perguntas aos poucos conhecimentos, que os Cirurgiões podem ter. O mesmo exame farão os cirurgiões, que forem curar para lugares, onde não há médico algum (op. cit., *Alvará com o Regimento...*, p. 804).

Os cirurgiões que curassem de medicina em lugares onde não houvesse nem médicos, nem boticários, deveriam possuir exame de farmácia, que neste caso, versaria sobre questões de caráter geral (op. cit., *Alvará com o Regimento...*, p. 805). Em determinados momentos do Regimento é possível encontrar menções aos agentes das artes de curar, de todo modo, resalto que tal referência não se fazia de forma direta, isto é, eles são aqui considerados “aqueles que não são cirurgiões”.

Sobre estes últimos a determinação era a de que os curadores que praticassem as curas próprias à medicina, e detivessem o conhecimento específico sobre a manipulação dos medicamentos do país, e que além disso fossem necessários em lugares remotos, poderiam atuar a partir do exame feito pelo comissário, juntamente com o seu escrivão e um médico, sendo passada a licença anual de curador (op. cit., *Alvará com o Regimento...*).

Em relação à comercialização dos medicamentos estava explicitado no capítulo XXVIII que elementos como, a água da rainha da Hungria, pedra Hume, verdete, pós de joanes, tinta, salsa parrilha, entre outros, deveriam ser vendidos apenas nas boticas ou lojas de drogas, sendo penalizados aqueles que fossem encontrados vendendo os sobreditos, devendo pagar uma taxa

a ser encaminhada aos hospitais mais pobres e as casas de expostos, e lazaretos (op. cit., *Alvará com o Regimento...*).

Em relação às penalizações incorridas pelos infratores previa-se o seguinte:

XXX. [...] I. Que os que curão sem título legítimo, e os cirurgiões que não observão os §§ XXXIV, XXXV, e XXXVIII, paguem vinte mil réis pela primeira vez, o dobro pela segunda, e assim pelas tais; II. Que os que vendem, e fazem medicamentos sejam condemnados em oito mil réis pela primeira vez, dobrando-se pelas reincidências; III. Que pelas culpas averiguadas nas visitas das Boticas, sejam condemnados os Boticários em quatro mil réis pela primeira vez, no dobro pela segunda, e pela terceira o Juiz Commissario lhes mande fechar as Boticas, que não poderão abrir sem mercê do Físico mor do Reino; IV. Que a pena da desobediência seja de cem mil réis, a da injúria feita ao Juiz Commissario, e seus Officiaes, se arbitre segundo a qualidade della; a de falsificar pezos, e medidas seja vinte mil réis pela primeira vez, e se dobre pelas mais vezes até a quarta, em que os Réos deste delicto serão constringidos a fecharem as Boticas, ou Lojas abertas. V. Que nestas mesmas penas sejam condemnados os que reincidirem em ter medicamentos incapazes. VI. Que todas estas multas paguem além das custas (op. cit., *Alvará com o Regimento...*, p. 806).

Em relação à “prestação de contas” dadas pelos comissários ao Físico-mor do Reino sobre as visitas às boticas, e sobre as devassas abertas, ficava decidido que estes delegados deveriam mandar anualmente uma conta exata dos exames e visitas por eles procedidas, bem como das condenações, caso houvesse.¹⁶ Talvez, um dos grandes diferenciais, a partir desse segundo Regimento, seja a fixação do Físico em terras do ultramar, afinal ele, bem como o Cirurgião-mor estavam agora presentes no Rio de Janeiro.

No que concerne às *malhas* de poder local – outras jurisdições estabelecidas – os comissários não escapariam das alçadas dos ouvidores, em outras palavras, quando estes últimos fizessem suas correições deveriam inquirir os comissários sobre suas atribuições.¹⁷ Um dos elementos que entendo ser significativo, e que neste caso não representa uma mera continuidade com o Regimento de 1744, se refere à efetiva definição da jurisdição privativa do comissário, de modo que nenhuma outra autoridade pudesse intervir nos espaços próprios à sua atuação.

¹⁶ O capítulo XXV dizia ainda que os comissários deveriam dar conta do “estado, em que se acha a observância deste Regimento, assim como farão remessa de todo o dinheiro, que lhe pertencer, declarando o que he propina, e de que; o que he condenação; a quem foi feita, e porque; e cobrarão o competente recibo, ou conhecimento em forma para sua ressalva”. Ver: op. cit., *Alvará com o Regimento...*, p. 806 e 807.

¹⁷ Em casos de culpa se remeteria ao Físico mor do Reino “e este enviará ao dito Juiz Commissario para responder a ella, e procedera segundo a defesa, e como for de justiça”. Ver: idem.

Representativo disso será a defesa que se faz no capítulo XXXVII, onde se designava que nem o governador, capitão general, ministro de justiça, capitão mor, comandante de distrito ou qualquer outra esfera – a não ser os ouvidores em suas correições – intervisse nas *diligências* específicas do comissário, antes lhe deveriam prestar auxílio.

Apenas nas situações em que houvesse o entendimento de que eles extrapolaram sua jurisdição, cometendo algum excesso, é que seria dado à essas autoridades reportarem o caso junto ao Físico-mor ou à Secretaria de Estado competente, “sem com tudo lhes embaraçar o exercício” (op. cit., *Alvará com o Regimento...*). Portanto, a ênfase do meio jurisdicional próprio ao comissário, foi pelo Regimento de 1810, elencado com um cuidado maior, numa tentativa de reforçar sua jurisdição.¹⁸

Conclusões

Ambos os regimentos – o de 1744 e o de 1810 – discorriam sobre os encargos dos comissários em configurações sociais distintas, o primeiro num contexto colonial, em que o Físico-mor estava no Reino, e o segundo num recorte de estabelecimento da Corte no antigo domínio, com a retomada da Fisicatura.

O que se verifica, portanto, foi em grande medida uma continuidade entre os dois Regimentos, sobretudo no que tange às atribuições como as visitas feitas pelos comissários às Boticas de caráter trienal, e as extraordinárias, bem como as punições aplicadas aos charlatões, e infratores do Regimento. Por outro lado, o de 1810 previa um reforço dado à jurisdição dos comissários, e sua autonomia em matéria de fiscalização da área da saúde, não devendo, nenhuma outra autoridade intervir em tal jurisdição.¹⁹ Além disso, o comissário seria então designado, como *juiz* comissário delegado do Físico-mor, gozando de todos os privilégios conferidos aos magistrados.

Fontes

¹⁸ Ainda numa chave de defesa de uma autonomia dos comissários frente a outras autoridades, a que pudesse estar submetida, o capítulo XXXIX asseverava: “Para os Juizes Commisarios Delegados exercitarem livremente sem dependência alguma o cumprimento das suas obrigações, não será necessário mais, que o cumpra-se dos Ouvidores, ou outros Juizes Territoriaes; e nenhuma cidade, villa, ou lugar por mais privilegiado que se considere ainda mesmo por Foral, poderá subtrair-se é jurisdição, e justiça do Físico Mor do Reino, e seus Commisarios Delegados, os quaes exercerão amplamente, e sem restricção alguma todas as obrigações, e todos os actos, que se ordenão neste Regimento”. Ver: *idem*.

¹⁹ Não se deve ignorar que a questão jurisdicional em matéria de saúde pública, seria, sem dúvidas, um dos maiores problemas enfrentados pelo governo. Definir as competências, bem como as *fronteiras* entre essas autoridades era em si um verdadeiro desafio imposto à governabilidade régia.

ALVARÁ com o Regimento dos Delegados do Físico mor do Reino, e providencias sobre a saúde. SILVA, António Delgado da. **Collecção da legislação portugueza**: desde a última compilação das ordenações: legislação de 1802 a 1810.

PORTUGAL. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo – **Corpo Cronológico (1161-1699)**, Parte I, maço 18, nº. 26.

Regimento que serve de Ley que devem observar os Commissarios delegados, do FIZICO MOR DESTE REINO nos Estados do Brazil, Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustíssima Rainha nossa S., Anno do Senhor 1745, com todas as licenças necessárias.

SOUSA, José C. P. **Esboço de hum Diccionario Jurídico, Theoretico, e Practico, remissivo ás leis compiladads, e extravagantes**. Na concepção do autor, o físico-mor é o oficial do Rei que tem “Inspeção, e Jurisdição sobre cousas pertencentes á Medicina”.

Referências

ABREU, Laurinda. A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa. **Tempo**, Niterói, vol. 24, nº. 3, set./dez. 2018.

ABREU, Laurinda. A organização e regulação das profissões médicas no Portugal Moderno: entre as orientações da Coroa e os interesses privados. In: **Arte médica e imagem do corpo**: de Hipócrates ao final do século XVIII. Editora: Biblioteca Nacional de Portugal, 2010.

ABREU, Laurinda. Câmaras e Misericórdias. Relações políticas e institucionais. In: CUNHA, Mafalda Soares da & FONSECA, Teresa. **Os municípios no Portugal Moderno**: dos forais manuelinos às reformas liberais. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS – EU, 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. A medicina na época moderna, capítulo 1. In: STARLING, Heloísa Maria Murgel, GERMANO, Lígia Beatriz de Paula, MARQUES, Rita de Cássia (orgs.). **Medicina**: História em exame. Belo Horizonte: UGMG, 2011.

GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (séculos XVII e XIX). **Topoi**, Rio de Janeiro, nº. 13, jul-dez. 2006.

MATTA, Glaydson Gonçalves. **Tradição e Modernidade**: práticas corporativas e a reforma dos ofícios em Lisboa no século XVIII. Dissertação de mestrado, Niterói, 2009.

PEREIRA, Fabrício Luiz. **“Offícios necessários para a vida humana”**: a inserção social dos oficiais da construção em Mariana e seu termo (1730-1808). Dissertação de mestrado, Mariana, 2014.

SUBTIL, Carlos. **A saúde pública e os enfermeiros entre o vintismo e a regeneração (1821-1852)**. Tese de doutorado, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013.

SUBTIL, José. O Antigo Regime da saúde pública entre o Reino e o Brasil. In: **Revistas Ultramares**. Dossiê Antigo Regime Português, nº 8, vol. 1, ago-dez, 2015.

“Sejão Educados na Verdadeira Moral”: a lei como reflexo moral da elite em Goyaz e suas formas de naturalização (1830-1850)

“Be Educated in True Morals”: the law as a moral reflection of the elite in Goyaz and these forms of naturalization (1830-1850)

Ruan Lucas Marciano¹, UFG

Resumo

Esta pesquisa propõe analisar os discursos morais da elite goiana na primeira metade do século XIX, em Goyaz. Dessa maneira, pretendo abordar de que forma os discursos da moralidade impactaram nas estratégias de controle social na cidade de Goiás. Por meio desse estudo foi possível compreender a formação da elite goiana e suas principais estratégias, com a utilização de cargos públicos para a naturalização dos discursos morais contra os sujeitos pobres, indígenas e loucos da província. A ocupação de cargos públicos consolidou o monopólio dos altos cargos, fincando a relação intrínseca da elite com atribuições de interesse próprio na administração pública provincial. Conseqüentemente, o discurso proferido pela classe dominante naturalizou dinâmicas desclassificadoras de indivíduos subalternizados, intensificando a percepção de inimigo social quanto a vadios, indígenas e loucos.

Palavras-chave: Moral; Punição; Controle.

Abstract

This reserach proposes to analyze the moral discourses o the goiana elite in the first Half of the XIX century, in Goyaz. In this way, I intend to address how morality discourses impacted on social control strategies in the city of Goiás. Through this study, it was possible to understand the formation of the goiana elite and its main strategies, with the use of public positions for the naturalization of moral discourses against the poor, indigenous and insane subjects of the province. The occupation of public office consolidated the monopoly of high positions, establishing the intrinsic relationship of the elite with attributions of self-interest in the provincial public administration. Consequently, the discourse given by the ruling class naturalizes disqualifying dynamics of subaltern individuals, intensifying the perception of social enemies regarding strays, indigenous people and crazy people.

Keywords: Moral; Punishment; Control.

Introdução

Deixemos de lado as obras e os textos e estudemos de preferência os discursos nas funções ou nos campos estratégicos em que eles produziram seus efeitos.²

¹ Mestrando pelo PPGH da Universidade Federal de Goiás, bolsista FAPEG – ruan_marciano@discente.ufg.br Orientador Prof^o. Dr. Cristiano Nicolini.

² Michel Foucault, 2020, p. 152.

A epígrafe extrapola o campo estético que geralmente representa, ela está alinhada aos objetivos desta pesquisa. Foucault (2020, p. 152), ao afirmar que precisamos deixar “de lado as obras e os textos”, pretendia referenciar a necessidade de estudos que abordassem, ou melhor, questionassem as estratégias de poder “a fim de desfazer aquilo que o discurso fez”. Logo, as análises que seguem abaixo têm por objetivo questionar e problematizar o campo moral em Goyaz no século XIX, contribuindo com um olhar do presente sobre o passado. Com efeito, espero que possa contribuir, de certo modo, para a compreensão de alguns problemas práticos de nosso presente.

As perspectivas morais na primeira metade do século XIX, são importantes para compreensão dos discursos da elite dominante. Em suma, este texto ensaístico tem como objetivo questionar a produção do discurso moral na província de Goyaz durante o Império. A fim de debater com autores que sumarizam sobre o tema, estabeleceu-se análises baseadas na identificação da elite goiana nesse período e, para tanto, utilizei a pesquisa de Vieira (2016) intitulada *O perfil da Elite Dirigente Goiana na Primeira Metade do Século XIX*, que classifica os principais representantes dessa classe. Ressalta-se, ainda, a necessidade da pesquisa supracitada para a compreensão do entrelaçamento da elite com cargos públicos, evidenciando a utilização dos dispositivos de controle nas dinâmicas sociais.

Junto ao processo de análise do texto de Vieira (2016), foram elencados alguns apontamentos e relações dos códigos imperiais da década de 1830, que contribuem para o entendimento do contexto geral das posturas adotadas pelo Império brasileiro. Entretanto, é importante entender que as formas punitivas variavam de acordo com a gestão provincial, como aponta Araújo (2006) em seu doutoramento de título *O Sistema Prisional no Império brasileiro: estudo sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890)*. A autora afirma que as províncias foram responsáveis pela gerência e arrecadação de impostos, da mesma maneira que produziram atribuições diferentes das demais como “a divisão civil, judiciária e eclesiástica da província; a instrução pública; a força policial; as obras públicas [...]” (*Idem*, 2016, p. 32), por esse motivo, o estudo da história punitiva deve ser realizado considerando o contexto de cada província.

Em outro ponto, enfatiza-se a legitimação do sistema punitivo e a simbolização do trabalho como valor civilizatório. Apoio-me nos escritos de Rabelo (1997) em *Os excessos do corpo: a normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889*, para o embasamento dos dispositivos de controle nos espaços sociais da Goyaz no século XIX. Essa pesquisa em questão evidenciou perspectivas respeitáveis quanto ao uso da normalização como

fator de limpeza social, repressão da classe dita ociosa pela elite e atribuição do trabalho como valor para benefício da própria classe dominante.

Em *Ordem pública, catequese e civilização na Província de Goiás*, Vieira (2007) analisa a relação entre a catequese de indígenas na província de Goyaz como maneira de aplicação dos princípios morais e, quando desrespeitados esses valores, a utilização das leis como forma de punição. O trabalho de Silva (2021), nomeado *A identificação do louco e da loucura em Goiás na segunda metade do século XIX*, possibilitou o reforço argumentativo que circunda o discurso moral no século XIX, no qual intensifica a punição de indivíduos loucos, mesmo que de forma diferente dos demais. Ambos os trabalhos são importantes para o reforço historiográfico. Nesse sentido, foram utilizados alguns trechos dos relatórios dos presidentes da província de Goyaz, como ponto de partida da análise documental.

Como prisma teórico, os escritos de Michel Foucault serviram como norteadores das observações. Obras como *Verdades e formas jurídicas* (2005), *História da sexualidade II* (2014), *A Sociedade punitiva* (2020) e *Os Anormais* (2001) são basilares em algumas considerações no que tange à moralidade e sua relação com o sistema punitivo e a criação simbólica de inimigos sociais, ou seja, aqueles que romperam com o pacto de civilidade ocidental.

Cargos e ofícios da elite

Os discursos considerados moralizantes apresentam-se com certa intensidade em documentos e pronunciamentos oficiais na Província de Goyaz, no século XIX. Isso porque as dinâmicas de controle estavam intrincadas a procedimentos que se estabeleciam em relações verticalizadas, pensadas antecipadamente pela elite. O intuito deste trecho é entender como essas relações verticalizadas impressas no discurso das autoridades e representantes da elite no século XIX, se produziram/reproduziram no decorrer desse período e se urdem às ferramentas de controle social. Antes, é preciso ressaltar que não ignoro a noção de resistência ou atrito dos sujeitos dominados quanto aos dominantes, mas, conforme se verá, os documentos analisados estavam inseridos na dinâmica de controle e aparelhamento judiciário, médico e moral, geridos pela elite da província de Goyaz.

Nesse sentido, é necessário conduzi-los à reflexão sobre as fontes utilizadas para compreensão de parte da moralidade constituída nesse período, expondo algumas considerações metodológicas. Foucault (2014) em *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*, nos apresenta uma notável contribuição quanto à análise de discursos em documentos oficiais, sendo

“constituído por textos que pretendem estabelecer regras, dar opiniões, conselhos, para se comportar como convém”³ (2014, p. 106), é preciso considerar que a escrita e elaboração de textos antigos expressam além do pensamento redigido por um indivíduo; o conjunto de comportamentos morais de um período faz parte de condutas esperadas e controladas por instituições aparelhadas pela elite. Parafraseando Foucault (2020, p. 106), “a moral não está dentro da cabeça das pessoas: está inscrita nas relações de poder”. Nesse ponto, entendo a moralidade a partir de códigos estabelecidos por instituições. Trata-se de ações guiadas, ou não, por valores sugeridos por aparelhos de controle social, objetivando a coerção de práticas que desvirtuam o modelo de comportamento.

Entender a história da moralidade é questionar o sentido dos códigos morais e como eles se estabeleceram em determinadas sociedades e períodos. Pode-se indagar, de maneira inicial, algumas questões: Quais foram os principais agentes produtores e representantes desses códigos morais? Como se firmaram com o uso das ferramentas de controle social?

O estudo da história da moralidade e, mais a frente, a história da punição em Goiás vista como aparelho extensor dos beneficiados pela moralidade, pode ser iniciado pela compreensão da monopolização do poder político da elite. Vieira (2016) analisou as dinâmicas de perpetração do poder entre a elite goiana, evidenciando os principais cargos políticos ou privados que influenciavam na administração pública. Nesse sentido, a pesquisadora atribui três categorias de definição da elite Goiana, no século XIX: os goianos ilustres, elite proprietária e elite eclesiástica. Para a análise da primeira categoria, a autora utiliza o itinerário de Raimundo José da Cunha Mattos, redigido em 1836, a fim de compreender a dinâmica de ocupação de cargos públicos, principalmente ligados ao policiamento, infantaria do exército e presidência da província; nas palavras de Mattos os sujeitos eram reconhecidos de tal maneira “pelos seus talentos e virtudes alcançaram bom nome, ou huma representação na sociedade acima das classes dos indivíduos ordinários” (VIEIRA, 2016, p. 448 *apud* MATTOS 1836, p. 321); portanto, significa a atribuição de sujeitos capazes, virtuosamente, de sustentarem o cargo pelo nome que conquistaram ao longo da vida, tornando-se indivíduos cumpridores do discurso esperado pelo Império; essa definição, segundo Vieira (*Idem*, p. 448), fora responsável pelo que “se aproxima do que estamos compreendendo como sendo a elite goiana”.

³ No contexto da obra foucaultiana, o autor problematiza os textos da antiguidade para analisar a dinâmica moral da sexualidade entre os gregos. Considerei como uma importante indagação, que não se aplica somente aos pressupostos de textos filosóficos, mas na reprodução de materiais em outros contextos, dinamicidades e poderes, como é o caso dos relatórios dos presidentes da província de Goyaz, no século XIX. (FOUCAULT, 2014, p.18).

A cobiça por cargos públicos também pode ser reconhecida como forma de ascensão social em virtude do acesso “junto ao governo central” (*Idem*, 2016, p. 451) e a aquisição de recursos financeiros. Sobretudo, eram gratificados pelos feitos públicos, patriotismo do serviço militar, o letramento e o respeito social da província. Contudo, outro ponto importante para compreensão desses cargos é o apadrinhamento, via que poderia ser decisória já que se utilizaria da ratificação social estabelecida por um indivíduo pertencente à elite. Porventura, as tropas de milícia e os demais serviços militares eram consideradas atividades secundárias, levando em conta que os cargos eram ocupados por sujeitos proprietários de terras “ou negociantes, que exerciam poder de mando no âmbito local e provincial” (*Ibidem*, 450).

O segundo grupo, a elite proprietária, se aproxima bem da perspectiva que se pretende expor. Os proprietários latifundiários, donos de escravizados e comerciantes ocupavam cargos diretos do funcionalismo público da província de Goyaz; um exemplo adequado a essa afirmação é a figura de Joaquim Alves de Oliveira. Proprietário de terras enriquecido por suas atividades mercantis, Joaquim Alves de Oliveira foi dono “do maior plantel de escravos” no século XIX, da província de Goyaz (*Ibidem*, p. 452-453). Abasteceu boa parte das atividades mercantis da província com a produção de algodão, cana e cachaça. Com efeito:

Joaquim Alves Oliveira, Coronel Graduado do Regimento de Cavalaria Ligeira n.50 de segunda linha, exerceu vários cargos na província de Goiás, sendo eleito para a junta de Governo em 1822 e para a Assembleia Geral Constituinte de 1823 (EDITAL, 1833. Foi comandante militar de Ordenanças do Arraial de Meioaponte, Juiz de Paz, Membro do Conselho Geral, coronel chefe da Legião de Guardas Nacionais e presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional de Meioaponte. Recebeu honrarias diversas, tais como: Comenda da Ordem do Cruzeiro (1825), Moço Fidalgo da Casa Imperial (1826), comenda da Ordem de Cristo (1829) e a Comenda de Cavaleiro da Ordem da Rosa (1843) (TELES, 1978). O primeiro periódico goiano, intitulado *A Matutina Meioapontense* (1830-1834), pertencia a Alves de Oliveira (VIEIRA, 2016, p. 452–453).

Logo, outras duas figuras são importantes para se compreender o atrelamento entre a elite proprietária e os cargos de representação pública. A primeira trata-se do Coronel Felipe Antônio Cardoso, proprietário de terras e casas, efetivou seu monopólio com a criação de gado e atividades agrícolas a partir de 1800, Cunha Mattos o definiu como “uma das pessoas mais nobres e abastadas da província” (VIEIRA, 2016, p. 453 *apud* MATTOS 1826). Cardoso passou por cargos da Cavalaria da província até o posto de capitão, posteriormente foi nomeado coronel do Primeiro Regimento de Infantaria de Milícia até que, em 1855, nomeou-se “Chefe do Estado Maior do Comando Superior da Guarda Nacional da capital goiana” (VIEIRA, 2016, p. 453).

Esteve, segundo Vieira (2016), diretamente ligado à política na Cidade de Goiás, capital da província, sendo vereador e conselheiro do Governo e “aparece na composição das duas primeiras legislaturas da Assembleia Legislativa Provincial” (*Idem*, p.453)). A segunda figura, José Rodrigues Jardim, presumivelmente, foi a que mais teve êxito nos cargos políticos, tendo como principal fonte de riqueza atividades mineradoras e agrícolas. Nas palavras da pesquisadora:

Esse coronel goiano teve uma trajetória política de grande sucesso, chegando ao ápice da burocracia imperial. Foi tesoureiro da Casa de Fundação, administrador dos dízimos, vereador, membro e secretário da Junta Administrativa de Governo, vice-presidente provincial, juiz de paz, presidente provincial, cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e, por fim, senador do Império (BRASIL, 1980, p.94-97). O nome de Jardim ainda aparece nas primeiras reuniões feitas para a fundação da Sociedade Conciliadora e Philantrópica da Cidade de Goiás (VIEIRA, 2016, p. 454).

São significativos alguns apontamentos da autora quanto a essas três figuras supracitadas. Ambos não possuíam ensino superior, inferindo assim, a não necessidade de formação em direito para, por exemplo, ocuparem cargos atrelados aos procedimentos punitivos, como os Juízes de Paz. Isso acarreta algumas contradições, como no discurso de Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, no relatório de 1837, enquanto presidente da província; no texto, Fleury reclamava a falta de *Juízes de Direito* e *Juízes de Paz* formados, alegando déficit de punições, deixando parte dos criminosos sem penas adequadas; o cargo, dessa maneira, necessitava do conhecimento técnico das faculdades de direito para computar corretamente o código criminal do Império⁴.

É pertinente notar que os Juízes de paz foram peças significativas do maquinário punitivo das províncias, com objetivos específicos de controle do tráfego de sujeitos entrantes no seu local de policiamento. O Art.12 do Código de processo Criminal de 1832, especifica as funções dos Juízes de Paz: tomar o conhecimento de sujeitos que adentram a província, “desconhecidas ou suspeitas”, sendo responsável por conceder passaporte “às pessoas que lh’ o requererem”⁵, fazer “assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por habito, prostitutas, que perturbam o socego público”⁶, ou seja, aqueles considerados prejudiciais à “paz das famílias”, prever e fazer “assignar o termo de segurança aos legalmente suspeitos da

⁴ FLEURY, 1836 In: Sociedade Goiana De Cultura (Goiânia). Memórias Goianas III. Goiânia: UCG, 1986. Goiânia: Ugc, 1996. p. 60-98.

⁵ Artigo 12 §1º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁶ Artigo 12 §2º “Código do Processo Criminal” (1832).

pretensão de cometer algum crime”⁷, conduzir os indivíduos aos procedimentos de corpo de delito para “formar culpa aos delinquentes”⁸, prender os culpados do seu próprio distrito e caso necessário de outros, dar consentimento de cartas de fiança⁹, “julgar as contravenções às posturas municipais” e os crimes que não excedem “pena maior, que a multa até cem mil réis, prisão, degredo ou desterro”¹⁰ e, por fim, o Juiz de Paz fora responsável pelo policiamento local, criando a divisão de quarteirões “contendo cada um pelo menos vinte e cinco casas habitadas”¹¹.

Nesse sentido, os Juizes de Paz podiam ser descritos a partir de três funções. Os julgamentos, por auferirem respectivamente após a constatação de crimes cometidos pelas classes vigiadas; o policiamento dos corpos que adentravam na província, incluindo as motivações da visita desse sujeito; e a marcação de indivíduos subalternizados pela elite (mendigos, prostitutas, vadios, entre outros), com as assinaturas colhidas de autorreconhecimento. O relatório da província expõe a necessidade do aprimoramento jurídico, não como forma de humanização dos procedimentos punitivos, mas como maneira de estender o *saber*¹² das privações e controle dos sujeitos, com punições mais severas dos casos de repressão nos espaços públicos.

Por fim, acerca da elite eclesiástica, Vieira (2016) aponta que as dinâmicas políticas mantiveram nítida relação entre cargos religiosos e públicos da província durante a primeira metade do século XIX. Sobretudo, o clero goiano fomentou a produção de narrativas históricas da província, do mesmo modo que participou ativamente de cargos políticos e administrativos. Dentre esses sujeitos, três se destacam pela atuação pública: Luiz Antônio da Silva e Souza, Luiz Bartolomeu Marques e Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. A origem familiar dos dois primeiros remete a pessoas pobres e, conseqüentemente, precisaram do emprego em cargos públicos para se manterem, Camargo Fleury compartilhava a descendência da família Coelho Furtado, que se deslocaram à província de Goyaz pela cobiça das minas auríferas (VIEIRA, 2016, 454).

O eclesiástico Silva e Souza destacou-se pelo seu letramento, conduzindo, inclusive, algumas narrativas da “memória sobre a capitania”. Segundo Vieira (2016), o texto intitulado

⁷ Artigo 12 §3º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁸ Artigo 12 §4º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁹ Artigo 12 §6º “Código do Processo Criminal” (1832).

¹⁰ Artigo 12 §7º “Código do Processo Criminal” (1832).

¹¹ Artigo 12 §8º “Código do Processo Criminal” (1832).

¹² Refiro ao que Foucault intitula de “saber-e-poder, poder-e-saber”, no qual define o uso do saber como ferramentas de controle social. Juridicamente, isso significa o domínio do direito como aprimoramento das técnicas de inquérito, investigação e abrangência das leis para que haja menos brechas judiciárias. Essas leis são destinadas àqueles que se quer excluir do corpo social (FOUCAULT, 2005, p. 48).

Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas notáveis da capitania de Goyaz, influenciou na direção das narrativas de viajantes na província de Goyaz. O clérigo protagonizou nos jornais do período, sendo “um assíduo correspondente do primeiro periódico goiano, *A Matutina Meioapontense*” (VIEIRA, 2016, p. 454), jornal no qual Joaquim Alves de Oliveira fundou.

O padre Luiz Bartolomeu, dentre os clérigos, pode ser considerado um dos que mais esteve envolvido na política provincial. Porventura, além dos cargos eclesiásticos, ocupou a vice-presidência da província na gestão de Lino de Moraes e “presidente interino da província, entre agosto e dezembro de 1831”, lecionava na cadeira de teologia moral e ocupou o posto de Juiz de Paz (*Idem*). O eclesiástico pertenceu ao grupo de oposição à nomeação do poder Imperial para presidente da província (*Ibidem*, p. 454), na qual “levou a demissão do presidente Miguel Lino de Moraes no ano de 1831”, com influência direta de Felipe Cardoso, o padre “Aparece como um opositor ao agente nomeado pelo poder central” (*Ibidem*, p.455).

Por último, para concluir este trecho, o padre Camargo Fleury fora incluído nas expedições à Comarca do Norte e, não surpreendentemente, ocupou cargos públicos importantes na província. Essa figura foi responsável pela mediação entre os grupos opositores ao poder centralizado do Império enquanto “deputado da Junta Provisória” na década de 1820; Camargo Fleury chegou ao cargo máximo de poder na província como presidente entre os anos de 1837 e 1839; redigiu periódicos na *Matutina Meiapontense* e fundou, posteriormente, o *Correio Oficial*¹³ em 1837. Vieira (2016, p. 456) aponta que “como se pode notar, tanto os biógrafos como os viajantes, quando fazem referência a Fleury, sempre chamam a atenção para a sua cultura letrada e sua contribuição na administração provincial”. Diante desse palimpsesto, a autora ressalva quanto às múltiplas relações da elite com os cargos públicos:

O envolvimento dos eclesiásticos nas atividades políticas era bastante comum, sobretudo, na primeira metade do século XIX. Após 1840, a participação de padres na política nacional se reduziu significativamente (CARVALHO, 1996, p.93-96). A função exercida pelos párocos no processo eleitoral, aliada à habilidade letrada, lhes conferia distinção social e facilitava o acesso aos postos eletivos. De modo que, na elite dirigente goiana, identifiquei dois grupos: um composto pelos proprietários/comerciantes e outro que era formado pelos eclesiásticos. Ambos possuíam capital político e faziam parte de duas instituições fundamentais (militar e religiosa), cujo pertencimento

¹³ Borges e Lima (2008) apontam que a criação do *correio oficial* ocorreu por “por Lei provincial que, além de instituir o jornal como veículo de comunicação oficial do Estado, estabeleceu orçamento para que o mesmo pudesse se manter. [...] Sob direção do mesmo tipógrafo do *Matutina Meyapontesen*, tenente Mariano Teixeira dos Santos, o *Correio* teve sua primeira circulação em 3 de junho de 1837” (BORGES; LIMA, 2008, p. 74).

lhes possibilitava angariarem a confiança e o reconhecimento das populações local e provincial (VIEIRA, 2016, p. 456).

Esses apontamentos, mesmo que mais esquemáticos quanto às figuras que compunham a elite na primeira metade do século XIX, auxiliam na compreensão das dinâmicas sociais na província de Goyaz. Os sujeitos encarregados pela administração pública, não só representavam diretamente os interesses da elite (na qual eles compunham), como operavam pessoalmente no aparelhamento do controle social, principalmente daqueles pertencentes à classe pobre.

Naturalização do discurso

A moralidade, vista como aparelho idealizador dos dispositivos de controle, pode ser analisada através das ramificações do poder da elite. Rabelo (1997) em sua dissertação *Os Excessos do Corpo: a normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889*, executa uma valorosa pesquisa no tange o controle dos indivíduos marginalizados na Cidade de Goiás no século XIX. No entanto, podemos iniciar a análise de sua pesquisa pelo debate que circunda a moral.

O autor aborda diferentes formas de controle dos corpos pelo prisma teórico de Georg Simmel, no qual reconhece as normas com base em três categorias. A primeira refere-se ao costume, que está entre as categorias moral e direito por se desenvolver como consequência delas, poder-se-ia definir o costume como um entre meio do direito e da moral. O direito é especificado pelo autor como forma de “coesão do corpo social”, ou seja, a utilização das leis pela “ordem dominante” como modo de controle. A moral, por sua vez, é a postura do comportamento humano perante a outros indivíduos, pode-se nomeá-la como controle de si, sobre si. Essas duas categorias convergem ao costume moldando os indivíduos, o autor afirma que: “os costumes funcionam como um complemento entre as categorias do direito e da moralidade, onde a coerção jurídica torna-se inadmissível e a moralidade individual não merece confiança” (RABELO, 1997, p. 11–12), isso ocorre porque a categoria costume pode ser pensada a partir do conjunto social, enquanto a moralidade é reflexo do controle de si.

Naturalmente, Rabelo (1997) adotou essa abordagem por considerar os dispositivos de coerção pelo ponto de vista também religioso, atentando-se para a separação entre a Igreja Católica e as leis, no período Imperial. Mas, a participação desses indivíduos na vida pública não cessou, continuou principalmente pelo peso que os nomes influentes carregavam nesse período.

Entendo a intenção teórica que abrange o campo moral como controle de si que, por exemplo, extrapola para a interação entre os indivíduos formando a opinião pública¹⁴. Todavia, a dimensão moral percorreu os sujeitos no controle de si “nas suas relações com os outros”; isso indica que os indivíduos objetivavam a aplicação moral em suas relações sociais. Considerando as observações quanto à elite goiana na primeira metade do século XIX, o percurso de indivíduos que podiam converter a lei como ferramenta moral pode ser levado como ponto de reflexão. O entrelaçamento da elite goiana e os cargos públicos criou dinâmicas entre o controle dos corpos e a moral idealizada pela elite, encurtando a percepção que temos quanto à moral e o direito. Nesse sentido, qual percurso teórico pode-se utilizar como abrangência dos modos de coerção? É possível iniciar essa discussão utilizando algumas observações de Foucault (2020), quando debate a relação moral da burguesia com as leis.

Reflito, no campo moral, a capacidade de naturalização de um sistema punitivo, com o objetivo atenuante de se infiltrar, em nome da razão, no jogo cotidiano das relações sociais. Isso significa que a lei formulava teses e métodos de controle com base nas dinâmicas sociais; por sua vez, a lei estava atrelada à classe dominante – ela age em nome dessa classe – capaz da reivindicação de novos modelos punitivos baseados em sua moral. Foucault (2020, p. 99) em *A sociedade punitiva* é elucidativo nesse caso, no qual propõe a análise incisiva dos jogos de poder indicando que a partir do século XIX, “só se falaria dos pobres, daqueles que não trabalhavam (ociosos, desempregados)” (2020, p. 99), na realidade do Império brasileiro, ou mais especificamente em Goyaz, só se falou das revoltas indígenas, dos pobres, da loucura, da escravização e o *modus* de controle desses sujeitos. José Rodrigues Jardim em 1 de julho de 1836, no relatório da Assembleia Legislativa, apurou a seguinte constatação quanto ao controle dos indivíduos da classe pobre:

A policia, senhores, a policia deve ocupar as vossas atenções: os vadios pesão sobre a classe laborioza, a cada passo se encontrão homens, que sem alguma ocupação útil, divagão de bairro, em bairro, sem se saber qual o seo destino: outros que se entretem na pesquisa de animaes alheios para ir vender a outra parte, e os que fasem impunemente, ora por faltar aos prejudicados as testemunhas de vista, ora porque elles, cançados dos prejuízos, e encommodados, que tem sofrido se contentão com a quisição da sua propriedade, ficando impune (JARDIM, 1836, p. 47-57).

Rodrigues Jardim finaliza seu discurso com a seguinte observação:

¹⁴ Nas palavras de Rabelo, o costume pode ser observado na manifestação da opinião pública, o autor afirma: “Assim, os costumes manifestam-se na opinião pública e em certas reações individuais relacionadas com a opinião pública e não podem ser administrados por toda a sociedade” (1997, p.12).

Tratemos de aumentar, e melhorar nossa cultura, e criação; cuidemos mais que tudo na instrução da mocidade; que os nossos filhos sejam educados na verdadeira moral, e na obediência das leis, como principal, e mais interessante objecto; façamos lhes crer dando lhes o exemplo, que pela observância das leis, e que só por elleas se gosa de paz, e de tranquilidade, verdadeiros bens, e base de todas as felicidades (JARDIM, 1836, p. 47-57).¹⁵

Como observamos no subitem anterior, Rodrigues Jardim fez parte da elite proprietária em Goyaz na primeira metade do século XIX, seu percurso o tornou um sujeito reconhecido socialmente, considerando a adesão dele aos cargos públicos da província, nesse caso como presidente. Em vista disso, os sujeitos presentes em cargos importantes podiam exercer suas premissas envoltas no discurso jurídico, criando sentido a partir da autoridade do cargo. Podemos questionar a afirmação dos ditos vadios em situação de vulnerabilidade, roubarem objetos e animais para a revenda, inferindo um modo, provavelmente, de sobrevivência desses sujeitos. Nos trechos citados, o presidente não só indica com quem os sujeitos laboriosos deviam se preocupar, mas a forma de se portar a fim de ter uma vida de “tranquilidade”, obedecendo às leis e aos costumes morais; isso supostamente incitaria a aquisição de bens, tendo como consequência o aumento da cultura. Observa-se o uso do discurso para criar a ideia de inimigo social, a estigmatização de sujeitos à margem da sociedade que deturpavam a imagem da província, formando o conjunto de pessoas que contradiziam com aqueles que trabalham. Do ponto de vista das autoridades provinciais, o trabalho fora o principal fator de “recuperação” de pessoas ociosas, servia como princípio simbólico de restauração social.

As observações feitas acima, evidenciam a intrincada relação da elite com o controle das classes pobres. Rabelo (1997, p. 63) faz observações importantes para a compreensão desses dispositivos como benesse da classe dominante; com efeito “fazia-se necessário, portanto, usar de todas as estratégias para que o trabalho livre assumisse o seu papel enquanto gerador de riquezas que foram apropriadas pelas camadas dominantes”. No entanto, Rabelo não chega a considerar os indígenas como ponto de análise; acredito que seja importante, mesmo que sumariamente, citar esses sujeitos mencionados recorrentemente nos relatórios da província. Recorrerei, novamente, ao relatório do presidente da província de Goyaz de 1839, para elucidar o vínculo entre o trabalho e os pressupostos de controle que circundam a moral:

¹⁵ JARDIM, José Rodrigues. Relatório que à assembleia legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1836 o EXM. Presidente da mesma provincia José Rodrigues jardim. In: CHAER, Laura. **Memórias Goianas 3**. Goiânia: PUC, 1986. p. 47-57.

Sendo o fim do commercio pôr, e ter sempre ao alcance do consumidor os objectos que lhe são necessários, e uteis, e encontrando elle grandes obstáculos compre-nos remove-los; o primeiro e mais forte, he o Indio selvagem: o perigo que correm os negociantes, passam pelos lugares infestados por elle, sobre modo os intimida: já vos mostrei os meios não só de civilizar as nações selvagens, e de tirar delas grandes vantagens, como a facilidade da empresa. Que benefícios não resultaria a província, quantos bens para a cauza da humanidade se os índios fossem civilizados, e se domesticassem! Huma tribu de selvagens se converteria em trabalhadores proveitosos e uteis! A sua potencia creadora; tudo parece proibir o trabalho ao homem silvestre; mas a constância, a paciência, e o tempo podem conseguir tudo; além disto os índios mostram grande habilidade para a navegação; podem com muita vantagem ser empregados na tripolação dos bazcos, que tem a navegar os rios Araguaia, e Maranhão (MASCARENHAS, 1839, p. 163).¹⁶

Os relatórios da província Goyaz podem contribuir significativamente para o debate, como observou-se na citação, o intuito do poder provincial estava atrelado principalmente ao fomento de sujeitos dóceis em relação aos hábitos ocidentalizados. Vieira (2007, p. 33) afirma que a catequização dos povos indígenas fora responsável pela institucionalização dos interesses da classe dominante, na qual objetivava “suprir a necessidade de braços escravos que a cada dia estavam mais escassos”.

Outro ponto de inflexão importante é o estabelecimento do discurso aparelhado pela lei, que visava incorporar os indígenas ao “processo civilizatório”, criando espaços de socialização dos costumes, pois, a incorporação da língua, costumes e leis, deu margem não apenas para a desapropriação desse indivíduo de sua cultura originária, mas, era passível de punição e quando necessário de enfrentamento direto aos grupos. Para a autora, esse discurso foi utilizado para “representá-los como o “outro” perigoso, “bárbaro”, “selvagem”, que precisava ser combatido, afastado com o uso da força ou civilizado por meio da catequese” (*Idem*, p. 35). Lourenço (2001, p. 81) infere que “sendo a lei geral, quando não um costume, manifestação daquela necessidade vital de sobreviver, nunca poderá ser tida como injusta [...] pois aquela mesma lei confere à sociedade ou a qualquer homem o ‘direito de castigar, matar e destruir o seu inimigo’”; ou seja, as leis confeririam legitimidade punitiva, igualando os sujeitos, tornando-os parte do mesmo organismo social. As classes que adotariam os saques, as resistências, as táticas de relação, são produzidas pela desigualdade ou pela cultura dita “inferior”, logo, as mais sujeitas à punição, pois estariam contra os princípios morais naturalizados institucionalmente.

Outros sujeitos também eram considerados degradadores da ordem e da moral e, não necessariamente fizeram parte das classes pobres, criminosos ou indígenas. O art. 12 do Código

¹⁶ MASCARENHAS, Joze de Assiz. Relatório que a assembleia de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1839. In: CHAER, Laura. *Memórias Goianas* 3. Goiânia: PUC, 1986. p.163.

criminal de 1830, previa que “Os loucos que tiverem cometido crimes, serão recolhidos às casas para elles destinadas, ou entregues às suas famílias, como ao Juiz parecer mais conveniente”¹⁷, portanto, em tese os crimes deveriam ser anulados, sendo remetidos para locais diferentes dos demais. No espaço público de Goyaz do século XIX, Silva (2021, p. 7) aponta que instituições como o Hospital São Vicente de Paula não estavam preparadas estruturalmente para atender a demanda, e como se observou acima, as prisões não eram destinadas para o encarceramento dos sujeitos considerados loucos. Porém, “desde 1828, percebia-se, inclusive na legislação, uma preocupação com a relação entre os loucos e o espaço urbano, porque eles eram considerados os responsáveis por perturbar a ordem e a moral pública” (*Idem*).

Nesse sentido, há a diferenciação entre o patológico e o criminoso. Os sujeitos inaptos a responderem por seus atos deveriam ser diferenciados daqueles que cometeram crimes em boas condições mentais. O louco, no período Imperial em Goyaz, aparecerá em menor intensidade como uma condição médica, banalizando punições e alojamento desses sujeitos em prisões, além do desfavorecimento moral que esse tipo de narrativa fora capaz de produzir. Silva (2021, p. 8) afirma que “era a justiça que advinha os informes sobre o cotidiano” e da mesma forma “a legislação os colocava no mesmo patamar de animais ferozes”. Foucault (2001, p. 39) nos possibilita a reflexão quanto aos sujeitos considerados loucos; o *patológico* pode ser considerado o limite do crime, afirma ele: “o crime não pode ser, em si, um ato que se arraiga na loucura”, na realidade, o sujeito passa a ser contido por outra instituição, a médica, mas não significa a inibição do isolamento social do indivíduo, “no final das contas, a chance de sair de um hospital psiquiátrico não é maior que a de sair de uma prisão” (*Idem*, p. 39) . Refiro-me à objetivação, mesmo que irregular, de retirada desses sujeitos do espaço social, afinal os alienados ainda eram considerados inimigos sociais pela sua própria existência, “o *patológico* fora julgado separadamente dos criminosos, mas sua presença em espaços sociais públicos se confundia com os *vadios*, tendo em comum a aversão da elite quanto a esses sujeitos” (*Ibidem*, 2001, p. 39–40).

Para finalizar, é necessária uma breve reflexão da moral e sua relação com a lei e, conseqüentemente, com as observações acima. Um sistema de coerção é o representante dos princípios morais do Estado, logo, as relações de poder foram estritamente ligadas à percepção moral. Melhor dizendo, “infelizmente, quando se ensina moral, quando se escreve a moral, sempre se explica pela *fundamentação da metafísica dos costumes*” (FOUCAULT, 2020, p. 101), ou seja, não se utiliza as agregações cabíveis ao conceito, tentando aproximá-lo de uma

¹⁷ Artigo 12 “Código Criminal do Império do Brazil” (1830).

relação totalmente controlada dos indivíduos quanto aos outros. Especificamente, parto da premissa de Foucault (2020) ao questionar que “para entender o sistema de moralidade de uma sociedade é preciso fazer a seguinte pergunta: onde está a riqueza?” (FOUCAULT, 2020, p. 101), complementar com: não é possível que a moral determine como indivíduos serão vistos com o uso de dispositivos de controle? Ou, os discursos não podiam influenciar na produção de inimigos sociais? O autor afirma:

Se a lei precisa se preocupar acima de tudo com a moralidade, e se esta é essencial à salvaguarda do Estado e ao exercício de sua soberania, é preciso uma instância que vigie, não a aplicação das leis, mas, antes desta, a moralidade dos indivíduos. As leis então nada mais são que aquilo que dá a tais organismos de vigilância a possibilidade de intervir e agir no nível da moralidade (FOUCAULT, 2020, p. 102).

As disputas de poder que se observou na primeira parte, podem ser consideradas a partir do objetivo de controle da população. Afirmo, nesse sentido, os pressupostos morais aliados à igreja católica que formaram maneiras de subverter a lei em benefício próprio como angariação de capital político. Isso infere que não havia a separação entre o discurso religioso e político, aliás, a Igreja Católica fora uma forte ferramenta para guiar esse discurso, mesmo com a separação de leis e dogmas religiosos nas constituições e códigos criminais.

Em Goiás na primeira metade do século XIX, os discursos convergiram a partir do princípio de valorização do trabalho, isso deu margem ao maior acúmulo de capital financeiro aos latifundiários. Como aponta Rabelo “fazia-se necessário, portanto, usar de todas as estratégias para o trabalhador livre assumisse o seu papel enquanto gerador de riquezas que seriam apropriadas pelas camadas dominantes” (RABELO, 1997, p. 63) e, aqueles que não se qualificassem como trabalhadores eram retirados dos espaços públicos em nome da limpeza social. E mesmo com a ideia da caridade cristã, a mendicância passa “a ser confundida com a vadiagem e a ociosidade” (*Idem*), e esse discurso será atrelado aos meios oficiais de controle, nos relatórios da província, jornais (por se tratarem de meios geridos pela elite) e decretos municipais.

Considerações finais

Por estar no início da pesquisa, é de se ressaltar o sentido ensaístico da proposta, pois, as definições ainda precisam ser alicerçadas em uma documentação maior. Aquém, propus essa análise por considerar importante os questionamentos que, nesse caso, estão estruturados na

identificação dos sujeitos da classe dominante na primeira metade do século XIX. De toda maneira, é possível aferir algumas observações pertinentes.

É plausível considerar os pressupostos da moral pelo trabalho, por ser difundida e comunicada pelas elites da província de Goyaz. Podemos observar que os sujeitos estavam envolvidos em relações próximas, de benefício direto dos seus negócios; a busca por capital político teve impacto na formação dessa elite, que utilizava-se da percepção dos meios sociais para promoverem a difusão do sentido moral. Como ferramenta, o uso da naturalização do inimigo social é perceptível por expressar a legitimação através do controle civilizatório, dando aceitação de aplicabilidade da lei considerando a igualização desses sujeitos. Isso significou não apenas o controle, mas a resistência quanto às estratégias dominantes com reflexo, por exemplo, na relação da sociedade ocidentalizada com os indígenas, nos quais foram constantes os relatos de ataques dos “selvagens”. Por isso o pensamento religioso foi tão caro, pois, ele percorreu os valores e posturas que a população deveria seguir e, já que provia de sujeitos letrados e entendedores das leis, poderia ser duplamente legitimado. Porém, quando houvesse transgressão, o culpado estava submerso à aplicação da lei, o rompimento com a moral fora transposto à razão da punição.

A monopolização dos cargos também foi outro fator que interpelou nas relações morais. Além da monopolização desses cargos, ocorreu a criação de meios de difusão desse pensamento, como os dois jornais criados nesse período (*Matutina Meiapontense* e *O Correio oficial*). A utilização dessas ferramentas geraria a “comoção” da população, referia-se a forma de internalização dos sentidos morais da elite para os indivíduos no geral. Os vadios, selvagens e loucos passariam de inimigos do Estado Imperial para, por consequência dos fatores elencados, inimigos de todos os indivíduos laboriosos. Outro fator que correspondeu a tais aspectos pode ser observado através do monopólio de cargos punitivos e vigilantes que a elite podia ocupar, como foi o exemplo dos juízes de paz, sujeitos responsáveis diretamente pelo policiamento e controle dos corpos em uma determinada localidade.

É importante ressaltar os fatores que não foram expostos. O intuito da pesquisa fora entender a moralidade como legitimadora da punição em Goyaz no século XIX, dessa forma, pode-se apontar as condições das instituições responsáveis pela punição nesse local. Todavia, acredito que as páginas se multiplicariam, talvez, de forma incontrolável. Por isso, um estudo específico dessas situações seria necessário, por ser um fator importante de exposição da desumanização de indivíduos em situação de cárcere.

Compreende-se que as linhas que constam acima foram significativas para análise da dinamicidade provincial e o controle das ferramentas de poder. As disputas geraram estratégias por parte da elite, com o intuito de aproximação da moral de si sobre os outros, afinal “Daí pode-se concluir que a moral não está dentro da cabeça das pessoas: está inscrita nas relações de poder, e apenas a modificação das relações de poder pode trazer a modificação da moralidade” (FOUCAULT, 2020, p. 106).

Fontes utilizadas

Planalto. **Código Criminal do Império do Brasil parte primeira**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 25 abr. 2023. Código do Processo Criminal de Primeira Instância (1832).

Planalto. **Código do Processo Criminal de primeira instância**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm. Acesso em: 25 abr. 2023.

Referências

- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
- _____. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. Ordem Pública, Catequese e Civilização na Província de Goiás. **História Revista**, v. 1, n. 12, p. 27–38, 2007.
- _____. **Os Anormais: curso do Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ARAÚJO, Flávia Maíra de. **O Sistema Prisional no Império brasileiro: estudo sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890)**. 2006. Tese – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira. História da Imprensa Goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica. **Revista UFG**, p. 68–87, 2008.
- FLEURY, Luiz Gonzaga de Camargo (ed.). Discurso com que o Presidente da Província de Goyaz fez a abertura da Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislativa da Assembleia Provincial. In: CHAER, Laura. **Memórias Goianas IV: Relatórios dos Governos da Província de Goiás 1835-1843**. Goiânia: UGC, 1996. p. 60-98.
- FOUCAULT, Michel. **A Sociedade Punitiva**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- JARDIM, José Rodrigues. Relatório que à assembleia legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1836 o EXM. Presidente da mesma Província José Rodrigues jardim. In: CHAER, Laura. **Memórias Goianas 3**. Goiânia: PUC, 1986. p. 47-57.
- LOURENÇO, Fernando Antônio. **Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas: Unicamp, 2001.
- MASCARENHAS, Joze de Assiz. Relatório que a Assembleia de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1839. In: CHAER, Laura. **Memórias Goianas 3**. Goiânia: PUC, 1986. p. 135-168.
- RABELO, Danilo. **Os Excessos do Corpo: a normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás, 1822-1889**. 1997. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

SILVA, Leicy Francisca da. A identificação do louco e da loucura em Goiás na segunda metade do século XIX. **História, Debates e Tendências**, p. 10–28, 2021.

VIEIRA, Martha Victor. O perfil da Elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX. **OP SIS**, p. 445–460, 2016.

As Políticas de promoção à igualdade racial e seus impactos nos terreiros de Candomblé no Brasil (2003-2009)

Policies to promote racial equality and it's impacts on Candomblé terreiros in Brazil (2003-2009)

Bianca Rocha Silva¹, UESC

Resumo

Este artigo elaborou uma análise sobre as resoluções deliberadas nas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR), realizadas no Brasil, entre o período de 2003 a 2009. Além disso, foram-se observadas as leis, normas, portarias, decretos, planos e demais deliberações institucionais elaboradas pelo Estado brasileiro que visavam a promoção da igualdade racial no país. O objetivo desta produção foi investigar como essas resoluções acolheram as demandas e reivindicações dos povos de terreiro de Candomblé. Para isso, utilizou-se os cadernos de resoluções elaborados após o I e II Congresso Nacional de Promoção da Igualdade Racial aliado a uma discussão teórica dos pensadores que elucidam algumas questões referentes à temática escolhida.

Palavras chaves: Política, Candomblé, Igualdade Racial.

Abstract

This article elaborated an analysis of the resolutions deliberated at the National Conferences for the Promotion of Racial Equality (CONAPIR) held in Brazil between 2003 and 2009. In addition, the laws, norms, ordinances, decrees, plans and other institutional deliberations elaborated by the Brazilian State that aimed to promote racial equality in the country were observed. The objective of this production was to investigate how these resolutions accommodated the demands and claims of the Candomblé terreiro peoples. To do so, we used the resolutions booklets prepared after the I and II National Congress for the Promotion of Racial Equality together with a theoretical discussion of thinkers that elucidate some issues related to the chosen theme.

Keywords: Politics, Candomblé, Racial Equality.

Introdução

Lélia Gonzalez, uma importante intelectual brasileira, propôs em seus estudos étnico-raciais o termo amefricanidade, que em si, o termo traz como conceito a influências das culturas africanas por toda a América, em vários tipos de linguagens e perspectivas. Trago este ponto, para pensar que ao propor esta análise neste artigo, busco ampliar os olhares e ser mais uma contribuição científica de resgate das amefricanidades que o Brasil carrega em sua totalidade.

No caminhar da história é possível perceber com nitidez a importância dos povos africanos na formação do Brasil enquanto nação. Contudo, outras histórias foram propostas por

¹ Graduanda do curso História licenciatura DFCH - da Universidade Estadual De Santa Cruz UESC.

teorias raciais, que tinham como intuito o apagamento identitário da população afro-brasileira, propondo, assim, que uma suposta harmonia entre as raças deveria prevalecer acima de qualquer contradição social. Como aponta Clóvis Moura (1988) em seus estudos, existiu uma pretensa imparcialidade científica dos pesquisadores frente aos problemas raciais, mas que na prática transformava o sujeito negro em um objeto de estudo em laboratório, impossibilitando assim, o saber científico expor as verdadeiras carências sociais e subjetivas que o colonialismo provocou na construção do sujeito negro e suas narrativas históricas. Essa ausência ignorava que o processo diaspórico no território brasileiro foi marcado por constantes revoltas e revoluções negras, que colocaram em evidência as dificuldades dos africanos e afro-brasileiros em se instituírem cidadãos em um lugar que até então não apresentou condições mínimas de harmonia racial ou acolhimento.

Não obstante, contínuo movimento de luta e resistência foi se aperfeiçoando e se institucionalizando ao longo das décadas como estratégias e táticas de sobrevivência. Vale ressaltar, que a estruturação do Estado se forjou perante os interesses da burguesia, logo, da propriedade privada; classe esta, que se utilizou da mão de obra escravizada. Em contra partida os movimentos sociais foram importantes instrumentos de tensionar o Legislativo a fim de provocar a materialização das conquistas e dos direitos destinados à população negra, no sentido de tornar possível a construção da identidade e existência desses sujeitos, que não fosse pautada apenas no apagamento ou exclusão social. E, uma das formas de exercer autonomia foi possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz cada vez mais significativo e mais fundamentado, no conhecimento concreto pautado na realidade (SOUZA, 1983, p.17).

O primeiro sinal democrático que a população negra obteve, diante do seu histórico de mobilizações e organização, foi uma fissura no que até então não existia. Isso ocorreu quando a Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 promoveu, de forma inédita no país, o reconhecimento do racismo e o preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade, apesar da constante presença de discursos e teorias de branqueamento que buscaram afirmar uma ideia inexistente de democracia racial, paz e igualdade. Esse ponto de inflexão provocado pela CF de 1988, segundo Ciconello (2006), ajudou a estimular uma maior presença de organizações da sociedade civil no debate sobre a efetivação de políticas públicas.

A Constituição de 1988, ainda segundo os estudos de Ciconello (2006), flexibilizou os diálogos com setores associativos, sobretudo aqueles que estavam alicerçados em princípios étnico-políticos, principalmente, quando esses ganharam força e respaldo nas ações de políticas públicas de autonomia e na obtenção de direitos básicos garantidos a todos os cidadãos. A

exemplo disso, as associações quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais, Capoeira, Casas de Candomblé e Umbanda. Este artigo pretendeu tratar sobre as políticas de promoção da igualdade racial que atenderam as comunidades tradicionais de Candomblé no governo do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2009. Para tanto, iremos salientar as primeiras iniciativas que pairaram sobre o Legislativo no que se refere a temática racial.

Santos (2014) aponta em seus escritos que o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) introduziu no seu projeto de governança as questões raciais de forma superficial, diante do apelo mundial que o *apartheid*² provocou, mobilizando posicionamentos da ONU, e colocando as questões relacionadas a desigualdades raciais na ordem do dia. FHC, como um intelectual do seu tempo, acolheu a pauta e criou por meio de um decreto, no dia 20 de novembro de 1995, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), instituído no dia 26 de fevereiro de 1996. Diante desse acontecimento, o movimento negro organizado tensionou o debate frente ao governo e conseguiu instituir também por meio de decreto, no dia 20 de março de 1996, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO). Esses GT tinham como objetivo a discussão de pautas do Movimento Negro Unificado³ (MNU) e em ações efetivas para sociedade brasileira.

Em 2003, com a posse presidencial do Luís Inácio Lula da Silva, as questões raciais foram acolhidas de outra forma pelo governo, já que esse colocava-se enquanto um aliado dos movimentos populares. Na prática, as políticas públicas foram mais efetivas, e secretarias especializadas foram criadas para a discussão e materialização de ações afirmativas, ainda que em perspectiva de baixas orçamentárias como Santos (2014) aponta em sua pesquisa. Ao longo do artigo, pretendo aprofundar sobre os impactos do governo do PT frente à promoção da igualdade racial, sobretudo no terceiro tópico. Todavia, antes conheceremos um pouco da articulação do Candomblé enquanto luta organizada.

Uma breve contextualização histórica e política do Candomblé

² O *apartheid*, segundo Pacheco (2018, p. 14), foi um “período que cobre parte de um contexto singular e doloroso da nação sul-africana, qualificado no regime de segregação racial implantado em 1948 e desmantelado em 1990. De modo geral, a legislação sul-africana desse período, que entre outras, regula[va] a propriedade e o controle dos meios de produção, o acesso ao trabalho, educação e cultura, assim como o alcance e a prática dos direitos civis e políticos, usa a cor/raça como critério legal de desigualdade entre a população”.

³ Segundo o site do próprio Movimento Negro Unificado, o MNU “é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, e lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país” (MNU, 2022).

Candomblé é uma religião Afro-Brasileira, em contexto diaspórico, que surgiu no período onde populações africanas foram trazidas ao Brasil em condição de escravidão. De acordo com cada região do continente africano, existia uma forma de cultivar a espiritualidade; diante disso, um caldeirão cultural se formou com o encontro dessas etnias em terras brasis. A partir daí o Candomblé foi se desenvolvendo através da oralidade, baseado em conhecimentos adquiridos por meio de uma longa trajetória de dedicação, experiências e práticas da religião. Os conhecimentos são ensinados por sacerdotes e sacerdotisas, consideradas guardiãs dos fundamentos e preceitos do Candomblé. Envolvendo processos de adivinhações, iniciações, sacrifícios, curas e celebrações. A religião se configura em divisões, essas feitas através do que se chama de “nações”, se distinguindo em seus rituais de celebração, em suas entidades religiosas, e em suas alimentações, danças e dialetos (PÓVOAS, 2010). As heranças são remanescentes de diferentes regiões e tradições provenientes do continente Africano. Nas palavras de Santos, podemos dizer que,

[...] a organização hierárquica do candomblé se fundamenta na noção de senioridade, constituindo, em muitos aspectos, uma sociedade de corte, com inúmeras regras de hierarquia, e distinções rituais e sociais que identificam o lugar de cada indivíduo no grupo. Como em qualquer corte, o luxo e a ostentação conferem prestígio social e isso se reflete nos cuidados com o culto, desde as roupas, até a qualidade dos objetos e produtos utilizados (SANTOS, 2013, p. 20).

Ruy Póvoas, Babalorixá⁴ e renomado escritor da região sul da Bahia, cita em um dos seus escritos, que o Candomblé foi organizado nos desvãos dos excluídos do sistema durante e após o período escravista no Brasil século XIX. Passando por várias etapas, os terreiros vivenciaram inúmeras estratégias de sobrevivência, tendo em vista a perseguição do Estado, a acusação da Igreja e o repúdio da elite dominante. Até pouco tempo, “sistema boca-ouvido” (PÓVOAS, 2010, p. 67) metáfora utilizada pelo escritor para caracterizar a oralidade, como a única via de construção, preservação, elaboração do conhecimento, memória e resistência dos Africanos e Afro-brasileiros candomblecistas. O candomblé compreende e interpreta o universo e a vida por uma outra maneira.

No entanto, as práticas que envolviam culto e celebração aos Orixás⁵, Inquices⁶ e Voduns⁷ estiveram por anos criminalizadas pelo Código Penal de 1890, não somente uma

⁴ Cargo de maior hierarquia dentro do terreiro de Candomblé.

⁵ Divindades cultuadas em Candomblés de origem Yorubá.

⁶ Divindades cultuadas em Candomblés de origem Batu e Kibumdu.

⁷ Entidades espirituais de origem Jeje.

perseguição religiosa ocorria, mas também se discriminavam outras demais manifestações culturais e políticas de outras comunidades tradicionais. E desse modo, pensar que tais práticas religiosas foram criminalizadas não é possível sem analisar as questões políticas históricas estruturais predominantes no Brasil no início do século XX.

Um dos máximos exemplos dessa contradição foi a suposta ideia da harmonia racial sustentada por Gilberto Freire na sua conhecida obra *Casa Grande Senzala* e Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, na década de 1940. Todavia, essa pretensa harmonia não se sustentou frente a realidade dos acontecimentos, a exemplo da perseguição policial, violenta por vezes, revela a opressão que os terreiros de Candomblé sofreram. Mukalê (2011, p. 26) contextualiza o período de repressão ao dizer que “eram utilizadas cabaças e palmas das mãos para que não se ouvissem o barulho dos atabaques, porque se ouvissem, eles (policiais) entravam, invadiam e quebravam tudo”.

Ademais, outras práticas racistas foram sustentadas por ideias construídas e especuladas no início do século XX, essas baseadas em julgamentos criminológicos, pseudocientíficos, propagados em trabalhos de pessoas validadas como intelectuais, dentre elas Cesare Lombroso, Arthur Gobineau e Nina Rodrigues. Estudos que construiu, no imaginário institucional e social brasileiro, o pensamento supostamente científico de que negros e mestiços teriam tendências ao crime, constituindo suas manifestações culturais potenciais estímulos a comportamentos bárbaros, primitivos e antissociais (MAGALHÃES, 2012, p. 22).

Embora a ciência tenha sido um lugar que legitimou ações veladas contra a população preta, existiram contrapontos dentro da intelectualidade brasileira que beneficiaram as comunidades tradicionais de Candomblé, sobretudo na Bahia. Dentre eles um movimento acadêmico e literário conhecido como a “A Academia dos Rebeldes”, da qual fazia parte figuras como Édson Carneiro, Aydano do Couto Ferraz, Jorge Amado, dentre outros (SANTOS, 2013, p. 156). Tais figuras se aproximaram e tornaram-se filhos de santo de Terreiros de Candomblé, que atualmente são bastante conhecidos em Salvador, como o *Ilê Axé Ôpô Afonjá*⁸. Essa aproximação foi uma importante iniciativa de incorporar a religião ao conhecimento produzido na academia, pois possibilitou que diversos processos de escrita etnográfica acerca da temática religiosa afro-brasileira fossem elaborados. É possível ressaltar, ainda, que a aproximação desses autores foi encarada por estudiosos como uma política de legitimação do Candomblé para sociedade civil na cidade de Salvador, o que abriu algumas portas.

⁸ Ilê Asé Opo Afonjá, em yorubá significa “Casa de axé com a força de Xangô Afonjá”.

As alianças estabelecidas simbolicamente pela Academia dos rebeldes e o Candomblé renderam também alguns frutos para organização política religiosa. Em especial, Edison Carneiro, que foi um dos principais articuladores dos Candomblés baianos. Além disso, se utilizou da sua profissão de jornalista para escrever sobre os terreiros enquanto representação cultural, também sendo um dos importantes estudiosos da temática africana e afro-brasileira no Brasil. A principal articulação ocorreu nos Congressos Afro-Brasileiros na década de 1930, eventos em que Carneiro apresentava os seus trabalhos e ideias, uma representação dos primeiros passos para uma organização articulada das comunidades tradicionais de Candomblé (SANTOS, 2012).

A inserção dos intelectuais literários no cenário religioso em Salvador, obteve um resultado positivo frente à perseguição policial, pois, muitos desses acadêmicos trabalhavam em jornais, tinham materiais publicados, o que ajudava a apresentar uma perspectiva contra hegemônica frente aos acontecimentos relacionados à temática do Candomblé (SANTOS, 2012). Com isso, a opinião pública sobre a criminalização das práticas populares foram se polarizando e atraindo a elite da cidade a se aproximar da religião.

Deste modo, através da investigação histórica e seus métodos, propor a análise das ações políticas nos terreiros de Candomblé no Brasil é compreender que, ao longo da história, os modos de resistência da população negra em diáspora no Brasil tomam formatos, a partir de suas realidades locais. Hoje, essas comunidades continuam resistindo, e têm buscado se apropriar de novas ferramentas de resiliência e inserção social através de cursos profissionalizantes, arte, assistência social a crianças em situação de abandono e institucionalização das casas de Candomblé. Nas palavras de Cordobil,

Os afroreligiosos têm começado a se utilizar dos instrumentos da democracia direta e dos direitos humanos de terceira geração, como o direito ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, em suas lutas por cidadania e legitimidade diante do Estado, da mesma forma que se utilizaram das federações e do voto, instrumentos da democracia indireta para cobrar seus direitos e a efetivação da liberdade religiosa no Brasil (CORDOIL, 2014, p. 18).

Portanto, para entender melhor a institucionalização dos Terreiros e seu processo de entaves e ganhos através de sua relação com o governo federal, analiso as demandas e as reivindicações dos povos terreiros e comunidades tradicionais. Para melhor mapeamento dessa relação, também discuto as resoluções nos congressos nacionais de política de promoção da igualdade racial. Busco, dessa forma, observar os avanços e retrocessos para essas comunidades que marcam um novo momento para as comunidades de terreiro de Candomblé no Brasil.

As comunidades de Candomblé hoje e o seu processo de institucionalização

O candomblé enquanto movimento político organizado, como foi discutido nas seções anteriores, antecede a luta do movimento negro, movimento este, que reconhece a religião como elemento importante para construção do sujeito negro no território brasileiro, ainda que nem sempre incorpore as lutas e reivindicações dentro das pautas dos movimentos negros. Apesar disso, a comunidade tradicional resiste no que se refere a um processo de maior inserção institucional, onde a própria constituição da religião em lugares urbanos pode ser considerada um dos primeiros apontamentos rumo à institucionalização, devido a esse processo de resistência e resiliência que acontece, muitas vezes, de maneira autônoma e partindo das próprias comunidades de terreiro (SANTOS, 2012).

É de se referir que:

ethos político do Candomblé caminha para a busca do bem viver da comunidade, devemos entender que a negociação se converte em um instrumento importante para a manutenção do equilíbrio de forças e de prosperidade do grupo. Estar disposto a negociar, e por vezes, ceder e conceder, seria o pressuposto político para comunidades que se movimentam em cenários de conflito e aliança. Nessa lógica, a finalidade da negociação política seria a obtenção de benefícios sociais que seriam compartilhados pelo povo de santo, seja no escopo de uma comunidade ou da coletividade mais ampla. (TOZI, 2022. p.85).

Com a ascensão de um governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT), representado pela figura de Luís Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência em 2003, os movimentos sociais aderiram a uma nova roupagem. Não teria mais aquela estratégia de luta que tensionada avidamente contra o Legislativo a fim de conquistar um pequeno lugar na agenda política brasileira. Agora, no governo daqueles que seriam os trabalhadores, o movimento negro seria convidado para participar da gestão e pensar agenda política brasileira incorporando suas reivindicações e transformando-as em políticas efetivas (SANTOS, 2014).

Em 23 de maio de 2003, foi criada a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), feito impulsionado pela Declaração de Durban⁹, um aceno institucional feito anterior ao governo Lula, que ajudou a inserir o debate da igualdade racial na agenda política brasileira.

⁹ Segundo Trapp (2014, p. 98), “para o Movimento Negro, a Conferência de Durban é considerada como um ponto fulcral na história do antirracismo no Brasil, principalmente do ponto de vista político – e mais ainda em relação às políticas públicas antirracistas e de ação afirmativa”. O documento em questão é resultante da III Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul em 2001 em que o Estado brasileiro assumia um compromisso pela promoção racial e de combate ao racismo, xenofobia e intolerância religiosa (BRASIL, 2001).

Além da secretaria, foram-se construídas outras secretarias nos estados e municípios pautados na mesma temática. A SEPPIR tinha como objetivo promover a igualdade racial e proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação, além de combater outras formas intolerância, em destaque aquelas sofridas pela população negra; e desse modo, articular, promover e acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais Ipea (2021).

Conforme o surgimento da SEPPIR, foram realizados congressos com a participação dos grupos organizados que compõem os movimentos sociais, sobretudo, aqueles ligados aos movimentos negros no Brasil. Nos congressos se estabeleciam uma metodologia de direcionamento para realização do evento, na qual possibilitava às entidades e organizações apresentarem as suas demandas, na tentativa de construir resoluções que dessem subsídios, e assim, apontassem para políticas públicas voltadas aos grupos marginalizados da agenda política brasileira, em especial a população negra.

Apesar desse processo afirmativo, segundo Almeida (2011), embora a criação da SEPPIR trouxesse algumas políticas públicas voltadas para as comunidades candomblecistas que se organizavam através das federações e associações, isso não solucionou o problema em larga escala dos povos de terreiros. Pois, para ser beneficiado por algumas das políticas promovidas pela SEPPIR, as casas de Candomblé deveriam estar vinculadas minimamente com alguma associação da categoria, o que fazia com que as políticas públicas não tivessem um alcance efetivo, seja por questões estruturais, falta de conhecimento e acesso às informações. Almeida afirma que

[...] para acessar os recursos oriundos desses editais, os terreiros devem se institucionalizar, por meio do registro de associações representativas, realização de cadastros em órgãos públicos e regularização da situação fiscal da entidade, o que impede o acesso de muitos desses terreiros dado o alto grau de informalidade, escassez de recursos para a formalização, pouca escolaridade para acompanhamento do trâmite burocrático, etc. (ALMEIDA, 2011, p. 88).

Não obstante, apesar de dificuldade de alcance, algumas conquistas foram percebidas. Dentre elas o projeto de revitalização de territórios culturais de matrizes africanas, um dos projetos que abraçou as demandas dos povos de terreiro. Ainda que se pondere que esse não foi concebido pela SEPPIR, e sim, pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, o projeto teve verba do governo federal e beneficiou cerca de 53 territórios culturais (ALMEIDA, 2011), o que implica dizer que houve participação do Estado. Assim, trago o exemplo do projeto para

sinalizar as conquistas obtidas na gestão do governo dos trabalhadores. Desse modo, continuo a discussão sobre essas articulações, e no próximo tópico discuto os cadernos frutos das Conferências Nacionais de promoção da igualdade racial.

Análise dos cadernos: possíveis horizontes para as comunidades Candomblecistas?

Ao analisar os cadernos, frutos das discussões travadas nas Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial o CONAPIR promovidas pela SEPPIR, percebemos que as resoluções foram direcionadas ao atendimento das necessidades mais urgentes da população negra no Brasil. Contudo, como o foco deste artigo são as políticas voltadas para as comunidades de Candomblé, nos atemos a tratar apenas das políticas que buscavam garantir os direitos desses grupos.

O primeiro caderno analisado foi a dentro elaborado após a conferência, reconhece as religiões de matrizes africanas como espaços mantenedores de uma perspectiva de mundo baseada em ideias de ancestrais africanos, de relevância social e cultural para o território brasileiro, sejam nos costumes, nas manifestações musicais, vocabulário ou culinária (SEPPIR, 2005, p. 105). Outra diretriz foi a identificação da necessidade de combater a intolerância religiosa e a perseguição a suas manifestações e liturgias, através de medidas protetivas e efetivas. Nas palavras do próprio relatório,

Para o fortalecimento das religiões de matriz africana, foi levantada a necessidade de ações que proporcionem a estruturação, politização e maior organização e afirmação, tais como a ampliação da sustentabilidade das comunidades, o seu reconhecimento como um centro irradiador de promoção de políticas públicas, a sua participação nos projetos sociais, a criação de uma rede de apoio, a promoção de intercâmbios entre as comunidades de terreiro e o incentivo às oficinas, seminários, cursos de formação nos terreiros (SEPPIR, 2005, p. 106).

Dentro de uma perspectiva histórica, sabemos que a reparação se manifesta através das políticas públicas, mas a população negra no Brasil ainda está longe de solucionar todos os problemas que se acumulam ao longo dos séculos, seja por suas influências de ordem psicossocial, educacional, econômicas e políticas, tendo em vista que essas problemáticas são estruturantes para a sociedade brasileira. Ademais, ainda é curto o período da abolição da mão de obra escravizada em detrimento ao tempo de existência do Brasil, sobretudo se levarmos em consideração que trabalhos científicos, durante muito tempo, reforçaram os estereótipos de criminalização das práticas culturais e do sujeito negro na sociedade brasileira, como vimos nos

tópicos anteriores. Portanto, embora exista um olhar direcionado para as demandas dos povos de Candomblé, os efeitos históricos sociais do passado continuam danosos e para superá-los o reconhecimento das necessidades desse setor da sociedade precisam da lente de aumento amplificada para que haja uma maior celeridade na resolução desses problemas.

Retomando à análise, as primeiras diretrizes do caderno da I CONAPIR¹⁰ introduzem um debate para sociedade à medida que algumas resoluções recebem subsídios para a efetivação de projetos, em contrapartida, as resoluções também trazem à tona uma série de outros problemas que evidenciam a necessidade, tanto aos movimentos sociais quanto ao Legislativo, de uma maior capacitação de recursos para efetivar a real reparação histórica direcionada aos corpos negros. Isso fica evidente nas resoluções que dizem,

[...] durante a Conferência, a discussão sobre as Religiões de Matriz Africana, evidenciou a necessidade de reconhecimento da importância do segmento e da dívida histórica do Estado Brasileiro, uma vez que essa história foi marcada pela perseguição às suas manifestações, territórios, objetos sagrados e seguidores (SEPPIR, 2005, p.106).

Além disso, a continuidade do governo do partido dos trabalhadores na presidência deixou claro que não era possível governar para gregos e troianos sem que houvesse concessões. Boito Jr (2006) afirma que o Estado está a serviço dos interesses da burguesia. E nesse sentido, mesmo quando esse é governado por um partido mais disposto a discutir a pauta racial, ainda assim, não foge a essa subserviência. Desse modo, a presença do Partido dos Trabalhadores não trouxe uma mudança estrutural para o problema racial, ainda que os trabalhadores visualizassem um possível deleite com a presença de um representante vindo do povo em um cargo de alto escalão no Executivo. Mas, na prática, o governo Lula utilizava como maior tática andar de mãos dadas com os movimentos sociais sem romper com interesses das classes dominantes.

Posteriormente, em 2009, há uma segunda conferência nacional, a II CONAPIR, que mobilizou cerca de 27 unidades da federação e uma Plenária Nacional de Comunidades Tradicionais, reunindo lideranças de comunidades quilombolas, de terreiros, povos indígenas e de etnia cigana (SEPPIR, 2009, p. 4). O evento ocorreu entre os dias 25 e 28 de junho daquele ano. Ao analisar o caderno de resoluções, a segunda edição, diferentemente da primeira, pensou a organização das discussões em blocos, não setorizando as pautas. Portanto, as comunidades

¹⁰ 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) promovido pela secretaria de promoção para a igualdade racial, no dia 30 de junho a 2 de julho de 2005.

de matrizes africanas são citadas desde o controle social, saneamento básico, direito à alimentação básica, até saúde e educação.

Algumas propostas foram reforçadas, enquanto outras foram reformuladas dando ênfase ao combate à intolerância religiosa, e em busca da valorização e distribuição do título *honoris-causa* para Pais e Mães de Santo, assim como o tombamento de tais figuras como patrimônio legítimo brasileiro, a fim da valorização da cultura produzida pela religião. Também houve o fomento da criação de associações e federações para distribuição de recursos com destino a minicursos, oficinas, aula de dança e fotografia nos espaços religiosos ou em espaços vinculados aos terreiros. Nas próprias palavras do Caderno,

Formação de lideranças e responsáveis por setores de políticas públicas para qualificação em concorrência de projetos, financiamentos e implementação de políticas públicas como cultura, educação, saúde, etc, e criar projetos a partir do diálogo junto às comunidades tradicionais, (quilombolas, povos indígenas, etnias ciganas, comunidades de terreiro) levantando, assim, suas necessidades e formas de realização (SEPPIR, 2009, p. 10).

Outra diferença do segundo caderno é que o meio ambiente também foi um bloco de discussão em diálogo com as comunidades de Terreiros de Candomblé. No segundo caderno, propuseram a criação de programas de incentivo e financiamentos para o cultivo de plantas medicinais, reverenciando os Orixás e liturgias da religião, além da criação de parques botânicos e ações voltadas ao 5 de junho, Dia do Meio ambiente, em diálogo aos praticantes das religiões de matriz africana e afro-brasileiras. O intuito era,

Sensibilizar os gestores municipais, estaduais e federais a promover políticas que visem o estabelecimento de reservas ambientais, rurais, urbanas e herbários etnobotânicos, segundo os padrões estéticos originários das cosmovisões africanas, objetivando a guarda e proteção de seus ecossistemas como um todo, e principalmente para as religiões de matriz africana e afro-brasileira, garantindo o desenvolvimento de plantio de árvores sagradas, produção de folhas e ervas de uso medicinal. (SEPPIR, 2009, p. 112-113).

Desse modo, a partir do material de análise, os cadernos de resoluções, podemos chegar a algumas conclusões. A primeira é uma maior capilaridade institucional do debate das pautas raciais entre a transição de um governo para o outro, isto é, da época de governança do Fernando Henrique Cardoso para o do Luís Inácio Lula da Silva. Apesar disso, uma outra conclusão se apresenta, essa refere-se na verificação de que as diretrizes estabelecidas no primeiro caderno só começam ser encaminhadas para uma maior efetivação nas comunidades de Terreiro de

Candomblé um mandato depois. Isso fica evidente nos momentos em que as propostas se repetem no segundo caderno, apenas mudando a escrita do texto.

Nesse sentido, pensar essa problemática é relevante, a partir do momento em que buscamos não cristalizar determinadas ações partidárias e atores políticos por conta de algumas propostas mais progressistas do Partido dos Trabalhadores. Ressalto que as políticas públicas só conseguem efetividade através do diálogo com as necessidades reais das comunidades, algo que de fato foi proposto pelas Conferências apresentadas acima. Contudo, a sua materialização só é possível com orçamento efetivo de tais políticas para as comunidades de terreiro. Sem isso, corre-se o risco dessas propostas soarem como um oportunismo eleitoral de quem almeja estar ou já está no poder.

Considerações finais

O processo de resistência dos povos de terreiro de Candomblé antecede o governo de Luís Inácio Lula da Silva, entretanto, este governo se propôs em dialogar com setores da sociedade que são marginalizados historicamente. Porém, as práticas que permeiam a materialidade do cotidiano, revelou, que para as transformações acontecerem é preciso empenho e atenção para identificar as verdadeiras rachaduras estruturais que condicionam a massa populacional às desigualdades que trazem escassez no bem viver.

Esta pesquisa é uma contribuição nos estudos sobre a institucionalização do Candomblé e suas conquistas dentro desse recorte temporal. Mas, mais do que isso, busquei trazer o caminhar da luta organizada e sua importância dentro desse espaço de culto e consagração a entidades herdadas dentro da diáspora e redesenhada no território brasileiro –território tão hostil às manifestações culturais dos povos Africanos e Afro-brasileiros.

Pensar em temáticas como esta, também é um chamado aos pesquisadores a olhar e contribuir com estudos que sirvam de subsídio e acúmulo para a construção de políticas públicas, que impliquem uma transformação concreta da realidade e que sejam capazes de alcançar o contingente populacional que formam as comunidades tradicionais. É importante ressaltar que essas comunidades estão muito além de serem personagens meramente folclóricos, mas constituem na verdade, sujeitos contribuintes e autônomos que constroem narrativas e pensam um bem comum para si e para todos.

Referências

ALMEIDA, Elga Lessa de. **A inserção de políticas públicas étnicas para terreiros de candomblé na agenda brasileira**: os entrecruzamentos entre o global e o local. XX f. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2011.

BOITO JR, Armando. A burguesia no Governo Lula. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9

BRASIL. Declaração de Durban, 2001. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf. Acesso em 22 abr. 2022

CICONELLO, Alexandre Ganança. **Associativismo no Brasil**: Característica e limites para construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Dissertação de mestrado. Assis: UNB, 2006.

CORDOVIL, Daniela. A atuação Política de Afro-religiosos em Belém, Pará: da Guerra mágica ao Fórum Social Mundial. **Revista Observatório da religião**. Jan/Jun 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. ed., Rio de Janeiro, Record. 1995.

GONZALEZ, Lélia. “A categoria político-cultural de amefricanidade”. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.

MNU. O MNU. Disponível em: <https://mnu.org.br/mnu/>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MAGALHÃES FILHO, Paulo Andrade. **Jogos de Discursos**: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana. Salvador: Edufba, 2012. 262 p.

MUKALÊ, Hilsa. **Do lado do Tempo**: o Terreiro de Matamba Tombenci neto (Ilhéus, Bahia) histórias contada a Marcio Goldman. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. 110 p.

PACHECO, Ana Júlia. **Apartheid nas páginas da Revista Veja (1968-1985)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2018.

PÓVOAS, Ruy do Carmo. **A memória do Feminino no Candomblé**: tecelagem e padronização do tecido social do povo de terreiro. Ilhéus: Editus, 2010.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. **Nos Domínios de Exu e Xangô o Axé Nunca se Quebra**: Transformações Históricas em Religiões Afro-Brasileiras, São Paulo e Maceió (1970-2000). Tese de doutorado. USP, São Paulo, 2012.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. **Economia e Cultura do Candomblé na Bahia**: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros – 1850/1937. 1. ed. Editus, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: Um Balanço. **Revista Tomo**. Junho, 2014.

SEPPPIR. **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial**: Brasília, 30 de junho a 2 de julho de 2005: Relatório Final/ Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. – Brasília: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2005.

SEPPPIR, Presidência da República Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Resoluções da II Conapir**. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Igualdade_Racial_II/deliberacoes_2_conferencia_promocao_igualdade_racial.pdf. Acesso em: 22 abr. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro, 1983: Zahar.

TOZI, Desirée Ramos. **A agência política do Candomblé: caminhos de mediação entre o terreiro e o Estado (2010-2020)**. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

TRAPP, Rafael Petry. **A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, Brasil, 2014.

O Silêncio do Retrocesso: Notas sobre as relações Brasil – África no Governo Bolsonaro a partir de uma perspectiva comercial (2019-2021)

The Silence of Regression: Notes on Brazil – Africa relations in the Bolsonaro Government from a Trade Perspective (2019-2021)

Mateus José da Silva Santos¹, UFPel

Resumo

O objetivo principal desse artigo é analisar algumas das principais características das relações comerciais entre o Brasil e o continente africano durante os primeiros anos do Governo Jair Bolsonaro (2019-2021). Argumenta-se que o comércio entre Brasil e África se situa em um descompasso entre um discurso de valorização da dimensão econômica do continente e a diminuição de seu peso na balança comercial do país nos últimos anos. Aspectos como as principais parcerias do país em África, o registro de seguidos superávits comerciais e uma tendência oscilatória nas importações e exportações nos últimos anos evidenciam a manutenção de características registradas durante parte da última década. Por meio de uma metodologia mista, agregando tanto análise quantitativa quanto qualitativa, exploram-se discursos vinculados aos formuladores da PEB nos últimos anos, além de dados obtidos junto ao Portal de Estatísticas de Comércio Exterior do Brasil.

Palavras-chave: Relações Brasil – África; Política Externa Brasileira; Bolsonaro; Comércio Brasil – África; História das Relações Internacionais.

Abstract

The main objective of this article is to analyze some main characteristics of trade relations between Brazil and the African continent during the first years of the Jair Bolsonaro Government (2019-2021). It is argued that trade between Brazil and Africa is situated in a mismatch between a discourse of valuing the continent's economic dimension and the decrease in its weight in the country's trade balance in recent years. Aspects such as the country's main partnerships in Africa, the record of consecutive trade surpluses and an oscillating trend in imports and exports in recent years show the maintenance of characteristics registered during part of the last decade. Through a mixed methodology, adding both quantitative and qualitative analysis, discourses linked to PEB formulators in recent years are explored, in addition to data obtained from the Brazilian Foreign Trade Statistics Portal.

Keywords: Brazil – Africa Relations; Brazilian Foreign Policy; Bolsonaro; Trade Brazil – Africa; History of International Relations.

Introdução

Em programa de governo apresentado às eleições presidenciais de 2018, o então candidato Jair Bolsonaro (PSL) defendeu a construção de um Novo Itamaraty. Entre as poucas

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro pesquisador do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA). E-mail para contato: mateus_santos29@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

considerações diretas sobre o futuro da Política Externa Brasileira (PEB), um sentido de ruptura em relação aos governos antecessores era anunciado. Além de mudanças organizativas e na própria orientação da Política Externa, Bolsonaro acenava com um redirecionamento da inserção internacional do país, privilegiando algumas agendas (dimensão dos valores e o comércio), parceiros (países como Estados Unidos, Itália e Israel) e meios de conduta (bilateralismo) (PSL, 2018).

Sem se remeter diretamente ao continente africano, a ausência daquele que ocupara a condição de “prioridade” em governos anteriores dizia muito acerca dos possíveis caminhos a serem seguidos pelo novo presidente (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p.135). Aprofundando uma tendência de afastamento do Brasil em relação ao vizinho de Atlântico, o silêncio do programa de governo sobre as relações entre brasileiros e africanos acenava com a continuidade de uma trajetória de retrocesso, em contraste aos esforços de construção de contatos mais estreitos entre as duas partes em diferentes momentos da História da PEB nos séculos XX e XXI.

Constituindo uma apresentação inicial de uma agenda de pesquisa em curso sobre as relações Brasil – África no governo Bolsonaro, destacaremos as primeiras impressões e análises desenvolvidas ao longo dos últimos meses, apontando algumas características gerais do comércio entre brasileiros e africanos entre 2019 e 2021. Para tal exercício, adota-se uma metodologia mista. A partir do banco de dados disponíveis no Portal de Estatísticas de Comércio Exterior (COMEX STAT), analisa-se, por meio do método quantitativo, o quadro das relações comerciais envolvendo Brasil e África nos últimos anos, considerando o histórico envolvendo exportações e importações. Por meio do método qualitativo, apontam-se algumas das principais perspectivas expressas por formuladores da PEB, com destaque para as percepções sobre o papel das relações Brasil – África na contemporaneidade centrada na dimensão comercial.

Considerando as relações comerciais como uma variável relevante no processo de reaproximação do Brasil com o continente africano no início do século XXI, buscar-se-á estabelecer as bases para um olhar comparado e histórico sobre o tema no governo Bolsonaro, apontando sua inserção em meio ao quadro crítico vivido pela PEB. Argumenta-se que, em meio ao processo de retração da presença brasileira no continente negro, um descompasso entre discurso e prática se verificou ao longo dos primeiros anos do governo Bolsonaro. Apesar da valorização discursiva da África enquanto vetor de expansão do comércio exterior brasileiro, reduzindo o caráter multifacetado das relações entre as duas partes do Atlântico, o Governo

Bolsonaro expressou um sentido de continuidade em relação aos mandatos presidenciais anteriores. Além do caráter oscilatório e superavitário desse comércio, aspectos como a concentração das exportações em um grupo de parceiros específicos, a queda da participação africana no comércio exterior brasileiro e o discurso de ampliação das relações comerciais sinalizam com a inexistência de uma política específica de recuperação da presença do país no continente africano, mesmo frente a uma agenda supostamente valorizada pelos formuladores da PEB.

Este texto é dividido em três partes. Num primeiro momento, apresentam-se as tendências históricas sobre as relações Brasil – África e sua trajetória na década passada. Em seguida, parte-se para uma discussão das principais variáveis que constituem, em nosso entendimento, a base para um estudo crítico sobre a situação das interações entre brasileiros e africanos nos últimos anos. Por fim, destacaremos algumas das principais características do comércio brasileiro com o continente africano, com destaque para uma tímida recuperação no ano de 2021.

Um Atlântico cada vez maior: sentidos contemporâneos do distanciamento entre Brasil e África

Na historiografia das relações Brasil – África, diversos autores convergem sobre a sua natureza inconstante dentro da trajetória da PEB (SARAIVA, 1996; CERVO, 2008; ALMEIDA, 2017). Inserida dentro das estratégias mais gerais de diversificação das relações exteriores e construção de caminhos para uma maior projeção do país no sistema mundial, as interações entre brasileiros e africanos assumiram contornos distintos ao longo das últimas décadas. Se momentos como a Política Externa Independente (PEI) nos governos Jânio Quadros e João Goulart, o Pragmatismo Responsável no governo Geisel e a Política Externa Ativa e Ativa no Governo Lula constituíram pontos altos de políticas específicas de aproximação, outros contextos como os governos neoliberais dos anos 1990 se caracterizaram pela tendência de distanciamento.

A trajetória mais recente se insere também dentro dessa última tendência. Considerando os últimos dez anos (2011-2021), um sentido de afastamento do Brasil em relação ao continente africano vem sendo reconhecido pela produção especializada. Conforme Elga Lessa de Almeida (2017), um recuo nas relações Brasil – África pode ser visto desde o governo Dilma Rousseff, aprofundando-se com o seu sucessor Michel Temer. Essa mesma perspectiva foi defendida por Flávio Francisco, Kethelyn Santos, Maryanna Sagio Alves (2020). Nas origens

de tal mudança estaria o reconhecimento de um quadro de declínio na inserção internacional, impulsionado principalmente pelas dificuldades domésticas.

Outros autores como Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Henrique Mallmann (2020) defendem a existência de uma mudança de ajuste na Política Externa para a África durante o governo Dilma. Em meio aos desafios conjunturais que caracterizaram seu primeiro mandato, as relações com o continente africano teriam sido marcadas pelos esforços de manutenção das linhas mais gerais definidas ainda no governo Lula. Contudo, o que se viu foi “um enfraquecimento, resultado de condicionamentos internos e externos, ainda que tenham mantido sua relevância para a política externa brasileira, tanto em termos políticos, quanto econômicos” (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 129).

Profundamente afetada pelo agravamento da crise política no país, a Política Externa sofreu ainda mais com mudanças a partir da chegada de Michel Temer à presidência. As controvérsias existentes no processo de impeachment de Dilma Rousseff, os escândalos de corrupção envolvendo o Chefe de Estado e setores de seu próprio governo e a aplicação de uma agenda política à direita daquela que fora vitoriosa nas eleições de 2014 acarretaram uma crise de legitimidade que afetaria os rumos da Política Externa (OLIVEIRA; PENNAFORTE; MARTINS, 2018). Além de afastar o Brasil de parcerias consideradas estratégicas nos governos anteriores, o governo Temer priorizou uma política de atração de investimentos e recuperação do peso de antigas parcerias tradicionais do país (MOREIRA, 2020). Sob o signo da “desideologização”,² os novos caminhos traçados para a Política Externa visavam romper com a sua trajetória recente, inserindo-a diretamente no processo de avanço das reformas neoliberais no país.

Do ponto de vista das relações Brasil – África, houve um aprofundamento no distanciamento entre as duas partes. Segundo Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Henrique Mallmann (2020), em meio a uma leve recuperação comercial, o número de projetos de cooperação impulsionados pelo Brasil declinou. Nessa perspectiva, a dimensão política do

² Conforme Danilo Sorato Oliveira Moreira, compreende-se enquanto desideologização o apelo a uma “aparente neutralidade ideológica” na formulação da PEB (2020, p.12). Inserido num contexto de mudança na inserção internacional do país, esse tipo de discurso pode ser visto como uma incorporação de tendências contemporâneas críticas a Política Externa no governo Lula, impulsionada por setores mais liberais (JAKOBSEN, 2013; MOREIRA, 2020). Contudo, a crença de uma política externa não ideológica é equivocada. Além de buscar fundamento em uma dicotomia entre técnica e ideologia, a demarcação de uma suposta neutralidade se torna um recurso discursivo por parte daqueles que, no interior de uma determinada configuração das relações de poder, visam cancelar suas políticas em detrimento de uma leitura específica sobre passado e presente.

relacionamento com o continente africano deixou de existir, correspondendo à tendência mais geral de afastamento de antigos parceiros estratégicos nos governos anteriores.

Tal movimento foi acentuado a partir de seu sucessor. Em mais de três anos de governo, Jair Bolsonaro sequer realizou uma visita de Estado em algum país do continente africano (GULLINO, 2022).³ O aprofundamento do declínio da inserção internacional brasileira foi evidenciado no alinhamento aos EUA de Donald Trump, na interação cada vez mais constante com governos e movimentos de direita e extrema-direita em diversas partes do mundo e no abandono de uma perspectiva de projeção exterior autônoma. Considerando este cenário, buscaremos traçar algumas perspectivas analíticas sobre as relações Brasil – África no governo Bolsonaro a partir de um olhar histórico, tendo em vista a existência de variáveis que influenciaram a formulação e a execução da PEB na direção de seu vizinho Atlântico em diferentes épocas. Nesse exercício, dialoga-se com as análises de Amado Luiz Cervo sobre as “múltiplas” bases históricas de relacionamento entre Brasil e África (2008, p.293), revelando as mais diferentes estratégias impulsionadas pelo primeiro na tentativa de ampliar sua presença frente ao segundo.

Caminhos para uma análise das relações Brasil – África no governo Bolsonaro

Nos esforços de elaboração de um estado da arte de tais interações, apontaremos a seguir algumas variáveis que historicamente atribuíram conteúdo às relações Brasil – África ao longo de diferentes momentos entre os séculos XX e XXI e que constituem, em nosso entendimento, aspectos importantes para a construção de uma agenda de pesquisa contemporânea. Dentre as principais questões, destacam-se a dimensão comercial, a cooperação em suas diferentes modalidades, a produção e mobilização de discursos, além da interação entre atores sociais e a formulação de políticas direcionadas à ampliação de relações com o continente africano.

A primeira variável é o comércio exterior. Nos momentos de maior aproximação entre brasileiros e africanos desde os anos 1960, o potencial do mercado africano para a ampliação das exportações brasileiras e as necessidades de importação de recursos estratégicos estimularam o desenvolvimento de tais relações. Como parte integrante do próprio

³ Outro importante diagnóstico acerca da perda de relevância do continente africano no interior do quadro de retrocesso na PEB desde 2016 reside no fechamento de representações diplomáticas. Conforme Patrícia Campos Mello (2017), propostas de fechamento de postos na África já estavam presentes desde o governo Temer. Sob a justificativa dos cortes orçamentários vividos pelo MRE, as embaixadas brasileiras na Libéria e em Serra Leoa fizeram parte de uma política de remanejamento proposta pelo então chanceler José Serra. Contudo, tal ação ocorreu somente no governo Bolsonaro. Juntamente com outros postos no Caribe, as duas embaixadas citadas tiveram seus trabalhos encerrados por decreto em maio de 2020 (FREIRE, 2020).

desenvolvimento do capitalismo brasileiro, determinadas iniciativas em direção ao continente negro evidenciavam a sua relevância enquanto possível receptor de produtos manufaturados e alvo do processo de internacionalização das empresas brasileiras (CERVO, 2008).

Ainda que os resultados alcançados não possam ser superestimados,⁴ a dimensão comercial nas últimas décadas se constituiu num dos principais termômetros para a avaliação da intensidade das relações Brasil – África dentro da própria dinâmica da História da PEB. Mesmo num contexto de retrocesso na inserção internacional brasileira a partir dos efeitos da crise política vivida no país desde 2013, a importância econômica da África não desapareceu no discurso de determinados atores da Política Externa. Em Discurso de Posse, o ex-chanceler José Serra (PSDB) estabelecia como uma das novas diretrizes da PEB no governo Temer alterações na política brasileira para a África, priorizando o que considerava como “um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos” (SERRA, 2016). Seu sucessor, Aloysio Nunes (PSDB), apontou para esse mesmo sentido, considerando o continente como uma “prioridade permanente da política externa brasileira” (FERREIRA, 2017, p.17), potencializada, dentre outras coisas, pela perspectiva de ampliação das relações comerciais. Como se verá a seguir, tais acenos não se traduziram em uma prática de aprofundamento do comércio entre Brasil e África, porém denotam a manutenção, no plano do discurso, dessa agenda enquanto uma das mais estruturantes dentro da formulação de políticas voltadas para aquele continente.

A segunda variável relevante diz respeito à cooperação. Consolidando-se enquanto um Estado promotor, a cooperação brasileira com o continente africano adquiriu destaque nas duas últimas décadas, tornando-se um dos principais vetores na construção de uma política africana. Nos marcos da chamada Cooperação Sul-Sul, a intensificação nos laços entre brasileiros e africanos a partir de uma agenda que assumiu espaço cada vez mais relevante na PEB no século XXI buscava assumir características singulares, frente às experiências de ajuda externa protagonizadas pelo Norte Global. Conforme João Antônio dos Santos Lima (2014), a Cooperação Sul – Sul assumiu nos discursos oficiais uma forte tendência de valorização de aspectos como “a horizontalidade, um relacionamento livre de imposições e com realce para o

⁴ Sem desconsiderar a importância dos resultados econômicos do processo de reaproximação do Brasil com o continente africano no governo Lula, cumpre destacar que os maiores níveis de participação africana no comércio brasileiro ocorreram no governo Figueiredo. Conforme José Flávio Sombra Saraiva (1996), o país registrou cerca de 7,3% do total de suas importações sendo oriunda do continente africano. 9,3% das exportações brasileiras tiveram como destino o seu vizinho Atlântico. Em 1985, a partir de dados fornecidos por Claudio Oliveira Ribeiro (2010), os níveis registrados foram de 13,16% e 7,89% respectivamente.

compartilhamento de experiências vivenciadas em contextos com certo grau de semelhança” (LIMA, 2014, p.360). Longe de constituir uma espécie de “cooperação desinteressada” (MILANI, 2017, p.02), a emergência do Brasil e de outros países em desenvolvimento enquanto expoentes de um tipo de cooperação geopoliticamente fora do eixo tradicional composto pelos principais atores capitalistas no século XX esteve inscrita também dentro de um contexto de aprofundamento da crise hegemônica dos EUA e do possível redesenho de uma ordem mundial a partir de uma perspectiva multipolar. Nesse sentido, o investimento em cooperação se tornou uma ferramenta cada vez mais relevante nas estratégias de inserção internacional dos países emergentes e na materialização de uma possível nova configuração na arquitetura política mundial.

Na trajetória das relações Brasil – África, a dimensão discursiva ocupou um papel estrutural e estruturante na produção de aproximações e distanciamentos entre as duas partes. No seio das reflexões sobre a própria identidade brasileira e sua relação com passado, presente e futuro do país, visões sobre a África, os africanos, a África no Brasil e o Brasil na África formataram diferentes iniciativas na direção do continente negro. Com maior ênfase a partir dos anos 1960, as relações Brasil – África foram norteadas, dentre outras coisas, pelo chamado discurso culturalista, caracterizado pelas tentativas de legitimar a política de aproximação do país com o continente negro a partir do seu reconhecimento enquanto “consequência natural dos séculos de contatos do Brasil com a África” (SARAIVA, 1993, p.219). Estruturado a partir do louvor à chamada democracia racial, esse discurso de afirmação de uma condição singular do país na construção de laços com os Estados africanos reunia tanto um sentido de afirmação positiva da experiência social, política e racial do Brasil quanto à crença de um papel estratégico a ser cumprido diante das novas unidades políticas (SANTOS, 2005). Num jogo entre a [re]construção de seu próprio passado e as perspectivas quanto ao futuro do país no sistema mundial, esse discurso, com suas adaptações, atravessaram governos, décadas e gerações, sendo mobilizado por sujeitos distintos ao longo da história da PEB.

As críticas impulsionadas pelos movimentos sociais, em especial, o movimento negro resultaram na emergência de um novo tipo de discurso no interior das iniciativas brasileiras para a África.⁵ Fundamentado pelos perversos efeitos da escravidão atlântica, o reconhecimento

⁵ Um exemplo de crítica sobre o discurso culturalista pode ser visto nas considerações de Abdias do Nascimento em *O Quilombismo*. Analisando a influência de uma ideologia de branqueamento na produção da Política Externa Brasileira, o autor evidencia o descompasso entre um discurso em defesa da descolonização e a prática marcada por votos brasileiros alinhados com as potências coloniais nos espaços multilaterais. Além desse componente, a denúncia do que ironicamente classifica como “demagogia racial” foi outro aspecto central de sua crítica

de uma dívida histórica do Brasil para com os africanos e a luta contra o racismo se constituiriam em recursos mobilizados nos discursos sobre as relações Brasil – África ainda no final do século XX, ganhando maior força especialmente no Governo Lula (DÁVILA, 2011). Nessa perspectiva, tal relacionamento assumiria um caráter afirmativo de reparação histórica e, ao mesmo tempo, um compromisso social de natureza internacional.

Como uma quarta variável, a movimentação dos atores sociais e as disputas dentro do próprio Estado para a formulação da Política Externa ocuparam também uma dimensão relevante no contexto das relações Brasil – África. Em décadas de trajetória contemporânea, diferentes atores lutaram pela conquista de maior influência na atribuição de seus rumos, apontando criticamente para diferentes sentidos sobre o papel africano na PEB. Entre as figuras de maior destaque, intelectuais, militares e segmentos dinâmicos da economia brasileira tentaram incidir sobre os rumos das políticas para o continente africano, mobilizados por diferentes fatores como uma maior projeção do país na arquitetura global, a definição de um entorno estratégico transcontinental e suas consequências para o debate sobre Segurança e Defesa Nacional, além do movimento de internacionalização do capitalismo brasileiro.

Outros atores como as igrejas neopentecostais e os movimentos negros, também assumiram alguma relevância no debate público e nas intervenções sobre as relações Brasil – África. No primeiro caso, episódios recentes como as controvérsias envolvendo a Igreja Universal do Reino de Deus em Angola chamaram atenção para a sua relevância para setores que compõem a coalizão que sustenta o governo Bolsonaro (FRANCISCO; SANTOS; ALVES, 2020), chamando atenção para a dimensão histórica dessa temática dentro de um estudo sobre a Política Externa.

Com relação aos movimentos negros, o apoio aos processos de descolonização no continente africano e as críticas desenvolvidas ao discurso culturalista reforçam a sua importância dentro do debate público sobre o lugar da África na PEB. Ainda que seu peso na formulação da Política Externa seja questionado por alguns autores,⁶ a correlação entre a luta contra o racismo, as propostas de mudança na inserção internacional brasileira e as perspectivas

(NASCIMENTO, 1980, p.168), desconstruindo o papel da diplomacia brasileira na propagação de uma imagem brasileira no exterior a partir da autoproclamação de uma democracia racial.

⁶ Esse princípio de divergência pode ser visto a partir de uma comparação entre as abordagens de José Flávio Sombra Saraiva (1996) e Jerry Dávila (2011) sobre o tema. Conforme o primeiro autor, ainda que os movimentos negros tenham ocupado posição de destaque no questionamento do discurso culturalista, sua crítica não chegou a constituir em “fator no processo decisório da política exterior do Brasil para a África” (SARAIVA, 1996, p.237). Já para o autor estadunidense, o fortalecimento do movimento negro a partir dos anos 1970 e sua atuação no processo de redemocratização do país contribuíram para uma maior interação com temas de Política Externa, em sintonia com as discussões sobre a desigualdade racial no país.

de aproximação com o continente africano foram vistas como um recurso favorável à interação entre esse segmento social e as relações exteriores. A importância das relações Brasil – África na interlocução entre governo e movimentos sociais pode ser captada na inclusão do tema na intervenção do então presidente Lula no Fórum Social Mundial em 2003:

Nos primeiros dias do seu governo, em 2003, em discurso no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, Lula afirmou que o Brasil ficou com os olhos voltados para a Europa durante quinhentos anos e que aquele era o momento de olhar para a África e para a América do Sul, no sentido de fortalecer novas parcerias que garantiriam uma maior independência e força política de negociação na arena internacional (LAMAS; FINAZZI; NASSER, 2017, p.134).

Na afirmação da natureza da política externa enquanto uma política pública e estruturada pelas relações de poder inscritas numa determinada sociedade, um olhar na direção das movimentações dos atores institucionais e sociais se torna fundamental na construção de uma agenda de pesquisa sobre as relações Brasil – África no passado e no presente. Em um governo caracterizado por fissuras entre os heterogêneos setores que o constituem (SARAIVA; SILVA, 2019), essa marca tende a influenciar o olhar sobre as interações entre brasileiros e africanos nos últimos anos, ainda que tal tema não assuma a condição de agenda estratégica diante do quadro de retrocesso na inserção internacional.

Sem desconhecer a relevância de uma abordagem que contemple as quatro variáveis para uma compreensão mais profunda sobre o tema, apresentaremos a seguir os resultados provisórios de uma pesquisa em curso, estruturada a partir da investigação de cada um dos elementos apresentados. Destacando neste momento os aspectos comerciais entre Brasil – África nos últimos anos, esperamos contribuir para a produção de estudos que agreguem esforços ao desenvolvimento de um balanço crítico sobre as relações entre brasileiros e africanos dentro de uma perspectiva histórica, bem como de somar aos esforços mais amplos de compreensão de um quadro crítico para a PEB.

Entre o Discurso Comercialista e a timidez de resultados: dados sobre o comércio Brasil – África

Em discurso proferido durante uma conferência comemorativa ao Dia da África, Ernesto Araújo reafirmava algumas das principais bases do chamado discurso culturalista. Atribuindo um caráter histórico e identitário como fundamentos no desenvolvimento de relações entre

brasileiros e africanos, a intervenção do chanceler brasileiro também enfatizava agendas consideradas prioritárias para a Política Externa no governo Bolsonaro:

Quero enfatizar que, na nova visão de política externa que estamos implementando, a dimensão econômica e comercial das relações Brasil – África é fundamental. Convido nossos parceiros africanos a continuar a dialogar com o Brasil sobre formar e opções para aumentarmos o nosso comércio e para diversificá-lo, bem como para ampliarmos os investimentos de lado a lado, sempre com a participação crucial do setor privado (ARAÚJO, 2020, p. 252).

Diante da conjunção entre um mercado considerado potencial, um quadro de modesta recuperação comercial entre as duas partes e a afirmação das supostas credenciais brasileiras a partir do reconhecimento de uma trajetória e um “patrimônio cultural compartilhado” (ARAÚJO, 2020, p.251), a pauta comercial assumiria importância nos discursos do chanceler. Em 2020, no âmbito do seminário *Focus in Africa*, Araújo afirmara a existência de uma suposta política africana no governo Bolsonaro estruturada a partir de 4 eixos: valores, segurança e defesa, econômico-comercial e cooperação. Em relação ao terceiro, um sentido de ruptura em relação aos governos antecessores nortearia suas expectativas:

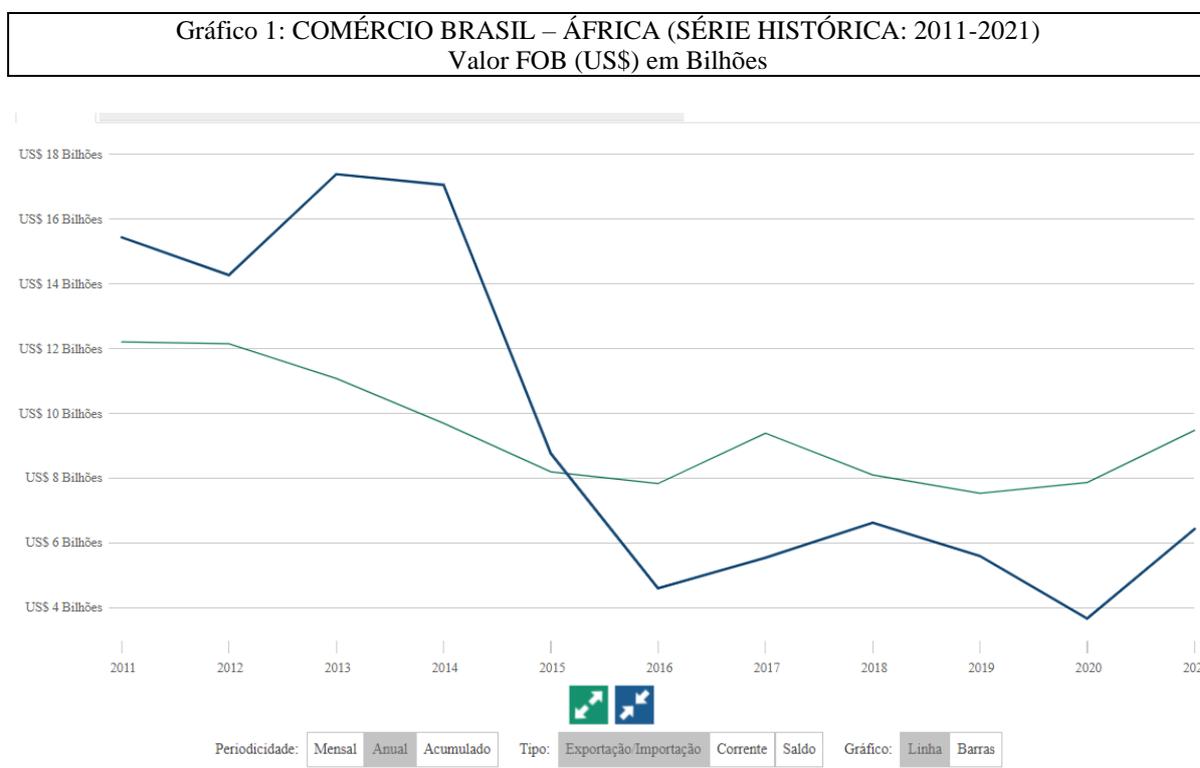
Na dimensão econômico-comercial – queria muito chegar nesse ponto, dada a ênfase muito grande que esse encontro pode ter e está tendo, tenho certeza, nessa dimensão – nós temos, há décadas, uma tentativa de ter uma presença comercial, econômica mais intensa do Brasil na África. As diferentes estratégias, os diferentes impulsos que aconteceram ao longo dos anos deram resultados parciais, digamos. Precisamos, agora, pensar como voltar a essa relação em novas bases, também de acordo com nas novas realidades. E aqui, nós vemos com muito interesse, e como uma imensa oportunidade, a tendência de integração econômica e comercial crescente no continente africano. Nós, como eu dizia, queremos ter uma relação muito específica e muito produtiva com cada país africano, mas, ao mesmo tempo, vemos que há essa oportunidade imensa de criar uma relação do conjunto da África com o Brasil em torno da própria integração econômica e comercial que existe no continente africano (ARAÚJO, 2021, p. 540).

Entre os elogios ao processo de integração econômica do continente africano e o reconhecimento de um quadro favorável à construção de laços mais estreitos com o Brasil, o chanceler reiterava o protagonismo da agenda comercial na formulação da Política Externa para a África.⁷

⁷ Mesmo com a ênfase atribuída à dimensão comercial para as relações Brasil – África e na construção da PEB, o chanceler Ernesto Araújo teria se colocado enquanto um crítico ao chamado “comercialismo”. Conforme Paulo Roberto de Almeida (2019), em aula magna no Instituto Rio Branco, Araújo afirmara que o comercialismo, isto é,

Apesar de seus esforços em reivindicar uma ruptura com o passado, a centralidade da dimensão econômica e algumas das principais características do comércio Brasil – África no governo Bolsonaro não representariam a abertura de uma nova era em tais relações. Considerando fatores como a dinâmica das importações e exportações anuais, o peso africano no comércio exterior brasileiro e a evolução dos principais parceiros do país naquele continente nos últimos anos como três importantes aspectos caracterizadores das dinâmicas econômicas entre os dois atores, algumas das linhas mais gerais observadas a partir de 2019 representariam a permanência de tendências registradas desde ao menos o governo Temer.

Conforme Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Mallmann, em meio às mudanças promovidas na Política Externa a partir de 2016, houve o reconhecimento de que “as relações comerciais entre o Brasil e o continente africano seriam a prioridade do governo, em detrimento dos laços diplomáticos, históricos, sociais e políticos vigentes na matriz anterior” (2020, p.146). Apesar disso, a recuperação comercial verificada entre 2016 e 2017 esteve longe de representar uma retomada da importância econômica da África no comércio exterior brasileiro. É o que se pode avaliar a partir dos dados sobre importações e importações entre 2011 e 2021:



uma visão de Política Externa restrita aos aspectos comerciais, seria uma das ameaças existentes ao funcionamento da diplomacia brasileira. Nesse sentido, o repensar quanto ao papel do comércio dentro das relações externas faria parte da luta ideológica apregoada pelo antiglobalismo reivindicado pelo chanceler.

Fonte: Ministério da Economia (2022).

Diante de um contexto de avanço do distanciamento do Brasil em relação ao continente africano, as relações econômicas envolvendo as duas partes do Atlântico seriam marcadas por um interessante jogo envolvendo muitas continuidades e algumas descontinuidades que permaneceriam como características desse comércio nos três primeiros anos do governo Bolsonaro. Do ponto de vista da balança comercial, a queda significativa nas importações brasileiras entre 2014 e 2016 seria determinante para o registro de seguidos *superávits* durante o governo Temer, tendência que seria também mantida durante o governo Bolsonaro. Mesmo diante das oscilações nos valores de importação registradas nos últimos seis anos, tal tendência não seria revertida.

Outra característica emergente nos governos anteriores foi a queda da participação africana no comércio exterior do Brasil. Conforme Daniela Freddo e Guilherme Gomes de Barros de Souza (2021), após atingir mais de 7% no ano de 2007 e manter índices acima de 5% até 2014, o peso africano no comércio brasileiro passou por significativas reduções até atingir 3,3% no primeiro ano de governo Bolsonaro. Em 2020, num contexto de queda geral do comércio exterior brasileiro,⁸ a participação africana também continuou regredindo, constituindo apenas 3,1% em relação ao total do somatório de importações e exportações brasileiras. No ano seguinte, já num momento de recuperação do comércio exterior brasileiro e,⁹ particularmente, das importações e exportações para o continente africano, sua participação no total geral registrou leve alta, atingindo aproximadamente 3,2%.

Com relação aos principais parceiros comerciais do país, os últimos três anos de relacionamento entre Brasil e África se caracterizaram pela manutenção de uma característica registrada não somente no governo Temer, mas também em relação aos seus antecessores.¹⁰ Considerando o período entre 2011 e 2021, observa-se uma tendência de concentração a partir de um conjunto muito específico de países enquanto principais parceiros comerciais do país,¹¹

⁸ Em 2019, segundo dados do Ministério da Economia, o somatório geral de importações e exportações brasileiras esteve na casa dos 401 bilhões de dólares. Já em 2020, o índice caiu para 368 bilhões de dólares.

⁹ Após o registro de queda geral do comércio exterior em 2020, o somatório entre importações e exportações totais brasileiras em 2021 chegou à casa dos 499 bilhões de dólares, número superior ao atingido no primeiro ano de governo Jair Bolsonaro.

¹⁰ Essa característica foi apontada por Guilherme Ziebell de Oliveira e Vinícius Henrique Mallmann (2020). Conforme estes autores, o Brasil possuiu um mesmo conjunto de países como principais parceiros ao longo dos governos Lula, Dilma e Temer: África do Sul, Nigéria, Angola, Argélia e Egito.

¹¹ A tendência de concentração do comércio entre Brasil e África em um ou mais parceiros é uma característica que pode ser observada em diferentes momentos da História, inclusive nos contextos de maior aproximação entre as duas partes. No contexto da PEI, por exemplo, o comércio com a África do Sul correspondia a cerca de metade das exportações brasileiras para todo o continente. Já entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1990, a Nigéria

intercalando posições entre os cinco primeiros mercados exportadores e importadores ao longo do recorte registrado:

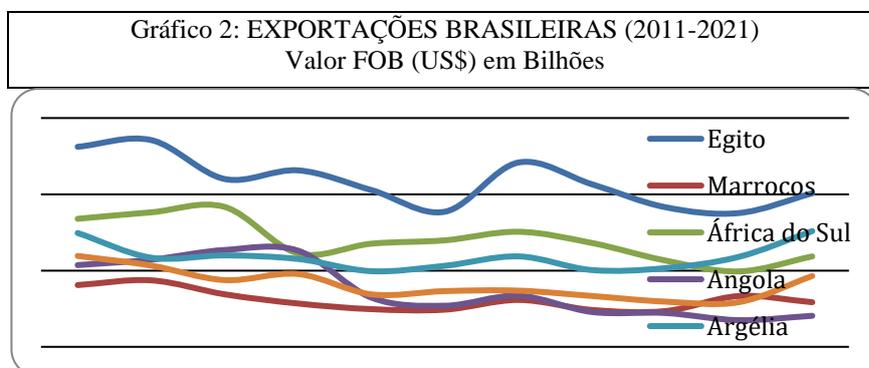
Quadro 1: PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL NA ÁFRICA EM ORDEM DECRESCENTE (2011-2021)			
2011		2012	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Nigéria	Egito	Nigéria
África do Sul	Argélia	África do Sul	Argélia
Argélia	Marrocos	Argélia	Marrocos
Nigéria	África do Sul	Angola	África do Sul
Angola	Guiné Equatorial	Nigéria	Egito
2013		2014	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Nigéria	Egito	Nigéria
África do Sul	Argélia	Angola	Argélia
Angola	Marrocos	África do Sul	Marrocos
Argélia	Guiné Equatorial	Argélia	Angola
Nigéria	Angola	Nigéria	Guiné Equatorial
2015		2016	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Nigéria	Egito	Argélia
África do Sul	Argélia	África do Sul	Nigéria
Argélia	Marrocos	Argélia	Marrocos
Nigéria	África do Sul	Nigéria	África do Sul
Angola	Guiné Equatorial	Angola	Gana
2017		2018	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Argélia	Egito	Argélia
África do Sul	Marrocos	África do Sul	Nigéria
Argélia	Nigéria	Argélia	Marrocos
Nigéria	África do Sul	Nigéria	África do Sul
Angola	Angola	Marrocos	Egito
2019		2020	
Exportação	Importação	Exportação	Importação
Egito	Argélia	Egito	Marrocos
África do Sul	Marrocos	Argélia	Argélia
Argélia	Nigéria	África do Sul	África do Sul
Nigéria	África do Sul	Marrocos	Nigéria
Marrocos	Egito	Nigéria	Egito
2021			
Exportação		Importação	
Egito		Marrocos	
Argélia		Argélia	
África do Sul		África do Sul	
Nigéria		Nigéria	
Marrocos		Egito	
Angola		Togo	

Fonte: elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo Ministério da Economia (2022).

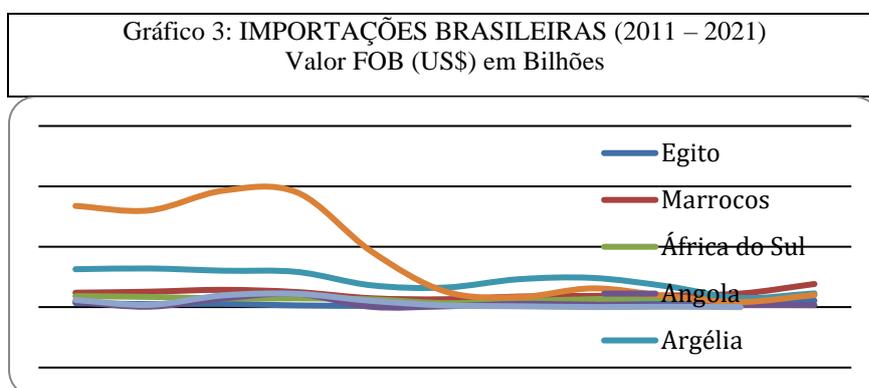
Exceto a queda significativa no comércio entre Brasil e Guiné Equatorial, as principais parcerias brasileiras no continente africano foram África do Sul, Egito, Nigéria, Argélia, Marrocos e Angola. Contudo, algumas variações observadas nos últimos anos merecem

ocuparia o protagonismo, ocupando também cerca de 50% do comércio total brasileiro em todo o conjunto africano (SARAIVA, 1996)

destaque. Considerando o desempenho das exportações e importações brasileiras frente aos países citados, é possível observar interessantes mudanças nos últimos anos:



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo Ministério da Economia (2022)



Fonte: elaborado pelo autor com base em dados disponibilizados pelo Ministério da Economia (2022)

Exceto a liderança egípcia no conjunto das exportações brasileiras ao longo dos últimos dez anos,¹² as posições dos principais parceiros brasileiros sofreram com variações de ordem ou de volume comercial. Considerando as exportações, o gráfico sugere ao menos três características relevantes. Em relação ao comércio entre Brasil e Angola, após um quadro de cinco anos de queda, exceto pela breve oscilação registrada em 2017, os dados registrados em 2021 apontam uma leve alta. Tais resultados, quando confrontados com os anos anteriores da mesma série histórica, revelam a timidez desse processo de retomada. Ocupando o segundo lugar entre os principais parceiros brasileiros em 2014, o comércio com Angola despencou ao

¹² A liderança egípcia enquanto principal destino das exportações brasileiras para o continente africano foi iniciada ainda no final do segundo mandato de Lula. Conforme Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho Gonçalves (2017), diante de um quadro de aprofundamento nas relações entre os dois países nesse período, o papel egípcio no interior das relações comerciais entre Brasil e África se elevou a tal ordem que atingira cerca de 1/5 do total registrado das exportações brasileiras para aquele continente.

longo dos anos subsequentes, atingindo o sexto lugar nas exportações em 2018 e permanecendo na mesma colocação até 2021.

Entre os diferentes movimentos de alta nas exportações registradas em 2021, os dados referentes à Argélia chamam atenção. Estando sempre entre os cinco principais destinos das exportações do país para o continente africano, o maior índice observado nos últimos 10 anos ocorreu no terceiro ano do governo Bolsonaro. Seu crescimento foi bem maior do que a recuperação observada nas exportações brasileiras para o Egito. Com relação ao último, ainda que 2021 marcasse um ano de recuperação das exportações brasileiras para o Egito, o índice registrado foi inferior à boa parte dos anos anteriores.

Com relação à dinâmica das importações, 2021 representou o pico de uma tendência de crescimento do comércio com o Marrocos, registrada desde 2017. Sem desconsiderar que os números mais recentes não ultrapassaram o valor mais alto das importações, registrado em 2013, a movimentação atual se insere num contexto peculiar para as relações entre Brasília e Rabat, pensadas também no interior dos diálogos entre Brasil, Israel e Países Árabes. Em discurso proferido no ano de 2019, Ernesto Araújo mencionaria diretamente as relações entre Brasil e Marrocos como o símbolo de um suposto novo momento da política brasileira para o Oriente Médio e o Norte da África:

Tudo isso no sentido de nos integrarmos às cadeias de valor, valorizar parcerias que estavam negligenciadas, criar novas parcerias. Acho que um bom exemplo também do que nós estamos fazendo é Israel e os países árabes. Nós, como os senhores sabem, temos uma política de aproximação muito grande com Israel. Dizia-se que isso iria em detrimento do nosso relacionamento com países árabes, mas é exatamente o oposto que está acontecendo. Há um interesse enorme, crescente, gigantesco, por parte dos países do Golfo, dos países do norte da África, sobretudo Marrocos, por exemplo, mas muito certamente dos países do Golfo, que têm os maiores fundos de investimento do mundo, em investir mais no Brasil, em ser parceiros muito mais profundos do Brasil (ARAÚJO, 2020, p. 364).

Observadas a partir de dois ângulos geopolíticos, o Mundo Árabe e a África, as relações entre Brasil e Marrocos assumiriam uma importância econômica e política na visão do chanceler brasileiro. Em visita oficial do chanceler Nasser Bourita ao Brasil em 2019, um sentido de aprofundamento nos laços foi traçado, a partir da exposição de convergências em temas polêmicos como a situação política na Venezuela e a questão do Saara Ocidental,¹³ mas

¹³ Um dos principais pontos de divergência entre Marrocos e Venezuela diz respeito ao reconhecimento da República Árabe Saaraui Democrática e o apoio ofertado a Frente Polisário por parte de Caracas. Na contramão de seus adversários, o autoproclamado Juan Guaidó acenou positivamente às posições marroquinas como na

também no interesse recíproco em estabelecerem acordos de cooperação no continente africano (BRASIL, 2021). Segundo Mohammed Nadir et al. (2021), do ponto de vista marroquino, tais relações assumem importantes resultados, tendo em vista a presença brasileira entre os principais parceiros das exportações do país do Norte da África.¹⁴

Outra tendência importante diz respeito à retomada do crescimento do comércio brasileiro com a Nigéria. De forma muito parecida com o caso angolano, os índices de melhora nem de longe se aproximam do volume registrado na primeira metade da década passada. De principal mercado de origem das importações brasileiras no continente africano naquele período, a Nigéria perdera espaço ao longo dos anos subsequentes, ocupando em 2021 a quarta colocação. Tal cenário ilustra o que Flávio Francisco, Kethelyn Santos e Maryanna Sagio Alves classificaram como uma “perda de fôlego” do comércio brasileiro (2020, p.12), mesmo considerando antigos parceiros de destaque. Assim, o que se apresenta como uma possibilidade de reversão no quadro declinante das relações econômicas entre Brasil e África deve ser visto com cautela à luz das oscilações registradas nos últimos anos e da significativa queda ocorrida no auge da crise política brasileira.

Considerações finais

A partir de um ponto de vista histórico e historiográfico, as relações Brasil – África sofreram com a inexistência de uma política sólida nas últimas décadas. Entre diversos movimentos de aproximação e distanciamento, diferentes fatores domésticos e sistêmicos convergiram na produção de limites e possibilidades para a afirmação brasileira naquele continente. Em mais uma fase dessa dinâmica, a lógica do distanciamento vem predominando na trajetória da PEB desde o Governo Dilma, ganhando contornos mais nítidos com os seus sucessores.

Na construção de um estado da arte de tais relações, buscou-se evidenciar os principais aspectos que fundamentaram historicamente diversas iniciativas brasileiras para o continente africano e que, em nosso entendimento, são fundamentais para uma avaliação mais profunda sobre a situação atual. Temas como a cooperação, as relações econômicas, a interação entre os atores institucionais e sociais frente a uma agenda que mobilizou diferentes setores da

proposta do Plano de Autonomia do Saara Ocidental, defendido por Rabat. Vale destacar que o Marrocos reconheceu formalmente Guaidó como presidente interino da Venezuela.

¹⁴ Considerando dados referentes ao ano de 2012, Paulo Fagundes Vizentini (2014) apontava que o Brasil já ocupava uma posição de destaque naquele período entre os principais destinos das exportações marroquina, junto com França, Índia, Espanha e Estados Unidos.

população brasileira e as construções discursivas sobre a África, as relações Brasil – África e o papel dos africanos na formação social e histórica do Brasil evidenciam um caráter multifacetado sobre um dos eixos mais estratégicos de projeção externa do país.

Considerando a variável do comércio exterior, os dados registrados sobre o governo Bolsonaro, quando confrontados com a trajetória mais recente das relações econômicas entre Brasil e África, revelaram a manutenção de algumas características comerciais traçadas ainda no governo Temer e, em alguns casos, herdadas das experiências dos governos anteriores. Influenciada pela queda no volume das importações brasileiras após 2014, a tendência superavitária do comércio a partir de 2016 se afirmou ao longo dos últimos cinco anos. Mesmo com as oscilações observadas também nas exportações, a principal mudança no comércio brasileiro com a África registrada no governo Temer permaneceria também como característica importante no governo Bolsonaro.

Além de superavitário, outro aspecto observado na dinâmica comercial entre brasileiros e africanos diz respeito à sua perda de espaço no quadro geral do comércio exterior brasileiro. Em pouco mais de seis anos (2015-2021), a participação africana nas relações econômicas do Brasil caiu quase 2%. O tímido aumento registrado em 2021 pouco altera esse quadro, tendo em vista um crescimento no comércio brasileiro após o primeiro ano da pandemia de COVID-19.

Do ponto de vista das principais parcerias comerciais, um seleto grupo de países (Egito, África do Sul, Nigéria, Argélia, Marrocos e Angola) continuaria a figurar entre os principais destinos das exportações brasileiras e origens das importações deste país, seguindo, com algumas ressalvas, uma tendência observada para os últimos dez anos. Contudo, um breve olhar sobre a trajetória particular do comércio brasileiro com cada um desses países no mesmo recorte sugerido revela alguns movimentos interessantes, tais como o crescimento das exportações marroquinas para o Brasil, uma tímida elevação das importações angolanas de produtos brasileiros após anos de queda no comércio entre os dois países, sinais de recuperação no comércio brasileiro com Nigéria e África do Sul e um retorno do crescimento do comércio com a Argélia.

A tímida recuperação, além de ocorrer num contexto geral de retomada do comércio exterior brasileiro após o ano de 2020 e se beneficiar do crescimento econômico do continente africano, está longe de alterar o quadro de distanciamento entre as duas partes do Atlântico. Se o comércio emergiria como o principal vetor de aproximação nos discursos dos chanceleres

brasileiros a partir de 2016, os números, contrapondo as palavras, evidenciariam o abandono gradual e nocivo das estratégias de afirmação da presença brasileira no continente negro.

Nos anos de Jair Bolsonaro, a PEB parece se comportar como um novo “passo fora da cadência”.¹⁵ Nas tentativas de constituição de um relacionamento privilegiado com o Chefe de Estado de uma potência em declínio e nos esforços de estreitamento de laços com governos e movimentos de direita e extrema-direita ao redor do globo,¹⁶ as características mais gerais de um quadro de retrocesso na Política Externa apontam para um descompasso estratégico de uma potência emergente como o Brasil diante das rápidas transformações mundiais. Nesse reconhecimento, retirar as relações Brasil – África do silêncio imposto por meio dos múltiplos e barulhentos ruídos provocados pelas opções governamentais em Política Externa nos últimos anos se torna uma agenda de pesquisa necessária e, ao mesmo tempo, desafiante diante das incertezas no plano doméstico e dos dilemas de natureza sistêmica.

Fontes utilizadas

ARAÚJO, Ernesto. **A nova política externa brasileira**: seleção de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. Brasília: FUNAG, 2020.

ARAÚJO, Ernesto. **Política externa**: soberania, democracia e liberdade: coletânea de discursos, artigos e entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. Brasília: FUNAG, 2021. Disponível em: < <http://funag.gov.br/biblioteca/download/politica-externa-soberania-democracia-e-liberdade.pdf> >. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração à imprensa do Ministro Ernesto Araújo por ocasião da visita do Chanceler do Marrocos, Nasser Bourita**. 07 out. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/declaracao-a-imprensa-do-ministro-ernesto-araujo-por-ocasio-da-visita-do-chanceler-do-marrocos-nasser-bourita>> Acesso em: 10 jun. 2022

BRASIL. Ministério da Economia. Exportação e Importação Geral. **COMEX STAT**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>> . Acesso em: 09 jun. 2022.

¹⁵ Expressão usada por Amado Cervo para designar um conjunto de mudanças promovidas pelo governo Castello Branco na PEB. Segundo Cervo, no sentido de se distanciar dos princípios que constituíam a PEI, o novo governo optou por uma política de regressão “às concepções da nova ordem internacional engendrada pelos Estados Unidos no imediato pós-guerra, consoante os parâmetros do liberalismo econômico e das fronteiras ideológicas” (CERVO; BUENO, 2011, p.393). Apesar da existência de contradições e limites na afirmação dessas diretrizes, tal política se encontrava em descompasso diante das transformações no sistema mundial e no próprio cenário da Guerra Fria.

¹⁶ Dialogamos com a tese de Immanuel Wallerstein sobre o declínio do poder estadunidense enquanto uma realidade geopolítica do sistema mundo contemporâneo desde pelo menos o início dos anos 1970. Partindo da premissa de que os fatores que contribuíram para a ascensão de Washington estiveram recentemente atrelados ao seu declínio, Wallerstein situa historicamente esse processo de crise hegemônica a partir de quatro grandes eventos: Vietnã e a rejeição do status quo de Yalta; As revoluções de 1968 e os abalos promovidos tanto ao liberalismo centrista quanto aos movimentos antissistêmicos; A queda do muro de Berlim e a reação estadunidense ao fim do equilíbrio de terror e do desafio ideológico e cultural proporcionado pelos movimentos socialistas e comunistas no Pós-Guerra e, por fim, os ataques de 11 de Setembro de 2001 e a aceleração no ritmo do declínio (WALLERSTEIN, 2004).

FERREIRA, Aloysio Nunes. A Nova Política Externa Brasileira. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 3, n.6, p.15-26, dez. 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-92-cadernos_de_politica_exterior_ano_3_numero_6_segundo_semestre_de_2017>. Acesso em: 23 jul. 2022.

FREIRE, Diego. Bolsonaro extingue embaixadas na África e no Caribe criadas em governos do PT. **CNN Brasil**. 20/05/2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/bolsonaro-extingue-embaixadas-na-africa-e-no-caribe-criadas-em-governos-do-pt/>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

GULLINO, Daniel. Viagens de Bolsonaro revelam guinada na política externa; África está fora da lista. **O Globo**. 13/03/2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/viagens-de-bolsonaro-revelam-guinada-na-politica-externa-africa-esta-fora-da-lista-25430374>>. Acesso em: 06 jun. 2022.

SERRA, José. **Discurso do Ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores**. Brasília, 18 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

Referências

ALMEIDA, Elga Lessa. Do outro lado do Atlântico: as relações políticas e econômicas entre o Brasil e os países africanos desde o século XX. **Caderno do CEAS**, Salvador, v. 241, n.241, p.445-476, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ucesal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/353>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Miséria da Diplomacia: a destruição da inteligência no Itamaraty**. Brasília: Ed. do autor, 2019.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª Ed. Brasília, UNB, 2011.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRANCISCO, Flávio; SANTOS, Kethelyn; ALVES, Maryanna Sagio. O vácuo brasileiro nas relações Brasil – África e as transformações no continente africano. In: AZZI, Diego Araújo; RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio; SOUZA, Ana Teresa Lopes Maria de. **A política externa de Bolsonaro na Pandemia**. São Bernardo do Campo: OPEB, 2020, p.08-20.

FREDDO, Daniela; SOUZA, Guilherme Gomes de Barros de. Entre diplomacia e comércio exterior: uma análise das relações Brasil – África. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.6, n.12, p.175-195, jul./dez.2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/105200>>. Disponível em: 23 jul. 2022.

GONÇALVES, Luis Eduardo Fonseca de Carvalho. **Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015)**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <

http://funag.gov.br/loja/download/EGITO_REVOLUCAO_E_CONTRARREVOLUCAO_MILO_FINAL.pdf >. Acesso em: 23 jul. 2022.

JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. Desventuras de alguns críticos da Política Externa do Governo Lula. **Lua Nova**, São Paulo, n. 89, p.275-295, 2013.

LAMAS, Isabella; FINAZZI, João; NASSER, Reginaldo. Entre Porto Alegre e Davos. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2017, p.134-139.

LIMA, João Antônio dos Santos. Cooperação Sul-Sul através de números: regiões, setores e governança. In: KRAYCHETE, Elsa Sousa; MILANI, Carlos R. S. [Orgs.]. **Desenvolvimento e cooperação internacional: relações de poder e política dos Estados**. Salvador: EDUFBA, 2014, p.359-380.

MELLO, Patrícia Campos. Brasil e África: O recuo do Brasil na África: o desmantelamento da ofensiva de soft power do governo Lula. In: WESTMANN, Gustavo. **Novos Olhares Sobre a Política Externa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2017, p.117-124.

MILANI, Carlos R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2017. Disponível em: < <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/729> >. Acesso em: 23 jul. 2022.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. As semelhanças entre os governos Temer e Bolsonaro na Política Externa (2016-2019). **Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, v.9, p.01-19, 2020. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/47941> > . Acesso em: 23 jul. 2022.

NADIR, Mohammed et al. Relações Brasil – Marrocos e Norte da África. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil**. 10 ago. 2021. Disponível em: <<http://opeb.org/2021/08/09/relacoes-brasil-marrocos-e-norte-da-africa/>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. Documento nº4: Etnia afro-brasileira e política internacional. In: NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980, p.155-208.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinícius Henrique. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.15, n. 3, p.129 – 150, 2020. Disponível em: < <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/990> >. Acesso em: 23 jul. 2022.

OLIVEIRA, Fabiana de; PENNAFORTE, Charles; MARTINS, Marcos Antônio Fávoro. Da crise de governabilidade à crise de legitimidade: os impactos da crise política sobre a política externa brasileira. **Revista de Estudos Brasileños**, Salamanca, v.5, n.9, p.148-160, 2018.

Partido Social Liberal (PSL). O Caminho da Prosperidade. **Proposta de Plano de Governo**, 2018.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. Adjustment Changes: a política africana do Brasil no Pós-Guerra Fria. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v.18, n.35, p.55-79, fev. 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bFvjsqq8WGG9R8wyGvC5mJM/?lang=pt> >. Acesso em: 23 jul. 2022.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil. In: **Revista de informação legislativa**, Brasília, v.30, n.118, p.219-236, abr./jun. 1993.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África**: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora UnB, 1996.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, Lisboa, n.64, p.117-137, 2019. Disponível em: <http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri64/RI_64_art08_MGSAVCS.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O grande Oriente Médio**: da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Escravidão na África: um paralelo entre os moldes africanos e europeus

Slavery in Africa: a parallel between African and European patterns

Mariana Valença Félix¹, UFCG

Resumo

Este artigo busca tratar da escravidão enquanto um dos aspectos ligados à história da África e às sociedades africanas, apresentando de maneira sucinta e objetiva a evidente diferença entre os tipos de escravidão existentes nesse continente e seus derivados, tratando de enfatizar as características particulares de cada sistema, práticas e sociedades. Tem como propósito romper com uma visão equivocada e relativizadora desse processo de escravização de pessoas, que constantemente iguala as diferentes práticas escravistas, na intenção de justificar e amenizar a culpa dos europeus nesse processo. Essa pesquisa tem caráter bibliográfico, baseia-se e problematiza questões postas por autores como John Kelly Thornton (2004), Walter Rodney (1975) e Paul Lovejoy (2002), realizando um diálogo historiográfico que discute os conceitos de escravidão, escravo e escravizado.

Palavras-chave: Europeus; Escravidão; Escravizado; Sociedades africanas.

Abstract

This article seeks to deal with slavery as one of the aspects linked to the history of Africa and African societies, presenting in a succinct and objective way the evident difference between the types of slavery existing on that continent and their derivatives and trying to emphasize the particular characteristics of each system, practice, and society. Aims to break with a mistaken and relativizing view of this process of enslaving people, which constantly equates the different slave practices, with the intention of justifying and alleviating the guilt of Europeans in this process. Thus, this bibliographical research is based on and problematizes questions posed by authors such as John Kelly Thornton (2004), Walter Rodney (1975), and Paul Lovejoy (2002), carrying out a relevant historiographical dialogue that discusses the concepts of slavery, modern slavery, slave, and enslaved.

Keywords: Europeans; Slavery; Slave; African societies.

Introdução

Ainda que com poucos estudos bibliográficos edificadas na área, atualmente, tem-se desenvolvido algumas discussões historiográficas importantes a respeito da história do continente africano e suas influências no mundo. Importantes historiadores já dedicaram trabalhos para essa temática, como são os casos de Walter Rodney, Paul Lovejoy e John Kelly Thornton. O presente trabalho utiliza-se de referências bibliográficas dos autores citados e de outros estudiosos, a fim de evidenciar uma das discussões mais conhecidas quando se trata da história da África, a questão da escravidão africana e suas particularidades.

¹ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Na intenção de estruturar a argumentação deste trabalho, se apresenta inicialmente uma breve definição de escravidão, seguida de um paralelo entre a escravidão africana nos termos da África, ou seja, antes da chegada dos europeus; e a escravidão moderna, desenvolvida após a entrada dos europeus neste mercado. Essa proposta objetiva demonstrar a diferença entre as duas práticas e como ambas afetam de formas totalmente diferentes as estruturas sociais, políticas e econômicas dos povos africanos.

A escolha dessa temática se deu pela necessidade de combater a ideia de que a escravidão desenvolvida nas Américas se justifica pelo fato que nas sociedades africanas “a mesma prática já existia”, buscando romper com o pensamento de que todas as práticas de escravidão são iguais, pensamento que parece minimizar a responsabilidade europeia diante desse fato histórico. Essa ideia tem sido bastante disseminada e chega a ser um desrespeito com a história africana, visto que essas práticas são distintas e afetaram as sociedades de formas muito diferentes.

Atualmente há uma linha de pesquisa e estudo que busca romper com esses pensamentos estruturados de forma prejudicial para a historiografia e as sociedades como um todo, conhecida como pensamento decolonial, que pode ser visto como uma forma de resistência e também de denúncia, como apontam Elizabeth de Souza Oliveira e Marizete Lucini (2021), ao desenvolverem sobre o entendimento da decolonialidade:

O entendimento da decolonialidade como meio de denúncia, de luta, mas também como teoria, conceitos e categorias no desenvolvimento da experiência histórica tem origem nos fins do século XX, quando um grupo de estudiosos percebeu que para estudar o colonialismo na América Latina e no Caribe havia a necessidade de se ter conceituações e categorias próprias, como apontamos. Isto porque se entendeu que as formas de colonização se deram de maneiras diferentes em determinados territórios (OLIVEIRA E LUCINI, 2021. p. 03).

Esse trecho aponta para a pluralidade dos processos de colonização, o que indica a complexidade geral dessas relações, tendo ligação direta com os sistemas que já existiam e os que passaram a existir, afetando as sociedades africanas e as não africanas, num processo contínuo.

A perspectiva da decolonialidade tem sido cada vez mais estudada e de maneira geral busca trazer luz para a visão das sociedades que sofreram com o processo e sofrem com as consequências do colonialismo. O trabalho aqui desenvolvido de certa forma tenta atingir

alguns aspectos desse pensamento, no sentido de desenvolver discussões que buscam evidenciar e desconstruir ideias equivocadas a respeito da temática.

Assim, considera-se também a relevância que o pensamento decolonial tem, pois simboliza de forma evidente o “rompimento com o pensamento pós-colonial que, até então, desenvolvia trabalhos com conceituações e categorias voltadas para o processo de colonização na África e Ásia entre os séculos XVIII e XX” (OLIVEIRA; LUCINI, 2021, p. 3). Nesse sentido, a perspectiva influencia diretamente a abordagem e a necessidade desse estudo.

Desenvolvimento

Sabe-se que a escravidão é um fato incontestável da história humana, não é possível apagar ou esconder esse acontecimento histórico, sendo necessário compreendê-lo em suas particularidades. E objetivando sintetizar as principais diferenças entre as práticas de escravidão e seus impactos nas sociedades africanas, se faz necessário desenvolver brevemente a questão da escravidão, entendendo que se trata de um tópico complexo, pois a ele estão atrelados muitos sentidos e problemáticas.

Dessa forma, trabalha-se neste artigo o sentido da escravidão pensado por Orlando Petterson (1977, p. 431) como sendo “aquela condição na qual há uma alienação institucionalizada dos direitos sobre o trabalho e o parentesco”, em outras palavras, a pessoa, quando escravizada, perde todos os direitos básicos referentes ao seu trabalho e à sua liberdade.

Isso remonta outra questão que está diretamente ligada à escravidão, o escravizado. Em palavras mais diretas, escravizado seria aquele inserido no sistema de escravidão, em que lhe é negada a liberdade, reduzindo-o à condição de propriedade. Nesse sentido, tudo o que uma pessoa escravizada produz pertence ao seu senhor, não sendo possível desfrutar da própria produção (BARROS, 2013, p. 209).

Como visto, a escravidão é uma prática que retira do indivíduo a sua liberdade, humanidade e dignidade, deixando apenas a condição de servidor escravo. Acontece que, quando se trata de escravidão, é possível pensar em diferentes tipos e especificidades dessa prática, existindo a escravidão que acontecia na Antiguidade, a que acontecia na África pré-colonial e a que passou a se desenvolver após a chegada dos europeus no território africano, sendo mais tarde adaptada para uma forma de exploração da contemporaneidade. Neste estudo o foco está voltado apenas para a escravidão nos contextos africano e europeu.

Nesse sentido, ainda que este não seja o contexto adotado para o presente artigo, é preciso mencionar a participação islâmica e árabe na constituição e manutenção de um mercado

baseado na escravização africana. Há nas discussões relacionadas à escravidão árabe-islâmica e nas sociedades muçulmanas como um todo, certa lacuna referente a estudos, dando margem a uma compreensão geral que tende a confirmar que a dinâmica de exploração de trabalho africano nestas regiões teria sido realizada de forma branda ou menos prejudicial. Tal fato não se aplica, pois “escravidão é escravidão e não pode ser embelezada ou considerada branda” (WEDDERBURN, 2007, p. 57).

Assim sendo, é de consenso geral entre os estudiosos da área da história africana no período referente ao surgimento do mundo atlântico, que antes da chegada dos navegadores europeus já existia nas diversas sociedades daquele continente uma prática semelhante a da escravidão moderna, sendo dotada de características próprias.

A escravidão que existia na África não seguia o sistema da escravidão moderna, pois estava ligada essencialmente ao trabalho, por meio de um sistema institucional interno ao qual as pessoas eram submetidas por diferentes motivos. A condição de escravo geralmente era imposta àqueles que cometiam algum crime, que não liquidaram suas dívidas e aqueles que eram dominados em conflitos oriundos de guerras entre grupos (SOUZA, 2003, p. 17).

Nesse sentido, as sociedades africanas estruturavam-se com base nesse sistema, nomeado por alguns historiadores de “escravidão doméstica” ou “escravidão de parentesco” ou ainda “produção de linhagem”. As bases sociais se constituíram também com a influência da fome e outras características religiosas e sociais, tendo sempre a problemática do “escravo” fortemente marcada.

Nesse tipo de prática, considerava-se questões essenciais a gerontocracia - em que os mais velhos controlavam a produção e reprodução -, a faixa etária e o sexo, existindo uma preferência por mulheres, já que eram elas as responsáveis pela continuação da linhagem e pela agricultura. Além disso, considera-se o sentido de parentesco, visto que aqueles indivíduos postos na condição de escravizados teriam condições e trabalhos bastante semelhantes aos de um membro da família, pois estariam sob as ordens da mesma linhagem (LOVEJOY, 2002, p. 42-43).

Dessa forma, ainda que o escravizado realizasse diversas atividades produtivas, a motivação para mantê-lo naquela condição não estava no sentido econômico, mas sim na intenção de potencializar o poder político, visto que, até aquele momento, a sociedade se enriquecia de acordo com o tamanho dos grupos sociais. Isso demonstra como as sociedades africanas pré-coloniais desenvolveram um sistema escravista em que as pessoas eram

consideradas e inseridas na sociedade, não sendo a prática da escravidão a característica fundamental do desenvolvimento dessas sociedades.

Foi quando a presença dos europeus se intensificou no Atlântico que esse sistema escravista se modificou, pois ao entender as formas de comercialização que existiam na região, esses mercadores passaram a se beneficiar economicamente dessa prática. Com isso, inicia-se o que mais tarde se tornou uma das maiores manchas da história, a escravidão moderna.

A escravidão moderna, ou convencional, está ligada a inúmeras questões, que perpassam entre aspectos psicológicos, sociais e econômicos, resultando na alteração da estrutura das sociedades. Essa prática, nos moldes europeus, surgiu juntamente com o avanço do comércio atlântico, pois foi o que permitiu a entrada de produtos pouco ou nada conhecidos nos territórios africanos. A comercialização desses materiais foi crescendo e possuir algumas mercadorias passou a ser sinônimo de poder social, o que era cobiçado.

Imagina-se que, durante certo período, todas as formas de escravidão devam ter coexistido, e com o tempo algumas deixaram de ser exercidas, culminando no sistema escravista moderno. Esse sistema tinha caráter estritamente econômico, constituindo-se com base na exploração do trabalho, e seu foco estava voltado para a comercialização de mercadorias e pessoas, sendo o primeiro sinal do capitalismo exacerbado.

Característica importante é que na escravidão europeia não se considerava o indivíduo escravizado como ser humano, a ele eram negados seus direitos essenciais e sua liberdade. Tal ato demonstra o nível de crueldade desse sistema, que se impôs por meio da descaracterização dos povos e da violência. Essa prática escravista ganhou força, tornando-se uma atividade em larga escala, o que afetou de forma irreversível as sociedades africanas, e assim:

o escravo deixa neste momento de ser encarado como um desigual, e passa a ser entrevisto como um diferente, e esta é de fato uma das mais significativas violências simbólicas que pode se abater sobre o indivíduo escravizado (BARROS, 2013, p. 211)

É nesse momento que a escravidão passa a se estruturar com base na diferença, surgindo a racialização da escravidão. A ideia da diferença foi fundamentada para servir de justificativa aos atos de crueldade dessa prática de exploração. Assim, tem-se a escravidão moderna como uma mistura de dois outros tipos, uma soma do caráter econômico generalizado com a racialização, já presente no mundo árabe há muito tempo. Isso compôs o sentido racista de que aos povos negros cabia o trabalho forçado e a humilhação (WEDDERBURN, 2007, p. 184-185).

Essa ideia da racialização, que buscava uma justificativa por meio da diferenciação racial dos povos, afetou a estrutura social e a organização das sociedades como um todo, tendo influência até os dias atuais. Assim, é a partir desse momento que passa a ocorrer uma maior expansão da escravidão, pois a princípio a prática aparenta possuir sentido lógico, embasado no horror à diferença, na superioridade da raça, tornando-se uma prática considerada realizável naquela época.

Nesse sentido, surgem os meios de expansão dessa atividade, e o que antes estava sendo exercido apenas no território africano, se reestrutura e se expande para outras regiões do mundo, por meio do tráfico de escravizados. Isso vem a ser uma das ferramentas de comercialização que mais transportou, contra a vontade, pessoas escravizadas de suas terras para um mundo totalmente novo. Esse sistema escravista perdurou por muito tempo, sendo sua história tão complexa, dolorosa e delicada que seria impossível abordar detalhadamente somente neste artigo.

Dessa forma, é necessário ressaltar alguns pontos importantes sobre essas duas práticas tão brevemente explanadas. A princípio, comunica-se que os europeus não entraram de uma vez só no sistema escravista da África, foi um processo que demorou, devido aos acordos e comercializações. Dito isso, a escravidão africana não foi criada por esses navegantes, mas sim modificada por eles, que edificaram o tráfico de escravos, os castigos, os ideais e pensamentos racistas, e instituíram um caráter desumanizador e exploratório que não existia nessas sociedades.

Como foi possível perceber, as formas de escravidão que se desenvolveram na África e nas Américas são semelhantes, no sentido de compor um sistema em que se possui pessoas escravizadas, mas totalmente diferente nos seus objetivos, no seu desenvolvimento e nos seus resultados. Assim, a presença dos europeus nos territórios africanos e sua intromissão nas questões econômicas teve como consequência um forte impacto econômico, social e de caráter desestruturante no continente africano. Acerca disso, Walter Rodney afirma que:

A verdade é que uma África em desenvolvimento recebeu os efeitos do mercado de escravos e as relações comerciais com a Europa como um vendaval que aniquilou algumas sociedades, desviou do curso muitas outras e desacelerou em geral o impulso de crescimento. Entretanto, cabe assinalar que os capitães africanos continuaram tomando decisões, inclusive durante todo o período que chegou até 1885, pois já operavam as forças que haviam de aumentar progressivamente a pressão que exerciam os europeus capitalistas, causando posteriormente seu triunfo ao apoderar-se do comando" (RODNEY, 1982, p. 161).

Dessa forma, nota-se que os europeus transferiram a lógica da disputa de mercados para esses territórios, que ao valorizar ainda mais a condição do escravo na economia, incentivou o crescimento da desigualdade social e a criação de grupos e reinos mais individualizados e com foco na escravização de pessoas (LOVEJOY, 2002, p. 55-56).

Além disso, a principal diferença entre essas duas práticas está presente no caráter violento e desumano da escravidão moderna. Enquanto nos moldes da África essa prática se estruturou de forma mais branda, a escravidão moderna desumanizou as pessoas e tirou-lhes não só a liberdade, mas também a vida e a dignidade. É por isso que quando se trata da escravidão, não se pode colocar ambos os tipos em comparação como sendo iguais, pois não estão no mesmo nível de crueldade, nem de desestruturação.

Portanto, quando Thornton (2004, p. 23) coloca que "a escravidão era disseminada e inata na sociedade africana, como era, naturalmente, o comércio de escravos", acaba sendo bastante pertinente, pois, como vimos, de fato era uma prática presente na estrutura da sociedade, mas aos seus modos. A prática da escravidão, assim como a própria colonização, se expandiu e teve suas particularidades, assim esteve mesmo disseminada nas sociedades africanas, existia tal comércio, mas é preciso atentar-se justamente à estrutura dessas questões, não esquecer da complexidade e pluralidade disposta nesse período histórico.

Esse mesmo autor, que parece conhecer, mas não compreender sobre o período, posteriormente constrói uma fala bastante problemática ao dizer que "os europeus simplesmente entraram nesse mercado já existente, e os africanos responderam ao aumento da demanda durante séculos fornecendo mais escravos" (THORNTON, 2004, p. 123), pois acaba desconsiderando a complexidade desse sistema escravista, suas particularidades e características principais. É importante destacar que os europeus não só entraram em um sistema escravista, como também o modificaram e o transformaram para servir aos seus propósitos mercantilistas.

Essas modificações não foram feitas de forma amigável, na verdade usou-se a força e a desumanização, alterou-se toda a essência da atividade que antes era desenvolvida para aqueles povos e suas sociedades, no intuito de servir a outros das maneiras mais cruéis possíveis. Portanto não foi de forma simples, não houve um fornecimento de pessoas escravizadas como se fosse um simples mercado, as pessoas foram forçadas àquilo por terceiros.

Há nos trabalhos desenvolvidos por John Kelly Thornton (2004) importantes contribuições acerca do período da chamada formação do mundo atlântico, mas é preciso

destacar que seu trabalho constantemente realiza, de forma indireta, uma culpabilização dos povos africanos pelo processo escravista. Tal perspectiva é transmitida durante toda a leitura de sua obra, estando presente nas entrelinhas, uma questão de subjetividade que possivelmente pode ser um reflexo do seu lugar histórico e social enquanto pessoa branca de origem não africana, ainda que tal fato não seja determinante para a construção desse pensamento.

Sendo assim, é muito importante que, ao se pensar a escravidão, não se tente simplificar demais o que de fato é complexo, pois essa tentativa pode acabar transmitindo informações pouco pertinentes e até de caráter relativizador. A escravidão na África existiu e em alguns lugares continua existindo até os dias de hoje, a diferença atualmente está na forma como está estruturada, sendo ainda um problema real. Isso demonstra o impacto maior da disseminação da escravidão para o mundo e seu caráter de adaptação, pois segue se moldando à nova realidade, conseguindo, de diferentes formas, constituir o fruto maior da escravidão moderna, a desigualdade social e racial.

Como mencionado anteriormente, uma possibilidade para pensar essas questões de maneira mais adequada e coesa está no pensamento decolonial, na tentativa de visualizar a história a partir da visão dos povos colonizados e subjugados pelos europeus colonizadores. Isto posto, é importante tentar livrar a produção de conhecimento de uma centralidade europeia que se mostra tóxica, desnecessária e pouco eficiente para explicar a complexidade das sociedades e de suas estruturas.

Conclusão

Tendo em vista o exposto nesse breve artigo, percebe-se que ainda que semelhantes em alguns aspectos, as práticas de escravidão empregadas na África e a realizada nos moldes europeus são separadas por uma enorme discrepância. Esse fato coloca ambas em categorias distintas, não podendo nunca serem consideradas iguais, visto que muitos foram os impactos causados pela escravidão moderna, que desestruturou toda uma sociedade, desestabilizou e ceifou vidas, transformando para sempre a sociedade da época e a atual.

Dessa forma, torna-se imprescindível que o tema aqui abordado seja tratado com mais cuidado por estudiosos da área e pesquisadores em geral. Trata-se de um tema bastante conhecido, mas pouco estudado em profundidade. Trabalhar e conhecer a história africana deve ser encarado como uma responsabilidade de todos. Sendo assim, espera-se que essa discussão tenha contribuído para elucidar questões essenciais e incentivar a reflexão.

Tratando de novos olhares e perspectivas, conclui-se que a decolonialidade, enquanto pensamento, tem muito para oferecer aos estudos com temáticas voltadas para a história da África e para questões étnico-raciais gerais, sendo sua linha de extrema importância para a historiografia atual e para a construção de uma perspectiva voltada para o combate ao racismo nas produções acadêmicas e no contexto político-social como um todo.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. **Escravidão Clássica e Escravidão Moderna. Desigualdade e Diferença no Pensamento Escravista: uma comparação entre os antigos e os modernos.** *Ágora. Estudos Clássicos em debate*, núm. 15, 2013, pp. 195-230 Universidade de Aveiro Aveiro, Portugal.
- CAVILAK, Iuri. **Walter Rodney: intelectual socialista e historiador da África.** *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, Nº 30, p.365-383, Jan./Jul., 2021.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Trad. Noêmia de Sousa. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa Editora, 1978.
- LOVEJOY, Paul E. **A escravidão na África. Uma história e suas transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- M'BOKOLO, Elikia et al. **África Negra. História e Civilizações. Tomo I, Até ao Século XVIII.** Lisboa: Editora Vulgata, 2003.
- OLIVEIRA, Elizabeth; LUCINI, Marizete. **O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência.** *Boletim Historiar*, vol. 08, n. 01, Jan./Mar. 2021, p. 97-115.
- PETTERSON, Orlando “The Study of Slavery” in *Annual Review of Sociology*, III. 1977, 407-449.
- RODNEY, Walter. **Como a Europa Subdesenvolveu a África.** Lisboa, Editora Seara Nova, 1975.
- RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesarrolló a África.** México, Siglo XXI Editores, 1982.
- SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de. **Escravidão Interna na África, antes do Tráfico Negroiro.** *Revista Vértices, [S. l.]*, v. 5, n. 2, p. 11–24, 2003. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20030007>. Acesso em: 8 de jun. 2023.
- THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico.** Tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- WALSH, Catherine. **La educación intercultural en la educación.** Lima: Ministerio de Educación, Mimeografado, 2005.
- WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história.** Da antiguidade à modernidade. Copyright, 2007.

“A Primeira Missa no Brasil”: documento, encenação e usos políticos do passado no V Centenário do Descobrimento do Brasil (2000)

“The First Mass in Brazil”: between the document and the historical staging in the V Centennial of the Discovery of Brazil (2000)

Pedro Henrique Batistella¹, UFOP

Resumo

Neste artigo proponho uma análise de alguns aspectos que constituíram a cerimônia religiosa dos 500 anos de Evangelização do Brasil realizado no território indígena de Coroa Vermelha, Bahia, no dia 26 de abril de 2000. O objetivo consiste em refletir sobre duas dimensões do evento: 1. a encenação ritualística que conformou a cerimônia, atentando para a dinâmica de atualização do relato da “Carta de Achamento” de Pero Vaz de Caminha e da pintura “A Primeira Missa no Brasil” de Victor Meirelles, entendidos como matrizes que basearam o cerimonial; 2. o discurso não previsto da liderança indígena Matalawê Pataxó no púlpito da cerimônia. Com base nisso, realiza-se uma reflexão teórica sobre as inter-relações entre usos do passado, nação, raça e temporalidade na conjuntura da Nova República brasileira.

Palavras-chave: Usos do Passado, Nação, Raça.

Abstract

In this article I propose an analysis of some aspects that constituted the religious ceremony of the "500 years of Brazil" held in the indigenous territory of Coroa Vermelha, Bahia, on April 26, 2000. The aim is to reflect on two dimensions of the event: 1. the ritualistic staging that conformed the ceremony, paying attention to the dynamics of recycling the report of Pero Vaz de Caminha's "Carta de Achamento" and the image of Victor Meirelles' "The First Mass in Brazil", understood as the array on which the ceremony was based; 2. the unplanned speech of Matalawê Pataxó in the pulpit of the ceremony. On this basis, a theoretical reflection is made on the interrelationships between uses of the past, nation, race and temporality in the context of the New Brazilian Republic.

Keywords: Uses of the Past, Nation, Race.

Introdução

Uma terça feira das Oitavas de Pascoal, 21 dias de abril. Os pilotos dizem que topamos alguns sinais de terra, os quais eram muitas quantidades de ervas compridas que os mareantes chamavam de rabo de asno. Na quarta feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura buxos. Neste dia houvemos vista de terra! Primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs o nome o Monte Pascoal e à terra a Terra de Vera Cruz. Seguimos em direitos à terra, lançamos âncoras em frente à boca de um rio. Dalí avistamos homens que andavam pela praia, eram

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista CAPES.

pardos, todos nus, sem coisa que lhes cobrisse suas vergonhas, nas mãos traziam arcos com suas setas. Nosso piloto, por mando do Capitão, meteu se logo no esquife a sondar o porto dentro; e tomou dois daqueles homens, mancebos e de bons corpos. Trouxe os logo, já de noite, ao Capitão, em cuja nau foram recebidos com muito prazer e festas. Acenderam se tochas. Entram. O Capitão, quando eles viram, estava sentado em uma cadeira, bem-vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço. Um deles pôs olho no colar do Capitão e começou a acenar para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. À tarde saiu o Capitão em seu batel com todos nós a folgar pela baía em frente à praia. Em um ilhéu grande, que em baixa mar ficava mui vazio, folgamos bem uma meia hora. Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que se aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável, e dentro dele um altar mui bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre Frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que todos eram ali. A qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção (Carta de Achamento do Brasil, Biblioteca Nacional).

O trecho adaptado da Carta de Achamento escrito por Pero Vaz de Caminha, escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral, citado acima, é conhecido. Para além de ser conhecido, o excerto produz imagens no leitor e na leitora. Foram vários os campos disciplinares e os dispositivos pedagógicos nacionais, criados ao longo do século XIX e na primeira metade do século XX, que “leram” Caminha e estabeleceram as cenas do “Descobrimento do Brasil”, o grito de “terra à vista”, as práticas de escambo, a nudez indígena, a Primeira Missa, como peças do quebra-cabeça do mito de fundação do Brasil enquanto uma das âncoras da história nacional no imaginário brasileiro.²

Neste texto busco refletir a respeito da conjuntura comemorativa do V Centenário do Descobrimento do Brasil ocorrida no segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), tendo como caso de análise uma das dimensões do ritual comemorativo nacional: a encenação histórica. De acordo com Marcelo Abreu (2021), os fenômenos comemorativos, ao estabelecer uma ponte entre um “nós” do presente que celebra o acontecimento histórico localizado em um passado distante, catalisam a produção e circulação de narrativas e imagens que anualmente ou periodicamente são re-ativadas para mobilizar a sociedade em torno de determinada efeméride ou personagem histórico. No caso em questão, objetos, souvenirs, outdoors, rotas turísticas, propagandas, minisséries televisivas, best-sellers, políticas comemorativas foram produzidos a partir do pequeno conjunto de referências

² Essa relação entre a Carta de Caminha e o imaginário histórico brasileiro tem como inspiração as considerações realizadas por João Rafael Santos Rebouças em sua dissertação intitulada “Alegorias do Descobrimento: “Asas do Brasil Novo” no “Raid” a Porto Seguro (1939).

narrativas e imagéticas que compuseram o relato de Caminha. Desse modo, há uma cultura comemorativa precedente, construída historicamente ao longo do período imperial e republicado, que foi atualizada, estabelecendo, desse modo, a efeméride na pauta do debate público, condicionando a ação de instituições, mídias, grupos e sujeitos em torno desse repertório de imagens e representações seja para celebrá-las seja para questioná-las.

Dentre tais marcos, a realização da Missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil, realizada no território indígena de Coroa Vermelha, Bahia, no dia 26 de abril de 2000, pode ser considerada um dos eventos que buscaram encenar a matriz descritiva do relato da Carta de Caminha. No entanto, nessa ritualização esteve subsumido o lócus de enunciação das políticas do Estado- Nação, uma vez que os traços do relato do viajante na cerimônia religiosa, bem como a disposição dos espaços e dos lugares da cena histórica mesclaram-se com a reprodução encenada da pintura *A Primeira Missa no Brasil* de Victor Meirelles datada de 1861.

Em vista disso, considero que a reflexão sobre as condições de representação do “Descobrimento do Brasil” na conjuntura democrática em questão implica o questionamento das possibilidades de reprodução do arcabouço narrativo e imagético do Estado-Nação brasileiro, sustentáculos da identidade e memória coletiva, na sociedade brasileira pós-Constituição de 1988. Assim, proponho uma abordagem analítica que busca refletir sobre essa conjuntura comemorativa menos como um objeto historiográfico do que um problema teórico da história do tempo presente. Para estabelecer essa abordagem, tomo como referência as considerações de Mateus Pereira (2022) sobre a necessidade de redefinir o estatuto historiográfico da noção de presente nas tramas que conformam a historicidade. Por isso, interesse-me pela potencialidade de investigar o contexto comemorativo³ do V Centenário do Descobrimento do Brasil não somente como um objeto que está circunscrito no passado recente, mas sim como um problema teórico que permite uma:

produção de histórias a partir do presente, mas com uma ênfase renovada na compreensão do passado e do futuro como tempos presentes, ativos, que não estão ao dispor do presente apenas, mas que formam uma parte de nosso ambiente existencial. Isso não significa tratar o presente histórico como um espaço de uma historiografia especializada – embora ele seja também fundamental – mas, também, como dimensão transversal em qualquer esforço de historicização, o que implica resistir, de modo firme, à tendência de que

³ A temporalidade constituinte deste contexto comemorativo está situada entre o ano de 1993, a partir da criação da Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, e o mês de abril do ano 2000. Considero que a apreensão dessa temporalidade alargada permite a verificação de como o tema dos “500 anos do Brasil” e os sentidos da efeméride do dia 22 de abril de 2000 foram sendo tecidos, catalisados, mobilizados e disputados entre a convocação das atividades institucionais da CNVC, das empresas de comunicação e dos atores coletivos da sociedade civil.

história é ciência do passado, essa ideia que se ancora na experiência cotidiana e que naturaliza a identificação da história com um passado morto. Assim, é preciso, e cada vez mais, evidenciarmos os efeitos de passado e futuro no presente (PEREIRA, 2022, p. 35).

Essa proposta de partir da transversalidade entre passado, presente e futuro como base da análise historiográfica carrega uma potencialidade analítica que permite pensar as condições de enunciação e representação do relato da chegada dos europeus no continente, para além da sua circunscrição em uma história factual do acontecimento histórico como parte do período das grandes navegações. Desse modo, parto do entendimento de Mario Rufer (2020), de que, sob uma perspectiva pós-colonial, o contato inicial entre os europeus e os povos indígenas, enquanto acontecimento histórico, pode ser compreendido enquanto uma estrutura de racialização, eliminação e espoliação do não-branco que se repete, embora camuflada pela característica de não ser enunciada. Rufer (2020) defende que os mecanismos de interdição da enunciação de reprodutibilidade do princípio organizador da “conquistualidade” se amparam nas dimensões do tempo e do relato sejam eles coloniais ou republicanos. Assim, o pressuposto subsumido nesta abordagem da conquista enquanto uma estrutura, para além de um evento histórico do período colonial, está em reconhecer a continuidade entre a conquista e o aparato institucional e semântico republicano.⁴ Esse pressuposto analítico não significa o entendimento de:

continuidad: no en los términos en los que el estructuralismo clásico las percibía, o como cierta historiografía serial las concibió: series inmutables que pesan cual condenas históricas por encima de los sujetos sociales que las viven. Hablamos, en cambio, de reconocer continuidades parodiadas bajo el aparente quiasma del “sujeto nacional”, amparadas por las disciplinas que a su sombra se construyeron, asumidas y practicadas como “nuevos órdenes políticos”, metamorfoseadas en la singularidad histórica del ser nacional (RUFER, 2020, p. 276).⁵

⁴ Considero ser importante o destaque para duas questões que estão implicadas no uso teórico-analítico da abordagem de Rufer (2020). Em primeiro lugar, os componentes empíricos das reflexões do historiador argentino, bem como do “cânone” pós e decolonial na América Latina tendem, em sua maioria, ter como fundamento espacial e histórico os países de colonização espanhola, o que implica que estes pesquisadores pensam a continuidade entre conquista, período colonial e repúblicas criollas. Desde a historiografia brasileira, assumir essa continuidade – que não é apenas metodológica, mas também epistêmica e ético-política –, implica enfrentar a particularidade imperial que caracteriza a história brasileira. Por outro lado, há que se mencionar que o argumento da continuidade e reprodutibilidade da conquista como defendida pelo perspectiva pós-colonial antes de ser uma crítica enunciada desde a universidade é fruto da recepção da reflexão de organizações e intelectuais indígenas.

⁵ Continuidades nos termos em que o estruturalismo clássico as percebia, ou como certa historiografia seria as concebeu: séries imutáveis que pesam como condenações históricas sobre os sujeitos sociais que as vivem. Falamos, pelo contrário, de reconhecer continuidades miméticas silenciadas, parodiadas sob o aparente quiasma do “sujeito nacional”, amparadas pelas disciplinas que na sua sombra foram construídas, assumidas e praticadas como “novas ordens políticas”, metamorfoseadas na singularidade histórica do ser nacional (RUFER, 2020, p.276).

É nesse sentido que o estudo do V Centenário do Descobrimento do Brasil requer a verificação não somente das formas de representação e usos do passado, mas como as disputas que se conformaram ao seu redor implicaram na luta pelas condições de promover a enunciação ou o silenciamento da contemporaneidade do princípio de racialização, eliminação e espoliação da conquista da América.

Isto posto, este texto concentra-se na interligação das problemáticas da nação, raça e temporalidade, buscando verificar de que modo se expressam nas mobilizações e nas disputas em torno das noções de memória e identidade. Para tanto, proponho um exercício em que busco amarrar essas questões a partir da análise de elementos que conformaram a cerimônia religiosa dos 500 anos de Evangelização do Brasil. Com relação a abordagem, em primeiro lugar, convém esclarecer que considero esta cerimônia religiosa como uma faceta da política comemorativa do Estado-Nação, uma vez que foi articulada junto aos órgãos governamentais e por veículos de comunicação como a Rede Globo de Televisão.⁶ Desta forma, não tenho o interesse em me dedicar ao estudo das intervenções institucionais da Igreja Católica no evento comemorativo, tampouco nas práticas e simbolismos católicos que a constituíram. O importante para esta análise se refere ao formato ritualizado da cerimônia que se baseou no imaginário histórico nacional conforme será explicado adiante.

Para tanto, o texto está organizado em três partes. Inicialmente, realizo uma contextualização das condições históricas de produção da obra iconográfica *A Primeira Missa no Brasil*, pintada por Victor Meirelles entre 1859 e 1861, sublinhando suas relações com o projeto de construção das bases identitárias e memoriais da nação brasileira no período imperial. A partir disso, parto para uma análise da cerimônia religiosa dos 500 anos de Evangelização do Brasil como um determinado ato performático nos termos de Diana Taylor (2013). Em um segundo momento, analiso um acontecimento dentro da cerimônia religiosa, a saber: o discurso não previsto de Matalawê Pataxó na cerimônia a fim de descrever como essa ação contra hegemônica desvelou a dimensão estrutural da conquista camuflada pela linguagem comemorativa nacional. Por fim, realizo uma discussão final, articulando o caso de análise com uma reflexão teórica a respeito das possibilidades e potencialidades do campo de estudos sobre os usos do passado no Brasil.

⁶ Cabe definir as comemorações nacionais como parte das políticas de memória (e de esquecimento) da nação, uma vez que representam, de acordo com Caroline Silveira Bauer uma “ação deliberada de governos ou outros atores políticos para trabalhar com a memória coletiva, ou seja, para preservar, transmitir e significar memórias de determinados eventos considerados importantes para um grupo específico ou toda uma coletividade” (2017, p.135).

A Missa dos “500 anos do Brasil”: relato e iconografia

Com a alma repleta de alegria, hoje lembramos aquele 26 de abril de 1500 quando foi celebrada em Santa Cruz de Cabrália, a Primeira Santa Missa. Era a primeira vez que o evangelho de Cristo vinha a ser proclamado a este povo, iluminando sua vida diária. Pela primeira vez o sangue e o corpo de Cristo, vinha santificar os homens desta bem-dita terra, purificando e santificando sua existência. Hoje, com profunda emoção, nosso pensamento retorna àquele dia tão importante para o Brasil dos nossos dias. Na verdade, foi aqui onde nasceu a experiência civilizatória brasileira, e onde Dom Henrique de Coimbra celebrou a primeira missa da Nova Terra, denominada da Terra Santa Cruz. Não poderia ser de melhor alvitre comemorar este acontecimento diante da réplica da Cruz que presidiu aquela celebração eucarística (Trecho retirado da transmissão televisiva da Missa dos “500 anos”, Rede Globo de Televisão).

Com estas palavras o Cardeal Ângelo Sotano, secretário de Estado do Vaticano e representante do papa João Paulo II, abriu a Homilia da Missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil. A cerimônia organizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) contou com a presença de cerca de 350 bispos e 2 mil padres, além de autoridades institucionais como Marco Maciel, vice-presidente do Brasil. O conteúdo do trecho citado acima expõe o tom violento e colonizador do discurso reproduzido na cerimônia religiosa, conflitando com o seu contexto social de enunciação.

As circunstâncias políticas e institucionais de parte da Igreja Católica do Brasil naquela conjuntura pressionavam por uma cerimônia engajada na autocrítica e na revisão do papel da instituição católica na história do colonialismo. A cobertura jornalística do evento pelo jornal Folha de São Paulo daquele dia expunha essa conjuntura. A capa do periódico estampava a manchete “Vaticano veta política na missa dos 500 anos” (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/04/2000). Como se depreende da leitura da reportagem, o veto à política partidária imposta pelo Vaticano tinha como alvo duas instâncias. Em primeiro lugar, ao próprio clero brasileiro que recebeu o pedido para serem realizadas alterações ao roteiro programado pela CNBB, o qual previa “um tom de crítica social” (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/04/2000). Respeitando as diretrizes do Vaticano, d. Raymundo Damasceno, secretário-geral da CNBB, declarou à reportagem do jornal que “o ambiente de celebração será diferente. As pessoas estão lá para rezar e não para se manifestar. Não seria o momento. Por isso, as manifestações serão impedidas. É uma questão de respeito” (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/04/2000). A precaução com possíveis manifestações políticas indicava o receio de que a celebração se tornasse um

palco de conflito social como havia ocorrido quatro dias antes na cerimônia do governo federal em Porto Seguro.

No exato dia em que o calendário apontava para os “500 anos do Brasil”, a projeção de uma atmosfera de celebração da união nacional deu lugar ao conflito e ao dissenso: cerca de 140 manifestantes foram presos e 30 pessoas ficaram feridas após a repressão das forças policiais e militares às marchas do Movimento Brasil: Resistência Indígena, Negra e Popular. Esses acontecimentos, ocorridos nas proximidades de Porto Seguro no dia 22 de abril, impediram que governo federal divulgasse ao mundo uma imagem do Brasil congregado pacificamente entre brancos, negros e indígenas sob a mediação dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jorge Sampaio, de Portugal, uma vez que limitou a cerimônia celebratória ao caráter institucional, sem presença popular. Diferentemente, no dia 26 de abril, houve uma pretensão popular com a realização da “Missa dos 500 anos” que projetou um público presencial de 50 a 100 mil pessoas. Além do auditório presencial da cerimônia ocorreu a sua transmissão através da rede de televisão sob o comando do projeto “Brasil 500” da Rede Globo. Conforme será analisado em seguida, os contornos espaciais e materiais do cerimonial foram baseadas na pintura *A Primeira Missa no Brasil*, contudo, observa-se que no final do século XX a imagem havia se deslocado do suporte da tela oitocentista e passava a ser encenada e transmitida ao vivo naquela conjuntura.

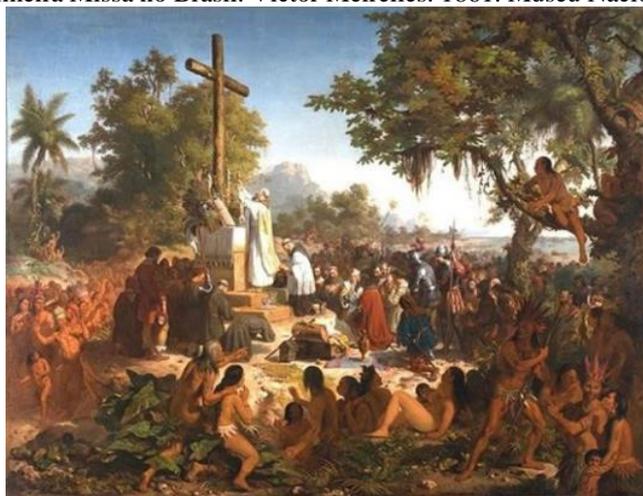
Uma das facetas de abordagem das práticas comemorativas implica dar conta das dimensões performativas que compõem os ritos, cerimoniais e encenações de história. Como afirma Durval Muniz de Albuquerque (2019), os fenômenos comemorativos são compostos por elementos de dramaturgia. Nesse sentido, a ritualização de *A Primeira Missa no Brasil* como moldura para a cerimônia religiosa dos 500 anos de Evangelização do Brasil deve ser entendida como uma encenação histórica que reproduziu o cenário do ritual de posse narrado por Caminha e pintado por Meirelles. Há, desse modo, a ativação de uma dimensão narrada que se baseia nos elementos escritos dos registros histórico e iconográfico junto de uma dimensão performada corporalmente pela atuação dos sujeitos no teatro de encenação histórica.

No que tange às dimensões escritas e iconográficas da produção da figuração da missa católica relatada por Caminha, há de se destacar que a sua representação foi realizada sob condições epistemológicas, semânticas e políticas na conjuntura de construção da ordem nacional imperial, sendo gestada a partir de um conjunto de referências disciplinares literárias românticas, iconográficas, historiográficas. Como afirma Eduardo Morettin (2000), a imagem do nascimento do Brasil foi o resultado da interface entre a releitura romântica da Carta de

Caminha, as oficinas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e do pincel de Victor Meireles. O pintor brasileiro produziu a obra icônica entre os anos de 1859 e 1861 enquanto bolsista da Academia Imperial de Belas Artes em Paris sob forte influência do então diretor da instituição, Manuel Araújo Porto-Alegre, que sugeriu a Carta de Caminha como matriz de inspiração. Convém destacar que a Carta de Caminha no século XIX assumiu o estatuto de documento histórico autêntico ao ser “descoberta” e publicada em 1817 por Aires de Casal, tendo sido citada em obras de Ferdinand Denis e Robert Southey nas primeiras décadas do Brasil emancipado (MORETTIN, 2000).

Ao descrever o encontro harmonioso entre portugueses e indígenas, católicos e pagãos, a reprodução iconográfica do relato do viajante cumpria os interesses dos princípios das academias e institutos nacionais: a construção da identidade e memória nacional brasileira como alicerces da comunidade nacional imaginada sob ordem do regime monárquico escravocrata. Como afirma Maraliz Christo, o próprio título da pintura expõe a incumbência de estabelecimento de sentido para o momento fundacional do Brasil, uma vez que não faz referência ao evento histórico em si, mas o projeta teleologicamente à nação. Demarcando a fundação da nacionalidade brasileira, o espectador se colocava, não diante de uma representação, mas impregna-se da sensação de assistir à missa real” (CHRISTO, 2009, p.1154).

Quadro - 1: A Primeira Missa no Brasil. Victor Meirelles. 1861. Museu Nacional de Belas Artes.



Domínio Público/ Wikimedia Commons.

Nessa representação iconográfica, as relações de poder e diferença estão expressas no formato circular em torno do altar cerimonial (centro da composição), a configuração das partes iluminadas da tela (os personagens portugueses) e das partes na penumbra (os indígenas)

(CHRISTO, 2009). Envolvido pela natureza exuberante, o Brasil teria nascido do ritual católico protagonizado pelos brancos juntamente aos *índios* pacíficos e espectadores.

Sem a pretensão de aprofundar a análise dos elementos iconográficos que constituem a obra, o interesse se estabelece em pensar teoricamente o quadro como um dispositivo pedagógico-nacional de produção do passado, conforme propôs Rufer (2010), a qual fundamenta o sentido e o lugar dos povos indígenas no passado da nação – o *índio* como ancestral, categoria da violência colonizadora de homogeneização da diversidade étnica. A incorporação do elemento indígena na história nacional no século XIX, não obstante, deve ser entendida enquanto uma representação da nação que se relaciona ao processo de “produção de alteridades históricas”, cuja função consiste em dar forma ao “Outro” enquanto diferença estigmatizada no interior da nacionalidade (RUFER, 2016). Essa “administração da diferença” na narrativa e na iconografia da nação está intimamente relacionada com a ordem temporal que sustenta o relato nacional, isto é, a experiência moderna de tempo linear, progressiva e fundada a partir da fenda entre passado e presente (RUFER, 2016). O efeito que o evento do “descobrimento” adquire, portanto, para a história nacional através da iconografia d A Primeira Missa no Brasil consistiu na formulação de uma tradição atávica, de modo que o Estado nacional estabelecia uma genealogia, cuja origem primordial remetia à missa de Dom Henrique de Coimbra.

Desse modo, partindo das considerações de María Inés Mudruvcic (2016), o movimento de inclusão dos povos indígenas no espaço de fundação nacional produziu como efeito, por um lado, a “discriminação diacrônica” dos povos indígenas, isto é, sua existência somente foi reconhecida como parte do passado ancestral da nação, de modo que, por outro lado, o reconhecimento da existência dos povos indígenas era negado e interdito no compartilhamento do presente, configurando uma “discriminação sincrônica”. A figura do indígena, nesse sentido, entrou na nacionalidade brasileira sob a ambivalência da “homogeneização” nacional e a estigmatização da diferença que, na prática, o excluía do repertório de direitos da singularidade do sujeito nacional, limitando-as ao estatuto da tutela do Estado moderno. Em vista disso, a representação narrativa e iconográfica nacional está “pregada” ao lócus de enunciação hegemônico nacional, o que implica considerar a sua produção da diferença dentro da nacionalidade (RUFER, 2016).

Desse modo, cabe reafirmar que a submissão da Carta de Caminha na ordem semântica da nacionalidade no século XIX, assim como a iconografia da Primeira Missa do Brasil de Victor Meirelles constituem dispositivos pedagógicos de produção da identidade e memória

nacional que reproduzem o princípio da conquista como estrutura reeditável, a qual tem por efeito: 1. A racialização e estigmatização da diferença indígena; 2. A ocultação da dimensão de espoliação e extermínio que se seguiu ao “encontro” através da construção do mito de fundação. Desse modo, considera-se que a simbiose entre o acontecimento histórico e a noção de “descobrimto” deve ser compreendida sob a ordem das relações políticas e epistêmicas de colonialidade. No caso em questão, o desafio analítico de abordagem do V Centenário do Descobrimto do Brasil está representado no deslocamento das dimensões narrativas e iconográficas para a dimensão performática.

A encenação da Primeira Missa no Brasil

Com base nos estudos de Diana Taylor (2013), parto da compreensão que a encenação de A Primeira Missa no Brasil no contexto comemorativo dos “500 anos do Brasil” implicou na ativação de um cenário enquanto um paradigma estrutural da “conquistualidade”. Pensar a Missa dos 500 anos como um cenário reativado implica compreendê-la como um arquétipo produtor de significado hegemônico que “constrói, simultaneamente, o objeto selvagem e o sujeito que o observa, produzindo um “nós” e um “nosso” igual que produz um “eles”” (TAYLOR, 2013, p.92). Em vista disso, buscarei, doravante, descrever como a dinâmica hierárquica do cenário da tela de Victor Meirelles foi reproduzida na teatralidade da Missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil com base nas categorias de arquivo e repertório.

A abordagem de Taylor (2013) está inserida nos estudos norte-americanos da Performance, sendo fundamental as noções de arquivo, repertório e roteiro. No seu entendimento, o arquivo e o repertório constituem dois atos de transferência de conhecimento com características distintas, cujas interações são marcadas por relações de poder assimétricas. Enquanto o arquivo corresponde ao espaço moderno epistêmico que armazena materiais duradouros como os registros escritos, o repertório se refere à dimensão efêmera que se manifesta em práticas e conhecimentos incorporados (oralidades, danças, rituais). O arquivo, portanto, é responsável pela produção da memória arquivada, já o repertório corresponde à encenação da memória incorporada através de performances teatrais e corporais, por exemplo. A atenção à dinâmica interativa entre arquivo e repertório é tão importante quanto a definição de suas particularidades. De acordo com Taylor:

O arquivo e o repertório têm sempre sido fontes importantes de informação, sendo que cada um excede as limitações do outro em sociedades letradas e semiletradas. Além disso, eles, em geral, trabalham em conjunto. Inúmeras

práticas nas sociedades mais letradas requerem tanto a dimensão arquivada quanto incorporada (TAYLOR, 2013, p. 51).

Abreu (2021) dialoga com a teoria de Taylor para pensar fenômenos comemorativos de efemérides nacionais ao longo do século XX no Brasil. A leitura que o historiador faz da teoria de Taylor é profícua pois atenta para como o processo de conjugação entre arquivo (as dimensões narrativas e iconográficas) e repertório (a dimensão ritualizada - corporalizada) manifestado nas políticas comemorativas brasileiras é traduzido na ativação de roteiros de encenação histórica como o caso da Missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil. Conforme Abreu:

(...) os roteiros seriam como situações dramatúrgicas disponíveis em uma cultura. Os cenários, as disposições características das personagens centrais, certas fórmulas para ação, a necessária implicação do público em se situar diante da performance e o caráter mimético seriam traços essenciais do roteiro. O fato de se repetirem não significa que eles não sejam transformados a cada vez. Pensando nas comemorações, elas mimetizam roteiros anteriores, adaptando-os, atualizando a ritualização. Esse processo pode ser reconstruído quando observamos retrospectivamente as comemorações de um mesmo evento ou personagem (ABREU, 2021, p. 262).

A partir disso, pode-se afirmar que o roteiro do “descobrimento” do Brasil abrange tais dimensões citadas acima, ao ser composto pelos elementos do arquivo (a Carta de Caminha e a iconografia de Meirelles) justapostos ao repertório (ritualizações). A base material deste roteiro se insere no cenário territorial do litoral baiano, ao ser mobilizado como o “lugar autêntico” do desembarque e da cerimônia realizada por Dom Henrique de Coimbra, a qual serviu como base para a reprodução da cena pintada da A Primeira Missa no Brasil com suas respectivas disposições espaciais das personagens (os portugueses, os indígenas e a natureza exuberante) e os objetos constituintes (a cruz e o altar católico).

No que corresponde a dimensão do cenário e sua relação com o V Centenário do Descobrimento, de acordo com Antônio Arantes (2000), há de se destacar inicialmente que a faixa litorânea do extremo sul da Bahia foi intensamente mobilizada desde o início da década de 1990, primeiramente pelo ramo do turismo – sendo nomeada como a “Costa do Descobrimento” – e posteriormente pela política comemorativa governamental que declarou toda a região como patrimônio histórico nacional, assim como demarcou a enseada de Coroa Vermelha como território indígena Pataxó.⁷ Desse modo, a região foi subsumida no roteiro do

⁷ Convém destacar, conforme Farias que “a demarcação de territórios dos Pataxó não foi fruto da boa vontade dos agentes do Estado, mas sim de um longo processo de luta indígena que se esticava por gerações da referida etnia

“descobrimento” enquanto parte do cenário dramático estruturado a partir da matriz narrativa de Caminha e da imagem do quadro de Meirelles, os quais funcionaram como paradigmas para construção de sentidos da celebração dos “500 anos do Brasil”.

Se o cenário, nesse sentido, ancora-se mais no relato, a disposição figurativa e espacial apoia-se na obra de Meireles. Conforme se depreende da imagem abaixo, o formato circular em torno da cruz católica, representada na obra *Primeira Missa no Brasil*, foi reproduzido na Missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil, ativando a hierarquia e as relações de poder e diferença que estruturam o relato de Caminha: o protagonismo civilizatório português, católico e branco e a figuração passiva dos povos indígenas. Ademais, o ambiente cerimonial realizado nas margens do oceano, a presença de árvores ao redor do altar, a centralidade da cruz católica busca produzir como efeitos uma “presença de passado”, figurando o ambiente idílico que compõe o mito de fundação do Brasil.

Fotografia - 1: Missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil, Porto Seguro, 26 de abril de 2000.



Acervo O Globo - Marcelo Carnaval/2000.

Esse esquema espacial se traduziu materialmente de diferentes formas conforme descreve a antropóloga América César:

Terra Indígena de Coroa Vermelha, em 26 de abril de 2000, tinha um lugar reservado para os Pataxó de ouvintes/figurantes, possivelmente devido à repercussão dos acontecimentos em torno da repressão policial à marcha indígena. Essa posição discursiva estava alegoricamente desvelada inclusive na disposição espacial dos assentos a eles destinados: na periferia do altar, que

indígena e que se intensificou em decorrência das intervenções do governo orientadas para as comemorações dos 500 anos na região (2018, p. 40).

ocupava o centro do espaço reservado à realização da missa, e nos últimos lugares reservados aos presentes (CÉSAR, 2011, p. 166).

A partir do seu trabalho etnográfico com a comunidade indígena Pataxó de Coroa Vermelha no contexto comemorativo dos “500 anos do Brasil”, Cesar (2011) demonstrou como tanto os corpos de homens e mulheres Pataxós como a territorialidade indígena de Coroa Vermelha foram integrados à lógica da linguagem nacional, ao serem deslocados da sua condição existencial de sujeitos histórico do presente para figurarem enquanto uma representação estigmatizada do *índio* ancestral do mito de fundação do Brasil. A imagem abaixo ilustra a posição periférica retratada no seu relato de campo.

Fotografia - 2: Local destinado aos Pataxós na cerimônia.



Fotografia retirada de César (2011).

Não obstante os desígnios hegemônicos da reprodução da hierarquia do roteiro do “descobrimento”, a sua reativação encenada não esgota integralmente a possibilidade para subversão do cenário. Embora o grupo de Pataxós que participou da cerimônia ocupasse a função figurativa, há sempre, como afirma Taylor (2013), o espaço para as fricções entre a personagem da trama teatral e a ação de subversão dos atores sociais que atuam na dramaturgia. Conforme a antropóloga:

Todos os roteiros têm significado localizado, embora muitos tentem se passar como válidos universalmente. As ações e os comportamentos que surgem dessa montagem podem ser previsíveis – uma consequência aparentemente natural dos pressupostos, valores, objetivos, relações de poder, audiência presumida e as grades epistêmicas estabelecidas pela própria montagem. Mas eles são, em última instância, flexíveis e abertos à mudança. Os atores sociais podem receber papéis considerados estáticos e inflexíveis por alguns. Entretanto, a fricção irreconciliável entre os atores sociais e os papéis permite o aparecimento de graus de distanciamento crítico e de agência cultural. O

roteiro da conquista, reencenado em numerosos atos de posse, bem como em peças, rituais e batalhas simuladas por todas as Américas, pode ser subvertido a partir de seu interior, o que tem acontecido com frequência (TAYLOR, 2013, p.61).

É em torno da ação subversiva de homens e mulheres Pataxós, escalados para compor a figuração periférica da Missa dos 500 anos de Evangelização do Brasil, que o trabalho etnográfico de Cesar (2011) se debruça, sendo fundamental para a compreensão da resistência indígena frente à política comemorativa do V Centenário do Descobrimento do Brasil. A comunidade Pataxó de Coroa Vermelha reagiu frente às várias iniciativas de implementação dos projetos comemorativos na região de Porto Seguro que realizaram alterações na cotidianidade da região. Nesse sentido, há de se destacar a tradição anual de convocação de cerimônias locais alusivas ao dia 22 de abril em torno de uma cruz de madeira, a qual foi demolida para a instalação da cruz de metal inoxidável financiada pela Rede Globo de Televisão (CESAR, 2011).

Dentre as várias mobilizações críticas realizadas pelos Pataxós entre 1996 e 2000, Cesar (2011) destaca o pronunciamento de Jerry Matalawê Pataxó na Missa dos 500 anos de Evangelização dos 500 anos do Brasil como o emblema da resistência às concepções governamentais dos projetos comemorativos, assim como o lugar social e político destinado aos povos indígenas nesse processo. Em meio a trama do roteiro da Primeira Missa pré-estabelecida, o movimento de subversão de lideranças pataxós como de Matalawê permitiu o rompimento do protocolo de segurança da cerimônia religiosa, retirando-os da posição de silêncio destinada. A jovem liderança indígena assumiu o púlpito da cerimônia, sendo o porta-voz de um grupo de sessenta pataxós que, carregando uma faixa preta, protestaram e forçaram a entrada no cerimonial (CESAR, 2011). Assumindo o palco e o lugar discursivo, Matalawê afirmou o seguinte:

Hoje é um dia que poderia ser um dia de alegria para todos nós. Vocês estão dentro da nossa casa. Estão dentro daquilo que é o coração do nosso povo, que é a terra, onde todos vocês estão pisando. Isso é nossa terra. Onde vocês estão pisando vocês têm que ter respeito porque essa terra pertence a nós. Vocês, quando chegaram aqui, essa terra já era nossa. O que vocês fazem com a gente? Nossos povos têm muitas histórias para contar. Nossos povos nativos e donos dessas terras, que vivem em harmonia com a natureza: Tupi, Xavante, Tapuia, Kaiapó, Pataxó e tantos outros. Séculos depois, estudos comprovam a teoria, contada pelos anciões, de geração em geração dos povos, as verdades sábias, que vocês não souberam respeitar e que hoje não querem respeitar. São mais de 40 mil anos em que germinaram mais de 990 povos com culturas, com línguas diferentes, mas apenas em 500 anos esses 990 povos foram reduzidos a menos de 220. Mais de 6 milhões de índios foram reduzidos a apenas 350

mil. Quinhentos anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio de nossos parentes, aculturamento, estupro de nossas mulheres, devastação de nossas terras, de nossas matas, que nos tomaram com a invasão. Hoje querem afirmar a qualquer custo a mentira, a mentira do descobrimento. Cravando em nossa terra uma cruz de metal, levando o nosso monumento, que seria a resistência dos povos indígenas. Símbolo da nossa resistência e do nosso povo. Impediram a nossa marcha com um pelotão de choque, tiros e bombas de gás. Com o nosso sangue comemoraram mais uma vez o descobrimento. Com tudo isso não vão impedir a nossa resistência. Cada vez somos mais numerosos. Já somos quase seis mil organizações indígenas em todo o Brasil. Resultado dessa organização: a Marcha e a Conferência Indígena 2000, que reuniu mais de 150 povos. Teremos resultado a médio e longo prazo. A terra para nós é sagrada. Nela está a memória de nossos ancestrais dizendo que clama por justiça. Por isso exigimos a demarcação de nossos territórios indígenas, o respeito às nossas culturas e às nossas diferenças, condições para sustentação, educação, saúde e punição aos responsáveis. Pelas agressões aos povos indígenas. Estamos de luto. Até quando? Vocês não se envergonham dessa memória que está na nossa alma e no nosso coração? Nós vamos recontá-la por justiça, terra e liberdade.

Como se depreende da leitura do conteúdo do discurso, Matalawê assume a posição de porta-voz dos povos indígenas brasileiros, afirmando em meio ao cerimonial comemorativo não somente uma crítica aos projetos de celebração da efeméride, mas sim a demarcação da existência indígena na sociedade brasileira contemporânea. Cesar (2011) interpreta esse movimento crítico descrito acima como um gesto de autoria contra a negação da possibilidade de fala e de posicionamento. Desde o movimento de pressão frente ao esquema de segurança ao pronunciamento de Matalawê, essa sequência de ações deslocaram as posições hegemonicamente estabelecidas, de modo que “expôs conflitos políticos e tensões interétnicas, colocou em evidência os mecanismos de silenciamento, ao tempo em que pôs em xeque o discurso oficial com que mais uma vez se tentava decalcar a nacionalidade brasileira” (CESAR, 2011, p. 27).

Esse gesto de autoria foi praticado por um conjunto de elementos que demarcaram a ancestralidade e a diferença da cultura indígena a partir do palco hegemônico que os estigmatiza. Dentre esses aspectos, Cesar (2011) destaca a mobilização do registro escrito em formato de discurso lido para que a fala indígena tivesse acesso à recepção por parte da mídia posteriormente. Ademais, ao acompanhar a preparação da concepção do pronunciamento nos dias anteriores à Missa na Aldeia de Coroa Vermelha, a antropóloga enfatiza o caráter coletivo entre os vários membros da comunidade Pataxó na elaboração do discurso juntamente com práticas ritualísticas de pintura do corpo com tinta de jenipapo (CESAR, 2011). Nesse sentido, a pressão por conquistar um lugar de enunciação na Missa dos 500 anos de Evangelização do

Brasil e o pronunciamento em si não devem ser descolados da episteme indígena que sustentou as condições de produção e enunciação do discurso de Matalawê.

Em vista disso, pode-se afirmar que essa ação de autoria estabelece não somente uma crítica ao discurso do “descobrimento”, mas sim uma torsão nas próprias bases epistêmicas ocidentais e no código historicista que sustenta a história nacional e suas formas de celebração. A partir das considerações de Rufer (2016) sobre as intervenções indígenas frente às políticas de memória da ditadura militar na Argentina, entendo ser possível o estabelecimento do diálogo com os elementos estabelecidos por Cesar (2011), no sentido de considerar que as ações de autoria indígena configuraram em uma ação de memória como ocasião. O historiador argentino postula que os movimentos indígenas contemporâneos na América Latina, ao estabelecerem críticas às histórias nacionais e historiografias acadêmicas as fazem partindo da evidência do lugar de enunciação da experiência de subalternização, o que tem como efeito o desvelamento do lugar de enunciação hegemônico e presumivelmente universal dos relatos nacionais e historiográficos (RUFER, 2016).

Deste modo, no caso da cerimônia comemorativa em questão, é importante atentar que, para além do pronunciamento de Matalawê ter estabelecido uma crítica às celebrações dos “500 anos do Brasil”, essa se caracteriza por ser enunciada desde o interior do cerimonial. Assim, converteu-se a comemoração em uma ocasião de denúncia histórica e reivindicação de compartilhamento do presente histórico e do horizonte de futuro para os povos indígenas no Brasil. Ao desvelar o apagamento da presença milenar dos povos indígenas no território e afirmar a violência e o genocídio indígena pós-conquista portuguesa, Matalawê amarra passado e presente demarcando os “ quinhentos anos de sofrimento, de massacre, de exclusão, de preconceito, de exploração, de extermínio de nossos parentes, aculturamento, estupro de nossas mulheres, devastação de nossas terras, de nossas matas, que nos tomaram com a invasão”. A espoliação do território é fio que satura essa amarração, constituindo a continuidade entre a conquista e a experiência das invasões de terra, da precariedade dos serviços de saúde e educação dos povos indígenas no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Por isso, antes da intervenção indígena ser *sobre* a história, ela é sobretudo direcionada ao presente histórico e a continuidade das práticas de extermínio, espoliação e racialização dos não-brancos. Por consequência, subvertendo a projeção comemorativa de que os Pataxós iriam compor a figuração do *índio* na encenação de A Primeira Missa no Brasil advindos da história colonial, reivindica-se um determinado futuro com “a demarcação de nossos territórios indígenas, o respeito às nossas culturas e às nossas diferenças, condições para sustentação,

educação, saúde e punição aos responsáveis”. Foi exposto, portanto, a condição de repetição sucessiva da conquista, contingência histórica encoberta pela linguagem do “descobrimento” e a partir disso reivindicado “Justiça, Terra e Liberdade”

Usos do passado e Nova República

A partir do caso específico analisado, busquei demonstrar como o estudo da dinâmica de produção de figurações do “descobrimento” deve tomar como eixo central as maneiras como as dimensões de poder, diferença e temporalidade são amarradas aos lugares de produção e enunciação de histórias. O dissenso político e social em torno dos projetos comemorativos dos “500 anos do Brasil” simbolizou uma disputa entre conflitantes e assimétricos lugares de enunciação em torno do “ser brasileiro”, da “história nacional” e das noções de memória e identidade. Dessa forma, a partir das considerações de Rufer (2020), considero que as tensões do V Centenário do “Descobrimento do Brasil” devem ser entendidas menos como disputas em torno dos relatos factuais da história do colonialismo do que um conflito sobre os modos de enunciar o “princípio da conquistualidade” como signo da racialização dos corpos não-brancos e da espoliação de terras no presente histórico da Nova República. Assim, no alvorecer do século XXI, as figurações do “Descobrimento do Brasil” e da “Primeira Missa”, construídas sob as bases semânticas da modernidade entre 1850 e 1950, foram questionadas na conjuntura da Nova República pela luta política, emancipatória e democrática dos povos indígenas, expressando que a sintonia unidimensional entre linguagem nacional e uma memória “coletiva” já não era mais evidente, sendo esse descompasso um efeito da luta política e social pela democratização não somente das condições de cidadania na democracia brasileira, mas também da história.

A partir disso, gostaria de retomar a questão enunciada no início do texto a respeito da proposta de pensar a conjuntura comemorativa como um problema teórico do tempo presente. Considero que o tema dos usos do passado pode ensejar reflexões teóricas a respeito das tensões contemporâneas entre a história nacional, a historiografia profissional acadêmica e as lutas sociais movidas pelas coletividades negras e indígenas. Nessa medida, em diálogo com Pedro Telles da Silveira (2018), entendo que a compreensão dos usos políticos do passado na história do tempo presente prescinde de uma postura analítica que considere o fenômeno da impossibilidade de reprodução da coesão da comunidade nacional amparada sob o par identidade-memória da nação. Nesse sentido, se considerarmos que a historiografia tem suas condições de produção e legitimação fundada sob essa equação entre Estado-Nação,

historiografia e identidade nacional, os estudos historiográficos sobre as disputas de memória e usos políticos do passado podem igualmente encarar os problemas teóricos que subjazem em tais conflitos em torno do passado e analisados a partir dos objetos de estudo.

Se, conforme Francisco Sousa (2017) os projetos de redemocratização e os princípios da Constituição de 1988 pautaram as renovações da escrita da história e continuam pautando os princípios éticos-políticos da atuação dos historiadores e historiadoras, as lutas sociais dos movimentos negros e indígenas igualmente retroalimentam essa engrenagem que busca desestabilizar a matriz da história nacional herdada dos séculos XIX e XX. É, portanto, partindo do pressuposto que a luta pela democratização é um processo inconcluso conforme propôs Bauer (2019), que parece ser possível afirmar que o horizonte social e historiográfico de questionamento do par identidade-memória nacional pode ser considerado um traço da permanência dos projetos políticos emancipatórios dos anos de 1980. Desse modo, considero que o estudo historiográfico do contexto comemorativo dos “500 anos do Descobrimento do Brasil” permite observar como a sociedade brasileira tem se relacionado com a gramática e os dispositivos pedagógicos nacionais desde os anos de 1980, de modo que os conflitos e disputas derivadas carregam efeitos para a própria condição de produção de conhecimento histórico por parte da historiografia brasileira.

Fontes utilizadas

DA REDAÇÃO. Leia abaixo a íntegra do discurso do índio pataxó. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 de abril de 2000, s/p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2704200004.htm>>. Último acesso em: 10 de maio de 2023.

MEIRELLES, Victor. A Primeira Missa no Brasil. Museu Nacional de Belas Artes. Domínio Público/**Wikimedia Commons**. Acesso em: https://en.wikipedia.org/wiki/Victor_Meirelles#/media/File:Meirelles-primeiramissa2.jpg. Acesso em: 12 jan. 2023

MISSA DOS 500 ANOS DO BRASIL – GLOBO 26/04/2000. Pedro Janov e seu Arquivo de Vídeos. **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z7WpDcfnO2w&t=260s&ab_channel=PedroJanoveseuArquivodeV%C3%ADdeos>. Acesso em: 10 Mai. 2023.

PERO VAZ DE CAMINHA. Carta de Achamento do Brasil. Ministério da Cultura. **Fundação Biblioteca Nacional**. Departamento Nacional do Livro. 14f.

ZORZAN, Patrícia. CNBB quer impedir que missa vire manifestação. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, quarta-feira, 26 de abril de 2000. p.4. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2604200002.htm>>. Acesso em: 10 Mai. 2023.

Referências

- ABREU, Marcelo. Comemorações, imaginação histórica e a linguagem nacional. In: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio; MARCELINO, Douglas Attila. (Org.). **Lugares e práticas historiográficas: escritas, museus, imagens e comemorações**. Iaed.Curitiba: CRV, 2021, p. 251-275.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A necessária presença do outro, mas qual outro? **O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)**. São Paulo, 2019. Intermedios. pp. 179-190.
- ARANTES, Antônio Augusto, Paisagem de história: a devoração dos 500 anos. **Projeto História** (PUCSP), São Paulo, PUC-SP, v. 20, n.20, 2000 p. 63-96.
- BATISTELLA, Pedro Henrique. A atualização do passado em disputa: historiadores(as), movimentos sociais e comemorações nacionais. 2022. **Dissertação de Mestrado** (História). 251f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.
- BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí, Paco Editorial, 2017, p.135.
- BAUER, Caroline Silveira. Presenças da ditadura e esperanças na Constituição: as demandas da população sobre a prática da tortura. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, 2019 p. 91.
- CESAR, América Lúcia Silva. **Lições de Abril: Construção de Autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha**. Salvador, EDUFBA, 2011, p.27.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A Pintura de História no Brasil do Século XIX: Panorama Introdutório. **Arbor**, 2009, p.1147-1168.
- MORETTIN, Eduardo. Produção e formas de circulação do tema do Descobrimento do Brasil: uma análise de seu percurso e do filme *Descobrimento do Brasil* (1937), de Humberto Mauro. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 135-165. 20.
- MUDROVIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos? **ArtCultura**, Uberlândia, v. 20, n. 36, p. 7-14, jan.-jun. 2018.
- LINS, L. Conflito na terra do Descobrimento. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 de abril de 2000, Caderno O País, p.3. Disponível em: < <https://acervo.oglobo.globo.com>>. Último acesso em: 12 jan. 2023.
- PEREIRA, Mateus H. F.. **Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet**. 1. ed. Autêntica, 2022. p.35.
- REBOUÇAS, João Rafael. Alegorias do Descobrimento: as “Asas do Brasil Novo” no “Raid” a Porto Seguro (1939). 2019, **Dissertação** (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia, 2019.
- RUFER, Mario. Memorias sin garantías: usos del pasado y política del presente. **Anuario de Investigación**. UAM-X. México. 2010. pp.107-140.
- RUFER, Mario. Nación y condición poscolonial: sobre memoria y exclusión en los usos del pasado. **Geneologías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente** (Buenos Aires: CLACSO, enero de 2016).
- RUFER, Mario. La raza como efecto de conquista. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 22, n. 41, p. 30-49, jul.-dez. 2020.

SILVEIRA, Pedro Telles. Teoria da história como crítica do presente. Comunicação realizada no X Seminário Nacional de Teoria e História da Historiografia, no dia 26 de outubro de 2018. **Medium**. Disponível em: <<https://doca-silveira.medium.com/teoria-da-hist%C3%B3ria-como-cr%C3%ADtica-do-presente-16996fc5f7f>>. Último acesso em: 12 jan.2023.

SOUSA, Francisco. G.. Escritas da história nos anos 1980: um ensaio sobre o horizonte histórico da (re)democratização. **Anos 90** (Online) (Porto Alegre), v. 24, p. 159-181, 2018. Acesso em: < <https://seer.ufrgs.br/anos90>>. Último acesso em: 12 jan.2023.

TAYLOR, Diana. **O Arquivo e o Repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Trad: Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

Pleased to meet you, hope you guess my name: o Diabo como sujeito histórico

Pleased to meet you, hope you guess my name: the Devil as a historical subject

Isabele Pacheco Dias¹, UFSC

Resumo

Ao longo da história do rock como gênero musical, o Diabo se tornou uma figura central, seja em suas temáticas, representações ou reputação. O objetivo deste artigo é analisar o papel da canção *Sympathy for the Devil* dos Rolling Stones nesse processo, bem como sua construção do Diabo como sujeito histórico e a representação dos eventos históricos descritos na letra, identificando o que tais representações nos revelam tanto sobre a percepção da banda sobre contexto histórico mundial no momento de criação da música, quanto o seu impacto na história dos usos da figura do Diabo no rock. Para tanto, a análise proposta baseia-se nas categorias elaboradas por Paul Friedlander em seu método "janela do rock".

Palavras-chave: Diabo; Rock; The Rolling Stones.

Abstract

Throughout the history of rock as a musical genre, the Devil became a central figure, whether in its themes, representations or reputation. The goal of this paper is to analyze the role of the Rolling Stones' song *Sympathy for the Devil* in this process, as well as its construction of the Devil as a historical subject and the representation of the historical events described in the lyrics, identifying what such representations reveal about both the band's perception of the global historical context at the moment of creation of the song, and its impact on the history of the uses of the Devil's figure in rock and roll. For such purpose, the proposed analysis is based on the categories elaborated by Paul Friedlander on his "Rock Window" method.

Keywords: Devil; Rock and Roll; The Rolling Stones.

Introdução

Sympathy for the Devil, canção lançada em 1968 pela banda britânica The Rolling Stones em seu sétimo álbum de estúdio, *Beggars Banquet*, é sem dúvidas um divisor de águas do rock. Seja pela sua eletrizante combinação de rock e "samba", pela sedução diabólica incorporada nos vocais de Mick Jagger ou pela letra provocadora, inspirada num romance soviético, a canção sacudiu o mundo e ajudou a consolidar a identidade da banda, bem como marcar o início da era satânica do rock.

Não que a presença satânica fosse exatamente uma novidade no gênero, — os próprios Stones já haviam brincado com o tema no infame *Their Satanic Majesties Request* de 1967 — a reputação demoníaca do rock remonta aos seus primórdios, desde a demonização de seus

¹ Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: pachecobele1@gmail.com.

ritmos afro-americanos ancestrais como o blues e o rock and roll, ao pavor da sociedade puritana da época pela rebeldia juvenil e pela guitarra elétrica. O rock é concebido então, desde o início, como a música do Diabo, como confirmam Marília de Paiva e Antonio Benadette em seu estudo sobre os entrelaçamentos entre rock e religião:

Durante os anos 1950 e 60, alguns segmentos jovens começaram a questionar tanto valores morais como religiosos através do rock and roll, o que levou a igreja a demonizá-los, pela característica contestadora de preceitos religiosos e do sistema de regras. (PAIVA; BENADETTE, 2017, p. 357).

Através da história do rock, o Diabo está presente de diferentes formas: o que começou como uma associação feita de fora, por aqueles que temiam o potencial subversivo do gênero emergente, como forma de condená-lo e justificar o rechaço não somente à música mas também àqueles que a produziam, aos poucos é apropriado pelas bandas e músicos que começam a intencionalmente explorar temas satânicos em suas canções, inicialmente como forma de provocação à tais valores morais e religiosos, mas que logo evolui para uma ressignificação do Diabo como *identidade* — no final dos anos 60, o rock, agora já consolidado enquanto gênero, começava a se ramificar em vertentes mais pesadas, que reivindicavam para si o Diabo como sujeito central e personificação do gênero. A partir disso, o Diabo vai assumir diferentes arquétipos nas canções de rock, que vão “desde o anjo decaído ao ser grotesco e bestial, ou ainda detentor do conhecimento e da liberdade, símbolo da luxúria, dos excessos e do riso, ao modelo superstar da mídia” (FRANZ, 2010, p. 90).

A relação entre o rock e o Diabo é, portanto, antiga, complexa e amplamente estudada, razão pela qual o presente artigo não se propõe à análise dessa relação em sua amplitude, mas apoia-se nas contribuições de pesquisadores como Franz, Paiva e Benadette, cujos trabalhos oferecem um bom panorama para pensar essa relação historicamente, identificando o que muda no Diabo de *Sympathy for the Devil* que faz com que seu impacto na consolidação da identidade satânica do rock seja tão grande. O objetivo deste trabalho é, portanto, evidenciar como a partir dessa canção, o Diabo é ressignificado e passa a ser uma figura central do gênero como a personificação de toda a transgressão e subversividade que o rock representa, é ela o ponto de fusão onde o rock finalmente aceita sua má fama e abraça sua associação ao Diabo como identidade.

Nesse sentido, a importância de *Sympathy for the Devil* é aqui pensada mais em função da sua influência do que do seu pioneirismo em tratar de questões satânicas, uma vez que, ao combinar uma série de elementos estéticos e musicais, é como se os Stones conseguissem

invocar o próprio Diabo em forma de música — efeito que foi e continua sendo explorado como identidade não apenas no rock mas inclusive no cinema, onde a canção se tornou tema de icônicos personagens diabólicos.²

Para entender essa construção, pretende-se esmiuçar a gênese da música e seus principais elementos, bem como situá-la em um contexto mais amplo, tanto na história dos Rolling Stones quanto na história do mundo, baseando-se nas categorias de Paul Friedlander, tal como descritas no seu método “janela do rock” (2003, p. 14-15). Neste método, Friedlander propõe uma forma sistemática de analisar música a partir de cinco categorias: música, letra, histórico do artista, contexto social e atitude. Para cada uma delas, o autor elenca alguns questionamentos que podem direcionar a análise, facilitando o entendimento da canção em sua totalidade.

Na categoria *música*, o foco está nos elementos sonoros que compõem a canção: que instrumentos estão presentes? Qual é a ênfase rítmica? Qual o estilo vocal? Há um solo instrumental? Etc. Quanto a categoria *letra*, o objetivo é identificar o tema geral da canção e a existência de uma mensagem, subliminar ou explícita. No *histórico do artista*, busca-se conhecer a sua trajetória pessoal e musical, identificando as condições (psicológica, social e econômica) das quais o/a artista ou banda parte e marcos importantes da carreira. A categoria de *contexto social* nos possibilita compreender o mundo em que o/a artista ou banda está inserido/a e como ele afeta sua música: Como era a cultura jovem da época? Qual era o pano de fundo político/social/cultural? Quais movimentos políticos e culturais estavam em curso? Etc. Por fim, a categoria *atitude* tem como enfoque as performances ao vivo, os atos e comportamento em público do/a artista ou banda: como se porta no palco? Como interage com os fãs e com a imprensa? Como manifesta suas ideias e comportamento? Etc.

A escolha pela utilização de tais categorias têm o intuito de direcionar a análise de uma forma sistemática que facilite a identificação dos diferentes aspectos que compõem a canção como uma totalidade, sem pretensão de ater-se estritamente à elas tal como empregadas por Friedlander, nem de entendê-las enquanto categorias separadas que podem ser analisadas fora da interação com o todo, pelo contrário: este trabalho pretende evidenciar como cada um destes aspectos está interligado, se misturando e se articulando para dar vida à uma das canções mais memoráveis do rock. Por isso, conta-se também com um pano de fundo metodológico e conceitual mais complexo, como as discussões de José Geraldo Vinci de Moraes sobre o

² Entre os quais podemos citar o vampiro Lestat no filme *Entrevista com o Vampiro* (1994), o demônio Azazel em *Fallen* (1998) ou mesmo a vampira Natasha da novela brasileira *Vamp* (1991).

trabalho historiográfico com fontes musicais e sobre o conceito de canção popular,³ que nos permite potencializar as observações levantadas a partir do método de Friedlander e aprofundar a discussão.

Em seu artigo “História e Música: canção popular e conhecimento histórico”, de 2000, Moraes propõe uma abordagem metodológica para a análise da música enquanto documento, que busca fugir ao mesmo tempo dos essencialismos musicológicos e do ceticismo historiográfico com relação à música como uma fonte histórica viável, apontando para a análise criteriosa de todos os elementos que perpassam a canção popular, entendendo estes como relacionais e indissociáveis na compreensão do todo. Os aspectos elencados por Moraes para orientar a análise se entrelaçam com as categorias propostas por Friedlander, a saber: “a linguagem da canção, a visão de mundo que ela incorpora e traduz, e, finalmente, a perspectiva social e histórica que ela revela e constrói” (MORAES, 2000, p. 218). Assim, entende-se que os métodos de ambos autores se complementam e oferecem uma oportunidade rica de análise historiográfica.

O cenário de 68

Para pensar o impacto de *Sympathy for the Devil*, a análise inicia partindo das categorias de Friedlander de *contexto social e histórico do artista*, que serão usadas aqui como base para pensar, respectivamente, o contexto histórico/social em que a canção é produzida e recebida pelo mundo e o processo pelo qual passavam os Rolling Stones enquanto banda naquele momento.

Começemos por este último: surgindo em 1964, os Rolling Stones fazem parte da chamada “invasão britânica” ou “segunda onda do rock”,⁴ movimento protagonizado por bandas britânicas que conquistaram grande sucesso nas paradas mundiais durante os anos 1960. Ao lado de outros gigantes como os Beatles e The Who, os Stones ajudaram a consolidar o emergente rock, que surgia das cinzas do rock and roll que embalou os anos 1950, vindo a se tornar uma das bandas mais longevas do gênero. A ascensão das bandas britânicas pode ser considerada como um dos marcos do declínio do rock and roll propriamente dito e surgimento do rock como um novo fenômeno cultural que acompanha as transformações sociopolíticas,

³ O conceito de canção popular também é trabalhado por Marcos Napolitano em: NAPOLITANO, Marcos. História & Música: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2002. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Napolitano-historia_musica.pdf. Acesso em: 28/08/2023.

⁴ De acordo com a periodização mais convencional baseada na obra de Nicholas Schaffner. Para mais sobre essa periodização, ver: SCHAFFNER, Nicholas. *The British Invasion: From the First Wave to the New Wave*. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., 1982.

econômicas e culturais em curso ao longo dos anos 1960. Como explica Rodrigo Merherb (2018, p. 26), ao passo que o rock and roll era a música dos jovens de classe baixa dos Estados Unidos de meados dos anos 1950, tanto brancos quanto negros, o rock surge como um fenômeno majoritariamente branco e de classe média, protagonizado por músicos que tinham muitas vezes uma educação de qualidade e alguma formação musical, e que se percebiam efetivamente como artistas e à sua música como uma forma de resposta à sociedade turbulenta em que viviam.⁵

Nesse contexto, os Stones disputavam de perto com os Beatles o domínio das paradas, acompanhando lançamentos de álbuns, tendências musicais e até colaborando em composições. Cada uma à sua maneira, as duas bandas davam o tom do rock *mainstream*. Após a corrida psicodélica que se encerrou para os Rolling Stones com o já mencionado álbum de 1967, *Their Satanic Majesties Request*, a banda passava por um momento turbulento. Tendo suas raízes musicais no blues de Chicago, os Stones tentam adaptar seu som à virada psicodélica encabeçada pelos seus principais rivais entre 1965 e 1967. Apesar de ter gerado boas músicas, marcadas especialmente pela experimentação do multinstrumentista Brian Jones com diversos instrumentos e ritmos exóticos, era evidente que, quando da produção de *Satanic Majesties*, os Stones já não viam mais sentido no que estavam fazendo.

Podemos destacar três marcos importantes deste momento para o que viria a acontecer com a banda em 1968, sendo: 1) o desinteresse e o desgaste com a produção de *Satanic Majesties*; 2) os desentendimentos da banda com seu então produtor Andrew Oldham, levando a sua demissão em junho de 1967; e, por fim, 3) as acusações contra Mick Jagger e Keith Richards por porte de drogas, que resultou em mandados de prisão e julgamentos que se arrastaram durante o ano. Esse cenário deixou os Stones num limbo criativo após suas produções consagradas mais antigas, como conta o guitarrista Keith Richards em sua autobiografia: “com todas essas preocupações e interrupções, as questões legais, as viagens para o exterior, as oscilações de nossa relação com Oldham, ficamos temporariamente distraídos do que era alarmante e evidente: os Rolling Stones estavam perdendo o gás.” (RICHARDS, 2010, p. 267).

⁵ Para mais sobre as distinções entre rock e rock and roll, ver: SOUSA, Rainer Gonçalves (Org.). Nas trilhas do rock: experimentalismo e mercado musical. Goiânia: Kelps, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37706924/NAS_TRILHAS_DO_ROCK_EXPERIMENTALISMO_E_MERCADO_MUSICAL e FENERICK, José Adriano (Org.). Nas trilhas do rock: contracultura e mercado. Curitiba: Appris editora, 2021.

Em 1968, no entanto, com o novo produtor Jimmy Miller e a aproximação da banda de músicos norte americanos como Gram Parsons, os Stones vão reconstruir sua identidade musical, retomando sua clássica pegada mais agressiva de blues e ao mesmo tempo experimentando mais com outros ritmos norte-americanos como o country e o folk, estourando com o single *Jumpin' Jack Flash*.⁶ Finalmente fazendo o que se identificavam, os Rolling Stones recobram o gás e lançaram, em dezembro de 1968, o álbum que definiria algumas de suas assinaturas mais marcantes, *Beggars Banquet*.

Quanto ao contexto histórico/social mundial, o ano de 1968 foi marcado por efervescências políticas em escala global: em plena Guerra Fria, greves gerais e movimentos estudantis estouraram na Europa; nos Estados Unidos, os protestos contra a Guerra do Vietnã se somam as lutas por direitos civis e movimentos sociais; a América Latina enfrenta suas ditaduras militares; ganham força os movimentos de libertação em África e Ásia; na China, Mao Tsé-Tung lidera a revolução cultural, inspirando organizações revolucionárias do mundo inteiro, como os Panteras Negras nos Estados Unidos.

Ainda que mantendo sua notória posição ambígua ante esses acontecimentos, ao contrário de seus contemporâneos mais engajados como John Lennon ou Bob Dylan, era evidente o impacto desse contexto na música dos Rolling Stones, especialmente dos protestos nos EUA e no Reino Unido, ainda que fosse meramente como forma de “surfear na onda” do que cativava o público naquele momento. *Street Fighting Man*⁷ tornou-se o hino dos jovens revoltosos nos Estados Unidos e na Inglaterra, em retrospectiva, Richards considera que estavam levando a canção ao exagero, e que ele próprio se via mais numa posição de observador que de participante (*Ibidem*, p. 286).

De fato, essa definição é provavelmente a melhor maneira de descrever a atitude dos Stones frente ao que acontecia no mundo em 68, claramente ilustrada no irônico verso de *Street Fighting Man*: “But what can a poor boy do/Except to sing for a rock’n’roll band?”⁸ ou no tom desdenhoso de Jagger ao cantar “They don’t look real to me/In fact they look so strange”⁹ na supostamente genuína homenagem de Richards à classe trabalhadora em *Salt of the Earth*.¹⁰ Como observam os críticos musicais Jim DeRogatis e Greg Kot, ao contrário de seus contemporâneos, os Rolling Stones não estavam interessados em revolução, eram apenas uma

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qGd7SkdETro>. Acesso em: 28/08/2023.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BUt0dZXPfU>. Acesso em: 28/08/2023.

⁸ “Mas o que pode um garoto pobre fazer/Exceto cantar numa banda de rock and roll?” (JAGGER; RICHARDS, 1968).

⁹ “Eles não parecem reais para mim/Na verdade eles parecem tão estranhos” *Idem*.

¹⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n06f6et66NQ>. Acesso em: 28/08/2023.

banda de rock (DEROGATIS; KOT, 2011, p. 153). No entanto, ao contrário do que afirma Richards (*op. cit.*), o que parece é que os Rolling Stones perseguiram a política mais do que a política os perseguia — quer gostassem ou não — isso fica evidente na primeira faixa de *Beggars Banquet* e principal objeto deste trabalho, *Sympathy for the Devil*.

O Diabo é meu nome

Podemos situar o início da história de *Sympathy for the Devil* na viagem de Mick Jagger e sua companheira da época, Marianne Faithfull, ao Brasil. Em janeiro de 1968, Jagger visitava o Brasil pela primeira vez, passando pelo Rio de Janeiro e Bahia, onde teve contato com as tradições religiosas do Candomblé e da Umbanda, bem como com a música afrobrasileira.¹¹ Jagger encantou-se pelo samba e pelos batuques brasileiros, e ainda que a versão inicial de *Sympathy for the Devil* não fosse por esse caminho, esses elementos eventualmente voltariam durante as gravações no Olympic Sound Studios, em Londres, para dar vida à canção tal como a conhecemos hoje.

Inicialmente intitulada *The Devil is my name*, a música é inspirada nos poemas do simbolista francês Charles Baudelaire e num romance escrito entre as décadas de 1930 e 40 pelo escritor ucraniano Mikhail Bulgakov, intitulado *O Mestre e Margarida*, que conta a história da visita do Diabo a Moscou de 1929, durante o governo de Joseph Stálin. Em um dos capítulos, o Diabo conta sobre sua presença no julgamento de Jesus Cristo, elemento que aparece na canção.

Antes de prosseguir com a categorização de Friedlander e iniciar aqui a análise da letra de *Sympathy for the Devil*, faz-se necessário destacar algo para o que José Geraldo Vinci de Moraes (2000, p. 215) chama a atenção: o distanciamento entre a linguagem poética ou lírica da linguagem musical serve aqui um papel meramente analítico, uma vez que não podem ser compreendidas de maneira dissociada. Portanto, a compreensão da letra da música nos possibilita compreender também como se constrói a sua linguagem musical, e vice-versa. Assim sendo, o *tema principal* ou *história* da música trata-se de uma narrativa pessoal em primeira pessoa, onde o Diabo se apresenta como um homem sofisticado e descreve sua participação nos eventos históricos e mitológicos mais marcantes da humanidade, indo desde o julgamento de Jesus Cristo ao assassinato de John. F. Kennedy,¹² passando pelas guerras religiosas na Europa

¹¹ Nélio Rodrigues conta os detalhes dessa e de outras viagens em: RODRIGUES, Nélio. *Os Rolling Stones no Brasil*. Rio de Janeiro: Ampersand, 2000.

¹² Poucos dias após o início das gravações, em 6 de junho de 1968, Robert F. Kennedy (irmão de JFK) foi assassinado, a letra foi alterada para fazer referência a ambos, tornando-a ainda mais controversa. Sobre essa e

nos séculos XVI e XVII, pela Revolução Russa e pela invasão da Polônia, estopim da Segunda Guerra Mundial.

Please allow me to introduce myself/I'm a man of wealth and taste/Been around for a long, long year/Stole many a man's soul and faith/I was 'round when Jesus Christ/Had his moment of doubt and pain/Made damn sure that Pilate/Washed his hands and sealed his fate.¹³

Stuck around St. Petersburg/When I saw it was a time for a change/Killed the Tsar and his ministers/Anastasia screamed in vain/I rode a tank/Held a general's rank/When the blitzkrieg raged/And the bodies stank [...]
I shouted out/Who killed the Kennedy's/When after all/It was you and me.¹⁴

Quanto à *mensagem* da música pode-se entender que, mais do que meramente uma adaptação do romance de Bulgakov, a escolha dos eventos históricos e a forma como são narrados pelo Diabo revela a dimensão política da qual os Stones tanto alegavam fugir. Existe uma clara brincadeira de “atração entre opostos” e “inversão das coisas”, como descreve o próprio Mick Jagger em entrevista à revista *Rolling Stone* (WENNER, 1995): ao elencar temas polêmicos para a época e equivaler acontecimentos como a execução do Czar pelos revolucionários russos, a invasão da Polônia pelos nazistas em 1939 e o assassinato dos irmãos Kennedy, os Stones manifestam sua percepção do contexto em que vivem: com desdém e ironia.

Há também a dimensão da projeção dos Stones — especialmente de Jagger — na figura do Diabo como forma de responder aos ataques que os perseguiam. Ao mesmo tempo que assume com orgulho sua vilania, o Diabo exige respeito e simpatia, denunciando a hipocrisia humana: são os Stones abraçando sua fama de vilões para provocar seus opositores, ao mesmo tempo que mostram que há coisas piores no mundo do que uma banda de rock. No entanto, não se trata propriamente de uma identificação com o Diabo no sentido propriamente satanista que outras bandas de rock vão assumir posteriormente, como Jagger fez questão de esclarecer diversas vezes anos mais tarde. Essa dimensão mais pessoal desse jogo com opostos e inversão dos conceitos de bem e mal fica bastante evidente nos versos finais:

outras curiosidades sobre a canção, ver: MARGOTIN, Philippe; GUESDON, Jean-Michel. *The Rolling Stones All the Songs: The Story Behind Every Track*. Nova Iorque: Black Dog & Leventhal Publishers, 2016.

¹³ “Por favor permita que eu me apresente/Sou um homem de riqueza e bom gosto/Estive por aí por um longo, longo ano/Roubei a alma e a fé de muitos homens/Eu estava lá quando Jesus Cristo teve seu momento de dúvida e dor/Fiz maldita questão de que Pilatos/Lavasse suas mãos e selasse seu destino.” (JAGGER; RICHARDS, 1968).

¹⁴ “Fiquei na volta de São Petersburgo/Quando vi que era a hora de uma mudança/Matei o Czar e seus ministros/Anastácia gritou em vão/Dirigi um tanque/Ocupei o posto de general/Quando a Blitzkrieg estourou e os corpos federam [...] Eu gritei/‘quem matou os Kennedy?’/Quando no fim das contas/Fomos você e eu.” *Ibidem*.

Just as every cop is a criminal/And all the sinners saints/As heads is tails/Just call me Lucifer/'Cause I'm in need of some restraint [...] So if you meet me/Have some courtesy/Have some sympathy, and some taste/Use all your well-learned politeness/Or I'll lay your soul to waste.¹⁵

O Diabo em *Sympathy for the Devil* é, portanto, irônico e zombeteiro, mas de maneira sedutora e sofisticada, um tanto elusiva, é aquele que tudo viu e que lá estava no princípio de tudo, a sombra que acompanha a humanidade através de sua história. Essa dimensão onisciente, onipresente e ao mesmo tempo sedutora e perturbadoramente humana do Diabo, longe de ser uma invenção de Mick Jagger, já estava presente no imaginário popular e sobretudo na literatura, remontando a autores clássicos como John Milton, Victor Hugo e Goethe, que chegam até Jagger através de Baudelaire e Bulgakov, que beberam avidamente dessas fontes. O arquétipo de um Diabo não apenas atraente *apesar* de seus defeitos, mas *por causa* deles caiu como uma luva para o rock, fosse essa a intenção de Jagger ou não. Como afirma Evan LaBuzetta, Mick Jagger conseguiu, seja por sua consciente habilidade ou simplesmente por estar evocando uma tradição complexa, evocar muitas facetas da figura histórica do Diabo. (LABUZETTA, 2018, p. 37, tradução da autora).¹⁶

Invocando o Diabo

No que diz respeito à musicalidade de *Sympathy for the Devil*, a sensação geral é de estar na presença do Príncipe das Trevas em pessoa — o que não poderiam afirmar aqueles que ouviram as primeiras versões da canção. Inicialmente, Jagger concebeu a música como um folk alá *Jigsaw Puzzle*¹⁷, mas durante as gravações no estúdio a banda experimentou diferentes versões até atingir o produto final, o “samba” de Mick Jagger. Que elementos, portanto, possibilitaram que *Sympathy for the Devil* conseguisse evocar com tamanho sucesso a energia diabólica? É o que tentaremos identificar a seguir a partir da categoria *música* de Friedlander.

Na tentativa de Jagger de recriar os elementos da música afrobrasileira com os quais teve contato em sua viagem, os Stones conseguiram criar uma atmosfera de inferno tropical que poderia muito bem ilustrar o imaginário demonológico do Brasil colonial, tal como descrito por Laura de Mello e Souza. Não seria a primeira, nem última vez que os Rolling Stones evocariam

¹⁵ “Assim como todo policial é um criminoso/E todos os pecadores são santos/Como cara é coroa/Apenas me chame de Lúifer/Porque eu preciso que você me contenha [...] Então se você me encontrar/Tenha alguma cortesia/Tenha um pouco de simpatia, e bom gosto/Use toda a sua bem aprendida educação/Ou eu roubarei sua alma.” *Ibid.*

¹⁶ No original: “Whether because of conscious craft on Jagger’s part, or simply because he was evoking a complex tradition, the lyrics of ‘*Sympathy*’ go well beyond mere obscenity and evoke many facets of the historical devil figure.”

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E8cJ1Wa6U3o>. Acesso em: 28/08/2023.

um imaginário colonial em suas músicas, mas era definitivamente a única que inspirava-se no Brasil. O exótico combina perfeitamente com o Diabo, e Jagger tinha plena consciência disso, como fica claro em suas palavras na já mencionada entrevista de 95: “the actual samba rhythm is a great one to sing on, but it’s also got some other suggestions in it, an undercurrent of being primitive – because it is a primitive African, South American, Afro-whatever-you-call-that rhythm. So to white people, it has a very sinister thing about it.” (WENNER, 1995).¹⁸

Tal fala de Jagger ilustra claramente a notória percepção racista dos Stones, evidente em diversos outros momentos da banda, desde suas interpretações caricatas de clássicos do blues no início da carreira a sucessos posteriores como *Brown Sugar*¹⁹ e as referências ao Vodú em músicas e álbuns, onde evocam representações estereotipadas da cultura e história negra e afro-americana. Mais do que meramente uma decorrência da “mentalidade da época”, o racismo dos Rolling Stones desenvolve um papel na sua musicalidade e trajetória artística que não pode ser ignorado, sendo essencial para compreender inclusive a *atitude* da banda. A postura de “chauvinistas do rock”, como descrevem DeRogatis e Kot (2011, p. 153), é um aspecto essencial da identidade da banda. Vestindo essa postura antagônica e anti-tudo como uma persona, os Stones sentem-se plenamente confortáveis em manifestar abertamente, seja nas falas ou na música, visões de mundo no mínimo controversas — e inevitavelmente influenciam toda uma geração. É exatamente essa atitude que podemos ver manifesta em *Sympathy for the Devil*.

Da mesma forma que aconteceu com o blues e com o rock and roll, a estigmatização dos ritmos de origem africana como exóticos e demoníacos têm aqui novamente um papel central, denotando sua historicidade na construção da identidade diabólica do rock. A questão é que agora há uma *intencionalidade* que parte de um lugar diferente: se antes a música produzida por pessoas negras e de classe baixa era associada ao Diabo por parte da sociedade branca puritana estadunidense, agora são músicos brancos, estrangeiros e de classe média mobilizando esse imaginário para dar vida ao seu próprio Diabo. Pouco importava para Jagger que a música fosse de fato um samba ou não, desde que conseguisse transmitir essa energia sinistra.

Assim, o pretense samba se faz presente essencialmente na percussão: a bateria de Charlie Watts abre o compasso, seguida de perto pelas congas do percussionista ganês Rocky

¹⁸ “O ritmo de samba é ótimo para cantar, mas também há outras sugestões nele, uma decorrência de ser primitivo – porque é um ritmo africano primitivo, sul americano, afro-o-que-quer-que-seja. Então para as pessoas brancas, tem algo muito sinistro sobre ele.” (tradução da autora).

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bar7SzNLnY0>. Acesso em: 28 Ago. 2023.

Dijon e pelas maracas tocadas pelo baixista Bill Wyman. A introdução suave do vocal de Jagger é acompanhada pelo piano de Nicky Hopkins e pelo baixo, tocado por Keith Richards na versão de estúdio, que logo escala para o groove frenético que marca a música inteira, fundindo-se perfeitamente à percussão. O Diabo segue a se vangloriar de seus feitos na voz de Jagger, enquanto a música segue escalando no seu ritmo eufórico, logo pode-se ouvir o couro de *woos* ao fundo, gravado pelos músicos e suas esposas. O vocal de Jagger evolui de suavidade sedutora para sua agressividade e euforia familiares, evocando a rebeldia de Lúcifer. O solo inconfundível de Keith Richards marca a entrada da guitarra em cena, para apenas retornar novamente no final da música, acompanhando os agudos de Jagger. A presença aparentemente econômica da guitarra não diminui em nada seu impacto, pelo contrário, é justamente sua aparição repentina e eletrizante que a torna uma das mais marcantes linhas de guitarra do rock.

A estabilidade da bateria de Charlie Watts se funde ao ritmo crescente do baixo, ao mesmo tempo que contrasta e complementa o exótico representado pelas congas e maracas. O piano de Nicky Hopkins, inicialmente suave e sofisticado, acompanha a escalada dos vocais até o ápice de sua energia frenética. A aparição repentina na guitarra marca o clímax da música. A interação entre esses elementos foi capaz de produzir uma combinação entre o exótico e o refinado, entre a rebeldia e revolta do Diabo e a sua sofisticação e bons modos, trazendo na linguagem musical da canção a mesma brincadeira de atração entre opostos que se observa na letra.

Para perceber o efeito que tais elementos poéticos e musicais produzem no sentido de dar vida ao Diabo, uma análise das performances ao vivo dos Rolling Stones se faz pertinente. Assim, entra aqui a última categoria que nos interessa analisar para pensar a máxima potência diabólica da canção: a *atitude*, que no caso de *Sympathy for the Devil*, diz respeito especialmente a Mick Jagger. Conhecido por pavonear no palco no seu visual andrógino e lascivo, pela sua personalidade arrogante e intimidadora e pela sua sensualidade, quem melhor do que Mick Jagger para interpretar o Diabo?

Entre as versões ao vivo de *Sympathy*, podemos destacar a performance no filme *Rock'n'Roll Circus*, gravado no fim de 1968, logo após o lançamento de *Beggars*, onde Jagger usa e abusa dos agudos e arranca a camisa no clímax da música, revelando um diabo “tatuado” no peito; também a versão de quase 20 minutos da música no show aberto no Hyde Park, em 1969, após a morte de Brian Jones, um verdadeiro frenesi que mistura o batuque frenético da banda de percussionistas nigerianos de Ginger Johnson com os berros de Jagger, enquanto fãs ensandecidos tentam invadir o palco; ou ainda a performance no fatídico e também gratuito

show em Altamont, que ocorreria mais tarde naquele mesmo ano, onde a canção é interrompida por conta de uma briga e depois recomeçada — nesse mesmo show, algumas canções depois, aconteceria o trágico assassinato de Meredith Hunter pelos “seguranças” do festival, os Hells Angels —, a informação que circulou na mídia da época era de que o fato teria ocorrido durante a performance de *Sympathy for the Devil*. Isso, combinado a todo o caos envolvendo o festival, apenas agravou a má reputação da banda e da música, razão pela qual os Stones tentaram se afastar um pouco dessa associação ao Diabo posteriormente.

Nessas três performances é possível perceber como a festa, a sexualidade, o trágico, a provocação, o caos, a euforia e o profano se misturam num verdadeiro frenesi diabólico, que confere à música sua máxima potência simbólica de evocar o Diabo. É essa dimensão catártica, essa mistura de elementos estéticos, musicais e sensoriais sem precedentes no rock que nos permite entendê-la como transformadora e uma das principais referências no processo de construção da figura do Diabo como um protagonista no rock.

Considerações finais

Este trabalho se propôs a analisar *Sympathy for the Devil* sob uma perspectiva histórica, buscando contribuir para o entendimento dos usos da figura do Diabo no rock através de sua história, pensando o papel desta canção em específico na construção dessa identidade. Com o final dos anos 60 e início dos 70, uma nova geração de rockeiros estava despontando: começava a era do heavy metal, para qual a figura do Diabo histórico construída pelos Stones seria referência e ponto de partida para a construção de novos arquétipos. Bandas como Led Zeppelin e Black Sabbath vão protagonizar essa emergência de um som mais pesado e intimamente relacionado ao oculto e ao satânico, ambas fortemente influenciadas pelos Rolling Stones.

Em uma entrevista anterior à *Rolling Stone*, em 1987, as considerações de Mick Jagger sobre *Sympathy for the Devil* vão ao encontro do que Richards disse anos mais tarde sobre *Street Fighting Man*: mais uma vez, o público levava mais a sério o que os Stones faziam do que eles mesmos, Mick ainda aproveita para desdenhar dessas novas bandas empolgadas demais com a ideia. Daí a importância de situar que a identificação dos Rolling Stones com o Diabo era bastante diferente da identificação dos segmentos assumidamente satanistas do rock — e mesmo entre estes, a relação com o Diabo vai se dar de diversas formas, com variados sentidos e significados que se transformam ao longo da história do gênero. Para os Stones, o Diabo era apenas uma alegoria que surgiu no *timing* perfeito para responder à crise pela qual a banda acabara de passar, nada mais.

Não obstante de não resumir a identidade da banda, a temática satânica é mais recorrente na música dos Rolling Stones do que pode parecer. Além de *Sympathy*, outras canções ao longo da trajetória da banda também vão explorar o diabólico e o oculto, algumas de forma mais subjetiva do que outras, como *Paint it Black*, *Midnight Rambler*, *Dancing with Mr. D*, *Monkey Man* e até mesmo *Gimme Shelter*. Fato é que o Diabo é sempre muito interessante, e como nos mostrou Pricila Franz, as possibilidades de interpretação, de construção e desconstrução de sua figura são o que cativa tanto os roqueiros através das gerações.

Intencionalmente ou não, fato é que *Sympathy for the Devil* contribuiu para a construção de uma nova identidade no rock e entrou para a história como uma das maiores canções do gênero. Para além da figura do Diabo em si, sua riqueza estética e musical ajudou a definir também uma nova era dos Rolling Stones, que viria a ser conhecida como sua era de ouro, marcada por alguns de seus mais consagrados álbuns a partir de *Beggars Banquet*, como *Let it Bleed*, *Sticky Fingers* e *Exile on Main St*. Hoje, chegando a marca dos 80 anos após tanto rock and roll, pode-se assumir que o pacto dos Stones com o Diabo está em dia.

Fontes utilizadas

ABKCOVEVO. The Rolling Stones - Sympathy for the Devil (Official Video) [4K]. YouTube, 30 de out. de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Jwtyn-L-2gQ>>. Acesso em: 31/03/2023.

JAGGER, Mick; RICHARDS, Keith. *Sympathy for the Devil*. Londres: Olympic Sound Studios, 1968.

ROLLINGSTONES50YRS5. Rolling Stones - Sympathy For The Devil (Hyde Park, 1969) Mick Taylor's First Gig. YouTube, 15 de nov. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W37LyeSrFTY>>. Acesso em: 31/03/2023.

ROLLINGSTONES50YRS5. Rolling Stones - Sympathy For The Devil (Live Altamont, 1969). YouTube, 02 de set. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pqK-J9S2GXs>>. Acesso em: 31/03/2023.

Referências

DEROGATIS, Jim; KOT, Greg. **The Beatles vs The Rolling Stones: a grande rivalidade do rock'n'roll**. São Paulo: Globo, 2011.

FENERICK, José Adriano (Org.). **Nas trilhas do rock: contracultura e mercado**. Curitiba: Appris editora, 2021.

FRANZ, Pricila Reis. O Diabo é o pai do Rock: a imagética do mal na música estrangeira. Blumenau: **Linguagens** - Revista de Letras, Artes e Comunicação, v. 4, n. 1, p. 75-95, jan. 2010.

FRIEDLANDER, Paul. **Rock and Roll. Uma história social**. Editora Record: São Paulo, 2003.

GILMORE, Mikal. The Rolling Stone 20th Anniversary Interview: Mick Jagger. *Rolling Stone*, 5 de novembro de 1987. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/music/music-news/the-rolling-stone-20th-anniversary-interview-mick-jagger-88763/> Acesso em: 31/03/2023.

LABUZETTA, Evan. Empathy for the Devil: the origins of Mick Jagger's devil in John Milton's London. In: ROVIRA, James. **Rock and Romanticism**. Clinton: Palgrave Macmillan, 2018. p. 27-44.

MARGOTIN, Philippe; GUESDON, Jean-Michel. **The Rolling Stones All the Songs: The Story Behind Every Track**. Nova Iorque: Black Dog & Leventhal Publishers, 2016.

MERHERB, Rodrigo. **O fantasma da eletricidade: Bob Dylan, o fim do rock and roll e o nascimento do rock moderno**. In: SOUSA, Rainer Gonçalves (Org.). *Nas trilhas do rock: experimentalismo e mercado musical*. Goiânia: Kelps, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37706924/NAS_TRILHAS_DO_ROCK_EXPERIMENTALISM_O_E_MERCADO_MUSICAL. Acesso em: 28/08/2023.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História e Música: canção popular e conhecimento histórico**. *Revista Brasileira de História – USP, São Paulo*, v. 20, n. 39, p. 203-221, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/28422>. Acesso em: 28/08/2023.

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música: história cultural da música popular**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2002. Disponível em: https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Napolitano-historia_musica.pdf. Acesso em: 28/08/2023.

PAIVA, Marília Luana Pinheiro de; BENATTE, Antonio Paulo. **Rock e Religião: algumas metamorfoses do diabo**. **Plura: Revista de Estudos de Religião**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 347-363, jul. 2017.

RICHARDS, Keith. **Vida**. São Paulo: Globo, 2010.

RODRIGUES, Nélio. **Os Rolling Stones no Brasil**. Rio de Janeiro: Ampersand, 2000.

SCHAFFNER, Nicholas. **The British Invasion: From the First Wave to the New Wave**. Nova Iorque: McGraw-Hill Book Co., 1982. ISBN 0-07-055089-1.

SOUZA, Laura de M. e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SOUSA, Rainer Gonçalves (Org.). **Nas trilhas do rock: experimentalismo e mercado musical**. Goiânia: Kelps, 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/37706924/NAS_TRILHAS_DO_ROCK_EXPERIMENTALISM_O_E_MERCADO_MUSICAL. Acesso em: 28/08/2023.

WENNER, Jann. Mick Jagger remembers. *Rolling Stone*, 14 de dezembro de 1995. Disponível em: <https://www.rollingstone.com/feature/mick-jagger-remembers-92946/> Acesso em: 31/03/2023.

O biombo namban: um registro da presença portuguesa no Japão

The namban screen: a record of the Portuguese presence in Japan

Marcus da Silva Dornelez¹, UFRGS

Resumo

O presente trabalho consiste na leitura formal e simbólica de um biombo *namban*, um registro imagético cuja autoria pode ser atribuída ao pintor Kanō Naizen a respeito da presença portuguesa no Japão da segunda metade do século XVI e na primeira metade do século XVII. No que se refere aos contatos iniciais entre portugueses e japoneses e a evolução destes contatos que culminou no isolamento do Japão, trata-se de uma fonte primária que parte da perspectiva nipônica, consideravelmente menos estudada pela historiografia nacional em comparação com os registros associados aos comerciantes e aos missionários europeus. Para a viabilização dessa leitura, será considerado o que a historiografia já existente produziu a respeito de um fenômeno histórico cuja relevância foi outrora considerada secundária, através de revisão bibliográfica sobre o tema.

Palavras-Chave: Biombo Namban; Japão; Portugal; Kanō Naizen

Abstract

The present work consists of the formal and symbolic analysis of a *namban* screen, an imagery record whose authorship can be attributed to the painter Kanō Naizen regarding the Portuguese presence in Japan during the second half of the 16th century and the first half of the 17th century. With regard to the initial contacts between the Portuguese and Japanese and the evolution of these contacts that culminated in the isolation of Japan, this is a primary source that starts from the Japanese perspective, considerably less studied by national historiography in comparison with the records associated with traders and European missionaries. For the feasibility of this analysis, the historiography produced about a historical phenomenon whose relevance was once considered secondary will be considered, through a bibliographic review on the subject.

Keywords: Namban byōbu; Japan; Portugal; Kanō Naizen

Introdução

Entre 1543 e 1640, os portugueses estabeleceram uma das mais lucrativas rotas de comércio de seu império ultramarino. Conectando China e Japão através das cidades de Macau e Nagasaki, os lusitanos participaram de um intercâmbio até então inédito tanto para os europeus quanto para as populações do Leste Asiático. Esse contato, por sua vez, deixou uma série de registros que acabaram se preservando na posterioridade, incluindo um rico acervo

¹ Doutorando vinculado ao Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS), linha de pesquisa Relações de Poder Político-Institucionais. Atualmente desenvolve a pesquisa “Toma Macao novos alentos com o Fénix da luzitania renascido: a cidade de Macau cem anos após a perda de Nagasaki”, orientada pelo Prof. Dr. Valter Lenine Fernandes. E-mail para contato: marcus.dorneles@ufrgs.br

artístico de imagens que dizem muito sobre a visão dos habitantes locais no que tange à presença estrangeira.

A imagem analisada neste trabalho é uma destas imagens produzidas neste contexto de contatos inéditos - um biombo *namban*², cuja autoria pode ser atribuída a Kanō Naizen. Os biombos *namban* foram produzidos na mesma época em que os portugueses estavam estabelecendo contato comercial com os japoneses, e, ao todo, existem cerca de noventa biombos identificados ao redor do mundo. A maioria deles encontra-se, por motivos razoavelmente evidentes, em museus de Portugal e do Japão. O biombo que será analisado está atualmente sendo preservado e exposto no Museu da Cidade de Kobe, inaugurado no Japão em 1982, e sua datação não é totalmente precisa. Estipula-se que a obra foi pintada entre os anos de 1598 e 1615, quando a relação entre portugueses e japoneses ainda estava em um patamar suficientemente positivo para que os comerciantes estrangeiros continuassem a realizar suas atividades em solo nipônico.

A análise propriamente dita será composta de três etapas. Na primeira, será realizada uma breve explanação a respeito do contexto político e social em que o Japão se encontrava no momento em que os portugueses chegaram na ilha de Tanegashima por acidente, para que se compreenda melhor o panorama em que a sociedade nipônica se encontrava naquele momento. Por se tratar de uma fonte autenticamente japonesa, o foco será dado especialmente às questões internas envolvendo as crises sucessórias do xogunato e os conflitos entre clãs japoneses. Em seguida, será realizada a leitura formal da imagem, ou seja, serão destacados os elementos visíveis que compõem a obra, como as figuras humanas nela retratadas, os componentes que integram o seu cenário e os detalhes presentes nos objetos, na indumentária e na arquitetura das construções presentes. Por fim, a última etapa consiste na leitura simbólica do biombo, no esforço de refletir a respeito de possíveis interpretações que podem ser desprendidas a partir dos símbolos descritos anteriormente.

Sobre o Autor: a Escola Kanō e o legado de Kanō Naizen

Antes de realizar a análise propriamente dita da obra selecionada para a produção do presente trabalho, torna-se relevante destacar algumas colocações a respeito da biografia daquele responsável por sua criação, uma vez que sua trajetória pessoal está potencialmente ligada às suas inclinações artísticas e suas escolhas pessoais no que diz respeito aos temas que

² O termo “*namban*” vem de “*nambanjin*” que significa “bárbaros do sul”. Essa era a forma com que os japoneses se referiam aos portugueses nesse período.

escolhera tratar em suas pinturas. Mesmo que as informações a respeito de sua trajetória sejam relativamente esparsas, ainda é possível apontar alguns marcos de sua vida enquanto artista visual.

Kanō Naizen fez parte de uma das mais ilustres famílias de pintores japoneses, a Escola Kanō. Embora fora comumente ofuscado por seu pai, Kanō Eitoku, e seus irmãos, Kanō Mitsunobu, Kanō Takanobu e Kanō Sanraku, seu envolvimento com os biombos *namban* lhe garantiu um importante legado para a posterioridade. Antes de trabalhar com os biombos, participou com seus familiares na restauração de edifícios imperiais, templos budistas e santuários xintoístas que foram danificados durante o Período Kamakura³ e as Guerras Genpei⁴.

A escola Kanō ganhou notoriedade principalmente a partir do final do século XV, quando o próprio xogunato Ashikaga se tornou patrono dos pintores ligados a ela. No século XVI, a escola Kanō era amplamente conhecida pelo domínio das técnicas chinesas de pintura - chamadas *kanga* -, caracterizadas pelas tonalidades mais monocromáticas (MASON, 2005, p. 254). No entanto, os Kanō também desenvolveram um estilo muito particular que ficou denominado como o “estilo azul-e-dourado” (MASON, 2005, p. 254). Nesse tipo de pintura, paisagens e cenas do cotidiano eram retratadas com cores vibrantes, frequentemente utilizadas em um fundo dourado ou cinza. As técnicas dos Kanō dominaram o âmbito das artes visuais japonesas até a Era Meiji, que teve início no final do século XIX com o processo de industrialização. Entre 1610 e 1615, Kanō Naizen mudou-se para a capital Edo - atual Tóquio - a pedido de Tokugawa Ieyasu, o fundador do xogunato Tokugawa que governou o Japão com punhos de ferro no período correspondente aos anos de 1603 a 1868. Ele veio a falecer pouco tempo depois, em 1616, aos 46 anos de idade, e jamais chegou a contemplar a expulsão dos indivíduos retratados em sua obra.

Contexto Histórico: o Japão em convulsão política e social

Em 1467 uma crise sucessória envolvendo o xogunato Ashikaga deu início à Guerra de Ōnin, em que vários clãs próximos ao governo tentaram aplicar um golpe de Estado (SOURYI, 2013, p. 272). Esses clãs entraram em disputas bélicas inúmeras vezes, iniciando o que ficou denominado como o *Sengoku Jidai*⁵, uma era de guerra civil constante que durou mais de 100 anos. Nesse contexto de disputa, chegam por acidente em 1543 os primeiros viajantes

³ O primeiro regime militar feudal do Japão, correspondente ao período entre os anos de 1192 e 1333, quando o xogunato Kamakura estava no poder.

⁴ As Guerras Genpei foram uma série de conflitos entre 1180 e 1185 protagonizados pelos clãs Taira e Minamoto, com vitória deste sobre aquele.

⁵ “Período dos Estados Deliberantes”, em tradução livre.

portugueses, que introduziram as armas de fogo naquele território e acabaram por influenciar mesmo que indiretamente os rumos da unificação japonesa (LIDIN, 2002, p. 1).

A rota do Japão começa a tomar forma entre 1543 e 1570, quando os portugueses começam a realizar viagens anuais em direção ao arquipélago nipônico depois de um primeiro contato improvável. No entanto, é apenas em 1571 que se estabelece uma rota estável com a inauguração do porto de Nagasaki (LOUREIRO, 2007, p. 27). O estabelecimento dos lusitanos nesta cidade portuária muito se deve à atuação de Omura Sumitada, o primeiro *daimyō*⁶ convertido à religião cristã. Ainda que seja bem possível que o batismo de Sumitada teria ocorrido em função do interesse deste ao acesso à tecnologia e às armas portuguesas como forma de se criar uma vantagem contra os seus rivais, o *daimyō* eventualmente teria demonstrado grande entusiasmo em relação à sua nova religião, abandonando suas vestes tradicionais para adornar-se com símbolos cristãos e até mesmo chegando ao ponto de queimar as tábuas votivas de seu pai adotivo - possivelmente a mando do jesuíta espanhol Cosme de Torres (HESSELINK, 2015, p. 31). Este gesto, no entanto, não teria agradado seus opositores, e, no dia 15 de agosto de 1563, um dos servos de Omura Sumitada foi emboscado e morto por seguidores de um de seus rivais (HESSELINK, 2015, p. 32).

A aproximação dos portugueses com Omura Sumitada também provocou reações em Hirado. Em 1565, o Capitão-mor D. João Pereira chegou a Yokoseura com intenções de realizar comércio na região. Apesar de ser eventualmente convencido por jesuítas e aliados japoneses a se dirigir ao porto de Fukuda - que compõe hoje a cidade Nagasaki -, sua nau foi atacada por uma flotilha que levava samurais subordinados a Matsura Takanobu, o *daimyō* de Hirado. Na ocasião, Takanobu aproveitou-se da oportunidade para retaliar os portugueses, ao entender que a aproximação destes com Sumitada representaria um fim do comércio com os estrangeiros. Deu-se então início a um embate de aproximadamente duas horas entre japoneses e portugueses no dia 18 de outubro daquele mesmo ano (HESSELINK, 2015, p. 38), com vitória para o lado lusitano, que sofreu pouquíssimas perdas. O evento ficou conhecido posteriormente como a “Batalha da Baía de Fukuda”.

Depois do conflito em questão, os portugueses continuaram realizando suas viagens anuais ao Japão; dessa vez, no entanto, eles deram preferência a Fukuda, onde atracaram pelo menos quatro vezes. Finalmente, em 1571, Omura Sumitada - tendo adotado o nome de

⁶ Os *daimyō* eram os poderosos senhores de terra do Japão feudal, que tinham influência tanto econômica quanto militar. Estes homens ganharam poder e notoriedade ainda no século X e permaneceram - com graus variados de sucesso dependendo do período histórico em questão - influentes até a eclosão da Revolução Meiji, no século XIX. Para estabelecer o seu poder, os *daimyō* contratavam samurais para proteger suas posses e seus interesses pessoais, pagando-os pelos seus serviços com alimentação ou até mesmo com parte de suas terras.

batismo, Dom Bartolomeu - permitiu que mercadores portugueses e cristãos exilados de outros territórios fossem recebidos em Nagasaki. A partir desse momento, Nagasaki se tornou o principal ponto de recepção das embarcações portuguesas, sendo de longe o destino favorecido pelos lusitanos até a sua expulsão em 1640. Por um breve momento, Nagasaki inclusive chegou a ser diretamente administrada pelos missionários jesuítas, a partir de um acordo concluído pelo missionário Alessandro Valignano, em que se determinou que os jesuítas teriam a responsabilidade de eleger um regedor para realizar a administração da cidade enquanto mantinham fidelidade a Ōmura Sumitada, que nominalmente ainda era considerado o senhor daquelas terras (COSTA, 1993, p. 41). A concessão provou-se efêmera, no entanto, quando apenas seis anos depois, em 1586, Shimazu Yoshihisa, invadiu o vilarejo, dando fim ao controle estrangeiro.

O que poderia ser considerado um grande revés no que diz respeito aos interesses dos comerciantes portugueses na região, no entanto, não parece ter impedido o estabelecimento de um lucrativo comércio que continuou ocorrendo pelas próximas décadas. Nagasaki representou, no final das contas, o começo de uma nova fase no que tange às relações comerciais luso-japonesas, mesmo que a sua administração direta dos jesuítas tenha durado tão pouco tempo. Dentre alguns dos produtos envolvidos nesse intercâmbio, destacam-se a seda chinesa e os metais preciosos como ouro, prata e chumbo (LOUREIRO, 2007, p. 37).

Anteriormente ao estabelecimento em Nagasaki, Hirado foi de longe o destino mais procurado pelos navegantes portugueses. Uma possível explicação pela preferência a Hirado reside no fato de que, desde o período Nara - ou seja, entre 710 e 794 d.C -, seu porto já era utilizado para a recepção de barcos de outros reinos do Leste Asiático. Já entre os períodos Kamakura e Muromachi, o clã Mastura, que detinha controle sobre a região, ganhou o direito de mediar o comércio com a Coreia e com a China da dinastia Song. Nesse contexto, muito antes da chegada lusitana, Hirado já contava com uma infraestrutura para receber embarcações de comerciantes das mais variadas estirpes.

As relações luso-japonesas duraram oficialmente até 1640, quando se tornou evidente para os japoneses que - para os lusitanos ali presentes - era praticamente impossível desassociar seus interesses comerciais com os religiosos; em determinadas circunstâncias, as autoridades japonesas deixaram claro que não tinham objeções ao comércio ali estabelecido. Existem vários motivos que foram levantados por historiadores para justificar a postura das autoridades japonesas, incluindo o receio de uma colonização, a oposição à exploração da escravidão de indivíduos japoneses e os antagonismos entre a fé cristã e a ideologia do xogunato

(CARVALHO, 2000, p. 140). O arquipélago nipônico então adota uma política de isolacionismo - o *sakoku* - e permite o comércio apenas aos estrangeiros holandeses e chineses no porto de Dejima, localizado em Nagasaki.

Os portugueses realizaram alguns contatos pontuais com os japoneses depois de 1640, com o envio de uma embaixada liderada por Gonçalo de Siqueira de Souza no ano de 1644 e com o resgate de alguns navegantes que naufragaram no porto de Macau. Ainda assim, a rejeição ao cristianismo e o receio das intenções dos portugueses e dos missionários cristãos naquele território prevaleceram, e o restabelecimento das relações formais com o arquipélago nipônico nunca ocorreu de fato. Nessas circunstâncias, foram os rivais holandeses que ocuparam o papel anteriormente desempenhado pelos lusitanos como os intermediários comerciais oriundos da Europa, gozando desta posição com quase total exclusividade até o fim do isolamento japonês com o tratado de Kangawa, em 1854.

Leitura Formal do Biombo Namban

Realizado um breve panorama a respeito da situação social e política do Japão da época e do papel que o contato com os portugueses teve nessa respectiva conjuntura, cabe agora realizar a leitura propriamente dita das imagens selecionadas para a elaboração do presente trabalho. A seguir, serão destacados alguns aspectos formais de um dos biombos preservados no Museu da Cidade de Kobe, no Japão.

Figura 1 – Visão Panorâmica do Biombo Namban



KANŌ NAIZEN (1570–1616), “Biombo Namban” (1598-1615), Pintura e folha de ouro sobre papel, 363.2 x 154.5 cm, Museu da Cidade de Kobe, Kobe, Japão.

A imagem retrata cenas em uma cidade portuária japonesa, que, pela datação, é plausível inferir que se trate de Nagasaki - ou pelo menos de alguma inspirado nela. À esquerda, nota-se

que um navio de cargas português acaba de chegar ao porto, com alguns de seus tripulantes realizando movimentos acrobáticos nos seus mastros. O capitão e a sua tripulação em terra caminham em direção à cidade onde comerciantes começam a se alinhar. Há uma notável movimentação de pessoas ao redor do capitão, incluindo missionários jesuítas e franciscanos identificados por suas vestes religiosas. Logo acima, na parte direita da pintura, há uma igreja cristã construída nos moldes de um templo japonês tradicional, onde cristãos participam de uma cerimônia religiosa.

Figura 2 – Vista Aproximada dos Estrangeiros e sua Indumentária



KANŌ NAIZEN (1570–1616), “Biombo Namban” (1598-1615), Pintura e folha de ouro sobre papel, 363.2 x 154.5 cm, Museu da Cidade de Kobe, Kobe, Japão.

As feições dos viajantes estrangeiros - identificados por suas roupas escuras com silhueta chamativa e volumosa - certamente contrasta com os traços dos habitantes locais, que usam vestes tradicionais japonesas. Algumas das figuras nipônicas ainda carregam suas *katana*, indicando uma provável posição elevada na hierarquia social. Os portugueses são retratados com narizes alongados e protuberantes, e, entre eles, percebe-se a presença de homens com traços semelhantes; embora desenhados com a pele escura. Considerando a ausência de sapatos dessas figuras, infere-se que esses indivíduos em questão sejam, de fato, homens escravizados que acompanhavam os comerciantes em suas navegações ao Japão. A vestimenta desses indivíduos também difere daquela usada pelos navegantes portugueses, que usam capas escuras não presentes na indumentária destes indivíduos.

Os portugueses e seus acompanhantes são bastante numerosos: a maioria dos indivíduos presentes no biombo são estrangeiros, e apenas uma pequena porção das figuras retratadas pode

ser identificada como japoneses ou de origem asiática⁷. A quantidade de figuras humanas presentes na imagem - tanto em terra quanto no navio - aproxima-se de uma centena. A intensa movimentação dessa quantidade destacada de pessoas indica que a chegada anual dos navios lusitanos era, no final das contas, um evento de grandes proporções, literalmente e figurativamente.

Figura 3 – Vista Aproximada do Trânsito de Presentes e Mercadorias



KANŌ NAIZEN (1570–1616), “Biombo Namban” (1598-1615), Pintura e folha de ouro sobre papel, 363.2 x 154.5 cm, Museu da Cidade de Kobe, Kobe, Japão.

Entre os produtos carregados por esses homens, nota-se na parte central da obra o manuseio de tecidos. Considerando o contexto histórico e a contribuição de autores especialistas no tema, depreende-se que se trate da seda chinesa - um dos mais importantes produtos contemplados nas rotas comerciais para o Japão. Na parte inferior à esquerda, alguns homens carregam caixas, potes e um tigre enjaulado. Animais não constam nos mapas de cargas escritos por administradores portugueses, e, nesse sentido, é plausível afirmar que se tratam de presentes - e não mercadorias propriamente ditas - ou exagero por parte do autor.

Por fim, no que se refere aos elementos paisagísticos retratados no biombo, percebe-se que as águas onde os navios atracaram se localizam quase que exclusivamente à esquerda, enquanto o restante do espaço é majoritariamente ocupado pelo relevo dourado que se mistura com as nuvens de mesma cor. Já na parte direita da imagem, nota-se uma árvore em meio aos

⁷ Nesse sentido, é importante ressaltar que ocasionalmente alguns chineses também se fizeram presentes nas viagens a Nagasaki, normalmente cumprindo a função de intérpretes e de guias.

transeuntes e às edificações, semelhante ao pinheiro negro japonês - ou *kuromatsu*⁸, na língua japonesa.

Análise Simbólica do Biombo Namban

O biombo selecionado não pode ser considerado um retrato fidedigno do cotidiano de uma cidade portuária japonesa. E, nesse sentido, muito de seu conteúdo também tem relação com uma série de símbolos que foram utilizados na obra em questão e que refletem uma série de pensamentos da sociedade - ou pelo menos parte dela - japonesa sobre os navegantes estrangeiros. Assim sendo, dado que um primeiro foram analisados aspectos formais que podem ser identificados em uma leitura inicial da imagem, agora se atentará aos seus detalhes menos explícitos.

Sobre estes aspectos simbólicos da obra em questão e do contexto em que ela está inserida, evidentemente se percebem as particularidades estéticas que diferenciam a imagem em questão com outros trabalhos ocidentais do mesmo período. Nesse sentido, não é possível encontrar certos elementos como a preocupação naturalista que permeava o senso estético do Renascimento italiano do século XVI (BAYER, 1995, p. 101) e que veio a influenciar artistas oriundos de diversas regiões da Europa nos séculos seguintes. A análise do biombo requer um olhar independente de princípios analisados previamente por outros autores e que fazem sentido com aspectos culturais, sociais e históricos da Itália ou da França, por exemplo, e mais centrado nos elementos culturais daquela região em específico e no panorama social que dizia respeito ao Japão.

As cores, dessa maneira, têm significado muito particular na arte japonesa, e frequentemente não são utilizadas de modo naturalista, como ocorria na arte ocidental do mesmo período (BARROS, 2007, p. 88). As nuvens douradas que se misturam com o relevo, por exemplo, surgem como metáfora visual da época registrada, correspondente ao que pode ser considerado uma idade de ouro (CURVELO, 2007, p. 146). Quando os portugueses se estabeleceram na cidade de Nagasaki por volta de 1580, o Japão estava próximo de se reunificar, muito em função das investidas bélicas de Oda Nobunaga que já estavam ocorrendo na década de 1560.⁹ A unificação japonesa é um importante fenômeno histórico que, por sua vez, não teria

⁸O pinheiro negro, cujo nome científico é "*Pinus thunbergii*", é uma espécie de pinheiro nativa das áreas costeiras do Japão e da Coreia do Sul. Além de ser bastante apreciado na jardinagem, também é um dos objetos de maior interesse do *bonsai*.

⁹ Ver: LAMERS, Jeroen. *Japonius Tyrannus: The Japanese Warlord Oda Nobunaga Reconsidered*. Leiden: Brill Hotei, 2000.

conclusão até o ano de 1603, quando se instaura o Xogunato Tokugawa sob liderança de Tokugawa Ieyasu.

Figura 4 – Vista Aproximada do “*Kurofune*” ou Navio de Cargas.



KANŌ NAIZEN (1570–1616), “Biombo Namban” (1598-1615), Pintura e folha de ouro sobre papel, 363.2 x 154.5 cm, Museu da Cidade de Kobe, Kobe, Japão.

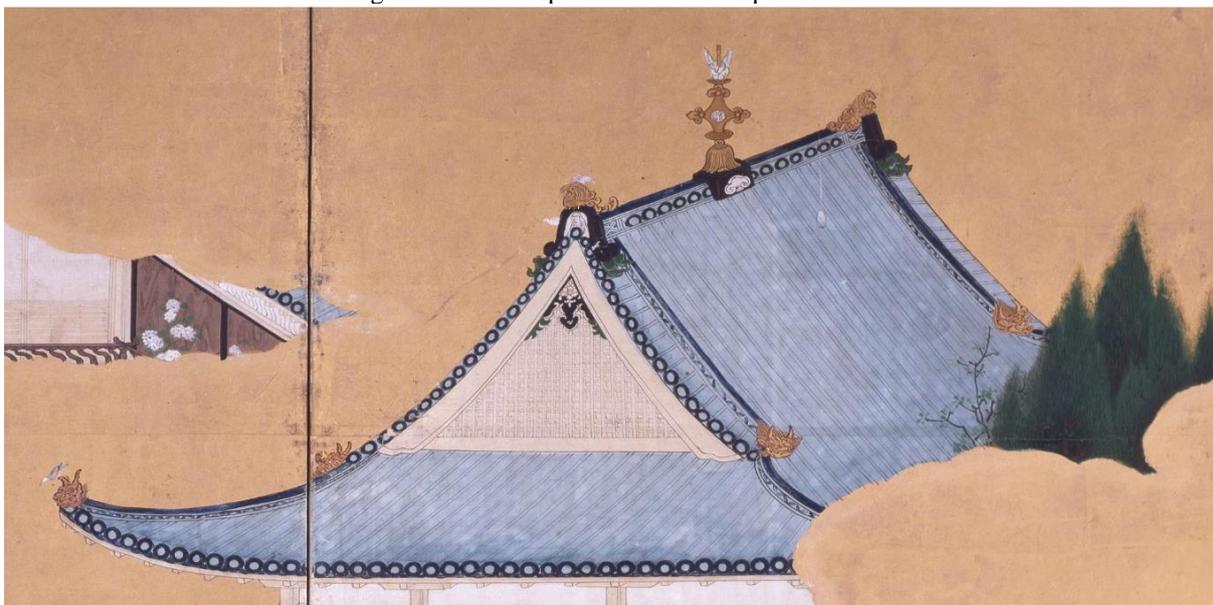
Já a cor preta do navio de cargas - ou “*kurofune*” na língua japonesa - indica a presença do desconhecido, especialmente quando considerada como oposição aos navios chineses que eram referidos como “*shirofune*”.¹⁰ No entanto, sua conotação não é necessariamente negativa, já que o navio pode ser lido como o navio do tesouro - *takarabune* -, simbolizando riqueza e felicidade. Isso se deve, pelo menos em parte, à crença popular japonesa da época que identificava objetos e pessoas que dessem à costa vindo do mar como tesouros. Essa crença era personificada em Ebisu, um dos sete deuses da boa sorte - *shichifukujin* - e divindade protetora dos comerciantes. Curiosamente, seu nome literalmente significa “bárbaro” ou “estrangeiro” (CURVELO, 2007, p. 178-179), indicando uma possível conexão com o termo que identificava os portugueses: *nambanjin*, ou seja, bárbaros do sul.

O preto também está presente no desenho do pinheiro negro em meio à multidão. A imagem do *kuromatsu*, nesse sentido, foi adquirindo na arte japonesa e na cultura popular do Japão um significado associado à longevidade e prosperidade (NILZÉN, 2021, p. 26). Percebe-se aqui mais uma vez, que a cor preta em oposição à cor branca não evoca necessariamente aspectos ligados ao mal, ao negativo ou ao indesejado. O pinheiro aqui especificamente complementa certos significados associados a outros elementos já comentados previamente e

¹⁰ “*kuro*” significa “preto” em japonês, enquanto “*shiro*” significa “branco”.

que serão discutidos logo a seguir, o que indica que sua presença provavelmente não seja apenas fruto do acaso ou mera aleatoriedade. De certa forma, torna-se possível afirmar que existe uma coesão temática entre as diferentes partes do biombo, que, por sua vez, corrobora circunstâncias do contexto histórico em que ele estava inserido.

Figura 5 – Vista Aproximada do Templo Cristão.



KANŌ NAIZEN (1570–1616), “Biombo Namban” (1598-1615), Pintura e folha de ouro sobre papel, 363.2 x 154.5 cm, Museu da Cidade de Kobe, Kobe, Japão.

Destaca-se ainda a cruz identificada no templo japonês localizado na parte superior direita da imagem. A cruz na iconografia *namban* é um símbolo que detona proteção e prosperidade. Interessantemente, mesmo depois da expulsão dos missionários cristãos no ano de 1640, seu significado simbólico permaneceu ativo em alguns setores da sociedade japonesa (CURVELO, 2007, p. 180). Sobre a presença de elementos explicitamente ligados ao cristianismo em uma obra de origem nipônica, destaca-se aqui a dimensão da circulação destes biombos - muito maior do que a historiografia especializada havia considerado em momentos anteriores. Se a arte *namban* em um primeiro momento foi considerada como fruto das interações entre os impérios ibéricos com a China e o Japão, atualmente se percebe que já é possível a mencionar como uma tendência artística de dimensões globais, contemplando não apenas a Ásia e a Europa como também as Américas e a África (ARIMURA, 2018, p. 24), dada a considerável popularidade que este tipo de obra encontrou em seu tempo.

Esta circulação da arte *namban* pode ter contribuído para que diferentes obras categorizadas nesta expressão artística em específico tenham adquirido um caráter - de certa forma - mais cosmopolita. No caso do biombo selecionado para o presente trabalho, notam-se

os elementos que visivelmente marcam sua origem nipônica coexistindo com figuras ligadas ao Ocidente - neste exemplo, a cruz cristã desenhada em um dos templos.

Nesse contexto envolvendo o contato do cristianismo com a sociedade japonesa, o xogunato Tokugawa, que ascendeu ao poder com a unificação japonesa, foi bastante restritivo no que diz respeito à proibição do cristianismo durante praticamente todo o seu governo até 1867. No entanto, alguns japoneses preservaram a religião adaptando-a ao contexto de censura, moldando seus objetos sagrados de forma que se tornassem mais semelhantes aos símbolos do budismo ou do xintoísmo. Esses cristãos foram chamados na posterioridade de “*Kakure Kirishitan*”, ou seja, “cristãos escondidos”.

Considerações Finais

O biombo selecionado é um registro relevante das relações que se estabeleceram entre portugueses e japoneses no contexto dos séculos XVI e XVII. Trata-se de um importante artefato que não se limita a apenas ilustrar a movimentação de viajantes estrangeiros nos portos do arquipélago nipônico, carregando também muitos significados relativos à própria visão que os japoneses tinham em relação aos lusitanos. Esses significados podem ser identificados tanto a partir das formas - ou seja, dos traços relativos às figuras presentes e dos objetos retratados - quanto a partir da escolha de cores que carrega uma série de informações.

No que se refere aos indivíduos retratados na imagem, os portugueses e seus acompanhantes se destacam na multidão por suas feições exageradas, marcadas principalmente pelos narizes protuberantes que se diferenciam drasticamente das figuras com traços asiáticos. Suas vestimentas também são caracterizadas por silhuetas exageradas que contrastam com os quimonos ajustados aos corpos daqueles e daquelas que os vestem. Até mesmo os seus movimentos se destacam, especialmente no que tange à tripulação no navio que aparenta realizar acrobacias nos mastros da embarcação, dando um caráter quase circense ao evento em questão.

Isso de certa forma evidencia o estranhamento em relação que as pessoas daquele território tinham em relação aos viajantes que aos poucos atracavam em seus portos. Suas aparências e trejeitos peculiares chamavam a atenção e despertavam a curiosidade da população local. O contato estendido com os europeus era até então algo inédito no contexto japonês e o estranhamento é algo que fora registrado tanto nos registros escritos - como os textos que narram a chegada inicial dos portugueses a exemplo do *Teppōki*, do *Tanegashima kafu* e do

*Kunitomo Teppōki*¹¹ - quanto nos registros imagéticos. Cabe, nesse sentido, reforçar alguns temas já extensamente trabalhados pela historiografia, pela sociologia e pela antropologia, dado que a reação dos nativos aos estrangeiros é um objeto de estudo ainda capaz de fomentar discussões basante pertinentes.

Serge Gruzinski, por exemplo, realizou extensas contribuições no que diz respeito ao contato entre diferentes povos no contexto da expansão ultramarina europeia, destacando inclusive alguns relatos produzidos por viajantes que teriam chegado à Ásia. Citando os escritos do frade Gaspar da Cruz¹², o autor menciona a maneira com que os chineses mantiveram por muito tempo uma postura cautelosa e apreensiva em relação aos comerciantes vindos de fora, dado “o temor dos contatos com o exterior, sentidos como uma fonte potencial de problemas e um encorajamento à pirataria litorânea” (GRUZINSKI, 2014, p. 273). Já no Camboja, os habitantes teriam perguntado ao missionário se ele era algum tipo de feiticeiro (GRUZINSKI, 2014, p. 273), e, no Japão, monges espanhóis teriam sido acusados de necrofagia, dado o consumo de carne de vaca (GRUZINSKI, 2014, p. 273).

No entanto, o biombo foi pintado em um período em que a visão dos japoneses sobre os lusitanos não era necessariamente negativa. Na verdade, existem muitos elementos na obra que evidenciam uma perspectiva consideravelmente esperançosa sobre a presença desses indivíduos no Japão, apesar da estranheza. Essa perspectiva, por sua vez, pode ser observada através dos símbolos perceptíveis nas imagens em questão e nos significados neles atribuídos. O navio que chega pelo oceano pode ser interpretado como um navio do tesouro, que traz riquezas e prosperidade. As nuvens douradas que se misturam com o terreno também indicam o presságio de uma idade de ouro, que sucede um século inteiro de guerra civil. Até mesmo a cruz, elemento da religião estrangeira, também pode ser lida como um símbolo próspero, que manteve seu significado mesmo após a expulsão dos portugueses e a proibição do cristianismo no arquipélago nipônico.

Evidentemente, seria demasiadamente exagerado atribuir teor esperançoso que pode ser retirado dos símbolos destacados no biombo apenas à presença estrangeira no Japão daquele período. Mesmo que seja possível afirmar que o comércio protagonizado pelos viajantes europeus - e consequentemente o papel que os lusitanos tinham como intermediários entre China e Japão - era de grande agrado a alguns setores da sociedade japonesa, há de se considerar

¹¹ Os três textos japoneses abordam a chegada dos portugueses à ilha de Tanegashima no dia 25 de setembro de 1543 e fazem ligações entre o evento em questão e a difusão das armas de fogo no Japão.

¹² O “*Tratado das cousas da China*”, publicado em 1570, é uma importante fonte histórica para os estudos a respeito da presença portuguesa na Ásia Oriental, uma vez que Gaspar da Cruz, seu escritor, teria viajado e conhecido pessoalmente diversos locais em que os lusitanos se fizeram presentes, como Malaca e Camboja.

aqui também os fatores internos que moldavam as estruturas sociopolíticas da época em questão, a exemplo do processo de unificação japonesa iniciado por Oda Nobunaga e concluído por Tokugawa Ieyasu e do conseqüente fim de um período violento de guerras civis e instabilidades políticas.

O conteúdo do biombo certamente contrasta com a conjuntura da década de 1630, em que as relações entre Portugal e Japão atingem um declínio que se prova definitivo na posterioridade. Nesse sentido, é interessante perceber como a natureza desse contato mudou tão rapidamente em questão de apenas alguns anos. Mesmo que o Japão estivesse em processo de unificação política, a sociedade japonesa ainda passava por processos históricos bastante conturbados, que acabaram afetando a rota comercial dos portugueses que ali se estabeleceram.

Os japoneses, além disso, tinham motivos de sobra para questionar as intenções dos viajantes em seu território, dadas outras experiências naquela região que escalaram a situações mais truculentas, como a tomada de Malaca em 1511. De qualquer forma, a obra selecionada reforça a relevância do papel desempenhado pelos comerciantes lusitanos como intermediários de produtos entre China e Japão, um tema bastante instigante no que tange à expansão ultramarina europeia e aos contatos entre povos no contexto da modernidade, apesar de ter sido considerado outrora secundário por parte da historiografia especializada.

Fontes utilizadas

KANŌ NAIZEN (1570–1616), “Biombo Namban” (1598-1615), Pintura e folha de ouro sobre papel, 363.2 x 154.5 cm, Museu da Cidade de Kobe, Kobe, Japão.

Referências

ARIMURA, Rie. Nanban Art and its Globality: a case study of the new Spanish mural the great martyrdom of Japan in 1597. **Historia y Sociedad**, [S.L.], n. 36, p. 21-56, 1 jan. 2019. Universidad Nacional de Colombia.

BARROS, José. Arte moderna e arte japonesa. **Estudos Japoneses: assimilações da alteridade**, São Paulo, n. 27, p. 77-96, 2007.

BAYER, Raymond. **História da Estética**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

BOXER, Charles. **The Christian Century in Japan: 1549-1650**. Binghamton: Vail-Ballou Press, 1961.

COSTA, João Paulo. **Portugal and Japan: The Namban Century**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993.

CURVELO, Alexandra. **Nuvens douradas e paisagens habitadas a arte namban e a sua circulação entre a Ásia e a América: Japão, China e Nova-Espanha (c. 1550 - c. 1700)**. Tese (Doutorado) - Curso de História da Arte, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.

- D'ALLEVA, Anne. **How to write Art History**. London: Laurence King, 2010.
- D'ALLEVA, Anne. **Methods & Theories of Art History**. London: Laurence King, 2015.
- DE CARVALHO, Daniela. Nambanjin: sobre os portugueses no Japão. **ANTROPOLógicas**, Porto, n. 4, p. 131-149, 2000.
- FARRIS, William. **Japan to 1600: a social and economic history**. Honolulu: University Of Hawai'i Press, 2009.
- GROSSBERG, Kenneth. Bakufu Bugyonin: the size of the lower bureaucracy in Muromachi Japan. **The Journal of Asian Studies**, [S.L.], v. 35, n. 4, p. 651, ago. 1976.
- GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte: Minas Gerais, 2014.
- GUNN, Geoffrey. **World Trade Systems of the East and West: Nagasaki and the Asian bullion trade networks**. Leiden: Brill, 2018.
- HESSELINK, Reinier. **The Dream of Christian Nagasaki: world trade and the clash of cultures, 1560-1640**. Jefferson: McFarland Incorporated Publishers, 2016.
- KNOEST, Jurre. "The Japanese Connection": self-organized smuggling networks in Nagasaki circa 1666-1742. In: ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (ed.). **Beyond Empires: global, self-organizing, cross-imperial networks, 1500-1800**. Leiden: Brill, 2016. p. 88-137
- LIDIN, Olof. **Tanegashima: the arrival of Europe in Japan**. Copenhagen: Nias Press, 2002.
- LOUREIRO, Rui Manoel. Navios, mercadorias e embalagens na rota Macau-Nagasaki. **Revista de Cultura**, Macau, v. 24, p. 33-51, 2007.
- LOUREIRO, Rui Manoel. The Macau-Nagasaki route (1570-1640): portuguese ships and their cargoes. In: UNGER, Richard W. **Shipping and Economic Growth: 1350-1850**. Leiden: Brill Publishers, 2011. p. 189-206.
- MASON, Penelope. **History of Japanese Art**. Hoboken: Prentice Hall, 2005.
- MURASE, Miyeko. **Bridge of dreams: The Mary Griggs Burke collection of Japanese art**. Nova York: The Metropolitan Museum of Art, 200.
- NAKANE, Chie; OISHI, Shinzaburō (ed.). **Tokugawa Japan: the social and economic antecedents of modern Japan**. Tóquio: University Of Tokyo Press, 1990.
- NILZÉN, Oscar. **The Guardian Forest: sacred trees and ceremonial forestry in Japan**. 2021. Dissertação (Mestrado) - Curso de Silvicultura, Swedish University Of Agricultural Sciences, Umeå, 2021.
- TOTMAN, Conrad. **Early Modern Japan**. Los Angeles: University Of California Press, 1993.
- TURNBULL, Stephen. **The Samurai Sourcebook**. Londres: Cassell & Co, 2000.
- SOURYI, Pierre-François. **Historie du Japon médiéval**. Paris: Perrin, 2013.
- YONEMOTO, Marcia. **Mapping Early Modern Japan: space, place, and culture in the Tokugawa period (1603-1868)**. Londres: University Of California Press, 2003.

O Corcunda de Notre Dame (1831): A representação do hermetismo e a influência da Revolução de 1830 na obra de Victor Hugo

The Hunchback of Notre Dame (1831): The representation of hermeticism and the influence of the 1830 Revolution in Victor Hugo's work

Larissa Aparecida Ramos¹, Centro Universitário do Sagrado Coração

Resumo

Este artigo visa, por meio do romance *Notre Dame de Paris* de Victor Hugo, publicado em 1831, analisar como o autor projeta as práticas herméticas tão recorrentes do Renascimento dos séculos XV e XVI em seu romance, assim como também pensará de que forma a ação desses personagens, primordialmente as de Claude Frollo, representam alguma alegoria sobre o anticlericalismo envolto nas revoluções do século XIX, especificamente a de 1830, conforme a interpretação de Jorge Bastos (2013). Logo, o objetivo deste trabalho refere-se à maneira com que a visualização desse cenário por Victor Hugo se projetou na literatura e em seus personagens, do mesmo modo que relata a contribuição da pesquisa para a ampliação dos estudos sobre a temática, gerando ainda mais discussões acerca das intersecções entre história e literatura.

Palavras-chave: Notre Dame de Paris; Victor Hugo; Hermetismo; História.

Abstract

This article aims, through the novel *Notre Dame de Paris* by Victor Hugo, published in 1831, to analyze how the author projects the hermetic practices so recurrent of the Renaissance of the XV and XVI centuries in his novel, as well as, think in which way the actions of these characters, especially those of Claude Frollo, represent some allegory about the anticlericalism involved in the revolutions of the XIX century, specifically the one of 1830, according to the interpretation of Jorge Bastos (2013). Therefore, the objective of this work refers to the way in which the visualization of this scenario by Victor Hugo was projected in literature and its characters, as well as, the contribution of this research to the expansion of studies on the subject, generating further discussions about the intersections between history and literature.

Keywords: Notre Dame de Paris; Victor Hugo; Hermeticism; History.

“É claro que deve haver magia no mundo”, ele disse com sabedoria um dia, “mas as pessoas não sabem o que é ou como fazer. Talvez para começar, basta repetir que as coisas boas vão acontecer, até fazê-las acontecer”. [...] (Francis Burnett, *O Jardim Secreto*, 2021, p. 221)

“Tinha a impressão de ter descoberto o segredo da fabricação de si. Tornara-se alquimista. Poderia, escrevendo, utilizando todas aquelas imagens que sentia acumuladas em si, entrar na vida rapidamente”. [...] (Max Gallo, *Victor Hugo: Eu sou uma força que avança!* Tomo I: 1802-1843, 2006, p. 95).

¹ Graduanda do 4º ano de História do Centro Universitário do Sagrado Coração, Bauru/SP. Artigo realizado sob a orientação dos professores Drs. Roger Gomes e Lourdes Feitosa.

Introdução

Publicado com o título de *Notre Dame de Paris*, em 1831, pelo romancista Victor Hugo (1802-1885), raros são aqueles que não preferem o título *O Corcunda de Notre-Dame*, da belíssima animação da Disney, realizada em 1996. E, quem sabe, inconscientemente, também não aderem ao final feliz como no desenho, afinal, se considerarmos a obra em que foi inspirado, algumas coisas não ocorrem da mesma maneira. De qualquer forma, ora nas telas infantis, ora nas páginas literárias, uma coisa é certa: o destaque ao personagem Claude Frolo, que, como arqui-diácono de Notre Dame, acaba por dividir-se entre o hermetismo e um amor doentio e possessivo pela cigana Esmeralda.

Esse primeiro item refere-se historicamente a uma crença baseada em um conjunto de textos dos séculos II e III d.C., os quais foram escritos por vários autores, combinando elementos cristãos e pagãos, e também fortemente influenciados pelas filosofias grega, estoica, neoplatônica, persa e hebraica. Para Binswanger (2011), a *alquimia*² – a maneira pela qual se coloca em prática os conhecimentos herméticos – tem como sua origem o Egito, território onde o ouro foi extraído pela primeira vez há aproximadamente 5 mil anos. Acreditava-se que ele possuía natureza divina e que, portanto, sua produção envolvia uma atividade sagrada, sendo esta realizada pelos alquimistas utilizando um instrumento denominado *pedra filosofal*³.

Vale destacar que, na época da Renascença (séculos XV e XVI), quando esses textos foram redescobertos e traduzidos, acreditava-se que haviam sido escritos por Hermes Trimegistro “Três Vezes Grande”, identificado no período como Hermes, Mercúrio ou Tote, deus egípcio do conhecimento, da escrita, da música e da magia. Gilbert Durand, em *Ciência do Homem e Tradição*, atribui três grandes temas ao mito de Hermes, são eles: 1) “O poder do pequeno”; 2) “O mediador”; e 3) “o Seelenführer, o psicagogo, iniciador e civilizador” (DURAND, 1999, p. 177 *apud* VIEIRA, 2016 p.41). Ainda segundo Vieira (2016), tendo como referência Festugière (*apud* REALE, 2008), os escritos de Hermes podem ser divididos em duas classificações: a primeira refere-se ao “hermetismo popular”, tendo como foco as “ciências ocultas”, tais como a alquimia; a segunda tem como base os textos de cunho mais teológico e filosófico, caracterizado como “hermetismo douto”.

Já com relação à própria obra *Notre Dame de Paris*, na 6ª edição impressa pela editora

² O termo *alquimia* deriva da palavra *chem*, que denota a terra preta do Egito. Algumas das explicações da criação desse conceito denotam ora à arte egípcia, ora a cor preta da pupila dos olhos dos egípcios da época. Na *Encyclopaedia universalis*, ela é definida como aquela que proporciona ao homem a possibilidade de superar os limites do próprio tempo, por isso a importância da simbologia do ouro, já que ele não se deteriora com o passar das eras. (BINSWANGER, 2011).

³ “A pedra filosofal não é, portanto, a substância da qual o ouro é feito, mas o aditivo essencial, o fermento ou catalisador que efetua a transmutação [...] de metal comum em precioso”. (BINSWANGER, 2011, p. 55).

Zahar, Jorge Bastos, responsável pela tradução, apresentação e notas, realiza um breve comentário sobre como o hermetismo é trazido por Victor Hugo em seu escrito, bem como a sua influência fisicista em boa parte da trama, que vai desde o nome dos personagens principais, como o da própria cigana Esmeralda, até o desenvolvimento do romance. Outros aspectos também são ressaltados pelo tradutor, como o contexto em que a obra fora escrita e suas possíveis influências na realização desta. Diz Bastos (2013),

Dentre os aspectos de rigor científico e erudição do romance, chamam atenção as referências arquitetônicas, e mais ainda, as alquímicas, que vão além do simples colorido e pitoresco e guiam toda a trama, marcada pela fatalidade. É visível o fascínio do escritor pela visão de mundo fisicista, como o “hermetismo” transparecendo em tiradas humorísticas resultantes dessa lógica organizadora do universo, [...] até no nome da heroína, que pode remeter à tábua de esmeralda – resumo do Corpus hermeticum, conjunto de textos sagrados com ensinamentos sobre artes, ciência, religião e filosofia, datado do início da era cristã e atribuído ao deus egípcio da escrita e magia, Hermes Trimegisto. E são muitas as projeções do autor no personagem do arqui-diácono Frollo – e em menor escala, no poeta Gringoire –, bem como várias outras intenções suas que se inscrevem nas linhas do romance, por influência da Revolução de 1830, que tornou a trama mais “revolucionária” em sobretudo, anticlerical (BASTOS, 2013, p. 15-16).

Dessa forma, as referências herméticas contidas no romance podem revelar, para além de uma admiração do autor pela “visão de mundo fisicista”, uma tentativa de representação do próprio contexto histórico em que estava inserido, fazendo com que, por influência, primordialmente, da Revolução de 1830, a narrativa adquira as características contidas nas reivindicações, como a exemplo do anticlericalismo.

Referente aos próprios personagens da trama, destaca-se, como já apontado anteriormente, o arqui-diácono Claude Frollo e suas várias menções, práticas, estudos e diálogos com relação às práticas alquímicas. Até em outros personagens, como o poeta Gringoire, somente pelo ato de pensar no hermetismo e em Nicolas Flamel⁴, por exemplo, a lembrança de Frollo aparece subitamente a seu espírito. Isso porque, após ter “desanimado com as inclinações humanas” (HUGO, 2013, p.172), Frollo lançou-se exageradamente aos estudos da ciência e humanidades, “sentindo-se então forçado, a menos que fosse impedido *ubi defuit orbis*, a seguir adiante e buscar outros alimentos para a insaciável atividade de sua inteligência”. (HUGO, 2013, p.172)

Ademais, a realização deste trabalho se mostra importante, em particular, por três

⁴ Nicolas Flamel, que viveu no século XIV, é uma referência da história da alquimia. Reza a lenda que teria fabricado a pedra filosofal e o elixir da longa vida. (Notas do tradutor).

fatores: o primeiro diz respeito à importância do estudo das intersecções entre História e Literatura, ainda mais se tratando de clássicos literários como *Notre-Dame de Paris*, realizado por um escritor tão engajado politicamente como fora Victor Hugo. Para Freitas (1986, p. 119), “[...] sua obra é, ao mesmo tempo, a História das revoluções – e das evoluções – políticas e literárias da França no século XIX, a tal ponto que é impossível referir-se a essa história sem pronunciar seu nome”. Ainda em relação a isso, vale-se do que o escritor, crítico e tradutor John Sturrock apresenta no prefácio da 1ª edição de 2018 de *O Corcunda de Notre Dame*, pela Editora Penguin. Diz ele,

O corcunda de Notre-Dame, desnecessário dizer, é um romance histórico: a ação se passa em 1482, ano anterior à morte de Luís XI da França. Mas de que tipo de romance histórico se trata? Sob diversos aspectos, é espantosamente moderno, pois a história que contém é assimilada com mais facilidade pela historiografia contemporânea do que pela historiografia da época de Hugo. Ao contrário da maioria dos romances históricos, inclusive os mais modernos, O corcunda de Notre-Dame tem pouco a ver com os acontecimentos mais ruidosos da história documentada, com batalhas, tratados e rixas de dinastias. Aliás, Hugo vai logo nos dizendo, já na segunda frase do romance, que o dia do passado ao qual somos transportados — e ele a data, 6 de janeiro de 1482 — “não é um dia do qual a história tenha guardado lembrança”. Como romancista, portanto, Hugo não pretende competir com historiadores na interpretação dos grandes acontecimentos ou da possível motivação de figuras históricas; está interessado no que a França ultimamente passou a chamar de “história das mentalidades”, ou o estado de espírito da população em determinado momento histórico (STURROCK, 2018, p. 28).

Segundo Borges (2010), a relação entre essas duas disciplinas mostra-se a partir do momento em que o historiador utiliza, por meio da história cultural, a literatura como fonte documental capaz de expressar sentimentos e relações de força inseridos no contexto de quem a escreve. Seu diálogo com a realidade também pode visar a aceitação do autor sobre um fato que está ocorrendo, ou uma proposta implícita, ou explícita de outra maneira de se realizar aquele feito. A expressão literária, para além de demonstrar a historicidade das experiências por meio de um produto sociocultural, insere-se como fonte histórica de dimensões, registros e provas da experiência social.

O segundo fator diz respeito a maneira com que o hermetismo e a alquimia são frequentemente citados na obra, fazendo com que haja a possibilidade de ser um assunto de relevância no período, ou até mesmo de ser usado como uma crítica social pelo autor, assim como salienta Bastos (2013). Continua Sturrock (2018, p. 30), “a história [...] é difusa, revelada em atitudes e tendências representativas: a superstição do populacho, a hierarquia dos movimentos sem lei, [...] revelada também no cenário, [...] instituições e ritos”.

Em uma das mais importantes instituições francesas do período, a Igreja Católica, o leitor se depara com o arqui-diácono de Notre-Dame que, por vezes, dá voltas em torno das ruas de Paris em busca do esconderijo da suposta pedra filosofal; ou, em seus estudos, busca maneiras de transformar metal em ouro com a energia solar. Ademais, o terceiro e último fator tem relação com a ausência de escritos sobre a temática, que mesmo notada por alguns escritores ou tradutores, é deixada de lado quando se pesquisa sobre outros assuntos que envolvem a obra, tais como a análise da deficiência na Idade Média, protagonizada pelo Quasímodo, a discussão quanto ao patrimônio arquitetônico e as releituras do filme realizado pela Walt Disney.

Por fim, segundo Lilia Schwarcz (2013), tendo como base as reflexões de Carlo Ginzburg (2000) sobre o conceito de “jaulas flexíveis” e as possíveis interpretações entre autor, contexto e produto, a própria obra não deve ser deixada de lado quando se analisa de maneira crítica seu desenvolvimento e onde e como fora realizado. De acordo com Jean Starobinski (s.d, p.133), “o objeto da minha atenção não está em mim; ele opõe-se a mim, e o meu melhor interesse não consiste em apropriá-lo [...], mas deixá-lo afirmar todas as suas propriedades, todas as suas determinações particulares”.

Em *O fio tênue da ficção*, Alan Pauls⁵ ao discutir a insubstancialização em Virginia Woolf, apresenta a crítica da escritora à própria noção de realidade, que, através de sua banalização e desequilíbrio, também possui maneiras condizentes de inserir-se no presente. Segundo ele, citando Woolf (1919), “a insubstancialização não é, assim, uma síndrome da falta de realidade, mas uma estratégia [...] É evidenciar até que ponto o que reconhecemos como realidade não pode ser muito mais do que um jogo de aparências ou de álibis [...]” (PAULS, 2017, p. 13). Assim sendo, a escolha de Victor Hugo de tratar de problemas de sua época por meio de um cenário fictício do século XV pode se tornar um exemplo da dimensão crítica citada anteriormente, onde a decisão literária destrói a realidade imaginária e apresenta-lhe o real por meio de sua própria negação e ressignificação.

Após essa breve exposição, observa-se duas questões fundamentais na obra de Victor Hugo: o destaque ao hermetismo e às temáticas voltadas à astrologia e alquimia; e o engajamento do próprio autor na política do século XIX, que utilizava de sua narrativa para expressar sua opinião política. Sobre isso, é de se lembrar das palavras de Maria Teresa de Freitas (1986, p. 130), que, ao tratar das obras do autor, se refere a ele como o “germe da

⁵ Texto presente no prefácio da 1ª edição de *Mrs. Dalloway* de Virginia Woolf, publicado pela Companhia das Letras em 2017. Tradução realizada por Claudio Alves Marcondes.

Literatura de combate do século XX francês”.

Logo, este artigo discute como o autor projeta as práticas tão recorrentes do Renascimento dos séculos XV e XVI em seu romance, assim como também pensa de que forma a ação desses personagens, em especial de Claude Frollo, representam alguma alegoria sobre as questões políticas de seu tempo, em específico com relação às primeiras décadas do século XIX e Revolução de 1830, como interpreta Bastos (2013) na introdução de *Notre Dame de Paris*, na 6ª edição impressa pela editora Zahar.

O contexto francês dos séculos XVIII e XIX

Muitos foram os acontecimentos que abalaram o cenário francês anteriores à escrita da obra *Notre Dame de Paris*, e que também foram visualizados por Victor-Marie Hugo, nascido em 1802, na cidade de Besançon. Para uma melhor visualização do cenário, será realizado de forma breve um panorama histórico desde a Revolução de 1789 até a Revolução de 1830, em particular direcionado à relação entre Estado francês e a religião católica, de modo a compreender de que forma a laicização e/ou o anticlericalismo envolveram-se nesses processos.

Segundo Valentine Zuber (2010), o catolicismo foi a única religião oficial e autorizada do Estado francês desde 1685 até a Revolução ocorrida em 1789. Para além do catolicismo romano enquadrar todos os aspectos individuais da vida dos franceses, os reis assumiam-se como sagrados e chefes da religião. Entretanto, com a Revolução Francesa, “um princípio maior devia dominar a vida política: o exercício do poder era o fruto de um pacto racional entre os homens [...] e a soberania emanava do povo e a ele pertencia” (2010, n.p). Assim, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, e a Constituição Civil do Clero de 1790, houve o início de uma política de laicização das instituições, sendo ela consagrada de fato com o decreto do 3 do Ventoso do ano III, definindo a separação da Igreja Católica com relação ao Estado, embora essa separação não significasse a separação da ideia religiosa do Estado. O estado laico só é introduzido na França em 1905.⁶

Chartier (2009), aliás, demonstra que mesmo antes da Revolução já era possível visualizar alguns focos de diminuição do cristianismo em uma parte significativa do território francês. Ao questionar-se “[...] seria a França do Antigo Regime uma terra verdadeiramente

⁶ A lei de separação pôs fim unilateralmente à Concordata napoleônica de 1801 que regia as relações entre o governo e a Igreja Católica. A nova lei proclamava a liberdade de consciência e garantia o livre exercício dos cultos: Artigo 1º - A República assegura a liberdade de consciência. Ela garante o livre exercício dos cultos; Artigo 2º - A República não reconhece nem assalaria nem subvenciona qualquer culto. Ver mais em: <https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/25894/hoje-na-historia-1905-franca-adota-lei-de-separacao-entre-igreja-e-estado>.

cristã? [...]” (2009, p. 149), o autor alerta que a busca pela definição do cristianismo não deve ser tarefa do historiador, mas cabe a ele a utilização dos conceitos de cristianização e descristianização. Em busca de movimentos ou ações anticlericais, anti-institucionais e laicizantes, ele aponta para a decadência da contrarreforma católica romana do século XVII, o aumento das indiferenças quanto aos ritos religiosos e a descrença em ideais como o do purgatório, por exemplo.

“Se havia uma religião florescente entre a elite do final do século XVIII, esta era a maçonaria racionalista, iluminista e anticlerical”, assim Hobsbawm (2015, p. 221) inicia sua análise quanto à secularização de algumas regiões da Europa entre os séculos XVII e XVIII. Segundo o autor, o ateísmo ou a descristianização, difundidos primeiro entre os eruditos e depois disseminado entre as classes médias burguesas, em destaque nas gerações pós-revolucionárias na França, demonstram uma certa recessão da ideologia religiosa, tendo como principal influência as transformações determinadas pela Revolução de 1789, como linguagem, simbolismo e costumes não cristãos. Como também apresenta Dawson (2014, p. 286), “[...] foi na própria França que o Iluminismo alcançou sua expressão máxima, difundindo-se daí para o restante da Europa”.

Assim, o triunfo burguês imbuiu a Revolução Francesa da ideologia moral-secular ou agnóstica do Iluminismo do século XVIII, e desde que o idioma daquela revolução se transformou na linguagem geral de todos os movimentos sociais revolucionários subsequentes, também lhes transmitiu esse secularismo. (HOBSBAWM, 2015, p. 222).

Por outro lado, de acordo com Lynn Hunt (1991), os efeitos da Revolução com relação ao catolicismo ultrapassaram o poder público e, na vida privada, “foi o campo das mais aceras lutas”. Se de um lado as questões religiosas permaneciam sobre a tolerância religiosa universal, os confiscos dos bens eclesiásticos e a Constituição Civil acabaram por ceder o controle de intervenção ao Estado. Ainda assim, “mesmo que muitos deles desejassem uma reforma, os católicos não aceitaram irrestritamente o controle do Estado. Foi a primeira vez que indivíduos privados [...] assumiram um papel público para defender sua igreja e seus ritos” (1991, p. 34).

Em 1801, com a tomada de poder de Napoleão Bonaparte, há um certo recuo dessa laicidade em benefício à pluralidade religiosa no chamado “regime de cultos reconhecidos”, também expresso no reconhecimento de Bonaparte ao catolicismo romano, mesmo não se submetendo a ele. Já na Restauração (1815-1830), o catolicismo foi novamente qualificado como religião do Estado e, como exemplo dessa política de aproximação entre Estado e Igreja, o divórcio, permitido em 1792, volta a ser proibido em 1825. Com o Reinado de Luís XVIII

(1815-1824), mesmo com o consentimento de uma constituição estabelecendo a igualdade jurídica, e um governo parlamentar, não houve o distanciamento de um poder absoluto (SANTANA; STANCIK, 2001), resultando ora em uma instabilidade política e econômica, ora na divergência entre três grupos: os ultrarrealistas, os bonapartistas e os radicais.

Após sua morte, com a sucessão de Carlos X (1824-1830), observa-se, para além de uma tendência antiliberal, conjunto à indenização dos nobres e o retorno do clero à sua exclusividade no magistério, um contexto de depressão econômica profunda, acompanhada pela restrição dos direitos civis pelo rei. Diante disso, observa-se a reação popular, que nos dias 27, 28 e 29 de julho compôs as Jornadas Gloriosas, uma reação burguesa⁷ com o apoio das camadas populares contra a própria monarquia francesa.

Sucederam-se três dias de enfrentamentos entre os revolucionários e as forças fiéis ao rei. Em 27 de julho de 1830, toda a região central de Paris foi tomada pelas barricadas, erguidas na cidade em número maior que em qualquer outra época. No dia seguinte, as tropas de Carlos X foram repelidas ao tentarem conter os revolucionários. Em 29 de julho, a capital foi tomada, chegando os revoltosos ao palácio das Tulherias, residência do rei, o qual se viu obrigado a abdicar ao trono, fugindo para a Inglaterra, onde permaneceria até sua morte, ocorrida em 1836. (SANTANA; STANCIK, 2001, p. 13).

No entanto, há de se destacar que, para além do contexto francês, as “ondas revolucionárias”⁸, caracterizadas pelo historiador Eric J. Hobsbawm, eram fenômenos globais, podendo ser inseridos em três principais ondas do mundo ocidental, ocorridas entre 1815 a 1848. Inserida na segunda onda, que durou entre 1829 e 1834, a Revolução de Julho na França, iniciada com a derrubada dos Bourbon, marca definitivamente a derrota do poder aristocrático pelo burguês na Europa Ocidental. No entanto, ainda segundo o autor, “esses movimentos de oposição tinham pouco em comum além do seu ódio pelos regimes de 1815 e a tradicional frente comum de todos que se opunham, [...] à monarquia absoluta, à Igreja e à aristocracia”. (HOBSBAWM, 2015, p. 253).

Quanto à Igreja, antes mesmo das chamadas Jornadas Gloriosas, observou-se, de acordo com Mary S. Hartman (1972, p. 21-37), a importância da criação dos mitos para a movimentação da sociedade e sua percepção do real, e um deles, caracterizado como “the

⁷ Segundo Modesto Florenzano, o conceito de revolução burguesa define fenômenos históricos protagonizados pela burguesia, ou ainda aqueles dos quais ela foi beneficiada, tal como se pode observar no contexto histórico do nascimento do capitalismo, quando a sociedade feudal se transforma em burguesa. Isso, apesar de o autor considerar, tal qual o faz Christopher Hill, que a classe burguesa quase nunca foi verdadeiramente revolucionária, tendendo muito mais ao reformismo e se beneficiado dos resultados dos movimentos revolucionários em que esteve envolvida (FLORENZANO, 1998 *apud* SANTANA; STANCIK, 2001, p. 10).

⁸ Conceito atribuído ao historiador Eric J. Hobsbawm.

priestly plot” e/ou “the conspiracy of the Congregation”, produziu, nas palavras da autora, uma imensa explosão do anticlericalismo a partir de 1825, sendo este caracterizado na Restauração como uma oposição ao ultramontanismo⁹, aos jesuítas e à teocracia. Segundo ela, citando Cobban (1961), “anticlericalism, according to the English historian Alfred Cobban, was “the major current in a rising tide of hostility against Charles X and his government”¹⁰ (1972, p. 21).

O criador e a criatura: Victor Hugo, Claude Frollo e o romance *Notre Dame de Paris* (1831)

Vivendo em meio a esse cenário, os pais de Victor-Marie Hugo, Sophie Françoise Trébuchet e Joseph Léopold Sigisbert Hugo, não julgaram necessário batizá-lo, apesar de Joseph ainda ser um leitor do *Catecismo Revolucionário*. Em 1805, durante as celebrações da coroação de Napoleão Bonaparte como rei da Itália ou a comemoração advinda do sol nascente de Austerlitz, Victor, já com 3 anos, “ignorava as igrejas, desconhecia o odor dos incensos, o murmúrio das orações, os fiéis ajoelhados e as cabeças a se inclinarem”. (GALLO, 2006, p. 46).

Além disso, Sophie não gostava de padres¹¹. Segundo Victor Hugo, citado por Gallo (2006, p. 43), “ela acreditava em Deus e na alma; apenas isso. Acho não ter ouvido mais do que duas ou três vezes essa palavra: padres. Ela os evitava [...]”. Para ela, ele realizou os seguintes versos: “Mãe, o que este coração deve te desejar? Tesouros – honrarias? – tronos? – Não; minha fé”.

Dedicado às letras desde a infância, Victor chegou a concorrer, ainda adolescente, a um concurso de poesia da Academia Francesa de Letras, e também ajudou a fundar a *Le Conservateur*, onde teve duas odes premiadas. Reconhecido como um autor efervescente em 1830 com as obras *Odes e baladas*, *Cromwell* e *Marion de Lorme*, com apenas 28 anos, ele apresenta *Hernani*, considerado como marco fundador do romantismo na França. Estourada a Revolução de 1830, há uma mudança profunda na percepção social do autor que, antes “um bem-comportado e ambicioso frequentador da corte” (p. 10), escreve, citado por Bastos, “Minhas antigas convicções monarquista e católica de 1820 estão se desmanchando com a idade

⁹ Princípio político criado por Joseph de Maistre que defende a posição tradicional da Igreja católica italiana de sustentar a tese da infalibilidade do papa.

¹⁰ “Complô Sacerdotal”; “Conspiração da Congregação”; “O anticlericalismo, de acordo com o historiador inglês Alfred Cobban, foi “a principal corrente em uma crescente onda de hostilidade contra Carlos X e seu governo”. Tradução nossa.

¹¹ Coincidentemente ou não, Sophie nasceu em Besançon, na região do nordeste francês no French Comté, uma das regiões mais anticlericais da França durante o período revolucionário. Ver mais em: VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa Contra a Igreja: Da Razão ao Ser Supremo*, 2003.

e a experiência. [...] Recolho-me ainda às vezes, considerando-as com respeito, mas não rezo mais por elas”. Por fim, conclui Bastos (2013, p. 10): “O monarquista ultraconservador e católico da juventude, espelhando-se ainda em Chateaubriand, evoluiu até se tornar, na idade madura, o símbolo vivo de um republicanismo anticlerical”.

Mas antes de tornar-se esse símbolo vivo, ainda quando suas posições conservadoras se desfiguravam, Victor Hugo, em 1831, as transporta para seu romance *Notre Dame de Paris*, e é em Claude Frollo, o arqui-diácono julgado como bruxo ou aspirante ao hermetismo pela população parisiense do século XV, que será exalado o possível impacto do anticlericalismo em Hugo ainda na década de 1830, que, visto anteriormente, desde 1825 configurava-se entre a sociedade parisiense. Ressalta-se o impacto da própria Revolução de 1830 no autor, que, como resposta a Chateaubriand quanto ao apoio republicano de La Fayette a Luís-Filipe d’Orléans, diz: “Após Julho de 1830, precisamos da coisa republicana e da palavra monarquia”¹² (GALLO, 2015, p. 289).

“De fato, Claude Frollo não era um personagem banal” (HUGO, 2013, p. 157). Advindo da alta nobreza ou antiga burguesia, foi destinado desde pequeno à carreira religiosa. De caráter triste, sério e estudioso, pouco se envolvia nos tumultos ou zombarias que os outros alunos do colégio interno Torchi participavam. Tendo estudado teologia, decreto, medicina e artes, “aos dezoito anos, as quatro faculdades já haviam ficado para trás. Para o jovem [...] a vida parecia ter uma só finalidade: o saber” (2013, p. 159).

Foi no verão de 1466 que os rumos de sua vida mudaram drasticamente, quando, devido à grande peste que assolou o viscondado de Paris, seu pai e sua mãe acabaram mortos. Só restando seu irmão Jehan, ainda no berço, lançou-se aos seus cuidados ao mesmo tempo que intensamente à vocação clerical, declarado aos 20 anos como um dos mais jovens capelães de Notre Dame. “Do claustro, sua reputação de erudito chegou ao povo, transformando-se pouco a pouco, coisa tão frequente, em fama de bruxo” (2013, p. 161).

Quasímodo, o corcunda, aparece em sua vida como se fosse uma representação do seu irmão órfão, diante de um estrado das crianças abandonadas, hostilizado pelas velhas faladeiras. Tendo sua compaixão elevada diante da feiura daquela pobre criatura, batizou-o e lhe deu um

¹² Para celebrar a revolução, mesmo pedindo exílio em busca de evitar se incluir entre os que insultavam Charles X, Hugo escreve: “Estejamos orgulhosos; fizeram tanto quanto seus pais. / Os direitos de todo um povo conquistado por tantas guerras / Foram tirados vivos da mortalha. / Julho deu-lhes, para salvar suas famílias, / Três belos sóis que queimam as bastilhas; / Seus pais só tiveram um! / [...] Três dias, três noites no braseiro / Todo esse povo em chama, ardeu... / Ah! deixem-me chorar por essa *estipe morta* / Trazida pelo exílio e que o exílio e que o exílio carrega, / Vento fatal que já três vezes os levou! / Pelo menos acompanhem os velhos reis de nosso país. / Homenageia, estandarte de *Fleurus*, com honras militares / A auriflama que se vai”. Excerto retirado da biografia de Victor Hugo “Eu sou uma força que avança!”, por Max Gallo, 2006, p. 290. Tradução realizada pelo autor.

nome, Quasímodo, fazendo com que ele se tornasse tanto o carrilhador de Notre Dame, como morador e conteúdo natural daquele templo. Deve-se destacar, no entanto, que aos quatorze anos, o mesmo acabou ficando surdo porque um dos sinos arreventou-lhe o tímpano, fazendo com que “a única porta para o mundo que a natureza havia lhe deixado aberta bruscamente [tenha se fechado] para sempre” (2013, p. 163).

No entanto, para além das adversidades ou até mesmo por conta delas, uma das características fundamentais do arqui-diácono de Notre Dame refere-se ao seu diálogo com o hermetismo. Ávido pelo saber, sentando-se à mesa misteriosa dos alquimistas, astrólogos e herméticos desde que finalizou seus demais estudos, Frollo não se limitou à teoria. Ora visitando túmulos como o de Claude Pernelle¹³, ora revirando os destroços da antiga casa de Nicolas Flamel ou calculando a fachada da Catedral em busca da pedra filosofal, não havia quem não o conhecesse por isso. Sua fidelidade era tamanha que, mesmo com a inesperada visita do rei Luís XI em busca de conhecimento sobre sua saúde com base na medicina e na astrologia, o arqui-diácono se nega a ajudar, pois não acreditava em ambos, apenas na alquimia.

Ao se referir a ela, exclama:

E estudei eu medicina, astrologia e hermética. Apenas aqui se encontra a verdade – [...] Apenas aqui se encontra a luz! Hipócrates é sonho, Urania é sonho, Hermes é um pensamento. O ouro é sol, fabricar ouro é como ser Deus. É esta a única ciência. Sondei a medicina e a astrologia, já disse. Vazias, vazias. O corpo humano é igual às trevas; os astros são iguais às trevas! [...] (HUGO, 2013, p. 185).

É fato que “devemos dizer todavia que as ciências do Egito, a necromancia, a magia – inclusive a mais branca e mais inocente – não tinham inimigo mais encarniçado nem mais impiedoso, perante os srs. inquisidores de Notre Dame” (HUGO, 2013, p. 174). No entanto, não se haviam encontrado provas concretas de feitiçaria em Frollo, já que as manipulava e estudava fechado em sua torre, ao lado da gaiola de sinos. Era notável, no entanto, que os coroinhas fugiam se o encontrassem na Igreja; que Quasímodo se passasse pelo seu demônio ou seu servo; e que ambos eram caracterizados como “Claude e o claudicante!”.

Por fim, em sua questão moral, uma peculiaridade chama atenção: a severidade quanto às mulheres. Ele sempre se afastou delas, mas naquele período específico passou a odiá-las como nunca, excepcionalmente as egípcias, a ponto de solicitar por meio de um édito ao bispo que fosse proibido suas danças na praça du Parvis¹⁴. Conta-se que até com relação à senhora de

¹³ Esposa de Nicolas Flamel, mais conhecida como Dama Pernelle.

¹⁴ Praça à frente da catedral de Notre Dame.

Beaujeu, filha do rei, que desejou visitar Notre Dame em 1481, ele se opôs gravemente e, sendo contrariado pelo bispo, recusou-se a aparecer diante dela. No entanto, só uma mulher conseguiu fazer com que este voltasse seus olhos a ela. A cigana Esmeralda¹⁵.

Madrinha! – exclamou Bérangère, cujos olhos sempre em movimento tinham bruscamente se dirigido ao alto das torres de Notre Dame. – O que é aquele homem escuro lá em cima? / Todas as jovens ergueram os olhos. [...] Era um padre. [...] Tinha o olhar fixo na praça – algo da imobilidade de um falcão que acaba de descobrir um ninho de pardais e o espreita. / É o sr. arqui-diácono de Josas – disse Flor de Lys. / [...] Como ele olha para a pequena dançarina! – notou Diane de Christeuil. / A egípcia que se cuida – disse Fleur-de-Lys. – Pois ele não aprecia o Egito. (HUGO, 2013, p. 249).

Depois de observá-la pela primeira vez e ser destacado por um grupo de jovens que também a assistia, Frollo se lança à procura de informações sobre a cigana. Por meio de informações recolhidas do poeta Gringoire, que havia conhecido Esmeralda uns dias antes, o padre descobre que ela a possuía sentimentos por um militar chamado Phoebus, e isso começa a atormentá-lo de maneira profunda, o que é até mesmo percebido por seu irmão Jehan, que um dia entra em seu aposento escondido. Em meio aos utensílios de alquimia e palavras de costume hermético escritas nas paredes, estava Frollo debruçado sobre os ensinamentos do Código de Manu¹⁶, exclamando: “Não são sonhos, é a lei geral da natureza. Mas o que fazer para levar à ciência o segredo dessa lei geral? Como? Essa luz que inunda minha mão é ouro!” (HUGO, 2013, p. 273).

E continua: “Mas como extraí-lo? Magistri afirma que certos nomes de mulher têm encanto tão suave e misterioso que basta pronunciá-los durante a operação. [...] O sábio tem razão, é verdade, Maria, Sofia, Esmeralda... Maldição! Ainda esse pensamento!” (HUGO, 2013, p. 273-274). No entanto, ao perceber a presença de seu irmão Jehan, logo seus pensamentos foram contidos, ainda mais quando teve que escondê-lo porque recebeu a visita de mestre Jacques, que com ele dialogou sobre o processo inquisitório do mágico Marc Cenaine, pois lhe interessava saber se alguma fala ou item encontrado na casa desse sujeito poderia contribuir para suas tentativas alquímicas.

E na casa dele, nada encontrou de novo? – [questionou Dom Claude]. / Encontrei – disse mestre Jacques, [...] esse pergaminho. Constam palavras que

¹⁵ Segundo Bastos (2013, p. 16) o nome da heroína pode remeter à tabua de esmeralda – resumo do *Corpus hermeticum*. Acreditava-se também que os ciganos eram originários do Egito, o que explica uma parte do diálogo dos jovens citados.

¹⁶ Legislação mais antiga da Índia, fundada pelo profeta persa Zoroastro ou Zaratustra no século XVII a.C. (Nota do Tradutor).

não compreendemos. / Deixe-me ver – disse o arqui-diácono [...] É uma fórmula contra mordidas de cães com raiva. Mestre Jacques! O senhor é procurador do rei no tribunal da Igreja, esse pergaminho é abominável. / Temos então com que confrontar o suspeito. Mas há também isso, que encontramos na casa de Marc Cenaine. / Ah! – disse o arqui-diácono. Um cadinho de alquimia. (HUGO, 2013, p. 282).

Apesar desse pequeno contratempo, sua obsessão por Esmeralda não cessa, e Frollo acaba por conseguir informações sobre um possível encontro da cigana com Phoebus, oferecendo dinheiro a ele para poder assisti-los secretamente. No entanto, não suportando tal visão, Frollo acaba por tentar assassinar Phoebus e, fugindo logo depois, faz com que Esmeralda seja incriminada pelo seu ato quando eles são avistados pelos soldados da vigilância, que imediatamente concluem, “é uma feiticeira, apunhalou um capitão” (HUGO, 2013, p. 304). Algumas horas depois, já há um murmurinho entre a população parisiense nas portas do Palácio da Justiça, “o que está havendo? – perguntou [Gringorie] a um que saiu de lá. / Não sei muito bem – ele respondeu – Dizem que está sendo julgada uma mulher que assassinou um militar. Como parece haver feitiçaria envolvida, o bispo e o Santo Ofício intervieram no caso [...]” (HUGO, 2013, p. 306).

Após negar veemente o crime pelo qual era acusada, Esmeralda é levada para a chamada câmara da questão¹⁷, onde foi iniciada sua tortura por um instrumento chamado borzeguim¹⁸. Com tamanha dor e terror, em pouco tempo ela tende a confessar o crime que não cometeu, e logo depois é condenada à morte pelo Tribunal, que novamente se reúne para finalizar seu julgamento. Frollo, pelo que lhe concerne, acompanhou todo o processo pessoalmente e, após seu término, foi até a cela da condenada, iniciando a primeira de suas muitas tentativas de convencê-la a ficar com ele.

De início, não o reconhecendo como o espectro que apareceu por trás de Phoebus aquela noite, a jovem o tratou como um padre comum, revelando seus medos e tormentos, mas, depois que Frollo ergueu o capuz, “a aparição, sempre tão fatal e que a tinha levado de desgraça em desgraça até o suplício, tirou-a do torpor, desfazendo a espécie de véu que cobria a sua memória [...] – Ah! – ela exclamou, tapando os olhos com um tremor convulsivo. – É o padre! (HUGO, 2013, p. 325).

Ela murmurou: Termine! Termine! Dê o golpe fatal! [...] / É só horror o que lhe causo? - ele insistiu. [...] / Sim - disse ela -, o carrasco zomba do condenado. Há meses me persegue, me ameaça, me apavora! [...] Quem é o

¹⁷ Local onde se realizava as torturas dos acusados pelo Santo Ofício.

¹⁸ Leito de couro de borzeguim, instrumento de tortura utilizado na França até 1780, com pranchas de madeira que esmagavam as pernas do suplicado, a começar pelo pé. (Nota do Tradutor).

senhor? Que mal lhe fiz?! Odeia-me a tal ponto? [...] ? / Amo-a! - exclamou o padre. / [...] / Você ouviu, amo-a! - ele gritou. / Ouça - disse o padre com estranha calma, subitamente recuperada. Vai saber de tudo. Vou contar coisas que, até o momento, mal confessei a mim mesmo, [...] Ouça. Antes de encontrá-la, eu era feliz. [...] Sabia perfeitamente quem era você, egípcia, boêmia, cigana, zingara; como estranhar a magia? Ouça. Esperei que um processo me livrasse do feitiço. Uma bruxa encantou Bruno d'Ast, ele mandou queimá-la e isso o curou. Eu sabia. Quis provar o remédio. Tentei primeiro que a impedissem de vir ao adro de Notre Dame, esperando esquecê-la se não a visse mais. Você não levou isso em consideração. Voltou. Imaginei então um sequestro. Certa noite, passei à ação. Éramos dois. Já a havíamos dominado, quando aquele miserável oficial surgiu. Libertou-a. Foi como começou a sua desgraça, a minha e a dele. Finalmente, sem saber mais o que fazer, denunciei-a ao Santo Ofício. Achei que isso me curaria, como curou Bruno d'Ast. Ao mesmo tempo, achei também que, de alguma forma, o processo a traria a mim, que na prisão eu a teria, sem que pudesse escapar. Poderia possuí-la, já que há tanto tempo me possuía. Quando se faz o mal, deve-se ir a fundo. É demência parar no meio do caminho da monstruosidade! O crime extremo proporciona delírios de alegria. (HUGO, 2013, p. 325-329).

A partir desse trecho, o que o leitor de Victor Hugo observa não é mais um padre apenas ligado a algumas práticas julgadas errôneas pela Igreja, como as herméticas, mas também o seu próprio desrespeito e a tentativa de manipulação do sistema pelo qual ele trabalha e do qual é devoto. Vale destacar, como citado anteriormente, suas outras fracassadas tentativas de fazer com que Esmeralda pudesse ser salva apenas se ficasse com ele, e de que quando a mesma ameaçou denunciá-lo, ele descaradamente riu e disse que, além de ser desacreditada, isso só acrescentaria escândalo ao seu crime. As práticas alquímicas, antes tão importantes para seu dia a dia, a partir desse momento são substituídas pela perseguição incessante à jovem.

Após esta breve exposição de alguns episódios importantes do romance para a questão discutida neste trabalho, são desenvolvidos, por fim, alguns dos resultados que podem ser obtidos por meio das relações entre as temáticas estabelecidas, sendo elas: o contexto parisiense do início do século XVIII (com destaque à Revolução de 1830); o anticlericalismo; e, por último, a influência desses movimentos na obra *Notre Dame de Paris*, visando discutir com mais profundidade as considerações expostas por Bastos (2013).¹⁹

Considerações finais

De início, deve-se destacar a falta de fontes históricas, literárias e biográficas que ligam diretamente o uso da alquimia como crítica anticlerical na obra de Victor Hugo, com exceção da interpretação apresentada por Bastos (2013). Assim, o objetivo desse artigo foi destacar sua

¹⁹ Ver citação destacado na Introdução deste trabalho, em que o autor defende possíveis traços anticlericais influenciados pela Revolução de 1830 como desencadeantes para a produção do personagem Claude Frollo.

interpretação e também analisá-la de um ponto de vista histórico, ampliando-a a fim de que novas pesquisas com relação à temática sejam realizadas. Para além de ter influência de sua época, o próprio autor, segundo Gallo (2006, p. 297), transmitia alguns de seus traços particulares a seus personagens,

Enfiara-se neste romance como nunca antes em qualquer outro de seus escritos. Sentia-se, ele próprio, o grão-diácono Claude Frollo, dilacerado entre o desejo e a virtude. Tinha, às vezes, a alma do sineiro Quasímodo, ou a soberba do capitão Phoebus de Chateaupers. Como todos, também amara a cigana Esmeralda. Ela nascera de suas lembranças de infância e adolescência. Dos seus sonhos, também. [...]

Como bem mostrado por meio da discussão sobre os acontecimentos dos séculos XVII e XVIII franceses, o anticlericalismo e o laicismo estiveram, de fato, segundo Hobsbawm (2015) e Mary S. Hartman (1972), presentes nas reivindicações, sendo manifestos tanto entre os eruditos, como também nas classes médias. O autor, como atuante e “germe da literatura de combate” para Freitas (1986), conforme as fontes analisadas, ainda não demonstrava de forma explícita os ideais que defenderia posteriormente em uma idade madura, como afirma Gallo (2006).

As referências herméticas contidas no romance, com destaque as atitudes do arquidiácono Claude Frollo como alusão ao anticlericalismo presente na Revolução de 1830, são, de fato, notáveis. Do fascínio à perseguição incessante e violenta à Esmeralda; da busca a elementos considerados proibidos pela Igreja Católica à corrupção moral e espiritual.

Dessa maneira, é possível concluir que de fato há um contexto histórico favorável que pode contribuir com a tese de Bastos (2013), com relação à utilização do hermetismo como possível crítica anticlerical advinda de Victor Hugo. No entanto, esses ainda são os primeiros resultados de pesquisas sobre esse tema e, por isso, devem ser aprofundados para que haja mais informações que possam auxiliar ainda mais com essa afirmação, ou também questioná-la, se necessário.

Fonte utilizada

HUGO, Victor. **O Corcunda de Notre Dame**. Tradução, apresentação e notas: Jorge Bastos. 6° ed. Clássicos ZAHAR, 2013.

Referências

ALTMAN, Max. Hoje na História: 1905 - França adota lei de separação entre Igreja e Estado. OperaMundi: **UOL**. 2020. Disponível em: [https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-](https://operamundi.uol.com.br/hoje-na-historia/1905-franca-adota-lei-de-separacao-entre-igreja-e-estado)

historia/25894/hoje-na-historia-1905-franca-adota-lei-de-separacao-entre-igreja-e-estado. Acesso em 31/12/2022.

BARBOSA, Sidney. O patrimônio arquitetônico francês, a modernidade e o romance *Notre Dame de Paris* de Victor Hugo. **Revista Polifonia**, v.6, n. 06, 2003. Acesso em: 7 de abr. 2022.

BINSWANGER, Christoph Hans. *Dinheiro e magia*. Zahar; 1º edição. 2011.

Borges, P. D. V. R. (2014). História e Literatura: Algumas Considerações. *Rth /*, 3(1), 94–109. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>. Acesso em 7 de abr. 2022.

BREFORE, Pinheiro C. E. De Victor Hugo a Walt Disney: Uma releitura de “O Corcunda de Notre-Dame”. **Travessias**, Cascavel, v. 3, n. 3, 2000. Acesso em: 7 abr. 2022.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. Editora Unesp, 2009.

DAWSON, Christopher. *A Divisão da Cristandade*, 2014.

FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e História: O Exemplo de Victor Hugo*. **Língua e Literatura**, (15), 1986. Acesso em 7 de abr. 2022.

GALLO, Max. *Victor Hugo “Eu sou uma força que avança!” Tomo I: 1802-1843*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARTMAN, Mary S. The Sacrilege Law of 1825 in France: A Study in Anticlericalism and Mythmaking. **The Journal of Modern History**. Vol. 44, n.1. 1972, p. 21-37.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Ed. Paz & Terra, 2012.

HUGO, Victor. *O Corcunda de Notre Dame*. Tradução: Eduardo Brandão. 1º ed. Penguin Companhia, 2018.

HUNT, Lynn. *Revolução Francesa e Vida Privada*. *Apud* in Perrot, Michelle; Ariès, Philippe; Duby, Georges. *História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Companhia das Letras, 1991.

MORI, N. N. R. O Corcunda de Notre-Dame: grotesco, sublime e deficiência na idade média. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 34, p. 199–210, 2012. Acesso em: 7 abr. 2022.

SANTANA, Camila Jansen de Mello de; STANCIK, Marco Antonio. *História Contemporânea*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Biografia como gênero e problema”. In: **História Social**, n. 24, primeiro semestre de 2013, p. 51-73. Acesso em 7 de abr. 2022.

STAROBINSKI, Jean. *A literatura: O texto e seu intérprete*. p. 133-143, s.d.

VIEIRA, Otávio Santana. *O hermetismo como elemento fundamental do ocidente. Um paradoxo entre sua necessidade e rejeição*. Dissertação (Mestrado): UFPB/CE, 2016.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa Contra a Igreja: Da Razão ao Ser Supremo*, 1988.

ZUBER, Valentine. *A laicidade republicana em França ou os paradoxos de um processo histórico de laicização (séculos XVIII-XXI)*. **Ler História [En línea]**, 59. 2010.

WOOLF, Virginia. *Mrs. Dalloway*. Tradução: Claudio Alves Marcondes. Prefácio de Alan Pauls. Companhia das Letras, 1ª ed., 2017.

Através das Américas: A América Latina no jornal *Tribuna Popular* (1945 - 1947)*Através das Américas: The Latin America in newspaper *Tribuna Popular* (1945 - 1947)*Adriano Soares Sampaio¹, UFC**Resumo**

Este artigo apresenta e discute as formas de representações sobre a América Latina na imprensa comunista. O objeto da análise é a coluna *Através das Américas*, presente no diário comunista *Tribuna Popular*, publicado na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1945 a 1947. Procuro identificar e examinar a forma que a coluna pensou os conflitos, tensões e histórias da sociedade latino-americana, refletindo sobre as representações culturais e as leituras chaves definidoras sobre a realidade da região. As publicações da coluna são de autoria do escritor e intelectual comunista Brasil Gerson, que se dedicou a afirmar e legitimar determinados projetos de América Latina, ligados às políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e dos comunistas latino-americanos. Para fundamentar a investigação, utilizou-se o conceito de representações culturais como categoria de análise histórica, referenciando-nos em Roger Chartier.

Palavras-chaves: América Latina; Representação Cultural; Imprensa Comunista.

Abstract

This article presents and discusses the forms of representations about Latin America in the communist press. The object of analysis is the column *Através das Américas*, present in the communist newspaper *Tribuna Popular*, published in the city of Rio de Janeiro between the years 1945 to 1947. I try to identify and examine the way that the column felt the conflicts, sufferings and stories of the Latin American society, reflecting on cultural representations and defining key readings on the reality of the region. The column's publications were authored by the writer and communist intellectual Brasil Gerson, who asserted and legitimized certain projects in Latin America, linked to the policies of the Brazilian Communist Party (PCB) and the Latin American communists. To support the investigation, the concept of cultural representations was used as a category of historical analysis, referring to Roger Chartier.

Keywords: Latin America; Cultural Representations; Communist Press.

Introdução

Alvos de uma intensa perseguição do Governo Vargas e do Estado Novo (1937 - 1945), os comunistas foram anistiados e conquistaram o registro legal do seu partido no contexto da vitória da União Soviética e dos aliados na Segunda Guerra Mundial. No declínio do Estado Novo, o PCB apresentou um projeto político-cultural cuja proposta era a difusão das ideias comunistas em torno da sociedade, a partir da produção de jornais, revistas, traduções, livros, filmes, documentários, campanhas artísticas e culturais, ou seja, da montagem de uma ampla rede de trabalho editorial, jornalística, cinematográfica e cultural.

¹ Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: adrianjohist@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2516266905657446>

Na madrugada de 21 de maio, após a sua soltura dos porões das polícias políticas, os comunistas encontravam-se reunidos em um prédio localizado na rua do Lavradio, editando o que se tornaria o primeiro número do jornal *Tribuna Popular* (DE SOUSA, 2005, p. 17), que seria, após uma longa jornada de perseguições à imprensa comunista, distribuída legalmente nas ruas do Rio de Janeiro. A equipe do jornal reunia um grupo de escritores e intelectuais aclamados pela crítica do momento. Nomes como Carlos Drummond de Andrade, Álvaro Moreira, Pedro Motta Lima, Dalcídio Jurandir e Aydano do Couto Ferraz faziam parte da direção do jornal.

Em 22 maio de 1945, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi publicada na terça-feira a primeira edição do jornal *Tribuna Popular*. O Cavaleiro da Esperança, Luiz Carlos Prestes, recém anistiado no final do Estado Novo, escreveu e destinou uma carta à redação do jornal que foi publicada integralmente para os leitores do primeiro número. Na manchete, Prestes saúda o aparecimento do periódico e analisa positivamente esse momento pelo “advento em nossa terra de uma nova imprensa - a imprensa popular capaz de esclarecer, orientar e unir nosso povo no caminho da paz e do progresso” e sintetizou as preocupações da folha impressa, que seria o de se aproximar do povo para que estes pudessem apropriar-se da publicação para “expor suas reivindicações e debater os grandes problemas nacionais que só ele pode de fato resolver” (TRIBUNA POPULAR, 22/05/1945).

Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro configurava-se como capital do Brasil e era um importante centro intelectual e com grande atividade jornalística desde o século XIX, mantendo essa influência ao longo do século XX. A *Tribuna Popular* teve uma ampla circulação e foi o carro chefe do Partido Comunista na capital do Brasil. Com uma população de dois milhões de habitantes em 1945 no Distrito Federal, alguns historiadores creditam a publicação uma tiragem inicial de 30 mil exemplares, chegando a atingir, no seu auge, 50 mil exemplares vendidos diariamente em 1946 (BUONICORE, 2019; OLIVEIRA, 2011, p. 11), devido a quantidade e qualidade do “prestígio de seus colaboradores, entre os quais estavam muitos artistas e escritores reconhecidos” (DUPRAT, 2017, p. 42).

No breve processo de parcial democratização política iniciado em 1945 no Brasil, o jornal teve como objetivo principal a politização intelectual e cultural das massas trabalhadoras e, portanto, pretendeu dialogar com diversos segmentos da sociedade, atingindo um público mais amplo e não comunista, circulando com destaque e relevância no debate público da sociedade carioca. A folha acabou por aglutinar em torno de si uma rede de colaboradores, simpatizantes, divulgadores, pequenos comerciantes e financiadores do jornal. Em certos dias

as vendas nas bancas de jornal se tornavam acirradas. Aos domingos, o Partido Comunista aumentava as suas vendas promovendo comandos com todas as suas células e militantes de base, inclusive membros do Comitê Central e de personalidades ilustres do PCB (DE SOUSA, 2005, p. 17).

Com a estruturação de um complexo-midiático, as oficinas e equipes gráficas do partido se destacaram pelos bons padrões da época, tanto do ponto de vista profissional como de maquinaria. Segundo Raimundo de Sousa (2005), antigo gráfico comunista, as oficinas do PCB contaram com a presença dos linotipistas mais reconhecidos e qualificados do Rio de Janeiro (DE SOUSA, 2005, p. 17-18).

O periódico era parte integrante do projeto político-cultural levado a cabo pelos comunistas e tornou-se um veículo fundamental para a circulação de ideias e programas do partido no contexto de uma abertura do PCB para alianças com outras forças políticas da sociedade brasileira. A proposta do atual artigo não é estudar a imprensa do PCB ou a história do jornal *Tribuna Popular*, apesar de ser necessário fazê-la para alcançar os objetivos propostos no artigo, afinal, objeto do nosso estudo está inserido nas páginas da *Tribuna Popular*.

A terceira página do jornal, onde está elencado o nosso objeto de pesquisa, foi composta por colunas diárias de intelectuais. Dentre as colunas da “página nobre” identificadas inicialmente, destacamos a de autoria de Pedro Motta Lima, diretor do jornal, *Farrapo*, do cronista Álvaro Moreyra, *Economia*, de Benjamin Soares Cabello, e *Através das Américas*, do jornalista Brasil Gerson, além de textos de dirigentes do movimento comunista internacional, telegramas informativos, correspondências de leitores e pequenas notas das seções estaduais do partido.

O objeto elencado para a investigação sobre a América Latina foi a seção continental *Através das Américas*. O surgimento da coluna, na décima edição do jornal, revela o interesse dos comunistas na cooperação continental e a ênfase na importância da reflexão sobre a história, cultura e política latino-americana por parte do corpo editorial da *Tribuna Popular* e a sua pertinência está por permitir ao historiador dimensionar a iniciativa comunicacional e os interesses do PCB para a América Latina, promovida pelo intelectual Brasil Gerson na segunda metade da década de 40.

Nesse tópico, é importante compreender o significado da imprensa comunista como espaço de intervenção na realidade social, sendo um veículo que envolve, por excelência, a comunicação de ideias, princípios e projetos políticos. Segundo Francisco Rudiger (2003), a imprensa “político-partidária” desempenha múltiplos papéis, contribuindo com a “formação

doutrinária da opinião pública” (RUDIGER, 2003, p. 36), assim como proporcionou um ambiente para “criar um espaço comum de discussão dos problemas da sociedade civil” (RUDIGER, 2003, p. 45).

Assim, a *Tribuna Popular e Através das Américas* deve ser encarada como portadora de ideologias, projetos e formuladora de práticas sociais próprias, responsável por transmitir as perspectivas dos seus produtores à sociedade da época. Dessa forma, as temáticas veiculadas na *Através das Américas* atendem aos interesses de Brasil Gerson e ao projeto político ao qual está vinculado. Não à toa os escritos veiculados na coluna estão articulados ao programa do partido, como a defesa da elaboração de uma nova Constituição.

Buscando problematizar as representações feitas na coluna diária, mobilizamos o conceito de “representação cultural” de Roger Chartier (1990) para analisar as narrativas construídas por Brasil Gerson para legitimar a sua visão de sociedade. Partilhando dessa concepção, compreendemos as possibilidades de uma história sensível à dimensão simbólica da vida social quando diz que as representações servem para estabelecer um sentido sobre o mundo humano.

Daí, para cada grupo ou conjunto de grupos sociais, é necessário aprofundar o estudo dos mecanismos e códigos culturais forjado por eles nas lutas pelo espraiamento das suas ideias e dos valores que defendem para a sociedade, compreendendo que as questões levantadas pela coluna *Através das Américas* e por Brasil Gerson em torno das representações da América Latina são valiosas para compreender as estratégias usadas para impor a sua visão de mundo e promover a mobilização dos leitores para a luta social.

Brasil Gerson: Entre o exílio e a América Latina

Brasil Gerson foi sondado pelos seus camaradas de longa data para trabalhar como jornalista na *Tribuna Popular*. O diretor do periódico e seu companheiro de exílio, Pedro Motta Lima, já o havia acolhido na década anterior na redação do jornal aliancista *A Manhã* (1935), na época que fora diretor do mesmo. Na análise dos primeiros números do jornal, constatamos que a criação da seção continental do veículo midiático, na sua décima edição, foi destinada a Brasil Gerson, membro do Partido Comunista e veterano da Aliança Nacional Libertadora. Brasil foi redator-chefe e diretor do jornal antifascista e aliancista *A Platéia* (SP), o que lhe rendeu a condenação em 1939 pelo Tribunal de Segurança Nacional. Na década de 30, colaborou com Patrícia Galvão e Oswald de Andrade no jornal *O Homem do Povo*, que satirizava a sociedade burguesa, e no jornal *A Manhã*, escrevendo sobre críticas de cinema e a

luta antifascista no Brasil. Junto a outros escritores e artistas do PCB, envolveu-se na fundação da *Liga de Defesa da Cultura* (PALAMARTCHUK, 2011, p. 104-105). Antes de ser condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, participou dos primeiros números da publicação frentista *Cultura: Mensário Democrático*, dirigida pelos comunistas em São Paulo.

O vínculo histórico de Brasil Gerson com associações de escritores antifascistas e a sua trajetória militante junto à imprensa latino-americana parece ter exercido influência no corpo editorial do jornal na decisão de convidá-lo para compor a redação da *Tribuna Popular*, afinal, Brasil Gerson foi um importante interlocutor dos brasileiros exilados no Prata, participando dos movimentos de escritores em defesa da cultura, como a *Agrupación de Intelectuales, Artistas y Periodistas* do Uruguai (OLIVEIRA, 2013, p. 1643-164), trabalhando para a imprensa informativa e colaborando com revistas antifascistas e publicações comunistas da região². Portanto, o surgimento da coluna nos primeiros números parece revelar o interesse do corpo editorial do jornal sobre a reflexão da história, cultura e política latino-americana.

Para o desenvolvimento da pesquisa, busco situar Brasil Gerson como um intelectual mediador (DE CASTRO GOMES; HANSEN, 2016, p. 10-36) por ser um homem que transita nos espaços reconhecidos e demarcados por intelectuais, desfruta da sociabilidade comunista e ocupa um cargo estratégico na sua organização política, escrevendo diariamente para o jornal do partido. Portanto, consideramos ele um sujeito da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, vinculados à intervenção político-social. A sua intervenção no espaço público é evidenciada por meio da imprensa e outros órgãos comunicacionais, assinando manifestos e abaixo-assinados, trabalhando como tradutor, dramaturgo e escritor de livros históricos e literários³, como a publicação da sua obra *Tiradentes - Herói Popular* pela Editora Horizonte, instituição editorial do PCB. Logo, a mediação intelectual e a representação cultural construída na coluna por Brasil Gerson interessam na medida da possibilidade de refletir sobre as representações e leituras-chaves definidoras sobre a realidade da região no contexto do pós-guerra a partir da perspectiva intelectual comunista.

A primeira participação de Brasil Gerson na *Tribuna Popular* se deu na segunda edição da publicação, escrevendo um artigo sem autoria chamado *Nosso amigo Rodolfo*, seguido pelos escritos *El Salvador no bom caminho*, *O exemplo dos cubanos*, *O caso uruguaio* e *Américas Unidas*.

² Brasil Gerson trabalhou para o jornal argentino *La Razón* e colaborou com o tradicional diário socialista argentino *La Vanguardia*, escreveu para a revista antifascista *Marcha* e para o órgão central do Partido Comunista do Uruguai, *Justicia*.

³ Em 1950, Brasil Gerson recebeu o prêmio Joaquim Nabuco de História Social da Academia Brasileira de Letras com o livro *Garibaldi e Anita – Guerrilheiros do Liberalismo*.

O artigo-manifesto, intitulado *Américas Unidas*, disserta inicialmente sobre o estado de desconhecimento que os países da América Latina têm uns dos outros e, em seguida, comenta sobre uma reportagem publicada recentemente pelo periódico *El Mundo*, de Havana. Pedro Cue, diretor do respectivo jornal, publicou uma matéria que foi traduzida e transcrita (por Brasil Gerson) nas páginas da *Tribuna Popular*, chamando a atenção para o fato de que “O intercâmbio de notícias no continente só tem existido entre Brasil e os Estados Unidos, Cuba e os Estados Unidos, o Uruguai e os Estados Unidos Mas não existe entre o Brasil e Cuba, entre Cuba e o Uruguai, e o Chile e Cuba e o Peru e Cuba” e em seguida, continua, que a relação desenvolvida

entre os Estados Unidos e as demais nações latino-americanas, não é um mal, evidentemente. Pelo contrário, é um bem. E tudo devemos fazer para que melhore mais ainda. Mas o que não é feito é que no segundo sentido - entre as nações latino-americanas entre si - ainda continue como antes, desconhecendo-nos todos nós mutuamente (TRIBUNA POPULAR, 27/05/1945).

A demanda por uma maior aproximação e relação das nações entre si é percebida como uma forma de realização política e social, para poder superar os dilemas das fragmentações entre os povos da América. Seguindo esse raciocínio, Brasil Gerson frisa a atenção para a importância do estabelecimento de vínculos mais estreitos entre todos os povos continentais. O escritor resgata os casos emblemáticos dos “exilados de 1935” que, ao chegarem nos destinos dos seus exílios, levaram com eles as notícias de Prestes e “de sua significação na vida brasileira e continental, e imediatamente todos eles se interessaram pelo Brasil e seu líder, como se fosse coisa sua, carne de sua carne...” (TRIBUNA POPULAR, 27/05/1945).

Um dos exemplos usados para sustentar a sua justificativa foi a passagem de “La Madre Heroica” pela América Central, que fez com que os mexicanos vissem Dona Leocádia Prestes não como apenas a mãe de um homem preso em terras distantes, mas sim como uma representante deles mesmos, como a mãe de um líder que, apesar de ter nascido no Brasil, era tão deles como Lázaro Cárdenas. Sem dúvida, a referência a Dona Leocádia insiste no esforço da construção de uma memória e identidade, acionando um passado de experiência sensíveis, dialogando com uma perspectiva que torne possível a possibilidade de edificar novos futuros (HUYSSSEN, 2000, p. 9-37).

Dessa forma, prossegue o artigo *Américas Unidas*, que a temática latino-americana suscitou em razão dos novos debates uma “intimidade popular interamericana entre nós e eles” que “não deve ser subestimada nesta fase nova da vida brasileira e continental, inaugurada com

a sua volta à atividade política mais ampla”. E, no último parágrafo, uma afirmação de muito interesse da pesquisa é a anunciação de que

Por isso mesmo faz parte do programa da TRIBUNA POPULAR o registro diário de tudo quanto nas Américas acontece, sobretudo do aspecto mais popular, mais democrático da vida americana - o que é uma maneira prática e eficiente de trabalhar pela unidade de todos nós. (TRIBUNA POPULAR, 27/05/1945).

Na segunda semana de circulação da *Tribuna Popular*, foi criada a coluna diária *Através das Américas*, veiculando artigos mais extensos que possibilitaram a escrita mais aprofundada sobre os problemas continentais. Fundada a seção, ela configurou-se como uma coluna autoral diária e esteve junto a página nobre do jornal, evidenciando o destaque que a publicação deu aos intelectuais. A seção continental tinha como presunção a reflexão sobre a história, cultura e a discussão política das Américas.

Para Ângela de Castro Gomes, o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, “novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes”. As referências feitas por Brasil Gerson indicam que a metodologia para a escrita da sua coluna era feita a partir da leitura de periódicos, telegramas e do uso das suas memórias e experiências pessoais.

As referências feitas na sua coluna aos jornais do Prata são extremamente frequentes para a escrita da coluna, referenciando os periódicos que chegam até como o jornal *La Hora*, o matutino *El País*, do Partido Nacional Independente e *La Razón*, mencionado como um jornal “ligado ao presidente Amezaga e muito amigo do Brasil” (TRIBUNA POPULAR, 15/06/1945). Brasil Gerson divulga, por meio da sua ação mediadora, as interpretações sociais feita pelos comunistas e socialistas nos seus diários *Justicia*, do PC Uruguaio, *Orientación*, do PC Argentino e o *Diário Popular*, dos socialistas argentinos

Essa circulação e variedade de periódicos evidencia a inserção de Brasil Gerson em uma rede intelectual que o permitiu estar dentro das discussões políticas do momento, fornecendo base para ele compor a sua apreensão da realidade nas linhas do jornal, atuando como ator estratégico no processo de produção e circulação de bens culturais (DE CASTRO GOMES; HANSEN, 2016, p. 14). No início de seus artigos, costuma descrever as leituras que fez das páginas dos jornais latino-americanos que são encaminhados à redação da *Tribuna Popular* ou enviados por seus colegas com que mantém correspondências, no entanto, podem também ser publicações enviadas a residência de Brasil Gerson por meio do pacote de assinatura estrangeira feita pelo jornalista.

Porém, é certo que as publicações que são referenciadas na sua coluna sempre passam por suas mãos e são objetos de sua leitura, fato que podemos constatar quando descreveu o heroico “jornalzinho feito a mimeógrafo” que “mãos amigas nos mandaram de lá mesmo” (TRIBUNA POPULAR, 14/06/1945). Brasil Gerson estava se referindo a três números de *Adelante*, órgão central do Partido Comunista do Paraguai, no seu artigo intitulado *Os paraguaios contra o grupo Benitez Vera-Aranda*, recapitulando os últimos anos do cenário político paraguaio, abordando o caráter reacionário do presidente Morinigo e denunciando os campos de concentração onde estavam trancafiadas as lideranças sindicais. Dialogando com *Adelante*, o pequeno jornal clandestino combatia a “ditadura de Morinigo, dirigida e alentada pelos fascistas” que, segundo Brasil Gerson, é “responsável pelo maior terror que o povo paraguaio já conheceu” (TRIBUNA POPULAR, 14/06/1945).

Além da discussão política institucional, o escritor demonstrou interesse e enfatizou a necessidade entre o intercâmbio cultural latino-americano e a evocação da memória de personagens históricos como Tiradentes, Simón Bolívar, Juan B. Justo e José Martí. A quarta edição da sua coluna é ilustrativa na forma de definir um lugar no mundo ao registrar a conferência de Rodolfo Ghioldi, na Associação Brasileira de Imprensa, para a sua coluna. O palestrante discursou sobre os projetos de democratização dos países latino-americanos e chamou a atenção para

aquilo pelo qual já se batiam os nossos inconfidentes e os paladinos da independência e de todos os povos continentais do passado: as nações americanas livres de toda sujeição cultural e política externa, irmanadas entre si, identificadas pelo mesmo sentimento de liberdade e progresso. (TRIBUNA POPULAR, 06/06/1945).

A referência a esses personagens históricos parece ter a tônica de apelo ao sentimento de identidade latino-americana, evocando a memória dos notáveis inconfidentes e paladinos da luta pela soberania nacional como parte do passado e sentido pelos acontecimentos contemporâneos (LOWENTHAL, 1998, p. 65). Dessa forma, as lutas do século XVIII e XIX são tomadas de empréstimo como forma de dialogar e comunicar com o presente, conectando as reivindicações do passado para consolidar o projeto democrático nos países da América Latina.

Pablo Neruda foi assunto de várias colunas, retratado como exemplo prestigioso dos deveres dos intelectuais e, de modo geral, os esforços de Brasil Gerson em construir o modelo do compromisso do intelectual marxista, prevalecendo o engajamento político ao lado das massas. Lê-se, no texto *A democratização da América Central* que

qualquer protesto popular contra os aumentos sucessivos de impostos era reprimido a bala. Pablo Neruda, quando cônsul geral do Chile no México, disse numa mensagem de saudação ao povo salvadorenho, no dia da queda de Martínez, em 1943, que ele havia mandado matar 13.000 dos seus camponeses. E Ubico e Ponce, semanas antes de terem o mesmo fim na Guatemala, assinaram um decreto dando aos grandes fazendeiros o direito de fazer justiça com suas próprias mãos e prender gente estranha nas suas propriedades roubando. Essa gente estranha roubando eram os pobres índios, o povo sem terras e sem trabalho procurando o que comer - bananas, frutas, silvestres, etc. - nos latifúndios sem fim desses poucos donos do país... (TRIBUNA POPULAR, 22/06/1945).

O assunto suscita a imaginação e o debate sobre o mundo agrário e rural, realçado na experiência de exploração, violência e repressão compartilhada entre os indígenas pobres e os trabalhadores sem-terra. Os debates se parecem bastante uns com os outros, afinal, os passados dos países latino-americanos são singelamente similares, diante do lastro do colonialismo e, portanto, os futuros deveriam estar compartilhados. Para o Brasil e para a América Latina, a coluna adotou a perspectiva de denunciar as desigualdades da cidade e do campo, afirmando que a combinação das lutas de diferentes sujeitos e protagonistas se justificavam porque “há um problema do qual dependem todos os outros, como o da reforma agrária, e do combate à carestia de vida” que só poderá ser feita a “contento mediante uma política de união nacional e permita ao governo agir com energia e decisão de acordo com a vontade de todo o povo” (TRIBUNA POPULAR, 07/10/1945).

À medida da escrita da coluna, podemos descortinar as suas intenções e objetivos. A defesa dos interesses do povo se apoia na denúncia das forças políticas a serviço do latifúndio e do capital colonizador, representado como o responsável pelo secular atraso econômico dos países latino-americanos, em razão das suas intervenções que sugam as “riquezas dos povos menos adiantados e que neles não estimula o progresso, porque é precisamente de atraso econômico alheio que ele vive” (TRIBUNA POPULAR, 22/06/1945).

O destino infortúnio do continente, marcado pelas desigualdades sociais e violências promovida historicamente pelas classes dominantes, são questionadas na seção *Através das Américas*. O conjunto de reivindicações e os caminhos propostos para superar os dilemas das “influências feudais na economia” não à toa quase sempre esteve articulado ao programa do Partido Comunista Brasileiro, como a defesa da reforma agrária, a campanha pela Constituinte e a luta pela política de união nacional.

Após uma reunião em que esteve ao lado de Blas Roca, o jornalista Brasil Gerson publicou na coluna que o dirigente comunista cubano apontou que

primeiro bastou para que toda a nação inteira se convencesse de que a constituinte era a solução mais popular, porque Cuba precisava de uma nova constituição, realmente democrática e de um governo capaz de grandes realizações progressistas. Um ano depois a constituinte trabalhava, e para os cubanos começava já uma nova vida, ficando para trás o tempo dos caudilhos e dos golpistas. Cuba é hoje, com efeito, uma democracia que honra a América inteira (TRIBUNA POPULAR, 20/10/1945).

E, continuando, escreve que graças a Constituinte cubana “o povo da terra de Martí e Maceo pôde finalmente ver realizadas as reivindicações fundamentais que o guiaram na luta contra o sinistro regime machadista, a serviço do latifúndio e do capital colonizador”. A constituinte foi um tema tratado com muita frequência na coluna, afinal, os interesses político-partidários sustentados pelos comunistas do PCB durante o ano de 1945 foi a da convocação e instalação de uma Assembleia Constituinte, considerada pelo partido como o primeiro passo para a implantação de um regime democrático e a garantia das liberdades democráticas à sociedade brasileira (PANDOLFI, 1994. p. 211).

Para virar a página dos caudilhos e golpistas e avançar para o que Brasil Gerson considera como o tempo progresso, era preciso que o Brasil (e, podemos dizer, as nações latino-americanas) seguissem o exemplo de Cuba, da Constituinte, para permitir medidas favoráveis “ao bem estar das massas” (TRIBUNA POPULAR, 20/10/1945). Dessa forma, a reconstituição do passado político da ilha caribenha serviu como fonte para legitimar e associá-la a um projeto específico de democracia para o Brasil.

Podemos pensar que, sem dúvidas, essa forma de comunicação é a essência da *Através das Américas*, almejando e gestando um modelo de América Latina para que os “velhos padrões escravocratas” deixassem de vigorar com os partidos comunistas na gestão do poder. Esse projeto seria realizado por meio de um conjunto de estratégias e táticas, a exemplo publicização do *Programa de lutas dos povos latino-americano* (TRIBUNA POPULAR, 02/10/1945) para dar fim a “escravidão camponesa” (TRIBUNA POPULAR, 20/09/1945) pelos donos do latifúndio, “secularmente apegados à pecuária extensiva e outras formas antiquadas de exploração da riqueza” (TRIBUNA POPULAR, 11/09/1945) que travam uma guerra ao lado do capital colonizador, contra o progresso e o rápido desenvolvimento industrial dos países latino-americanos.

Dessa forma, a mobilização pela contemplação de um regime democrático que incluísse as demandas dos trabalhadores da cidade e do campo, promovendo a justiça social a fim de garantir o exercício da cidadania, deveria ser realizado por meio da reforma agrária, a pré-condição de conquista da cidadania e do regime democrático, para cumprir as tarefas da

revolução democrático-nacional e eliminar os resquícios feudais do continente. Transmitindo as diretrizes de união nacional defendidas pelo PCB, a coluna tratou de enfatizar a ampliação das forças políticas para o desenvolvimento da democracia, de uma tendência unitária que deveria ser seguida pelas massas que tem o “o espírito democrático e unitário da época, isto é, o espírito de Yalta” (TRIBUNA POPULAR, 17/06/1945), reflexo da campanha pela unidade das três grandes potências que lutaram juntos no “drama da guerra emancipadora” (TRIBUNA POPULAR, 28/06/1945).

Seguindo o exemplo da união das Nações Unidas contra o fascismo, a combinação da luta deveria ser através da tomada de consciência dos personagens presentes na *Através das Américas*, que deveriam organizar campanhas para a união política entre os presidentes, generais e intelectuais junto aos agrupamentos de operários, camponeses e indígenas. Dessa forma, uma vez cientes do seu papel histórico e com a orientação do próprio partido (como a luta de massas, sindical e eleitoral), deverão se dedicar à luta pela união continental da América Latina, porque a “sorte do povo só poderá melhorar através da participação que o seu partido de vanguarda venha a ter nos acontecimentos futuros” (TRIBUNA POPULAR, 18/10/1945).

Conclusão

A *Através das Américas* foi um instrumento de cooperação e diálogo com o universo cultural latino-americano, concedendo destaque aos problemas da realidade do continente e as respectivas estratégias a serem adotadas para solucioná-los. Brasil Gerson tratou extensivamente de reconstruir mundos, histórias e identidades nesse triênio, acionando acontecimentos passados e vinculando-os ao presente, objetivando representar e contar histórias dos até então subalternizados, esquecidos e ignorados que passavam a vislumbrar uma nova etapa histórica na vida continental, afirmando os êxitos políticos dos comunistas e das forças democráticas na América Latina, tensionando a escrita de uma nova história para o continente. Portanto, a investigação da coluna *Através das Américas* permite refletir sobre os interesses de Brasil Gerson e da iniciativa comunicacional do PCB para a América Latina, no contexto pós-guerra e de democratização do Brasil.

Na análise das fontes, podemos evidenciar o papel de Brasil Gerson como intelectual mediador, com o seu papel de tradução e publicação de um conjunto de discussões e leituras para um público amplo, inserido em uma organização política e no seu complexo midiático, objetivando a agitação e divulgação de um projeto político-cultural (DE CASTRO GOMES; HANSEN, 2016, p. 19-28) ligado ao Partido Comunista Brasileiro e aos partidos comunistas

latino-americanos que garantisse-os na gestão do poder político e na vanguarda da revolução democrático-nacional. As práticas culturais, portanto, respondem ao interesse do grupo que a produz.

Podemos constatar que o seu pensamento e a sua produção cultural estão inseridos no esforço de ampliar a circulação de informações, discussões e intercâmbios culturais entre os países da América hispânica e portuguesa, a partir de uma perspectiva da política comunista e de defesa das reivindicações das classes populares. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, no entanto, diante do panorama oferecido pela seção continental da *Tribuna Popular*, podemos apresentar um cenário de relações entre o produtor cultural e os personagens representados na sua coluna para abordar as preocupações e problemas de uma América Latina no pós-guerra.

Nessa forma de retratar sujeitos que historicamente foram representados precariamente, a coluna simbolizou a existência de um mundo que até então era negado da vida pública, como a questão social dos trabalhadores, a pauta dos camponeses, o roubo das terras dos povos indígenas, a exploração dos pobres e a exclusão social das camadas populares da política institucional, e, referenciando-se nesses sujeitos que são apresentados como massas coletivas para a construção de uma nova ordem social, Brasil Gerson e a *Através das Américas* atuam em determinado contexto e de forma múltiplas com o objetivo de tornar visível ao grande público a “marcha” em desenvolvimento no continente para libertar-se dos reacionários, pois para o escritor, o caminho pela liberdade da América Latina estaria ao seu (e nosso) alcance.

Fontes utilizadas

Tribuna Popular (1945-1947): Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Referências

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de história intelectual. **Tempo social**, v. 19, p. 9-17, 2007.

BUONICORE, A. Partido Comunista, cultura e intelectuais, 2019. Disponível em: <https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/augusto-buonico-re-partido-comunista-cultura-e-intelectuais/>. Acesso em 19 de julho. 2020.

CHARTIER, Roger. A História entre prática e representações: Rio de Janeiro. **Memória e Sociedade**, 1990.

DALMÁS, Carine. **Frentismo cultural em prosa e verso: comparações, conexões e circulação de ideias entre comunistas brasileiros e chilenos. (1935 - 1948)**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DE CASTRO GOMES, Angela; HANSEN, Patricia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Editora José Olympio, 2016.

DE SOUSA, Raimundo Alves. **Os desconhecidos da história da imprensa comunista**. Fundação Dinarco Reis, 2005.

DUPRAT, Andréia Carolina Duarte. **Clube de Gravura de Porto Alegre e revista Horizonte (1949-1956): arte e projeto político**. 2017.

GUERRA, François-Xavier. **Modernidad e Independencias: Ensayos sobre la revoluciones hispánicas**. Editorial MAPFRE. 1992.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. De W. P. Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUCRio: Contratempo, 2006.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**, n. 17. Novembro de 1998.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, p.111 - 153. 2008.

MELO, Ana Amélia de Moura Cavalcante. Associação Brasileira de Escritores: dinâmica de uma disputa. **Varia História**, v. 27, n. 46, p. 711-732, 2011.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. **Palavras como balas: imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939)**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Luis Eduardo. Na “Tribuna Popular”: a atuação sindical do PCB e o início da luta pelo abono de Natal no Rio de Janeiro (1945-1946). In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Rio de Janeiro nos jornais**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011

PALAMARTCHUK, Ana Paula. Em Nome da Segurança Nacional: Os Escritores na Mira da Polícia. **Revista Crítica Histórica**, v. 2, n. 3, 2011.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. **Ser intelectual comunista, escritores brasileiros e comunismo 1920-45**. Dissertação de Mestrado. 1997.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Rasgando a Fantasia: Um estudo sobre a identidade do Partido Comunista Brasileiro**. Tese de doutoramento apresentado ao curso de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1994.

RIBEIRO, David Ricardo. O PCB e o Conflito pelo Controle da Democratização (1943-1947). In: SECCO, Lincoln; PÉRICAS, Luiz Bernardo (org). **História do PCB**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. América. **Cahiers du criccal**, v. 9, n. 1, p. 9-16, 1992.

SECCO, Lincoln. **A Batalha dos Livros: formação da esquerda no Brasil**. São Paulo: Ateliê editorial, 2017.

Cinema e História: A licantropia apresentada pela série “Lore”

Cinema and History: The lycanthropy presented by the series “Lore”

Gabriela Pereira da Silva¹, UFSM

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar parte do seriado intitulado *Lore*. A partir dele buscamos responder os questionamentos propostos por Mônica Almeida Kornis no artigo *História e Cinema: um debate metodológico* (1992) e por Marc Ferro no livro *Cinema e História* (1992) acerca da utilização de produções cinematográficas para o estudo da História. A partir da reflexão sobre a interpretação proposta pela obra, podemos perceber os diferentes usos de fontes históricas promovidas pela produção da série para a defesa de determinada representação de quem são os licantropos e do que foi, ao longo dos séculos, a crença na transformação de homens e mulheres em lobo. Por isso, a obra mostra-se uma interessante fonte para a pesquisa histórica, já que nos apresenta tanto a continuidade da crença quanto a persistência de representações, práticas e discursos sobre a mesma.

Palavras-chave: Licantropia; Lobisomem; História; Lore; Cinema.

Abstract

This article aims to analyze part of the series entitled *Lore*. With this, we seek to answer the questions proposed by Mônica Almeida Kornis in the article *História e Cinema: um debate metodológico* (1992) and by Marc Ferro in the book *Cinema e História* (1992) about the use of cinematographic productions for the study of History. From the reflection on the interpretation proposed by the work, we can perceive the different uses of historical sources promoted by the production of the series to defend a certain representation of who the lycanthropes are and what was, over the centuries, the belief in the transformation of men and women into wolves. Therefore, the work proves to be an interesting source for historical research, as it presents both the continuity of belief and the persistence of representations, practices and discourses about it.

Keywords: Lycanthropy; Werewolf; History; Lore; Cinema.

Introdução

A transformação de homens e mulheres em lobos tem permeado lendas e mitos desde a Antiguidade. A origem da crença ainda não foi estabelecida, entretanto, diferentes culturas apresentaram contos originários desse tipo de metamorfose. Como exemplo, podemos citar a obra *Metamorfoses* (8 d.C.), de Ovídio, que no século I discorre sobre o primeiro licantropo do mundo. Na época em que deuses e humanos andavam juntos pela terra, chegou aos ouvidos das divindades que Lycaon, rei da Arcádia, teria cometido diversos crimes. Para verificar os fatos,

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista CAPES. Graduada pela Universidade Federal de Santa Maria. Orientada pelo Prof. Dr. Francisco Mendonça Junior. Integrante do Virtù - Grupo de História Medieval e Renascentista e do Centro de Estudos sobre el Esoterismo Occidental de la UNASUR (CEEU UNASUR). E-mail: gabrielapereira09@outlook.com

o deus Júpiter personificou-se na forma de andarilho e partiu rumo às terras do rei. Chegando no local, foi convidado pela própria majestade para um jantar. Entretanto, Lycaon duvidava que aquele viajante era somente um humano e por isso resolveu colocá-lo à prova. Dentre os alimentos do jantar, o rei mandou servir carne humana e isso fez com que Júpiter ficasse extremamente furioso, já que as acusações do rei eram de assassinar os desconhecidos que passavam por seu reino. O deus sentenciou Lycaon a transformar-se em lobo, mantendo sua consciência humana, mas sendo obrigado a vagar pelas florestas em forma de animal. A partir de então, inúmeros indivíduos considerados lobisomens foram vistos vagando e atacando pessoas inocentes (OVÍDIO, 2003 [8 d.C], p. 201-206 [165-250]). Ou seja, no caso da mitologia greco-romana, a licantropia teve seu início com esse episódio.

Com o passar dos séculos, novas lendas acerca da transformação circularam em diferentes territórios, adaptando-se às necessidades e realidades das sociedades nas quais se fizeram presentes. Toda essa movimentação gerou inúmeras fontes que podem ser utilizadas para o estudo da crença, das quais usufruímos tanto para a realização deste artigo quanto para a elaboração da dissertação de mestrado empreendida por mim, sob o título "O poder dos demônios: uma comparação dos discursos de Jean Bodin e Jean de Nynauld acerca da atuação demoníaca na metamorfose em lobo". A qual tem como objeto dois tratados produzidos na França dos séculos XVI e XVII, período em que encontramos um grande número de obras que tratavam, mesmo que de forma superficial, sobre o tema, demonstrando uma preocupação desses indivíduos. Tudo isso nos leva a refletir sobre como diferentes épocas encararam a licantropia, assimilando a mesma às suas experiências de vida e gerando diferentes práticas e representações sobre aqueles ditos licantropos.

Na nossa época, essa crença ainda se faz presente. São inúmeros os locais, principalmente cidades do interior, onde lobisomens são vistos e diferentes lendas passam de geração em geração. Como exemplo, podemos citar uma matéria de 2017, da revista Gaúcha ZH, na qual moradores da cidade de Santa Maria - RS, afirmaram ter avistado um lobisomem, do tamanho de um cavalo, nos arredores da Vila Jockey Club e Nova Santa Marta. A fera passava noites uivando e atacando cachorros na região, até que um parlamentar da cidade prometeu montar uma caçada para capturar o licantropo (VIECELI, 2017).

Nesse caso, encontramos tanto a permanência da crença quanto as mesmas atitudes tomadas em diferentes períodos históricos, já que caçadas foram movidas para a captura e morte de lobisomens na Idade Média e Moderna, por exemplo. Essas lendas, segundo Carlo Ginzburg (2012, p. 195), passam por constantes reativações e transmissões, seja por experiências vividas por membros de um mesmo grupo que são recontadas, ou por sujeitos que teriam contato e

retomariam crenças de outros locais, como escritores, que reagrupam diversos casos espalhados pelo mundo em suas obras. Podemos somar aos exemplos dados por Ginzburg a constante representação dos lobisomens no cinema.

A licantropia no meio cinematográfico teve seu início com o curta-metragem *The Werewolf*, distribuído pela *Universal Studios* em 1913, que mistura a transformação em lobo com a história do povo nativo americano Navajo. Nesse caso, encontramos principalmente a ligação da licantropia com a bruxaria, já que a segunda teria propiciado a primeira. Entretanto, essa não é uma ligação necessária, mesmo que seja recorrente. Desde então, mais de cem obras foram produzidas e dirigidas em diferentes locais do mundo, cada uma apresentando representações diversas acerca do homem-lobo. Um elemento em comum, o qual retomaremos em breve, é a selvageria e a sede de sangue incontroláveis, que levam ao assassinato de inúmeras pessoas inocentes.

A partir dessas obras podemos notar uma grande variedade de elementos, dentre eles: a releitura de episódios reais de licantropia, que podem ser encontrados em fontes históricas; diferentes representações de quem seriam esses indivíduos transformados e como os mesmos se comportam em sociedade; diversas formas de interpretação da crença, trazendo diferentes meios de transformação e tratamento dos metamorfos; elementos contextuais das produções, que dizem mais sobre a época na qual foram produzidas do que de fato o período que se propõe analisar, como no caso da primeira produção acerca da licantropia, na qual o cinema hollywoodiano apresenta determinada visão acerca dos povos nativos americanos, assunto sensível que podemos encontrar também em muitos dos famosos *Western Movies* desde o século XX.²

É interessante notar que essas obras cinematográficas se tornam elementos valiosos para a análise da crença na transformação em lobo. Neste artigo, a análise se concentrará no quinto episódio da primeira temporada da série *Lore*, intitulado "A fera interior". Essa série foi produzida para a plataforma *Amazon Prime Video* e tem como propósito a apresentação de diversas lendas assustadoras, abrangendo fantasmas, vampiros, zumbis e lobisomens. No episódio em questão, busca-se explorar os três pontos principais postulados por Roger Chartier acerca da História Cultural: práticas, representações e discursos, que são criados principalmente pelos diretores e produtores da obra.

Metodologicamente, a análise se baseará no escrito *Cinema e História* (1992) de Marc Ferro, uma figura importante nos estudos que têm o cinema como objeto de investigação. Além

² Assim como em muitas obras de faroeste, no primeiro filme de licantropia também encontramos um embate entre colonos americanos e os povos nativos norte-americanos.

disso, serão utilizadas as colocações de José d'Assunção Barros no artigo Cinema e história – considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas, publicado em 2011, e as reflexões de Mônica Almeida Kornis no artigo História e Cinema: um debate metodológico, publicado em 1992. Ao empregar essas abordagens metodológicas, o artigo pretende mergulhar na análise do episódio de *Lore*, buscando entender como a crença na licantropia é representada e construída através das práticas, representações e discursos presentes na série. Esse tipo de análise crítica permite que se compreenda como as produções audiovisuais abordam e reinterpretam temas tradicionais, como a lenda do lobisomem, e como essas representações podem refletir questões culturais e sociais contemporâneas.

História através do cinema

O cinema nem sempre foi objeto de estudo dos historiadores, e ao longo do século XX, diferentes visões acerca das produções cinematográficas foram desenvolvidas. Mônica Almeida Kornis destaca que essas visões variavam desde desconsiderar o cinema como fonte histórica até reconhecê-lo como um documento passível de estudo. Um dos primeiros escritos que trataram o cinema como um documento histórico foi produzido por Boleslas Matuszewski, um câmera polonês, no final do século XIX. Ele defendia que as imagens cinematográficas eram reflexos fiéis e inquestionáveis do real (KORNIS, 1992, p. 239). No entanto, essa afirmação é considerada delicada atualmente, uma vez que reconhecemos que nenhuma produção é uma verdade absoluta e indiscutível acerca do que representa. O cinema é uma forma de arte que utiliza técnicas de narrativa, edição e interpretação que podem moldar e transformar a realidade retratada.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, outros estudiosos seguiram esse caminho, embora com diferenças e especificidades. Nesse período, muitos acreditavam que o cinema tinha a capacidade de ser "fiel à realidade de uma época" (KORNIS, 1992, p. 241). Acreditava-se que as produções cinematográficas poderiam oferecer uma representação autêntica do contexto histórico em que foram realizadas. Contudo, com o avançar do tempo e o desenvolvimento da teoria cinematográfica e da historiografia, percebeu-se que o cinema é uma forma de expressão artística e que as produções são construções culturais, sujeitas a intenções, influências e abordagens diversas. Assim, a análise do cinema como fonte histórica exige um olhar crítico e contextualizado, reconhecendo tanto suas potencialidades como suas limitações na compreensão do passado.

É somente com a Nova História e o alargamento do que era considerado fonte que as obras cinematográficas passam a receber maior atenção (KORNIS, 1992, p. 238). Em 1970, o

professor e historiador Marc Ferro insere-se nas polêmicas acerca do uso do cinema e defende que tal objeto deve passar por uma rigorosa análise da cultura e meio social no qual se insere. Ou seja, aqui encontramos a ideia de que, mesmo que a obra se refira a um período passado, o conteúdo da mesma pode conter uma grande diversidade de elementos que são próprios do momento de produção. Nesse sentido, não retratam fielmente e incontestavelmente a realidade, são produções que envolvem diferentes discursos. Com o advento dessa Nova História e a utilização do cinema como fonte, também foram necessárias a criação de novas técnicas de análise, levando em consideração as circunstâncias de produção, exibição e recepção das obras. Outros pontos também foram levantados, como o de que todo filme pode tornar-se objeto de análise, independente do gênero (KORNIS, 1992, p. 242-3).

Com isso, podemos perceber que é possível fazer história a partir de obras cinematográficas. Para isso, Kornis (1992, p.237) apresenta que devemos fazer as seguintes perguntas para a produção analisada: “O que a imagem refle-te? Ela é a expressão da realidade ou é uma representação? Qual o grau possível de manipulação da imagem?”. Preocupação semelhante foi colocada por Ferro. Para o historiador (FERRO, 1992, p. 13), desde de que o cinema tornou-se uma arte, é comum que seus produtores encontrem meios de intervir na história, seja através de representações, doutrinas ou ideologias. Como veremos em breve, essas questões tornam-se importantes para a análise da série *Lore*.

Como já tratamos anteriormente, desde o início do século XX a licantropia passa a fazer parte dos inúmeros temas tratados pelo meio cinematográfico. De forma geral, podemos citar alguns aspectos recorrentes nessas produções. O primeiro e principal é a aparência daqueles que sofrem a transformação. Até o final do século XX essa metamorfose tende a ser não total, ou seja, o indivíduo mantém a forma humana e obtém características de lobo, principalmente os dentes, garras e pêlos por quase todo o corpo – alguns também apresentam o focinho do animal. Como exemplo, podemos citar a série *Teen Wolf* (2011-2017) e o filme *The Werewolf* (1941).³ Entretanto, no início do século XXI aumenta a ocorrência de transformações totais, como as que ocorrem em *Crepúsculo* (2008-2012) e *Harry Potter* (2001-2011), mudança que pode ser analisada em um artigo futuro.

Outro elemento importante é o descontrole ligado à grande sede de sangue. É extremamente comum a cena do licantropo vagando pela floresta à noite em busca de uma vítima, como forma de saciar seus instintos selvagens. No compilado “*Every Werewolf from Every Movie Ever (1913 - 2020)*” disponível no canal do Youtube *World of Monsters*, podemos

³ Como podemos perceber, diversos filmes apresentam o mesmo título, assim como o primeiro filme de lobisomens (*The Werewolf*, 1913), podemos citar também *The Werewolf* (1956).

encontrar recortes de mais de 100 filmes produzidos neste período estipulado, no mundo inteiro. No vídeo também podemos perceber diversas cenas nas quais o cenário é uma floresta escura e inóspita. Esses aspectos também podem ser encontrados em obras lançadas recentemente, como *Lobisomem da Noite* (2022), *O lobo viking* (2022) e *Teen Wolf: o filme* (2023).

A maioria dessas obras são ficcionais, ou seja, apresentam uma narrativa imaginária, não se comprometendo com relações fidedignas da possibilidade daquilo retratado ocorrer na realidade. Mas como nos mostra Barros (2011, p. 180), “A mais fantasiosa obra cinematográfica de ficção carrega por trás de si ideologias, imaginários, relações de poder, padrões de cultura”. Além disso, todo filme é história, já que ele está sendo produzido nesse meio e é carregado de dimensões sociais e culturais. Sendo assim

Assim, o mais fantasioso filme de ficção científica não expressa senão as possibilidades de uma realidade histórica, seja como retratação dissimulada, como inversão, como tendência discursiva que o estrutura, como visão de mundo que o informa e que o enforma (que lhe dá forma), e assim por diante. (BARROS, 2011, p. 184).

Ou seja, o lobisomem pode representar nessas obras ficcionais a liberdade de agir sem as amarras da sociedade, de liberar toda a raiva e agressividade que um indivíduo é moldado a poder quando se vive em coletivo. Pode também representar a violência desenfreada que acontece em todos os lugares do mundo e que amedronta e espreita todos os sujeitos. Como veremos em breve, para alguns, a licantropia também justificará atitudes humanas que não podem ser facilmente explicadas ou entendidas, que fogem da nossa alçada e às quais não podemos prever.

Uma análise da série Lore

Antes de passar para a análise da obra, cabe esclarecer alguns pontos referentes aos estudos acerca da licantropia. No meio acadêmico, a crença na transformação em lobo mostra-se um campo de disputa, assim como muitos outros. Mesmo com o esforço de antropólogos e historiadores culturais, a visão acerca da licantropia ainda segue moldes teológicos, racionalistas e cientificistas, relegando a transformação a mera superstição. Por isso, conseguimos dividir as compreensões acerca da crença em três grandes blocos: No primeiro, encontramos escritores que pensam a licantropia com bases teológicas, frisando a vontade e onipotência de Deus, sendo assim, somente com a sua permissão a transformação poderia ocorrer. Dentre eles, citamos Sabine Baring-Gould com a obra *Lobisomem: um tratado sobre casos de licantropia* (1865) e Montague Summers, com o livro *The Werewolf in lore and legend*

(1933). No segundo bloco, a metamorfose é interpretada como fruto da imaginação, doenças mentais, irracionalidade humana e algo que é cientificamente impossível. Por isso, chamaremos esses indivíduos de racionalistas, já que seguem uma lógica científica atual em detrimento de concepções e experiências vividas pelos sujeitos de cada época. Citamos como exemplo Jean Delumeau, na obra *História do Medo no Ocidente 1300-1800* (1978), Jane P. Davidson, no artigo intitulado *Wolves, Witches and Werewolves: Lycanthropy and Witchcraft from 1423 to 1700* (1990), e Hodayun Sidky, no livro *Witchcraft, Lycanthropy, drugs and disease: an anthropological study of the European witch-hunts* (2010). Essa abordagem carece de uma análise cultural, a qual encontramos no terceiro bloco.

Pensando a crença na metamorfose de forma cultural, ou seja, partindo das experiências vividas pelos sujeitos e suas próprias explicações sobre os eventos, os pesquisadores culturais nos mostram um frutífero caminho a seguir. Influenciados principalmente pela virada cultural e linguística que ocorreu na década de 1970, trazem consigo novas concepções de verdade a partir da linguagem utilizada pelos indivíduos e suas formas de enxergar e atuar no mundo. Por isso, pensamos que analisar a licantropia através da história cultural, com ênfase na forma como os próprios sujeitos das fontes a compreendiam, nos ajuda a distanciar percepções racionalistas sobre a mesma. Nesse caso, é importante frisar que a possibilidade ou impossibilidade científica da transformação de um corpo humano em lobo não nos interessa nem move nossa análise. Nos cabe entender que, se uma crença gerou experiências e resultou em modificações e ações na vida dos indivíduos, logo, ela foi real. E como nos mostra Stuart Clark (2006, p. 31), "o que é real, para seus usuários, sobre o mundo, é a questão de que tipos de afirmações de parcelas da realidade sua linguagem lhes permite fazer com sucesso". Dentre esses pesquisadores culturais, podemos citar Carlo Ginzburg no livro *História Noturna* (2012), Claude Lecouteux no livro *Hadas, brujas y hombres lobo en la Edad Media* (2004) e Christine Orobitz no artigo intitulado *La lycanthropie dans la prose doctrinale du XVIIe et du XVIIIe siècle espagnol* (2015).

Tendo estabelecido essas visões acerca da licantropia e apresentando um panorama geral, cabe dizer que encontraremos na obra analisada um exemplo de um desses blocos. O seriado *Lore*, que estreou em 2017, foi produzido por três companhias, sendo elas a *Amazon Studios* – que disponibiliza a obra na plataforma *Prime Video* –, *Valhalla Entertainment* e *Propagate Content*. Baseado no podcast também intitulado "Lore" de Aaron Mahnke, que é um dos desenvolvedores e narradores da série, propõe a apresentação de diferentes lendas a cada episódio. Os temas variam, podemos encontrar zumbis, lobisomens, vampiros, fantasmas e outros seres que permeiam o gênero do terror. O episódio que iremos analisar nesse artigo, denominado "A fera interior", foi dirigido por Darnell Martin e escrito por David Coggeshall e

tem a duração de trinta e cinco minutos. Dentre aqueles que fazem parte dos créditos do episódio, não encontramos nenhum historiador, antropólogo ou sociólogo, mesmo que membros da produção tenham entrado em contato com fontes históricas em locais como *Bridgeman Art Library* e *National Library of France*. Falaremos sobre a utilização dessas fontes em breve.

O episódio em questão é dividido em cinco diferentes casos, e podemos perceber que os dois últimos buscam explicar os primeiros, trazendo à tona a visão dos produtores acerca da licantropia. O primeiro relata a história de São Patrício, que no século V, na Irlanda, encaminhou-se até uma aldeia em prol de cristianizá-la. Entretanto, ao apresentar suas intenções no local, foi repreendido pelo líder da aldeia, que ordenou um ataque ao santo. Em meio a toda a violência que sofreu, o pregador pediu para que Deus intercedesse por sua vida, e foi então que os seus agressores se transformaram em lobos. Depois da metamorfose, atacaram e mataram o próprio líder e depois uns aos outros até que restasse somente um lobo, que voltou à forma humana. O único sobrevivente passou a ajudar São Patrício na cristianização de territórios vizinhos.

Toda a cena é um desenho animado, elemento que chama a atenção do espectador. Além disso, o caso é encontrado nas fontes. São Patrício foi ativo em relatos que envolvem a transformação de homens em lobo. Em um caso apresentado por Baring-Gould (2003 [1865], p. 46), após o cristão encontrar alguns homens zombando da religião e uivando para a lua, pediu para que Deus desse uma lição nos sujeitos e logo os mesmos transformaram-se em lobo e partiram para as florestas. Em outro relato, São Patrício é acusado de transformar em lobo Vereticus, rei do país de Gales, e a família do rei também foi sentenciada a viver em forma de fera durante sete anos (BARING-GOULD, 2003 [1865], p. 46). Ou seja, os fatos apresentados nessa primeira parte do episódio condizem com nossos estudos.

O segundo caso e o que consideramos o mais importante para o desenvolvimento da interpretação e explicação da licantropia pelos produtores se passou na região de Bedburg, na Alemanha, durante o século XVI. Nesse local em questão, a população acreditava que um lobisomem havia atacado e sumido com os corpos de diversos moradores. Após mais um sumiço ocorrer, os homens do local iniciaram uma caçada. O líder da comunidade, Peter Stubbe, disse que o animal que eles estavam caçando não era uma criação de Deus, mas um servo do demônio. Esse mesmo sujeito se ofereceu para cuidar de uma menina que foi atacada pelo lobo quando era criança, já que a mesma estava aterrorizada e seu pai ajudaria na caçada. Entretanto, durante a busca, os homens mataram um urso, que não possuía a cicatriz que a menina deixou na fera quando criança, ou seja, não era ele que causava as mortes. De volta ao vilarejo,

percebem que o líder era o próprio lobisomem. Em sua casa encontraram as partes dos corpos de diferentes vítimas, uma mesa com velas e crânios, um caldeirão onde fervia cabeças e um cinto que tinha na fivela a cabeça de um bode, elemento comum em algumas transformações em lobo, como cita Baring-Gould (2003 [1865], p. 78).

Stubbe foi preso e torturado, teve os ossos dos braços e pernas quebrados, a pele esfolada e a cabeça decepada. O corpo foi queimado e a cabeça pendurada em uma estaca, para que mais nenhum lobisomem ousasse fazer mal para a aldeia. Durante a tortura, confessou que aos 12 anos de idade fez um pacto com um demônio e em troca da sua alma receberia muita riqueza e um cinto, capaz de transforma-lo em lobo. Além de cometer as inúmeras atrocidades conhecidas pela população do local, confessou que matou seu próprio filho e cometeu incesto com a sua filha.

Dessa vez o caso não é representado por um desenho animado, mas sim por atores e ambientações. A transformação em lobo não é retratada, ou seja, não enxergamos Stubbe se transformando ou já metamorfoseado, apenas ouvimos rugidos na floresta, a forma de um lobo e arranhões nas vítimas. Ou seja, mesmo que ele seja tratado pela população como um lobo e isso possa também ser encontrados em folhetos⁴ de época que contam o ocorrido, o episódio deixa no ar se de fato o personagem se transformava ou não em fera, elemento que é importante para a conclusão dos produtores no final do episódio.

O terceiro caso apresentado trata das mais de cem mortes que ocorreram na região de Gévaudan, na França, durante o século XVIII. Em meio a todos os burburinhos da época, uma das suposições da população era de que se tratava de um lobisomem, que arrancava a cabeça das vítimas, bebia o sangue e comia a carne. Inúmeras caçadas foram movidas em prol de capturar e matar a besta de Gévaudan, entretanto, nenhuma foi sucedida até aquela empreendida pelo rei Luís XV, que pôs fim às atrocidades daquele ser. Esses eventos estão registrados e podemos encontrar mais detalhes sobre o ocorrido no livro de Montague Summers, citado anteriormente.

Para este relato, a série utiliza diversas fontes, como uma forma de trazer autoridade para a obra. Entretanto, um ponto importante nesse quesito é a mistura de gravuras produzidas no século XVIII, ou seja, criações de época contemporâneas a besta de Gévaudan, com pinturas que são leituras posteriores sobre o tema. Por exemplo, a série apresenta diversas pinturas do

⁴ A transcrição e tradução para o inglês de um folheto do século XVI apresentando o julgamento de Peter Stubbe pode ser encontrado no livro *A lycanthropy reader. Werewolves in Western culture* (1986), organizado por Charlotte Otten.

século XIX, como a denominada *Werewolves*⁵, pintada por Georges Sand em 1858, que hoje encontra-se na *Bibliothèque des Arts Décoratifs*, em Paris, na França. Nesse caso, a falta de historiadores na produção do episódio pode ter influenciado nessa utilização sem grandes reflexões. Um espectador que não tem contato com o assunto ou é conhecedor das gravuras e pinturas que retratam a licantropia não teria como discernir o que de fato foi produzido pelos sujeitos contemporâneos aos casos, de obras posteriores. Outro elemento que influencia nesse ponto é a falta das referências das imagens, que são utilizadas uma após a outra sem diferenciação ou explicações.

No final da apresentação do caso, o narrador frisa que, mesmo que a população esperasse que aquela fera fosse um homem transformado em lobo, era apenas um animal que, por instinto, atacava diversas vítimas. Nesse quesito, podemos notar que os produtores desconsideram as experiências e o entendimento de mundo dos sujeitos tanto do século XVIII, na França, quanto do século XVI, na região de Bedburg, no caso apresentado anteriormente. Para aqueles sujeitos, mesmo que a captura tenha sido de um lobo, isso não significa que não poderia ser de fato um homem transformado, pois no universo mental dos indivíduos isso era possível e crível. Ou seja, a série utiliza uma visão da qual já tratamos, na qual uma interpretação racionalista e científica atual explica experiências vividas por outros sujeitos em épocas diferentes. A não possibilidade da transformação não é colocada por aqueles que vivenciaram os ataques dos lobisomens, mas sim por quem, imbuído de concepções de mundo atuais, busca interpretar esses relatos. Como veremos em breve, nos outros casos apresentados, encontramos novos anacronismos preocupantes.

Consideramos que os próximos dois casos têm como intuito explicar e exemplificar a posição dos autores acerca da licantropia, por isso decidimos tratá-los de forma conjunta. No primeiro, o episódio apresenta um crime que ocorreu no século XX, mais precisamente em 1977, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Nesse caso, um assassino perseguiu e matou diversas pessoas, na maioria moças, e ficou conhecido como o assassino do calibre 44. O indivíduo conseguiu escapar por anos até que foi preso, e em sua confissão, afirmou que estava recebendo ordens de um demônio, sob a forma do cachorro do seu vizinho Sam. David Berkowitz, nome verdadeiro do criminoso, continua preso até os dias atuais, mas durante o julgamento do caso, diversas pessoas manifestaram-se a favor da pena de morte para o sujeito. Esse é o principal elemento que liga esses dois casos aos anteriores.

⁵ A imagem pode ser vista no seguinte endereço: <https://www.bridgemanimages.com/en-US/sand/werewolves-illustration-for-legendes-rustiques-by-george-sand-1804-76-1858-litho/lithograph/asset/170907>. Acesso em: 10 mai 2023.

O segundo e último caso apresenta os crimes cometidos por Eugen Weidmann em 1937, na capital da França. Weidmann foi preso acusado de matar seis pessoas, atuando junto com dois comparsas. A sentença do seu julgamento foi a morte pública na guilhotina, com a intenção de que o incidente servisse de exemplo para outros criminosos. No entanto, a multidão estava completamente ansiosa pela execução. Houve relatos de que as mulheres passavam seus lenços no sangue como forma de recordação. Ou seja, não aconteceu o esperado pelas autoridades; em vez de amedrontar a população, a execução serviu como um espetáculo.⁶

Com a apresentação desses dois casos, podemos notar alguns pontos importantes. O primeiro é a tentativa de explicar os primeiros casos a partir destes, supondo que não eram homens ou mulheres transformados em lobos, mas sim pessoas que possuíam um mal inerente a elas, que quando desencadeado geraria uma sede de sangue e violência capaz de ferir e matar um grande número de pessoas inocentes. Outro ponto se refere à explicação de eventos de séculos passados a partir de experiências contemporâneas – que já citamos anteriormente –, aplicando noções e explicações atuais sobre os mesmos. E, por último, podemos citar a desconsideração das experiências vividas pelos sujeitos de suas próprias épocas; mesmo que a leitura das fontes nos tragam elementos que afirmam a existência dos lobisomens, isso é anulado, marca de uma visão racionalista, da qual já tratamos.

Ao fim do episódio, o narrador apresenta algumas frases marcantes, e em uma delas discorre que os indivíduos dos casos apresentados acreditavam que poderiam acabar com o mal – referindo-se às sentenças de morte –, mas questiona se tais atos não eram somente uma ilusão. Para os produtores, os sujeitos utilizavam a licantropia para explicar ações que não eram facilmente compreendidas, por isso seria mais fácil culpar os lobisomens do que aceitar que a humanidade era capaz de cometer tais feitos. Ou seja, o episódio liga e interpreta os casos de licantropia através dos *Serial Killers*, buscando apresentar que de alguma forma o selvagem sempre esteve dentro dos seres humanos e sempre estará justificando ações como essas.

Podemos presumir que a interpretação da crença na licantropia, presente ao longo da história, seja mais uma forma de compreender e explicar eventos atuais, em vez de se ater somente aos eventos que ocorreram no passado. Essa interpretação se assemelha ao que foi discutido anteriormente com os autores Ferro e Barros, que abordam como as obras cinematográficas muitas vezes utilizam elementos do passado para refletir e compreender questões contemporâneas.

⁶ Considerada a última morte na guilhotina, o episódio foi gravado e encontra-se no youtube, podendo ser acessado em: [youtube.com/watch?v=VJdhePPvxjY](https://www.youtube.com/watch?v=VJdhePPvxjY). Acesso em: 10 mai 2023.

Nesse sentido, os produtores da série *Lore* buscaram relacionar a crença na licantropia a eventos atuais, como recorrentes casos de assassinatos em massa e a crescente violência em diferentes partes do mundo. Ao fazê-lo, eles utilizam o mito dos lobisomens como uma ferramenta para explorar questões sociais, psicológicas e culturais que continuam a impactar a sociedade nos dias de hoje. Essa abordagem permite que eles estabeleçam conexões entre o passado e o presente, utilizando elementos míticos e fantásticos para refletir sobre problemas contemporâneos. Dessa forma, a interpretação da licantropia na série *Lore* vai além da mera apresentação de lendas históricas, buscando, ao mesmo tempo, trazer à tona discussões e reflexões sobre a natureza humana, a violência, a moralidade e outros aspectos que são relevantes para o mundo atual.

Com a análise desse episódio, notamos a importância das questões colocadas por Kornis e Ferro, acerca do que o filme busca refletir, se reflete a realidade ou produz uma representação, quais os graus de manipulação da imagem e como a obra busca intervir na história. Podemos perceber que a obra reflete o ceticismo dos produtores acerca do tema, uma percepção cientificista e racionalista de mundo que desconsidera as produções e interpretações próprias dos sujeitos de cada época, relegando a um tema tão importante para os mesmos, a uma falta de compreensão racional do mundo. Essa visão é comumente aplicada a períodos como a Idade Média, por historiadores como Jean Delumeau (2005, p. 99), já que o mesmo considerou que lendas como as de lobisomens eram fruto da imaginação de camponeses medrosos e temerosos, que por viver com fome, medo e na escuridão, não conseguiam explicar os eventos a sua volta. Ou seja, reflete uma percepção negativa e pejorativa sobre períodos nos quais as formas de lidar a agir no mundo eram diferentes das nossas.

Tal feito não reflete a realidade e sim projeta uma representação sobre a mesma. Como nos mostra Chartier (1999, p. 19), as representações podem apresentar retrocessos, principalmente quando são cobertas por categorias e análises anacrônicas. Nos cabe analisar essas produções e questioná-las, de forma que não avancem ainda mais interpretações marcadas por uma parcialidade latente, que generalizam eventos e propõem uma imagem universal e cristalizada sobre os sujeitos e suas ações. Nesse caso, utilizando mais elementos da História Cultural, podemos notar a narrativa proposta pelo episódio como um discurso gerador de práticas. Esta última seria a interpretação dos espectadores de diferentes crenças a partir dos postulados da obra, perdurando uma visão pejorativa daqueles que acreditavam na licantropia e considerando que homens e mulheres maus existiram e existirão por toda a história e foram eles, não lobisomens, que cometeram tais crimes. Podemos dizer que é dessa maneira pela qual a obra busca intervir na história.

Além disso, percebemos que para fazer com que mais indivíduos adotem determinadas perspectivas, a produção utiliza de casos e recursos visuais históricos que fazem parte de acervos e bibliotecas. Utilizando de tais elementos os produtores buscam tanto trazer autoridade para a obra, quanto chamar e prender a atenção dos espectadores. A carência de referências e explicações das imagens fazem com que os trinta e cinco minutos de vídeo não sejam maçantes, mas sim dinâmicos apesar de conter um grande número de fontes, já que não existe um momento de reflexão sobre as mesmas. Esse é um elemento recorrente na indústria cinematográfica. Como trata Barros (2011, p. 183), essas produções devem adaptar-se à indústria cultural, fazendo com que os espectadores assistam o episódio de forma integral e continuem assistindo os próximos. Por isso, as informações e conteúdo devem prender a atenção daquele que está consumindo a obra, além de passar determinada mensagem e gerar lucros para os produtores. E por isso são adotadas determinadas estratégias de exibição, dentre elas a supressão de referências e/ou informações que atrasariam e afetariam a narrativa. Ou seja, após toda essa análise, não podemos esquecer que nesse e em outros casos, a licantropia transformou-se em um produto. Como nos lembra Rovai (2020, p. 144),

O passado não pode ser simplificado e reduzido a um produto de consumo, sem que se reflita sobre os processos de leitura, de constituição de narrativas, de procedimentos de acesso e de circulação e seus (in) consequentes efeitos sobre a sociedade e sua consciência histórica.

Esta análise busca realizar esse esforço, alertando que mesmo que tais obras sejam importantes e interessantes fontes de estudo da licantropia, devemos nos atentar para as formas de produção e objetivos daqueles que as produzem.

Considerações finais

Com a análise de um dos episódios do seriado *Lore*, podemos perceber que é possível estudar a licantropia através do cinema, desde que seja estabelecido um olhar crítico sobre as obras que propõem tratar do tema. Como apresenta Rovai, é de suma importância que nos atentemos para narrativas históricas que são produzidas por não historiadores, já que podem “gerar distorções, reafirmar preconceitos e desmerecer a própria ciência histórica e os historiadores” (ROVAI, 2020, p. 144). Como vimos, lidar e utilizar fontes históricas sem métodos e reflexões pertinentes é perigoso, o que demonstra a necessidade de historiadores fazerem-se presentes nesses ambientes, de forma a colaborar com uma reflexão histórica pertinente.

Mais do que isso, também percebemos que é possível estabelecer as visões de mundo e os problemas de determinada época a partir das suas produções cinematográficas. Como vimos, o episódio *A fera interior* nos fala mais sobre a violência crescente e a incerteza de saber quem são as pessoas que cometem ou irão cometer assassinatos em massa do que sobre os períodos dos casos analisados. Além disso, nos mostra quanto uma visão cética e pejorativa existe sobre temas como esse e também sobre períodos como a Idade Média.

Inúmeras são as obras nas quais encontramos licantropos como personagens e acreditamos que essa constante utilização da licantropia no cinema contribui para que a crença perdure até os dias atuais. Em uma pesquisa rápida em sites de notícias como o *GI - O portal de notícias da Globo* e *Portal R7*, podemos encontrar dezenas de matérias nas quais lobisomens atacam e aterrorizam diferentes cidades do Brasil⁷, indivíduos que afirmam ter matado uma fera⁸ e até mesmo aqueles que dizem se transformar⁹. Podemos encontrar também blocos de carnaval¹⁰ representando os lobisomens, bandas¹¹ que carregam tanto o nome quanto músicas sobre licantropia e jogos eletrônicos¹² permeados por tal personagem. Todos elementos que, em muito, foram influenciados pela imagem de lobisomem criada pelo cinema. Todas as produções e elementos citados existem, pois, de uma forma ou de outra, a curiosidade e a crença na possibilidade da transformação de homens e mulheres em lobo sempre existiu e sempre existirá.

Referências

- BARING-GOULD, Sabine. **Lobisomem: um tratado sobre casos de licantropia**. Tradução: Fernanda M. V. de Azevedo Rossi. São Paulo: Madras, 2003 [1865].
- OVÍDIO. **Metamorfosis**. Edição e tradução: Consuelo Álvarez e Rosa Maria Iglesias. 5 ed. Madrid: Cátedra, 2003.
- SUMMERS, Montague. **The werewolf in lore and legend**. Nova York: DOVER PUBLICATIONS, INC., 2003.

⁷ Como exemplo, podemos citar o lobisomem que aterrorizou uma cidade do Distrito Federal. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/video/em-noite-de-lua-cheia-imagem-de-lobisomem-viraliza-na-web-e-intriga-moradores-do-df-8910247.ghtml>. Acesso em: 10 mai 2023.

⁸ Como exemplo, podemos citar a matéria na qual homens matam um lavrador pois o mesmo seria um lobisomem. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/09/03/grupo-que-decapitou-lavrador-lobisomem-no-interior-do-para-e-condenado-a-prisao.ghtml>. Acesso em: 10 mai 2023.

⁹ Como exemplo, podemos citar homem que afirma ser um lobisomem e agrediu oito policiais. Disponível em: <https://noticias.r7.com/hora-7/fotos/misterio-homem-diz-ser-lobisomem-e-da-surra-em-oito-policiais-03112018>. Acesso em: 10 mai 2023.

¹⁰ Como exemplo, podemos citar bloco no qual os integrantes se fantasiaram de lobisomem. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/carnaval/2023/noticia/2023/02/22/principes-de-roma-e-campeao-do-grupo-aos-blocos-tradicionais-no-carnaval-de-sao-luis-2023.ghtml>. Acesso em: 10 mai 2023.

¹¹ Dentre as bandas que adotaram nomes que remetem a licantropia, podemos citar *PowerWolf*, *Bad Wolves*, *Wolves' Winter*, *Lycanthropy's Spell*, *Lykaionas* e outras.

¹² Podemos citar *Resident Evil Village* (2021) e *Lobisomem: o apocalipse* (1991, primeira edição).

BARROS, José D.'Assunção. Cinema e história—considerações sobre os usos historiográficos das fontes fílmicas. **Comunicação & Sociedade**, v. 32, n. 55, p. 175-202, 2011.

CHARTIER, Roger. **El mundo como representación: estudios sobre historia cultural**. Editorial Gedisa, 1999.

CLARK, Stuart. **Pensando com Demônios: A Ideia de Bruxaria no Princípio da Europa Moderna**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

DAVIDSON, Jane P. Wolves, Witches and Werewolves: Lycanthropy and Witchcraft from 1423 to 1700. **Journal of the Fantastic in the Arts**, v. 2, n. 4, 1990, p. 47-73.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Tradução: Maria Lucia Machado e Heloísa Jahn. França: Companhia de Bolso, 2009.

FERRO, Marc. **Cinema e história**. Paz e Terra, 1992.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

G1. Em noite de lua cheia, imagem de lobisomem viraliza na web e intriga moradores do DF. **G1, Distrito Federal**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/video/em-noite-de-lua-cheia-imagem-de-lobisomem-viraliza-na-web-e-intriga-moradores-do-df-8910247.ghtml>. Acesso em: 10 mai 2023.

G1 MA. 'Príncipe de Roma' é campeão do grupo A dos blocos tradicionais no Carnaval de São Luís 2023. **G1, São Luís**, 22 fev 2023, seção Carnaval. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/carnaval/2023/noticia/2023/02/22/principes-de-roma-e-campeao-do-grupo-a-dos-blocos-tradicionais-no-carnaval-de-sao-luis-2023.ghtml>. Acesso em: 10 mai 2023.

G1 PA. Grupo que decapitou lavrador 'lobisomem' no interior do Pará é condenado à prisão. **G1, Pará**, 03 set 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/09/03/grupo-que-decapitou-lavrador-lobisomem-no-interior-do-para-e-condenado-a-prisao.ghtml>. Acesso em: 10 mai 2023.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.

LECOUTEUX, Claude. **Hadas, brujas y hombres lobo en la Edad Média**. Edição: José J. de Olañeta. Espanha: El Barquero, 2005.

OROBITG, Christine. La lycanthropie dans la prose doctrinale du XVIe et du XVIIe siècle espagnol. **Bulletin Hispanique**, Vol. 117, n° 2, dez. 2015, p. 549-568.

OTTEN, Charlotte F. Introduction. In: OTTEN, Charlotte F. (Org.) **A lycanthropy reader. Werewolves in Western culture**. New York, Syracuse University Press Syracuse, 1986.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira (et al.) **Coleção História do Tempo Presente: volume 2**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SIDKY, Hodayun. **Witchcraft, Lycanthropy, drugs and disease: an anthropological study of the European witch-hunts**. Oregon: Wipf and Stock Publishers, 2010.

SIQUEIRA, Filipe. Mistério! Homem diz ser lobisomem e dá surra em oito policiais. **R7**, 03 nov 2018, seção Hora 7. Disponível em: <https://noticias.r7.com/hora-7/fotos/misterio-homem-diz-ser-lobisomem-e-da-surra-em-oito-policiais-03112018#/foto/1>. Acesso em: 10 mai 2023.

VIECELLI, Leonardo. "Vamos ver se pegamos o bicho", diz vereador que prometeu caça a "lobisomem" em Santa Maria. **Gaúcha ZH**, 29 de setembro de 2017, seção GHZ Política. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/09/vamos-ver-se-pegamos-o-bicho-diz-vereador-que-prometeu-caca-a-lobisomem-em-santa-maria-cj86br0ef006x01mrr01xkv6j.html>

A fera interior (temporada 1, ep. 5). Lore [seriado]. Direção: Darnell Martin. Estados Unidos: Amazon Prime Video, 2017.

CREPÚSCULO. Direção: Catherine Hardwicke. Produção de Mark Morgan e Greg Mooradian. Estados Unidos: Paris Filmes, 2008.

HARRY Potter e o Prisioneiro de Azkaban. Direção: Alfonso Cuarón. Produção de David Heyman, Chris Columbus e Mark Radcliffe. Reino Unido: Warner Bros. Pictures, 2004.

LISNYTSKYI. Rare Weidmann's execution video. Youtube, 2 jun. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VJdhePPvxjY>. Acesso em: 10 mai 2023.

LOBISOMEM na noite. Direção: Michael Giacchino. Produção de Stephen Broussard. Estados Unidos: The Walt Disney Company, 2022.

O lobo viking. Direção: Stig Svendsen. Produção de John M. Jacobsen, Peter Ahlén Lavrsen e Ellen Alveberg. Estados Unidos: Netflix, 2022.

TEEN Wolf: o filme. Direção: Russell Mulcahy. Produção de Tyler Posey e Tyler Hoechlin. Estados Unidos: Paramount+, 2023.

THE Werewolf. Direção: Henry MacRae. Produção de 101 Bisão. Estados Unidos: Universal Studios, 1913.

WORLD of Monsters. Every Werewolf from Every Movie Ever (1913 - 2020). Youtube, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZwDfBLmhb7E&t=2006s>. Acesso em 10 mai. 2023.

SAND, Baron Dudevant Jean Francois Maurice. Werewolves. 1858. Ilustração. 5462x3347 pixels. Disponível em: <https://www.bridgemanimages.com/en-US/sand/werewolves-illustration-for-legendes-rustiques-by-george-sand-1804-76-1858-litho/lithograph/asset/170907>. Acesso em 10 mai 2023.

Náufragos-Imigrantes no Brasil-Paraíso: Análise de Imagens em O Malho (1907-1927)*Castaways-Immigrants in Brazil-Paradise: Image Analysis in O Malho (1907-1927)*Isabella Oliveira da Silva¹, UFU**Resumo**

O presente artigo visa abordar a vinda de imigrantes europeus ao Brasil no contexto marcado pelo fim da escravidão e pela instauração de um governo republicano. Em um momento em que se almejava o fortalecimento de uma identidade nacional, teorias eugenistas impunham um viés positivo ao processo de mestiçagem, visando embranquecer a sociedade brasileira através do imigrante europeu, que chegava em nossas terras atraídos pela oportunidade de melhores condições de vida e trabalho. Através da análise de imagens publicadas na revista ilustrada O Malho, esta pesquisa objetiva perceber como a construção do Brasil como terra prometida para os imigrantes se contrapõe à realidade vivenciada por este grupo no nosso país, cujas dificuldades podem ser notadas até mesmo durante a travessia do Atlântico.

Palavras-chave: Imigrantes; Identidade Nacional; República Brasileira; O Malho.

Abstract

This article aims to address the arrival of European immigrants to Brazil in the context marked by the end of slavery and the establishment of a republican government. At a time when the aim was to strengthen a national identity, eugenic theories imposed a positive bias on the miscegenation process, seeking to whiten Brazilian society through the European immigrant, who arrived in our lands attracted by the opportunity of better living conditions and work. Through the analysis of images published in the illustrated magazine O Malho, this research aims to understand how the construction of Brazil as a promised land for immigrants is opposed to the reality experienced by them in our country, whose difficulties can be noticed even during the crossing of the Atlantic.

Keywords: Immigrants; National Identity; Brazilian Republic; O Malho.

Introdução

Não por acaso o advento da república brasileira se deu em 1889 com um golpe militar, quando os pilares da monarquia no Brasil (politicamente independente, mas exercida pela linhagem portuguesa) estavam fragilizados graças à recém abolição da escravatura, ocorrida um ano antes². Se o intento era instalar um governo popular e soberano, livre das amarras de Portugal, almejando o fortalecimento de uma nação “verdadeiramente” brasileira, sujeitos da

¹ Graduanda em História: Licenciatura e Bacharelado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Informações de contato: isabellaoliveira0404@ufu.br.

² Não só esse motivo influenciou a instauração da República: as dissidências entre a monarquia e os militares e as discussões acerca de ideais republicanos acompanhadas e realizadas pelo povo também impulsionaram esse processo histórico. Para mais, veja: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990; MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: Cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

elite política e econômica não deixaram de mostrar suas preocupações frente às mudanças exercidas. A escravidão findara, resultado de séculos de lutas individuais e coletivas e não pela simples concessão de uma princesa, representada pela assinatura da Lei Áurea³; todavia, quem assumiria o lugar deixado pelos escravizados nos postos de trabalho nos campos e nas cidades? Junto desse alarme suscitado entre os antigos senhores, a construção de uma identidade nacional brasileira caminhava ao lado de teorias raciais e, posteriormente, de ideias eugenistas que ganharam destaque no país, assumindo um caráter racista ainda que numa sociedade marcada pela mestiçagem de grande parte da população.

Como forma de equilibrar a lacuna de trabalho deixada pela escravidão que não via como promissora a ocupação de encargos assalariados por ex-escravos⁴ – uma vez que a mentalidade senhorial mantida no pós-abolição não entendia os egressos do cativo como cidadãos, mas como propriedade⁵ – e de modo a projetar o embranquecimento de um país cuja história foi marcada pelo tráfico e escravatura, uma figura desponta nos litorais do Brasil: o imigrante europeu. Frente ao exposto, a proposta deste artigo é realizar uma discussão bibliográfica acerca da vinda desse trabalhador forasteiro ao nosso país e, com o apoio teórico de Ana Maria Mauad (2005) para a análise de fotografias, buscar estabelecer vínculos entre essa temática e imagens dispostas em *O Malho*, periódico carioca contemporâneo aos primeiros anos do Brasil republicano.

Eugenia, Trabalho Livre e Imigrantes

Embora seja uma temática que foi menosprezada por décadas pelos pesquisadores brasileiros, a eugenia é um tema caro à Nancy Leys Stepan (2004) que, em seu trabalho, afirma a presença do pensamento eugenista no Brasil no início do século XX, mesmo que este fosse um país marcado pelo subdesenvolvimento e pela miscigenação racial, tendo, portanto, uma base social disgênica aos olhos europeus. Esta percepção eurocêntrica apresentava o Brasil

³ BRASIL. Lei nº3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **CLBR de 1888** (Publicação Original). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 04/04/2023.

⁴ Embora essa mentalidade que visava a substituição do escravizado pelo imigrante europeu tenha sido bastante forte na época, isso não significa que não houve a incorporação de parte desses recém libertos em variados postos de trabalhos, nas cidades e nos campos, inclusive pela permanência de alguns deles nas mesmas fazendas que trabalhavam enquanto escravos. Veja mais em: SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Após o 13 de maio... a convivência entre libertos e imigrantes de São Paulo. In: _____. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1888-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2016.

⁵ Outorgada a Constituição de 1824, após a independência do Brasil, que definia os princípios que regiam a sociedade, ficaram estipulados quais eram os deveres e direitos dos cidadãos brasileiros. Nessa legislação, influenciadas por ideais liberais, os escravizados não tinham direito à cidadania, uma vez que era reputado a eles a condição de propriedade. Mesmo os afrodescendentes nascidos livres ou libertos eram sujeitos a um tratamento distinto dos cidadãos brancos, ainda que tivessem sua cidadania assegurada pela Constituição. Veja mais em: MATTOS, Hebe M. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

como exemplo de degeneração, seja pela identidade mestiça, seja por ser um país tropical. Fortemente influenciados por afirmações condenatórias, os intelectuais brasileiros compreenderam a eugenia como caminho possível para a redenção do Brasil, confrontando uma postura fatalista: a salvação do país seria conquistada através do aprimoramento hereditário, muito ligado às concepções sanitárias.

Se a eugenia associada ao nazismo e outros processos históricos fascistas europeus do século XX partia da premissa de eliminação de uma raça entendida como inferior, no Brasil a mestiçagem racial modificou noções eugenistas para que fossem cabíveis à nossa realidade. O lema “sanear é eugenzar” ganha força, conjuntamente com a perspectiva moralizante de aspectos sociais e médicos como frutos da degeneração brasileira. Nesse ínterim, medidas como o controle de natalidade eram vistas como passíveis de aplicação em sujeitos inadequados; contudo, a necessidade do crescimento da população brasileira impunha limites às restrições de procriação. Se era preciso aumentar o número de brasileiros, além de assegurar que apenas pessoas saudáveis tivessem descendentes, era preciso lidar com a questão racial nessa reprodução. E o que fazer se a mestiçagem inseriu o negro na composição brasileira e ele era entendido como elemento corruptivo social e racialmente?

Nesta perspectiva, Stepan aponta o movimento eugênico no Brasil como fundamentado nas preocupações de raça e não de classe como na Europa, embora isso não fosse completamente excludente, já que afinal as classes mais empobrecidas no nosso país eram constituídas em grande parte pelos herdeiros da escravidão. Dado que no Brasil a mestiçagem eram uma realidade imposta, a eugenia aqui toma o sentido inverso de noções eugênicas tradicionais e torna a miscigenação racial essencial, não porque entende a presença do negro (e indígena) na formação do povo brasileiro como aspecto positivo⁶, mas porque é através da mestiçagem que se tem a possibilidade de instauração de um processo de branqueamento. E de onde sairia o fator capaz de embranquecer o Brasil? Ele veio por meio de levas de trabalhadores livres, advindos da Europa para substituir o escravizado, que até a abolição era a principal fonte de mão-de-obra.

Inseridos no quadro brasileiro desde meados do século XIX, imigrantes de várias nacionalidades europeias vêm ao Brasil quando a escravatura perde forças e quando a Europa passa por um período de instabilidade, visto que possuía um excedente populacional o qual não

⁶ Existiram intelectuais que desafiavam isso, como Gilberto Freyre, mas não era um chamariz usual no campo intelectual. Contudo, a postura positiva frente a miscigenação - mesmo enquanto proposta embranquecedora - fez crer que nosso país não sofreu com segregações raciais. Especialmente a perspectiva freyriana, deslocando o processo miscigenatório de raça para cultura ajuda a dissimular o racismo existente no Brasil, estipulando uma constante comparação com sociedades de origem anglo-saxônica, como os EUA.

conseguiu absorver no mundo do trabalho, dado que faz Zuleika Alvim (1998) descrever o continente europeu como expulsor, impactado ainda mais entre os anos 1920 e 1940 pela ascensão de uma política fascista, como indica Bertonha (1997) no caso italiano. Uma vez que seus países de origem não pareciam oferecer mínimas condições de sobrevivência, é criado sobre o Brasil um imaginário tão intenso que alavancou um êxodo populacional europeu, cujos imigrantes projetavam nosso país como uma espécie de paraíso, ofertando abundância e oportunidade de enriquecimento. Esse imaginário do Brasil foi transmitido por agentes que buscavam mão-de-obra branca europeia, ação iniciada ainda no século XIX, como aponta Carrega (2019). É necessário destacar essas características (imigrante branco e europeu), já que trabalhadores asiáticos não eram o foco da ação migratória e ex-escravos entravam numa disputa por trabalho com os imigrantes com condições desfavoráveis, já que os trabalhadores europeus tinham o objetivo (nem ao menos sublimado) de povoar e branquear o Brasil.

Se as expectativas estavam no pretense paraíso, a realidade encontrada por imigrantes ao atravessarem o Atlântico era um espaço com hábitos desconhecidos, contrastantes com aqueles adquiridos em suas terras natais. Caso a esperança de muitos imigrantes fosse adquirir terras próprias, tornando-se um pequeno proprietário, evidencia-se que muitas das trajetórias migratórias bateram de frente com a intensa procura de mão-de-obra barata para os grandes latifundiários. E, ainda na travessia do Atlântico, esses imigrantes tinham que enfrentar situações adversas, marcadas pelas aglomerações, falta de qualquer conforto e pela diversidade cultural presente que muitas vezes impedia um contato inicial com outras famílias. A chegada desses viajantes aqui era, portanto, marcada por desafios, como a falta de verba para assegurar a vinda e o assentamento desses viajantes, que podia ser feito pelo governo federal, provincial ou por agentes particulares, sem ter um único órgão responsável pela falta de infraestrutura dos futuros trabalhadores (ALVIM, 1998, p. 232-233).

No intervalo de espera até que fosse estipulado seu destino final, seja em cafezais ou aos serviços urbanos, muitos eram obrigados a esperar em hospedarias de imigrantes. Quando instalados definitivamente, os trabalhadores encontraram resistência para sua mobilidade por parte de seus empregadores. Em casos extremos eram impedidos de abandonar uma dada propriedade ou posto de trabalho enquanto não houvesse o pagamento das dívidas desses imigrantes para seus contratantes. Não ignorando as distinções entre regiões para quais eram mandados, seja o Sudeste – que oferecia uma estrutura inicial para os colonos nas fazendas paulistas –, seja o Sul – onde os imigrantes usualmente construía sua moradia – é perceptível que a vida dos imigrantes no Brasil não foi ao encontro da terra prometida a eles. Opostamente,

passavam por várias transformações sociais e culturais para sobreviver nesse novo mundo, entrando inclusive em conflito com antigos moradores do Brasil, por exemplo pela supressão de povos indígenas em busca da posse da terra.

Análise de Fotografias: Possibilidades Históricas

Abordada a presença dos imigrantes em um Brasil bem distinto daquele propagado entre final dos oitocentos e início do século XX, o trabalho de Mauad (2005) introduz uma discussão pertinente acerca de análises de fontes históricas, onde fotografias presentes em duas revistas ilustradas cariocas dos anos 1900 a 1950, *Careta* e *O Cruzeiro* foram trabalhadas em “Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”. Mauad indica a necessidade de entender imagens fotográficas através de uma ampliação da noção de testemunho historiográfico, onde devem ser considerados diferentes aspectos para a análise dessas fotografias, como refletir acerca de quem as produziu e quais as intenções do sujeito/dispositivo que a elaborou, de quem as recebeu e o valor atribuído socialmente nas imagens, além de pensar acerca da composição da própria imagem que contém histórias em uma linguagem visual.

Assim, compreende-se que, embora seja um testemunho do passado, enquadradas como vestígios históricos, as fotografias também transformam suas realidades contemporâneas, pois são imbuídas de finalidades distintas, não sendo, portanto, um mero espelho do passado analisado, mas contendo em suas estruturas interesses e intenções de quem as projetou. E isso não vale apenas para o presente, onde facilmente são alteráveis elementos e narrativas visuais, mas também para as imagens fotográficas do século XX, cuja composição e mesmo o suporte em que eram vinculadas podiam construir historicidades alternativas, através de escolhas deliberadas. Se é preciso adentrar mais do que superficialmente numa fotografia, a autora propõe caminhos para isso, que não ficam restritos ao campo da História, mas interpelam outras áreas da pesquisa. Concebida através de segmentos de expressão e conteúdo, é preciso observar escolhas técnicas e estéticas, por exemplo, os enquadramentos, definição de imagens, entre outros, refletindo também predileção por determinadas vivências dispostas nas fotografias (MAUAD, 2005, p. 43).

Ainda Mauad aponta que toda imagem é histórica, mas não pode ser entendida como reflexo de um determinado momento/evento do passado. Contudo não importa se a imagem fotográfica “mente”: é importante saber como e porque ela alterou (ou não) a realidade. Ao ressaltar as fotografias como espécies de janelas do passado divulgadas por periódicos da época

(ainda que envoltas por camadas adicionadas propositalmente), a autora destaca que a escolha por determinado formato e/ou narrativa foi usada nas revistas para criar e explorar um padrão de sociabilidade e que os sujeitos que fizeram essas escolhas até meados dos anos 1950 foram principalmente as elites brasileira considerando que a produção de fotografias ainda estava restrita a poucos. Assim, Mauad evidencia que as revistas ilustradas eram o principal meio de veiculação de imagens fotográficas e que apresentavam e (re)forçavam comportamentos e costumes sumariamente ligados à lógica burguesa.

Faz sentido, portanto, que essas revistas apoiassem a política migratória em vigor, dando inclusive espaço para a construção do imaginário Brasil-paraíso. Indo ao encontro dessa premissa, para análise, foram escolhidas seis imagens de *O Malho*, revista ilustrada inaugurada em 1902 e focada no humor e sátira política. Dentre as imagens selecionadas, quatro delas são fotografias de imigrantes vítimas de um naufrágio transatlântico e as outras duas imagens também se relacionam com essa situação. Ao analisar essas fontes históricas, percebe-se que a utopia brasileira, formulada como alvo de ação migratória para estrangeiros desafortunados, é quebrada mesmo antes da chegada à costa do nosso país, onde a travessia apresenta antecipadamente as desventuras dos imigrantes no Brasil.

A derrocada da *Princesa Mafalda*

Se o tópico discutido é a inserção temática da imigração em periódicos do início do século XX, um longo tempo pode ser gasto observando edições em *O Malho*. Foi de forma paralela que o atual trabalho foi-se constituindo, enquanto ainda procurava dados acerca de hospedarias brasileiras de imigrantes na Hemeroteca Digital. Uma destas, da qual foi possível encontrar informações e imagens, denominava-se Hospedaria da Ilha das Flores e localizava-se no Rio de Janeiro. Na década de 1880, o governo ainda imperial projetou a construção de um espaço adequado ao recebimento dos trabalhadores estrangeiros, num momento em que a cidade do Rio de Janeiro vivia marcada por pandemias. Se tinha um objetivo mais provisório na sua formação, a hospedaria foi ampliada e se tornou um centro de convergência de imigrantes, pelos constantes grupos que chegavam na sede da Corte, posteriormente assumida como capital da República⁷. Em 1907 essa localidade ganhou ainda mais destaque, como aponta a seguinte charge contida numa edição de *O Malho* do mesmo ano, que ocupa metade de uma

⁷ Além de atrair mão-de-obra imigrante, a hospedaria limitava epidemias além-mar, tendo função sanitária (e carcereira se pensarmos nas prisões militares que existiam lá no século XX). Para mais veja em: KUSHNIR, Beatriz. *A Hospedaria Central: a Ilha das flores como a ante-sala do paraíso*. **Arquivo Geral do Rio de Janeiro**, 2008.

página referente às questões políticas do período:

Imagem 1



Fonte: O MALHO, 15/07/1907. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira

Nomeada como “Novo Paraíso Terrestre” (O MALHO, 15/07/1907, p.22), a imagem faz referência ao decreto que regulava o serviço de povoamento nacional por ondas estrangeiras⁸, o que é presumível a partir da escrita do canto superior da charge que diz: “Foi escolhido a Ilha das Flores para núcleo principal da imigração atrahida pela nova lei do povamento do sólo.” (O MALHO, 15/07/1907, p. 22). A imagem retrata um casal de imigrantes, dado que pode ser identificado pela trouxas que o homem carrega. O par está sozinho numa pequena ilha, que ainda não conta com mais nada além de uma rala vegetação. Essa seria a Ilha das Flores, também identificada na própria imagem, onde é possível ver uma embarcação que parece estar a caminho (ou saindo) dessa terra, sendo responsável pela chegada dos imigrantes à ilha. A única companhia que o casal parece ter é a de um homem que assume um papel divino, envolto em nuvens, mimetizando as imagens do deus cristão. Ele parece ordenar algo ao par, cujo homem parece conversar e concordar e sua mulher aparenta submissão ao comando.

A combinação de elementos da imagem reproduz imagetivamente a criação humana bíblica, o que é sustentado pela legenda, onde o político baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida apresentam-se como o Criador. Calmon é figura recorrente de O Malho no século XX e junto de Afonso Pena, então presidente da República, liderou a aprovação do supracitado decreto de povoamento nacional. Assim, quando Calmon-criador proclama a multiplicação da dupla (idealizando o primeiro casal cristão), isso é aprovado quase entusiasticamente segundo a legenda da charge, cuja grafia é: “Calmon (*com a solenidade divina de um novo Creador*) - Crescei e multiplicai-vos!/Os primeiros imigrantes - pelas cinzas de Adão e Eva, juramos que não faremos outra cousa!” (O MALHO, 15/07/1907, p. 22). Essa composição visual de

⁸ BRASIL. Decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907. Approva as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. **Diário Oficial**, 1907, p.3086 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20PRELIMINARES-,Art.,na%20conformidade%20das%20presentes%20bases>.

Calmon/Deus e imigrantes/povoadores induz a perspectiva, mesmo que em tom satírico, de um Brasil/paraíso, que precisava no início do século XX da ação migratória (branca).

E depois de feito o recorte espacial para pensar (e pesquisar sobre) os imigrantes no Brasil, tendo como definição temporal os anos de 1902 a 1930, foi possível chegar num evento histórico relacionado com a imigração europeia no Brasil. Uma edição de *O Malho*, vinte anos após a publicação da charge descrita acima, compartilhou em várias folhas uma tragédia envolvendo o transatlântico italiano *Principessa Mafalda*, que em outubro de 1927 afundou na costa brasileira. Embora o naufrágio tenha ocorrido próximo do litoral baiano, foi para o Rio de Janeiro e para a Hospedaria dos Imigrantes que vários dos sobreviventes foram encaminhados e é nesse espaço físico que estão inseridos a maior parte dos sujeitos retratados nas fotografias a serem apresentadas. Junto de uma ilustração, essas fotografias fazem parte de uma série de imagens publicadas pela revista ilustrada pouco tempo depois do naufrágio.

De acordo com argumento de Mauad de que fotografias seriadas não podem ser analisadas apenas por um exemplar, foram escolhidas múltiplas imagens que dialogam com a discussão proposta. A primeira e a segunda fotografia que trago estão dispostas numa mesma página, chamada *O impressionante naufrágio do “Principessa Mafalda”*:

Fotografia 1



Fonte: O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Fotografia 2



Fonte: O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Destaca-se que a fotografia 1 ocupa na página do jornal uma dimensão maior do que a fotografia 2 e nenhuma delas são acompanhadas de reportagens, apenas por curtas legendas, representando o que Mauad aponta como a utilização maciça de imagens, que “[...] chega de forma mais direta e objetiva à compreensão, com menos espaço para dúvidas, pois o observador confia nas imagens técnicas tanto quanto nos seus próprios olhos.” (MAUAD, 2005, p. 155). Também, no que tange a fotografia 1, os sujeitos fotografados são imigrantes pobres, o que pode ser percebido pelos elementos de vestuário e pela legenda abaixo da imagem, que indica que esses indivíduos pertencem à 3ª classe da embarcação afundada. Diferentemente desta, a fotografia 2 conta com um cenário distinto, imagem feita ainda no transatlântico; se a primeira fotografia é instantânea, a segunda é claramente posada, contando com 8 passageiros que parecem estar instalados no convés da primeira classe, aparentando vestimentas e acessórios de melhor qualidade. Posicionados, suas expressões são neutras enquanto os imigrantes da foto 1 demonstram preocupação, afetados pelo naufrágio.

Sobre as diferentes realidades presentes em *Principessa Mafalda*, é importante destacar que esse navio construído luxuosamente tinha o intento principal de atravessar o Atlântico com famílias abastadas, não só italianas, mas argentinas, brasileiras e uruguaias que estavam viajando pela Europa. Aproveitando de sua grande capacidade de embarcação, conduzia também imigrantes pobres quando regressava ao continente americano, os quais ficavam amontoados na plataforma destinada à terceira classe enquanto os demais passageiros e tripulantes obtinham maior liberdade de circulação. O contraste social e econômico dos viajantes é perceptível na quarta imagem escolhida, disposta a seguir:

Ilustração 1



Fonte: O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Publicada na página anterior a das fotografias supracitadas, essa ilustração representa a tentativa dos passageiros pobres de chegarem aos botes que estavam disponíveis no convés da

primeira classe, durante o naufrágio. Tentando salvar as próprias vidas, os imigrantes tiveram que lutar inclusive com a própria tripulação, que, com violência, procuraram ordenar a retirada dos passageiros num sentido que favorecia aqueles privilegiados economicamente. A legenda ofertada pelo O Malho indica a posição da revista frente esse conflito, uma vez que anuncia que “Os passageiros da 3ª classe invadiram o convez da 1ª e, apesar dos esforços dos tripulantes, entram em luta com estes tomando de assalto os barcos de salvamento.” (O MALHO, 05/11/1927, p. 29). Deste modo, O Malho critica a ação dos imigrantes pobres, não colocando-a como consequência de um desastre, mas como uma tomada ilegítima da 1ª classe, indicando o não-lugar dos imigrantes dentro do transatlântico naufragado.

Com uma travessia marcada pelo sofrimento e perda, as últimas imagens escolhidas de O Malho mostram como a esperança de encontrar o paraíso no nosso país é despedaçada antes mesmo desses imigrantes serem instalados definitivamente e de saberem as reais condições de trabalho no Brasil. Seguem as fotografias 3 e 4:

Fotografia 3



Fonte: O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Fotografia 4



Fonte O MALHO, 05/11/1927. Retirado de Hemeroteca Digital Brasileira.

Ambas instantâneas, tanto a fotografia 3 quanto a 4 ocuparam locais de destaque numa página dupla, retratando os sobreviventes da 3ª classe do *Principessa Mafalda* recém-chegados

na Hospedaria da Ilha das Flores. Se, na fotografia 3, uma criança olha com leveza para a câmera, os adultos que a acompanham demonstram diferentes graus de tristeza e aflição por perderem todas as suas posses afundadas no Atlântico. Tendo em vista a legenda da fotografia 3 - “Passageiros de 3ª classe, que tudo perderam, restando-lhe unicamente a dôr...” (O MALHO, 05/11/1927, p.35) - não é possível inferir, nem pela observação imagética nem pelo descrito o que seria exatamente essas posses perdidas (se incorporam apenas bens materiais ou estimam às perdas humanas). Contudo, o pequeno trecho abaixo da fotografia 4 deixa claro a extensão da tragédia para esses imigrantes italianos. Legenda esta que evidencia o afogamento de uma criança, acompanhando a figura de sua mãe chorosa no enquadramento, ao lado de um homem, possivelmente seu companheiro.

A reflexão sobre o conjunto de imagens comentadas acima demonstra a instabilidade que acompanhava os imigrantes europeus desde o momento da decisão de sua vinda ao Brasil. O naufrágio que marcou a vida desses imigrantes específicos aconteceu em um navio que objetivava a proteção de classes mais abastadas e ainda assim partiu da Itália com problemas estruturais, que, segundo uma reportagem do próprio jornal, já eram conhecidos previamente ao desastre. A reportagem nomeada “As causas do sinistro”, na página dupla “A tragédia do “Princesa Mafalda””, apontava que o vapor era antigo e, “[...] ao que se dizia, fazia a sua última viagem á America do Sul, devendo ser desarmado ao regressar a Genova.”. Além disso, o jornal aponta que a viagem foi motivo de preocupação desde o início e que várias vezes “[...] o vapor parára em alto mar, sem que os passageiros fossem avisados [... em] Cabo Verde o commandante Guli avisára para Genova, á companhia, que o vapor não estava em condições de seguir viagem. Recebe-ra, porém, como resposta, a ordem de proseguir.” (O MALHO, 05/11/1927, p. 29). Considerando que esse navio transportava famílias americanas economicamente privilegiadas e seguiu em alto mar independentemente da péssima estrutura, mal funcionamento, superlotação e descaso da companhia, imagina-se, portanto, a infraestrutura e o tratamento ofertados às embarcações pensadas prioritariamente para a travessia de imigrantes pobres ao Brasil.

Considerações Finais

Em um navio teoricamente equipado, centenas de pessoas morreram, dentre elas passageiros pobres que nem ao menos tiveram chances de alcançar a salvação sem serem atacados em prol de viajantes da primeira classe. Essas distinções de grupos não só foram reportadas em O Malho, como foram reiteradas por escrita e principalmente por imagens, em

conformidade com a argumentação de Ana Maria Mauad de que nas revistas ilustradas da primeira metade do século XX “[...] o pobre é retratado como naturalmente pobre, e o rico como naturalmente rico, posto que em nenhum momento são representados fora do código dominante que associa um determinado espaço geográfico a certos objetos e pessoas [...]”¹⁷ (MAUAD, 20005, p. 172) e isso tende a fortalecer um determinado padrão social que é difundido pela elite brasileira. Dessa forma, embora fosse do interesse das altas classes sociais a vinda dos imigrantes ao Brasil - sendo estes responsáveis por ocuparem as vagas disponibilizadas pelo fim da escravidão e também pelo encargo da branquitude brasileira através do povoamento e miscigenação - isso não significa que eles possuíam excepcionais destinos ao chegarem numa falsa terra prometida. Destinados à vida nos campos ou a cargos citadinos, esses imigrantes não foram poupados de dificuldades, nem ao menos resguardados de acusações em periódicos da época, de tentar usurpar o que era de direito da própria elite.

Fontes utilizadas

A tragédia do “Princesa Mafalda”. **O Malho**. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1927, edição 1312, p. 29. In: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=princesa%20mafalda&pagfis=63931>. Acesso em: 01/04/2023.

DEPOIS do naufrágio do “Princesa Mafalda”. **O Malho**. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1927, edição 1312, p.35. In: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=princesa%20mafalda&pagfis=63937>. Acesso em 01/04/2023.

NOVO Paraíso Terrestre. **O Malho**. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1907, edição 248, p.22. In: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=princesa%20mafalda&pagfis=9488>. Acesso em: 01/04/2023.

O impressionante naufrágio do “Princesa Mafalda”. **O Malho**. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1927, edição 1312, p. 31. In: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&Pesq=princesa%20mafalda&pagfis=63933>. Acesso em: 01/04/2023.

Referências

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo, In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil República**: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BERTONHA, João Fábio. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. **Rev. Bras. Polít. Int.**, 1997.

CARREGA, Arthur Daltin. As propagandas imigrantistas do Brasil no século XIX: o caso da Sociedade Central de Imigração. **Patrimônio e História**, v.15, n.2, 2019.

- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- KUSHNIR, Beatriz. *A Hospedaria Central: a Ilha das flores como a ante-sala do paraíso. Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, 2008.
- MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. FGV, 2007.
- MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.13, n.1, 2005, p.133-174.
- MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida: Cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduar), 2007.
- MESQUITA, Sergio Luiz M. **A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1910)**. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Após o 13 de maio... a convivência entre libertos e imigrantes de São Paulo. In: SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-abolição (1888-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2016.
- STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: ARMUS, Diego; HOCHMAN, Gilberto (org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 331-392.

Imprensa e Guerra: uma análise acerca da atividade periódica do Jornal do Amazonas, Diário do Grão-Pará e Jornal do Pará durante a Guerra contra o Paraguai

Press and War: an analysis of the periodic activity of Jornal do Amazonas, Diário do Grão-Pará and Jornal do Pará during the Paraguai War

Jonas de Luca Trindade da Silva¹, UFF

Resumo

Este artigo analisa a atividade periódica de três jornais de grande circulação na Província do Pará durante o curso da Guerra contra o Paraguai. Apesar de ter se dado na região de fronteira do sul do Império, o conflito platino gerou reflexos ao longo de todo o território nacional. Com isso, em diversas províncias do Brasil um amplo esforço militar fora demandado e para este ter sucesso diversos setores da sociedade foram acionados. Dentre esses setores estavam os jornais, os quais trabalharam diariamente divulgando notícias dos campos de batalhas, informando a população acerca das mobilizações no Brasil ou mesmo denunciando arbitrariedades de autoridades no que toca o recrutamento. No Pará, três jornais de ampla circulação tiveram participação efetiva no contexto e trabalharam ora junto ao governo na campanha de mobilização para a guerra, ora contra.

Palavras-Chave: Guerra contra o Paraguai; Imprensa; Província do Pará.

Abstract

This article analysis the periodic activity of three newspapers with wide circulation in the Province of Pará during the course of the Paraguai War. Although it took place in the border region of southern Brazil, the Platine conflict generated repercussions throughout the entire national territory. As a result, in several provinces of the Empire, a broad military effort was demanded and for this to be successful, different sectors of society were called upon. Among these sectors were the newspapers, which worked daily disseminating news from the battlefields, informing the population about the mobilizations in Brazil or even denouncing arbitrary acts regarding recruitment. In Pará, three newspapers with wide circulation had an effective participation in the context and worked either with the government in the mobilization campaign for the war, or against it.

Keywords: Paraguai War; Press; Province of Pará.

Introdução

Tidos como objeto, e ao mesmo tempo, personagens de análises historiográficas, os periódicos de jornais têm se constituído enquanto espaço privilegiado para se compreender diversas dinâmicas da sociedade. Surgidos no Brasil no início do século XIX, ao longo das décadas que se seguiram, a atividade jornalística ganhou impulso, os meios de impressão se

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: jluca@id.uff.br.

modernizaram e a atividade periódica se tornou cada vez mais intensa e sofisticada. (LUCA; MARTINS, 2012, p. 8).

Durante as tardes, em cafés, bares ou mesmo nas instalações das tipografias em que eram impressos os jornais, grupos de políticos, comerciantes, homens de negócios, intelectuais, artistas, poetas etc., reuniam-se para leitura coletiva e para o debate das principais novidades existentes no mundo. Além de serem lidos nesses espaços, os jornais eram também afixados pelos diversos cantos das cidades. As informações ganhavam as ruas, eram lidas, e ao mesmo tempo transpostas do papel pelo “burburinho” da oralização; e invadiam locais diversos, atingindo mentes e corações dos mais variados tipos sociais (MOREL, 2012, p. 19-20). Contudo, é importante destacar que a atividade dos jornais não se restringia apenas a divulgar notícias e informar a sociedade, tendo, os periódicos, cumprido outras funções.

Nesse contexto, portanto, de acordo com Marco Morel, a atividade periódica pretendia, também, marcar e ordenar a cena pública, a qual passava por transformações nas relações de poder no século XIX. Inseridos em densas tramas e relações sociais e políticas detentoras de alguma “estabilidade e identidade” que eram anteriores ao advento dos consórcios nas tipografias, a imprensa no Brasil não surge como algo desterritorializado. Mas, pelo contrário, a imprensa nasce por de trás de diferentes grupos, que, ao ser detentores dos meios de produção dos impressos, buscavam construir novos ordenamentos ao exercer uma missão política e pedagógica sobre a sociedade, fazendo com que nela surgisse uma opinião pública, isto é, um “instrumento simbólico”, cuja função social era a de legitimar posições políticas, ideias e opiniões que eram de demanda de setores isolados da sociedade e transformá-las em uma vontade geral; transportando debates de nichos restritos à esfera do mundo público (MOREL, 2012, p. 24).

Imersos em complexas redes de sociabilidade e consórcios políticos, os redatores e editores de jornais criavam uma espécie de “teatro do jornalismo” ao divulgar não somente notícias que eram de seus interesses, mas também denúncias, polêmicas, fofocas, insultos pessoais ou dirigidos à grupos políticos rivais, forjando, através dos prelos, uma verdadeira arena política de debate (BARBOSA, 2010, p. 49).

No Brasil do século XIX, Liberais e Conservadores travaram incontáveis debates/conflitos políticos os quais ganharam as páginas de jornais. Grupos antagônicos entre si, os Liberais preocupavam-se em conduzir uma política de modo a assegurar uma “distribuição tendencialmente mais equilibrada do aparelho do Estado pelo território imperial”, isto é, uma política descentralizada que visava livrar o Brasil da “Oligarquia turbulenta” e

garantir Liberdades e a Segurança do Povo; enquanto os Conservadores, de modo contrário, buscavam uma política centralizada, com distribuição desigual do aparelho do Estado a qual visava proteger o Brasil da tutela e das paixões de facções (MATOS, 1987, p. 105-106).

Durante o conflito platino, a imprensa contribuiu sobre maneira para a manutenção do ímpeto militar. Nesse contexto, os jornais distribuídos ao longo do Império fizeram uma intensa campanha de mobilização onde, diariamente, eram publicados os principais fatos ocorridos nos campos de batalhas; além de discursos fortes, poesias e hinos com chamamento dos sujeitos às armas. Ao analisar a atividade deste setor tanto na Província do Maranhão, quanto na Província do Piauí, Johnny Santana evidenciou toda uma cadeia de esforços propagandistas cujos reflexos recaíam diretamente sobre mobilização de pessoal (ARAÚJO, 2005, p. 53; 2009, p. 86).

Envolver-se na esfera da política era uma atividade típica dos jornais; e em alguns casos, a atividade desenvolvida nas redações era um primeiro passo para a entrada dos editores, sócios ou redatores na vida política (BARBOSA, 2010, p. 52). No contexto do conflito platino, é assente perceber que os periódicos de jornais da Província do Pará tiveram importantíssima função no processo de formação de tropas. Através das páginas dos periódicos da Amazônia, as informações sobre o conflito platino correram pelos quadrantes da região, informando diariamente homens e mulheres, ricos e pobres acerca dos principais acontecimentos ocorridos nos campos de batalha (SILVA, 2022, p. 67). Todavia, este mesmo trabalho desenvolvido viveu permeado de diferentes interesses dos grupos/partidos políticos distribuídos na região, o que gerou também muitos embates.

No Pará, província localizada no extremo norte do Império do Brasil, Liberais e Conservadores travaram vários debates/conflitos que ganharam as páginas dos periódicos. Nesse sentido, ao analisar a atividade desenvolvida a partir deste setor da sociedade, tem de se levar em consideração o mundo no qual os editores, os redatores, ou mesmo os donos dos periódicos estavam inseridos dado que estes espaços não são neutros. É importante, portanto, se atentar não só às informações contidas nos jornais, mas também aquelas concernentes a quem editava, quem redigia, quem possuía os jornais, ou a que grupo ou partido político determinado jornal estava ligado; e a partir disso delimitar os campos nos quais os periódicos estavam inseridos, compreendendo suas atividades informativas dentro de um complexo mundo de interesses e desinteresses.

Para tanto, este trabalho se atentará justamente para essa questão. Assim, através da análise das atividades dos periódicos “*Diário do Grão-Pará*”, “*Jornal do Amazonas*”, e “*Jornal do Pará*”, bem como da instrumentalização de fontes do Governo do Pará (ofícios,

contratos etc.) esquadrinha-se o conteúdo de algumas de suas publicações de maneira a compreender alguns dos episódios em torno da mobilização para a guerra e delinea-se também a rede por trás de cada um desses periódicos, isto é, a que grupos ou partidos políticos estavam ligados. A análise que segue adiante toma como objeto apenas esses jornais, pois, até o momento, a pesquisa conseguiu identificar concretamente apenas os vínculos mantidos por eles com o Governo, o que, é claro, não exclui a possibilidade de análises sobre outros periódicos.

Estes citados acima, ora mantinham contrato de prestação de serviço com a província, ora prestavam serviços informais ao governo com publicações avulsas, uma vez que não necessariamente haviam consignado contratos com o Estado, mas prestavam serviços esporádicos ao Governo da Província ao publicar em suas páginas informações encomendadas que eram de interesse do Governo. Trabalhos pelos quais os jornais eram remunerados de acordo com o que fora demandado na ocasião.

A viagem dos fatos: a chegada das notícias da guerra na Amazônia e a mobilização militar

Na Província do Pará, a relação entre o mundo jornalístico e o mundo político/militar durante os anos da campanha foi bastante acentuada. Ao longo de todo conflito, os jornais aqui analisados fizeram entrar e sair pelos portos de Belém inúmeras notícias sobre a guerra, ora incentivando a participação dos indivíduos a assentar praça nas forças armadas, ora criticando as posições das autoridades civis e militares no que concerne o recrutamento, sobretudo quando estava no poder do Executivo da Província um político que era do partido de oposição ao qual os editores ou redatores dos periódicos faziam parte. Nesse sentido, portanto, há de se perceber que as posições de cada jornal dependiam diretamente de qual grupo estava por trás do periódico, bem como qual era seu interesse no momento em questão.

Por manterem contatos diretos entre si, formando uma ampla rede de comunicação, tanto com o interior da Amazônia, quanto com jornais de grande circulação em províncias como a do Maranhão, Pernambuco, São Paulo, ou mesmo o Rio de Janeiro, os Jornais da Província do Pará fizeram com que os episódios da guerra se tornassem presentes no cotidiano dos sujeitos na região. Tornando-se, desse modo, um importante lócus de estudo cujas informações permitem compreender um complexo mundo. Com isso, os periódicos são ao mesmo tempo objeto e personagem de análises historiográficas. Eram nas redações que se construía visões de mundo, eram nas redações que se discutiam interesses diversos; ou ainda, eram nas redações de jornais que se travavam conflitos entre diferentes personagens.

Durante o prelúdio do conflito platino, ao que indicam as fontes, os conflitos, as trocas de acusação, as mensagens de escárnios e os maldizeres nas páginas dos jornais não eram tão presentes. Contudo, estes passaram a se acentuar com desenrolar da campanha devido à morosidade no término da guerra e a intensificação do recrutamento, quando este passou a ser usado como arma política de perseguição a opositores.

Com isso, durante os primeiros momentos da guerra, a imprensa paraense se deteve mais a divulgar os principais acontecimentos da guerra, em um amplo trabalho comunicativo, aproximando o extremo da Bacia do Prata à Amazônia, bem como informações acerca das mobilizações feitas na região cujas tropas estavam sendo formadas para o envio aos campos de batalha no sul do Império; estas últimas informações transitavam tanto na Província do Pará quanto em províncias vizinhas.

Para tanto, um sintoma claro desse contexto é a presença de várias correspondências de jornais como as do “*Diário do Grão-Pará*”, “*Jornal do Pará*”, e “*Jornal do Amazonas*” em periódicos de províncias como a do Maranhão, Pernambuco, São Paulo etc. Na totalidade de seus conteúdos, durante aproximadamente os oito primeiros meses da campanha contra o Paraguai, aqueles jornais se preocupavam em narrar os principais atos tomados pelo Governo do Pará no que concerne a formação e estruturação de tropas na capital, o número de voluntários da pátria que havia chegado dos interiores até a cidade de Belém, os donativos patrióticos oferecidos pelos empregados públicos e demais personagens bem aquinhoados da região, assim como o oferecimento voluntário de Oficiais da província os quais seguiram para a Corte em companhia de seus respectivos subordinados.

Alguns desses episódios chegam até mesmo a se repetir nas páginas de diferentes jornais, em diferentes províncias, com poucas mudanças em seu conteúdo e intervalos de tempo de pouco mais de 8 dias. Isto aconteceu, por exemplo, com as notícias do episódio da mobilização feita em Belém no dia 13 de fevereiro de 1865, quando o Governo da província fez seguir para o sul o 3º Batalhão de Artilharia a Pé, notícias que correram o Brasil e se repetiram tanto nas páginas do *Jornal Publicador Maranhense*, quanto nas do *Jornal Diário de Pernambuco* (Publicador Maranhense, 16 de fev. de 1865. P.2; Diário de Pernambuco, em 8 de março de 1865. p. 2).

A divulgação desses registros para outras províncias do Império se dava ora diretamente pelos proprietários ou redatores dos jornais, ora também através de correspondentes particulares situados em Belém, ou ainda através de algumas firmas Comerciais situadas na cidade de Belém as quais reuniam algumas das principais edições dos periódicos que circulavam na região e

faziam embarcar dos portos do Pará não somente produtos de exportação, mas também ideias e fatos.

Os editores que as republicavam em seus jornais faziam questão de sinalizar o periódico com o qual mantinham contato em Belém ou mesmo a firma comercial que fazia esse trabalho na cidade. Nesse sentido, por exemplo, com o *Diário de Pernambuco*, um dos mais antigos e importantes jornais que circularam no Brasil durante o século XIX, o responsável por fazer essa atividade era a firma cuja razão social rodava em nome de Geraldo Antonio Alves & Filhos, a qual tinha como seus proprietários Joaquim Antonio Alves e sua respectiva esposa.

Joaquim Antonio Alves era um dos homens de negócio da Praça da Capital de Belém o qual atuava também na política da província. Mantinha negócios de importação e exportação entre Belém e lugares da Europa como Liverpool e Dinamarca. Era um sujeito influente na região e chegou até mesmo a ocupar importantes espaços na província, tornando-se perito da Alfandega; ou mesmo, ao lado de vários outros homens de grosso trato da capital concorrendo a uma vaga na Assembleia Provincial no ano de 1867 (*Almanaque Administrativo (PA)*. Ano de 1868, p. 116; *Jornal do Pará* em 27 de nov. de 1867. p. 3).

Foi Joaquim Antonio Alves, ao lado dos demais personagens expostos a seguir, os responsáveis por informar a população local acerca da guerra, de criar uma atmosfera favorável ao recrutamento militar na região; bem como abastecer de notícias e acontecimentos patrióticos a vitrine nacional ao divulgar para o Brasil as principais mobilizações militares realizadas no Pará.

Essas notícias encontram-se presentes em páginas de jornais diversos. No periódico *Jornal de Recife*, edição do dia 23 de março de 1865, foi publicada uma correspondência contendo informações retiradas do *Jornal Diário do Grão-Pará*. Nesse recorte, o *Diário do Grão-Pará* se preocupou em registrar e narrar para os seus leitores o ato patriótico tomado pelo Coronel Francisco da Ponte e Souza, Comandante do 35º Batalhão da Guarda Nacional, o qual, tomado por “espírito patriótico”, havia se oferecido ao Governo da Província a seguir até o Rio de Janeiro acompanhado de seus subordinados para lutar contra os paraguaios que haviam invadido o Brasil (*Jornal do Recife*, 23 de mar. de 1865. p. 1).

Alguns dias depois do *Jornal de Recife* ter publicado em suas páginas aquele ato patriótico, novas mobilizações na capital da Amazônia eram organizadas. Nesse sentido, em 28 de março de 1865, com a chegada de notícias da Corte, foram feitas em Belém “estupiosas festas”. Nessa ocasião, em meio aos festejos nas ruas da cidade, deu-se o embarque do primeiro

Corpo de Voluntários da Pátria do Pará que seguiu para o Sul no Vapor “*Oyapok*” (Publicador Maranhense, 31 de mar. De 1865. p. 1).

Esta companhia militar foi criada pela Lei provincial de número 477, que definiu que o antigo Corpo de Caçadores de Polícia da Província seria renomeado e reorganizado. Seu número foi ampliado para uma capacidade de até 1200 homens e além disso, para sua manutenção, essa companhia recebeu um montante de cem contos de réis dos cofres provinciais, medidas que foram aprovadas após votação da Assembleia Legislativa do Pará (Carta Lei nº 477. APEP, FSPP, parte encadernada, código 1377).

No momento seguinte do embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, o Major do Corpo de Polícia do Pará, Antonio Nicolau Monteiro Baena, produziu uma lista com o registro de nomes dos Oficiais, Oficiais Inferiores, Cabos, Soldados e recrutas assentados no Corpo de Voluntários da Pátria, a qual foi remetida para a Secretaria da Presidência da Província e posteriormente para o Ministério dos Negócios da Guerra. Embarcado para o Sul, a frente deste Corpo estava o Tenente Coronel Joaquim Cavalcante de Albuquerque Bello, natural de Pernambuco; seguido do Almirante Alferes Francisco Antonio Nepomoceno, natural do Ceará; do Almirante [?] Joaquim Pereira Dias, natural de Belém; do Dito 2º Cosme Francisco Pereira, natural de Santarém; do Sargento [?] Albertino Ferreira Castro, natural do Ceará; do Dito 2º Felito Isidoro da Floresta de Miranda, natural de Santarém; e do Coronel Mór José Francisco de Azevedo (Relação Nominal de Voluntários da Pátria, APEP, FSPP, caixa 279).

O embarque do 1º Corpo de Voluntários da Pátria se deu com pouco menos da metade do contingente previsto na Lei provincial de nº 477, com um total exato de 481 sujeitos presentes na lista construída pelo Major Baena. Contudo, o *Jornal do Amazonas*, ao registrar o embarque dessa conta que eram cerca de 600 homens. As informações registradas nesse jornal, na edição de nº 70, circularam pelo Brasil a fora, contando com um discurso pungente e bastante otimista quanto ao conflito; e mobilizando nos leitores memórias do presente, passado e futuro daquela sociedade, como visto:

Segue hoje ao meio-dia para o sul do Império o primeiro batalhão de voluntários da Pátria. [...] O entusiasmo que o povo paraense tem manifestado, demonstra as (?) patriotismo. [...] A causa do Brasil é a causa do direito e da justiça, e há de ser defendida no campo da honra pela bravura de seus filhos. No paralelismo histórico dos fatos das nações, vê-se sempre o Brasil pugnar pela causa da justiça como extremo defensor dos direitos de seus filhos. É esse fato pela sua não interrompida continuidade se tem mantido como um culto. Quando os brios de uma grande nação se chama ofendida por um poviléo de homens selvagens, o entusiasmo dessa nação cresce em razão direta da ofensa

recebida. [...] Nada resiste à colera liberta desses sentimentos que são direitos” (Publicador Maranhense, em 31 de mar. de 1865. p. 1).

Para o redator do *Jornal do Amazonas*, como é possível notar, a organização do primeiro Corpo de Voluntários da Pátria no Pará foi um ato de justiça. Com o envio dessa companhia militar, a Província do Pará, em companhia das demais Províncias brasileiras, estava a contribuir para que a continuidade e estabilidade da nação não fossem interrompidas pelo Paraguai, fala em alusão ao estado de equilíbrio logrado pelo Brasil após a independência brasileira. Nada resistiria, segundo o redator desta notícia, a disseminação da ideia de lutar pela nação, que deveria buscar a reparação dos danos a ela cometidos, reparando-se a honra brasileira e trazendo as glórias dos campos de batalha.

Em 08 de abril de 1865, outras notícias dos eventos na Amazônia voltaram a ser divulgadas no Brasil. Nessa ocasião, no entanto, o público recifense tomou conhecimento dos acontecimentos militares realizados em Belém a partir dos registros retirados do *Diário do Grão-Pará*. Naquela edição, o *Jornal de Recife* contava ao seu público que em 26 de março de 1865, pouco tempo depois do envio do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, a atmosfera de Belém era semelhante a anteriormente registrada. O conteúdo festivo narrado para aquele público se baseava na chegada das notícias em Belém da tomada de Montevidéu, momento em que se deram novas festas na cidade (Jornal do Recife, 08 de abr. de 1865. p. 1).

Nesse sentido, preocupado em passar aos leitores todo um cenário positivo construído em Belém, há na primeira página do *Jornal de Recife* a descrição da recepção do vapor vindo do Sul, que foi recebido na cidade por uma grande quantidade de povo na praia. Quando do momento da fundação do Vapor no porto de Belém, conta o conteúdo retirado do *Diário do Grão-Pará*, se deram salvas de tiro na fortaleza da cidade, seguida de fogos de artifício e cantoria de hinos. Já pela parte da noite a cidade foi inteiramente iluminada e ecoou pelas ruas de Belém as vibrações das notas musicais da banda marcial.

Assim, ao som de músicas marciais fez-se então um desfile em que por onde a banda de música passava, grande quantidade de gente a acompanhava em marcha, saindo todos em direção ao Largo da Praça Dom Pedro II, local onde o 11º Batalhão de Infantaria encontrava-se estacionado a espera daqueles que vinham prestigiar sua partida. Assim, com a chegada da banda de música e do povo na praça, saíram então todos em mais uma marcha pelas ruas da cidade que se encontravam inteiramente enfeitadas com arcos, tendo, inclusive, de algumas janelas, chuvas de pétalas de flores. Nesse episódio, o jornal calculou uma estimativa de cerca

de três mil pessoas passando ao litoral da cidade de Belém para acompanhar o embarque daquele Batalhão no Vapor “*Apa*” e o levantar das âncoras em direção aos campos de guerra.

Poucos dias depois, ao lado de várias outras informações sobre mobilizações e envio de tropas pelo Brasil a fora, mais informações sobre os episódios no Pará voltaram a ser divulgados no *Jornal de Recife*. Dessa vez, porém, quem informava este jornal acerca dos principais fatos ocorridos na capital da Amazônia era o *Jornal do Pará*, ao expor para o público leitor a organização do 2º Corpo de Voluntários da Pátria na província, companhia a qual ficou sob o Comando do Capitão da Guarda Nacional e Guarda Mór da Alfândega, José Luiz da Gama e Silva (*Jornal de Recife*, 17 de abr. de 1865. P. 2). O 2º Corpo de Voluntários da Pátria deixou a província no dia 8 de julho de 1865, dias após receber a benção de sua bandeira oficial em cerimônia religiosa na catedral da cidade, item que foi presente de um conjunto de senhoras da boa sociedade belenense (*Correio Paulistano*, 30 de jul. de 1865. p. 2).

Não obstante, é interessante de se observar nesses materiais que, para além das informações prestadas acerca do que vinha sendo preparado em termos estritamente militares, os periódicos que se ocupavam em registrar e noticiar estes fatos também buscavam demonstrar aos leitores um forte envolvimento social na questão. Era a sociedade civil que prestava, para além da deferência, traduzida em palmas, em cantoria de hinos nas ruas, em flores jogadas das janelas dos sobrados na capital e demais prestígios prestados aos militares nos momentos de embarque das tropas, todos os outros suportes necessários a organização e efetivação do envio das tropas.

Exemplos notórios disto aparecem no momento do embarque do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, o primeiro grupamento militar saído de Belém para lutar na Guerra, onde quem prestou os auxílios necessários para o deslocamento daquele contingente militar da terra até as instalações do vapor responsável por levá-lo ao Rio de Janeiro foi o Sr. Pimenta Bueno, - Marques de São Vicente, diretor da Companhia Brasileira de Vapores que fazia viagem do Pará à Tabatinga² -, ao disponibilizar os Vapores Explorador e Tabatinga para este serviço (*Diário de Pernambuco*, em 8 de mar. de 1865. p. 2).

Noutro periódico, além de Pimenta Bueno, as informações registradas nas páginas dos jornais mostram também o envolvimento dos comerciantes da Praça da Capital na questão militar, os quais se reuniram, mesmo em tempos de baixa arrecadação no comércio, para

² A informação de que Pimenta Bueno era diretor desta Companhia foi prestada pelo casal de viajante Agassiz. Ver: AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. Viagem ao Brasil 1865-1866. Tradução e notas de Edgar Sussekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal - Conselho Editorial, 2000.

subscriver verbas em prol de oferecê-las como donativo para ajudar na campanha (Publicador Maranhense. 4 de abr. de 1865. p. 2). Além dos Comerciantes, algumas Senhoras da alta sociedade paraense, ao passo que os homens se articulavam na esfera político-militar, trataram também de mobilizar esforços ao buscarem organizar uma Associação que ficaria responsável por arrecadar doações para o auxílio das famílias de soldados paraenses que viessem a perder os seus pais, maridos e filhos na guerra. Esta Associação arrecadou aproximadamente um conto de réis para o socorro dos desvalidos retornados a província (Jornal de Recife, em 24 de fev. de 1865. p. 1).

O envolvimento social não para por aí. Além daquelas mobilizações, os jornais se preocupavam em demonstrar o envolvimento também de empregados públicos na situação, como foi o caso dos empregados da Alfândega que ofereceram 10% de seus ordenados para o auxílio do Estado. Outros sujeitos eram mais generosos nas ofertas, (é claro que por conta de sua boa situação econômica), como foi o caso do Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Belém, Caetano Lisboa, que ofereceu todo o seu vencimento de magistrado para o suporte do Estado enquanto o conflito no Prata perdurasse (Jornal de Recife, em 24 de fev. de 1865. p. 1). Contudo, para além dos fatos narrados através do papel, como dito anteriormente, nesse contexto é importante notar que a transitividade dessas e de outras notícias na sociedade não se dava de forma neutra, uma vez que essa atividade tinha uma função específica no contexto: criar um cenário favorável para a guerra na sociedade local, ao incentivar mobilizações e o recrutamento militar, e ao mesmo tempo situar a sociedade paraense no bojo das mobilizações patrióticas nacionais.

Essa última questão foi bastante explicitada na escrita do redator do *Jornal do Amazonas* que escreveu o seguinte ao comentar a notícia sobre a organização e envio do 2º Corpo de Voluntários da Pátria do Pará: “fatos deste nos enchem de glória e satisfação, pois que concorrem para provar que a nossa cara província, em amor à pátria, não está aquém de qualquer de suas irmãs” (Jornal do Recife, em 17 de abr. de 1865. p. 2). Com isso, a atividade desses periódicos extrapola o campo apenas informativo, isto é, o de dar notícias, e adentra no mundo político do contexto, uma vez que os sujeitos que estavam por trás dessa atividade não eram homens comuns, sem interesses na questão, mas em todos os casos estavam imersos em relações sociais com políticos, militares e homens de negócio, os quais ora se faziam representar nas notícias, ora expunham os auxílios prestados por seus aliados.

Alguns dos sujeitos por trás das sociedades nos jornais possuíam inclusive parentes em comum, construindo, desta forma, relações que transbordavam o ambiente estabelecido nas

dependências do jornal em questão enquanto apenas sócios-redatores. Por trás das notícias existiam homens que eram amigos, eram parentes, era afetos políticos. E trabalharam juntos para construir uma agenda para a campanha, acionando, desta forma, fortes redes de sociabilidade. Os Governos que estiveram a frente da Administração da Província sabiam muito bem disso e procurara fazer uso dos jornais ao contratar serviços esporádicos dos periódicos, firmar contrato formal ou ainda permitir a aproximação dos proprietários, redatores ou editores dos jornais junto ao Governo, sobretudo quando estes faziam parte do mesmo partido do político à frente da administração do Executivo, o que, conseqüentemente, fazia com que os jornais publicassem conteúdos como os apresentados acima.

O periódico *Diário do Grão-Pará*, por exemplo, apesar de não haver firmado contrato formal com o Governo Provincial, em 1866 recebeu do Tesouro Provincial a quantia de 1:986\$520 (um conto novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e vinte réis) por ter publicado notícias sob encomenda do Governo. O Inspetor do Tesouro público provincial frisou em sua autorização de pagamento a situação de informalidade desse periódico, serviço o qual não poderia “deixar de ser retribuído” tendo em vista ter sido “verificado que o proprietário do Diário do Gran-Pará fez as publicações constantes da sua conta” (Ofc. Tesouraria da Fazenda em 29 de dez. de 1866. APEP, FSPP, código 1399).

Não obstante, é importante salientar que além de contratar o serviço permanente ou esporádico dos jornais, o Governo da Província fazia também controle acerca do cumprimento das obrigações assumidas pelas redações uma vez que havia de calhar que o dono ou os sócios-redatores de um determinado jornal faziam parte de grupos políticos contrários ao Governo, havendo, portanto, a possibilidade daquele serviço não ser cumprido. Nesse sentido, na Secretaria da Presidência da Província, por exemplo, há registros nos quais o Inspetor de Polícia, João Caetano Lisboa, enviou para a Presidência edições de Jornais para que o Governo verificasse se os periódicos em questão estavam cumprindo com o acordado. Em um ofício Reservado de setembro 1866, este inspetor enviou, por exemplo, ao Governo da Província edições dos Jornais *Diário do Grão-Pará*, *Jornal do Pará*, *Jornal do Amazonas*, *Constitucional Paraense* e *Monarchista Santareno* para que o Governo analisasse suas publicações feitas em suas páginas (Ofc. Secretaria de Polícia em 8 de set. de 1866. APEP. FSPP, caixa 282).

Os quatro primeiros tinham sua produção feita na capital, ao passo que o último era produzido e circulava em Santarém e demais cercanias do interior da província. A partir de maio de 1866, sobretudo após a mudança do Executivo da Província, quando saiu da Presidência José Viera Couto de Magalhães, político ligado ao Partido Liberal, e entrou no seu

lugar Antonio de Lacerda Chermont, Barão do Arari, ligado ao partido Conservador, as posições e divergências dos jornais da capital em relação a guerra começaram a se rearranjar e acentuaram-se conflitos devido tanto ao prolongamento da campanha quanto aos crescentes interesses e desinteresses dos grupos por trás de cada jornal em torno do recrutamento militar, que a partir de 1866 passou a ser usado para perseguir desafetos e também para interferir em eleições locais, cenário no qual os jornais, sobretudo os três principais que circulavam na Capital, travaram muitas batalhas nos papéis.

Para tanto, tendo em vista ao exposto, vejamos a seguir, então, um pouco sobre o interior, isto é, a composição, das redações dos três principais jornais da capital: *Diário do Grão-Pará*, *Jornal do Amazonas* e *Jornal do Pará*.

Por trás do Prelo: agentes da política, interesses e conflitos nos jornais

Fundado por Jose Joaquim Mendes Cavalleiro, português, deportado para Lisboa em 1865, o periódico *Diário do Grão-Pará* teve sua atividade jornalística entre os anos de 1853--1892. Ao longo de 39 anos de vida, este jornal teve como redatores o próprio José Joaquim Mendes Cavalleiro, Antonio José Rabello Guimarães - também português -, o Sr. José Ferreira Cantão, o Sr. Antonio Gonçalves Nunes, outro sujeito cujo nome era Antonio Ricardo de Carvalho Pena, Frederico Carlos Rhossard, além do Conego Mancio Caetano Ribeiro (BARATA, 1952, p. 241).

Durante os anos em que esteve em funcionamento, o *Diário do Grão-Pará* trocou de subtítulo cerca de três vezes, suprimindo o subtítulo original tido como “folha Comercial, Noticiosa e Literária” e passando a assumir os seguintes: “Órgão do Partido Conservador”, “Órgão do Partido Católico”, e “Órgão do Partido Nacional”; este último subtítulo esteve presente no jornal até o ano de 1892, momento em que este periódico deixou de existir (BARATA, 1952, p. 241).

Deste modo, à exceção de Jose Joaquim Mendes Cavalleiro, que foi deportado para Lisboa em 1865, atitude motivada, segundo conta Manoel Barata, por questões políticas (BARATA, 1952, P. 243), esses sujeitos, ambos ligados ao Partido Conservador, ao longo do conflito platino e a frente do periódico *Diário do Grão-Pará*, atuaram na linha de frente da mobilização para a guerra disseminando notícias, construindo opiniões políticas ante a sociedade e articulando-se para forjar uma agenda política para manter ou adquirir novos cabedais na província do Pará.

Entretanto, apesar de terem atuado na disseminação de informações sobre o conflito, tanto dentro do Pará, quanto fora da província, como visto anteriormente, este jornal fez também duras oposições ao Governo quando a administração do Executivo esteve sob o julgo do Partido Liberal, atitudes nas quais fizeram com que, inclusive, Francisco Carlos Rhossard, em 1865, fosse responder perante a justiça aos crimes de “furto da imprensa” e “injúrias” (Diário de Pernambuco, 18 de abr. de 1865. p. 1). Com efeito, esse tipo de acontecimento não era infortúnio uma vez que era consequência de muitos desacordos nutridos no seio da política local, os quais, por sua vez, estendiam-se para além da tribuna e ganhavam os prelos.

Não obstante, para além de dividirem o espaço na redação do *Diário do Grão-Pará*, ambos os sócios eram conectados a vida política e militar na Província do Pará, assumido cargos semelhantes na vida pública, tanto antes do conflito platino, quanto durante o mesmo. Jose Ferreira Cantão, morador a rua do Espírito Santo n. 16., por exemplo, foi professor da cadeira de História do Colégio Paraense. Além disso possuía vida ativa na esfera militar, pois era Tenente Cirurgião-Mór e pertencia ao Batalhão de Infantaria n. 2 da província. Além de militar e professor, Ferreira Cantão fora também Prior da Mesa Regeneradora do Hospital de Nossa Senhora da Ordem Terceira, em Belém, durante os anos de 1867-1868. Em 24 de novembro de 1867, foi eleito para a Assembleia Provincial do Pará para a Legislatura do Biênio de 1868-1869. Para mais, foi Membro do Corpo Consular da Provincial do Pará, assumindo as responsabilidades diplomáticas com a República da Venezuela, além de ter sido Diretor da Sociedade Philomática (sociedade literária) do Pará³ (Almanaque: Administrativo (PA) - 1868 a 1873).

Assim como Ferreira Cantão, outros sócios-redatores do *Diário do Grão-Pará* possuíam também vida ativa na cena político-militar belenense, como o cidadão Antonio Gonçalves Nunes, morador a rua Santo Antonio, que era também Tenente. Na mesma eleição que Jose Ferreira Cantão se elegeu, Antonio Gonçalvez Nunes assumiu o cargo de Deputado Provincial para a Legislatura do Biênio 1868-1869. Além de Deputado, Antonio Gonçalves Nunes foi também Vereador de Belém; assim como Ferreira Cantão, atuou no Colégio Paraense, não como Professor, mas assumindo o cargo de Diretor daquela Instituição de Ensino. Ademais no ano de 1869, foi eleito para assumir o cargo de Promotor Fiscal da Provedoria de Capelas e Resíduos de Belém.

³ Essas e outras informações sobre os sócios-redatores do *Diário do Grão-Pará* foram retiradas do Almanak : Administrativo, Mercantil e Industrial (PA) - edições diversas entre os anos de 1868 e 1873.

Semelhante aos primeiros sujeitos citados primeiros, Frederico Carlos Rhossard, também tinha vida ligada ao meio político e militar na província. Era militar de carreira cuja patente era a de Tenente. E foi Vereador da Câmara Municipal de Belém, atuando na cena política nos anos de 1869 e 1873. Não obstante, ao que tudo indica, somente dois dos sujeitos que eram sócios-redatores do *Diário do Grão Pará* não tinham suas atividades ligadas diretamente ao mesmo meio de Ferreira Cantão, Gonçalves Nunes e Carlos Rhossard.

Antonio Ricardo de Carvalho Pena, morador a Travessa Passinho, por exemplo, era negociante. Um “capitalista” segundo diz o Almanaque Administrativo do Pará. Possuía a Firma Comercial Pena & Filhos, a qual continuou a funcionar na Província mesmo após a morte de seu dono, que mantinha negócios ascendentes na economia da Amazônia há décadas, recebendo, por isso, homenagens póstumas de seus compadres quando do momento de sua morte no ano de 1869. Além de ser ligado a José Ferreira Cantão pela sociedade no jornal *Diário do Grão-Pará*, Carvalho Pena era ligado a Ferreira Cantão por laços parentais uma vez que era sobrinho do Tenente José Baptista de Carvalho Pena, o qual, por sua vez, era primo de José Ferreira Cantão, tendo, deste modo, ambos, laços para além da sociedade construída naquele periódico (*Diário de Belém, Folha Política, Noticiosa e Comercial*, 25 de ago. de 1868. p.1).

Todos esses sujeitos supracitados, ora ligados pela vida política, ora ligados pela vida militar, ou mesmo ligados pela vida comercial buscaram se ligar a Antonio José Rabello Guimarães, Mercador a rua Formosa, encadernador e proprietário da Tipografia Comercial. Antonio José Rabello Guimarães prestava serviços de impressão de materiais diversos ao Estado há décadas, as quais variavam deste a impressão de livros, manuais para os estabelecimentos públicos e mesmo a divulgação de informações oficiais em seu estabelecimento físico. Esse sujeito possuía larga experiência no mundo das letras, e mesmo na arte jornalística, o qual possibilitou a materialização do *Diário do Grão-Pará* na vida política da Amazônia ao longo de quase quatro décadas de funcionamento⁴.

Partilhando laços políticos, proximidades familiares, interesses comerciais, militares ou mesmo intelectuais na vida belenense, estes sujeitos formaram uma rede política bastante importante na Província, disseminando informações e ajudando a adensar junto a sociedade visões de mundo e opiniões políticas sobre o conflito platino.

⁴ A pesquisa não encontrou muitas informações sobre o Conego Mancio Caetano Ribeiro.

Nesse sentido, a partir do ano de 1866, a relação daquele jornal com o Estado se estreitou e durante o restante do conflito platino o *Diário do Grão-Pará* atuou na linha de frente, em serviço ao Estado, travando, inclusive, longas batalhas contra aqueles que se opunham às decisões da administração da província no que condiz o recrutamento militar para a campanha. Ademais, esse estreitamento do jornal junto ao Governo se deu após assumir o cargo do Executivo da Província, Antonio de Lacerda Chermont, Barão do Arari, político ligado ao Partido Conservador, nomeado para assumir a Presidência da Província do Pará em 28 de junho de 1866, alguns meses após a saída de José Vieiras Couto de Magalhães daquele cargo, político ligado ao Partido Liberal e que estava à frente do Executivo da Província desde 1864.

Com a saída de José Vieira Couto de Magalhães do Executivo da Província, o partido Conservador esteve presente na Administração Provincial com Lacerda Chermont e posteriormente com o Capitão de Mar e Guerra, Raimundo Antonio de Lamare. Com isso, com políticos Conservadores no poder da Administração Provincial, a via de acesso ao Governo ficou facilitada por parte do *Diário do Grão-Pará*, sobretudo porque o contrato mantido com a antiga Gazeta oficial do Governo havia sido quebrado em novembro de 1866. Sendo assim, com os Conservadores ao seu lado, a partir desse ano, o *Diário do Grão-Pará* passou a ter uma postura defensiva e mais incisiva em relação a administração provincial, descredibilizando, sobretudo, as publicações mantidas pela antiga Gazeta do Estado.

A antiga Gazeta Oficial responsável por divulgar na Amazônia e no Brasil, os atos oficiais do Governo, era o *Jornal do Amazonas*. Na documentação da Tesouraria da Fazenda, há um contrato em que este jornal firmou acordo com o Governo da Província. No entanto, pelo fato deste jornal ter assumido uma posição política diversa daquela que era de interesse do novo Governo Executivo, Conservador, diante do recrutamento militar, esse contrato foi quebrado em 7 de novembro de 1866.

Segundo conta o registro depositado na Tesouraria da Fazenda, esse contrato foi quebrado após uma avaliação feita pela Presidência da Província acerca do conteúdo publicado nas páginas do *Jornal do Amazonas*. Assim, o novo presidente em exercício considerou que as atitudes tomadas por Joaquim Fructuoso Pereira Guimarães nas publicações do periódico eram contrárias aos interesses do Governo e, portanto, o *Jornal do Amazonas* não poderia continuar naquele serviço. (Cópia do Ofc. dirigido à Contadoria da Tesouraria da Fazenda em 7 de nov. de 1866. APEP, FSPP, código 1399).

Coincidência ou não, no dia 14 de novembro de 1866, cerca de uma semana depois da quebra do contrato com o *Jornal do Amazonas*, Joaquim Fructuoso Pereira Guimarães foi

também exonerado do cargo de Cirurgião na Enfermaria do Corpo de Polícia da Província (Ofc. nº 29 dirigido a Contadoria da Tesouraria da Fazenda da Província em 14 de nov. de 1866. APEP, FSPP, código 1399). Ambos os atos supramencionados parecem ter ligação direta com a própria mudança da Administração da Província, a qual, antes da entrada do Barão de Arari, estava chefiada por um político ligado ao Partido Liberal.

Sendo assim, a partir daquele momento o *Jornal do Amazonas* virou a Gazeta de oposição ao novo Governo e a “reserva de oposição” que antes era defendida por este jornal em prol dos interesses gerais da nação, parece ter sido esquecida dado que o *Jornal do Amazonas* passou então a atacar e denunciar arbitrariedades do Governo cujas autoridades, políticas e militares a frente do recrutamento, não respeitavam direitos isenções militares (Diário de Pernambuco, 18 de abr. de 1865. p. 1).

Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães, além de ser uma das cabeças a frente do *Jornal do Amazonas*, e militar de carreira, era um antigo político ligado a facção dos liberais no Pará cuja influência na cena política remonta à década de 1840. Esse sujeito era médico, Tenente Coronel-Mor no Batalhão de nº 1 da reserva, foi Juiz Suplente Municipal do Termo de Belém em algumas ocasiões no período entre 1855-1868, foi Juiz de Paz da Freguesia de Sant’Anna, desenvolveu atividades na Legislatura do Pará ao assumir cargo como Deputado Provincial em 1845/1848/1854/1855. Além também de ter sido Provedor da Santa Casa de Misericórdia e Médico do Hospital Militar⁵.

Nos anos que seguiram ao conflito platino, Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães estava ligado ao *Jornal do Amazonas*, periódico cujo subtítulo era o de “Órgão de Ideias Liberais”. Este jornal foi fundado no ano de 1860 e esteve em circulação no Pará até o ano de 1868, quando, posteriormente, foi substituído pelo periódico “*O Liberal do Pará: Jornal Político, Comercial e Noticioso*”, com circulação diária, a exceção das segundas-feiras, até o ano de 1890 (BARATA, 1952, p. 139).

Durante a sua vida informativa, à frente do *Jornal do Amazonas*, esteve como redator o bacharel Tito Franco de Almeida⁶, seu proprietário, e como editor Raphael Valente da Costa. Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães morreu no ano de 1868, com o conflito platino em seu auge. Contudo, antes de sua morte, porém, certamente teve constantes conversas sobre a guerra

⁵ Informações colhidas nos jornais Treze de Maio (décadas de 1840-1860), edições diversas; e Jornal do Pará (1860-1870), edições diversas.

⁶ Além de ter se enveredado nas páginas do *Jornal do Amazonas*, Tito Franco de Almeida ainda contribuiu com textos e artigos variados, ao trabalhar em jornais como “*Aurora Paraense*”, “*Gram-Pará*”, “*Reforma*” e “*Liberal do Pará*”. Para mais informações ver: CUNHA, Raimundo Cyriaco Alves da. Ten. Cel. **Paraenses Ilustres**. 3ª ed. Belém. Conselho Estadual de Cultura, 1970.

platina e demais assuntos no tocante a vida política provincial e sobre a vida política nacional com Tito Franco de Almeida. Esses homens eram duas das mais influentes cabeças da célula do partido liberal no Pará. Tendo Tito Franco de Almeida ligações diretas com a política nacional, uma vez que ocupou cargos em diversas legislaturas (CUNHA, 1970, p. 140).

Tito Franco de Almeida era um exímio homem das letras do século XIX. Com formação primária em Lisboa, voltou para o Brasil no ano de 1844. Ainda bastante jovem, no ano de 1850, obteve o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Olinda. Voltou para o Pará no ano de 1851 e se tornou professor de Filosofia no Liceu Paraense. Em suas imersões na cena política brasileira, ao se ocupar na Legislatura pela Província do Pará, ganhou prestígio e reconhecimentos no Império. No ano de 1864 recebeu a nomeação de Diretor Geral da Secretaria dos Negócios da Justiça e foi também redator do *Diário Oficial do Império*, cargos dos quais pediu sua exoneração para fazer oposição ao Ministério do Marquês de Olinda (CUNHA, 1970, p. 141).

A partir de setembro de 1866, no Pará, Tito Franco de Almeida, Joaquim Frutuoso Pereira Guimarães e os demais participantes da célula do partido liberal espalhados pela Amazônia fizeram duras e frequentes oposições ao Governo, criticando, sempre que podiam, os atos oficiais tomados pela Administração provincial no que concerne o recrutamento militar. Por outro lado, muitas das publicações feitas por Tito Franco de Almeida, e pelos políticos e demais letrados ao seu redor, receberam várias críticas em jornais ligados ao Governo situação na qual se fez produzir farto conteúdo documental.

Os temas discutidos nas páginas dos jornais são diversos, variam desde as disputas políticas pelas eleições locais, passando por comentários sobre a posição de Tito Franco enquanto Conselheiro do Império, e, é claro, passando diretamente pelo conflito platino e seus reflexos na sociedade local, sobretudo, quando um sujeito recrutado ou designado para a guerra fazia parte, ou era ligado, a Franco de Almeida, a Frutuoso Guimarães ou mesmo a alguns de seus correligionários. O Conselheiro Tito Franco de Almeida e os políticos ao seu redor travaram duras batalhas nos papéis denunciando negligências, perseguições e demais situações que envolviam o Governo e os núcleos políticos ligados a ele.

Nas páginas do *Jornal do Amazonas*, Tito Franco de Almeida tentava sempre denunciar atos segundo os quais acreditava serem imperitos. Em um desses casos, o *Jornal do Amazonas* denunciou à sociedade uma interferência de José Ferreira Cantão, um dos donos do *Diário do Grão-Pará*, no recrutamento de Bartholomeu, filho de Joaquim Pedro Pinheiro Muniz. A denúncia prestada por Tito Franco de Almeida no *Jornal do Amazonas* contra esse ato, por sua

vez, rendeu uma longa resposta redigida nas páginas do *Jornal do Pará*, outro periódico ligado ao Partido Conservador, e tido como imprensa oficial do Governo em 1867, cujo proprietário, editor e redator era Cipriano José dos Santos. (*Jornal do Pará*, 9 de jan. de 1867. p. 2).

A resposta escrita no *Jornal do Pará* contra aquela denúncia ocupou quase uma página inteira com exposições de opiniões, documentos oficiais do Governo, esclarecimento dos fatos levantados por Tito Franco de Almeida, além, é claro, de muito sarcasmo por parte do redator daquele jornal que criticava o Conselheiro tanto por seus serviços na política nacional, quanto pelas péssimas posturas como redator de jornal de oposição ao Governo provincial.

Como direito de resposta a acusação feita contra José Ferreira Cantão, o *Jornal do Pará* concedeu-o um pequeno espaço cujo conteúdo não consta mais que um breve relato de Ferreira Cantão argumentando que não conhecia Joaquim Pedro Pinheiro Muniz, e, portanto, não havia interesse algum de sua pessoa naquele ato de recrutamento. Nas páginas do *Jornal do Amazonas*, contudo, Tito Franco de Almeida dizia que na noite do dia 2 de dezembro de 1866 o Inspetor de Polícia, Florencio Gonçalves Campos, havia feito um cerco e invadido a casa de Joaquim Pedro Pinheiro Muniz para recrutar a força o seu filho, Bartholomeu.

Com efeito, portanto, sendo um dos braços oficiais do Governo, o *Jornal do Pará* então buscou expor aos leitores o conteúdo registrado na ocorrência do caso denunciado por Tito Franco de Almeida, seguido de esclarecimentos de mais três histórias também anteriormente denunciadas pelo Conselheiro em um “*potpourri*” impresso no domingo anterior ao dia 9 de janeiro de 1867, contendo a descrição de fatos “verdadeiros”, documentos oficiais e até mesmo declaração de testemunhas para desmentir as “calúnias” e a “falsidade” que Tito Franco de Almeida publicava em seu jornal.

Argumentava o redator do *Jornal do Pará* que o Conselheiro Tito Franco estava a proferir mentiras em todos os seus escritos, ao tentar transformar seus apadrinhados em “Mártires” na sociedade e conturbar a normalidade da vida e a política provincial. Seu objetivo com tais denúncias era tão somente chamar atenção, proteger os seus apadrinhados do recrutamento e tentar forjar uma atmosfera que pudesse vir a interferir nas eleições locais.

Segundo assim, conforme apresentado no *Jornal do Pará* na noite do dia 2 de dezembro de 1866, o Inspetor de Polícia não havia invadido casa alguma, e o que teria acontecido na realidade foi que a Inspetoria do 25º quarteirão do 1º distrito da Capital, havia prendido Joaquim Pedro Pinheiro Muniz por cometer “atentados de insultos e ameaças ao Inspetor de Quarteirão” e ao Guarda Nacional que haviam prendido seu filho, Bartholomeu, no largo de S. João por cometer infrações contra a moral pública.

Assim, conta a mensagem do jornal, depois de ter conhecimento sobre a prisão de Bartholomeu, Joaquim Pedro Pinheiro Muniz havia ido em direção ao Guarda Nacional do Batalhão de Infantaria e arrancado das mãos dele, Bartholomeu seu filho. Com isso, após alcançar o seu objetivo, e já direcionando-se para sua residência, contudo, Joaquim Pedro Pinheiro Muniz foi preso a ordem do Dr. Chefe de Polícia. Nesse sentido, a prisão de Joaquim teria se dado, deste modo, pelo fato deste sujeito ter cometido crime ao interferir no serviço policial, situação bem diferente daquela denunciada por Tito Franco de Almeida no *Jornal do Amazonas*.

Assim, continuou a contar o *Jornal do Pará*, após ser conduzido para as instalações da inspetoria, durante o encontro com as autoridades, Joaquim Pedro Pinheiro Muniz havia se mostrado bastante arrependido de seus atos e, portanto, havia sido solto por “boas maneiras” do Chefe de Polícia que o recomendou que não voltasse a repetir aqueles atos, findando-se a história denunciada. Nesse sentido, portanto, segundo os Conservadores, Tito Franco de Almeida não passava de um “Filósofo vendedor de bulas falsas” que fazia oposições desleais ao Governo ao publicar mentiras em seu jornal, acusando autoridades de cometer arbitrariedades e tentando interferir, desta forma, na normalidade local. Segundo o *Jornal do Pará*, com essas atitudes Tito Franco de Almeida buscava nada mais que tentar transformar seus apadrinhados em mártires e com isso se promover na sociedade ao descredibilizar ações de autoridades do Governo.

Situações como essas não são raras de serem encontradas nas páginas dos jornais durante o conflito platino. Por meio das publicações dos periódicos, os redatores e editores dos jornais fizeram constantes denúncias/ataques uns aos outros buscando sempre defender posições políticas e acusar imperícias envolvendo o recrutamento militar, ora para manter ou acessar novos espaços de poder na sociedade, ora para desbancar reputações e desacreditar autoridades de maneira a interferir na dinâmica da política local. O recrutamento militar para a guerra era utilizado, assim, como instrumento político; e jornais eram os veículos com os quais proprietários, redatores e editores disseminavam suas ideias junto a sociedade.

Considerações finais

Os assuntos discutidos nas páginas dos jornais do Pará, ao longo da campanha militar no Prata, são inúmeros e uma pesquisa maior direcionada a esses materiais é necessária ser feita. A essa altura do texto, a pesquisa, obrigatoriamente, teve de furta uma série de temas e problemas discutidos nas páginas desses periódicos. Contudo, por meio da instrumentalização

das fontes acima expostas é possível se compreender importantes questões que cercaram a atividade periódica dos jornais do Pará durante o período estudado. Por meio dos materiais coligidos, é possível ter acesso não só a uma série de informações acerca dos principais acontecimentos relacionados a organização das forças militares na região, mas também a atividade informativa dos periódicos aqui estudados; estes envoltos em tramas, interesses e desinteresses cujas raízes fincam-se em desavenças e desacordos nutridos entre os grupos políticos locais.

Nada que saía nas páginas dos periódicos era desterritorializado. Tudo que está contido nessas fontes surgiu a partir das realidades, das redes, das alianças e dos desacordos nos quais os sócios redatores dos jornais estavam inseridos; seja no que concerne a criação de um ambiente positivo para a guerra e a promoção do recrutamento militar, seja no que condiz a efetivação de duras críticas à Administração do Executivo da Província.

Nesse sentido, portanto, nada estava aquém da complexidade do plenário das experiências locais. O conflito no Prata se prolongou até o ano de 1870, e ao longo deste período dois extremos do Brasil estiveram intrinsecamente conectados. Apesar da distância, a região da Amazônia teve participação ativa no fornecimento de soldados para lutar a guerra. Com efeito, no contexto em questões, dinâmicas sociais e políticas locais a todo momento se encontraram com as dinâmicas nacionais e estudos mais aprofundados em fontes como os jornais são de suma importância para se compreender muitas das realidades e tramas vividas pelos sujeitos fora dos campos de batalha durante a campanha militar que atingiu o Brasil entre os anos de 1865-1870.

Fontes utilizadas

Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional

Publicador Maranhense, 16 de fevereiro de 1865. P. 1.

Publicador Maranhense, em 31 de março de 1865. P. 1.

Publicador Maranhense. 4 de abril de 1865. P. 2.

Diário de Pernambuco, em 8 de março de 1865. P. 2.

Diário de Pernambuco, 18 de abril de 1865. P. 1.

Jornal de Recife, em 24 de fevereiro de 1865. P. 1.

Jornal do Recife, 23 de março de 1865. P. 1.

Jornal do Recife, 08 de abril de 1865. P. 1.

Jornal de Recife, 17 de abril de 1865. P. 2.

Correio Paulistano, 30 de julho de 1865. P.2.

Almanaque: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA) - 1868 a 1873. Edições diversas.

Jornal do Pará em 27 de novembro de 1867. P. 3.

Jornal do Pará, 9 de janeiro de 1867. P. 2.

Arquivo Público do Estado do Pará - APEP

Relação Nominal dos Voluntários da Pátria, Quartel de Polícia do Pará, [?] de abril de 1865. APEP, FSPP, parte avulsa, caixa 279.

Ofício da Secretaria de Polícia da Província em 8 de setembro de 1866. APEP, FSPP, parte avulsa, caixa 282.

Ofício da Tesouraria da Fazenda em 29 de dezembro de 1866. APEP, FSPP, parte encadernada, código 1399.

Carta Lei nº 477. APEP, FSPP, parte encadernada, código 1377.

Cópia do Ofício dirigido por Pedro Leão Velozo à Contadoria da Tesouraria da Fazenda em 7 de novembro de 1866. APEP, FSPP, parte encaderna, código 1399.

Ofício nº 29 dirigido a Contadoria da Tesouraria da Fazenda da Província em 14 de novembro de 1866. APEP, FSPP, parte encaderna, código 1399.

Referências

ARAÚJO, Johnny Santana de. **“Um Grande Dever Nos Chama”**: A **arregimentação de voluntários para a guerra do Paraguai no Maranhão (1865–1866)**. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL. 2005. P. 53-74

ARAÚJO, Johnny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império. A propaganda dos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai 1865-1866**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009. P. 86-153.

BARBOSA, Marialva. **O teatro do Jornalismo: polêmicas, insultos e arena política**. In: BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa no Brasil. 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. P. 49-78.

CUNHA, Raimundo Cyriaco Alves da. **Paraenses Ilustres**. 3ª ed. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil**. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs). História da Imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2012. P. 7-15.

MATOS, Ilmar. **Luzias e Saquaremas: liberdades e hierarquias**. In: O Tempo Saquarema. São Paulo: Huritec, 1987. P. 103-129.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa no Brasil**. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs). História da Imprensa no Brasil. 2. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo : Contexto, 2012. P. 17-30.

SILVA, J. L. T. da. Quando o serviço chama-nos às armas, Paraenses! Cumpri Vosso Dever! As correspondências de jornais do Pará e a mobilização para a Guerra contra o Paraguai em 1865. Revista Outras Fronteiras. V. 9, N. 1. P. 49-68, 2022.

As mulheres e a Segunda Guerra Mundial: dimensões do trabalho feminino e a ação propagandista

Woman and World War II: feminin labor dimensions and propaganda action

Anna Clara Félix de Souza,¹ Universidade de Brasília

Resumo

Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o recrutamento de soldados tornou-se indispensável para a participação ativa no caminho da vitória para os Aliados. Contudo, no território norte-americano, com a ida dos homens à guerra, houve, imediatamente, uma escassez de mão-de-obra. Logo, foi percebido que essa lacuna trabalhista poderia ser preenchida pelas mulheres norte-americanas, população remanescente do país no momento. A partir disso, o governo americano iniciou um projeto de iniciativa de adesão das mulheres ao setor industrial, por meio das propagandas. Desse movimento, a iconografia “*Rosie, the Riveter*” foi o símbolo da inclusão das mulheres no mercado de trabalho, sendo até hoje utilizada para diálogos com esse fim.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Mulheres; Propaganda; Segunda Guerra Mundial.

Abstract

When the USA join the World War II, the soldier recruiting turn imperative for the way for the Allie’s victory. Furthermore, in the American region, with the departure of the men in the way of war, there were, immediately, a decrease of workforce available. So, was noticed that lack could be replaced by the American women, the remain population of the territory at the moment. From that, the American government started an inclusion project for women at industrial sector, through propaganda. By this, the iconography “*Rosie, the Riveter*” was the symbol of the feminine inclusion in labor market, being used, even nowadays, for dialogues with this intention.

Keywords: Labor sector; Women; Propaganda; World War II.

Introdução

No que tange à participação dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, eventos como o ataque a Pearl Harbor e a liderança norte-americana em frente aos Aliados já são assuntos profundamente explorados pela historiografia². Assim, nesse sentido, questionar-se o *status* desse país e de seus habitantes, no que se refere ao seu próprio território, durante esse período, é enxergar novas possibilidades de interpretação da guerra para a construção do sentimento nacional americano. Tendo em vista isso, sabido que em situações de guerra, a transferência de homens civis para campos de batalha e a reminiscência de mulheres como

¹ Graduanda em História pela Universidade de Brasília, esse artigo advém da avaliação da disciplina de História da América 3, tendo sido revisada e orientada pelo Professor Doutor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto.

² (KARNAL, 2007) e (ANDERSON, 2015) são livros que possuem capítulos dedicados ao papel desempenhado pelos norte-americanos na Segunda Guerra.

maior parte da composição restante no país, é no gênero feminino que a agência das dinâmicas sustentará as esferas econômicas e sociais emergentes.

Isso significa que as mulheres tomaram o papel de protagonistas no que se refere, principalmente, ao âmbito econômico, já que elas ocuparão cargos nos diversos setores trabalhistas, devido à evasão de mão-de-obra masculina para servir na guerra. A partir disso, uma nova perspectiva, não só das próprias mulheres, mas do aparato estatal, surge para lidar com essa nova realidade. A partir disso, o aparato propagandista será um dos meios de recrutar essas mulheres para cumprirem com essa nova aventura, sempre guiadas mediante o caráter ideológico-patriótico da guerra, no qual seus serviços significariam trabalhos em prol da nação americana, dos Aliados, e dos homens, os quais estão no *front* da guerra.

Assim também, com o fim da guerra, demandar-se-á às mulheres que deixem os cargos que, *a priori*, seriam temporários, e voltem a exercer suas funções como mães e donas de casa. Essa decisão não as deixará satisfeitas (AGUIERRE, 2018, p. 16), uma vez que, com esse evento, foram apresentadas novas perspectivas de independência, gerando um novo impacto nas perspectivas dos papéis de gênero e na divisão sexual do trabalho.

A Guerra, as mulheres

A entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial se desencadeou, principalmente, a partir da decisão do presidente Franklin Delano Roosevelt em se juntar ao grupo Aliado – coalisão composta, até então, pelas nações francesa, soviética e britânica - e motivado pelo ataque japonês à base militar de Pearl Harbor, no Havaí, em dezembro de 1941. Assim, começou, internamente ao território americano, o processo de alistamento de homens, a fim de atender essa urgente demanda do conflito. Consequentemente a isso, a força de trabalho industrial, até o momento composta majoritariamente por trabalhadores do sexo masculino, decaiu, devido ao remanejamento destes homens para o *front* de batalha. Em outra perspectiva, paralelamente, ao se inserir em uma guerra, a necessidade por produtos de ordem bélica é crescente, sendo inversa ao decréscimo da mão de obra. Mediante essas circunstâncias, é nas mulheres que o governo norte-americano encontrará uma solução imediata para esse problema de cunho produtivo (HAPSARI, 2014, p. 2).

Todavia, antes de adentrar na ideia da adesão das mulheres, como força de trabalho na indústria de guerra, é necessário, primeiramente, situar o desempenho feminino no campo do

trabalho no que se refere ao período da Grande Depressão³. De fato, as mulheres começaram a receber melhores salários e a ocupar novos cargos, além de aumentar significativamente sua participação na força de trabalho devido à Segunda Guerra Mundial, mas antes disso elas já integravam este mercado. A maioria dessas mulheres trabalhadoras durante o período entre a Crise de 29 e o ano de 1940, eram brancas e casadas, à qual essa proporção cresceu em 28% durante os anos citados. Por mais que houvesse uma opinião pública negativa contra o vínculo empregatício de mulheres casadas, e mesmo uma legislação limitando isso, na década de 40, esse grupo de mulheres brancas e casadas foram capazes de aumentar a participação delas em um terço. Em paralelo, com o crescimento da participação de mulheres brancas no mercado de trabalho durante a Grande Depressão, a participação de mulheres afro-americanas decresceu em 22,6%. Essas mulheres afro-americanas sempre foram segregadas racialmente e sexualmente do mercado de trabalho, enxergadas como indesejáveis em perspectiva à integração de mulheres brancas, além de que, quando empregadas, relegadas a salários ínfimos e a trabalhos de baixo status. Essa queda de participação desse grupo se deu também ao fato de que as mulheres brancas casadas estavam dispostas a ocupar trabalhos de menor prestígio, deixando as mulheres negras sem opção, expulsando-as do ciclo trabalhista (YESIL, 2004, p. 104). Portanto, a concepção de que todas as mulheres americanas – brancas ou negras – facilmente se inseriram no contexto trabalhista, quebrando paradigmas de gênero é um erro de interpretação histórico.

A ideia de integração no mercado de trabalho talvez seja mais aparentemente aceitável quando se refere às mulheres brancas, mas não necessariamente às afro-americanas, que encararam obstáculos discriminatórios tanto por parte da indústria quanto por parte do governo. Mesmo existindo uma lei que tentava tratar dessa desigualdade – o *Fair Employment Practices Committee*, em 1941; por meio da *Executive Order 8802* – ainda havia muita relutância pelos empregadores em contratar afro-americanos. Até quando, raramente contratados, os afro-americanos (homens e mulheres) compunham um grupo restrito, que não excedia 10% do total de trabalhadores ativos (YESIL, 2004, p. 106). Nesse contexto, acima de tudo, as mulheres afro-americanas tiveram dificuldades de conciliar a vida trabalhista e a vida doméstica durante os dias de guerra. Segundo a revista *Opportunity* (MCEUEN, 2014, p. 4), era notório que as mulheres negras ficavam muito irritadas em momentos que os homens das fábricas ficavam apenas dando voltas e não realizando efetivamente suas tarefas, pois aquilo significava tempo

³ Recessão desencadeada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, que resultou na maior crise econômica do século XX não somente nos Estados Unidos, mas em diversos países pelo mundo.

em que elas poderiam estar em casa realizando suas atribuições. Ainda sobre o perfil dessas mulheres, que se juntaram ao mercado industrial da guerra, apenas 10% delas tinham frequentado uma universidade, e cerca de 54% sequer tinha completado o ensino médio (HONEY, 1984, p. 20).

Apesar do aumento do fluxo da inserção feminina no mercado de trabalho, parcela considerável das mulheres que foram empregadas durante o período da guerra – 29% - já trabalhavam em outras áreas há mais de 10 anos. Nesse mesmo sentido, outras 19% atuavam em outros ramos há mais de 5 anos. Nisso, um número significativo de mulheres empregadas no ramo da manufatura durante a guerra já esteve anteriormente em serviços ou cargos clericais. De acordo com o Departamento Americano de Trabalho, o *US Department of Labor*, em uma pesquisa sobre serviço feminino, 61% de todas as mulheres que estavam empregadas em 1944 já estavam atuando no Mercado de trabalho uma semana antes do ataque de Pearl Harbor (YESIL, 2004, p. 105).

No início da dinâmica trabalhista da manufatura, as mulheres ocupavam, primeiramente, atividades que não eram atraentes para os homens, devido à baixa remuneração, às poucas oportunidades de ascensão e mesmo às precárias condições do serviço, em comparação a outras ocupações. Assim também, na maioria das vezes, esse serviço por parte das mulheres ocorria em indústrias sem associação com sindicatos, sazonais e com baixa margem de lucro, e os salários pagos a essas trabalhadoras eram ínfimas (HONEY, 1984, p. 20-21).

A partir da nova movimentação de inserção das mulheres no mercado de trabalho, pelo advento da guerra, foi a drenagem da força laboral masculina a primeira vantagem que as trabalhadoras do sexo feminino receberam. Com a guerra já em andamento, o governo não demorou para concluir que a força de trabalho industrial era um fator crucial para o sucesso do programa do estado de guerra (HONEY, 1984, p. 21). Foi assim, nessa percepção da necessidade da mão de obra feminina, que se desenvolveu a dinâmica econômica industrial de guerra, instigada pela força do trabalho das mulheres. Assim, nessa perspectiva, foi a indústria de aviação a que mais recebeu mulheres norte-americanas como trabalhadoras. Em 1943, cerca de 310 mil mulheres trabalhavam na indústria aeronáutica norte-americana, resultando em 65% da força total da indústria – em comparação com apenas 1% dos anos antecedentes da guerra. Em adição aos trabalhos industriais e aos trabalhos de *homefront*⁴, 350 mil mulheres se juntaram

⁴ *Homefront* é a palavra utilizada para descrever a mobilização da sociedade civil remanescente no território nacional dos países participantes da Guerra, em que todos os esforços – sociais, econômicos e políticos – do cotidiano viram-se para o reforço do conflito que ocorre.

às Forças Armadas, servindo tanto no território americano quanto em outras localidades em que ocorria a guerra. As mulheres também exerceram o cargo de pilotas por meio do *Women's Airforce Service Pilots* (WASPs). Essas viagens de avião comandadas por essas mulheres consistiam no trajeto entre as fábricas e as bases militares, para transporte de carga, além de participação em simulações de ataques e missões com alvos. Nesse sentido, mais de 60 milhões de milhas de distância foram percorridas por mulheres aviadoras nesse período (HAPSARI, 2014, p. 5).

Além da aviação, a navegação e a produção de munição foram áreas com crescimento significativo da participação feminina, crescendo de 8%, em 1939, para 25% em 1944. Paralelamente, enquanto em 1939 encontrava-se apenas 15% da totalidade das mulheres nos setores de produção de bens duráveis, em 1943 é revelada a exímia porcentagem de 45,3% das mulheres engajadas neste setor. Com o alavancamento de produção, as indústrias voltadas para a produção, a favor da guerra, tornaram-se parte do setor de mão-de-obra que contava com altos salários e com a sindicalização, como citado anteriormente, as mulheres até então eram excluídas (HONEY, 1984, p. 21).

Essa adesão à indústria da guerra por parte das mulheres se deu também devido à criação da Comissão de Mão de Obra para a Guerra dos Estados Unidos - U.S. *War Manpower Commission* (WMC) -, que visou mobilizar a população norte-americana para a visão de uma guerra total, isto é, que todos os esforços fossem voltados para a guerra. Em agosto de 1942, a WMC organizou um Comitê Consultivo de Mulheres (*Women's Advisory Committee*) para considerar as questões de como melhorar a eficiência das trabalhadoras em prol dos esforços para a guerra (MCEUN, 2014, p. 2). A partir do ano de 1944, as operárias mulheres com habilidades consideráveis já recebiam um salário semanal de cerca de U\$31,21. Ainda sim, em contrapartida, mesmo com leis regulamentadoras sobre salários equiparáveis, seus companheiros de trabalho, do sexo masculino, ao desempenharem papéis semelhantes, ganhavam cerca de U\$54,65 semanalmente. Para McEun, se as mulheres quebraram paradigmas ao realizar trabalhos “pesados”, de cunho masculino, elas deveriam ser mais bem remuneradas que mulheres que se mantinham salvas e seguras nos trabalhos “femininos”, mas, pelo contrário, continuavam a ser mal remuneradas, em detrimento aos colegas do sexo masculino que desempenhavam os mesmos ofícios. No âmbito físico e psíquico, essas mulheres encararam - devido ao conhecimento e ao treino limitado pela urgência da continuação da produção - não somente dores físicas pelo trabalho, mas exaustão devido à dupla jornada de

trabalho, além dos fardos da parcela afro-americana no que se refere à discriminação e ao assédio (MCEUEN, 2014, p. 3-4).

À época da guerra também, outro fenômeno envolvendo as mulheres se desenvolveu: o número de casamentos criou o termo chamado *Wartime Marriage Boom* como Melissa McEuen (2014, p. 11-12) aponta: entre os anos de 1940 e 1943, 6.579.000 casamentos ocorreram, cerca de 1,1 milhão a mais do que as taxas das décadas de 20 e 30 previam. Essa movimentação se deu, principalmente, por que um “terror” se espalhou entre as moças, logo após o início do processo de alistamento em 1940, os rumores que os homens do país seriam escassos tomaram o imaginário da população. Como consequência desse ocorrido, um crescimento no número de nascimentos acompanhou as circunstâncias, fazendo com que muitas mães ainda jovens se encontrassem sozinhas para cuidar de si mesmas e de seus filhos recém-nascidos. A maneira que algumas dessas jovens encontraram de aliviar sua situação era dividir apartamentos, custos de alimentação e de aluguel com outras mães, além de compartilhar os cuidados com a casa e com as crianças. A assistência a crianças de mães operárias foi arquitetada pelo Estado a partir do Laham Act, de 1940, como extensão dos projetos públicos trabalhistas da época da Grande Depressão.

Todas essas novas dinâmicas sociais estavam amparadas dentro de uma realidade econômica, à qual se refere aos episódios das crises desencadeadas no ano de 1929 nos EUA. Nesse sentido, a Segunda Guerra Mundial foi, paradoxalmente, o evento mais caro ao qual os norte-americanos se submeteram, consumindo 30% do PIB nacional de 1942 a 1945, mas ao mesmo tempo, foi o responsável por salvar o país da conjuntura econômica ao qual se encontrava: o desemprego foi superado, principalmente devido à inclusão das mulheres no mercado trabalhista, e o PIB real dobrou entre o período de 1939 e 1944 (GREENSPAN; WOOLDRIGE, 2020, p. 271).

A Propaganda

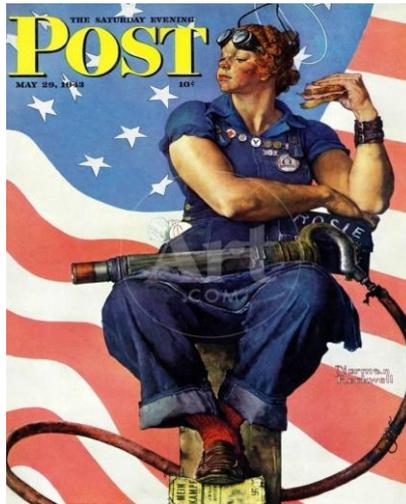
Nesse sentido, duas foram as maiores razões para o governo engajar na propaganda massiva. A primeira dessas foi que o poder de influenciar ou de agir diretamente na economia era muito limitado. Por mais que o governo, durante o *New Deal*⁵, tivesse fomentado reformas por meio de programas como o de Segurança Social, o de seguro-desemprego e o de negociação

⁵ Série de reformas implementadas pelo presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, entre os anos de 1933 e 1937. O plano consistia em fomentar ações governamentais para sustentar um crescimento econômico. Em 1939, essas ideias foram racionalizadas teoricamente pelo economista John Keynes, na obra *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*.

coletiva, na grande parte, o setor privado se auto governou. A segunda razão se refere à esperança da propaganda exercer e de moldar alguns dos requisitos dos padrões de trabalho, por meio de uma moldura ideológica compatível com os tempos de guerra. A manipulação psicológica e, o apelo emocional eram meios de a chamada propaganda organizar aquilo que o sistema burocrático não conseguia amparar: a relação entre oferta e demanda da mão-de-obra (HONEY, 1984, p. 28-29).

Em 1942, o artista J. Howard Miller foi contratado pelo *Westinghouse Company's War Production Coordinating Committee* para criar uma série de *posters* para encorajar as mulheres a aderirem à indústria de guerra. O mais famoso da série, intitulado “*Rosie The Riveter*”, mais tarde prolongou sua popularidade pelo pintor e ilustrador Norman Rockwell (AGUIERRE, 2018, p. 2). Rosie representava o novo modelo de mulher forte, mas ainda assim, feminina. A origem do termo “*Rosie the Riveter*” é devido à música homônima, escrita por Redd Evans e por John Jacob Loeb, e serve para generalizar as protagonistas da série de imagens propagandistas. A canção narra a história de uma heroína que vigorosamente se junta à linha de trabalho para ajudar os esforços norte-americanos na guerra.

Todavia, o nome Rosie não é puramente ficcional: ele é associado a uma mulher chamada Rose Will Monroe. Ela trabalhou como rebidadeira na fábrica de aeronaves Willow Run, em Michigan, construindo aviões de bombardeio B-24 para as Forças Armadas dos Estados Unidos (HAPSARI, 2014, p. 3). Todavia, o imaginário de que as obras das *Rosies The Riveters* carregavam consigo traziam contradições problemáticas: Mary Keefe, a modelo que Norman Rockwell escolheu, não era uma rebidadeira, mas uma telefonista. Ela não trabalhou na indústria de defesa e não tinha nenhuma experiência na área de rebite. A exemplo disso, no primeiro poster publicado no *Saturday Evening Post*, os braços de Keefe são apresentados mais musculosos, e seu corpo, em forma. A representação imagética é clara em seu discurso: enquanto a ela come um sanduíche, a ferramenta de rebite permanece em seu colo; suas roupas são masculinizadas e ela pisa na autobiografia de Hitler, *Mein Kampf*. Em contrapartida, mesmo que carregue algumas características masculinizantes, Rockwell se assegura em manter a feminilidade da protagonista do poster por meio do cabelo arrumado, do batom vermelho e das unhas pintadas (AGUIERRE *apud* HONEY, 2018, p. 5-6).



Fonte: *The Saturday Evening Post*, Licença Norman Rockwell © 1943 SEPS), 1943.

A partir disso, a mídia direcionou todo seu esforço para repassar a ideia que as mulheres eram necessárias na indústria de defesa. Porém, essa propagação não ficou restrita somente ao universo iconográfico, tendo filmes como *Swing Shift Maisie* (Norman Z. McLeod, 1943), *Meet the People* (Charles Reisner, 1944), e *Since You Went Away/ Desde que Partiste* (John Cromwell, 1944) contando com a narrativa de mulheres trabalhando em tempos de guerra, sem contar peças da Broadway como *Rosie the Riveter* e livros como a autobiografia *Shipyard Diary of a Woman Welder*, de Augusta Clawson (AGUIERRE, 2018, p. 6). Ainda assim, as diversas formas de “*Rosie The Riveter*” era designada para alcançar um público específico: mulheres brancas, de classe média eram o foco principal do *War Information Office and Advertising Executives*. O OWI (*Office of War Information*) canalizou a força propagandística da série de *Rosie the Riveter* de forma a fazer essas mulheres pensarem que elas precisavam deixar a vida doméstica. Para eles, esse grupo era o mais preparado e mais capacitado para exercer os trabalhos. Ao se juntar ao serviço industrial, OWI acreditava que as mulheres estavam deixando de ser egoístas, ajudando os maridos que estavam no front de batalha (HONEY, 1984, p. 28-29).

Assim, eram modeladas as formas ideias das trabalhadoras que o Estado americano queria e precisava naquele momento. Nesse sentido também, mulheres negras nunca, ou raramente, apareciam em anúncios para trabalho industrial, embora ainda houvesse realizações e prêmios locais noticiados em jornais e em revistas conhecidas pelo nicho dos afro-americanos, como o NAACP, o *The Crisis* e o *National Urban League's Opportunity*. De certa forma, essa cobertura de recorte racial foi muito importante, de modo vital, para a campanha “*Double V*”, uma movimentação iniciada pela imprensa negra para combater o racismo interno no território americano enquanto tropas lutavam contra o fascismo no exterior (MCEUEN, 2014, p. 2).

POSTER 2 – We Can Do It!



Fonte: J. Howard Miller/War Production Co-Ordinating Committee, *The National Museum of American History*, Licença Creative Commons Zero (CC0) Coleção Smithsonian, 1942.

Integrar o mercado de trabalho nesse momento, contudo, não significaria desafiar os papéis sociais de gênero. As mensagens propagandísticas tratavam de uma imagem complexa: não eram sobre mulheres que eram trabalhadoras desde sempre, mas que tiveram que se dispor a tal função devido às circunstâncias. A participação feminina na indústria, durante esse período, nunca se tratou sobre realização pessoal ou independência feminina, mas de um sacrifício patriótico e o desejo de alcançar validação masculina, por isso sempre a tentativa de se manter atrativa e feminina, mesmo com a realização de um trabalho pesado e cansativo. As agências de propaganda também eram cuidadosas em não apresentar o trabalho doméstico como secundário ou menos importante. A ideologia de guerra total também classificava como de valor inestimável as atividades domésticas para o esforço de guerra (YESIL, 2004, p. 108-110).

A OWI trabalhou incessantemente para fixar a ideia do patriotismo e da libertação dos homens dos deveres de trabalho, policiando-se a nunca pender em uma ideia de empoderamento feminino, de realização pessoal ou de independência. Pelo contrário, explicitamente “coisificava” as mulheres: frases em que se associa e se atribui vitórias ou derrotas como resultados diretos do esforço de trabalho das mulheres eram frequentemente reforçados (YESIL, 2004, p. 109).

Os meios de comunicação e, as autoridades norte-americanos, concentraram-se na ideia de controlar o comportamento das mulheres por meio dos novos empregos que elas ocupavam, além de manter a economia de guerra funcionando. Esse trabalho de esforço, em momento algum, teve como objetivo ajudar a mudar a posição das mulheres na esfera social, senão ajudar os Estados Unidos na guerra, somente (AGUIERRE, 2018, p. 3). Um dos *slogans* do governo

era: “quanto mais as mulheres trabalharem, mais cedo ganharemos”. As propagandas também associavam as habilidades domésticas às atividades laborais, como anúncio que questionava as mulheres que, se elas conseguiam manusear uma batedeira elétrica, paralelamente conseguiriam, sem grandes esforços, aprender a operar uma furadeira. Além dessa comparação, a campanha realizava paralelos como costurar e soldar, fazer um suco de laranja e operar uma furadeira de bancada e usar uma máquina de lavar a usar um torno mecânico. A função dessas propagandas também se direcionava a tentar mudar a visão patriarcal de alguns maridos que ainda relutavam em deixar suas esposas assumirem cargos nas indústrias (HAPSARI, 2014, p. 4).

A importância do papel do governo, ao incentivar as mulheres a ocuparem cargos ditos masculinos, era também assegurar que não haveria uma perda da feminilidade mesmo com essa nova realidade. O *War Information Office and Advertising Executives* se propôs a criar, meticulosamente, a imagem da dona de casa feminina que vai para seu trabalho fabril por amor pela sua nação. Era necessário fixar a ideia que a necessidade do trabalho feminino era uma urgência das circunstâncias as quais o país se encontrava. Essa mulher ideal, descrita pelo aparato governamental, era capaz de alcançar qualquer coisa que o Estado requisitasse a ela, mas no momento em que não fosse mais necessária, voltaria de bom grado para seu lar receber seu marido (AGUIERRE, 2018, p. 3-4).

Ainda assim, com todo aparato propagandístico, como já comentado, o incentivo para a participação feminina no mercado de trabalho não significou que as mulheres eram beneficiadas, a exemplo, raras as exceções que empregadas eram promovidas como supervisoras (HAPSARI, 2014, p. 4-5).

O fim

A campanha das *Rosies The Riveters*, ao fim, revelou que o pensamento de uma subversão nos papéis de gênero sempre foi uma questão secundária – senão inexistente – em detrimento às obrigações das mulheres como esposas e namoradas para seus companheiros que estavam retornando para casa. Como Aguierre afirma (tradução livre): “(...) Ao final do dia, Rosie, a Rebitadeira, era somente uma propaganda, e não prometia nada para o futuro” (AGUIERRE, 2018 p. 9)⁶.

⁶ *At the end of the day, Rosie the Riveter was just a form of propaganda and did not promise anything for the future”.*

Durante a guerra, estima-se que 18 milhões de mulheres se juntaram às indústrias. A preocupação sobre o que ocorreria com elas quando a guerra crescia com o passar do tempo, uma vez que se tinha o entendimento que as condições de divisão sexual do trabalho não voltariam a ser as mesmas de antes. Já na metade do ano de 1944, com uma vitória dos Aliados praticamente encaminhada, o discurso de propaganda do governo rapidamente mudou para pedir que as mulheres voltassem para casa. Com o fim oficial, a necessidade de munição abruptamente foi encerrada, e conseqüentemente, as mulheres foram obrigadas a deixarem seus cargos a procura de novas ocupações. Assim, muitas mulheres foram dispensadas, e seus empregos ocupados pelos militares que retornaram. As que tentaram permanecer na indústria tiveram que enfrentar obstáculos como assédios, mas ainda sim resistiam. Por mais que as configurações de divisão sexual do trabalho voltassem a ser algo semelhante ao período pré-guerra, não voltou a ser o mesmo: novas marcas e efeitos ficaram marcados na noção da inserção feminina no trabalho e no poder (HAPSARI, 2014, p. 8-9).

Anteriormente, nos anos 1915-1918, o *American Way of Life* (AWL) surgiu como modelo democrático republicano, cultural e social, sendo uma ideologia maximizada não somente para a população norte-americana, mas que posteriormente se difundiu entre as nações latino americanas – durante 1920 e 1930 – e se fortaleceu entre os países europeus que compunham o grupo dos aliados, durante a Segunda Guerra. Assim, durante o período pós Segunda Guerra Mundial e o momento antecedente à Guerra Fria, o AWL reemergiu com mais força, principalmente no que se tange às relações de gênero da sociedade norte-americana. Essa defesa dos costumes do *American Way of Life* acaba por designar um molde de família tradicional, colaborando com os princípios capitalistas ao mesmo tempo que afasta o comunismo. No conceito da família americana ideal, então, a mulher volta a assumir o papel de mãe e de dona de casa, que não trabalha fora, e a exaltação da figura do marido como provedor do lar. É nesse discurso então que se sustenta a retirada das mulheres dos meios industriais, “devolvendo” o lugar aos homens (MENDONÇA, 2015, p. 33-34).

Se a luta pelos Aliados pela liberdade abrangia a independência pessoal, as mulheres souberam assimilar para si essa liberdade no início da década de 1940. O presidente Roosevelt articulou quatro liberdades, das quais duas, a “liberdade por vontade” e a “liberdade por medo”, podem explicar como algumas mulheres desfrutaram dos benefícios financeiros e sociais que os anos de guerra lhes proporcionaram. Não foi insignificante o número de mulheres que se envolveram em mudanças significativas que emanaram da confiança oriunda da independência desenvolvida nesse período. Era justificado o medo de uma retração dessa liberdade

(MCEUEN, 2014, p. 16). Para a teórica Betty Friedan, a partir dos eventos da Grande Depressão e da Segunda Guerra, imagem das mulheres – em especial as norte americanas – começou a se mistificar nos padrões da propaganda do AWL. Assim, Friedan percebe que essas desigualdades de gênero eram ratificadas, principalmente, por argumentos econômicos, resultando numa realidade de opressão para as mulheres, cunhada na realidade doméstica (FRIEDAN, 2020).

A imagem de *Rosie The Riveter*, mesmo que cunhada numa propaganda nacionalista, foi para além das barreiras estabelecidas, sendo símbolo, mesmo que não intencionalmente, de mulheres que desafiaram paradigmas de gênero. Ao fim da guerra, a confusão sobre as possibilidades do papel da mulher mediante da sociedade foi motor fundamental para novos movimentos feministas que surgiram nas décadas seguintes, colocando em xeque o senso comum da posição social das mulheres (AGUIERRE, 2018, p. 16). Mas uma nova perspectiva estava realizada: mesmo que retraídas, essas mulheres que trabalharam como *Rosie The Riveters* da vida real reverberaram seus desejos por emancipação, alcançadas em demonstração para suas filhas e suas netas, marcando o que hoje se entende como o confronto das questões de gênero, de trabalho e de espaço social.

Conclusão

A inserção das mulheres americanas no mercado de trabalho por meio da evasão da mão-de-obra masculina representou um momento de questionamento de uma ontologia em que o sexo feminino é subjugado ao masculino, uma vez que sempre designado como o sexo frágil, têm de assumir as rédeas de ocupações consideradas “pesadas”. Logo, isso representa um momento de novos confrontos de ideais em que as mulheres demonstram ser capazes de assumirem locais de independência não somente na área laboral, mas consequentemente na esfera financeira, na emocional e na social.

Assim, quando se fala de Segunda Guerra Mundial, é importante atentar-se não somente a uma reconfiguração na perspectiva militar e geopolítica das dinâmicas dos Estados que se envolveram no conflito, mas também dos cidadãos que foram impactados por ele, mesmo permanecendo em seus territórios. Nesse sentido, nos Estados Unidos, as mulheres foram impactadas mediante novas perspectivas. Obviamente, o governo não deixa de ter seu lado de participação, como notado, por meio da propaganda, mas a assimilação e a apropriação das mensagens transmitidas em um início de movimentação rumo à emancipação são devidas totalmente às mulheres. Assim também, a necessidade de perceber as desigualdades de raça

dentro da dinâmica feminina é crucial para compreender as nuances que estiveram e ainda estão presentes na história americana, levando a associar à necessidade ainda maior de estudos interseccionais sobre o assunto.

Por fim, a história de gênero, por mais que seja um campo relativamente recente no campo historiográfico, é um dos meios de se confirmar meios que já são afirmados pela literatura – como o citado ressurgimento econômico dos EUA durante a guerra – agora interpretados mediante uma nova perspectiva. A participação de mulheres na indústria de guerra talvez tenha sido um episódio com muitas lacunas em branco a serem discutidas, mas colaboram com a emergência de uma discussão sobre o que pode ser alcançado no momento presente.

Fontes utilizadas

THE SATURDAY EVENING POST. **Rosie The Riveter**. 1943.

Howard Miller, War Production Co-Ordinating Committee **We can do it!** 1942.

Referências

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

AGUIERRE, Reina. **The Evolution of “We Can Do It” Poster and American Feminist Movements**. San José: McNair Research Journal SJSU: Vol.14. Article 3. Agosto. Pp.2-22. 2018

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Petrópolis: Editora Vozes Limitadas. 1ª Edição. Pp.32-43. 1971.

GREENSPAN, Alan; WOOLDRIDGE, Adrian. A Grande Depressão. In: **Capitalismo na América**. Uma História. São Paulo: Editora Record 3ª Edição. 2020. Pp.225-275

HONEY, Maureen. **Creating Rosie the Riveter: Class, Gender and Propaganda During World War II**. University of Massachusetts Press. Massachusetts. 1984.

HAPSARI, Nurlita. **Rosie The Riveter: Women workers in the World War II**. Yogyakarta: Universitas Gadjah Mada. Janeiro. pp.1-10. 2014

KARNAL, L (et al.) **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

MCEUEN, Mellisa . **Woman, Gender, and World War II**. Transylvania: Oxford Research Encyclopedia. Junho. Pp.1-26. 2016

MENDONÇA, Maria. **O trabalho da mulher americana durante a Segunda Guerra Mundial e sua contribuição para o feminismo**. Trabalho de Conclusão de Curso – bacharelado em Relações Internacionais. Recife: Faculdade Damas da Instrução Cristã. 2015

YESIL, Bilge. **‘Who Said It’s a Men War?’: Propaganda, advertising discourse and the representation of war worker woman during the Second World War**. Nova Iorque: Media History. Vol.10. Number 2. agosto. 2004, p.103-117.

A História dos, nos e por meio dos periódicos e a Hemeroteca Digital Brasileira: reflexões metodológicas

*The History of, in and through Newspapers and the Brazilian Digital Newspaper Library:
Methodological Reflections*

João Vitor de Armas Teixeira, UFPel¹

Resumo

O presente artigo se propõe a contribuir com um debate teórico-metodológico ainda incipiente na historiografia que é a investigação na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Nesse sentido, aborda contribuições já presentes nessa discussão como o paradigma da materialidade das fontes e apresenta reflexões próprias a partir da metodologia da Análise de Conteúdo como uma proposta para o tratamento dos resultados de pesquisa e os procedimentos da História da e por meio da imprensa para a problematização dos periódicos. Portanto, é um esforço pelo rigor teórico e metodológico nas pesquisas na Área da História em um contexto de centralidade e ampliação dos acervos digitais nos estudos históricos.

Palavras-chave: Historiografia; História da Imprensa; Hemeroteca Digital.

Abstract

This article proposes to contribute to a theoretical-methodological debate that is still incipient in the historiography that is the investigation in the Digital Newspaper Library of the Brazilian National Library. In this sense, it addresses contributions already present in this discussion as the paradigm of materiality of sources. And it presents its own reflections from the Content Analysis methodology as a proposal for the treatment of research results and the procedures of the History of and through the press for the problematization of periodicals. Therefore, it is an effort for theoretical and methodological rigor in research in the Area of History in a context of centrality and expansion of digital collections in historical studies.

Keywords: Historiography; Press History; Brazilian Digital Newspaper Library.

Introdução

Este trabalho surgiu com o intuito de contribuir com um debate que ainda é pouco refinado no campo da pesquisa histórica: a investigação em acervos digitais, mais especificamente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Existe uma verdadeira lacuna dentro das reflexões teóricas e metodológicas, o historiador que trabalha com esse tipo de fonte e com esse suporte, acaba encontrando uma vasta literatura defasada que não o possibilita refletir sobre sua própria prática. Concordo com a avaliação de Brasil e Nascimento (2020, p. 204) de que há “negligência” e até mesmo “omissão intencional” que acaba “passando a falsa

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), graduando em Letras Português-Literatura pela UFPel e mestrando em História pelo PPGH-UFPel, bolsista CAPES. E-mail: joaoarmas1998@gmail.com. Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7117766338325243>.

noção de que o pesquisador chegou aos resultados finais de sua pesquisa utilizando o tradicional método corrente”. Abundam, portanto, considerações sobre o jornal enquanto fonte histórica, metodologia que acaba sendo aplicada à consulta nas fontes digitais, ou, pelo menos, apresentada como o método de trabalho, porém, uma parte da pesquisa fica às escuras. As observações concernentes ao procedimento de trato com as fontes ficam, portanto, demonstradas pela metade, a despeito da qualidade da pesquisa. É essa a conjuntura que os historiadores da e por meio da imprensa estão trabalhando e, considero, uma urgência a ampliação dessas discussões para a elevação da qualidade e do rigor procedimental das produções historiográficas. Pois, somente a partir da ampliação desse debate é que será possível um salto qualitativo das pesquisas, bem como a exploração dos limites e potencialidades da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) e de seu mecanismo de busca.

Desse modo, urge esclarecer, brevemente, do que se trata o acervo digital e como ele funciona, para que seja possível uma melhor compreensão sobre o que pretendo refletir neste texto. Nesse sentido, a História da Imprensa do Brasil possui uma trajetória que se inicia no ano de 1808, quando a imprensa Régia surgiu por iniciativa oficial (SOUZA, 2014), Giordano (2016, p. 172) argumenta que a “situação da imprensa não se alterou consideravelmente antes de 1821”, ano em que “jornais independentes começaram a circular em maior número no Rio de Janeiro”. Portanto, conclui-se que a imprensa teve um desenvolvimento vagaroso, entretanto, “nas últimas décadas da monarquia, já existia uma imprensa mais bem estruturada, com periodicidade, diária ou semanal [e] com independência financeira” (DOLHNIKOFF, 2017, p. 85). Desde então, a imprensa cumpriu papel fundamental e foi um agente histórico decisivo ao longo do século XX até a contemporaneidade, basta mencionar o papel dos jornais durante o Estado Novo e na Ditadura Civil-Militar² e o grande esforço estatal para a sua censura e controle. Trata-se, portanto, de mais de duzentos anos de história acumuladas nos e dos jornais e que, felizmente, uma parte considerável foi conservada pelo esforço dos pesquisadores da Biblioteca Nacional (BN) ao longo desse tempo.

A Organização das Nações Unidas para a Educação e Ciência e a Cultura (Unesco), segundo Giordano (2016, p. 184), considera a BN “uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, sendo a maior da América Latina”, seu acervo, segundo o site da instituição, possui mais de dois milhões de documentos livres para consulta digital. Não é o objetivo deste trabalho, tratar da história da Biblioteca Nacional³, interessa analisar o movimento que surgiu

² Ver Giordano (2016), que traça um interessante panorama da história da imprensa no Brasil desde seu início.

³ Para isso, é possível consultar o próprio site da instituição e obras como Giordano (2016) e Bettencourt e Pinto (2013).

a partir dos anos 1940, quando a BN deu início à microfilmagem desses exemplares, porém, segundo Brasil e Nascimento (2020) apenas no ano de 1978 que foi criado um Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros (PLANO). O PLANO “visava preservar a produção jornalística do país e supervisionar a rede nacional de microfilmagem” (GIORDANO, 2016, p. 187). A pesquisa, nos noticiosos, ao longo das décadas seguintes, era feita por “pesquisadores [que] dedicaram horas a fio, girando e rebobinando os microfimes, lendo minuciosamente cada página, cada coluna, cada sessão dos periódicos” (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 205). Inicialmente, alçavam mão dos fichamentos à mão, posteriormente, os computadores ajudaram a facilitar as transcrições e organizar catálogos próprios para facilitar o trabalho, mas as mudanças não parariam aí.

A verdadeira revolução de suporte veio no ano de 2006, fato que “implicaria transformações na imaginação histórica em uma ordem sem precedentes” (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 2005). Porém, é necessário examinar a Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), que internamente, está constituída por uma tríade de segmentos: a) “Captura e armazenagem de acervos digitais”; b) “Tratamento técnico e publicação de acervos digitais”; e c) “Programas e Projetos de digitalização e divulgação”. O *metadata schema*⁴ da BNDigital é o *Dublin Core*, o qual é possível identificar os seguintes elementos: “título, criador, assunto, descrição, publicador, contribuidor, data, tipo, formato, identificador, fonte, idioma, relação, cobertura e direitos” (BND, 2023). A norma de autoria, é a *Anglo American Cataloguing Rules* (AACR2), utiliza a Classificação Decimal de Dewey e

para interoperar com outros sistemas de bibliotecas digitais a BNDigital aderiu ao protocolo da Iniciativa dos Arquivos Abertos OAI-PMH, mecanismo para transferência de dados entre repositório digitais (GIORDANO, 2016, p. 189).

Para a presente reflexão, o fato mais relevante, do ponto de vista historiográfico, é o surgimento da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), “lançada em 2012 com 10 milhões de páginas” (GIORDANO, 2016, p. 190) e é possível acessá-la a partir de qualquer dispositivo conectado à *internet*.

A HDB, possui disponível para consulta periódicos brasileiros e estrangeiros, de domínio público e aqueles de maior raridade. O processo de digitalização dos exemplares deu-se por meio de “escâneres planetários de alta produção [da] marca *Zeutschel* modelo 12000HQ. Tais equipamentos têm características que visam à salvaguarda do documento original”. Após

⁴ Esquema/sistema de metadados.

esse processo, ocorreu a “etapa de reconhecimento dos caracteres do texto por meio da aplicação do software *Abby FineReader 11 Professional*”. E, por fim, os arquivos digitais foram transformados para o formato *Portable Document Format*⁵ (PDF), visando reproduzir de maneira fidedigna o documento original. Já, para o usuário da plataforma, é disponibilizada a tecnologia *DocPro*, que permite a “pesquisa por aproximação visual”, “na qual não são guardadas as palavras exatas e sim a aproximação visual de cada uma” (GIORDANO, 2016, p. 190-191). Nesse sentido, é uma tecnologia que consegue minimizar os erros da *Optical Character Recognition*⁶ (OCR), porém, não é um sistema à prova de falhas, mas é, inegavelmente, de grande refino tecnológico e proporciona certa segurança ao pesquisador.

Portanto, mediante a tecnologia *DocPro*, é possível realizar a pesquisa dos e por meio dos periódicos a partir de diferentes parâmetros. Tais como a consulta por: a) Periódico; b) Período; e c) Local. A) a pesquisa interna ao jornal possui permite três etapas: a localização por nome, por período e a busca por palavra ou frase, basta a digitação utilizando aspas; b) por período, seleciona-se balizas temporais que estão padronizadas em décadas (por exemplo 1810-1819), a partir dessa seleção irá abrir opções de todos os locais, periódicos disponíveis nesse período e, por fim, possibilita a busca por palavras e/ou frases; c) por local, inverte-se a ordem da busca temporal, sendo a geografia o ponto de partida que irá averiguar em seu acervo as opções para a pesquisa. Por conseguinte, são três enfoques diferentes, que poderão abrir gamas distintas e direcionar a pesquisa para caminhos variados. Dessa forma, é possível acessar uma quantidade inimaginável de jornais, propiciando mapear todo o debate de uma época sobre determinado assunto, enquadrando a pesquisa dentro de marcos geográficos, temporais e de categorias de análise.

Diante do exposto, o presente artigo irá refletir sobre a História da e por meio da Imprensa, problematizando os periódicos como fonte histórica, visando contribuir para uma perspectiva metodológica que conceba os jornais de uma forma mais complexa e dialética. A partir disso, versará sobre a HDB e sobre as reflexões metodológicas que vêm sendo realizadas ao longo do curso de mestrado acadêmico na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Considero de grande valia cruzar teórico-metodologicamente a pesquisa via *DocPro* com a Análise Conteúdo (BARDIN, 2011; ZICMAN, 1985) como forma de trabalho e refinamento

⁵ Formato de Documento Portátil.

⁶ Reconhecimento Óptico de Caracteres, como o nome sugere, é uma tecnologia que utiliza o reconhecimento óptico o que, dependendo das condições e/ou da formatação do documento, pode apresentar resultados falhos nas consultas.

dos resultados que a ferramenta apresenta ao longo da consulta às fontes. Por fim, trará suas considerações finais, sintetizando as reflexões apresentadas.

A História da e por meio da imprensa

É clássico o texto de Tania Regina de Luca (2008), *História do, nos e por meio dos periódicos*, que reflete sobre esse fazer historiográfico e constituiu-se em jargão dos historiadores que trabalham com esse tipo de fonte. Referir-se como História da e por meio da imprensa remete-nos ao movimento circular do jornal constituir-se documento e objeto ao mesmo tempo. Pois, não há como compreender aquilo que aparece em suas páginas sem antes atentar para “os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes” (LUCA, 2008, p. 132), ou seja, entender *como* eles funcionam. Colocado de outra forma, é nevrálgico proceder a historicização da fonte, questionando-se sobre sua data de fundação, seus fundadores, financiadores, tempo e espaço de circulação, formato, orientação editorial e posições políticas. Pois, esses impressos possuem funções sociais (LUCA, 2008) e estão “envolvido[s] em um jogo de interesses” (LAPUENTE, 2015, s.p.), tudo aquilo que é publicado não chega ao público em vão, desde a escolha do papel até a disposição espacial das notícias está imerso em uma lógica de intencionalidade. A perspectiva adotada pelo presente trabalho choca-se com a separação que Barros (2019) estabelece entre o jornal-objeto e o jornal-fonte, parece-me óbvio que são pontos de partida distintos, porém, ao longo da produção historiográfica ambos se confundem, distanciam-se apenas no resultado da pesquisa. Todo trabalho que versa sobre a história de determinado jornal irá percorrer um caminho por meio dele. Toda pesquisa que busca, a partir de determinado periódico enquanto fonte histórica, produzir um conhecimento sobre um dado fenômeno histórico, irá recorrer à sua historicização para problematizá-lo. Portanto, será entendido aqui que a história dos e a história por meio dos periódicos são dois elementos de uma mesma relação dialética que se influenciam e são mutuamente interdependentes.

Diante do exposto, o que o historiador deve levar em consideração ao utilizar a imprensa como fonte é o seguinte aspecto: *há um processo histórico por trás e envolto à notícia*. Ela surge como reação às conjunturas históricas, a fonte e quem as produz não são neutros, “a Imprensa age sempre no campo político-ideológico” (ZICMAN, 1985, p. 90). Ela visa uma ação social, a defesa de um programa, mesmo que oculto ou subentendido e não a reprodução estéril da “realidade”, como se fosse uma espécie de “arquivo do cotidiano” (ZICMAN, 1985, p. 90). Mesmo esse aspecto deve ser questionado, pois há, na fonte jornalística, uma

temporalidade implícita, isso quer dizer que o texto jornalístico foi produzido para ser consumido instantaneamente. Uma notícia sobrepõe a outra, um artigo de opinião surge anulando ou reforçando o anterior, pois o público-alvo está presumido nessa lógica diária do diário. O leitor ideal é aquele que consome o produto com o intuito de informar-se e formar-se por meio desta ou daquela gazeta e que, ao fim e ao cabo, aquela edição, daquele dia em específico, perde a sua utilidade, pois já não produz mais sentido consultar, por exemplo, o caderno de esportes duas vezes. É o historiador que, no futuro, irá examinar a fonte e transfigurá-la, colocá-la sob outra perspectiva, vai realizar uma operação radicalmente oposta àquela intencionalidade original: ele retira o caráter efêmero do texto jornalístico para projetá-lo e inseri-lo em uma lógica histórica, desmembrando suas tensões, conexões internas e externas e trazendo à luz o seu processo de produção e seus porquês. Afinal, outro enfoque importante, é o circuito “polo editor” e “polo leitor”, ou “produção e recepção” (BARROS, 2019, p. 172), isto é, a relação entre o jornalista que produz o texto e a orientação editorial que é condicionada pelos financiadores dos jornais, seja os leitores ou as empresas que anunciam em determinada folha. Nesse sentido, é muito importante, no trato do texto jornalístico, considerá-lo “produto de um trabalho coletivo que apresenta em uma de suas pontas uma complexa hierarquia de interferentes” (BARROS, 2019, p. 172). Evidentemente, essas ressalvas devem ser feitas diante de jornalistas, jornais e de contextos específicos, mas que o historiador deve realizar, para uma correta problematização de suas fontes, pois está vinculada diretamente às particularidades dos textos jornalísticos.

A historicização da fonte, requer que levemos em consideração não só aquilo que há de específico neste ou naquele jornal, mas o caráter geral da imprensa no período estudado, ou seja, a “caracterização do jornal simultaneamente como objeto cultural, meio de comunicação e prática social” e as “características mais gerais que parecem ser partilhadas por todos os jornais” (BARROS, 2019, p. 168) de determinado período. Por exemplo, a imprensa foi vista como um Quarto Poder, desde o final do século XVIII e, é ao longo desses processos pós-Revolução Francesa (1789-1799) que surgiram os princípios de “publicidade”, “espírito público”, “opinião geral” e, o principal: “opinião pública”, isto é, a imprensa foi concebida como um espaço privilegiado para “interpretar e formar a opinião pública” (CAPELATO, 2015, p. 119). No século XIX, a imprensa foi marcada pelo seu “caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público” (LUCA, 2008, p. 133) e que, apesar de grandes taxas de analfabetismo, “era um instrumento de ação política e cultural” durante o Brasil Império (DOLHNIKOFF, 2017, p. 83). Os periódicos, via de regra, eram explícitos sobre

suas linhas editoriais e traziam, por vezes, em suas capas as suas posições, o que facilita a investigação do historiador. Entretanto, no período posterior, a partir do século XX (até a atualidade) com o processo de massificação da imprensa, dos grandes conglomerados e do caráter profissional e – por que não – “científico” do jornalismo, as gazetas passaram a posições discretas e/ou veladas de acordo com o período e a conjuntura histórica. Nesse sentido, surge a necessidade fundamental que é o cruzamento da fonte com a historiografia, para compreender o que há de geral na fonte específica, levando em consideração não só as suas transformações, mas a manutenção de seu caráter elementar. Isso quer dizer: a imprensa como “instituição pública”, formadora de opinião e a “passagem da imprensa político-opinativa para a imprensa empresa não eliminou nem diminuiu a importância dos jornais como agentes políticos” (CAPELATO, 2015, p. 121-122).

Por outra perspectiva, dentro desse quadro mais amplo da imprensa do período que se pretende estudar, é necessário também refletir: quais as especificidades de determinada fonte? Como argumenta Barros (2019, p. 164), “através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal. Encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica”. Ou seja, é preciso levar em consideração esse *processo histórico que está por trás e que envolve a notícia*, somente a partir desse procedimento é que será possível compreender como o jornal movimenta-se no terreno histórico. Retornando mais uma vez ao exemplo oitocentista, era muito comum periódicos polemizando entre si, acusações mútuas, sátiras, verdadeiros duelos no espaço público. Isso deve ser apreciado, bem como os textos e outros jornais que são mencionados, publicados, endossados, pois isso compõe essa história pregressa legada pela própria fonte histórica. É preciso buscar compreender de que maneira aqueles agentes, que produziram a fonte e como o próprio jornal, enquanto organismo, moveram-se em seu tempo, dentro de suas possibilidades. Suas posições, mudanças, oposições, alianças, conflitos, reações, tudo deve ser visto a partir das lentes da historiografia, para estabelecer uma relação circular entre a fonte-objeto e o conhecimento histórico. Além de, evidentemente, realizar a apreciação do caráter profundamente dialético entre o geral e o particular, pois o jornal sempre carrega consigo as marcas de seu tempo, porém, também possui características próprias que o distinguem de seus pares e isso sempre deve ser observado.

Se nos propormos a analisar o jornal enquanto fonte-objeto da pesquisa histórica por outro aspecto, é muito fecundo refletir sobre a fonte jornalística como uma testemunha de seu tempo. A partir de Esperança (2006, p. 237), nesse sentido, é pertinente pensar que “a testemunha viu algo, ouviu algo, o que em última instância nos certifica: este algo existiu”. O

aspecto testemunhal é interessante pois é possível, com a devida problematização, captar aspectos que outras fontes não legam ao historiador, “a imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história porque nela fica registrada a vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos” (CAPELATO, 2015, p. 115). Porém, todo testemunho é falho, pois possui, como a autora menciona, um compromisso moral e a ânsia de testemunhar a sua verdade, a sua realidade, palavras que são problemáticas dentro do vocabulário do historiador. Tais fatores, longe de retirarem a legitimidade da fonte jornalística, refinam a reflexão historiográfica, porque “a distinção entre o falso e verdadeiro, embora necessária, passou a ser encarada de outra forma” (CAPELATO, 2015, p. 115), isto é, o historiador deve perguntar-se qual a intencionalidade de sua produção, de que maneira foi produzido, seja “falso” ou “verdadeiro”. O que alça os periódicos ao mesmo patamar das fontes já consolidadas desde a historiografia positivista o que é fruto, também, da revolução documental e os novos paradigmas historiográficos que surgiram ao longo das sucessivas renovações historiográficas ao longo dos séculos XX e XXI. Pensando o periódico enquanto testemunho, isso quer dizer que ele deve ser “analisado pelo historiador além de seu significado aparente” (ESPERANÇA, 2006, p. 241), sua análise “pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução” (CAPELATO, 2015, p. 115) e isso é, como afirmou Bardin (2011, p. 15), uma “tarefa paciente de ‘desocultação’”. Portanto, dentro desse movimento, é imperativo ao historiador buscar “reconstituir projetos, ideais, lutas, compromissos e interesses dos protagonistas da história dessa época” (CAPELATO, 2015, p. 116) e a imprensa possibilita ao pesquisador uma qualificada reconstituição de determinadas conjunturas, principalmente aquelas mais delicadas e voláteis, características de momentos de crise ou de grande mudança. E, impera ressaltar, logicamente, que os jornais não apenas “pintam” esses “quadros”, mas também e – talvez mais importante que isso – são personagens de visão privilegiada, mas estão encharcados pelo seu tempo e seus interesses.

A pesquisa na Hemeroteca Digital: reflexões metodológicas

A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e sua ferramenta de busca (*DocPro*) permitem ao historiador uma gama de recursos de diversas ordens, principalmente o acesso facilitado aos periódicos de qualquer lugar do Brasil e do mundo. Esse fator possibilita a profusão de trabalhos de pesquisa histórica, principalmente àqueles que produzem historiografia dos e por meio dos jornais, entretanto, há carência de uma reflexão metodológica mais aprofundada, que dê conta de problematizar as facilidades dos recursos, mas, também, de

seus riscos. Pois, existem fatores *a priori* óbvios que não são levados em consideração, a primeira questão, mais importante, é que ao utilizar tal recurso, o pesquisador está consultando o conteúdo da fonte, porém, não a fonte em si, isto é, há a questão da materialidade do impresso. Por outro lado, igualmente de suma importância, é o trabalho com os usos possíveis e os dados extraídos sob o risco de não realizar um cruzamento com a historiografia e/ou outras fontes.

A questão material influi no próprio fazer historiográfico pois o pesquisador não está mais em contato com o periódico pesquisado, não mais está manuseando o documento e lendo-o em busca das respostas aos seus questionamentos e problemas. A busca por palavras-chave encurta o caminho e, por vezes, pode até mesmo ser o ponto de partida da produção histórica, isto é, pode (e ocorre) o fato de o historiador consultar determinado periódico pois esse possui uma alta quantidade de ocorrências de uma determinada palavra. Afinal, essa possibilidade de “localizarmos – e, de certo modo, quantificarmos – a ocorrência de terminados termos em um vasto material textual permite acelerar o foco da atenção do historiador em relação a temas e assuntos de seu interesse de pesquisa” (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 203). Isso leva a um processo que as características materiais do periódico, por exemplo, o tipo de papel e impressão e a disposição espacial das matérias podem ser negligenciados pelo historiador. Outros elementos de ordem heurística e epistemológica remetem-nos à reflexão de que estamos acessando a representação de um documento que, por sua vez, é uma representação inserida em uma série quase infinita de condicionantes históricas, materiais, ideológicas e políticas. Fato é, se enquanto historiadores, assumirmos uma posição que leve esse raciocínio às últimas consequências, poderemos inviabilizar a pesquisa histórica por esses caminhos e tolher o grande potencial dessa forma de pesquisar. Brasil e Nascimento (2020, p. 201) consideram que “quando um registro histórico (...) converte-se, por meio de algum processo computacional, em um documento digital, ocorre aí uma mudança que dificilmente poderia ser considerada trivial”, compreendem que há uma mudança material desse registro, a digitalização seria não uma “desmaterialização”, mas uma “rematerialização”, pois mesmo arquivos digitais ocupam espaços físicos (em *hardwares*, por exemplo). Nesse sentido, ainda segundo os autores, quando consultamos a Hemeroteca Digital estamos diante de uma cópia do documento original e, para essa cópia ser concebida como fidedigna, ela demanda parâmetros⁷, “aquilo que os arquivistas denominam cadeia de custódia”. Outro ponto de vista relevante é que nesse movimento de

⁷ Todas as informações sobre a política de digitalização, os objetivos, critérios de seleção, área de infraestrutura da Tecnologia da Informação (TI) e suas ferramentas, softwares, até suas estatísticas, normas e padrões estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/apresentacao/>. Acesso em: 12 de out. 2022.

digitalização que é uma “rematerialização”, além do câmbio do suporte, “a fonte torna-se datafícavel”, ou seja, implica em uma sobreposição de dados digitais, os metadados, que podem ser analisados pelo historiador.

Nesse sentido, uma das formas de se superar essas questões é adequar seus parâmetros de análise ao suporte em que pesquisa, ou seja, deixar claro para si e para o leitor, que esse ou aquele aspecto não foi considerado em seu trabalho como, por exemplo, a materialidade, o tipo de papel, de impressão e disposição espacial. Ou, buscar trabalhos que contemplem a materialidade do periódico, para agregar à sua pesquisa digital, tanto internamente, no processo do trabalho, quanto externamente, para seus pares. Afinal, além dos dados virtuais, um dos aspectos que o trabalho com os periódicos como objeto e fonte por meio da ferramenta de busca na Hemeroteca Digital possibilita é a investigação, por longos períodos, dos meios de financiamento, anúncios e a mudança de donos dos periódicos. Isso é facilitado pela consulta nas capas ao longo dos anos, como, por exemplo, nos periódicos do século XIX, que apresentam informações importantes nas mesmas. Dentre essas informações, outras podem ser a preocupação do historiador, como a consulta das trocas de sede, de rua, o valor desses impressos, anúncios de produtos, livros e outros artigos podem ser consultados por meio de palavras-chave. O que, por vezes, pode ao invés de empobrecer a pesquisa do ponto de vista material, enriquecê-la ao colocar o jornal como fonte e desvelar seus meios de sustentação, razão pelas quais perduraram no tempo. Outros aspectos materiais que podem ser acessados é o tamanho e o número de suas edições, o número de folhas por exemplar, se possuía circulação local ou nacional. A Biblioteca Nacional também permite ao pesquisador identificar com facilidade lacunas no acervo e/ou descontinuidades de números e publicações permitindo um olhar ampliado e de longa duração sobre os periódicos. Parece-me claro que, se por um lado há o distanciamento da materialidade da fonte, por outro, há a possibilidade de acesso facilitado e digital o que permite a consulta por pesquisadores de todo o país e que, muitas das vezes, dependem desse recurso devido as condições precárias de muitos acervos, principalmente no interior do país. E “a possibilidade de cópia digital dos arquivos, o surgimento de gigantescos repositórios, em diversos idiomas e com diferentes tipos de acervo” de forma inédita apresenta “um mundo de pesquisas e achados que até então era difícil de imaginar” (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 202).

Outrossim, é preciso refletir sobre os resultados que a consulta à ferramenta pode proporcionar ao pesquisador e de que forma ele pode realizar o tratamento desses dados

recolhidos. Aqui é pertinente mencionar a pesquisa⁸ que venho realizando ao longo do mestrado em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), essa é um esforço para compreender o imaginário anticomunista católico no periódico *O Apóstolo*⁹ nas décadas finais do século XIX (1866-1893). O trabalho mencionado utiliza amplamente a Hemeroteca Digital e suas potencialidades e, a partir das reflexões teórico-metodológicas realizadas ao longo de dois semestres, optou-se por utilizar a análise de conteúdo (ZICMAN, 1985; BARDIN, 2011) como forma de trabalhar com os dados levantados. Compreende-se que a Análise Temática está inserida dentro do campo mais amplo da análise dos conteúdos pois, “independente de sua forma linguística” ela centra-se “na análise do conteúdo dos discursos”, o que possibilita o trabalho com grande volume de documentos e os “estudos sobre motivações, opiniões, atitudes e tendências” (ZICMAN, 1985, p. 95). O método, é um “esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2011, p. 15).

Assim sendo, foram estabelecidas, a partir de Zicman (1985), categorias de análise entrecruzadas com a historiografia, ou seja, foi realizado um exame da conjuntura e seu vocabulário político do século XIX para consultar a ferramenta de pesquisa. É nesse momento em que Brasil e Nascimento (2020, p. 203) mencionam que “a lógica da pesquisa parece inverter-se, pois já deveríamos saber, em certo sentido, aquilo que desejaríamos encontrar”, o próprio mecanismo de busca por palavras-chave “implica a existência de um conhecimento ou interpretação prévia daquilo que é possível de ser encontrado no(s) documento(s)”. Isto posto, foram estas as categorias: *Anarchismo* (37 ocorrências); *socialismo* (615 ocorrências); *communismo* (151 ocorrências). E suas variantes: *anarchista* (64 ocorrências); *comunista* (46 ocorrências); *socialista* (290 ocorrências). O intuito é “medir a implicação do político nos seus discursos” (BARDIN, 2011, p. 37), retirar elementos ocultos da fonte, compreender o processo histórico por trás das palavras que estão impressas e que consultamos por meio eletrônico mais

⁸ Projeto de mestrado intitulado: “A invasão do comunismo”: o imaginário anticomunista católico nas páginas do jornal *O Apóstolo* (1866-1893).

⁹ *O Apóstolo*: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (1866 – 1893) possuiu circulação nacional. No ano de 1871 era semanário, mas, a partir dos anos 1874 e 1875, tornou-se diário. “Tinha cerca de 4 a 6 páginas por exemplar, sendo que a numeração dos mesmos se dava contínua por muitas edições seguidas” (LIMEIRA, 2011, p. 14). Era impresso pela tipografia Nicolau Lobo Vianna e Filhos (1866-1893), na cidade do Rio de Janeiro e podia ser adquirido “na Corte Imperial, local de sua produção, ou em qualquer província do Brasil, sendo vendido na própria tipografia ou nas paróquias mais centrais” e o seu intendente era “o Exm. E Revm. Sr. Bispo D. Pedro Maria de Lacerda” que o converteu em “um dos maiores porta-vozes da política de romanização e do pensamento ultramontano no Brasil” (LIMEIRA, 2011, p. 14). O periódico visava ser a voz do “catolicismo oficial, propagando as ‘corretas’ formas de conduta, assim como, definindo as representações dos papéis a serem desempenhados pelos fiéis católicos dentro dessa sociedade” (RIBAS, 2011, p. 96). Clérigos e seculares estavam autorizados a escrever matérias para jornal, com a ressalva de seguirem sua orientação editorial. As matérias, no geral, não eram assinadas.

de 150 anos depois que vieram ao público. Por isso, alguns resultados preliminares são alcançados mediante a consulta da fonte e de produções históricas, por exemplo: compreendemos o anarquismo enquanto uma corrente teórica e política revolucionária, porém, a fonte não apresenta essa conotação, ao contrário, reproduz um senso comum que relaciona a anarquia ao caos, à desordem. Todavia, as categorias relacionadas ao socialismo e ao comunismo trazem forte caráter político, que, por vezes, confundem-se.

Mediante o exposto, percebe-se que os resultados preliminares apresentam, quantitativamente, uma grande massa de dados para a análise, ao todo 1.203 ocorrências das categorias analíticas. Entretanto, aqui surge uma especificidade do objeto de estudo e que serve como um exemplo para a reflexão metodológica de uma pesquisa com essas características, ou seja, os dados quantitativos são apenas padrões de referência, indícios que apresentam “presença (ou ausência)” e/ou frequência, mas que devem ser investigados, pois o relevante para a pesquisa mencionada é a “orientação ou tonalidade”, ou seja, “a posição do jornal frente ao tema de estudo” (BARDIN, 1985, p. 97). Dito de outra forma, para “superação da incerteza” e o “enriquecimento da leitura” (BARDIN, 2011, p. 35), é preciso a abordagem qualitativa. Além disso, se o que se busca compreender é o imaginário anticomunista católico (e sua formação), há aspectos ressaltados pela historiografia que devem ser apreciados, como a heterogeneidade do conceito que, para Motta (2002), deve ser empregado no plural, é necessário falar em “anticomunismos”. Bem como a advertência de Silva (2000): é preciso compreender qual a formulação de comunismo que os anticomunistas elaboram, ou seja, é necessário abordar qualitativamente as ocorrências e analisar os significados (BARDIN, 2011).

No entanto, mesmo as ocorrências podem e devem ser problematizadas pois, atestada, por exemplo, a presença e a frequência de uma determinada categoria de análise, o mecanismo de pesquisa da Hemeroteca Digital pode proporcionar indícios importantes para a investigação. A primeira ocorrência de um termo, um período de tempo no qual há um número frequente de incidências podem ser fundamentais para a “inferência de conhecimentos relativos às condições de produção” (BARDIN, 2011, p. 44). Por exemplo, em uma pesquisa anterior, Teixeira (2021), que trabalhou com a mesma fonte, foi possível inferir que as ocorrências relacionadas à categoria de análise *comunismo* coincidem com a escalada da Guerra Franco-Prussiana¹⁰ e a eclosão da Comuna de Paris¹¹ de 1871. Torna-se evidente, portanto, que mesmo numericamente

¹⁰ Conflito entre a França, do Segundo Império de Napoleão III (1808-1873) contra o Reino da Prússia de Otto Von Bismarck (1815-1898), o conflito (de 19 de julho de 1870 até 10 e maio de 1871) foi marcado pela queda do Império francês e pela unificação alemã.

¹¹ Primeiro governo operário da história surgido dos escombros do Segundo Império francês sobreviveu entre 18 de março de 1871 até 28 de maio de 1871, quando foi esmagado pelas forças da reação da França.

inferior à de períodos posteriores, os primeiros anos da década (1870) possuem um valor apreciativo de grande importância. Por outro lado, o ano com maior incidência do termo (1876), não apresenta um salto de qualidade em relação ao período anterior, apenas ajuda na “análise ‘intra-jornal’” (ZICMAN, 1985, p. 97), como uma parte de um todo da formulação dos redatores de *O Apóstolo* a respeito do termo. Fica evidente, portanto, que não há uma relação entre o número de ocorrências e seu conteúdo pois, pode-se cair em relações díspares onde o número de ocorrências é inversamente proporcional à sua qualidade e vice-versa. Pois, afinal, “a digitalização sempre pode comportar erros¹² nos caracteres de documentos” e ocorrências não surgirem na busca; as informações são transmitidas para nós por meio da linguagem¹³ e ela “tem a incrível capacidade de nos permitir falar das coisas sem que necessariamente mencionemos o nome delas”; e, por fim, sempre há a possibilidade de surpresas¹⁴ ao longo das pesquisas (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 204).

O passo mais complexo é realizar o tratamento desses números, Bardin (2011) afirma que o método de análise de conteúdo é empírico e, portanto, é dependente de um fazer. Porém, a pergunta fundamental nessa etapa da pesquisa é: *como* fazer? Uma das opções é reduzir as categorias de análise, por exemplo, a pesquisa mencionada optou por concentrar-se em: *comunismo* e *comunista*. O que reduziu o número de ocorrências de 1.203 para 197, essa redução quantitativa significou a ampliação da análise qualitativa¹⁵ tanto da “superfície dos textos” e “os fatores que determinaram estas características” (BARDIN, 2011, p. 47), como da abordagem pela historiografia. Logo, decidiu-se pelo exame das matrizes do pensamento conservador católico e seus intérpretes intelectuais por meio da produção historiográfica sobre o pensamento conservador, buscando traçar um perfil intelectual para compreender a natureza de seu anticomunismo. Evidentemente, esse é um dos caminhos possíveis, outra alternativa é a redução das balizas temporais, o que demanda selecionar, mediante critérios claros, seu recorte, isso requer um profundo conhecimento do contexto histórico e sua relevância. Entretanto, a redução de escala não pode induzir o historiador a desconsiderar os contextos mais amplos

¹² Ver Brasil e Nascimento (2020) que trazem exemplos claro desses tipos de falha no OCR.

¹³ Chartier (2002) critica esse processo de leitura fragmentado, dependente de buscas por palavras-chave o que está em concordância com teóricos da linguagem como Bakhtin (2013), para quem a linguagem e o discurso apenas fazem sentido no todo. Desse modo, surge a necessidade da compreensão dialética entre o particular e o geral e o profundo conhecimento da e o rigor no trato com a fonte histórica.

¹⁴ Como, por exemplo, a descoberta de obras e autores até então desconhecidos ou pouco tratados pela historiografia. A pesquisa que estou desenvolvendo já chegou a dois nomes Antonio Secioso Moreira de Sá (1833-1910) e Monsenhor Gaume (1802-1879) e as obras *O Zuavo da Liberdade* (1872) e *O Catecismo do Syllabus* (1878), como verdadeiros manifestos do anticomunismo católico do século XIX.

¹⁵ Uma apreciação mais qualificada das edições trabalhadas e uma profunda consulta à historiografia permitem evitar o erro da leitura fragmentada da fonte.

sobre a própria fonte pois, mesmo que se promova a redução das categorias de análise e/ou o estreitamento das balizas temporais, aspectos gerais como a orientação editorial da fonte, se negligenciadas, podem induzir o pesquisador ao erro.

A tecnologia pode promover um facilitamento da pesquisa, porém, não deve influir em um menor rigor metodológico, ou seja,

o trabalho do historiador diante do arquivo digital, portanto, não é tão diferente do arquivo físico, pois exige tanto rigor metodológico no tratamento da fonte quanto o tratamento de uma fonte não digital (BRASIL; NASCIMENTO, 2020, p. 203).

O que é necessário afirmar é a inevitabilidade da pesquisa em acervos digitais como na Hemeroteca Digital, é uma mudança permanente na pesquisa histórica e que tende a ampliar-se cada vez mais. Nesse sentido, a reflexão teórica e metodológica deve aprofundar-se para o melhor manejo e para coibir o uso indiscriminado das fontes sem sua devida problematização. Pois, não há razões para reivindicar um “retorno às origens”, afinal, se fôssemos antiquários, só teríamos olhos para as coisas velhas, mas somos historiadores e é por isso que devemos contemplar a vida (PIRENNE *apud* BLOCH, 2001). São horizontes de possibilidades que abrem ao historiador da e por meio da imprensa tanto do ponto de vista da análise “intra-jornal” como de rastrear com facilidade e estabelecer comparações entre periódicos, pesquisas “inter-jornais” (ZICMAN, 1985, p. 97). Isto é, somente a partir de uma práxis rigorosa que esteja em diálogo constante com o método adequado, será possível reduzir os riscos da pesquisa em arquivos digitais e poderá proporcionar produções historiográficas de qualidade além de abrir caminho para uma renovação da historiografia brasileira, que vem captando aspectos até então inéditos, possibilitados pela nova tecnologia.

Considerações finais

O presente trabalho buscou contribuir para o debate, ainda incipiente, a respeito da metodologia de pesquisa nos acervos digitais e, especialmente, na consulta à Hemeroteca Digital Brasileira. Não houve a pretensão de esgotar o tema, nem de trazer respostas definitivas, mas, tão somente trazer diferentes perspectivas e reflexões sobre o jornal enquanto fonte histórica e o trabalho por meio do mecanismo de busca *DocPro*. Pois, há uma clara lacuna na produção historiográfica atual que, sem sólida literatura teórico-metodológica, transpõem procedimentos do trabalho em acervos jornalísticos físicos ao trato com a HDB. Portanto, este texto foi um esforço de lançar luz a essas questões e trazer para a superfície os problemas, os

limites e tensões presentes em empreitadas com essas características, ou seja, com uma grande massa de ocorrências e de categorias de análise.

A primeira questão a ser tratada com profundidade é a relação dialética entre o periódico enquanto fonte e enquanto objeto, que expressa tanto questões gerais como específicas de seu contexto histórico. Além disso, o texto que chega ao historiador é, por vezes, obra não só daquele que assina a matéria, mas a expressão de um conjunto de relações internas à produção do documento, que o historiador não pode negligenciar. Portanto, é necessário entender que o jornal é produto e agente de seu tempo, seu aspecto material de produção, mas a sua reprodução também deve ser compreendida, pois, visto de maneira retrospectiva, esses fatores influem no movimento geral das gazetas. Nesse sentido, ao consultarmos suas páginas, problematizamos a fonte, historicizando-as, tornando-as objeto, pois o desenvolvimento histórico que precede e envolve a notícia jamais deve ser ignorado, mas, sim, entendido como elemento central que pode ser o eixo de explicação para o advento da notícia tal qual ela se apresenta para nós. É preciso compreender e captar os elementos comuns da imprensa do período e identificá-los nas páginas dos noticiários analisados, mas, de mesmo modo, contrastá-los com os elementos únicos que diferem umas gazetas às outras. Devemos ziguezaguear entre o aspecto de fonte e de objeto, entre o geral e o específico para poder produzir uma síntese multifacetada e entrecruzada com a historiografia. Por isso é que se deve partir de noções mais dinâmicas e menos mecânicas para tratar desse tipo de fonte, para uma historiografia do e por meio dos periódicos de maior complexidade.

Sintonizado às considerações anteriores é necessário transpor essas concepções dinâmicas do periódico como fonte-objeto e cruzá-las com as especificidades da busca por meio da ferramenta *DocPro*. Pois, se por um lado há um horizonte de possibilidades quase infinito ao historiador, por outro, corre-se o risco de leituras parciais, fragmentadas e fragmentárias que podem não dar conta de abarcar todo o dinamismo que a história interna legada pelo periódico ao historiador, proporciona. Uma pesquisa baseada tão somente por categorias de análise pode cair em uma apreciação mecânica, quantitativa, que não possibilita uma conexão das ocorrências com a historiografia. É por isso que o profundo conhecimento tanto da fonte quanto do contexto histórico e da discussão historiográfica é fundamental, a pesquisa no acervo digital demanda tanto rigor quanto as pesquisas físicas. E, de acordo com esse quadro, uma metodologia possível é a da análise de conteúdo, que possibilita os meios para filtrar corretamente os aspectos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos. Pois, deve-se problematizar todos os resultados preliminares encontrados na pesquisa, foi exposto que a

relação entre as ocorrências e sua relevância para um estudo podem estar em ordem inversa. Por outro lado, a frequente menção a uma determinada categoria analítica também pode evidenciar movimentações no plano histórico, escalada de conflitos, de disputas, mudanças, crises. Logo, urge ao historiador balizar seu trabalho, seja diminuindo o número de suas categorias de análise, seja encurtando os marcos temporais, o que demanda, mais uma vez, profundo conhecimento de seu objeto e do contexto estudado.

A tecnologia pode e deve ser uma grande aliada do conhecimento histórico, que não deve se furtar de sua utilização, pois novas fronteiras do conhecimento podem ser exploradas. A busca por palavras-chave, levou à minha pesquisa de mestrado e a desvelar todo um imaginário anticomunista gestado pela imprensa católica no final do século XIX, fenômeno até então desconhecido pela historiografia brasileira. Sem a ferramenta de busca da HDB, tanto por aspectos geográficos quanto temáticos, essa pesquisa jamais seria possível e, assim o é com muitos outros trabalhos gestados e em gestação. A historiografia acadêmica não pode dar as costas à contemporaneidade, não pode adotar uma postura conservadora, ela deve promover o debate e refletir sobre as possibilidades e os limites desse tipo de fazer historiográfico. Afinal, é um ponto sem retorno e mais um desafio teórico, metodológico, heurístico e epistemológico que temos de enfrentar.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- BETTENCOURT, Angela Maria M; PINTO, Monica Rizzo Soares. A hemeroteca digital brasileira. In: Congresso Brasil de Biblioteca, Documentação e Ciência da Informação, 25, 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. São Paulo: Anais CBBDD, 2013. Temática I: Tecnologias de informação e comunicação - um passo à frente - Relato de Experiência. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/cbbdd2019/article/view/1321>. Acesso em 12 out. 2022.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Humanidades Digitais**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, jan./abr., p. 196-219, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/79933/77428>. Acesso em: 11 out. 2022.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas, 2015. cap.6, p. 114-136.

- CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.
- ESPERANÇA, C. G. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 235–251, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/46>. Acesso em: 11 out. 2022.
- GAUME, Jean-Joseph. **Catecismo del Syllabus**. F. Ferro. Bogotá: 1878.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 10., 3 a 5 jun. 2015, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: ALCAR, 2015, s.p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais1/encontrosnacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornalimpressocomofonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/view>. Acesso em: 9 mai. 2021.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. cap. 5, p. 111-155.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- RIBAS, Ana Claudia. A boa imprensa, a política e a família: os discursos normatizantes no jornal O Apóstolo (1929-1959). **Revista Espaço Plural**, Mal. Cândido Rondon, ano XII, v. 12, n. 24, 1º semestre, p. 96-106, 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/7240>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- SÁ, Antonio Secioso Moreira de. **O Zuavo da Liberdade: Grito do Zuavo: Alto lá! Camaradas. Ou bem papistas; ou então comunistas**. Rio de Janeiro: Tipografia do Apóstolo, 1872.
- SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SOUZA, Maurício Severo. A relação entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX nas páginas d'O Novo Mundo (1870-1879). **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v. 11, n.1, jan./jun., p. 48-62, 2014. Disponível em: <https://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2014/07/10-2-5.pdf>. Acesso em: 9 mai. 2021.
- TEIXEIRA, João Vitor de Armas. **“Doutrinas Perversas”**: História e historiografia da Comuna de Paris e sua repercussão no Brasil a partir do periódico O Apóstolo (1871) - Pelotas, 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.
- ZICMAN, Renée Barata. História Através da Imprensa: algumas considerações metodológicas. **História e Historiografia**, São Paulo, v. 4, jan./dez., p. 89-102, 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>. Acesso em: 12 jul. 2022.

A indispensabilidade das redes interpessoais na República Romana: O caso do exílio ciceroniano (I A.E.C.)

The indispensability of interpersonal networks in the Roman Republic: The case of the Ciceronian exile (I B.C.E..)

Rafaela Manha da Costa¹, UNESP

Resumo

O desterro de um cidadão não implica tão somente isolamento geográfico de sua cidade originária, indica sobretudo o afastamento de seu centro social e político. Na Antiguidade, essa exclusão poderia prejudicar a carreira e o *status* do exilado em níveis críticos. Marco Túlio Cícero experienciou o exílio entre 58 a 57 A.E.C. e especialmente por meio de seus registros epistolares faz-se possível remontar os desafios que o atingiram neste período. Distante de todos, Cícero encontrou nas redes de sociabilidade um caminho seguro para manter-se conectado a Roma. Nesse processo, destaca-se o vínculo que mantinha com Tito Pompônio Ático e Pompeu Magno. O objetivo deste trabalho é explorar essa influência exercida por essa tríade na aceitação do retorno do senador exilado, bem como considerar a função desempenhada por cada um dos personagens dentro dessa rede de contato.

Palavras-chave: Cícero; Exílio; Cartas; Sociabilidade

Abstract

The banishment of a citizen does not only imply geographic isolation from his original city, it indicates above all the removal from his social and political center. In antiquity, this exclusion could damage the career and status of the exiled to critical levels. Marcus Tullius Cicero experienced exile between 58 and 57 B.C.E. and, especially through his epistolary records, it is possible to retrace the challenges that affected him during this period. Far from everyone, Cicero found in the networks of sociability a safe way to stay connected to Rome. In this process, the ties that he maintained with Titus Pomponius the Atticus and Pompey the Great stand out. The aim of this paper is to explore the influence exerted by this triad in the acceptance of the exiled senator's return, as well as to consider the role played by each of the characters within this network of contact.

Keywords: Cicero; Exile; Letters; Networks

A prática do exílio na sociedade romana antiga tem um longo histórico, remontando ao século III A.E.C. com o primeiro registro de proscrição e banimento². Nesse sentido, é possível localizar materiais que apresentam descrições minuciosas sobre os episódios de exílio

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca/São Paulo, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Margarida Maria de Carvalho. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº: 2023/03285-8. Pesquisadora integrante do Grupo Laboratório de Estudos sobre o Império Romano G.LEIR (Unesp/Franca).

² Em sua documentação, Tito Lívio descreve variadas proscrições que foram aplicadas em Roma, por meio desses apontamentos, ele cita a aplicação mais antiga, localizando-a em 213 A.E.C. Nesse caso, trata-se de uma proscrição liderada pelos edis plebeus pela má conduta de algumas mulheres, reportando o crime de maneira pública - prática atípica quando diz respeito a figuras femininas (GORDON, 2006, p. 161).

envolvendo cidadãos romanos, por exemplo, os escritos de Tito Lívio ou os registros de Cícero sobre seu próprio banimento, mas em outros casos muitas vezes as menções são superficiais, contando apenas com citações breves e datações. De qualquer maneira, considerando a cronologia tradicionalmente atribuída à República Romana³, nos quase 500 anos desse regime a noção de exílio foi aplicada de formas diversas. Dessa forma, ser um cidadão romano exilado poderia indicar: a extensão de serviço militar para generais em campanhas distantes de Roma, uma viagem por motivos pessoais, retirada para o exílio voluntário, banimento por proscricção, *relegatio*⁴ determinado pelo Senado, entre outros (BUENO ESPINOSA, 2014; GORDON, 2006).

Ainda nesse raciocínio, considerando a ideia do banimento como uma condenação para os homens à época, em seu trabalho *A History of Exile in the Roman Republic*⁵, Kelly Gordon (2006, p. 13) adota a perspectiva de que o exílio atuava tal como uma “válvula de escape” para a sociedade antiga, assim sendo aplicado em circunstâncias que pudessem ameaçar o ideal cívico de *concordia* ou em momentos de disputas dentro da elite romana. Nesse viés, segundo Gordon (2006, p. 39-40) as sanções de banimento contavam com elementos “quais legais” e teriam adquirido esse caráter com os desdobramentos da República. A aplicação do isolamento enquanto um recurso de punição foi explorada nas décadas turbulentas do I A.E.C.; a título de exemplo, durante o consulado de Cícero em 63 A.E.C. ocorreu a aprovação pelo Senado e pela população da *Lex Tullia de ambitu*⁶, a qual apresentava o exílio como consequência para aqueles que não respeitassem as determinações da lei contra corrupção (CLAASSEN, 1992, p. 23). Já década de 50 A.E.C., bem como demonstra o estudo de Gordon, há uma presença substantiva de leis que configuram o exílio na qualidade de condenação, visto a *lex Licinia de sodaliciis*⁷ de 55 A.E.C. (GORDON, 2006, p. 44).

Outrossim, considerando ainda os aspectos do processo de banimento dos cidadãos romanos na República, estende-se a discussão sobre o banimento ser ou não um direito dos

³ A periodização estabelecida pela vertente mais tradicional da historiografia antiga localiza o início desse regime de governo em 509 A.E.C., com o fim do período monárquico, reconhecendo o declínio da República a partir de 133 A.E.C., devido à crescente violência e conflitos políticos, com seu encerramento definitivo em 27 A.E.C., após a nomeação de Otaviano como Augusto e sua nova organização de governo.

⁴ A *relegatio* era uma maneira de operar o banimento de um indivíduo por meio de um decreto estabelecido pelos magistrados. Ainda que seja difícil precisar quão poderosa era essa determinação quando aplicada contra cidadãos romanos, sabe-se que o uso da *relegatio* para a expulsão de estrangeiros em Roma era significativo (GORDON, 2006, p. 66).

⁵ Uma história do Exílio na República Romana

⁶ Apoiada pelos dois cônsules à época - Cícero e Caio Antônio Híbrida -, a lei tinha como proposta proteger as eleições da corrupção e outras práticas imorais.

⁷ Para garantir a vitória na eleição para o consulado de 55 A.E.C., Pompeu e Crasso lançaram mão de movimentos que desafiavam as leis daquela sociedade antiga. A fim de prevenir que seus adversários fizessem uso do mesmo poder, Crasso propôs a *Lex Licinia de sodaliciis* que criava um reforço maior contra a corrupção

cidadãos romanos. A perspectiva de que a saída voluntária da cidade era uma garantia aos cidadãos gera discordâncias entre fontes e historiadores. Para algumas fontes, a saída por vontade própria atuava como um dispositivo de proteção para aquele sujeito que estivesse enfrentando acusações ou um julgamento e, nesse sentido, era entendida como um direito. Nesses casos, portanto, o cidadão poderia optar por abandonar a cidade antes de que uma sentença fosse emitida pela assembleia, essa garantia era entendida como *ius exulare* (ZAERA GARCÍA, 2017, p. 15). Infelizmente, é difícil determinar a formalização dessa garantia enquanto lei, os registros que trazem inúmeras divergências e pela ausência de elementos que indiquem seu aspecto legal, ganha espaço a perspectiva de que o isolamento voluntário tinha relação com os hábitos ancestrais. Sobre isso, de acordo com os argumentos de Gordon (2006, p. 25), tem prevalecido a sugestão de que esse não era um direito pontualmente estabelecido.

Outrossim, faz-se necessário salientar a perspectiva defendida por Cícero em seu discurso *Pro Caecina* de 69 A.E.C. Nessa exposição, o arpinate⁸ enfatiza que o exílio não deve ser interpretado como uma condenação, mas sim um refúgio da penalização a ser sofrida. Além disso, ele acaba por diferenciar o banimento forçado - quando o regime tem embasamento para suspender a cidadania de um indivíduo, assim levando-o para o isolamento - e o exílio voluntário, o qual a cidadania não é retirada pelo governo, o indivíduo deixa a cidade em um auto-exílio a fim de driblar obstáculos e processos maiores (ZORIC, 2012, 77-78). Portanto, a retirada voluntária de um cidadão, que estivesse enfrentando crises políticas e sociais, era visualizada como um mecanismo de proteção. Corroborando com essa exposição, sabe-se que ao optar pelo exílio voluntário o cidadão romano protegia sua cidadania, podendo ter seu quadro de isolamento revertido em algum momento - tal como ocorreu com Cícero em 57 A.E.C. Evidentemente que as cidades procuravam estratégias que as assegurassem nessas situações, com a intenção de evitar que o auto-exilado retornasse a qualquer momento. Assim, estabelecia-se muitas vezes a interdição *aqua et igni interdictio*. Em uma tradução literal esse era um “impedimento de água e fogo” e, ainda que existam poucas fontes do período republicano que nos elucidem melhor sobre as determinações desta interdição, sabe-se que ela era aplicada para proibir o estabelecimento do exilado em território romano, assim prejudicando seus contatos e seus recursos, como a “sua água e fogo” (ZAERA GARCÍA, 2017, p. 16).

Devido ao amplo escopo de registros ciceronianos preservados, desde os tratados, discursos às cartas, grande parte da segunda metade do século I A.E.C. pode ser investigada

⁸ Adjetivo empregado para referenciar a Cícero, visto que sua origem é na região do Arpino - área próxima a Roma.

mais detalhadamente. Nesse sentido, ao discutirmos exílio na República Romana, ganha luz o episódio envolvendo o senador romano Marco Túlio Cícero, o qual permaneceu em banimento entre 58 a 57 A.E.C. Em um estudo recente sobre o exílio na República Romana, *El exilio tardorrepblicano en la figura de Marco Tulio Cicerón*⁹, Manuel Espinosa Bueno (2014) investiga o que era e como se dava o processo de isolamento de um cidadão romano na República Tardia e o autor percorre o caminho de seu estudo por meio de uma análise detalhada do exílio ciceroniano. Nesse estudo, o autor organiza os períodos pré, durante e pós-exílio em três capítulos distintos, explorando diversos ângulos do banimento à época e a trajetória política e pessoal desse personagem tão relacionado à República Romana. Ainda sobre os estudos que possuem o exílio como objeto de análise, Alessandro Oliveira (2019) em sua dissertação *QVID ENIM SVM? O lugar do exilado na epistolografia ciceroniana* analisa a condição de ser um cidadão exilado na República, mas concentrando-se na figura de Cícero. Para esse percurso, o autor explora minuciosamente as epístolas ciceronianas, dando ênfase no papel determinante que elas tiveram no período de banimento do arpinate. Em seu raciocínio, Oliveira (2019, p. 19) acaba por tecer considerações valiosas acerca da necessidade que esse romano tinha de seus amigos (*amici*) nesse período, afinal foi por meio desses que Cícero manteve algum contato com os episódios políticos e familiares em Roma.

Apesar dessas menções, faz-se imprescindível registrar que o exílio ciceroniano tem sido um tema pouco abordado pelos estudiosos, em especial na área histórica. Com efeito, vale frisar que considerando o espaço disponível, considerar-se-á que os elementos supracitados no tocante a prática do banimento na República servem-nos e permitem o avanço do raciocínio deste trabalho; isso para que seja possível atingir o principal objetivo deste trabalho: compreender a utilização política que o arpinate fez de sua rede de sociabilidade com Ático e Pompeu durante o período em que esteve isolado. Nesse aspecto, faz-se necessário primeiramente traçar de modo mais pormenorizado como se deu o isolamento de Cícero, bem como os desdobramentos que o levaram até a aprovação de seu retorno pelos magistrados em 57 A.E.C., para enfim analisarmos a aplicação que deu à sua rede de sociabilidade nesse evento.

Nascido na região do Arpino, Cícero foi o primeiro de sua família equestre a ingressar na vida pública em Roma, isso acabava por colocá-lo em uma posição inferior aos outros homens políticos de origem aristocrática na cidade. É a partir disso que a denominação *homo novus* é aplicada ao arpinate. Nesse ínterim, sua campanha política esteve - tanto quanto os outros cidadãos - atrelada à sua boa conduta e status. De fato, foi por meio de seu discurso de

⁹ O exílio tardo-republicano na figura de Marco Túlio Cícero.

honra, tradição para com a República e, particularmente, dos bons vínculos sociais mantidos por ele que Cícero garantiu sua ascensão ao *cursus honorum*, ocupando o cargo de cônsul em 63 A.E.C. Essas considerações são indispensáveis visto que a caminhada até o momento de seu exílio - o qual marcou o perigo de sua carreira - tem início na década de 60 A.E.C., com seu envolvimento em conflitos públicos e, conseqüentemente, a crescente rivalidade política que nutria com homens poderosos. Sobre isso, a historiografia localiza um ponto para convergência: o desterro de Cícero é processado devido a uma sucessão de indisposições políticas, em especial, o seu papel na Conjuração de Catilina, a rivalidade com Públio Clódio Pulcro e as desavenças com os triúviro¹⁰. Ainda nessa ótica, algumas identificações objetivas sobre essas causas são significativas ao entendimento do episódio.

Em 63 A.E.C., após a vitória de Cícero como cônsul nas eleições, alguns rebeldes organizaram-se para atacar Roma. Os planos foram revelados por meio de missivas interceptadas por Marco Crasso, que as entregou para o arpinate. Liderados por Lúcio Sérgio Catilina - cidadão que já havia pretendido a disputa para o cargo de cônsul e perdido diversas vezes -, os conspiradores deveriam atacar os magistrados eleitos. Enquanto uma figura de autoridade, Cícero contornou a situação de maneira que Catilina foi banido e os cidadãos envolvidos acabaram mortos sem julgamento prévio. A decisão não agradou a todos e isso entregou argumentos aos adversários políticos de Cícero, os quais passaram a apontá-lo como um tirano (PINA POLO, 2016, sem paginação). Somando-se a esse episódio, Cícero alimentou a rivalidade que possuía com Públio Clódio Pulcro ao atuar contra esse político em seu julgamento pelo sacrilégio cometido na cerimônia da *Bona Dea*¹¹ em 62 A.E.C.

Ainda nessa ótica, é preciso considerar como a sua relação instável com os triúviro influenciou diretamente o processo de seu isolamento. Para o arpinate essa coligação atacava os princípios e a tradição da República, logo, desde a formação da aliança entre os três generais, Cícero manteve um posicionamento polêmico e incômodo para o horizonte de Júlio César, Pompeu e Crasso. Mesmo seu relacionamento próximo com Pompeu, devido às suas trajetórias públicas que se cruzaram inúmeras vezes, viu-se prejudicado nesse período visto a divergência de posicionamento político. Atuando contra os movimentos desses homens, Cícero não

¹⁰ A tríade foi realizada com Júlio César, Marco Crasso e Pompeu Magno por meio de um acordo firmado em 60 A.E.C., fundada com o objetivo de garantir os interesses políticos individuais dessas figuras (TEMPEST, 2011, p. 130-131). Vale observar que a comum designação 1º triúvirato à coligação é inapropriada, visto não ter sido um acordo formal, tal como posteriormente seria firmado entre Otávio, Antônio e Lépido em 43 A.E.C. (BRANDÃO, 2015, p. 391).

¹¹ Esse era um culto romano destinado à deusa da fertilidade, que deveria ser frequentado exclusivamente pelas mulheres e celebrado na casa do áugure. Em 62 A.E.C., a celebração estava acontecendo na casa de Júlio César - áugure naquele momento -, a cerimônia que estava sendo celebrada pela mãe do general e outras mulheres foi invadida por Clódio desrespeitando a tradição e crença (ESPINOSA BUENO, 2014, p. 17-18).

suavizou suas opiniões, deixava seu confronto explícito por meio de discursos e falas que atacavam a imagem dessa tríade (OLIVEIRA, 2019; TEMPEST, 2011). Essa contestação fica evidente em suas cartas para Ático, bem como se lê no seguinte trecho enviado em 59 A.E.C.: “Agora Roma está morrendo de uma enfermidade nova, pois todos desaprovam, queixam-se e lamentam o que se tem feito [...]” (Cic., *Att.*, II. 20).

Com efeito, Cícero encontrava-se em um cenário desfavorável em sua esfera política. Afinal, ele caminhava contra aqueles homens que exerciam maior controle sobre Roma e, conseqüentemente, assistia ao abalo de sua plataforma para defesa ao envolver-se em diferentes disputas públicas. Em contrapartida, no decurso de 59 A.E.C., Clódio fortaleceu suas conexões dentro da República a partir de uma aproximação notória com os triúmviros, criou articulações que lhe garantiram poder o suficiente para vingar-se pelo esforço de Cícero em incriminá-lo pelo episódio da *Bona Dea*. O estopim desse jogo de tensões políticas deu-se com um discurso público que o arpinate realizou defendendo Antônio Híbrida em 59 A.E.C., o agravante foi que ele fez ataques aos triúmviros em sua arguição. Ao saberem disso, Júlio César e Pompeu alinharam seus interesses com Clódio, facilitando a adoção desse patrício a uma família plebeia para que ele pudesse concorrer às eleições para tribuno da plebe¹² e articular uma ação direta contra Cícero (TEMPEST, 2011, p. 118).

A popularidade de Clódio durante seu período enquanto tribuno da plebe selou o destino do arpinate para o exílio. Ele trabalhou de maneira a consolidar sua imagem perante à plebe romana e por meio dessa promoção política, Clódio obteve anuência da população para estabelecer a *Lex Clodia de capite ciuis romani* (Lei Clódia pela vida de um cidadão romano), cuja a determinação era condenar ao desterro aqueles homens que tivessem sentenciado cidadãos romanos à morte sem a realização de um julgamento prévio. Esse decreto atingia diretamente a Cícero, desde que essa foi a punição que apresentou aos insurgentes de 63 A.E.C., quando ele ainda era cônsul (OLIVEIRA, 2019, p. 16-17). Dessa maneira, o projeto de lei inegavelmente havia sido estruturado de maneira que pudesse afetar Cícero, a fim de fazê-lo ser retirado de Roma (TEMPEST, 2017, p. 120).

Com isso em mente, podemos alcançar o momento da partida propriamente dita. Não há um consenso historiográfico o dia exato em que Cícero tomou a decisão de deixar Roma, discute-se quando teria acontecido a escolha: se antes que o plano de lei fosse aprovado e

¹² O cargo de tribuno da plebe foi criado no século V A.E.C., sendo uma função exclusiva para homens plebeus, a fim de garantir que os interesses dessa parcela da sociedade fossem representados na esfera pública. Nesse sentido, com origem aristocrática na *gens Claudia*, Públio Clódio Pulcro precisava transferir-se a uma família plebeia para concorrer ao cargo (OLIVEIRA, 2019, p. 16).

estabelecida uma sentença oficial contra ele ou se ele teria optado por abandonar a cidade no momento em que se deu o decreto para sua retirada. Em vista do espaço disponível, verifica-se em síntese que para a historiografia do século XXI, a sentença de exílio foi aprovada quando o arpinate já se encontrava fora da cidade (PEREZ-MEDINA, 978-979). Novamente, há um debate extenso sobre o mês exato em que Cícero seguiu para o desterro, isso porque existem algumas lacunas na documentação que não nos permitem precisar essa data. De qualquer forma, é plausível ponderar que a sua saída tenha ocorrido entre março e agosto de 58 A.E.C. Ainda sobre os aspectos mais formais do desterro, é necessário pontuar que devido a auto-retirada desse político, Clódio processou a *aquae et ignis interdictio* e por meio dessa deliberação houve o confisco das propriedades de Cícero, a consagração de sua casa no Palatino à deusa *Libertas* (GORDON, 2006, p. 112-113).

Nesse raciocínio, precisamos levar em consideração que isolado de seu centro político, Cícero era dependente da comunicação escrita para realizar manter sua figura viva na esfera pública romana e sobretudo alimentar sua causa de retorno. A troca epistolar foi o principal dispositivo empregado pelo arpinate para cultivar suas alianças políticas, evitando que caísse em esquecimento. Nesse ínterim, são o caminho mais sólido para compreender o cotidiano e os eventos que impactaram o exilado, desde que esses materiais abrem um leque de possibilidades para o estudo do banimento ciceroniano. Os sentimentos de tristeza, abandono e a desesperança sobre sua causa são temas constantes, especialmente em suas cartas para seu amigo Ático, o qual foi seu principal correspondente nesse período de isolamento. Conforme contabiliza Oliveira (2019, p. 19), das 34 cartas que o arpinate enviou no momento do exílio, 27 foram para Ático. Nessas cartas em específico, os tópicos tratados em sua maioria cercam: pedidos por informações, lamentos pela solidão, a fragilidade mental de Cícero, a revolta por ter confiado em pessoas falsas, o desejo em articular seu retorno a Roma.

A despeitos da comunicação epistolar, é válido recortarmos que esse era um recurso muito utilizado pelos homens romanos. Mesmo havendo um cuidado duplicado com relação aos assuntos registrados e opiniões emitidas, isso porque a comunicação epistolar envolvia uma rede de confiança - que muitas vezes era rompida - para a troca de correspondências visto ser uma conversa materializada, era esse tipo de comunicação que permitia a formação e restauração de vínculos quando a distância se colocava entre os correspondentes (WHITE, 2010). E Cícero fez um uso significativo desse recurso, sabe-se que havia uma intensa comunicação escrita por parte desse senador em seu cotidiano. De mais a mais, segundo algumas perspectivas, é factível mapear que durante o banimento o contato entre o arpinate e

Ático era diário, isso se verifica pela fluidez da comunicação que se apresenta nas cartas e também devido à maneira direta que se expressa (OLIVEIRA, 2019; WHITE, 2010).

Captando com lentes gerais, constata-se quão relevantes esses escritos eram para a manutenção das redes de sociabilidade na República Romana. Assim, naturalmente linhas tênues entre materiais privados e públicos são construídas pelos escritores antigos, o próprio Cícero seguia estruturas diferentes em seus contatos a depender do contexto e do destinatário (MALHERBE, 1988, p. 12). O cuidado com a escrita era intrínseco, é preciso observar a política de polidez que seguia a comunicação epistolar dentro dessa sociedade antiga. Isso decorria da preocupação em abordar os assuntos corretamente, evitando que o receptor realizasse interpretações errôneas ou não fosse convencido a prestar alguma ajuda. Ademais, as cartas para Ático são marcadas pela despreocupação estrutural, a qual permitia que Cícero costurasse diferentes assuntos em ordens variadas. Esse modo de escrever indica a intimidade que havia entre esses dois personagens. Isso traz, por exemplo, as elipses como marcadoras dessa intimidade, pressupõe-se que um sabia o suficiente acerca dos acontecimentos na vida do outro ao ponto de não ser necessário explicá-los em cartas (VON ALBRECHT, 2003). De qualquer maneira, embora o vínculo mantido por eles seja anterior ao exílio e com isso houvesse intimidade circunscrita à essa relação, não podemos ignorar a assiduidade na comunicação durante o exílio, posto que nesse momento de crise, Cícero esteve completamente dependente de seus relacionamentos e alianças.

Em um espectro geral, constata-se como a articulação de alianças e consolidação de boas relações na esfera pública eram inerentes aqueles homens que desejavam ascender ao *cursus honorum* na República (BRUNT, 1988). De acordo com a pesquisadora Cristina Rosillo-López (2020, p. 92), especialmente durante o século I A.E.C. é possível observar que a política romana era dominada por alianças políticas com prazos específicos. Seguindo essa lógica, enquanto um homem novo, Cícero sempre esteve preocupado com sua rede de sociabilidade. Sobre esse aspecto, Kathryn Lomas (2019, p. 55) registra que esse orador possuía um extenso círculo de conexões, o qual passava por manutenção e reforçava laços recorrentemente. De fato, esse era um aspecto interessante para um homem como ele, isso é que precisava garantir-se em meio a aristocracia na cidade de Roma, era exclusivamente por intermédio desses vínculos que ele tinha acesso a informações privilegiadas, transitava por grupos relevantes e exercia influência.

Os usos que ele empregava para suas redes de contato eram diversos e esses relacionamentos possuem naturezas múltiplas. A despeito do espaço disponível para essa discussão, não iremos nos alongar na discussão que toca à orientação que essas relações

possuíam; abordando de maneira ampla, esses vínculos poderiam ocorrer em termos estritamente políticos, bem como eram as ligações de patronagem e o *hospitium*¹³, a *vicinitas*¹⁴, vínculos de parentesco, hereditariedade, entre outros (LOMAS, 2012, p. 197). Com a preocupação de Cícero em sustentar uma ampla rede de vínculos, podemos situá-lo em alguns desses relacionamentos, bem como exemplifica Lomas (2019). Nascido no Arpino, Cícero permaneceu com fortes vínculos na região por meio da *vicinitas*, ele mantinha sua sociabilidade com a vizinhanças e gerava uma rede para favores.

Outrossim, havia também a união mediante a *amicitia* - sendo esta nosso foco para análise. Esse tipo de relação exige um trabalho cuidadoso, não apenas devido às dissonâncias das interpretações historiográficas atuais, mas também pela ausência de uma definição comum entre os próprios escritores antigos. Em seu discurso *De Amicitia*, escrito em 44 e dedicado a Ático, Cícero discorre sobre a importância da amizade verdadeira e quais seriam seus valores. A argumentação levantada por ele indica que esse seria um relacionamento estruturado na *fides* e no afeto, assim, a amizade nasceria da semelhança entre os homens e do cuidado de um para com o outro. Ademais, o orador reconhece que as amizades podem proporcionar vantagens para os indivíduos envolvidos, ainda que não seja seu objetivo verdadeiro. Na historiografia há um debate profundo sobre as características e os interesses que cercam a amizade romana antiga, mas para caminharmos objetivamente é preciso pontuar que concordamos com a perspectiva defendida por Craig Williams (2012) em sua obra *Reading Roman Friendship*¹⁵. De acordo com esse pesquisador, a *amicitia* estava inscrita às interações sociais do período antigo e poderia ser executada em dois níveis: (1) puramente na esfera pessoal, contemplando sentimentos de afabilidade e confiança ou (2) como um instrumento para alianças no cenário político.

Consolidado esses elementos, torna-se realizável colorir como Cícero exercia essa sociabilidade com seus amigos (*amici*). Bem como argumentamos acima, esses vínculos eram empregados por todos os homens políticos à época, mas quando falamos diretamente sobre o arpinate existem alguns elementos a serem considerados, sendo o que mais nos desperta interesse: a maneira como ele era capaz de articular essas redes em momentos de crise em sua vida. Tomando um de seus vínculos para exame, Charles Williams Júnior (2013) traça como a

¹³ Os dois relacionamentos mencionados configuravam como vínculos de dependência; a patronagem ocorria entre dois indivíduos com posições sociais necessariamente distintas, onde o cliente realizava troca de favores com seu patrão; o segundo, caracterizava-se como uma obrigação hereditária, onde vários núcleos de pessoas espalhadas geograficamente relacionavam-se com um homem central, o qual articulava esses contatos (LOMAS, 2012, p. 202).

¹⁴ Ligação que ocorria por um senso de vizinhança, comunidades locais que acabavam prestando suporte a um indivíduo exclusivamente pelo seu local de origem (LOMAS, 2019).

¹⁵ Lendo a Amizade Romana.

interação entre Pompeu e Cícero configurava-se em uma conveniência mútua. Nessa perspectiva, ao analisarmos essa interação mais de perto, nota-se como o apoio que havia entre essas figuras foi decisivo na formação da imagem pública de ambos. Entre as diferentes situações, exprime-se por exemplo, a aprovação da *Lex Manilia*¹⁶ em 66 A.E.C., a qual foi processada por efeito do suporte público que Cícero ofereceu ao discursar favoravelmente ao general.

Todavia, é indispensável salientar que os relacionamentos interpessoais não eram blocos sólidos e permanentes. A valer, a prática de criar laços e de repente desfazê-los era algo comum para esses homens políticos. Isso corresponde à própria característica do cenário público na República Romana, as estratégias e decisões eram alteradas constantemente e os alinhamentos políticos de um momento poderiam já não ser mais favoráveis outrora. (TEMPEST, 2011, p. 78). Essa maleabilidade naturalmente gerava circunstâncias desagradáveis para aqueles envolvidos nas redes, afinal, todos os contatos se tornavam incertos. Ora, os vínculos formados por Cícero não estavam isentos dessa maleabilidade, tanto quanto as outras figuras com as quais estava envolvido, ele vivenciava as benesses e amarguras dessa flexibilidade. Inclusive dentro de vínculos apresentados por ele - tal como a amizade -, o próprio Cícero sentia-se livre para se afastar quando elementos desfavoráveis emergiam; os próprios ideais da amizade, por exemplo, eram usados por ele a depender a situação (MOFFITT-BROWN, 2019, p. 4).

De qualquer maneira, no banimento Cícero inegavelmente esteve mais dependente de sua rede interpessoal do que nunca. Comunicando-se por intermédio das epístolas, ele era capaz de ajustar sua presença em Roma mesmo que se encontrasse isolado geograficamente. Dentro dessa perspectiva, acrescentamos que para além de contar com seus amigos, o arpinate precisou reestabelecer conexões, exatamente como fez com Pompeu. Bem como observamos anteriormente, a instabilidade dentro desse relacionamento colocou o general como um dos elementos responsáveis pelo banimento ciceroniano. Isso é, defendendo os seus interesses no momento, Pompeu precisou priorizar sua relação com os triúmviros frente ao vínculo que possuía com Cícero. Havia uma organização política desenhada pelos triúmviros, a fim de alcançarem seus objetivos individuais, e Clódio era uma figura importante para a execução dessa agenda. Nessa lógica, Pompeu não poderia ignorar as demandas desse aliado benéfico para proteger o arpinate (CORMARCK, 2016, p. 15). Em suma, o general entendeu que seria

¹⁶ Lei responsável por garantir a Pompeu o comando das legiões romanas na Terceira Guerra Mitridática. A lei assinada em 66 A.E.C. trouxe poderes excepcionais a Pompeu, gerando controvérsias entre os senadores mais tradicionais da República. Ainda assim, o general encerrou a guerra em 62 A.E.C., com vitória a Roma.

mais prudente abandonar Cícero, mesmo que isso significasse o banimento desse cidadão, do que se indispor com outras alianças.

Ainda assim, Pompeu exerceu um papel fundamental para a causa ciceroniana, juntamente com Ático. Assim, foi exclusivamente devido às suas alianças que ele conseguiu negociar sua restauração e restabelecer-se na República. Em outras palavras, “Durante esse período, Cícero visou negociar sua posição social a partir de aliados que pudessem levá-lo à restauração [...]” (OLIVEIRA; SILVA, 2021, p. 25). Ter aliados poderosos e que fossem capazes de fornecer informações dos desdobramentos em Roma foi essencial, nesse ínterim, o arpinate precisou articular seus círculos com pessoas que estivessem dispostas a planejar movimentos, tomar decisões e negociar seu retorno.

Com efeito, analisando essa rede de contato que se formou, partiremos de Ático desde que ele foi sua fonte mais constante no que diz respeito aos eventos da República e, principalmente, sobre as discussões que envolviam o retorno do orador. É válido ressaltar que esse relacionamento já existia há muito tempo, sobre isso há um consenso historiográfico de que esses dois homens teriam se aproximado ainda jovens quando compartilharam o tutor Quinto Múcio Scevola em seus processos de formação educacional (PINA POLO, 2016; TEMPEST, 2011). Assim, considerando o amplo número de cartas enviadas de Cícero para Ático é inegável que com o passar do tempo houve a consolidação desse relacionamento, o equestre aparece como uma figura íntima para o senador, uma vez que compartilham não apenas os horizontes públicos, mas também de suas vidas particulares. Essa confiança e mesmo dependência criada pela familiaridade que havia entre eles fica expressa na seguinte passagem:

Mas, onde está você? Você que tantas vezes aliviou, com suas palavras e conselhos, minhas preocupações e angústias; que sempre foi meu companheiro na vida política e um confidente dos meus problemas pessoais e um participante em minhas conversas e projetos [...] (Cic. *Att.* I, 18).

Retirado de uma missiva enviada aproximadamente em janeiro de 60 A.E.C., o trecho acima permite-nos visualizar o valor que Ático sempre teve para Cícero. A partir disso, questionar a natureza desse vínculo é um caminho interessante. Afinal, onde deitava esse relacionamento que embora seja carregado de amabilidade, também expressa uma utilidade evidente? Discorrendo sobre as concepções de amizade apresentadas pelos escritores latinos antigos, Williams (2012, p. 30) teoriza que a conexão entre Ático e Cícero pode ser interpretada em termos de melhores amigos. E isso se verifica não apenas nas missivas enviadas, com marcadores do comportamento íntimo e do companheirismo que os envolvia, como também na própria dedicatória que Cícero faz no *De Amicitia*, onde fundamenta a relação de confiança e

afeto que possuía com Ático. Essas considerações são expressivamente relevantes, pois ainda que esses elementos de amizade marquem outros períodos do relacionamento, eles aparecem de maneira expressiva durante o exílio de Cícero. Revelando, dessa maneira, a preocupação pontual que o orador tinha em reafirmar a confiança e o nível de intimidade que o ligava ao equestre.

Nesse ponto, existe uma coerência nesse comportamento, visto que o equestre tornou-se o principal canal de comunicação para o arpinate, como foi considerado anteriormente. Todavia, a importância de Ático vai para muito além da sua característica de anunciador, sua indispensabilidade revela-se ao se apresentar como um intermediador entre Cícero e os outros indivíduos da rede de contato. Para esse ponto, calcula-se ser preciso compreender o que significa ser um intermediário propriamente dito dentro da dinâmica que uma rede de relações interpessoais apresenta. Na definição de John Scott (2000, p. 86), “A intermediação de um ponto mede até que ponto um agente pode desempenhar o papel de ‘corretor’ ou ‘guardião’ com potencial de controle sobre os outros.” Além disso, Ático era um equestre poderoso em Roma, não apenas por ter multiplicado em proporções significativas os bens de sua família, mas pelo poder que esse dinheiro lhe dava. Ele era um indivíduo muito bem relacionado e, ainda que optasse por atuar nos bastidores da política romana, sua influência era notória e sólida entre os homens públicos à época (WELCH, 1996, p. 451).

Portanto, mostra-se concebível que a relevância do equestre para Cícero estivesse principalmente atrelada a sua função de mediador. Conectados há anos, compartilhando ideias sobre a República e sobre sua família, é inegável que Ático era um contato de confiança em Roma, uma pessoa a qual o orador confiou a atividade de negociar e construir vínculos com figuras capazes de promover seu retorno. Desse modo, representando o amigo em isolamento, Ático envolveu-se com aqueles indivíduos que entendiam ser apropriado restaurar Cícero. Ainda nessa perspectiva, o próprio arpinate indica essa comunicação que Ático executava com Pompeu de maneira a defender e articular os objetivos de Cícero em Roma: “Agora vou me referir ao que você me escreveu. Não vi o Cecílio Trifo. Pela sua carta, **soube de sua conversa com Pompeu.**” (Cic., *Att.*, III. 8, **grifo nosso**).

Os comentários sobre a comunicação que havia entre o general e o equestre marcam as missivas do banimento enviadas pelo arpinate; assim, entre as 27 enviadas para o equestre, mapeamos menções a Pompeu em 7 delas. Sempre tratando sobre as questões de seu banimento, Cícero escreve para Ático várias indagações com relação às respostas que Pompeu tinha para o problema e sobre quais estratégias o general estava planejando para promover o seu retorno. Demonstrando como Ático estava entrelaçado aos homens públicos, especialmente Pompeu,

Cícero escreve em uma missiva enviada em novembro de 58 A.E.C.: “[...] deu-me uma lista de todas os sinais para manter a esperança, o interesse de Lêntulo em minha causa, a boa vontade de Metelo e todo o plano de Pompeu.” (Cic., *Att.*, III. 23).

Cabem aqui algumas elucidações sobre o contato que havia entre Ático e Pompeu. É notório que esses homens possuíam algum tipo de contato mesmo antes do exílio do arpinate. Afinal, compartilhavam contatos, estavam em eventos públicos comuns, sobremaneira ambos eram reconhecidos dentro da sociedade romana. À mais, ao investigar a postura de negociador que Ático desempenhava, o historiador francês Gaston Boissier (1945) observa a familiaridade que ocorria entre esse equestre e Pompeu, o estudioso menciona que Ático teria conquistado o general por meio de ornamentações gregas e teatrais (BOISSIER, 1945, p. 87). Compactuando com essa conjectura, em uma carta enviada em 65 A.E.C. para Ático, Cícero discute sobre a presença de Pompeu para as eleições em Roma e consulta a perspectiva do equestre sobre a situação. À vista disso, o argumento de que esses dois homens trocavam informações sobre o exílio de Cícero e possuíam um contato político regular não figura como implausível.

Dessa maneira, vale frisar que o envolvimento de Pompeu seguia acompanhado de um interesse político maior. Como observamos anteriormente, já existia um histórico de relacionamento entre ele e o arpinate, mas a flexibilidade dos relacionamentos à época e a disputa de interesses levaram o general a sacrificar Cícero. Todavia, com alterações na dinâmica da República, a volta do orador passou a ser uma ferramenta interessante para certos nomes públicos. Na carta de número oito do livro três, escrita quando já se passavam alguns meses em isolamento, o orador questiona se a movimentação política em Roma é verdadeira ou se Ático estaria lhe passando esse tipo de informação apenas com o objetivo de o consolar (Cic., *Att.*, III. 8). Embora Cícero demonstre em suas cartas uma certa desesperança de que houvesse qualquer organização para seu retorno, de fato processava-se uma disposição em levá-lo de volta a Roma; é nessa perspectiva que Gordon (2006, p. 119) reflete que o elemento primordial da restauração ciceroniana não fora a pronúncia popular, mas sim um entendimento aristocrático, sendo incentivado por senadores e magistrados.

Nessa lógica, é possível aclararmos as motivações de Pompeu à causa ciceroniana, considerando a influência decisiva que desempenhou para que ela se concretizasse. Bem como observado anteriormente, esse relacionamento construía-se há longos anos, e mesmo enfrentando tensões e rompimentos, esse foi um vínculo marcado por benefícios mútuos (WILLIAM JÚNIOR, 2013). Além disso, a rede interpessoal de outrora já não servia mais às metas do general; na prática Clódio se revelou audacioso e corajoso o suficiente para desafiar figuras poderosas em Roma, sendo Pompeu um dos quais passou a contrariar; um episódio

marcante e decisivo para que o general passasse a ver o retorno do Cícero como um dispositivo valioso para sua própria imagem na República foi a intervenção de Clódio sobre as negociações¹⁷ com o rei da Armênia, Tigranes.

É relevante considerarmos, porém, que Pompeu optou por um posicionamento sutil ao apoiar a causa ciceroniana. Afinal, existiam outras alianças que lhe eram importantes e não poderia arriscá-las com decisões apressadas. Consequentemente, as ações desse general no processo de restauração do orador foram lentas e sutis, o que gerou aflição em Cícero. Ele transmitiu esse receio em escritos para Ático, desejando que seu informante fosse e compartilhasse as verdadeiras intenções do general. Nesse sentido, registrando sua desesperança de que Pompeu estaria seguramente buscando um plano para seu retorno, Cícero desabafa em agosto de 58 A.E.C.: “[...] que depois das eleições se iria tratar do meu assunto no Senado, tal como Pompeu lhe havia prometido. Mas já se celebraram as eleições e não me disse nada, considero que não há nada sobre o assunto [...]” (Cic., *Att.*, III, 14).

Seguindo com essa discussão, é preciso não confundir a cautela de Pompeu em sua articulação com algum tipo de inatividade. Conforme discorre Seager (2002, p. 106) esse general ainda mantinha um bom relacionamento com Júlio César e aquele não era um momento para confronto, nesse sentido, sua ação de suportar o retorno de Cícero vinha acompanhada de uma concordância com César, o que pode ter levado algum tempo. Esse raciocínio torna-se mais plausível quando analisamos as cartas enviadas nos meses de 57 A.E.C., quando o caso do arpinate avançou significativamente no Senado e entre os homens da República. Escrevendo para o equestre em meados de janeiro de 57 A.E.C., Cícero revela que soube pelo irmão - Quinto Cícero - sobre a aprovação pelo Senado de sua causa (Cic., *Att.*, III, 26). Sobre isso, em vista das circunstâncias que se deu o banimento do orador - com sua retirada voluntária, sem um julgamento propriamente -, seu retorno poderia ser estabelecido com a promulgação de um *senatus consultum ultimum*¹⁸.

Naturalmente houveram movimentações contrárias a restauração do arpinate, Clódio foi a principal voz contrária, empreendendo ações sutis que impediam o desdobramento da

¹⁷ Entre alguns desgastes que a aliança Pompeu e Clódio enfrentava, o estopim teria sido o avanço de Clódio contra a decisão do general romano em manter o filho de Tigranes, rei da Armênia, como prisioneiro em Roma. Pompeu teria capturado o herdeiro do rei a fim de negociar com Tigranes, contudo, Clódio realizou uma movimentação contrária, sequestrando o refém para enviá-lo de volta à Armênia - plano que não se concretizou, mas garantiu o afastamento do triúviro (SEAGER, 2002, p. 103). Em uma carta enviada no exílio, Cícero menciona essa situação, explorando como estavam os acontecimentos envolvendo Tigranes e alertando que “Se passarem por cima de Tigranes, tudo estará perdido.” (Cic., *Att.*, III, 8).

¹⁸ *Senatus consultum ultimum* pode ser traduzido em português “o decreto extremo do Senado”. Era um decreto aplicado em situações emergenciais de maneira decisiva, entendido como uma estratégia para garantir que a República não fosse atingida por danos maiores (SEAGER, 2002, p. 250)

discussão pelos magistrados. Diante do cenário que se instalava, Pompeu discursou publicamente em defesa da restauração, expondo a necessidade de levar a proposta para a *comitia centuriata*¹⁹. Assim, Pompeu preocupou-se em mobilizar suas redes de contato, usando sua clientela ao redor de Roma para obter um número favorável de votos (SEAGER, 2002, p. 107). Aqui se faz interessante observar que, filho do general Pompeu Estrabão²⁰, Pompeu garantiu uma extensa rede de influência por toda zona média do mar Adriático. Esses contatos herdados foram sendo ampliados por ele durante as campanhas militares que realizou. Por conseguinte, tão logo foi apresentada para votação na *comitia centuriata*, a qual ocorreu no dia 4 de agosto de 57 A.E.C., houve a aprovação da medida que garantia a restauração do orador a Roma (GORDON, 2006, p. 124). Logo, compreende-se o plano elaborado por Pompeu, isso é levar a discussão da volta de Cícero para a assembleia das centúrias e mobilizar seus aliados para a votação, foi decisivo para a restauração do orador.

Nesse segmento, tão rapidamente ficou ciente da decisão tomada, Cícero deu início à sua trajetória de retorno para a cidade. Em uma epístola enviada já em setembro de 57 A.E.C., o arpinate narra para Ático qual havia sido seu percurso desde sua saída de Dirráquio - local em que estava quando recebeu a notícia da aprovação de seu retorno -, até sua chegada em Roma (Cic, *Att.*, IV. 1). Além disso, o orador faz questão de expor sua chegada como um momento glorioso e com amplo reconhecimento pela população, bem como ele registra: “Quando me aproximava de Roma, não houve uma pessoa - de todas os grupos sociais -, conhecidas por meu ajudante, que não saíram ao meu encontro, exceto pelos meus inimigos declarados, os quais não era possível negar ou esconder a inimizade.” (Cic., *Att.*, IV. 1).

Consolidados esses elementos, podemos observar como a interação entre Pompeu e Ático foi crucial para a realização do plano desse general. Desempenhando um papel de comunicador para Cícero, desde que o equestre estava pessoalmente em Roma quando o arpinate não o podia fazer, Ático garantiu que o amigo estivesse bem informado sobre como a situação da restauração estava sendo encaminhada e - principalmente - que suas opiniões fossem chegassem até Pompeu. Torna-se perceptível, portanto, a interação que havia entre esses três indivíduos; foi especialmente por meio dessa rede que Cícero foi capaz de promover sua restauração e evitar que seu banimento se estendesse por mais tempo. Essa dependência com

¹⁹ Denominada como *comitia centuriata*, essa era uma assembleia composta pelas centúrias, era por meio dela que os magistrados eram eleitos e leis era colocadas para serem aprovadas pelos cidadãos romanos (TELLEGEN- COUPERUS, 2003, p. 14).

²⁰ Cneu Pompeu Estrabão foi um general importante na História da República Romana, por exemplo foi líder de tropas romanas na Guerra dos Aliados (disputa contra os italianos que buscavam formalização da cidadania romana, além disso foi pai de Cneu Pompeu Magno.

esses homens exigia uma boa estrutura, a fim de promover uma estabilidade e, assim, garantir a continuidade do apoio recebido desses aliados. A partir disso, mostra-se indispensável focalizar as lentes dessa análise sobre os elementos da amizade que cercam a narrativa feita por Cícero durante todo o seu período de isolamento.

Nas cartas destinadas para Ático no momento do banimento o que mais chama a atenção são os elementos associados à *amicitia* que são frequentemente empregados. Considerando a flexibilidade dos relacionamentos no período, recorda-se o próprio uso que Cícero dava a esse relacionamento, isso é incluindo a amizade romana nessa volatilidade, colocando-a como uma ferramenta com usos diferentes a depender da circunstância em que estivesse envolvido (MOFFIT-BROWN, 2019, p. 4). Com isso em mente, faz-se lógico que as cartas dos meses em banimento contenham inúmeros elementos da *amicitia*, utilizados pelo arpinate considerando seu interesse em acelerar o seu retorno à sua pátria. Seguindo com esse raciocínio, nota-se que há um cenário de envolvimento emocional que Cícero recupera em suas cartas com Ático. O orador busca expor constantemente a confiança (*fides*) e o afeto (*amor*) que sente pelo equestre, assim expressando quão indispensável e a figura única que seu intermediador era. Aliás, na carta de número quinze, ganha luz a diferenciação que ele traça entre Ático, o qual seria um amigo verdadeiro, e os homens falsos que outrora estiveram ao seu lado: “[...] de maneira que agora sinto que fui mais influenciado pela falsa amizade dos outros do que por sua amizade.” (Cic., *Att.*, III. 15). Em outro momento, na carta nove, ele faz uma distinção mais direta entre amigos bons e invejosos, quando ele diz: “[...] não foram meus inimigos que me afundaram, mas sim os amigos invejosos.” (Cic., *Att.*, III. 9). De qualquer forma, haja vista a conjuntura em que se encontrava, era valioso expor quão legítima sua amizade com Ático lhe parecia e como o equestre se destacava dos outros pela sua integridade.

Um ponto fundamental desse discurso de amizade que Cícero alimenta por meio de suas missivas no banimento é a questão de identificação que ele encontra com Ático, sendo esse um elemento basilar para a formação da amizade romana antiga. De acordo com Williams (2012, p. 15), a *amicitia* é um relacionamento que se estrutura a partir da noção de correspondência entre dois - ou mais - indivíduos, isso é, a visualização do amigo como uma extensão de si mesmo. A idealização em encontrar no amigo um *alter ego* é um eixo determinante para os homens antigos (WILLIAMS, 2012, p. 15). Dentro dessa lógica, portanto, o arpinate apresenta essa identificação para seu destinatário, reforçando - novamente - como seu relacionamento com Ático era único e elementar, analisemos: “Perdoe-me tudo isso, porque eu me culpo muito mais e também procuro você como um alter ego e como um companheiro do meu erro.” (Cic., *Att.*, III. 15). Essas declarações promovem um sentimento de familiaridade entre os indivíduos,

nesse sentido, quando essa afirmação aparece na escrita ciceroniana, gera-se uma reafirmação do laço entre Ático e Cícero.

Nessa comunicação, não passa despercebida a disposição desses recursos empregados por Cícero. Ele usualmente se preocupa em apresentá-los especialmente nos momentos em que Ático mostra-se desempenhando sua posição de intermediador. Em suma, muitas vezes Cícero percorre um caminho que remonta ao afeto da amizade e, em seguida, recupera o teor político de sua comunicação. Para analisarmos isso, podemos tomar a carta quinze, enviada em agosto de 58 A.E.C. Nessa missiva, o arpinate trata principalmente de dois assuntos: (1) sobre as informações trazidas por Ático acerca da disposição de Pompeu em ajudar com a causa da restauração e (2) eleva Ático ao posto de grande amigo, declarando o afeto que tinha pelo equestre. Visualiza-se:

Mas você, como eu, apenas ofereceu suas lágrimas a minha dor, como uma certa prova de afeto, e foi meu erro, não seu, que você não pensou dia e noite no que eu tinha que fazer, como você teria feito se minhas exigências tivessem sido mais firmes (Cic., *Att.*, III. 15).

A inserção desses elementos de uma boa amizade aparece, mas isso não faz com que Cícero abandone seu objetivo político na carta. Na verdade, é justamente inspirado por suas preocupações políticas que o orador faz questão de endossar a importância de se ter um amigo como Ático, um comunicador fiel e honesto. Além disso, por vezes o arpinate expressa seu agradecimento pelas atitudes de seu correspondente, deixando explícito como é importante para ele que o equestre esteja tão envolvido com a situação ainda que saiba como Cícero possivelmente não retribuirá o suporte em tão breve. Nesse aspecto, encontramos mais elementos da amizade ciceroniana, cujos valores são alicerçados no viés de que esse relacionamento busca a virtude e apoio mútuo, mas não - necessariamente - vantagens políticas (WILLIAMS, 2012).

Considerações finais

Dessarte, podemos verificar a importância que os relacionamentos interpessoais possuíam para essas figuras públicas à época. Ademais, sabe-se que esses relacionamentos possuíam naturezas e fins diversos no período, sobremaneira constatamos quão maleáveis eram esses acordos interpessoais - característica que, todavia, não afetava o potencial dessas articulações. De maneira mais específica, visualizou-se pormenorizadamente quão determinante o vínculo interpessoal com Ático e Pompeu foi vantajoso para Cícero, de modo

que foram capazes de articular o fim do exílio desse senador em curto tempo. À mais, foi possível depreender como existem papéis a serem desempenhados dentro das redes de sociabilidade, jogando luz em como essas articulações podem ser complexas. Nesse segmento, aventou-se a função de intermediador que Ático realizou no contato entre Cícero e Pompeu durante o banimento desse orador, como principal contato no período de isolamento geográfico que o senador enfrentou.

Com isso, no decorrer dessa argumentação, preocupamo-nos em empreendermos uma análise com relação ao emprego da *amicitia* que Cícero fez nesse vínculo que manteve com Ático e Pompeu. De fato, considera-se como ao incorporar referências da *amicitia*, fazendo contemplações sobre a proximidade e familiaridade de sua relação com o equestre, Cícero almejava reafirmar o vínculo estabelecido e garantir que assim permanecesse, prevenindo-se de qualquer abalo que pudesse impactar esse relacionamento. Já com relação ao general, o uso da amizade vem acompanhado da intenção de recuperar a proximidade de outrora, por conseguinte recuperando a aliança que tinham mantido por anos - mas que fora prejudicada pelo confronto envolvendo a coligação dos triúmviros de 60 A.E.C. Enquanto Ático atuava como intermediador, Pompeu tinha os contatos e vínculos capazes de mobilizar a aprovação da restauração do arpinate. Por fim, vale frisar que devido a vasta documentação ciceroniana, a aplicação da amizade dentro das redes de vínculo mantidas por ele pode ser explorada amplamente. Portanto, essas reflexões permitem que novos desdobramentos sejam captados no estudo da figura de Cícero e também dos seus relacionamentos interpessoais na República Romana.

Fontes utilizadas

CÍCERO, M. T. **Cartas a Ático**. Introducción, traducción y notas de Juan A. Ayala. México: Universidad Autónoma de México, 1975.

CÍCERO, M. T. **Letters to Atticus**. Translation by E. O. Winstedt. London: The Loeb Classical Library, William Heinemann. v.1, 1919.

Referências

BRANDÃO, J. L.; OLIVEIRA, F. de (org.). **História de Roma Antiga volume I: das origens à morte de César**. [Coimbra]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

BRUNT, P. A. **The Fall of the Roman Republic and Related Essays**. New York: Oxford University Press, 1988.

BROWN-MOFFIT, M. **Cicero and His Exploration of Friendship**. 2019, 26f. Dissertation/Thesis (Bachelor of Arts in Classics). Honors Program Theses, University of Puget Sound, Tacoma, 2019.

- BOISSIER, G. **Cicero and His Friends**. London: Ward Lock & Co, 1897.
- CLAASSEN, J.M. **Cicero's Banishment: Tempora et Mores**. Classical Association of South Africa: Acta Classica, Pretoria, vol. 35, p. 19-47, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24594160>. Acesso em: 27 jul. 2022.
- CORMACK, M. **Creatures of the triumvirs: A study of the patron-client relationship in the Late Roman Republic**. 2016. 79f. Thesis (Department University Scholars) - Baylor University, Waco, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2104/9686>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- ESPINOSA BUENO, M. **El exilio tardorrepblicano en la figura de Marco Tulio Cicerón**. 2014, 50f. Monografía (Grado en Historia). Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Cantabria, Cantabria, 2014.
- KELLY, G. P. **A History of Exile in the Roman Republic**. New York: Cambridge University Press, 2006.
- LOMAS, K. The Weakest Link: Elite Social Networks in Republican Italy. In.: ROSELAAR, S.T (ed.). **Processes of integration and identity formation in the Roman Republic**. The Netherlands: Brill, 2012, p. 197-215.
- LOMAS, K. Vicinitas: Neighbourhoods, Networks and Identities in Ciceronian Italy. **Gerión, Revista de Historia Antigua**, Madrid, vol. 37, n. 1, abr., p. 51-73, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/GERI.63868>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- MALHERBE, A. J. **Ancient Epistolary Theorists**. Georgia: Scholars Press, 1988.
- OLIVEIRA, A.C. A manutenção da amicitia a partir das estratégias de polidez das epistolae ad familiares de Cícero. **Verbum**, São Paulo, vol. 10, n. 1, maio, p. 100-114, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2316-3267.2021v10i1p100-114>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- OLIVEIRA, A.C. **QVID ENIM SVM? O lugar do exilado na epistolografia ciceroniana**. 2019. 198f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.
- PÉREZ MEDINA, S. V. **Pompeyo, Craso y César (71-49 A.C.): Sus actividades, relaciones personales y contactos políticos en la crisis de la república romana**. 2015. 1622f. Tese (Doutorado em História Antiga), Facultad de Geografía e Historia, Madrid, 2015.
- PINA POLO, F. **Marco Tulio Cicerón**. Barcelona: Editorial Planeta, 2016.
- ROSILLO-LÓPEZ, C. Informal Political Communication and Network Theory in the Late Roman Republic. **Journal of Historical Network Research**, pp. 90-113, 2020.
- SEAGER, R. **Pompey the Great: A political biography**. [New Jersey]: Blackwell Publishing, 2. ed., 2002.
- SCOTT, J. **Social Network Analysis: A handbook**. London: Sage Publications, 2000.
- TEMPEST, K. **Cicero: Politics and Persuasion in Ancient Rome**. New York: Continuum, 2011.
- VON ALBRECHT, M. **Cicero's Style: A Synopsis**. Boston: Brill Leiden, 2003.
- WILLIAM JÚNIOR, C. E. **Pompey and Cicero: an alliance of convenience**. 2013, 141f. Thesis (Master of Arts). Texas State University, San Marcos, 2013.
- WILLIAMS, C. A. **Reading Roman Friendship**. New York: Cambridge University Press, 2012.

ZAERA GARCÍA, A. B. La condición de ciudadano del exiliado voluntario. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, n° 13, jan., p. 12-20, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.24858/290>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

ZORIC, V. **Banished with no force:** Exile and metonymy in Cicero's Pro Caecina Oratio. *Diacritics*, Vol. 40, n° 4, p. 72-103, 2012.

Representações da família romana na peça *O Mercador* de Plauto (séculos III-II A.E.C.)*Representations of the Roman family in Plautus' The Merchant (centuries III-II BCE)*Lais Felipe Lucon,¹ UNESP**Resumo**

Guiados pela compreensão das comédias plautinas como material que fornece informações sobre o meio familiar da República Romana, objetivamos uma análise das representações familiares dispostas na peça *O Mercador* (*Mercator*). A complexa formação da instituição familiar romana refletiu ideais pautados na assimetria das relações de poder dentro do lar, especialmente no que diz respeito à preeminência do *pater familias* – literalmente o pai de família. Alicerçados na perspectiva de gênero, percebemos como as referências de Plauto colocavam tipos sociais subalternos em posições e diálogos dominantes. Ao apresentar personagens subvertendo as normas familiares, a peça plautina realça seu caráter crítico ao expressar um contraste entre o idealizado e o real, delineando fronteiras expressivas entre o comum no lar e a construção nos moldes legais.

Palavras-chave: República Romana; Comédia plautina; Família; Relações de gênero.

Abstract

Guided by the knowledge that plautine comedy can be used as material that provide data about the familiar ambiance, we propose a study of the family representations arranged in the play *The Merchant* (*Mercator*). The complex formation of the roman family organization reflected ideals based in the asymmetry of power relations within home, especially concerning the primacy of *pater familias* – literally the family father. Grounded by gender perspective, we perceive how Plautus references place subaltern social types in dominant positions. By presenting characters subverting family norms, plautine play highlights its critical aspect as expresses a contrast between the idealized and the real, outlining expressive borders between what was common in the household and what was constructed along legal lines.

Keywords: Roman Republic; Plautine comedy; Family; Gender relations.

A compreensão do teatro plautino

Debruçar-se sobre a vida e as comédias de Plauto (c. 255/250 – 184 A.E.C.), cujo nome completo possivelmente seja *Titus Maccius Plautus*, significa entrar em questões contornadas por inferências e incertezas. Em linhas gerais, os escritos antigos o citam como *Plautus* e a tonalidade geral de suas informações biográficas têm pouco fundamento. Além disso, algumas noções parecem ser deduções baseadas no tratamento e na forma que dedicava sua escrita aos personagens de suas peças. Nesse sentido, as fontes históricas e seus roteiros o indicam “como

¹ Graduada como Bacharela e Licenciada pelo curso de História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Franca e pesquisadora integrante do Grupo do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano G. LEIR (UNESP/Franca). E-mail para contato: lais.lucon@unesp.br

alguém completamente familiarizado com as possibilidades que o palco oferece e imbuído de um espírito de entretenimento popular.” (HUNTER, 2010, p. 17).

Atribuíram ao seu nome, pelo menos, 130 peças que estavam circulando no século II A.E.C. – algo que estava em debate nos séculos II e I A.E.C. e jamais foi comprovado. Ainda que nunca tenha existido um consenso, vinte e uma foram as consideradas como composições plautinas na obra do escritor Aulo Gélío (125 – 180 E.C.), que transmitiu as considerações do polímata Marco Terêncio Varrão (116 – 27 A.E.C.) (PANAYOTAKIS, 2005, p. 134-135). De todo modo, 21 manuscritos das peças chegaram ao mundo contemporâneo, marcando a percepção de que os textos selecionados pela pesquisa de Varrão seriam, justamente, os transmitidos até nossos dias.

Dentre esses escritos, encontramos a comédia *O Mercador*², elencada para o presente artigo por seu acentuado caráter crítico. Nela, bem como em outras peças, identificamos marcas de um comediógrafo ativo em sua própria obra:

Carino – Eu não imitarei o que vi outros fazendo nas comédias, esses que, por força do amor, contam suas misérias para a noite ou o dia, ou ao sol ou à lua, esses que, muito pouco se importam, imagino, com as queixas humanas, seus gostos e desgostos.

O nome grego desta peça é *Emporos*, de Filémon; em latim, chamamo-la de *Mercator*, de *Maccius Titus* (Plaut., *Merc.*, v. 3-10)³.

Do trecho transcrito, apreendemos como Plauto, através do personagem Carino, assinala a origem grega da peça, associando o molde que utilizou à figura de Filémon. Assimilamos a atividade literária de Plauto inserida no movimento que adaptava peças gregas da Comédia Nova. O *Emporos* (ἔμπορος) do grego, assim como a grande maioria das peças da Grécia que foram transpostas para o latim, não sobreviveu até nossos dias. Ao considerarmos a dinâmica de adaptação do teatro plautino, destacamos como conseguimos mais solidez quando nos voltamos para o contexto histórico de Plauto. O arco temporal dos séculos III e II A.E.C., período ocasionalmente intitulado Média República, foi marcado pela contínua expansão romana sobre a Península Itálica e a região mediterrânica. Envolto pelos frequentes contatos externos, o mundo romano foi permeado por ideias absorvidas de suas relações conforme a

² Para esta análise, construímos nossa tradução baseada na edição bilingue de Paul Nixon (latim/inglês) da *Loeb Classical Library*, bem como na Dissertação de Damares Barbosa Correia (2007), denominada *O Mercador de Plauto: Estudo e Tradução*.

³ Charinvs: Non ego item facio ut alios in comoediis /vi vidi amoris facere, qui aut nocti aut die /aut soli aut lunae miserias narrant suas: /quos pol ego credo humanas querimonias /non tanti facere, quid velint quid non velint; /vobis narrabo potius meas nunc miserias. /graece haec vocatur Emporos Philemonis, /eadem Latine Mercator Macci Titi (v. 3-10).

aquisição de novos territórios (FLOWER, 2010, p. 26). Em face aos novos horizontes, uma questão fundamental que pairou por Roma concerniu no seu desenvolvimento frente à influência vinda da Grécia. Assim, diante desse cenário, o âmbito teatral floresceu diretamente vinculado às transformações experienciadas pelo mundo romano republicano. Nesse sentido, a experiência teatral salientou a presença de uma mescla cultural e, no quadro de suas sucessivas expansões, a cena dos teatros se manifestava como um fenômeno importante ao personificar e retratar os sujeitos e os grupos sociais, assim como os acontecimentos republicanos (GRIMAL, 2002, p. 72).

Nessa lógica, Plauto já teve seu nome vinculado tanto com interpretações – já superadas – que o consideravam somente como um reproduzidor dos moldes gregos, quanto com compreensões de sua originalidade e criatividade em face à prática de adaptação de suas obras a partir dos manuscritos gregos. Tratando-se dessa temática, realçamos nossa posição de atribuir originalidade ao teatro plautino. Dispomos de recursos para um conhecimento que investiga e analisa o que o poeta pôde transmitir sobre o mundo romano de seu tempo. Isso nos proporciona a noção da criatividade e originalidade de Plauto, posto que não dependia totalmente dos modelos gregos e produziu algo essencialmente diferente de seus originais. A sua comédia do era feita para os romanos e, portanto, refletia seus interesses e perspectivas. Em resumo, o teatrólogo e a Comédia Romana atuam como a continuidade de tradições – não somente gregas, mas também etruscas e itálicas – e como a renovação do gênero conforme os aspectos culturais romanos.

Ademais, considerando a arte teatral com enfoque em sua atuação enquanto meio difusor de ideias, ressaltamos a comédia com funções que iam além de pretensões cômicas e da finalidade de instigar o riso (ARÊAS, 1990, p. 24). Para mais, o *corpus* plautino desempenhava um papel amplo de relações entre a comédia e a sociedade que representava e na qual estava inserida (GRIMAL, 2002, p. 107). A Roma dos séculos III e II A.E.C., refletindo uma sociedade em fluxo com difundidas interações culturais, confere-nos a apreensão de transformações, em diálogo com os acontecimentos da época, no gênero cômico (CONTE, 1987, p. 4). Em outros termos, mais do que um diálogo com o passado, a conjuntura teatral era refletida de acordo com o seu presente e sua audiência (VON ALBRECHT, 1997, p. 21).

Isso à vista, acentuamos nossa consideração acerca das complexidades existentes por trás dos cenários cômicos. Para além de uma cena fictícia, apreendemos as representações do feminino e do masculino em Plauto e no seio familiar da Roma republicana. Assim, ancorando-se nos instrumentos da Teoria de Gênero, por feminino e masculino, entendemos os papéis

atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 2018, p. 32). Afinal, ao serem construídas cultural e socialmente, as relações de gênero são estruturadas em consonância com o momento e espaço em que são experienciadas. Baseando-se nas relações entre os sexos, compreendemos mais profundamente os padrões dispostos nas organizações romanas. De maneira mais específica, o gênero nos oferece instrumentos para pensar nas formas como as hierarquias, de inclusão e exclusão, constituíram-se no meio familiar (SCOTT, 2018, p. 10).

Em sua essência, a construção do gênero nos possibilita uma contemplação objetiva de referências das personagens da peça *O Mercador*. Posto de outro modo, as vivências masculinas e femininas do cotidiano familiar romano reverberaram e moldaram as representações do teatro. Por sua vez, as personagens, desempenhando o gênero, significam as concepções e construções das relações de poder (SCOTT, 2018, p. 45). Afinal, “as peças latinas foram escritas para audiências cujas perspectivas e expectativas de gênero eram moldadas pela vida em Roma e seus arredores” (DUTSCH; JAMES; KONSTAN, 2015, p. 5).

Tecidas essas considerações, pensamos ser proveitoso tratar brevemente das perspectivas acadêmicas da história da organização familiar romana. Para tal, devemos perceber não somente as tendências mais atuais, mas um desenvolvimento mais amplo, em linhas gerais, da historiografia ao longo do tempo.

A família romana na historiografia

Sem perder de vista o escopo de nosso artigo, ressaltamos a importância de entender a família de Roma com categorias linguísticas propriamente suas. Até mesmo porque não existia uma definição simples de “família” para a cultura romana. Além disso, consideramos que o conceito de lar e família não são categorias evidentes por si mesmas, podendo ter significados diferentes – que muitas vezes precisam ser assimilados nas particularidades de cada contexto. Quando pensamos numa definição mais geral para uma apreensão inicial em concordância com a mentalidade dos romanos,

A familia republicana nocial era uma construção predominantemente legal, a qual consistia em um conjunto de membros precisamente definidos e em uma estrutura universal e imutável de relações de poder. *A familia*, no sentido estrito do conceito, era centrada e literalmente comandada pelo homem mais velho vivo (a definição legal de *pater familias*). Compreendia todos que estavam sob o seu “poder paternal” (*patria potestas*) [...] (HÖLKESKAMP, 2010, p. 122).

À vista de que os significados dos termos romanos nunca coincidiram plenamente com as noções modernas de família, destacamos que – aqui – faremos o uso da palavra “família”

para abarcar grupos de pessoas que possuem relações de parentesco entre si. Nessa lógica, enfim, podemos apreender melhor as bases responsáveis pela imagem da família romana tradicional na historiografia.

Remontando ao século XIX, essa instituição social foi definida como um conjunto de pessoas de diferentes gerações – de uma mesma família – que partilhavam espaços domésticos (GARNSEY; SALLER, 2014, p. 151-153). Nas primeiras décadas do século XX, em face às fontes e à sua composição feita por líderes masculinos das elites da sociedade romana, estudos voltados à prosopografia foram desenvolvidos. Nesse momento, Beryl Rawson (2011, p. 9) colocou como consideraram “histórias e alianças familiares no centro da vida política e social por um longo período, até o século I d.C.” Já em 1930, estudiosos se debruçaram mais diretamente sobre o Império, ampliando os temas que traçavam alianças e o sistema de patronagem (RAWSON, 2011, p. 9).

Pensando em meados do século XX, observamos como as pesquisas sobre a família assumiram uma tendência destoante da presente no século anterior, depreendendo a família como nuclear, ou seja, composta por pai, mãe e filhos. Na década de 1960, seguiram-se análises demográficas específicas e, já na década de 1970, extensivos estudos comparativos. Esses estudos, combinados com outras técnicas, examinaram as análises demográficas e influenciaram as pesquisas seguintes sobre a formação do lar na Antiguidade. O nome do historiador Peter Laslett ganhou destaque nesse momento, especialmente com a obra coeditada *Household and Family in Past Time*, cuja primeira edição data de 1972 (RAWSON, 2011, p. 2). O influente trabalho de Laslett, como nos contou Sabine R. Huebner (2011, p. 74), projetou o caminho para mais análises quantitativas e comparativas da categoria histórica do grupo doméstico, observando a família como um conjunto de pessoas que vivem juntas.

Nesse sentido, o desenvolvimento específico das pesquisas que compreendiam a família como objeto de estudo na História Antiga apareceu focalizado na relação com a vida pública – do meio legal, político e social. Contudo, uma análise apareceu com mais solidez somente nos anos de 1960 e 1970, momento em que houve um aumento de interesse pelo âmbito doméstico. Nessas décadas, como nos informou Ray Laurence (2012, p. 3), direcionando a atenção para o lar, os estudos da família romana foram iniciados por mulheres e embasados pelo pensamento feminista. Diante dessas perspectivas, Rawson (2011, p. 9-10) destacou como as “reflexões feministas da década de 1970 se espalharam por muitas áreas da história social, e houve uma sobreposição considerável entre os estudos de gênero e os estudos de família.” Assim, as pesquisas sobre as mulheres do mundo antigo partiram de uma consideração da

conjuntura familiar, ou seja, da esfera frequente na qual atuavam em significativos aspectos de suas vidas.

Nos primeiros anos da década de 1980, Richard P. Saller e Brent D. Shaw desenvolveram uma análise das homenagens presentes no grande volume de evidências epigráficas de Roma (RAWSON, 2011, p. 3). Direcionando o olhar para os escritos funerários voltados à memória, os especialistas perceberam que as relações familiares mais preponderantes nas lápides eram entre cônjuges e entre pais e filhos. Baseados nessas evidências, concluíram que essas relações marcavam os laços afetivos mais fortes na sociedade romana. Por conseguinte, pensando além da importância dos vínculos emocionais e obrigações, argumentaram que o predomínio da família nuclear na composição do lar seria uma hipótese razoável para o mundo romano. Desde então, “a família nuclear como principal unidade residencial na sociedade romana ocidental encontrou o seu caminho em muitas publicações.” (HUEBNER, 2011, p. 80).

A tendência geral percebida ao decorrer da segunda metade do século XX foi, portanto, sobre a questão da composição dos lares, isto é, das estruturas familiares. Logicamente muitos reagiram à ideia de que o arranjo nuclear sempre fora a norma. De qualquer modo, há uma noção de que a formação da família passa por um ciclo relativamente previsível. Nesse sentido, Suzanne Dixon, em sua influente obra *The Roman Family*, publicada na década de 90, informou-nos sobre como os romanos dificilmente teriam vivido em moradas com a presença de longas linhagens nucleares. Essa percepção marca um importante discernimento, uma vez que nos informa para além dos arranjos familiares da elite política de Roma – a qual poderia, mais facilmente, conviver com parentes de gerações mais velhas. Posto de outra forma, os lares dos romanos mais abastados representam uma realidade parcial e, em linhas gerais, muitos romanos não teriam nem ao menos seus pais vivos quando estavam na idade adulta (DIXON, 1992, p. 7).

Coloca-se, por consequência, uma assimilação da diversidade das relações e das questões estruturais familiares. Aliás, como colocou Michele George (2005, p. 3), essas buscas, “ao invés de resolver a questão da estrutura, complicaram-na ao aumentar nossa compreensão das muitas dimensões da experiência que se enquadram na categoria de ‘vida familiar’, mas para as quais a questão da estrutura tem pouca relevância.” Nesse sentido, destacamos como abordar esse tema, coerentemente, parte de um questionamento particular que vai suscitando perguntas para outros ângulos das investigações. Há, portanto, um grande grau de seletividade nas pesquisas da família, posto que se coloca inviável uma abrangência de todos os aspectos

relevantes dentro do tema. Ainda assim, não perdemos de vista a importância do arranjo nuclear para os estudos da sociedade romana da República.

Desse modo, os conhecimentos da família romana seguiram no século XXI com uma adição cada vez maior de complexidades e nuances sob a temática. Isso à vista, percebemos que, assim como o direcionamento do foco para as mulheres refletiu inclinações sociais e intelectuais contemporâneas à década de 1970, os estudos atuais delineiam interesses mais gerais presentes na sociedade do século em que vivemos. Logo, destacam-se pesquisas dedicadas ao curso da vida, principalmente colocando os mais novos e os mais velhos no ponto central das argumentações. Nessa lógica, pontuamos que, até então, abordagens sobre o curso de vida da família estavam implícitas nas investigações sobre família e casamento (LAURENCE, 2012, p. 5). Somente nos anos mais recentes, portanto, as visões sobre a família passaram a incorporar mais concretamente uma gama mais ampla de famílias e de seus integrantes. Os estudos sobre as classes mais altas e os componentes mais preeminentes dos lares continuam; contudo, agora os enfoques lançam novos ângulos para o papel da família nessas figuras (RAWSON, 2011, p. 9).

Acentuam-se, assim, as possibilidades de análise e interpretação disponíveis nos dias atuais, colocando-as lado a lado com a maior variedade de evidências acessíveis para os estudos da família (RAWSON, 2011, p. 10). Pensando nessas perspectivas, reiteramos como as pesquisas recentes não só atuam em conformidade com novas temáticas, mas também retomam questões largamente abordadas. Por isso a importância de acompanhar, ainda que brevemente, o movimento historiográfico da família em uma escala mais longeva, estabelecendo sobre ela a ideia de que as nuances dispostas no tema podem ser constantemente aprimoradas. Dessa forma, novas implicações acerca das realidades do mundo romano continuam a surgir, tornando esse campo de estudos vibrante e diversificado. Afinal, tanto nas representações quanto na recuperação do cotidiano, a pesquisa da família na antiguidade ainda é fresca e “procura definir sua identidade através da diferença em relação ao que já foi antes, em seu percurso na vida acadêmica.” (LAURENCE, 2012, p. 7).

Posto isto, podemos nos dedicar às considerações acerca da peça escrita por Plauto, na qual percebemos o protagonismo da família em diálogo com noções desenvolvidas acima. Adentramos, finalmente, na análise documental proposta para o presente artigo.

A imagem da família romana no *Mercador* de Plauto

Nas passagens iniciais do Ato I, temos a entrada do jovem Carino. Direcionando-se para a audiência, ele conta como seu pai havia o enviado para uma viagem de negócios. Deparamo-nos com um primeiro traço da temática familiar, a qual permeará todo o argumento da peça. Na cena, Carino começa a relatar para como, enviado por seu pai, deu-se sua partida em viagem como mercador. Tal ação remete à sujeição filial, mais especificamente ao termo *pietas* associado ao significado de cumprimento de ordem por parte do filho em face ao desejo de seu pai, Demifão. Historicamente, o poder do *pater familias*, figura cuja lei romana transformou na dominante dentro do ambiente familiar, aparece abrangendo e cercando todos os outros componentes da casa (MARTIN, 2012, p. 21-28). Em linhas gerais, todas as relações ocorridas dentro do lar eram centradas no regime de poder da autoridade do pai e das obrigações dos integrantes da família para com ele.

Temos a noção de que a maioria das definições dos sistemas de valores romanos que chegaram até nossos dias, concentram-se nos escritos de homens pertencentes aos grupos sociais republicanos mais influentes. Nesse sentido, tratando-se da família e dos padrões familiares, reputamos que os romanos configuravam a sua realidade familiar de acordo com os ideais estabelecidos pelos homens das elites. Podemos, então, começar a pensar nessa realidade a partir da predominância da aristocracia nos moldes do direito. Melhor dizendo, a construção de uma imagem do lar tem suas bases nos ideais e, conseqüentemente, na lei de Roma. De acordo com a visão dos romanos, a instituição familiar atuava como um dos pilares dos seus valores sociais (MARTIN, 2012, p. 21-28).

Os comportamentos relativos ao lar são ainda mais evidenciados em seguida, quando, após divagar ligeiramente sobre a condição complicada dos apaixonados, Carino continua a contar sua história e menciona como seu pai, “quando ultrapassou a idade dos efêbos, não se voltou, como eu, para casos amorosos e para ociosidade, nem teve uma chance, foi firmemente controlado por seu pai.” (Plaut., *Merc.*, v. 61-64)⁴. Destacamos a ênfase na presença do *pater familias*. Temos uma menção ao avô de Carino, isto é, a figura que carregava o posto de *pater* antes de Demifão. A percepção da família aparece envolta por demandas sentimentais e honra através das linhagens. Dialogando com o sistema de valores romanos, a atuação do *pater familias*, concebida como opressora e dominadora, também aparecia como moralmente correta e justa (HÖLKESKAMP, 2010, p. 114).

⁴ Charinvs: sese extemplo ex ephebis postquam excesserit, /non, ut ego, amori neque desidiae in otio /operam dedisse, neque potestatem sibi /fuisse; adeo arte cohibitum esse se a patre (v. 61-64).

O monólogo do jovem continua com uma explanação da vida de Demifão. De acordo com Carino, seu pai havia trabalhado no campo, em uma propriedade de seu avô (Plaut., *Merc.*, v. 65-70). Aprender a família central da peça com a posse de terra, insere-os na lógica de camadas mais abastadas da República. Assim, vislumbramos a imagem de uma família “modelo”: o lar era comandado pelo *pater familias*, o patriarca que cuida de terras pertencentes à sua linhagem há gerações (DYSON, 2011, p. 431). Após a morte de seu avô, Carino conta que Demifão vendeu as terras e investiu em um barco, aspirando enriquecer ainda mais. Podemos vislumbrar a percepção da família aparecendo com sua função econômica acentuada. O aumento das riquezas da família, de fato, deu-se com a utilização da embarcação em comércios realizados nas águas afora. Portanto, ao invés do desgosto que estava causando para sua família, a vida como mercador era o que convinha para Carino (Plaut., *Merc.*, v. 75-80).

Chegamos, então, ao momento em que o caráter da sujeição filial é melhor contemplado:

Carino – Quanto a mim, quando percebi que era detestável para meu próprio pai, e que era motivo de repúdio para quem seria justo agradar, por mais louco de amores que estivesse, tomei uma resolução e declarei que iria partir em viagem como mercador, se assim meu pai desejasse: minha paixão seria colocada de lado se eu pudesse me submeter e agradar a ele (Plaut., *Merc.*, v. 79-83)⁵.

O valor da família ressoa na consciência de Carino. Pensando na figura do *pater*, o jovem busca meios de reparar seus erros, submetendo-se aos desejos de Demifão. O dever para com sua família e a prolongação da carreira do pai aparecem como elo familiar: surge um senso de débito para com o membro mais proeminente de seu lar, cuja existência sempre proveu apoio e suporte. Nesse sentido, acentuamos como os vínculos entre pais e filhos eram voltados para a temática da educação. Através da passagem transcrita, percebemos, conforme nos informou Dixon (1992, p. 131), a ideia de uma transmissão da moral. Pontuamos, também a noção da atuação dos descendentes em relação à memória da família. Os filhos homens, particularmente, desempenhavam um papel que resguardava a lembrança de seu pai. Portanto, no seio aristocrático, esperava-se que os filhos seguissem os passos de seus pais, sendo uma personificação direta do *pater* ao imitar seu exemplo (*exemplum*) (BAROIN, 2010, p. 48).

Terminando de narrar sua história, Carino nos informa acerca de como a situação atual fora instigada pelo seu encanto com Pasicompsa, uma prostituta que conheceu em sua viagem

⁵ Charinvs: ego mé ubi invisum meo patri esse intellego /atque odio me esse quoi placere aequom fuit, /amens amansque ut ánimum offirmo meum, /dico esse iturum me mercatum, si velit: /amorem missum facere me, dum illi obsequar (v. 79-83).

como mercador. Ao retornar para seu lar, o jovem trouxe consigo sua amada e ficou receoso quanto às reações de seu pai. Diante desse sentimento, seu escravo, Acântio, ajuda-o contando uma mentira para Demifão. Carino, preocupado, argumenta: “Penso que meu pai não acreditará, se eu disser que a comprei para minha mãe; além do mais, parece-me terrível contar uma mentira para meu próprio pai. Ele não vai acreditar [...]” (Plaut., *Merc.*, v. 207-211)⁶. Quando Carino fala em contar uma mentira para seu pai, sentimos, numa leitura parcial, uma postura de muito respeito para com o pater. No entanto, logo após, o que lhe parece mais urgente é a credibilidade da mentira. Sobretudo, é a paixão do jovem, característica de sua masculinidade, que aparece como estonteante. Assimilamos, sem tardar, uma subversão na ordem posto que, inebriado pela paixão, o jovem deixa de lado seus princípios e deveres para com sua família. Colocado de outra maneira, o comportamento do filho sinalizava as ambivalências entre o idealizado e o real.

Quando somos colocados em face aos pensamentos de Demifão, descobrimos que o *pater* estava perdidamente atraído por Pasicompsa, sem saber que ela é a amada de seu filho. Logo em seguida, seus devaneios são interrompidos com a entrada de Lisímaco, um amigo e vizinho, acompanhado por um escravo (Plaut., *Merc.*, v. 270-275). Lisímaco conversa com seu escravo sobre a castração de um bode. A temática soa como um agouro para Demifão e, diante da situação em que se encontra, ele comenta que “Assim como o bode, temo que minha esposa me castre.” (Plaut., *Merc.*, v. 276)⁷. A despeito da frase ter intenções de provocar o riso, somos colocados na presença de uma cena em que o temor da figura proeminente do lar é devido à sua esposa. A ação feminina consternadora é colocada por Plauto na autoridade da voz masculina.

Outra vez, vemos os valores familiares invertidos, uma vez que a lei romana colocava todos do lar submetidos ao poder (*potestas*) do pai. Além disso, as leis marcavam total controle da figura masculina sobre as mulheres (POMEROY, 1995, p. 150). Logicamente, a situação soa inconcebível e o exagero da frase realça seu sentido cômico, mas a própria escolha plautina pela fala já é de grande importância. Em outros termos, Plauto escolhe deixar um comentário degradante a respeito de um *pater familias*, quanto ao seu relacionamento com a esposa, ser proferido por ele próprio. Na fala seguinte, Lisímaco também demonstra a importância de seu cônjuge, insistindo para que seu escravo não se esquecesse de deixá-la a par de seus afazeres: “Avisar minha esposa que tenho negócios na cidade, para que não me espere; pois hoje julgarei

⁶ Charinvs: Quid faciam? credo, non credet pater, /si illam matri meae me emisse dicam; post autem mihi /scelus videtur, me parenti proloqui mendacium. /neque ille credet, neque credibile est forma eximia mulierem, /eam me emisse ancillam matri (v. 207-211).

⁷ Demipho: quasi hircum metuo ne uxor me castret mea (v. 276).

três casos. Vá e não se esqueça de dizer isso para ela.” (Plaut., *Merc.*, v. 280-283)⁸. A voz continua sendo masculina; contudo, mais uma vez, o comando não parece estar nas mãos de um *pater familias*.

O pai não sabe das intenções do filho e vice-versa. No entanto, o espectador já sabe que aquela mulher se tornou alvo de competição entre os dois. O desejo sexual fala mais alto perante o que desejam, caracterizando a disposição de comportamentos masculinos que colocam, de alguma forma, uma mulher no controle. Os dois começam a disputar Pasicompsa de maneira mais direta. Demifão, mesmo agindo de forma inadequada, espera que seu filho lhe obedeça e, por fim, determina o que seria feito. Carino acaba por obedecer a seu pai, marcando mais uma vez a atuação da sujeição filial.

A situação se desenrola de modo que, a pedido do amigo, Lisímaco cede um espaço para Pasicompsa em sua residência, uma vez que sua esposa, Doripa, estava no campo (Plaut., *Merc.*, v. 515-545). Isto é, a presença da cortesã é possível pela ausência de sua mulher no lar. Tal ação demonstra como Lisímaco se preocupava – seja de modo temeroso ou respeitoso – com Doripa. Além disso, a presença de Pasicompsa no lar de Demifão também não seria bem vista por sua esposa. Algumas das cenas seguintes reforçam essas concepções dos maridos para com suas respectivas esposas.

Na primeira delas, Demifão assume ter se corrompido e comprado Pasicompsa às escondidas. Em suas palavras, caberia aos jovens se preocupar com o que desejavam. Os velhos, por sua vez, já estando na idade mais avançada, deveriam se assentar no ócio (Plaut., *Merc.*, v. 550-555). O próprio personagem, portanto, comenta sobre sua condição ser contrária ao que era esperado. Logo, ele desvia do papel de *pater familias* responsável e preocupado com a imagem da família. Ainda que esteja em contradição com o que era esperado de sua idade e reputação, o breve monólogo do velho homem firma certas normas do gênero masculino. Melhor dizendo, Demifão, completamente seduzido, expressa comportamentos sexuais associados ao masculino quando confere tamanha importância ao prazer carnal que esperava conseguir com Pasicompsa. Ademais, a despeito de demonstrar certa inquietação com relação aos seus familiares, ele expressa um domínio sobre o filho e esposa. Depreendemos a característica dominante, de controle, como parte da imagem do *pater* e do padrão de gênero masculino (GOLDBERG, 2021, p. 58 apud EDWARDS, 1993, p. 12). Percebemos essa dominação, para além da sujeição filial, através das atitudes autodeterminadas que Demifão

⁸ Lysimachvs: uxori facito ut nunties, negotium /mihi esse in urbe, ne me exspectet; nam mihi /tris hodie litis iudicandas dicito. /ei, et hoc memento dicere (v. 280-283).

exibe no decorrer da peça. Por exemplo, por mais que fique apreensivo quanto a descobrirem sobre a prostituta, manifestando receios e não a colocando em sua casa, Demifão ainda realiza a compra e segue com o que desejava.

Logo em seguida, verifica-se outra situação de preocupação por parte de Lisímaco, o qual assevera Demifão a procurar um lugar para a cortesã ficar. Nesse instante, ele sentencia: “ela [Pasicompsa] não ficará em minha casa a não ser hoje. Tenho medo de que minha esposa encontre essa mulher aqui se voltar do campo amanhã.” (Plaut., *Merc.*, v. 586-587)⁹. Novamente, percebemos a preeminência das esposas, cuja caracterização nos reflete a respeitada figura da matrona romana. Ressaltamos novamente a ambivalência entre a lei e o cotidiano: bem como o comportamento do filho, vemos as realidades femininas variando, com mais de um tipo de papel tolerado pela sociedade romana. Afinal, os estudos privilegiavam a figura do *pater* no meio legal. Desse modo, menos atenção foi dada para a posição materna, de modo que, colocada abstratamente ao lado da figura paterna, acabou recebendo uma projeção dos estereótipos autoritários vinculados à ideia do *patria potestas* (DIXON, 2014, p. 43).

Doripa, finalmente, aparece em cena. A matrona, após saber que Lisímaco não iria até o campo, conta para o público que seguira seu instinto feminino, decidindo voltar para casa. Doripa encontra Sira, sua velha escrava, ao retornar para o lar. Observando o altar que estava na frente da casa de seu vizinho Demifão, a matrona pede para que Sira lhe dê o ramo de louro que tinha em mãos, visando prestar honras (Plaut., *Merc.*, v. 670-675). Doripa, então, manda a escrava entrar na residência. Em seguida, suplica para que Apolo “benévolo conceda teu favor, segurança e boa saúde para nossa família e, propício, poupe meu filho.” (Plaut., *Merc.*, v. 680-682)¹⁰. Os pedidos da matrona demonstram preocupação para com sua família. Tal atitude, também esperada por parte da figura do *pater familias*, aparece pela primeira vez de modo sincero. Antes, quando contemplamos Demifão prezar por sua família, entendemos as falas do homem como dissimuladas ao passo em que seriam um meio de conseguir a cortesã que tanto desejava. Enquanto a imagem do *pater familias* não corresponde ao que era esperado de sua posição, a figura da matrona condiz com as expectativas dispostas sobre a mãe. Doripa demonstra cuidado por sua família, abarcando os deveres de mãe e esposa em sinergia com a religião.

⁹ Lysimachus: metuo ego uxorem, cras si rure redierit /ne illam hic offendat (v. 586-587).

¹⁰ Dorippa: Apollo, quaeso te, ut des pacem propitius, /salutem et sanitatem nostrae familiae, /meoque ut parcas gnato pace propitius (v. 680-682).

A escrava Sira, ao descobrir a presença de Pasicompsa, conta para Doripa que havia encontrado uma prostituta dentro de sua casa. Ao ver sua esposa aproximando-se da residência, Lisímaco fica temeroso e, espreitando, escuta Doripa proferir:

Doripa: Nunca houve nem haverá uma mulher mais miserável do que eu, que me casei com tal homem! Ai, pobre de mim, pobre de mim! Eis aqui o marido ao qual você confia sua própria pessoa e as coisas que você tem. Eis aqui o marido ao qual entreguei tanto em dote, apenas para testemunhar essas coisas, para suportar esses insultos! (Plaut., *Merc.*, v. 702-706)¹¹.

Na fala transcrita, apreendemos significativos aspectos que envolvem a matrona romana, aqui representada por Doripa. Primeiramente podemos acentuar como Doripa não mede suas palavras para ofender o marido, após descobrir que Lisímaco colocara uma meretriz dentro de casa. Ao fazê-lo, também expõe ter consciência de sua condição e menciona o dote concedido no matrimônio. Nesse sentido, a matrona marca como levava seu casamento a sério, algo que não era retribuído por seu marido. Ademais, ela acabara de clamar no altar do vizinho, momento em que havia manifestado suas virtudes ao demonstrar preocupação com sua família. De certo modo, percebendo sua situação, a matrona profere palavras de autorrespeito. As cenas seguintes compreendem Doripa firmemente argumentando e questionando Lisímaco. O descontentamento da imponente figura da matrona é explícito. O seu marido continua acuado, balbuciando algumas falas enquanto mente sobre quem realmente era Pasicompsa (Plaut., *Merc.*, v. 720-740).

Após ser desrespeitada novamente, a matrona decreta: “Não vou suportar estar tão mal casada, tendo prostitutas trazidas para minha casa dessa maneira. Sira! Vá até meu pai e peça por mim para que venha até aqui, imediatamente, junto com você.” (Plaut., *Merc.*, v. 785-789)¹². Habitualmente concatenada com os homens que faziam parte da sua vida, a mulher romana sempre estava sob a custódia do *pater familias* – sendo ele seu pai ou seu marido. Tal questão nos situa para além da imagem de Doripa, demonstrando o cotidiano feminino em Roma afetado – principalmente – nas áreas legais de custódia, casamento e herança (PARKIN, 2011, p. 280).

¹¹ Dorippa: Miserior mulier me nec fiet, nec fuit, /tali viro quae nupserim. heu miserae mihi. /em quoi te et tua, quae tu habeas, commendes viro, /em quoi decem talenta dotis detuli, /haec ut viderem, ut ferrem has contumélias (v. 702-706).

¹² Dorippa: Non miror si quid damni facis aut flagiti. /nec pol ego patiar, sic me nuptam tam male /measque in aedis sic scorta obductarier. /Sira, i, rogato meum patrem verbis meis, /ut veniat ad me iam simul tecum (v. 785-789).

Não sabemos o tipo de matrimônio constituído entre Doripa e Lisímaco, todavia torna-se explícita a importância do pai da matrona. Na presença de seu marido, Doripa expõe a autoridade de seu pai como uma forma de resolução para sua condição no casamento. Assim, percebemos uma dependência do pai ser vista junto com a menção ao dote. Nesse sentido, mencionamos brevemente a questão do divórcio. Recorrendo à Dixon (2014, p. 41), voltamos para a ideia de que “a posição de respeito e autoridade da mãe romana emanava, em partes, do poder efetivo que dispunha sobre sua fortuna.” Na tendência padrão de casamento denominada *sine manu*, “a esposa permanecia sob o poder de seu próprio pai (se ele ainda estivesse vivo), e, apesar de seu casamento, ela não recaía sob o poder de seu marido.” (FRIER; MCGINN, 2004, p. 11). Assim, o divórcio poderia ser iniciado pelo pai da mulher se o matrimônio fosse de tal modo (FELTOVICH, 2015, p. 130). Com a eventualidade de um divórcio, o pai da matrona conseguiria reaver o valor do dote (KNAPP, 2013, p. 56). Portanto, ainda que a soberania sobre Doripa estivesse em um homem, apreendemos como ela desafia e exerce influência sobre seu marido, tentando proteger seus próprios interesses.

Em linhas gerais, somos capazes de inferir que a matrona agiu administrando suas relações de maneira favorável a si. Ou seja, numa sociedade em que o controle estava nas mãos dos homens, as mulheres lidavam com o que estava ao seu alcance para conseguir alguma proteção, manejando os limites de seus poderes e de suas influências. Doripa, nessa ótica, utilizou-se de outra figura masculina para deturpar o poder que outro tinha sobre ela. Como personagem enquadrada em categoria de menor prestígio social, suas ações e habilidades de persuasão constantemente atuam subvertendo as ordens vigentes. O discurso feminino, referindo-se, aqui, ao conteúdo e não ao estudo da linguagem, permite-nos um vislumbre de temáticas que eram do interesse feminino. Assim sendo, assimilamos noções “sobre os contextos, propósitos, objetivos e condições de vidas das mulheres, conforme refletidas na comédia romana.” (JAMES, 2015, p. 108).

Encaminhando-se para o final da peça, os padrões do gênero masculino, quanto aos mais novos e mais velhos, tornam-se ainda mais acentuados. Sustenta-se a paixão dos jovens, ao passo em que o comportamento dos velhos é condenado (Plaut., *Merc.*, v. 975-1050). Apreendemos a imagem do *pater familias* ficando ainda mais distorcida com Demifão pedindo a ajuda do filho de seu amigo, Eutico. Após o aparente arrependimento de Demifão, a peça é encerrada com um solilóquio direcionado à plateia:

Eutico: Eu proponho que, antes de ir, formulemos uma lei para os mais velhos, pela qual eles se abstenham e fiquem satisfeitos. Qualquer homem que, tendo atingido sessenta anos, casado ou, por Hércules, solteiro, envolva-se com

prostitutas, com ele nós agiremos dentro da lei: decidiremos que ele é incapaz [...] Daqui em diante, ninguém deve impedir seu jovem filho de amar e ter amantes, desde que o faça dentro dos limites. [...] Além disso, os velhos estão sujeitos a essa lei a partir desta noite. (Plaut., *Merc.*, v. 1020-1030)¹³.

A fragilidade moral do *pater familias* é colocada em destaque, de modo a permitir que a audiência zombe da situação com a finalização da peça em tom jocoso. A fala de Eutico também alicerça nossa interpretação de críticas a Demifão. O pai da família é ridicularizado e suas esperanças de manter relações sexuais extraconjugais terminam punidas através da advertência de Eutico. As realidades sociais encenadas na peça *O Mercador* demonstram uma fraqueza moral dos homens, os quais são repetidamente colocados abaixo da ordem a qual pertenciam no âmbito de Roma. Para tal, Plauto faz o uso da hierarquia familiar, empregando mulheres e filhos como ativamente críticos a percepções que reverberam na sociedade República Romana. A peça plautina é encerrada acentuando a forma como subalternos atuam na transgressão das normas familiares de Roma.

Considerações finais

Plauto, de várias maneiras, subverte a ordem de Roma em suas obras. Aqui, destacamos o uso do meio familiar para tal. O corpo do texto plautino, portanto, pode ser percebido com constantes juízos de valor que reverberam no cenário de Roma. Ainda que as personagens plautinas não sejam reais, elas são moldadas a partir de pessoas da época de Plauto. Projetando parte do social romano em traços teatrais, a própria escolha do que era incluso no argumento do espetáculo era, por si só, aspecto significativo. Assim, conseguimos assinalar o feminino e o masculino correspondendo aos papéis atribuídos às mulheres e aos homens da República Romana. Permeado por uma variedade de possibilidades, o cotidiano complicado da cena familiar pode sugerir que as vivências “em família devem ser vistas como associadas a um sistema de representações que normalizam os papéis de gênero, por exemplo, através da produção da imagem associada ao casal.” (LAURENCE, 2012, p. 6).

A partir das peças de Plauto podemos, portanto, ir além dos panoramas legais, absorvendo amplas informações sobre o contraste entre as leis e as caracterizações feitas para os palcos. Nesse sentido, traçamos limites nítidos entre o cotidiano no lar e a construção pautada

¹³ Evtichvs: Immo dicamus senibus legem censeo, /prius quam abeamus, qua se lege teneant contentique sint. /annos gnatus sexaginta quí erit, si quem scibimus /si maritum sive hercle adeo caelibem scortarier, /cúm eo nos hac lege agemus: inscitum arbitrabimur, /et per nos quidem hercle egebit qui suom prodegerit. /neu quisquam posthac prohibeto ádulescentem filium /quin amet et scortum ducat, quod bono fiat modo; /siquis prohibuerit, plus perdet clam quasi praehibuerit palam. /haec adeó ut ex hac nocte primum lex teneat senes. /bene valet; atque, adulescentes, haec si vobis lex placet, /ob senum hercle industriam vos aequom est clare plaudere (v. 1020-1030).

na assimetria das relações de poder. As categorias e os conceitos romanos, enfatizando a lei e os elos de autoridade, parecem não harmonizar com as realidades do dia a dia no convívio do lar (HÖLKESKAMP, 2010, p. 135). Em conclusão, perceber a família romana como organização social, em suas individualidades ou coletividades, perpassa uma série de estereótipos engendrados na mentalidade e no direito de Roma.

Fontes utilizadas

PLAUTUS. **The Merchant. The Braggart Warrior. The Haunted House. The Persian.** With and english translation by Paul Nixon. Cambridge: Harvard University Press, v. 3, 1924. (Loeb Classical Library, 163).

Referências

ARÊAS, Vilma. **Iniciação à Comédia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BAROIN, Catherine. Remembering one's Ancestors, following in their Footsteps, being like them: The Role and Forms of Family Memory in the Building of Identity. In: DASEN, Véronique; SPÄTH, Thomas (eds.). **Children, Memory, and Family Identity in Roman Culture.** New York: Oxford University Press, 2010. p. 19-48.

CONTE, Gian Biagio. Part One: The Early and Middle Republics. In: CONTE, Gian Biagio. **Latin Literature: a History.** London: The Johns Hopkins Press Ltd., 1987, p. 13-132.

CORREIA, Damares Barbosa. **O Mercador de Plauto:** estudo e tradução. Dissertação (Mestrado em Letras Clássicas e Vernáculas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIXON, Suzanne. **The Roman Family.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.

DIXON, Suzanne. **The Roman Mother.** New York: Routledge, 2014.

DUTSCH, Dorota; JAMES, Sharon L.; KONSTAN, David. Introduction. In: DUTSCH, Dorota; JAMES, Sharon L.; KONSTAN, David (eds.). **Women in Roman Republican Drama.** Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2015. p. 3-13.

DYSON, Stephen L. The Family and the Roman Countryside. In: RAWSON, Beryl (ed.). **A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds.** Hoboken: Blackwell Publishing Ltd, 2011, p. 431-444.

FELTOVICH, Anne. The Many Shapes of Sisterhood in Roman Comedy. In: DUTSCH, Dorota; JAMES, Sharon L.; KONSTAN, David (eds.). **Women in Roman Republican Drama.** Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2015. p. 128-154.

FLOWER, Harriet I. **Roman Republics.** New Jersey: Princeton University Press, 2010.

FRIER, Bruce W.; MCGINN, Thomas A.J. **A Casebook on Roman Family Law.** New York: Oxford University Press, 2004.

GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. Family and household. In: GARNSEY, Peter; SALLER, Richard. **The Roman Empire: Economy, Society and Culture.** 2 ed. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2014. p. 151-171.

- GEORGE, Michele. Introduction. In: GEORGE, Michele (ed.). **The Roman Family in the Empire: Rome, Italy, and Beyond**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 1-8.
- GOLDBERG, Charles. The old boys' club in the Middle Republic. In: GOLDBERG, Charles. **Roman Masculinity and Politics from Republic to Empire**. London and New York: Routledge, 2021. p. 35-66.
- GRIMAL, Pierre. **O Teatro Antigo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- HÖLKESKAMP, Karl-J. 5: Under Roman Roofs: Family, House, and Household. In: FLOWER, Harriet I. (ed.). **The Cambridge Companion to the Roman Republic**. Cambridge: University Press, 2010. p. 113-138.
- HUEBNER, Sabine R. Household Composition in the Ancient Mediterranean – What Do We Really Know? In: RAWSON, Beryl (ed.). **A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds**. Hoboken: Blackwell Publishing Ltd, 2011. p. 73-91.
- HUNTER, Richard Lawrence. **A Comédia Nova da Grécia e de Roma**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.
- JAMES, Sharon L. *Mater, Oratio, Filia*: Listening to Mothers in Roman Comedy. In: DUTSCH, Dorota; JAMES, Sharon L.; KONSTAN, David (eds.). **Women in Roman Republican Drama**. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2015. p. 108-127.
- KNAPP, Robert C. Lives of Their Own: Ordinary Women. In: KNAPP, Robert C. **Invisible Romans: Prostitutes, outlaws, slaves, gladiators, ordinary men and women... the Romans that history forgot**. Great Britain: Profile Books Ltd, 2013. p. 50-85.
- LAURENCE, Ray. Introduction: From *Oikos* to *Familia*: Looking Forward? In: LAURENCE, Ray; STRÖMBERG, Agneta (eds.). **Families in the Greco-Roman World**. London: Continuum International Publishing Group, 2012. p. 1-7.
- MARTIN, Thomas R. **Ancient Rome: From Romulus to Justinian**. New Haven: Yale University Press, 2012.
- PANAYOTAKIS, Costas. Comedy, Atellane Farce and Mime. In: HARRISON, S. (ed.). **A Companion to Latin Literature**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2005. p. 130-147.
- PARKIN, Tim. The Roman Life Course and the Family. In: RAWSON, Beryl (ed.). **A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds**. Hoboken: Blackwell Publishing Ltd, 2011. p. 276-290.
- POMEROY, Sarah B. **Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity**. 2. ed. New York: Schocken, 1995.
- RAWSON, Beryl. Introduction: Families in the Greek and Roman Worlds. In: RAWSON, Beryl (ed.). **A Companion to Families in the Greek and Roman Worlds**. Hoboken: Blackwell Publishing Ltd, 2011. p. 1-11.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 2018.
- VON ALBRECHT, Michael. First Chapter: Conditions of the Rise of Roman Literature. In: VON ALBRECHT, Michael. **A History of Roman Literature**. Leiden: E. J. Brill, 1997, p. 5-48.

(Re)pensando as mulheres na História a partir da literatura medieval: As representações das rainhas da Antiguidade sob o olhar de Christine de Pizan em *A Cidade das Damas* (1405)

(Re)thinking women in History from medieval literature: Representations of the Queens of Antiquity under the gaze of Christine de Pizan in “The Book of the City of Ladies” (1405)

Joseane Passos Ferreira¹, UFRRJ

Resumo

Christine de Pizan (1364-1429) é uma das primeiras mulheres a viver de seus escritos. Dentre eles, a obra *A Cidade das Damas* (1405) é uma grande referência. Nesta Pizan constrói uma alegoria no formato de cidade-refúgio, fazendo uso da história de grandes mulheres. Ao longo da obra, a escritora faz uso das representações de rainhas e imperatrizes lendárias da Antiguidade. O presente artigo propõe uma reflexão sobre esses usos e escolhas por Pizan. Fazendo uso do conceito de *queenship*, em paralelo com o Gênero, analisamos as características e funções que a escritora medieval atribui a elas. Também utilizamos da História Global para questionar os limites e conexões entre medieval e Antiguidade. Visamos observar como as rainhas e imperatrizes da Antiguidade, citadas, trazem uma nova perspectiva de agência feminina para pensarmos a História.

Palavras-chave: Christine de Pizan; *Queenship*; Relações de Poder; Autoridade Feminina.

Abstract

Christine de Pizan (1364-1429) is one of the first women to live from her writings. Among his writings, the work *The Book of the City of Ladies* (1405) is a great reference. In this, Pizan builds an allegory in the form of a city-refuge, making use of the story of great women. Throughout the work, the writer makes use of the representations of queens and legendary empresses of Antiquity. This article proposes a reflection on these uses and choices by Pizan. Making use of the concept of *queenship*, in parallel with Gender, we analyze the characteristics and functions that the medieval writer attributes to these women. We also use Global History to question the limits and connections between medieval and Antiquity. We aim to observe how the queens and empresses of Antiquity, mentioned, bring a new perspective of female agency to think about History.

Keywords: Christine de Pizan; *Queenship*; Power Relations; Female Authority.

Introdução

Como aponta Michelle Perrot (2005, p. 7-12), a historiografia, por muito tempo, silenciou as mulheres, destinando-as ao espaço privado e criando um imaginário de apagamento da sua participação em diversas esferas. Isto perdurou por muito tempo no ambiente acadêmico, com ênfase nos campos da História Antiga e Medieval – os pesquisadores detinham uma

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: jferreira1_@hotmail.com

perspectiva eurocêntrica, suas temáticas não visavam os grupos e espaços marginalizados. Partimos da premissa de que a História se molda a partir das necessidades do tempo presente. E foi motivada pelas mudanças estruturais da sociedade do século XX que a historiografia agregou novas formas de compreender a História. Essas conduziram pesquisadores a novas problemáticas, metodologias e conceitos, os quais compõem e revolucionam o ofício do historiador de todas as áreas, todos os dias.

Neste artigo, propomos uma interseção entre os campos da História Antiga e Medieval, por isso, consideramos prudente contextualizar o momento em que a academia abriu espaço para o resgate da participação feminina na História. As primeiras grandes pesquisas surgem através da corrente História das Mulheres, a partir da década de 1960, motivada pelos os movimentos feministas em ascensão (SOIHET, 1997, p. 399-401). Porém, Susan Mosher Stuard (1992, p. 136-140) observa que na área de Estudos Medievais, grandes medievalistas lutaram por esse resgate antes mesmo da ascensão do campo de estudos, ainda no início do XX.² Em História Antiga, observamos o mesmo, entretanto, com um impulso dado pelos historiadores homens, que trazem esses novos debates.³ Como na obra *The Women of the Caesars* (1911) de Guglielmo Ferrero, este porém, traz um discurso masculinizado e uma visão misógina dessa participação, fazendo uso de fontes masculinas para reiterar uma visão deturpada da participação feminina (AZEVEDO *et al*; 2019, p. 275). Esses primeiros passos de resgate dos papéis ativos das mulheres se deram de formas diferentes nos campos supracitados, concluímos, então, que o caminho de resgate destas na História foi longo e tortuoso. Os exemplos citados colocam-se como primeiros impulsos em suas áreas, empreendendo erros e acertos. Os estudos revisionistas e com novas propostas intensificam-se apenas na década de

² Alguns grandes nomes e trabalhos pioneiros que marcam o campo publicando sobre a participação feminina no medievo, como: Annie Abram, *Women Traders in Medieval London*, *The Economic Journal*, v. 26, 1916, p. 276–85; Marian Dale, *The London Silkworkers of the Fifteenth century*, *The Economic History Review*, v. 4, 1933, p. 324–35.; Sylvia L. Thrupp, *The Merchant Class of Medieval London, 1300-1500*, Chicago: U. of Chicago Press, 1948; Betty Bandel, *The English Chroniclers' Attitude Toward Women*, *Journal of the History of Ideas*, v. 16, 1955, p. 113-118.; Eileen Power, *Medieval Women*, Cambridge: U. of Cambridge Press, 1975. Nellie Neilson e Bertha Putnam também foram fundamentais nessa geração medievalista, ver: Hastings, M.; Kimball, E. . Two Distinguished Medievalists - Nellie Neilson and Bertha Putnam. *Journal of British Studies*, v. 18, 1979, p. 142–59.

³ Os primeiros trabalhos no campo da História Antiga datam do final do século XIX e não detêm rigor acadêmico, como: Mary Hays, *Memoirs of Illustrious and Celebrated Women, of all ages and countries*. V. VI. Londres: Richard Phillips, 1803; Matilda Betham, *A Biographical Dictionary of the celebrated women of every age and country*. Londres: B. Crosby and CO, 1804; Sarah Josepha Hale. *Sketches of all distinguished women from the beginning till A.D. 1850*. New York: Harper and Brothers Publishers, 1853. A partir da década de 70, novos impulsos e trabalhos mais especializados surgem, como o de Sarah Pomeroy, *Goddesses, Whores, Wives, and Slaves: Women in Classical Antiquity*. New York: Schocken Books, 1975. Homens contribuíram significativamente para o campo, como: J. P. Sullivan (ed.), *Women in Antiquity. Special issue of Arethusa*, v. 6, 1973. Kenneth J. Dover, *Greek Homosexuality*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1978.

1990, com a emergência dos Estudos de Gênero. Este propõe não apenas a reinterpretação de antigos temas, mas principalmente, conduzir os historiadores a adotarem novas abordagens sobre como compreender o masculino em paralelo com o feminino na História. Hoje, tanto a área de Antiga como de Medieval concentram-se em reinterpretações voltadas não apenas às mulheres, mas também a outros grupos e áreas geográficas que até então eram marginalizados pela academia.

O presente artigo tem como objetivo primordial inserir-se neste debate acerca do papel feminino ao longo da História. Concentramo-nos na escritora medieval Christine de Pizan, repensando uma de suas maiores obras, *A Cidade das Damas*, e como as rainhas e imperatrizes da Antiguidade são representadas nesta. A análise, portanto, propõe um diálogo entre o Gênero e a História Global, refletindo então, sobre os usos da figura feminina na obra e como Pizan não se deteve em selecionar apenas exemplos de mulheres ocidentais. Em síntese, rompendo, de certo modo, com uma barreira espacial entre Ocidente e Oriente, isso enquanto escreve no século XV – perspectiva que a historiografia demorou para executar.

Para tanto, dividimos o artigo em quatro partes. Na primeira, contextualizamos e resgatamos a escritora Christine de Pizan, sinalizando importantes aspectos de sua trajetória no campo das letras. Na segunda, apresentamos a obra *A Cidade das Damas* (1405), assim como as conexões com o movimento humanista – de resgate a uma suposta glória da Antiguidade. Na terceira, realizamos uma breve explanação sobre os conceitos e linhas teóricas que seguimos. E por fim, realizamos uma reinterpretação da obra, fazendo uso do conceito de *queenship* para compreender as representações do conjunto de mulheres citadas e o quanto essas rompem com a construção social que temos sobre a agência feminina na Antiguidade – neste caso, a falta dessa agência.

Quem foi Christine de Pizan?

Christine de Pizan vem de uma família de origem italiana e provavelmente nasceu em Veneza, por volta de 1364 (WILLARD, 1984, p. 16). Ainda em sua infância, a família Pizan muda-se para Paris, onde o pai – Thomas de Pizan⁴ – é convidado pelo rei Carlos V (1338-1380) para residir e ser o astrônomo da corte. A infância de Christine neste ambiente cortesão é marcada por um grande enriquecimento e trocas culturais, onde sua educação floresce seguindo os moldes da nobreza francesa.

⁴ Na grafia italiana o nome do pai da escritora é Tomasso di Benvenuto Pisano. Para nos referirmos a Christine neste artigo, faremos uso da grafia em português, a qual aparece tanto como Christine de Pizan – adaptada do francês e inglês –, como Cristina de Pisano – mais utilizado em Portugal.

Ao longo de algumas obras, Christine reafirma aspectos educacionais e de sua biografia,⁵ para que o leitor a conheça e não perca de vista informações que ressaltam sempre a sua autoria, como nesta passagem em *A Cidade das Damas*⁶:

Ele [seu pai] se alegrava, ao contrário, sabes bem, em ver teu dom para as Letras. A opinião feminina de tua mãe, que queria te ver ocupada com agulha e linha, a atividade costumeira para as mulheres, durante tua infância foi, o obstáculo maior aos teus estudos e ao aprofundamento de teu saber científico. (PIZAN, 2012, p. 226-227).

Aqui, observamos que a escritora se propõe a relatar que foi por intervenção de seu pai que foi educada com tanto vigor, e que este lhe apresentou aos estudos dos clássicos, guiando-a em seu letramento. Curioso observar a resistência de sua mãe, a qual, compreendia que Christine deveria se dedicar aos afazeres domésticos. Tal resistência era comum, devemos recordar que a escritora estava inserida em uma sociedade patriarcal, onde a mulher deveria deter o conhecimento do lar. E com o apoio do pai, Pizan rompe com essa cultura, indo além do parâmetro feminino de conhecimento. Apesar de não advir de linhagem nobre em títulos, faz-se necessário ressaltar que a escritora tinha privilégios, e que sua educação foi um deles. Assim, subverte as expectativas geradas pela mãe ao dedicar-se às oportunidades educacionais e alcançar um objetivo profissional, ainda que, inserida em uma sociedade marcada pelas assimetrias entre os gêneros. Christine de Pizan foge do papel social destinado a ela, uma mulher da esfera privada, a qual, deveria permanecer intacta nela. Pelo contrário, apresenta-se como exemplo de intelectualidade no período, rompendo com o estigma de que a mulher medieval não era letrada ou não participava ativamente dos espaços públicos.

Por volta de seus quinze anos, Christine foi apresentada ao jovem Étienne Castel, secretário real da corte do rei Carlos V, com quem se casa e continua sendo incentivada a seguir com seus estudos. A carreira de Pizan como escritora profissional tem seu impulso de forma trágica. A partir da morte do pai e, em seguida, do marido – devido a uma epidemia em Beauvais durante uma viagem real (WILLARD, 1984, p. 39), depara-se com a condição de viúva. Tendo filhos pequenos e sua mãe para cuidar, Christine torna-se a chefe da família, assumindo alguns dos problemas financeiros deixados pelo pai e cônjuge, e a posição de autoridade dentro de seu lar. Para conseguir sustentá-los, Pizan opta por profissionalizar sua escrita (MARGOLIS, 1968, p. 362), demonstrando, assim, uma subversão ao papel esperado de uma viúva no medievo –

⁵ Em obras como *Les cent ballades* (1399), *La mutacion de Fortune* (1403), *Les fais et bonnes meurs du sage roy Charles V* (1404) e *L'Avison Christine* (1405) é possível resgatar esses resquícios de sua biografia.

⁶ A versão da fonte que foi utilizada para o estudo, e citada aqui, é a traduzida para o português (Brasil) por Luciana E. de F. Calado Deplagne, publicada em 2012 pela Editora Mulheres.

que seria casar-se novamente. Paulatinamente Christine constrói sua carreira – mantendo seu nome de solteira –, iniciando oficialmente em 1399 com a propagação das obras de caráter lírico *Livre des cent balades* e *Épître au Dieu d’amour*. Em 1401 adentra ao *Debate do Romance da Rosa* – ou *Querelle de la Rose* – a fim de realizar uma defesa do sexo feminino, impondo-se contra as obras de cunho misógino, em especial o *Romance da Rosa*. Escrita no século XIII por Guilherme de Lorris e Jean de Meung respectivamente, em intervalos de tempo de quarentas anos. As duas partes da alegoria são completamente opostas, e Christine se coloca contra parte escrita por Meung. Esta querela foi fundamental para a perpetuação de sua autoridade como uma profissional das letras.⁷ Propagando seu nome como um marco da literatura medieval e da escrita feminina, propiciando a ela, esboçar uma longa lista de gêneros literários e diversas temáticas ao longo da carreira.⁸

Influências renascentistas e *A Cidade das Damas* (1405)

A partir da leitura das obras de Pizan podemos perceber a influência dos clássicos humanistas que a escritora vinha estudando desde a infância com o pai e depois com o marido. Há, por exemplo, o uso recorrente de Boécio, Santo Agostinho, Aristóteles, Cícero dentre outros. Pizan também realizou pontes com nomes do humanismo italiano contemporâneo a ela, como Dante Alighieri, Francesco Petrarca e Giovanni Boccaccio (LEITE, 2008, p. 119). O diferencial da escritora consiste não apenas no diálogo com os clássicos, como também em opor-se a eles, como o fez em o *Debate do Romance da Rosa*. Em estudo recente, Ana Rieger Schmidt (2021, p. 258) também aponta que Christine faz referências a humanistas ligados aos círculos de *cour amoureuse* francês,⁹ como Eustache Deschamps, Guillaume de Tignoville, *etc.* Isso demonstra a erudição da escritora, além de corroborar com a hipótese de que ela estava inserida nessa cultura humanista emergente na Europa, em especial na região francesa, entre os séculos XIV e XV. O uso da cultura greco-romana é uma artifício fundamental em suas reflexões. Apesar de não seguir à risca os moldes universitários empregados pelos grupos humanistas emergente, as conexões que Pizan realizou da cultura em formação eram perceptíveis e devem ser valorizadas em sua escrita.

⁷ Para compreender melhor como se perpetuou a autoridade intelectual de Pizan a partir da *Querelle*, ver: FERREIRA; SILVA, 2022.

⁸ Para conhecer todas as obras de Pizan, em formato alfabético, ver: TARNOWSKI, 2018, p. 8-15.

⁹ Como sintetiza Schmidt, *cour amoureuse* é um dos círculos literários emergentes em Paris na virada do século XIV, este foi criado pelo rei Carlos VI e seu objetivo era reunir grandes homens das letras – laicos ou não – para debater as temáticas do amor cortês e cavaleirismo (SCHMIDT, 2021, p. 250).

Dentre sua extensa lista de obras, localizamos *A Cidade das Damas* (1405). Em síntese, uma alegoria narrativa, onde Christine constrói uma cidade-refúgio. Seu objetivo consiste no bem-estar feminino, sendo este um espaço idealizado para que as mulheres possam viver seguras e desenvolver-se intelectualmente, fugindo da sociedade misógina e patriarcal que as cercavam. A alegoria consiste não apenas na construção metafórica da cidade – onde faz uso da história de conjuntos de grandes mulheres da Antiguidade, santas e nobres contemporâneas a ela –, mas também na evocação das três damas celestiais que guiam a construção da cidade, sendo elas: Razão, Justiça e Retidão (PINTAR, 2021, p. 32). Ao todo, a obra compreende três livros onde cada dama auxilia em uma etapa, indo da sedimentação dos alicerces da cidade ao povoamento da mesma. Os materiais que compõem esse refúgio são justamente as histórias dessas mulheres, onde Christine – através das damas – ressalta as virtudes das selecionadas. Dentre as mulheres da Antiguidade que aparecem podemos destacar: a filósofa Safo, exaltada pela sua inteligência; Agripina, por sua fidelidade ao marido; as Amazonas pela destreza com as armas e muitas outras. Apesar de escrever no baixo medievo, o resgate que Christine empreende dessas mulheres lendárias auxilia na sedimentação de um novo modelo de representação feminina.

Susan Groag Bell (1976, p. 174) observa que os humanistas italianos recorriam às mulheres da Antiguidade – em especial às gregas e romanas – pois enxergavam nelas uma virtuosidade passiva. Assim, Bell entende que o objetivo desses autores era que a mulher medieval permanecesse nesta esfera de neutralidade perante a sociedade. Mesmo fazendo uso recorrente de autores humanistas nesta e outras obras – em especial Boccaccio e Virgílio –, Luciana Deplagne (2013, p. 125) compreende que Christine foge da narrativa de inferioridade empregada por esses autores. A escritora reverte a representação dessas mulheres ao longo da construção de sua narrativa e, aqui, pretendemos analisar como ela o faz com as rainhas e imperatrizes da Antiguidade, ressaltando suas características e virtudes sob uma nova percepção.

Entre conexões e diálogos: Gênero, *Queenship* e História Global

O campo Estudos de Gênero emergente na década de 1980 deriva-se da História das Mulheres, trazendo uma base teórica mais sedimentada e o Gênero como uma categoria analítica. Esta, primeiramente, propõe ao historiador uma nova perspectiva para compreender as relações entre o feminino e masculino. Ou seja, ao fazermos uso da categoria, estamos nos propondo a refletir sobre os processos e agências históricas entre ambos os sexos (SCOTT,

1995, p. 85). Entendemos, assim, que o homem não está isolado na História, há mulheres que participaram dos processos históricos, e que, ambos atuam em conjunto na sociedade. Pensando em sua aplicação nos Estudos Medievais, Andréia Frazão da Silva (2019) entende essa abordagem como uma articulação favorável, pois a categoria auxilia “na identificação de contradições, assimetrias e hierarquias” (SILVA, 2019, p. 14) no período. Portanto, o Gênero permite ao historiador ter uma visão mais dinâmica da História e seus atores sociais, em especial, do medievo.

Para realizarmos a análise aqui proposta, fez-se necessário criar uma ponte, combinando o Gênero com outro conceito específico para refletir especificamente sobre as rainhas: o *queenship*. O termo surge no mesmo período que o Gênero e, como aponta Teresa Earenfight (2017, p. 3), não é simples definir o que é *queenship*. Sendo o próprio termo compreendido tanto como campo de estudo, quanto como conceito metodológico. No geral, a proposta de utilizá-lo como conceito concentra-se em repensar a participação das rainhas na História, resgatando os papéis e funções a elas atribuídos. Compreendendo, dessa forma, que elas detinham autoridade e poder em sua sociedade, algo que foi, por vezes, mascarado pelas fontes oficiais ou simplesmente esquecido pela historiografia. Porém, os estudos vão muito além desta proposta inicial, isto porque as rainhas detêm diferentes formas de influência dependendo da cultura e período em que estão inseridas. Registros comprovam houveram rainhas no medievo que atuaram como pacificadoras, outras consortes e até mesmo regentes. Isto evidencia, a fluidez dos papéis protagonizados por mulheres como detentoras de autoridade.

Partindo dessa fluidez, o uso da História Global neste trabalho advém dessa proposta de quebrar com a visão eurocêntrica, e por vezes, fechada entre os estudos de Antiga e Medieval. Nessa busca de renovação geral, ambas áreas encontraram na História Global um caminho novo, com intrigantes possibilidades para os problemas de estagnação da historiografia (MORALES; SILVA, 2020, p. 141-142). Em síntese, a perspectiva Global questiona diretamente a historiografia tradicional, repensando as conexões entre sujeitos. Especialmente no que concerne a geografia e temporalidades cronológicas da História. Dos cuidados metodológicos que Marcelo Cândido da Silva (2020, p. 15) salienta ao se trabalhar com um período prévio à Globalização, a atenção volta-se não apenas para os espaços de conexão entre Eurásia e África, mas principalmente, para os grupos sociais que alcança. Partindo desta união teórica, buscaremos demonstrar que Christine de Pizan enxergava características de poder e subversão de papéis de conduta feminino nas rainhas da Antiguidade que citou na obra aqui

analisada. Para além disso, a escritora não se concentrou exclusivamente em colecionar exemplos no Ocidente, trazendo uma gama de conexões geográficas que pretendemos sinalizar.

As rainhas da Antiguidade sob a perspectiva do *Queenship*

Como já colocado, em *A Cidade das Damas*, Pizan faz uso da história de mais de cem grandes mulheres para a construção da cidade. Através da metáfora, a escritora brinca e resgata diferentes grupos de mulheres, como lendárias damas da Antiguidade, outras são nobres contemporâneas, e até mesmo santas. Christine remodela a história dessas mulheres, utilizando exemplos baseados nos clássicos humanistas, porém rompe com a passividade ou inferioridade que alguns escritores esboçavam nessas mulheres – o próprio Boccaccio é um exemplo, sua perspectiva dessas mulheres é diferente de Pizan.¹⁰ Assim, a escritora constrói uma genealogia feminina que se encaixa perfeitamente no objetivo da obra: demonstrar que as mulheres são virtuosas e dotadas de inteligência, tal como os homens.

Ao longo do texto, faz uso de um conjunto de notáveis rainhas e imperatrizes¹¹, mesclando características femininas com masculinas, criando, então, uma nova representação de algumas dessas mulheres. No Quadro I, mapeamos esse conjunto de rainhas na obra, ressaltando pontos para discussão:

Quadro I – Levantamento das rainhas e imperatrizes da Antiguidade na obra, ressaltando suas características e continente geográfico

Rainhas e Imperatrizes	Características representativas	Localidade geográfica
Imperatriz Nicole	Boa governante; inteligente; casta;	África
Rainha Semíramis	Boa governante; inteligente; guerreira;	Ásia
Rainhas Marpasia e Lampedo; Sinoppe; Tomíris; Oritia; Antiope; Pentesileia (Amazonas)	Boas governantes; inteligentes; guerreiras;	Europa
Rainha Écuba	Boa governante; inteligente; maternal;	Ásia
Rainha Zenóbia	Boa governante; inteligente; guerreira; casta;	Ásia
Rainha Artemísia	Boa governante; inteligente; guerreira; devotada ao marido;	Ásia
Rainha Berenice	Boa governante; inteligente; maternal; guerreira;	Ásia

¹⁰ Em artigo anteriormente citado, Luciana Deplagne realiza uma análise comparativa entre a obra de Pizan, aqui estudada e de Boccaccio. Comparando como ambos tratam das guerreiras Amazonas em seus respectivos trabalhos, ver: DEPLAGNE, 2013, p. 115-136.

¹¹ Reiteramos que, o *queenship* é um conceito fluido. Assim, é possível consideramos as imperatrizes neste estudo, pois, em determinadas sociedades elas detêm poder e autoridade, tal como as rainhas. Nesta obra, Pizan atribui às imperatrizes citadas características de poder que consideramos plausíveis de análise.

Rainha Circe	Inteligente;	Europa
Rainha Ceres	Inteligente;	Europa
Rainha Ísis	Boa governante; inteligente;	Europa
Rainha Gaia Cecília	Boa governante; inteligente; devotada ao marido;	Europa
Rainha Dido	Boa governante; inteligente; devotada ao marido;	África
Rainha Opis	Inteligente; maternal;	Europa
Rainha Lavínia	Boa governante; inteligente; maternal;	Europa
Rainha de Sabá	Inteligente; profetiza;	Entre Ásia e África
Rainha Cassandra	Inteligente; profetiza;	Ásia
Imperatriz Antônia	Inteligente; profetiza;	Ásia
Rainha Dripertua	Boa governante; devotada ao pai;	Ásia
Rainha Isifile	Boa governante; inteligente; devotada ao pai;	Europa
Rainha Hipsicrate	Devotada ao marido; guerreira;	Ásia
Imperatriz Triária	Devotada ao marido; guerreira;	Europa
Rainha Esther	Inteligente; religiosa;	Ásia
Rainha Mariana	Casta;	Ásia
Rainha dos Gálatas	Casta; inteligente; guerreira;	Europa
Imperatriz Florença	Inteligente; devotada ao marido;	Europa
Rainha Jocasta	Maternal;	Europa
Rainha Helena (de Esparta)	Bonita;	Europa
Rainha Helena	Boa governante; religiosa;	Ásia

Fonte: quadro produzido pela autoria, analisando a obra *A Cidade das Damas* (1405).

Em boa parte dessas representações, Pizan apresenta essas mulheres como boas governantes, castas, devotadas à família e religiosas. Essas quatro características induzem à construção de um modelo de virtuosidade e feminilidade, o qual, Christine entendia que as mulheres precisavam seguir para tornarem-se valorosas perante a sociedade do baixo medievo. Entretanto, observamos que, aspectos como inteligência e espírito de guerreira chamam a atenção ao longo da obra por serem esses termos, no medievo, muitas vezes, utilizados para se referirem à conduta masculina. Por vezes, a história dessas rainhas aparecia em contraposição a grandes feitos masculinos, a fim de ressaltar uma nova perspectiva da conduta feminina. Como no caso da imperatriz Nicole, no livro, Christine cita as Sagradas Escrituras como fonte, pontuando que Nicole era herdeira de faraós e, que esta governou os reinos da Arábia, Etiópia e Egito – logo, uma grande extensão territorial, compreendendo parte dos continentes africano e asiático:

[...] diga-me se já existiu algum rei de saber maior, em matéria de ordem pública, de governo, de justiça, e mesmo em matéria de viver suntuosamente [...] Essa dama foi quem primeiro instaurou, em seu reino, a lei e a ordem públicas, destruindo e colocando fim nas maneiras de viver grosseiras [...] ela governava com prudência exemplar (PIZAN, 2012, p. 92-93).

Observamos que a boa governança feminina para Christine, está diretamente alinhada a leis e ordem pública. Tanto na Antiguidade, quanto no medievo, são os homens quem promulgam leis, sendo assim, uma característica relativa à masculinidade. Aqui, Pizan rompe com essa ideia, demonstrando que Nicole deve ser reverenciada por estar inserida dentro deste modelo de feminilidade e ao mesmo tempo, ser capaz de organizar o aparato jurídico do seu reino. A racionalidade da imperatriz está diretamente relacionada ao seu dom de boa governança, o que também corrobora com um dos objetivos de Pizan – reafirmar a mulher como um ser dotado de inteligência, tão capaz quanto o homem.

Outro caso que podemos citar como exemplo que corrobora esta hipótese é o da rainha Berenice da Capadócia. Esta, além de estar inserida dentro do modelo de conduta feminina que Pizan preza, também é colocada como maternal e guerreira. Em sua história, a rainha encontra-se viúva e seu cunhado declara guerra contra o reino, questionando o trono governado por ela, e subsequente, a sucessão de seus filhos. Durante a batalha, o tio mata dois filhos de Berenice e tal ato desperta o lado maternal e guerreiro da rainha:

Berenice sentiu tanta dor que sua ira afastou qualquer temor feminino. Ela pegou as armas e atacou seu cunhado, [...] a tal ponto que acabou matando-o com suas próprias mãos e, em seguida, passou seu carro sobre o corpo, vencendo a batalha. (PIZAN, 2012, p. 124-125).

Com a história dessa rainha, fica evidente as características masculinizadas que ela adota derivada de sua ira. A violência é um elemento comumente associado aos homens, porém, aqui, uma mulher dotada de virtuosidade faz uso da violência em paralelo com a maternidade. O assassinato do cunhado transcorreu-se em defesa dos filhos. Christine então, conduz a criação um novo modelo de conduta. Portanto, a escritora aqui rompe com a dualidade Maria e Eva, empregada pelos modelos de representações medievais sobre as mulheres (MACEDO, 2002, p. 65-66). Ou seja, Christine reverte a lógica de inferiorização e dualidade feminina, atribuindo valores masculinos e perpetuando um novo modelo de conduta – mesclando-o com as características tanto de masculinidade, quanto de feminilidade. E faz isto utilizando-se, em parte, dos exemplos de grandes figuras femininas de poder da Antiguidade, demonstrando que

as rainhas exerciam funções de poder em suas sociedades, eram dotadas de agência e atuavam em paralelo com os homens.

Ainda analisando a obra, podemos perceber como Christine molda essas representações a seu modo para perpetuar esse novo modelo de conduta. Como por exemplo, citamos o caso da rainha de Sabá. Na obra, esta foi introduzida pela escritora como “extraordinariamente inteligente” (PIZAN, 2012, p. 172) e profetiza – por prever, ao lado do rei Salomão, a tábua que seria transformada em cruz na crucificação de Jesus Cristo. Porém esse recorte da rainha é, de certo modo, reducionista de toda mitologia que seu nome envolve. Estudos e fontes mostram que a rainha aparece em quatro livros sagrados: a Bíblia, Torá, Alcorão e *Kebrá Negast* – livro sagrado etíope (SANTOS; GOMES, 2022, p. 30). Como aponta Maricel Mena López (2003), a inteligência da rainha de Sabá expressa nas fontes bíblicas vai além do conhecimento, englobando fundamentos sociais e habilidade de administração (LÓPEZ, 2003, p. 22). Ou seja, essa rainha era considerada uma grande figura de autoridade na África Antiga, algo que Pizan ignora para criar a representação da rainha legando-a a um papel de cunho religioso. Sendo esta, uma contraposição ao recorte feito na história da imperatriz Nicole e da rainha Berenice, por exemplo. A rainha de Sabá tem outra função ideológica na narrativa de Pizan: corroborar o elemento religioso. Concluimos, então, que algumas histórias deste conjunto de rainhas são colocadas de forma reduzida, enquanto outras, até mesmo exagerada. Tudo faz parte do objetivo ideológico da escritora, o qual, quer dar ênfase à participação feminina na História, compilando mitológicas mulheres na Antiguidade. Ao mesmo tempo que escreve em um período no qual necessita seguir modelos religiosos. Assim, as diferentes rainhas são engrandecidas sob diferentes perspectivas, sendo que quase todas as selecionadas detêm inteligência como característica principal.

Por fim, é interessante observar que Pizan não se limita a compor um conjunto de rainhas e imperatrizes apenas ocidentais. Ao todo, contabilizamos 28 rainhas no quadro disposto acima, destas, 15 estão geograficamente inseridas nas regiões da África ou Ásia, enquanto as demais 13, no continente compreendido hoje como Europa. Partindo destes números, levanta-se uma nova possibilidade de reflexão, onde podemos interpretar o medievo a partir das lentes de uma História Global e Conectada. Algumas rainhas e imperatrizes têm suas localidades geográficas sinalizadas especificamente, outras porém, supomos sua localização pelo continente em que são citadas por Christine na obra. Na realidade, pouco importa a precisão geográfica desse conjunto, o que torna válido para a ótica Global, refere-se a conexão e resgate de figuras de poder inseridas Oriente. O espaço que Pizan – uma escritora mulher na região francesa – abre para as

demais autoridades em outras localizações, revela as trocas intelectuais, linguísticas e geográficas entre os seres na Idade Média. Período por décadas compreendido como trevas e estagnação, a conexão cultural empreendida pela escritora em *A Cidade das Damas* rompe completamente com essa ideia, corroborando com a hipótese de uma História Global.

Contudente, ressaltar novamente as influências humanistas de Pizan, em especial, a tradição greco-romana. A mitologia faz-se presente na obra, em especial, no conjunto de rainhas e imperatrizes aqui estudadas. Entretanto, essa tradição no medievo traz rupturas e mesclas com outras culturas. Não é possível demarcar com precisão cronológica um único momento em que as trocas entre os seres que viviam na região europeia, asiática ou africana, passaram a influenciar a cultura, política e a sociedade de outrem. O que podemos afirmar é que isto aconteceu, a filosofia, arquitetura, e diversas mudanças transportaram-se da África para a Europa, e vice versa. Fundamentando, assim, a evolução dos grupos sociais e estabelecendo laços de conexão em diversas esferas. Dentre elas, a mitologia, artifícios e histórias mesclaram-se. Não é à toa que reconhecemos as mesmas figuras em diferentes lendas romanas ou gregas. Na obra que aqui analisamos, isso não se perde com algumas figuras de poder introduzidas por Pizan. Como no caso da rainha Ísis, que na realidade, pertence ao panteão egípcio, mas a escritora compreende como grega. Em uma perspectiva Global, independentemente de sua localização, Ísis é representada como uma rainha inteligente, que criou leis, ensinou a arte da escrita e jardinagem aos governados. Assim, a tradição greco-romana que Pizan faz uso não interfere diretamente na relação de poder e autoridade das rainhas e imperatrizes selecionadas. Isso porque, apesar das diferenças culturais que a deusa Ísis detém entre um local e outro – assim como outras mulheres utilizadas –, a escritora mantém uma relação de virtudes e poder intrínseca ao exemplo. Fazendo com que a representação de Ísis fosse relevante para a genealogia feminina que Pizan busca construir na obra, e tecendo pontes com diferentes culturas e localidades.

Assim, buscamos trazer à luz uma nova interpretação de *A Cidade das Damas* dando ênfase às rainhas e imperatrizes apresentadas por Pizan, e que foram de grande valor para a construção da cidade-refúgio. A escritora representou as governantes sob diferentes formas, evidenciando nelas virtudes tanto feminilizadas, quanto masculinizadas. Para nós, o valor mais relevante é a inteligência, pois está diretamente associado à noção de racionalidade, e ao objetivo central de Christine com essa obra – demonstrar com uma gama de exemplos, que as mulheres são seres que acresceram a humanidade, e para isso, precisam (e são) dotadas de racionalidade. Essas rainhas também foram caracterizadas como boas governantes, castas,

devotadas ao marido ou filhos. Tais virtudes reforçam um caráter de feminilidade, inerente aos modelos de conduta medievais. Pizan, entretanto, vai além ao reforçar que essas figuras eram dotadas de valor considerados masculinos, como o dom da guerra – que gera violência. Assim, a escritora delineia um novo modelo de conduta feminina. Ao mesmo tempo, em que comprova os diversos papéis e funções protagonizados pelas rainhas e imperatrizes da Antiguidade, reforçando o *queenship* delas e a ruptura com as hierarquias de gênero.

Considerações finais

O caminho que percorremos até aqui teve o objetivo de verificar empiricamente como Christine de Pizan refletiu sobre as mulheres da Antiguidade – com destaque para rainhas e imperatrizes, as quais, neste artigo propomos analisar¹². Buscamos apresentar quem foi essa escritora, e como suas obras sempre estiveram vinculadas à tradição cultural humanista – de resgate da glória e clássicos do período Antigo. Ao longo do artigo, propusemos trazer novas perspectivas de interpretação da História, fazendo uso dos conceitos de Gênero e *queenship*, dialogando brevemente com a concepção de História Global. Assim, esperamos que este estudo ajude a romper com algumas barreiras, indo contra a noção de uma historiografia estigmatizada e fechada. A partir da análise realizada, percebemos o quanto Christine transgrediu seu papel como mulher no baixo medievo. Representando as rainhas da Antiguidade com características que valorizavam suas agências, também trouxe um novo olhar para com as grandes mulheres do Oriente. Realizou uma relevante ponte entre Europa, Ásia e África, demonstrando como se deu o enriquecimento da cultura da Antiguidade no medievo e as conexões legadas da tradição greco-romana. Estas, por vezes, confundiam-se entre as mitologias de diferentes sociedades ao longo da História.

Concluimos assim que, Christine de Pizan foi além das nossas expectativas iniciais para com este estudo. Em *A Cidade das Damas*, a escritora ressignificou a representação de poder e autoridade não apenas desse conjunto de rainhas, como também de outras mulheres. Organizando uma genealogia feminina – baseada em *De Claris Mulieribus* de Boccaccio, mas não apenas – onde reestrutura a seu modo o modelo de conduta feminino, ressaltando virtudes e características até então vinculadas apenas aos homens – como a condição de guerreiro e a inteligência. Pizan atuou plenamente em prol da questão feminina, construiu para essas rainhas

¹² Relevante reiterar que, na obra Christine compila história de mulheres da Antiguidade e medievo, de diversas esferas sociais. Este artigo se concentrou apenas nas rainhas e imperatrizes que respondem cronologicamente ao período Antigo, entretanto, há uma gama de rainhas medievais que fazem parte da alegoria, e que não foram introduzidas neste estudo em específico.

e imperatrizes da Antiguidade um novo imaginário, eternizando-as em sua cidade como autoridades que sempre foram.

Fonte utilizada

PIZAN, Christine de. **A Cidade das Damas**. Trad.: Luciana E. de F. Calado. Florianópolis: Editora Mulheres, 2012 [1405].

Referências

BELL, Susan Groag. Christine de Pizan (1364-1430): Humanism and the Problem of a Studious Woman. **Feminist Studies**, v. 3, n. 3, p. 173-184, 1976.

DEPLAGNE, Luciana Eleonora de F. C. A reescrita do mito das amazonas na obra A Cidade das Damas de Christine de Pizan. **Anuário de Literatura**, v. 18, n. 1, p. 115-136, 2013.

EARENIGHT, Teresa. Medieval Queenship. **History Compass**, v. 15, p. 1-9, 2017.

FERREIRA, Joseane Passos; SILVA, Carolina Gual. Christine de Pizan e a construção da autoridade feminina na Querelle de la Rose. **Revista Mythos**, v. 16, n. 4, p. 26-46, 2022.

LEITE, Lucimara. Christine de Pizan e o seu projeto utópico. **MORUS – Utopia e Renascimento**, v. 13, p. 113-120, 2018.

LÓPEZ, Maricel Mena. A rainha de Sabá: uma proposta de reconstrução histórica da sabedoria feminina afro-ásiaica do século X a. C. . **Revista de Cultura Teológica**, v. 11, n. 42, p. 19-33, 2003.

MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2002.

MARGOLIS, Nadia. Christine de Pizan: The Poetess as Historian. **Journal of the History of Ideas**, v. 47, n. 3, p. 361-375, 1986.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad.: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTAR, Karla Cristiane. **Narrativa poética em Christine de Pizan: A inserção da poesia na prosa de autoria feminina do século XV**. 2021. 111p. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021.

RODRIGUES, Aline S.; LEITE, Diogo M.; GODOY, Fabrício S.; *et al.* História das Mulheres e Estudos de Gênero sobre a Antiguidade: historiografia e pesquisas. *In*: GUARINELLO, Norberto L.; SILVA, Uiran G. da; OLIVEIRA, Gustavo J. D.; PIZA, Pedro Luís de T. (orgs.). **Fronteiras Mediterrânicas: estudos em comemoração dos 10 anos da LIER-MA/USP**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 271-304.

SANTOS, Domingos D.; GOMES, Guilherme A. . Kebra Nagast: Rainha de Sabá e o cristianismo na Etiópia. *In*: SEMANA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 10., 2022, Brasília. **Poder e autoridade feminina na idade média: Atas da X Semana de Estudos Medievais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2022, p. 25-34.

SCHMIDT, Ana Rieger. Christine de Pizan e o humanismo francês: elemento para contextualização histórica. **doispontos**, v. 18, n. 1, p. 247-263, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Trad.: Guaracira L. Louro. **Revista Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Andréia Cristina L. Frazão da. Considerações sobre o uso da categoria gênero nos estudos sobre o medievo. **Signum**, v. 20, n. 2, p. 11-23, 2019.

SILVA, Marcelo Cândido da. Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. **Revista de História**, n. 179, p. 1-19, 2020.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 399-429.

STUARD, Susan Mosher. The Chase After Theory: Considering Medieval Women. **Gender & History**, v. 4, n. 2, p. 135-146, 1992.

WILLARD, Charity Canon. **Christine de Pizan**: her life and works. New York: Persea Books, 1984.

Dossiê Educação

“Se não tivesse existido o Célio ou Glademir, não estaríamos aqui”: o *jornal do nuances* na educação patrimonial para pensar o movimento LGBTQIA+ em Porto Alegre

“If Célio or Glademir hadn’t existed, we wouldn’t be here”: the journal of nuances in heritage education to think about the LGBTQIA+ movement in Porto Alegre

William Cândido Mengue¹, UFRGS

Resumo

O presente artigo aborda a educação patrimonial sobre o movimento LGBTQIA+ em Porto Alegre, através do *jornal do nuances - Grupo pela livre expressão sexual*. A problemática do texto é como o *jornal do nuances*, na educação patrimonial e no ensino de história, auxilia os estudantes da rede básica a conhecerem e pensarem a história do movimento LGBTQIA+, na cidade de Porto Alegre, no presente e no passado. Dentre o aporte teórico estão os conceitos de “museu pela vida” e “memória LGBT”, que demonstram a existência do patrimônio LGBTQIA+ e, desse modo, evidenciam o *nuances* como um patrimônio cultural *pela vida*. Entre as considerações finais do artigo, estão reflexões e contribuições realizadas pelos estudantes afetados por mediações, que através do passado, conseguiram (re)conhecer a diversa e complexa trajetória do movimento em Porto Alegre.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Jornal do nuances; LGBTQIA+.

Abstract

This article discusses heritage education on the LGBTQIA+ movement in Porto Alegre through the *newspaper nuances - Grupo pela livre expressão sexual*. The issue of the article is how the *nuances newspaper*, through heritage education and history teaching, helps basic education students to understand and think about the history of the LGBTQIA+ movement in the city of Porto Alegre, both in the present and in the past. The theoretical framework includes the concepts of "museum for life" and "LGBT memory," which demonstrate the existence of LGBTQIA+ heritage and highlight *nuances* as cultural heritage *for life*. The final part of this article includes reflections and contributions made by students affected by these mediations, who were able to know and recognize the diverse and complex trajectory of the movement in Porto Alegre through the past.

Keywords: Heritage education; Journal of nuances; LGBTQIA+.

Introdução

O patrimônio histórico-cultural no Brasil esteve interligado, tradicionalmente, às noções de “conhecer e preservar”. A política de conscientização nacional, defendida por Rodrigo Melo Franco de Andrade, criou uma padronização nacional na maneira de ver e pensar os patrimônios

¹ Graduando em licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: menguecandidowilliam@gmail.com

brasileiros. Desse modo, a promoção do apego para a preservação, numa concepção acrítica, foi o foco e interesse das políticas públicas nas décadas de 1950 e 1960 (SCIFONI, 2019, p. 25). Entretanto, outras formas de pensar, analisar, construir e criticar o patrimônio concretizaram-se no decorrer do tempo, reconfigurando e ressignificando espaços, construções, acervos e manifestações culturais. O *jornal do nuances* é, assim, um exemplo fundamental do patrimônio histórico-cultural da cidade de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Criado em 1998 pelo *nuances - Grupo pela livre Expressão Sexual*, o jornal evidencia uma série de aspectos do movimento LGBTQIA+ na capital gaúcha. Enquanto patrimônio histórico, o acervo do *nuances* representa uma possibilidade de entender e refletir, a partir do passado, a luta por direitos, pela felicidade e pela vida da comunidade LGBTQIA+.

No decorrer dos trabalhos realizados na disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial, ministrada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o *jornal do nuances* foi pensado como uma possibilidade dentro da educação patrimonial, com o intuito de pensar os espaços de sociabilidade, sujeitos e manifestações culturais do movimento LGBTQIA+ na cidade de Porto Alegre. Dessa maneira, o presente texto parte da seguinte problemática: como o *jornal do nuances*, na educação patrimonial e no ensino de história, auxilia os estudantes da rede básica a conhecerem e pensarem a história do movimento LGBTQIA+, na cidade de Porto Alegre, no presente e no passado? Desse modo, o texto tem o objetivo de dissertar, primeiramente, sobre a história do *jornal do nuances* e sua importância como patrimônio LGBTQIA+ da cidade de Porto Alegre. E, posteriormente, pensar o seu uso na educação patrimonial através de mediações realizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pepita de Leão em setembro de 2022, além do desenvolvimento e aplicação do jogo pedagógico *Nuances nas Ruas*.

O patrimônio LGBT e o *jornal do nuances*

O patrimônio é fruto das relações sociais e dos significados que atribuímos a ele. Logo, a construção simbólica desse patrimônio pode acontecer de distintas maneiras na sociedade. Por exemplo, os diversos tombamentos realizados na primeira metade do século XX foram uma forma de estabelecer uma patrimonialização no Brasil. Nesse período inicial da Lei de Tombamento, entretanto, os patrimônios escolhidos - elevados à condição de afeto, preservação e memória - não representam o todo da sociedade brasileira em sua diversidade social, cultural e histórica. Assim, privilegiaram uma história branca, masculina, cristã e heteronormativa. Isto é, há patrimônios não protegidos pelo aparato público, mas que continuam tendo significados e

sentidos para distintos grupos sociais. Portanto, os patrimônios são, inevitavelmente, espaço de disputa política (TOLENTINO, 2018, p. 57-58).

Ao analisar a representação histórica da comunidade LGBTQIA+ nos espaços de memória no Brasil, o cenário é desalentador. A ausência da comunidade, por exemplo, nas exposições de museus, evidencia a exclusão e o silenciamento que (re)afirmam preconceitos intrínsecos da sociedade brasileira. Como afirmam Jean Baptista e Tony Boita, a “comunidade LGBT no Brasil existe, mas é invisibilizada socialmente, culturalmente, economicamente e academicamente.” (BAPTISTA; BOITA, 2017, p. 144). Ou seja, a comunidade LGBTQIA+ no Brasil não enfrenta somente violências físicas ou verbais, mas, também, a violência no pilar de sua existência: o direito pela história e pela memória. Ainda, segundo os autores:

Se a cultura é um direito assegurado também à população LGBT, o patrimônio é um bem cultural reconhecido pelo Estado que representa a herança, identidade e pertencimento da sociedade. Nota-se o conceito político que define o patrimônio cultural declarando que toda a produção humana, seja ela tangível ou intangível, que representa a herança e a identidade do povo pode ser também patrimônio cultural. (BAPTISTA; BOITA, 2017, p. 136).

O patrimônio da população LGBTQIA+ é um direito humano, demonstrando, materialmente ou imaterialmente, a herança dessa comunidade e do seu pertencimento na composição da sociedade. Desse modo, o *jornal do nuances* é elencado, aqui, como um patrimônio fundamental para compreender a história LGBTQIA+ de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. O patrimônio demonstra um outro lado da história da capital gaúcha, lugar em que a diversidade sexual e de gênero foi - e continua sendo - vivenciada, através de lutas, ocupações e manifestações culturais. O *nuances - Grupo pela livre Expressão Sexual* surge em 07 de abril de 1991 na casa do estudante da UFRGS, com o intuito de promover a cultura da diversidade e dos direitos humanos de “lésbicas, gueis, travestis, transexuais (homens e mulheres trans), pessoas não-binárias e todas as sexualidades que desafiam a hetero-cis-normatividade” (GOLIN, 2016, p. 10). Ou seja, como afirma Golin, “utilizamos o que envergonha o senso comum como questionamento para empoderarmo-nos.” (GOLIN, 2016, p. 11). Anteriormente, o grupo chamava-se Movimento Homossexual Gaúcho (MHG), justamente na tentativa de atrair atenção pela junção de “homossexual” e “gaúcho”. Segundo consta no livro *nuances 25 anos. Uma trajetória inconformada com a norma*:

O *nuances* conseguiu sensibilizar (e ser sensibilizado) pelos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo; inclusive pela sociedade, em especial a porto-alegrense, que foi solidária e permitiu que o grupo despontasse como

uma forte referência em direitos humanos; em especial pela luta em favor da livre expressão sexual, nome adotado pelo grupo. *nuances* é um nome que por si só já diz bastante. (GOLIN, 2016, p. 17).

Desse modo, desde a sua criação, por Glademir Lorensi e Célio Golin, o *nuances* ocupou um lugar de destaque na sociedade porto-alegrense na defesa da livre expressão sexual e na luta por direitos sociais e políticos. A primeira edição do *jornal do nuances* é de janeiro de 1998, estabelecendo uma rede de comunicação e divulgação em Porto Alegre para realizar campanhas de prevenção contra a AIDS, denúncias de ações discriminatórias, reivindicações de direitos, homenagens, reflexões e críticas. A primeira edição do *jornal do nuances*, financiado pelo Ministério da Saúde, por exemplo, tratou nas matérias sobre AIDS, a regulamentação a operação de troca de sexo, resgate histórico do Lampion da Esquina e entre outros temas (JORNAL DO NUANCES, 01/1998). Desse modo, vale destacar o foco de diversas matérias dentro do *jornal do nuances*: a questão da epidemia de AIDS. Assunto extremamente latente na década de 1990, o HIV/AIDS foi uma sombra que ceifou milhares de vidas da comunidade LGBTQIA+ na época. Havia, ainda, uma ideia de “grupo de risco”, que vinculava a doença principalmente aos homossexuais, ideia essa combatida pelo *jornal do nuances*, evidenciando o alastramento da doença em mulheres heterossexuais, além de crianças, com boletins epistemológico da doença.

Ao entrar nos anos 2000, entretanto, as matérias específicas sobre a AIDS diminuíram. Apesar de não deixarem de estarem presentes, como em campanhas de prevenção, o foco do *jornal do nuances* mudou para a tratar a vida e a existência da comunidade LGBTQIA+ em Porto Alegre. Um exemplo é o “Roteiro Guei/Lésbico”, um mapa-guia contendo dicas de “bares e boates”, “videolocadoras”, “pontos turísticos”, “saunas”, “lugares de pegação” e os “principais eventos” na cidade de POA (JORNAL DO NUANCES, 03/2005). Ou seja, havia a preocupação de ocupar os espaços da cidade, mapeando locais, e utilizando a comunicação como meio de atingir o público LGBTQIA+ na busca de exercer a livre expressão sexual. Para além da convencional história e ocupação da capital gaúcha, o *nuances* demonstra, através de sua escrita satírica e inventiva, outras formas de ocupar e viver a cidade. O patrimônio apresenta uma série de avanços, entre lutas e caminhadas, da trajetória LGBTQIA+ em Porto Alegre.

O *nuances* na educação patrimonial

A educação patrimonial, assim como o patrimônio em si, é um direito humano. Segundo Simone Sciloni, a educação patrimonial, enquanto necessidade e direito social, deve estar “em primeiro lugar, e não como anexo ou complemento do processo de patrimonialização.”

(SCILONI, 2019, p. 30). Isto é, o relacionar-se com o patrimônio deve estar interligado com práticas educativas patrimoniais, que possibilitam e instigam a participação da sociedade, o diálogo, a construção e ressignificação de sentidos. Nesse aspecto, a educação patrimonial precisa ser crítica e transformadora das relações sociais. No presente texto, para além da materialidade, a existência e a vida são colocadas como patrimônio, dentro das sociabilidades, manifestações e ocupações nas cidades. Como apontam Baptista, Boita e Brigidi:

Neste debate, vimos que a Museologia LGBTQ+ feita no Brasil tem muito a oferecer sobre aquilo que mais uma vez se mostra importante: a preservação não apenas de objetos, mas sobretudo da vida. [...] os *museus pela vida*, aqueles que entendem que os objetos estão em segundo plano quando postos ao lado dos profissionais da instituição e de seus visitantes (BAPTISTA; BOITA; BRIGIDI, 2021, p. 122).

A Museologia LGBTQ+ auxilia nesse processo de perceber e criticar as exclusões, os apagamentos e silenciamentos realizados pelos “necromuseus”, apenas dispostos à exposições sem direta conexão com a sociedade, focadas estritamente aos objetos e na negação dos problemas da contemporaneidade (BAPTISTA; BOITA; BRIGIDI, 2021, p. 122). Os museus pela vida, dessa maneira, dialogam com o acervo do *jornal do nuances*. Para além da comum materialidade, o jornal evidencia a vida da comunidade LGBTQIA+ porto-alegrense, em suas festividades, conquistas e práticas culturais. Ou seja, o *nuances* é, antes de tudo, um acervo - um patrimônio - pela vida, pois possibilita enxergar no passado lutas e trajetórias que nos conectam com o presente. Portanto, o *jornal do nuances* detém patrimonialidade *sobre e pela* vida do movimento LGBTQIA+. Assim, a educação patrimonial a partir do *jornal do nuances* trouxe uma importante experiência para refletir, com alunos da rede básica de ensino, a historicidade LGBTQIA+ na capital gaúcha, em sua diversidade e relações com o presente.

Na disciplina de Estágio de Docência em História - Educação Patrimonial, ministrada em 2022/1 pelas professoras Melina Perussatto, Sarah Silva e Carmen Gil, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), foi possível estabelecer o contato para estagiar no Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS. O estágio na instituição, junto com a produção do material didático e execução das mediações, foi realizado em conjunto com a colega Clara Aguiar Costa Bauer, graduanda em Licenciatura em História. Dentre o diverso acervo do NPH, todas as edições do *jornal do nuances* estão digitalizadas e disponibilizadas no site do Núcleo, o que possibilitou as pesquisas e atividades educacionais desenvolvidas.² Vale destacar, com isso, a relevância e importância desse patrimônio constar dentro da universidade,

² Disponível no NPH Digit@l: <<https://www.ufrgs.br/nphdigital/hemeroteca-digital/>>. Acesso dia 07/10/2022.

viabilizando não somente pesquisas, mas também ações voltadas ao ensino de história e a educação patrimonial. Além da preservação e manutenção do acervo físico e digital, o NPH atua no desenvolvimento de jogos pedagógicos para o ensino de história. Esse aspecto foi essencial para pensar em possibilidades didáticas dentro da educação patrimonial. Sob a supervisão de Marisângela Martins, houveram uma série de testes de jogos didáticos com temática histórica, com o objetivo de analisar mecânicas de jogo e abordagens históricas.

Desse modo, no decorrer da experiência de estágio, foi desenvolvido o *Nuances nas Ruas*, jogo pedagógico com base no *jornal do nuances*, tendo como principal inspiração a mecânica do jogo didático *África no Arquivo*, do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS). Em síntese, o jogo tem como objetivo instigar o acesso à materialidade do *jornal do nuances* para pensar sujeitos, manifestações e a cultura LGBTQIA+ na cidade de Porto Alegre. No processo de produção do jogo, para além dos testes realizados no NPH, foram realizadas pesquisas a partir do jornal, com o intuito de selecionar reportagens, matérias e assuntos latentes para serem acessados posteriormente pelos estudantes/jogadores. Todo o material didático foi desenvolvido no Canva, ferramenta gratuita de design gráfico.

Conforme as regras do *Nuances nas Ruas*, após a formação dos grupos de 7 pessoas, o jogo inicia com a leitura, por parte dos jogadores, dos 14 fac-símiles. Dentre os fac-símiles estão diversos temas latentes da comunidade LGBTQIA+ em Porto Alegre, como campanhas de combate à homofobia, concurso de drags ou a edição dos Jogos Gay. Cada fac-símile tem a reprodução da materialidade do *jornal do nuances*, com a edição e página referenciada, e no verso a transcrição do mesmo documento. Nessa parte de pesquisa histórica, os jogadores devem escrever em seus cadernos informações que acharem importantes dos fac-símiles. Após esse momento de consulta, é decidido um juiz dentre os 7 jogadores, que ficará responsável pelo cartão de respostas, dizendo se o jogador acertou ou não a resposta dos quadrantes.

O tabuleiro do jogo, que inicia com a casa de estudante da UFRGS, possui 25 casas, com 21 perguntas relacionadas ao *jornal nuances* e 4 eventos surpresa (por exemplo, ficar uma rodada sem jogar ou avançar até determinada casa). Caso o jogador acerte a pergunta da casa direcionada, permanece; caso errar, volta pro quadrante anterior. O *Nuances nas Ruas* termina quando todos os jogadores chegarem no destino final: a parada livre. Ademais, o jogo contém material de apoio à professora e ao professor, com propósito de exemplificar brevemente o jogo e a história do *nuances*, além de indicar materiais para aprofundamento; e, também, um glossário com diversos termos importantes para melhor compreender o movimento LGBTQIA+ e o contexto histórico do *jornal do nuances*.

As mediações acerca da história do movimento LGBTQIA+ em POA e do *jornal do nuances* aconteceram no mês de setembro de 2022 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pepita de Leão, localizada no bairro Passo das Pedras, na zona norte de Porto Alegre. As mediações aconteceram no contraturno da escola, no “Projeto de Vida”, disciplina ministrada pelo professor Rodrigo Souza dos Santos. Na elaboração (e execução) das mediações, Caroline Pacievitch auxilia no processo de refletir sobre o ato de mediar, onde há a criação de um tema, na interlocução com pessoas. A mediação, dentro ou fora dos espaços museológicos, não pretende ser uma aula convencional, inserida no contexto de um currículo de ensino. Como Pacievitch argumenta: “Há o desejo de que aconteça aprendizado, mobilização dos objetos, recriação dos espaços, reprodução de um gesto, uma canção, um sentimento.” (PACIEVITCH, 2019, p. 2). Dessa maneira, a mediação busca fazer-se um ato de diálogo aberto, em que os caminhos não são fixos, podendo alterar-se conforme o interesse e a curiosidade dos visitantes/estudantes/participantes. A mobilização dos objetos, recriação dos espaços e um sentimento são três dos elementos trazidos por Pacievitch que guiaram a construção e execução da mediação no ambiente escolar.

No primeiro dia de mediação, no dia 15 de setembro de 2022, o objetivo foi dialogar com os estudantes sobre a história do movimento LGBTQIA+, iniciando com a mudança das siglas no passar do tempo e, posteriormente, tratando sobre o *jornal do nuances* como meio de conhecer o movimento em POA. Assim, foi colocado na lousa as diversas siglas do movimento: GLS, LBTT, LGBT e LGBTQIA+. Enquanto mediação participativa, foi solicitado aos estudantes para falarem o que significava cada letra, de sigla a sigla. Conforme Pacievitch, há tipos de participação segundo o nível de interatividade, no qual um “permite que as pessoas produzam individualmente e que também partilhem seus feitos com outros visitantes” (PACIEVITCH, 2019, p. 5). Aqui os alunos respondiam e, através de seus conhecimentos e explicações, construíram o quadro sobre as siglas no decorrer do tempo. É interessante destacar que, na execução da mediação, havia uma rapidez e fluidez nas respostas. Houve uma “competitividade amistosa”, pois disputavam entre si quem responderia primeiro, da maneira “mais correta”.

Ao completar as siglas, houve um novo caminho na mediação, com a pergunta de um aluno: “Mas cadê o P?”. Como argumenta Pacievitch, a mediação ocorre a partir dos interesses do público, onde se dá a necessidade, por parte do mediador, de “interpretar rapidamente as intervenções do público, ‘pegar o gancho’ e dirigir toda a mediação a partir desse ‘gancho’” (PACIEVITCH, 2019, p. 9). A pergunta sobre o P possibilitou um “gancho” sobre o que estava

sendo construído até então. O aluno questionara sobre o Panssexual, não contemplado na última sigla. Essa pergunta trouxe, logo, a reflexão sobre a historicidade do movimento LGBTQIA+ e como, a sigla em si, transformou-se e continua se transformando com o tempo. Isto é, afirmamos que atualmente a sigla convencional é essa, em que o “+” abrange outras formas de existir para a comunidade. Porém, o tempo pode reconfigurar a sigla, aumentando-a, ao incluir outros grupos sociais, como aconteceu desde o GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes).

Após a construção das siglas, o rumo da mediação mudou ao abordar diretamente o *jornal do nuances*, evidenciando facetas importantes da comunidade LGBTQIA+ na capital. Na lousa foi realizada uma linha do tempo, iniciando na casa do estudante da UFRGS e finalizando na parada livre, no qual foram destacados alguns elementos para exposição e diálogo: expressão sexual, HIV/AIDS, Coligay, Jogos Gay, Negalu e a parada livre. Cada assunto, por sua vez, foi tratado pelo mediador ou pela mediadora, intercalando a vez da fala e da escuta. A história do *nuances* foi recebida com curiosidade pelos estudantes. A Coligay e os Jogos Gay foram, dentre os aspectos elencados, os que mais geraram dúvidas e comentários por parte dos alunos. Esses dois pontos tratam diretamente com o cotidiano deles: esporte e futebol. Então, foi trazido por um aluno o caso do ex-jogador do São Paulo, Richarlyson Barbosa, que sofreu homofobia por causa da sua sexualidade, sendo um homem bissexual. Esse novo “gancho” foi utilizado para discutir sobre o preconceito existente dentro do futebol masculino e, além disso, interligando como a Coligay, na torcida do Grêmio, auxiliou no combate à homofobia já na década de 1970.

Após tratar sobre a linha do tempo do *jornal do nuances*, foi aberto o espaço para perguntas e observações dos estudantes. Entre as falas, vale destacar e analisar dois momentos. Uma aluna comentou sobre como a *família tradicional brasileira* (utilizando esse termo) percebe a comunidade LGTBQIA+, ocultando sua existência e amenizando suas manifestações culturais na cidade. Posteriormente, outra aluna apontou sobre o uso de expressões dentro da sala de aula, como “viado” e “bixa”, perguntando se é ofensivo ou não, e em quais contextos. Esses dois pontos, partindo da faísca da mediação sobre o *jornal do nuances*, possibilitaram tratar sobre dois espaços da vida dos estudantes: a casa e a sala de aula. A casa, assim, foi notada como um possível espaço de insegurança, tendo que evitar certos assuntos para o convívio interno. Enquanto a sala de aula, um espaço (na maioria das vezes) mais seguro aos alunos e às alunas, mas que ainda contém preconceitos e discriminações. Ambos foram pensados no processo de combate à homofobia e ao preconceito. Enquanto mediadores, tratamos sobre a necessidade de, principalmente na escola, repreender atitudes homofóbicas, avisando e

conversando com os colegas de turma. Mas, que em casa, a situação deve ser tratada com cuidado, uma vez que concepções de gerações antigas podem ser mais difíceis de mudar.

No segundo dia de mediação, no dia 29 de setembro, houve dois momentos separados: a aplicação do *Nuances nas Ruas* e uma roda de conversa sobre os temas tratados. Os estudantes foram divididos em dois grupos de aproximadamente 7 integrantes, cada um sendo auxiliado por um mediador. Por conseguinte, os 14 fac-símiles foram distribuídos para a leitura e anotações dos estudantes. Cada um utilizou uma folha de ofício, ou de caderno, para destacar as informações importantes das fontes lidas. Enquanto mediadores, também, foi dado dicas para a leitura dos escritos do *jornal nuances*. Após o tempo de leitura, a parte do tabuleiro iniciou. Em cada grupo, a funcionalidade do *Nuances nas Ruas* alterou-se, também, conforme as necessidades e os anseios dos estudantes: em um caso, o “controle” das respostas individuais foi maior; enquanto outro, dividiam-se informações e respostas, auxiliando os colegas em dificuldade. Após a aplicação do jogo, foi feita uma roda de conversa para abordar os temas desenvolvidos até então. Nesse momento da roda, os fac-símiles do *Nuances nas Ruas* foram distribuídos para a circulação entre os alunos. Como Pacievitch trata:

Nesse tipo de ação educativa, cabe ao mediador criar a situação e ouvir/observar atentamente as reações dos visitantes, para construir a sequência da mediação a partir dos temas que emergirem nas interações iniciais e com os demais objetos expostos no museu. (PACIEVITCH, 2019, p. 7).

Assim, os documentos em circulação foram um meio de instigar comentários, dúvidas e observações dos estudantes, em contato pela primeira vez com o *jornal do nuances*. Na roda de conversa, cada fonte do jornal gerou um momento de destaque, em seus distintos modos de apresentar e pensar a história LGBTQIA+. Por exemplo, a matéria da 2ª Edição dos Jogos Gay instaurou comentários sobre a inserção de distintos grupos no esporte, e como esse evento pode ser um importante meio de sociabilidade sem medo de preconceitos ou de exclusões. Ao abordar exclusões e apagamentos, houve um relato de uma estudante sobre sua sexualidade e relação familiar. A aluna, demissexual, sentia que sua sexualidade era apagada na família. Atualmente em relação com uma mulher, sentia que se fosse “um guri”, a família não a apagaria, e trataria como se - de fato - existisse. Esse relato trouxe um “gancho” necessário para falar sobre os frequentes apagamentos da sexualidade não-normativa dentro do ambiente familiar.

Desse modo, o texto propõe refletir: como o *jornal do nuances* auxiliou os estudantes da rede básica a conhecerem e pensarem a história do movimento LGBTQIA+, na cidade de Porto Alegre, no presente e no passado? Ao entrarem em contato com as discussões sobre o

movimento LGBTQIA+, os estudantes se depararam com um assunto que está presente em suas vidas, através de filmes, séries, livros, quadrinhos e no próprio dia-a-dia. Entretanto, o exercício de abordar esse tema, através do passado, foi completamente novo para eles. É senso comum pensar que a população LGBTQIA+ não possui contribuição na história, sendo excluída dos espaços de memória, dos livros didáticos e das abordagens historiográficas. Ao abordar o movimento LGBTQIA+ na cidade de Porto Alegre, através do *jornal do nuances*, há uma mudança de perspectiva. Esse patrimônio cultural preenche uma lacuna para o imaginário histórico dos estudantes: a extensão da luta e da ocupação na cidade. Portanto, entre o processo de conhecer e pensar sobre a história do movimento LGBTQIA+ para os estudantes, destaco aqui três pontos. O primeiro ponto é que o *nuances*, enquanto patrimônio, retira o senso comum da naturalidade de tratar o movimento LGBTQIA+ enquanto algo apenas relativo ao presente, sem trajetória ou importância no passado. A história da comunidade em Porto Alegre despertou curiosidade e interesse das alunas e dos alunos, como um modo de perceber, por exemplo, o quão antiga é a parada livre - dia de festividade que muitos, inclusive, já tinham ido. A construção da mudança das siglas também dialoga com o presente deles, ampliando e complexificando noções já conhecidas.

O segundo ponto a ser destacado é o diálogo sobre o preconceito e a homofobia. O *nuances*, enquanto grupo, realizou inúmeras ações para denunciar e combater atitudes discriminatórias e violências contra a comunidade LGBTQIA+ em Porto Alegre. Para os estudantes, o combate ao preconceito é um debate necessário, uma vez que casos de homofobia foram relatados pelos alunos em suas falas na mediação. O *nuances* serviu como um pontapé para pensar a historicidade da violência contra a população LGBTQIA+, mas também o combate, a resistência e a luta por direitos. Os comentários e as dúvidas sobre os Jogos Gay, além da Coligay, demonstra a atenção dos alunos para pensarem sobre o presente (a prática de esportes e torcidas de futebol) em seus bloqueios sociais e preconceitos.

O terceiro ponto, desse modo, parte de uma contribuição da Clara Bauer. Em conclusão da primeira mediação, foi dito: “Se não tivesse existido o Célio ou Glademir, não estaríamos aqui”. A fala demonstra - não só aos alunos - um norteador da importância da trajetória do *nuances* na cidade de Porto Alegre. O direito pela vida foi a principal luta do grupo no decorrer de sua história, em ocupações da cidade, combate à homofobia, conquista de direitos e festividades. Caso Célio Golin e Glademir Lorensi não tivessem existido certamente o movimento LGBTQIA+ em POA, do presente, não seria o mesmo. A história de permanência e luta resultou numa cidade mais inclusiva à comunidade LGBTQIA+. Os espaços e direitos,

hoje ocupados há anos, detém a responsabilidade desses indivíduos que, através de sonhos, modificaram os rumos da própria (e da nossa) história. Portanto, o *jornal do nuances* evidencia que *existimos* há muito tempo e que temos o direito à vida.

Considerações finais

Enquanto direito humano, o patrimônio LGBTQIA+ existe e deve estar presente, cada vez mais, na educação patrimonial e no ensino de história. Logo, o *jornal do nuances* é um patrimônio essencial para conhecer e pensar a história do movimento LGBTQIA+ em Porto Alegre. Enquanto um patrimônio *pela* vida, o *jornal do nuances* auxilia no processo de pensar as sociabilidades, sujeitos, ocupações da cidade e manifestações culturais na capital gaúcha, entre o passado e presente, através de sua diversidade de matérias e assuntos abordados. A educação patrimonial, dentro do ensino de história, oportuniza o acesso a essa materialidade e a essas reflexões, que tem como objetivo principal a afirmação dos direitos humanos, do combate à homofobia e da reivindicação por direitos.

Ao longo da experiência de estágio, com a produção do material didático e da execução das mediações, foi possível perceber caminhos não comumente explorados. A abordagem LGBTQIA+, com o *jornal do nuances*, pode desenvolver práticas extremamente positivas de educação patrimonial, ao colocar os estudantes/participantes no contato da materialidade e da vida contida nesse patrimônio. Dentre as ações realizadas, o jogo pedagógico *Nuances nas Ruas* foi um exercício importante para pensar e praticar outros modos de ensinar história, trazendo meios de instigar a sociabilidade entre os estudantes, no processo de descoberta e aprendizagem acerca do assunto.

Entre os relatos durante as mediações, é possível perceber que o *jornal do nuances* foi um meio de “permitir” o diálogo entre os estudantes sobre o tema. Além de, através de uma mediação participativa e sensível, abrir espaço para o que está escondido - muitas vezes no íntimo da/o estudante - floresça. Os testemunhos dos estudantes, além das críticas e da necessidade do combate à homofobia, apresentam como o *jornal do nuances* - e o espaço construído com isso na mediação - possibilita o acolhimento e o reconhecimento do direito à felicidade, à existência, à vida. Desse modo, o uso do *jornal do nuances* está em aberto, possível à novas formas de abordagem em pesquisas, no ensino de história e na educação patrimonial. E, sobretudo, como um patrimônio para afirmar o direito de *existir e viver*.

Fontes utilizadas

Jornal do nuances - Grupo pela livre expressão sexual. Janeiro de 1998. Ano 1. N° 1.

Jornal do nuances - Grupo pela livre expressão sexual. Março de 2004. Ano 5. Nº 27.

Referências

BATISTA, Jean BOITA, Tony; BRIGIDI, Bianca Bee. Em tempos pandêmicos de HIV/AIDS e COVID-19: Museologia Queer BIPOC e Corpos Pedagógicos entre necromuseus e museus pela vida. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário C. (ed). **Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021 p. 121-138.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: estratégias de superação de fobias à diversidade sexual no Brasil. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**. Florianópolis, v. especial, n. 1, maio, p. 132-146, 2017.

GOLIN, Célio. **Nuances 25 anos. Uma trajetória inconformada com a norma**. Porto Alegre: Nuances Grupo pela Livre Expressão Sexual. 2017.

PACIEVITCH, Caroline. **Mediação, mediação participativa e ensino de história em espaços de memória**. Texto produzido para aula, 2019.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. **Revista do CPC**. São Paulo, v. Especial, n. 27, jan./jul, p. 14-31, 2019.

TOLENTINO, Átila. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização Federal. **Sillogés**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./jun, p. 41-60, 2018.

A estesia do anime japonês e as suas possibilidades no ensino de história: por uma perspectiva êmica da aprendizagem

The aesthesia of Japanese anime and its possibilities in history teaching: from an emic perspective of learning

Kamylla Rodrigues Pereira da Silva¹, UFPE

Resumo

As reflexões desse artigo se desdobram a partir do encontro entre os caminhos das animações japonesas e do ensino de história, cujo intuito é delinear direções que insiram o estudante em um lugar de protagonismo e o instigue a construir afetos, desconstruir estereótipos e a se constituir enquanto cidadão e sujeito crítico. Para tanto, problematizaremos as relações entre a didática da história e a historiografia a partir das contribuições de autores como Jörn Rüsen, Fernando Cerri e Bodo von Borries. Já as discussões sobre as animações japonesas partirão, principalmente, dos estudos efetuados por Sonia Bide Luyten e André Noro dos Santos. Desse modo, entrelaçaremos saberes que, apesar de distintos, podem se tornar complementares se bem articulados, pois acreditamos que “o poder da fantasia não deve ser subestimado”.

Palavras-chave: Didática da história; Animes; Historiografia; Mangás; Japão

Abstract

The reflections in this article unfold from the encounter between the paths of Japanese animation and history teaching, whose purpose is to outline directions that place the student in a place of protagonism and instigate him to build affections, deconstruct stereotypes and to constitute himself as a citizen and critical subject. To do so, we will problematize the relationship between the didactics of history and historiography based on the contributions of authors such as Jörn Rüsen, Fernando Cerri and Bodo von Borries. As for the discussions on Japanese animations, they will depart mainly from the studies carried out by Sonia Bide Luyten and André Noro dos Santos. In this way, we will intertwine knowledge that, although distinct, can become complementary if well articulated, as we believe that “the power of fantasy should not be underestimated”.

Keywords: Didactics of history; Anime; Historiography; Manga; Japan

Introdução

Em nosso trabalho a questão é quanto você absorve dos outros. Então, para mim, a criatividade, é realmente como uma corrida de relé. Como crianças, recebemos um bastão, em vez de passá-lo para a próxima geração como é, primeiro precisamos digeri-lo e fazer o nosso próprio. (Hayao Miyazaki)²

¹Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora na linha Teoria, Ensino e Mídias e professora da educação básica apaixonada por animes e literatura do leste asiático.

²Hayao Miyazaki, cofundador dos estúdios Ghibli, e diretor de inúmeros filmes de animação japonesa, tais como: A viagem de Chihiro, Vidas ao vento, Meu amigo Totoro, Princesa Mononoke, O castelo animado, dentre outros.

O ensino de história, assim como muitos protagonistas de animes shonen³, transformou-se inúmeras vezes ao longo do tempo, mostrando-se flexível e aberto às possibilidades constituídas pelas demandas do presente. Não faz muito tempo que os caminhos e preocupações com a didática desse saber passaram a ser discutidos e problematizados mais veementemente pela historiografia brasileira. Paralelamente a esse movimento, não por acaso após a segunda guerra mundial, os mangás e animações japonesas estabeleceram os seus espaços em terras nipônicas e passaram a dialogar de maneira mais intrínseca com o ocidente. Todavia, só foram cogitados para além do entretenimento a partir da década de 1990, com as contribuições da pesquisadora especialista em cultura pop japonesa, Sônia Bide Luyten.

Desse modo, interessantes trabalhos começaram a surgir, entretanto, não podemos afirmar que esses números acompanharam o boom que o consumo de animes e mangás japoneses obtiveram na América, em específico, no Brasil, principalmente no período da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, que aproximou os discentes das mídias e das produções nipônicas e passou a exigir do docente novas perspectivas de ensino-aprendizagem. Por isso, acreditamos que o poder dos animes tem muito a contribuir com os caminhos trilhados pela história e seu ensino.

Porém, para compreendermos esses trajetos é preciso refletir sobre as tramas que os permitiram, afinal de contas, trata-se de saberes tecidos nas malhas do tempo vivido através da intrínseca relação entre o espaço que foi que é e que pode vir a ser. Assim, torna-se fundamental a discussão sobre como o ensino de história e a historiografia costuraram os seus discursos e fazeres, ora estabelecendo fronteiras, ora as derrubando, gestando ressignificações que desenharam caminhos em direção à arte da animação japonesa.

Como A Grande Onda de Kanagawa⁴: didática da história e historiografia

Nem sempre foi possível pensar em didáticas da história, isso porque não faz muito tempo que as reflexões sobre elas angariaram espaços nas discussões e pesquisas historiográficas no Brasil. Esse lugar periférico que ela ocupou nos permite questionar a própria

³Mangás e animes voltados para jovens garotos. Boa parte dos protagonistas dessas histórias passam por transformações físicas, emocionais e psicológicas na medida em que a narrativa se desenvolve. *Naruto*, *One Piece*, *Dragon Ball Z*, *Bleach* e *Demon Slayer* são exemplos da demografia shonen.

⁴A Grande Onda de Kanagawa é uma xilogravura japonesa do artista Katsushika Hokusai, publicada no período Edo, por volta dos anos 1830. A obra, considerada uma das mais reproduzidas do mundo, permite inúmeras interpretações e análises. Nesse artigo, optamos pelo significado da impermanência representada pelas ondas e pela luta dos pescadores para não sucumbirem a ela que se contrapõe a imperturbabilidade expressa pelo monte Fuji, ao fundo. Essas representações estão sendo associadas metaforicamente as relações entre a historiografia e a didática da história, que ora arraigaram-se a sistemas de verdade e ora se permitiram as desconstruções e ressignificações.

dinâmica da formação superior do historiador, afinal, de que forma os professores poderiam lecionar para futuros educadores se havia um tímido interesse em problematizar as nuances que constituíam o fazer docente?

Segundo o historiador e filósofo alemão, Jörn Rüsen, no artigo *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão* (2006), é a partir da década de 1970, na Alemanha, que vai haver uma virada de paradigma com mudanças curriculares que passaram a problematizar a didática da história em seus aspectos teóricos e metodológicos, contudo, ela será inserida por muitos pesquisadores em um lugar que almeja abarcá-la, conceitualizá-la e essencializá-la, limitando-a a uma auxiliar do ensino de história pensada pela pedagogia.

Novamente as reflexões sobre esse saber vão se limitar a teoria, a textos e mais textos que expressam mais um caráter burocrático sobre a forma como o conhecimento será transmitido do que uma legítima preocupação com o os processos de ensino-aprendizagem envolvendo a vida prática. Como nos lembra Rüsen (2006) “A história poderia ser instrumentalizada para objetivos não históricos de ensino e aprendizado. O papel específico da história em toda a área das ciências sociais e na educação política permaneceu secundário”.

O ensino de história é produzido nas teias sociais e as reflexões e problemas que constituem o seu fazer não podem ser relegados apenas aos espaços acadêmicos, é o que reflete o educador e historiador, Luís Fernando Cerri, no texto *Ensino de História e concepções historiográficas* (2009). Para ele, o ensino de história não era prioridade dos historiadores e esse desinteresse dificultava a articulação entre teoria, pesquisa e prática. Além disso, mesmo que haja predileção pela investigação e escrita, não são essas ações frutos e resultados de abordagens didáticas? Cerri (2009) afirma que também foi na década de 1970 que houve no Brasil uma virada de paradigma acerca do ensino de história, e entre as discussões acadêmicas desse período já é possível encontrar debates acerca da produção, circulação e consumo do conhecimento histórico que irão fundamentar significativas mudanças no modo tradicional de ensinar e aprender esse saber.

As indagações e contribuições realizadas há 50 anos acerca da didática da história tecem suas teias sobre nós a partir das continuidades e rupturas que costuram e descosturam as nossas relações com o passado. O ensino desse saber é um problema da história e ainda existem inúmeras barreiras que procuram tirar dela essa responsabilidade, por outro lado, várias pesquisas vêm sendo realizadas e buscam ultrapassar as paredes das universidades e das escolas a partir de seus compromissos com a constituição de um aluno/cidadão e com a formação de um professor que esteja preparado para esse desafio.

Nesse sentido, nos propomos a pensar o ensino de história a partir de uma perspectiva discente, abrindo caminhos para que as suas vivências e sensibilidades possam contribuir metodologicamente, criticamente e criativamente para uma aprendizagem que deve ir além do papel, do ambiente escolar, das provas e de uma vaga no ensino superior, possibilitando sobretudo, a formação de um sujeito socialmente consciente, capaz de refletir o seu presente através do passado vivo, apto e aberto a transformar e se transformar através do conhecimento eticamente comprometido.

Para que essa dinâmica possa acontecer, o professor precisará se relacionar com o seu aluno, muitas vezes, de forma êmica, ou seja, compreendendo os dispositivos culturais do discente a partir dele mesmo, ação que pode inseri-lo em um lugar de protagonismo, ampliar a sua percepção como agente histórico e direcioná-lo a uma perspectiva sensível e reflexiva dos acontecimentos para além do livro didático. E foram essas vozes êmicas que sopraram a palavra anime aos ouvidos de uma professora de história da educação básica.

O anime para além do entretenimento: sensibilidades e possibilidades

“Eu era incapaz de me sair bem na escola e possuía um forte sentimento de inferioridade”, disse ele. “Quando Naruto disse, ‘eu vou ser Hokage’, as pessoas que o cercavam riram de seu sonho. Desde a infância, eu também disse aos outros que eu seria um artista de mangá, mas não tinha fundamento. Ao contrário de Naruto, eu não tive a coragem de declarar que iria me tornar um mangaká a todo custo. Então, eu só dizia na minha cabeça ‘pode ser possível’. (Masashi Kishimoto)⁵

Anime é uma palavra que designa as animações japonesas, mas nem todos os produtores de animações do Japão estão satisfeitos com isso, como é o caso do cofundador dos estúdios Ghibli⁶, Hayao Miyazaki. Para ele o uso da palavra é equivocado, *pois limita a animação a celuloide, sem levar em consideração outras técnicas possíveis* (NORO, 2014, p. 21). Independentemente disso, foi assim que o termo se popularizou no Japão a partir da década de 1960, e passou a estabelecer uma identidade audiovisual das animações japonesas no ocidente na década seguinte.

⁵Trecho da entrevista cedida em 2014 por Masashi Kishimoto, autor e ilustrador do mangá Naruto, ao site do jornal japonês Asahi Shimbun, em comemoração aos 15 anos da obra. A entrevista completa e traduzida para o português pode ser encontrada no site: <<https://peixeiranoconsole.wordpress.com/2014/11/17/reflexoes-de-kishimoto/>>.

⁶É um estúdio de cinema com sede em Tóquio que produz filmes de animações japonesas. Ele foi fundado em 1985 por Hayao Miyazaki, Toshio Suzuki, Isao Takahata e Yasuyoshi Tokuma.

O anime de modo geral é uma adaptação dos mangás⁷ que são as histórias em quadrinhos japonesas, mas não se engane, apesar de haver algumas semelhanças entre eles e as comics ocidentais, as diferenças ainda se sobrepõem, demarcam fronteiras constituem identidades e modos de consumo. Frederik L. Schodt⁸, pesquisador da temática, afirma que ao longo da história do Japão os mangás sofreram inúmeras alterações até chegarem aos modelos atuais que são frutos da fusão com a cultura de quadrinhos surgida nos Estados Unidos, porém, com a suas características essenciais preservadas. Paulo Gravet na obra intitulada *Como o Japão Reinventou os Quadrinhos* (2006), afirma que:

Com o mangá, os japoneses mostraram a mesma facilidade que tiveram com o automóvel ou o chip de computador. Eles tomaram os fundamentos dos quadrinhos americanos - as relações entre imagem, cena e palavra – e, fundindo-os a seu amor tradicional pela arte popular de entretenimento, os “niponizaram” de forma a criar um veículo narrativo com suas próprias características (GRAVET, 2006, p. 18).

No Brasil, os animes se popularizaram nos anos 1990 com as obras Cavaleiros do Zodíaco e Sailor Moon, adaptadas do mangá e exibidas pela Rede Manchete, Ulbra Tv e Rede Brasil. Contudo, trinta anos antes algumas animações japonesas já circulavam por aqui, é o caso de Speed Racer, mangá escrito e ilustrado por Tatsuo Yoshida e publicado em 1966 lançado como anime em 1967, e National KID, exibido em 1964 pela TV Record São Paulo, um tokusatsu dirigido por Nagayoshi Akasaka e Jun Kaoike e idealizado para divulgar produtos da empresa japonesa, National, atual Panasonic. Além disso, essa obra tornou-se significativa por apresentar o primeiro herói japonês que fez sucesso em terras brasileiras.

A disseminação dos mangás e animações japonesas por aqui estão indissolúvelmente associadas às consequências do pós Segunda Guerra, isso porque o Japão passou a expressar intensamente os seus silêncios e a sua voz diante dos desastres e sanções enfrentadas através de desenhos, balões, diálogos, sons e imagens em movimento com intuito não apenas de aliviar o seu povo das tensões e dificuldades cotidianas, mas de mostrar ao mundo que apesar dos tempos nublados, havia um grande esforço coletivo em prol da chegada de dias mais luminosos. Talvez por isso, a temática da guerra tenha sido tão deixada de lado pelos diretores de animação e mangás⁹ nas duas décadas após os acontecimentos de 1945.

⁷É possível encontrar animes que deram origem a mangás como Code Geass: Lelouch of the Rebellion, dirigido por Gorō Taniguchi, e animes que não se originaram e nem deram origem a mangás, como Serial Experiments Lain, dirigido por Ryūtarō Nakamura.

⁸As afirmações de Frederik L. Schodt foram pronunciadas em entrevista para o *making of* do DVD

Animatrix.

⁹Quadrinista japonês.

Com as produções de mangás e animes crescendo em terras nipônicas e a imigração japonesa seguindo o mesmo fluxo no Brasil, foi quase natural que passássemos a ter contato e a consumir aquilo que afetivamente, simbolicamente, culturalmente e identitariamente mantinha um fio vermelho, o Akai Ito¹⁰, entre os imigrantes e a sua terra natal. Sonia Luyten, em sua obra *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses* (2012) reflete que:

Outra função do mangá foi (e é) a de manter a língua coloquial viva para os que estavam (e estão) fora do Japão. Os quadrinhos, em geral, são caracterizados pela inclusão de gírias, termos recorrentes usados pelo povo, linguagem informal, e no caso japonês, principalmente após a Segunda Guerra, grande quantidade de palavras de origem inglesa que foram incorporadas ao vocabulário. Os quadrinhos, como captadores de novas tendências, transmitem esse novo linguajar de maneira muito dinâmica (LUYTEN, 2012, p. 151-152).

O fato dessas produções também apresentarem características estéticas, narrativas, históricas e subjetivas muito específicas suscitou e suscita não apenas a curiosidade e o interesse, mas outras maneiras de sentir e ver o mundo sejam a partir dos olhos grandes dos personagens, cujo objetivo é causar o efeito estésico de vislumbamento da alma, da escolha do ângulo da câmera que busca aproximar o leitor/ telespectador dos dramas apresentados, da ideia de serialização com fatos encadeados que podem ser evidenciados através da temporalidade cronológica ou não, (muitas histórias são contadas a partir de memórias, como é o caso do anime *Nana* (2005, 2006), adaptado do mangá de Ai Yazawa), de uma construção identitária não baseada na dualidade bem e mal, mas que apresenta problemas comuns enfrentados por pessoas comuns em sua complexidade ética, moral, psicológica e afetiva e pelo desenvolvimento dos personagens, que amadurecem e envelhecem:

Diferentemente dos desenhos e quadrinhos americanos, nos quais os heróis têm sempre a mesma idade e as histórias podem não se alterar com o tempo, sendo até intermináveis, nas produções japonesas, as histórias acabam. E ainda, os personagens sofrem os efeitos do tempo, como em *Dragon Ball*, em que o personagem Goku começa criança, cresce, casa, tem filhos, envelhece, e por fim, morre (FARIA, 2007, p. 68).

Mesmo que os animes e mangás japoneses tenham construído o seu espaço no ocidente e mais especificamente, no Brasil, diga-se de passagem, de forma cada vez mais sólida e abrangente, demorou muito para as discussões acadêmicas os perceberem como valiosos

¹⁰Lenda chinesa popularizada no Japão que acredita que existe um fio vermelho, o fio do destino, capaz de conectar duas pessoas destinadas a se conhecerem e a construir laços afetivos.

recursos que muito tem a contribuir em diversas áreas do conhecimento, no nosso caso, para a didática da história e para a história. E não podemos afirmar que atualmente haja um grande interesse das universidades e pesquisadores por essas temáticas, em geral, são centros específicos que se destinam a debater os mais diversos assuntos sobre o leste asiático, e que nem sempre contemplam as produções artísticas trabalhadas nesse artigo. É possível perceber também um certo desinteresse das discussões sobre a cultura pop nipônica em congressos, eventos, simpósios temáticos e chamadas para publicações de artigos em revistas na área de história, nos direcionando novamente as críticas de Jörn Rüsen (2006), quando diz que ela entregou a sua didática nas mãos da pedagogia. Sendo assim, é no campo das discussões em educação que os animes e mangás têm encontrado ressonâncias e vêm se estabelecendo.

Professora, eu vi isso num anime!

A primeira tese sobre mangá no Brasil pertence a Sônia Bide Luyten, e foi publicada em 1991. Intitulada *Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses*, a obra já está em sua 3ª edição e alguns ajustes foram feitos pela a autora, que levou em consideração as transformações que permearam o universo do mangá e do anime desde a defesa de seu trabalho acadêmico. Devemos entender essas reedições como fato de que o Brasil passou a se relacionar com a cultura pop nipônica progressivamente e intensamente.

O gráfico a seguir, elaborado em conjunto por fãs de animes do mundo inteiro através da ferramenta Google trends,¹¹ exibe uma estatística datada de outubro de 2020, onde podemos observar os dez países que mais assistem animações japonesas no mundo. O fato de o Brasil ocupar a 4ª posição dessa lista tem muito a corroborar com as reflexões efetuadas até aqui.

Gráfico 1 - Consumo de animes pelo mundo em 2020 ¹²

Rank	Top X Countries where Anime is Most Popular	Country's Population as of October 2020	% of People watching Anime			Number of people watching Anime		
			Low %	High %	Average %	Low #	High #	Average #
10	Spain	46,754,778	34%	41%	38%	15,896,625	19,169,459	17,533,042
9	Japan	126,476,461	30%	35%	33%	37,942,938	44,266,761	41,104,850
8	Mexico	128,932,753	43%	47%	45%	55,441,084	60,598,394	58,019,739
7	Philippines	109,581,078	57%	61%	59%	62,461,214	66,844,458	64,652,836
6	United States	331,002,651	20%	25%	23%	66,200,530	82,750,663	74,475,596
5	Russia	145,934,462	61%	65%	63%	89,020,022	94,857,400	91,938,711
4	Brazil	212,559,417	55%	60%	58%	116,907,679	127,535,650	122,221,665
3	Indonesia	273,523,615	63%	67%	65%	172,319,877	183,260,822	177,790,350
2	India	1,384,148,310	70%	75%	73%	968,903,817	1,038,111,233	1,003,507,525
1	China	1,439,323,776	80%	82%	81%	1,151,459,021	1,180,245,496	1,165,852,259

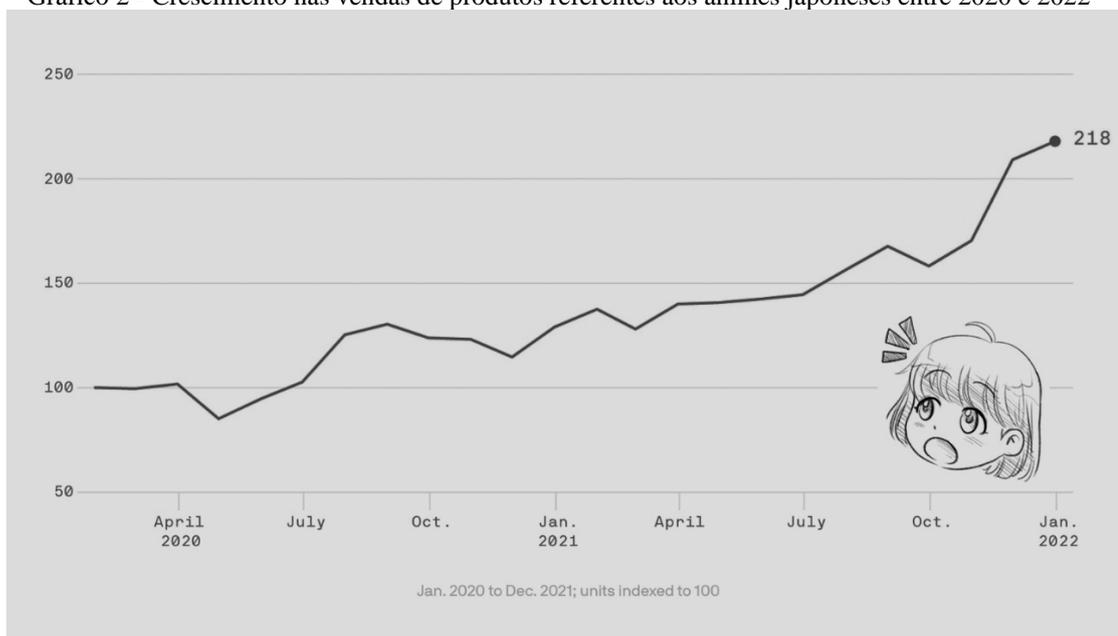
¹¹É uma ferramenta da empresa Google que evidencia os termos mais pesquisados na internet pelo mundo.

¹²VANSH, Gulati: Os 10 principais países onde o anime é mais popular e por quê! **Epic Dope**, 2020. Disponível em: <<https://pt.epicdope.com/10-principais-pa%C3%ADses-onde-o-anime-%C3%A9-mais-popular-e-por-qu%C3%AA/>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

Fonte: Site Epic Dope. Disponível em: <<https://pt.epicdope.com/10-principais-pa%C3%ADses-onde-o-anime-%C3%A9-mais-popular-e-por-qu%C3%AA>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

Durante o período em que a pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2 assolou o mundo, houve um consumo ainda mais significativo de animes em plataformas de streaming, como a Netflix, que teve o anime *Naruto*, criado por Masashi Kishimoto, como uma das obras mais assistidas entre 2020 e 2021. Segundo dados da consultoria Grand View Research¹³, a América Latina representou 16% de 25,6 bilhões de dólares do mercado que consome produtos oriundos ou inspirados na cultura pop japonesa, fazendo da indústria de anime fora do Japão maior do que em seu próprio território. As estimativas apontam que em 2028 esses valores irão duplicar. De acordo com as pesquisas efetuadas pela Parrot Analytics¹⁴, podemos perceber o crescimento que esse mercado obteve nos últimos dois anos, em números, 118%.

Gráfico 2 - Crescimento nas vendas de produtos referentes aos animes japoneses entre 2020 e 2022¹⁵



Fonte: Site Parrot Analytics. Disponível em: <https://www.parrotanalytics.com/press/demand-for-anime-content-soars/>. Acesso em 28 de abril de 2023.

As informações apresentadas são como espelhos que refletem o universo de muitos alunos brasileiros, sejam eles pertencentes a educação básica ou ao ensino superior, privado ou não, e sobre isso, é importante desconstruir a ideia de que animes e mangás são produzidos e

¹³Empresa de consultoria e pesquisa de mercado com sede em São Francisco na Califórnia. ALMEIDA, Marcelo: Demanda por animes fora do Japão teve aumento de 118% mesmo na pandemia. *Intoxianime*, 2022. Disponível em: < <https://www.intoxianime.com/2022/01/demanda-por-animes-fora-do-japao-teve-aumento-de-118-mesmo-na-pandemia/>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

¹⁴Demand for anime content soars. **Parrot Analytics**, 2022. Disponível em: <https://www.parrotanalytics.com/press/demand-for-anime-content-soars/>. Acesso em 28 de abril de 2023.

¹⁵Demand for anime content soars. **Parrot Analytics**, 2022. Disponível em: <https://www.parrotanalytics.com/press/demand-for-anime-content-soars/>. Acesso em 28 de abril de 2023.

consumidos apenas para e pelo público infanto-juvenil, a verdade é que não existe mais um nicho específico. Segundo Michael Dempsey, da Compound¹⁶, o aumento da diversidade de abordagens nas histórias e a facilidade para encontrá-las com a internet através de sites e aplicativos específicos, redirecionaram e ampliaram o interesse etário pelas animações nipônicas, assim, mesmo aqueles que não são fãs, ou que nunca tiveram contato com elas, deixam-se afetar pela sua estética e tramas narrativas.

Acredita-se, portanto, que as animações japonesas podem ser excelentes caminhos em direção a uma didática da história que preocupa-se com a aprendizagem para além dos conteúdos determinados por relações de poder e saber, e que sobretudo, entende a importância das vivências do discente em sua formação enquanto cidadão, na direção de uma aprendizagem que instigue a reflexão, a sensibilidade, a imaginação, a desconstrução de estereótipos e preconceitos, que o insira em lugar histórico, porque ele se percebe como sujeito, que desabroche os afetos de uma relação pautada no respeito e na amizade entre docente e discente, que dê voz não apenas aos personagens dos livros didáticos, mas aqueles que estudam sobre esses fatos a partir de si, do seu lugar, do seu universo interior e exterior, que impulse o professor a valorizar essas identidades aliando-as ao seu fazer.

Segundo Carmem Teresa, Alexandre Rodrigues e Marcus Bomfim no artigo *Refigurações narrativas discentes nas aulas de História: reflexões sobre aprendizagens dessa disciplina escolar* (2020) o conhecimento deve ser pensado a partir da relação que o sujeito exerce com o mundo, afinal de contas, são as subjetividades que equacionam passado e presente, daí a importância do modo como a narrativa será realizada. Ela deve trilhar pelos caminhos da criatividade em direção a um passado que será reimaginado dentro das limitações metodológicas próprias da história, e essas narrativas serão ressignificadas pelos alunos. Paul Ricoeur (1994) nos lembra que o entrelaçamento entre ficção e história não enfraquece esta última, mas contribui para a reflexão das tramas que as produziram e produzem.

Assim, o anime torna os fatos narrados inteligíveis, desde que sejam bem refletidos e problematizados, proporcionam a união do eros e do logos (alma e mente) dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, estimula a imaginação aliando o fato estudado ao que foi assistido em busca de ressonâncias, eleva a autoestima do discente que sente-se protagonista de seu conhecimento, assim como os protagonistas das animações, permite o

¹⁶Empresa onde investidores, pesquisadores e operadores buscam resolver problemas através das redes com o objetivo de impulsionar e desenvolver avanços e propagar os seus resultados ao mundo. ALMEIDA, Marcelo: Demanda por animes fora do Japão teve aumento de 118% mesmo na pandemia. *Intoxianime*, 2022. Disponível em: < <https://www.intoxianime.com/2022/01/demanda-por-animes-fora-do-japao-teve-aumento-de-118-mesmo-na-pandemia/>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

entendimento da dinâmica indivíduo-coletividade através dos roteiros que constroem as obras nipônicas, mas especialmente, da concepção de que o meu universo particular pode contribuir para que o outro compreenda os fatos e repense a si mesmo, expande a educação e a história para além da escola e das universidades, tornando-a também digital, pública, num processo de desierarquização, incentiva a autorreflexão e a constituição cidadã de si, a partir dos valores expressos nas animações.

Sobre isso, Luyten (2012) discute que os mangás e animes japoneses muitas vezes demonstram que o ato é a maneira mais efetiva de evidenciar algo, que esperar recompensas pode ser trágico, que os sujeitos comuns são heróis desde que se dediquem avidamente aquilo que almejam, que o individualismo não contribui coletivamente, que a vida modesta em harmonia com a natureza é o caminho para a paz e a alegria, que os mais velhos são importantes porque são com eles que podemos aprender aquilo que não pode e não deve ser esquecido, que as mulheres são heroínas, cientistas, guerreiras, excelentes esgrimistas, equitadoras, musicistas e professoras a partir de suas liberdades individuais e não de concepções, que o Japão carrega inúmeros códigos culturais diferentes, porém próximos, que foram construídos do outro lado do mundo, mas que estão dentro de nossas casas a moldar os nossos sentimentos, a nossa identidade e o nosso olhar.

As discussões sobre a relação entre didática da história e as possibilidades propostas pelas animações japonesas perpassam ainda pelas contribuições do historiador Bodo Von Borries, encontradas no texto *Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico?* (2016), onde ele discute que a história deve estar conectada ao cotidiano, que é importante trabalhar a metodologia através de conteúdos motivadores, que o acesso metodológico é tão importante quanto os conteúdos, que pessoas comuns a fazem, mas que em geral é a mídia que as produz, que discussões sobre tempo podem ser feitas a partir de ilustrações, que não existe uma verdade absoluta no saber histórico e que por isso, é possível pensá-lo a partir de referenciais próprios, que ela deve dar voz aos silenciados, que é escrita a partir do ponto de vista do presente, que é impossível dar conta de todos os acontecimentos e que o discente deve estar apto a refletir contextos.

Diante do exposto e da defesa em prol de um ensino de história que não se limite aos papéis e a um passado distante, mas que vê no anime inúmeras possibilidades didáticas a partir de seus plurais eixos temáticos torna-se interessante elencar algumas obras da animação japonesa que podem contribuir com o fazer docente em direção a formação cidadã, crítica e sensível do discente. É importante salientar que essas indicações podem ser trabalhadas por

outras áreas do conhecimento, como as ciências da natureza, as linguagens e a matemática possibilitando assim, o diálogo multidisciplinar onde as diversas perspectivas demarcam o fim da solidão da disciplina e o seu isolamento, estimulando a formação de um imenso caleidoscópio de saberes que se complementam e ampliam as suas grandiosidades proporcionando aberturas para novos mundos, novos questionamentos e novos paradigmas.

Animes e filmes de animação japonesa que podem ser utilizados em sala de aula e os seus eixos temáticos

Para discutir gênero

Produção audiovisual	Ano de exibição no Japão	Mangaká e diretores
A princesa e o cavaleiro	1967	Osamu Tezuka, Chikao Katsui e Kanji Akabori
Rosa de Versalhes	1979	Ryoko Ikeda, Shingo Araki e Michi Himeno
Akatsuki no Yona	2014	Mizuho Kusanagi e Kazuhiro Yoneda
Sailor Moon	1992	Naoko Takeuchi e diversos diretores
Violet Evergarden	2018	Kana Akatsuki, Lantis, Pony Canyon, Rakuonsha, ABC Animation
Sazae -san	1969	Machiko Hasegawa e TCJ (mais tarde Eiken)
O conto da princesa Kaguya	2013	Isao Takahata
Nana	2005	Ai Yazawa e Kentaro Otani

Para discutir meio ambiente

Produção audiovisual	Ano de exibição no Japão	Mangaká e diretores
O conto da princesa Kaguya	2013	Isao Takahata
Princesa Mononoke	1997	Hayao Miyazaki
Nausiica do Vale do Vento	1984	Hayao Miyazaki
Chikyuu Shoujo Arjuna	2001	Shoji Kawamori
Ponyo – uma amizade que veio do mar	2008	Hayao Miyazaki
Astro boy	1963	Osamu Tezuka
No.6	2011	Atsuko Asano e Kenji Nagasaki
Earth Girl Arjuna	2001	Shoji Kawamori

Para discutir política

Produção audiovisual	Ano de exibição no Japão	Mangaká e diretores
ACCA 13 – Territory Inspection Department	2017	Natsume Ono e Shingo Natsume
Mudazumo Naki Kaikaku: The legend of Koizumi	2010	Hideki Ohwada e Tsutomu Mizushima
Gankutsuou	2004	Mahiro Maeda
Psycho-Pass	2012	Hikaru Miyoshi, Naoyoshi Shiotani e Katsuyuki Motohiro
Cold Geass – Lelouch of the Rebellion	2006	Ichirō Ōkouchi e Heki Kawahara
Legend of the Galactic Heroes	1982	Yoshiki Tanaka
Naruto	2002	Masashi Kishimoto e diversos diretores
One Piece	1999	Eiichiro Oda e diversos diretores
Attack on Titan	2013	Hajime Isayama, Tetsurō Araki, Masashi Koizuka, Jun Shishido e Yūichirō Hayashi

Para discutir tecnologia

Produção audiovisual	Ano de exibição no Japão	Mangaká e diretores
Serial Experiments Lain	1998	Ryūtarō Nakamura
Ghost in the Shell	1995	Masamune Shirow e Mamoru Oshii
Neon Genesis Evangelion	1995	Hideaki Anno
Mirai Nikki	2011	Sakae Esuno e Naoto Hosoda
Word Trigger	2014	Daisuke Ashihara e Mitsuru Hongo
Plastic Memories	2015	Naotaka Hayashi e Yoshiyuki Fujiwara
Kurau: Phantom Memory	2004	Yasuhiro Irie
Belle	2021	Mamoru Hosoda

Para discutir eventos históricos

Produção audiovisual	Ano de exibição no Japão	Mangaká e diretores
Vinland Saga	2019	Makoto Yukimura e Shuhei Yabuta
Ikoku Meiro no Croisée	2011	Hinata Takeda e Kenji Yasuda
Angolmois	2018	Nanahiko Takagi e Takayuki Kuriyama
Túmulo dos Vagalumes	1988	Isao Takahata
Hijikata Toshizou: Shiro no Kiseki	2004	Chie Uratani

Berserk	1997	Kentaro Miura, Naohito Takahashi e Shin Itagaki
Kingdom	2012	Yasuhisa Hara, Jun Kamiya e Akira Iwanaga
Samurai X	1996	Nobuhiro Watsuki

Conclusão

Rendição é o que destrói as pessoas, quando você se recusa de todo o coração a se render, então transcende sua humanidade, mesmo antes da morte, nunca desiste. (Alucard)¹⁷

Inúmeros personagens dos animes e mangás passam por diversas transformações internas e externas ao longo de suas jornadas, sejam elas causadas por circunstâncias positivas ou não, o fato é que as suas vivências os marcam e constituem identidades que não estão enraizadas, que não se cristalizaram, mas que evidenciam as tecituras que compõe a existência. Essa abordagem sensível e realista realizada pelos mangakás e diretores de animação japonesa, aproximou e aproxima pessoas de diversas partes do mundo, faixas etárias, gêneros, posição social e etnias, como também é capaz de desfronteirizar para que as distâncias entre o eu e o outro sejam reduzidas, os estereótipos derrubados e os preconceitos superados.

A história e a sua didática têm muito a aprender com os animes e mangás, e o inverso também é válido. Por mais que as conjunturas que envolvam esses saberes sejam muito diferentes daquelas que os constituíram e que por eles foram constituídas há algum tempo, ainda existe um longo caminho, e por vezes de difícil acesso, que deve ser trilhado não em linha reta, mas a partir do enfrentamento que nos direciona para lugares desconhecidos, que nos tira da rota e nos apresenta o novo, a possibilidade. É no fluxo da vida que pulsa que o ensino de história se constrói para se desconstruir, como nas narrativas das histórias nipônicas, como o Naruto, de Masashi Kishimoto, ou com a Nana Komatsu, de Ai Yazawa. É através da problematização acerca das tramas que demarcam as distâncias entre as pessoas, e não da memorização dos conteúdos, que ela exerce a sua função cidadã, dando-nos a ver outras realidades a partir de uma perspectiva êmica e nos sensibilizando através dos afetos que só afetam aqueles que estão abertos a possibilidade do “outro”.

A relação entre animes, história e didática têm muito a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem, afinal, a retórica das imagens, a linguagem mais direta, as tramas, as

¹⁷Protagonista do anime e mangá Hellsing, criado por Kouta Hirano, publicado em 1997, dirigido por Umanosuke Iida e lançado como animação em 2001.

cores e os sons buscam suscitar a imaginação e causam efeitos estésicos que não devem ser ignorados enquanto caminhos importantes para se chegar até a formação do discente. Segundo Pedro Vicente Figueiredo de Vasconcellos em sua dissertação *Mangá-Dô, os caminhos das histórias em quadrinhos japonesas* (2006) nada no anime é dispensável ou em vão, tudo tem um significado, desde a escolha das cores até o nome dos personagens, e é exatamente por isso que tem muito a nos ensinar.

Uma das frases mais famosas do anime xxxHolic¹⁸ é *nunca subestime o poder da fantasia*, talvez seja uma boa hora para entendê-la a luz da historiografia, não dispensando o rigor de seus métodos, mas incitando-a a refletir o seu próprio fazer, o seu propósito, a sua relação com o ensino e o seu compromisso social. A partir daí, surgirão a coragem, a flexibilidade, a ousadia, a criatividade e os esforços necessários em direção a uma didática da história que não será relegada as margens, mas que será crucial para a construção do aluno/sujeito/cidadão, agente histórico capaz de repensar os seus afetos, as suas relações, os seus dilemas e o seu lugar no mundo, dinâmica essa que já vem sendo tecida pelos mangás e animes há pelo menos trinta anos no Brasil.

Referências

ALMEIDA, Marcelo: Demanda por animes fora do Japão teve aumento de 118% mesmo na pandemia. **Intoxianime**, 2022. Disponível em: <<https://www.intoxianime.com/2022/01/demanda-por-animes-fora-do-japao-teve-aumento-de-118-mesmo-na-pandemia/>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

BORRIES, Bodo von. Competência do pensamento histórico, domínio de um panorama histórico ou conhecimento do cânone histórico. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 60, abr./jun, p. 171-196, 2016.

CERRI, Luis Fernando et al. Ensino de História e concepções historiográficas. **Espaço Plural**. Paraná, ano X, n. 20, julho, p. 149-154, 2009.

Demand for anime content soars. **Parrot Analytics**, 2022. Disponível em: <https://www.parrotanalytics.com/press/demand-for-anime-content-soars/>. Acessado em 28 de abril de 2023

Faria, Mônica. **Comunicação Pós-Moderna nas Imagens dos Mangás**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), FAMECOS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, p.156, 2007.

GRAVETT, Paul. **Mangá: Como o Japão Reinventou os Quadrinhos**. São Paulo: Conrad editora do Brasil. 2006.

LUYTEN, Sonia Bibe. **Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses**. 3.ed. São Paulo: Hedra, 2012.

¹⁸ Mangá e anime criado pela CLAMP, empresa que reúne mangakás, publicado no ano de 2003 e lançado em animação no ano de 2006.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; BARBOSA, Alexandre Rodrigues de Frias; GABRIEL, Carmen Teresa. Refigurações narrativas discentes nas aulas de História: reflexões sobre aprendizagens dessa disciplina escolar. **Revista História Hoje**. São Paulo, vol. 9, n.18, outubro, p. 145-169, 2020.

NORO, André. Um breve histórico da animação japonesa: dos Karakuri Ningyo aos Mechas. In: NORO, André. **A relação homem-máquina na cultura japonesa: A hibridação entre o corpo tecnológico e humano através da animação Neon Genesis Evangelion**. 1.ed.- Curitiba, PR. Ed. CRV. 2014, p. 19-49.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa – Tomo I**. Campinas: Papyrus, 1994.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR, v. 1, n. 2, jul/dez, p.7-16, 2006.

VANSH, Gulati: Os 10 principais países onde o anime é mais popular e por quê! **Epic Dope**, 2020. Disponível em: <<https://pt.epicdope.com/10-principais-pa%C3%ADses-onde-o-anime-%C3%A9-mais-popular-e-por-qu%C3%AA/>>. Acesso em 28 de abril de 2023.

VASCONCELLOS, P. V. **Mangás-Dô: os caminhos das histórias em quadrinhos japonesas**. Dissertação (Mestrado em Teologia e Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 220, 2006.

Trajетórias LGBTQI+ Gaúchas em sala de aula: Educação Patrimonial através da biografia da ativista travesti Marcelly Malta Lisboa

LGBTQI+ Gaucho trajectories in the classroom: Heritage Education through the biography of the travesti activist Marcelly Malta Lisboa

Andrei Marcelo da Rosa¹, UFRGS

Resumo

O presente artigo propõe-se a refletir sobre as possibilidades e os desafios de entender vivências e espaços LGBTQI+ como patrimônio material e imaterial e como trabalhar com eles em sala de aula. A partir do desenvolvimento de biografias de pessoas LGBTQI+ no Rio Grande do Sul, projeto este vinculado ao Estágio Patrimonial desenvolvido no CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS, buscou-se a inserção em um movimento de rememoração de histórias de pessoas que fogem da cis-heteronormatividade, já que encontram profunda resistência em serem reconhecidas como válidas. O foco do artigo recai na biografia produzida sobre Marcelly Malta Lisboa, ativista travesti gaúcha. A apresentação das mesmas e das outras pensadas para a oficina em sala de aula, permitiu a reflexão sobre a memória LGBTQI+ no estado, bem como a relação da turma com a comunidade.

Palavras-chave: Memória; LGBTQI+; Educação Patrimonial.

Abstract

This article proposes to reflect on the possibilities and challenges of understanding LGBTQI+ experiences and spaces as material and immaterial heritage and how to work with them in the classroom. Based on the development of biographies of LGBTQI+ people in Rio Grande do Sul, a project linked to the Heritage Internship developed at CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS, we sought to insert it in a movement of remembrance of stories of people who flee of cis-heteronormativity, as they find profound resistance to being recognized as valid. The focus of the article is on the biography produced about Marcelly Malta Lisboa, a travest activist from Rio Grande do Sul. The presentation of this biography in the classroom, along with two others, allowed the reflection on the LGBTQI+ memory in the state, as well as the relationship of the class with the community.

Keywords: Memory; LGBTQI+; Heritage Education.

Introdução

O presente artigo busca discutir as possibilidades e os desafios de entender vivências e espaços LGBTQI+ como patrimônio material e imaterial e como trabalhar com eles em sala de aula. A partir da minha experiência no Estágio em Educacional Patrimonial, parte do currículo de Licenciatura em História, pretendo refletir sobre os silenciamentos que as memórias que escapam da norma cis-heterossexual enfrentam em nossa sociedade, e como é possível disputar

¹ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: andreimarcelor@gmail.com.

e vencer estas exclusões com a Educação Patrimonial. A partir de ações de rememoração, as vivências LGBTQI+ podem finalmente serem reconhecidas como integrantes da sociedade, e não como corpos marginalizados e abjetos.

Em uma sociedade cis-heteronormativa, todas as vivências presentes na categoria do “Outro”, em oposição à norma social, encontram profunda resistência em serem reconhecidas como válidas de rememoração (BATISTA; BOITA, 2014). Isso significa afirmar que os processos que configuram políticas de memória em ambientes institucionais que visam, de alguma forma, promover a relação entre educação e patrimônio cultural, como museus e salas de aula, sistematicamente apagam vivências que fogem da norma social (BRULON, 2020). Ou seja, aquilo que não é protagonizado ou feito por um homem, cisgênero, heterossexual, pertencente à classe média ou alta e branco, tem menos chances de ser entendido como uma memória “digna” de preservação.

Nesse sentido, a criação do CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS, em 2019, um coletivo coordenado pelo professor do Departamento de História da UFRGS, Benito Bisso Schmidt, é um passo importante para a mudança desse quadro. O objetivo deste grupo é permitir a valorização do passado LGBTQI+, atuando como arquivo a ser consultado para pesquisas no tema, espaço de divulgação científica e fomento de experiências de Educação Patrimonial (CLOSE, 2019). Como, em geral, as administrações municipais e estaduais não demonstram o interesse em considerar vivências não-cis-heteronormativas em suas políticas de memória, o CLOSE atua ao mesmo tempo como resistência ao silenciamento imposto aos LGBTQI+ e como “existência”, no sentido de ser um caminho de atuação e socialização da comunidade.

É no contexto do CLOSE que se desenvolveu o meu Estágio em Educacional Patrimonial, em conjunto com mais duas colegas, Vitória Giovana Duarte e Natália Velho Noronha, no primeiro semestre de 2021. A proposta consistiu na produção de biografias de personalidades LGBTQI+ que nasceram ou atuaram majoritariamente no estado do Rio Grande do Sul, as quais foram apresentadas em uma aula para o ensino médio. A partir da discussão da vivência destas pessoas, buscamos a criação de um espaço de diálogo sobre o que é ser LGBTQI+, qual a relação da comunidade com determinados espaços físicos espalhados pela capital do estado, e qual a importância de reconhecer a existência dessas pessoas e discutir sobre elas. Essas biografias também foram produzidas para integrar uma exposição híbrida sobre pessoas LGBTQI+ no Rio Grande do Sul, idealizada no âmbito do CLOSE.

O assunto principal do artigo é a biografia que desenvolvi e apresentei aos alunos e alunas, a da ativista travesti gaúcha Marcelly Malta Lisboa. Essa personalidade foi escolhida

pensando no apagamento histórico das vozes travestis e transsexuais na historiografia, mas também no próprio movimento LGBTQI+, que tende a focar em histórias cis, masculinas e homossexuais. Neste sentido, a escolha de Marcelly Malta está vinculada com a proposta geral da exposição de lutar contra o silenciamento LGBTQI+ na história e nos espaços de sociabilização, não apenas focando em histórias cis.

Pretendo, durante as páginas seguintes, refletir sobre a sua vivência e como é possível realizar a discussão do tema em sala de aula. Marcelly tem características em sua vida desafiadoras para o trabalho em um ambiente escolar tradicional, acostumado com a cis-heteronormatividade e a supressão de qualquer outra característica que escape dela. Para pensar a produção da biografia de Marcelly e a posterior oficina em que ela seria apresentada, recorri a algumas entrevistas fornecidas por pela ativista, bem como matérias jornalísticas que envolviam o seu nome e trabalhos que versam sobre a comunidade trans e travesti em Porto Alegre.

Para cumprir com os objetivos evidenciados até agora, este artigo inicia com uma breve explicação sobre o conceito de Educação Patrimonial que guiou nossas ações durante o Estágio. Julgo importante esta conceitualização, pois permite analisar as abordagens realizadas sobre a temática das memórias LGBTQI+ em sala de aula. Em seguida, trabalho com a experiência de produção da biografia de Marcelly Malta Lisboa, quais foram os questionamentos que guiaram a sua escrita e os desafios impostos pela ação de rememorar uma personalidade LGBTQI+ em uma sociedade cis-heteronormativa. Após tratar do processo de escrita, irei discorrer sobre a realização da oficina em sala de aula, e como o planejamento inicial desenvolvido pelos estagiários se traduziu na prática. Por fim, realizo algumas reflexões finais, balanceando as questões que foram propostas nesta introdução com a experiência do Estágio Patrimonial.

Por um conceito de Educação Patrimonial LGBTQI+

Durante a elaboração do plano de atividades e aplicação da oficina em sala de aula, a Educação Patrimonial foi pensada como processos educativos que têm como foco o patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial. Esta é utilizada como um recurso para que se possa compreender e reconhecer referências culturais a partir de diferentes manifestações (TOLENTINO, 2018). Quando aplicada especificamente para uma aula de história, ela ainda pretende permitir a reparação de silenciamentos operados pelo *status quo*, ou seja, pela visão de mundo e organização social dominante.

Para permitir a reparação, a Educação Patrimonial deve partir do princípio de que não existe uma hierarquia de conhecimentos e memórias. Neste contexto, o conceito de “ecologia

dos saberes” é importante, pois ele reconhece que todos os conhecimentos são conectados entre si e não-hierarquizados, formando, assim, um interconhecimento (TOLENTINO, 2018). Isso significa dizer que existem diversas epistemologias que dão conta de explicar diferentes âmbitos da vida humana e da natureza. Não existiria, então, apenas uma forma certa de experienciar a vida em sociedade e refletir sobre ela. Desta forma, ao utilizá-lo dentro da ideia de Educação Patrimonial, é permitida a criação de ferramentas para a rememoração de conhecimentos e vivências historicamente excluídas.

Quando pensamos na memória LGBTQI+, percebemos que os ambientes de patrimônio, em geral, trabalham com uma ideia de Educação Patrimonial diferente da apresentada neste artigo. As políticas de memória empregadas por estes e as ações de mediação que configuram a Educação Patrimonial destas instituições historicamente têm sido orientadas na criação de uma norma, que categoriza hierarquicamente o que deve e o que não deve ser lembrado. Neste sentido, impera um raciocínio excludente de que trabalhar com a memória LGBTQI+ não é a “missão” destas instituições (BATISTA; BOITA, 2014). Nos raros momentos em que aparece como tema de algumas reflexões, estas são feitas sem aprofundamento e descoladas da chamada “história oficial”, como se fossem apêndices.

A produção de biografias de personalidades LGBTQI+ se insere na perspectiva de Educação Patrimonial apresentada no sentido de configurar um importante passo na busca pela reparação dessas memórias no Rio Grande do Sul. Apesar de existirem alguns trabalhos acadêmicos que tratam deste tema, quando se pensa em atividades que busquem o diálogo com a sociedade, percebe-se que existe um grande caminho a ser traçado para que possamos falar em uma evidente reorientação para fora da norma cis-hétero. Apesar de perspectivas como a de Brulon (2020), que afirma que pensar estas memórias como específicas em relação à norma pode intensificar a existência da diferença a partir da sua reafirmação, para a elaboração da oficina partimos da ideia de que um primeiro passo para a quebra do silenciamento é a exposição destas vivências e a sua discussão com a sociedade.

Ao debatermos sobre memória LGBTQI+ é importante evidenciar que esta pode ser tanto material quanto imaterial. A cultura e as memórias associadas a ela podem ser entendidas como fenômenos abrangentes que se manifestam material e imaterialmente, a partir de valores, crenças e visões de mundo (VELHO, 2006). As comunidades LGBTQI+ se beneficiam deste conceito de cultura pois historicamente têm sido marginalizadas tanto nas discussões públicas quanto em espaços físicos. Geralmente a ocupação de espaços públicos por um grande grupo de pessoas LGBTQI+ foi feita de forma à margem das administrações municipais e estaduais. Se sabe que estes espaços eram associados à comunidade através da formação de uma memória

comunitária, mantida através da oralidade. Assim, as culturas associadas à comunidade, apesar de terem um elemento material, os espaços de socialização, são muito vinculadas à oralidade e vivência em grupo.

Recentemente, entretanto, é possível mapear certas iniciativas que visam a criação de espaços de memória e socialização LGBTQI+, como o Museu da Diversidade, vinculado ao governo estadual de São Paulo. Mesmo assim, estas sofrem diversos tipos de repressões do poder estabelecido, evidenciando que ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito à materialização das memórias LGBTQI+ no Brasil. O próprio Museu da Diversidade foi fechado no dia 29 de abril de 2022, após uma decisão judicial motivada por denúncias de um deputado, incomodado com a destinação de verba pública para um espaço destinado à cultura LGBTQI+. Essa onda de ataques, que segue o fechamento da exposição *Queermuseu* em 2017, montada no Santander Cultural de Porto Alegre, demonstra que mesmo quando existem essas iniciativas de ocupação de espaços, o poder público acaba sendo refém de grupos conservadores no poder.

Em meio a esse cenário de falta de mais espaços de memória e de ataque aos que já existem, a perspectiva da oficina sobre biografias LGBTQI+ está vinculada a um conceito de Educação Patrimonial que leva em conta a materialidade e a imaterialidade. Ao pretender apresentar espaços de convivência da comunidade, essa dimensão material do patrimônio é ativada, porém se relaciona também com a vivência de cada pessoa que fazia ou faz uso desse espaço e suas memórias. A ação de escolher certas trajetórias de vida para a oficina e a exposição também acarreta na configuração do corpo destas personalidades como um elemento de patrimônio LGBTQI+, unindo material e imaterial. Assim, essa compreensão de patrimônio permite que a atividade proposta pelo estágio se configure como uma ação de educação patrimonial que não considera as vivências como algo desconectado de um espaço físico. Assim, constrói-se um conhecimento que coloca em evidência grupos da sociedade que historicamente vêm sendo marginalizados, apesar de estarem presentes em diversos espaços e possuírem diversas trajetórias, e que luta contra a onda conservadora que tomou de assalto o país nos últimos anos.

A produção das biografias: o caso de Marcelly Malta Lisboa

Durante as reuniões para a elaboração da atividade relacionada ao estágio, decidimos seguir com uma demanda do CLOSE de criação de uma exposição híbrida de histórias de pessoas LGBTQI+ do Rio Grande do Sul e dos espaços de convivência da comunidade,

denominada *Histórias da Gente: trajetórias LGBTQIA+ no RS*². A iniciativa conta com cartazes espalhados por vias públicas, confeccionados pela artista trans Priscila Froes, contendo um *QRCode* que redireciona para uma página online contendo as biografias. Cada biografia conta com quatro eixos em comum: a história de vida da pessoa, a marca que ela deixou na comunidade, as bandeiras que defendeu e os caminhos que percorreu no estado.

Como afirmado anteriormente, para a oficina do estágio obrigatório, foram selecionadas três personalidades: Caio Fernando de Abreu, conhecido escritor bissexual, Luísa Felpuda, famoso homem cis-gay dono de um bordel em Porto Alegre, e Marcelly Malta Lisboa, ativista travesti pioneira no estado. Isso se deu devido ao curto prazo para a realização da atividade, já que, além da produção do material, era preciso pensar em uma aula para a mediação com a comunidade. A produção da exposição extrapolou o período designado para o estágio, pois envolve a inserção de novas biografias além das três já produzidas.

Para a criação da exposição, utilizamos a plataforma ARCGis, que tem acesso gratuito disponibilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para quem de alguma forma está associado a ela. Dentre diversas funcionalidades que a plataforma permite, como a criação de mapas interativos, a que foi escolhida para a elaboração das biografias é denominada *StoryMaps*. A partir dela, é possível inserir textos, imagens, links, mapas, vídeos, e diversas outras formas de mídia. O resultado é uma página interativa, com uma interface simples e de fácil visualização, características essenciais quando se pensa em uma exposição para o grande público.

Cada uma das três personalidades selecionadas tem questões próprias relacionadas ao ser LGBTQIA+ no estado, e trabalhar todas elas no presente artigo configuram uma tarefa extensa e não permite uma reflexão profunda sobre a aplicação da oficina. Assim, para tratar da experiência do estágio, evidenciarei nos próximos parágrafos o processo de desenvolvimento da biografia de Marcelly Malta Lisboa, realizado por mim. A partir das suas memórias, busquei trabalhar na oficina a realidade das pessoas travestis no Brasil e a relação da comunidade com a prostituição.

Marcelly Malta Lisboa, como supracitado, é uma ativista pioneira do movimento trans e travesti no Rio Grande do Sul, e nasceu na cidade de Mato Leitão, no interior do estado, em 1951. Aos 12 anos, ela e sua família se mudaram para Venâncio Aires, uma cidade

² No dia 25 de junho de 2022, a exposição foi inaugurada no bar Ocidente, um dos locais que mais aparecem nas trajetórias da exposição. Foram colados os primeiros cartazes nas paredes externas e internas do local. Posteriormente, os cartazes foram colocados em outros pontos da cidade. É possível visualizar a parte online da exposição no seguinte link: <https://linktr.ee/historiasdagente>. Acesso em 08 de julho de 2022.

relativamente maior, mas ainda localizada no interior. Desde cedo, Marcelly narra que tinha dificuldade em se identificar com os signos que eram associados ao “ser homem” (LAPPACS, 2016). Com a ajuda de freiras que faziam parte do ambiente de convívio de Marcelly, aos 15 anos ela consegue um emprego e moradia na Santa Casa de Porto Alegre, tendo, a partir desse momento, vivenciado uma mudança de perspectivas, gerando questionamentos e confusões quanto a sua identidade (LISBOA, 2017). É importante destacar que durante esse período da vida de Marcelly, foi instaurada a Ditadura Civil-Militar no Brasil, em 1964, que reforçava uma ideia de respeito à moral e aos “bons costumes”, estes imaginados a partir de uma visão cis-heteronormativa.

O foco da oficina recaiu sobre dois momentos específicos da vida de Marcelly que aparecem na biografia construída para a exposição. O primeiro deles é a sua inserção na prostituição. Marcelly é apoiada por um de seus amigos e colega de trabalho, também LGBTQI+, a se prostituir num famoso ponto da cidade, a caixa d’água do Moinhos de Vento, mais conhecida atualmente como parte do Parque Hidráulica Moinhos de Vento. Passou a utilizar roupas consideradas “femininas” e medicamentos hormonais confiscados da farmácia da Santa Casa, sendo a partir desse momento que começou a se entender enquanto travesti (LAPPACS, 2016). Além de fazer uso desses medicamentos, ela constantemente os compartilhava, bem como outros relacionados às doenças sexualmente transmissíveis, com suas colegas travestis, sendo este o início da construção da imagem de Marcelly como uma espécie de liderança para a comunidade.

A prostituição tinha — e ainda tem — uma relação complexa com as comunidades trans e travestis da época. Ao mesmo tempo que era um destino geralmente imposto, havia também um sentimento de pertencimento a uma comunidade, o que levava muitas a se inserirem neste trabalho (OLIVEIRA, 2018). Assim, ao mesmo tempo que Marcelly aponta as dificuldades que enfrentava, como a necessidade de esconder as mudanças corporais e atuar como um “homem” nos ambientes que frequentava durante o dia, e a repressão da polícia, ela enfatiza o grande retorno financeiro da prostituição, que teria permitido uma considerável melhora material de sua vida, fato este evidenciado pela sua mudança para uma casa na rua Sarmiento Leite, compartilhada com outras travestis, deixando então de morar na Santa Casa. Mesmo quando prestou concurso para auxiliar em serviços médicos e foi aprovada em 1979, Marcelly não abandonou a prostituição. Esta era associada por muitas travestis da época com o luxo e parte da própria identidade que unia suas vivências (LAPPACS, 2016).

Na hora de produção da biografia e de sua aplicação para a sala de aula, a prostituição esteve envolvida em uma importante questão para mim: como trabalhar um assunto permeado

de tabus e preconceitos em sala de aula? A sociedade brasileira, de forma geral, não considera a prostituição uma profissão digna de respeito, e falar sobre sexo em um momento de dura repressão ao assunto em sala de aula, decorrente de uma onda conservadora em voga, poderia gerar inúmeros protestos. Ademais, como convencer uma turma inteira de que é importante relembrar as histórias LGBTQI+, especificamente no caso de Marcelly o ser travesti, sendo que vivemos em um país altamente repressivo? Desta forma, considero que produzir uma oficina sobre uma personalidade LGBTQI+ muito relacionada com a prostituição e que não a enxerga como algo intrinsecamente negativo é uma tarefa potencialmente disruptiva e pode não ser bem recebida, tanto pela turma que a realizava, quanto pelos seus responsáveis.

Como a prostituição é essencial para entender a trajetória de Marcelly, era complicado sequer cogitar suprimir essa parte de sua vida. Como afirmado, a prostituição e a comunidade trans e travesti estão intrinsecamente relacionadas, e simplesmente escolher não trabalhar com isso seria trair o objetivo principal da exposição e da oficina, de rememorar vivências LGBTQI+ no Rio Grande do Sul, disputando com o silenciamento que estas enfrentam. Como lutar contra este silenciamento silenciando tudo aquilo que afronta à norma? Remover essa parte da vida de Marcelly seria se curvar à cis-heteronormatividade, que “tolera” uma pessoa LGBTQI+ apenas quando esta reproduz comportamentos da norma, e mesmo assim, sempre será vista como uma dissidência (SACRAMENTO; FERREIRA, 2019).

Outro momento da vida de Marcelly que foi destacado é a sua atuação institucional. Ao retornar ao Brasil depois de um tempo em que passou trabalhando como prostituta na Europa, na segunda metade da década de 1990, ela começou a se envolver com o GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção da aids)³, que reunia muitas pessoas LGBTQI+ em Porto Alegre. Já em 1999, participou da fundação da Igualdade — Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul⁴, a primeira associação com este perfil no estado. A atuação institucional de Marcelly foi destacada na oficina por mostrar os caminhos de luta dentro da comunidade. A formação de ONGs (Organização não-governamental) se insere nesse fenômeno por ser uma ferramenta de união, amparo e de luta. Ao mesmo tempo que a Igualdade RS, na qual Marcelly atua até os dias atuais, distribui alimentos para pessoas trans e travestis em situação de

³ Organização fundada no Rio Grande do Sul em 1989, com o objetivo de acolher pessoas atingidas pelo HIV, prestando apoio psicossocial e jurídico. Foi a primeira organização deste estilo no sul do país. O GAPA se mantém ativo até os dias atuais, realizando campanhas de conscientização e acolhimento, bem como lutando por políticas públicas efetivas para apoio à pessoas com aids. Para mais informações: <https://www.facebook.com/GAPA-RS-906297762740885/>. Acesso em 08 de julho de 2022.

⁴ Organização não-governamental (ONG) que até hoje atua pela promoção e proteção dos direitos de pessoas trans e travestis no Rio Grande do Sul. Para mais informações: <https://www.facebook.com/AIigualdade/>. Acesso em 08 de julho de 2022.

vulnerabilidade, ela pressiona os órgãos públicos por atitudes para garantir melhores condições de vida para estas pessoas.

Apesar de Marcelly ser uma personalidade muito conhecida nos círculos LGBTQI+ gaúchos e aparecer com certa frequência na mídia, não foi alvo de nenhum trabalho detalhado até o presente momento. A maior fonte utilizada foi a dissertação de mestrado de Augusta da Silveira de Oliveira, intitulada “*Tenho o direito de ser quem eu sou*”: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010), mas ela versa também sobre outras vivências de travestis. As fontes utilizadas, a dissertação, entrevistas de Marcelly e outros textos jornalísticos, muitas vezes traziam informações que se contradiziam, o que impôs um desafio na seleção de fatos que constavam no texto. Como Marcelly ainda é ativa na Igualdade RS, ela prestou auxílio na verificação destes, também oferecendo sugestões do que ela gostaria que fosse acrescentado.

Apesar dos desafios, julgo que a biografia foi construída de forma satisfatória, sendo aprovada também pela própria Marcelly. Foi possível apresentar pontos importantes e sensíveis sobre a vida da ativista. Busquei evidenciar que Marcelly, assim como qualquer pessoa LGBTQI+, não apenas luta, mas também vive. Os espaços que conviveu, como a Santa Casa, a Caixa d’água e a Igualdade, eram ou são lugares de vida, não apenas de resistência à repressão. Dessa forma, sua biografia destaca suas dificuldades, afinal elas estão por trás da atuação institucional enquanto ativista, mas também trazem outros aspectos que constituem quem ela é enquanto pessoa. Como evidenciado em LAPPACS (2016), a prostituição, por exemplo, era o espaço de trabalho de Marcelly, mas também de convivência, era onde ela se unia com uma comunidade de semelhantes, onde vivia o “glamour” associado ao trabalho. Busquei evidenciar, então, que a vida de uma pessoa LGBTQI+ não é apenas luta e tragédia.

A aplicação da oficina

O pensar a aula se mostrou um novo desafio. As três biografias produzidas apresentavam diversas questões, que tranquilamente ocupariam diversas aulas. Entretanto, havia apenas um período curto de aula para aplicação da oficina. Isso significou a necessidade de operar uma seleção de assuntos relacionados a cada biografia. No caso de Marcelly, como já evidenciado, escolhi trabalhar com a questão das vivências de travestis e as suas relações com a prostituição, bem como a atuação institucional da ativista. Como tema geral, as três biografias também destacaram alguns espaços físicos relacionados às personalidades, cumprindo com o objetivo de evidenciar a relação não-oficializada entre locais de convivência e a comunidade LGBTQI+, que sobreviveu principalmente nas memórias deste grupo.

Antes de trabalhar as biografias, havia uma questão que precisava ser debatida. A oficina seria realizada de forma remota, em função da pandemia do coronavírus, com diferentes anos do Ensino Médio da escola rural Emília Viega da Rocha, por ideia da professora responsável, Liane Müller. Assim, até que ponto era de conhecimento geral da turma conceitos importantes para o estudo das biografias, como “identidade de gênero”, “sexualidade”, e o que cada letra da sigla LGBTQI+ representa? Não seria propício para a discussão em sala de aula simplesmente apresentar as vivências, sem trazer nenhuma espécie de contextualização. Assim, de modo complementar aos textos biográficos, produzimos uma apresentação de slides que buscava trazer, de forma objetiva e didática, os conceitos que seriam cruciais para compreender a oficina. Assim, a turma pôde munir-se de ferramentas para debater a partir das propostas de reflexão relacionadas com as vivências. Isso configura a perspectiva de Freire (2011) de um processo em que a turma entra em contato com conhecimentos previamente construídos e, durante o espaço de ensino-aprendizagem, constrói novos conhecimentos a partir da reflexão, do debate, em conjunto com os responsáveis pela aula, que, no caso da oficina, são os estagiários.

Partindo da ideia de Freire (2011) e hooks (2017) de não desenvolver uma aula expositiva apenas, já que isso evidencia uma noção de que quem dá a aula é detentor do conhecimento e quem a assiste é uma folha em branco pronta para ser preenchida, a ideia original por trás da oficina era introduzir os conceitos e as biografias de uma forma que não ocupasse todo o tempo da aula. Isso também configura uma mediação participativa, de acordo com Pacievitch (2019), no sentido de que não seria apresentado apenas as memórias à turma, mas também essa seria incentivada a refletir sobre elas, compreender a sua importância como patrimônios, apesar de não serem consideradas como tal pelos órgãos responsáveis. Pensando no planejamento original, as apresentações de cada um dos estagiários e a exposição dos conceitos e biografias tomariam no máximo 30 minutos de aula, e o resto seria dedicado ao debate. Ao final, foram expostas questões para incentivar a reflexão da turma, sendo esta convidada a debater sobre elas.

O objetivo de gerar um debate foi atingido em parte. Apenas uma aluna da turma abriu seu microfone para debater sobre uma das questões propostas. As demais intervenções foram feitas pelos estagiários, pela professora responsável e pelo professor Benito, do CLOSE, que também estava assistindo à oficina. Essa falta de participação pode ser explicada por diversos fatores. Primeiramente, a aula teve lugar no período da noite, a partir das 19h. Boa parte da turma trabalha durante o dia, acarretando em cansaço na hora da aula. Além disso, o fato de ter sido realizada em uma ferramenta *online*, o Google Meet, também influenciou tanto no interesse

em participar quanto em questões técnicas. Muitas pessoas estavam reclamando de instabilidades na conexão da internet, o que certamente influenciou na compreensão da proposta apresentada na oficina, já que em diversos momentos houve quedas da sala, o som pode ter travado, entre outros aspectos.

Por fim, a própria temática trabalhada pode ter sido sensível para alguns alunos/as, que talvez preferiram não se pronunciar por receio de serem ouvidos em casa, o que poderia trazer julgamentos. Essa possibilidade foi imaginada ainda durante a elaboração do planejamento. No modelo disponibilizado, constava um campo em que era preciso discorrer sobre a avaliação que seria aplicada para a turma. Entretanto, foi decidido em conjunto que não seria utilizada nenhuma ferramenta avaliativa, pois em se tratando de um tema sensível, qualquer produção material que fosse solicitada poderia ser um fator de inibição ou desconforto. A avaliação que seria realizada pelos estagiários seria a participação no debate. A própria falta de participação configura por si só a avaliação, pois permite identificar os pontos mencionados acima.

Mesmo com a falta de participação no debate, a oficina como um todo foi elogiada pela turma ao final dela. Isso nos permite concluir que de alguma forma ela teve influência sobre quem participou, gerando reflexões que, apesar de não terem sido verbalizadas ou escritas no chat, talvez acompanhem as pessoas por um tempo, fazendo-as repensar suas visões sobre a comunidade LGBTQI+. Para quem se identifica com alguma das letras da sigla ou está em processo, pode ter sido de grande importância visualizar a valorização de outras pessoas da comunidade, suas trajetórias e perceber que ser LGBTQI+ não é apenas lutar, mas também viver.

Considerações Finais

Atividades que visam a rememoração de vivências LGBTQI+ e os espaços que a comunidade ocupava e ainda ocupa nos dias atuais são importantes para o questionamento de uma perspectiva excludente daquilo que merece ou não ser preservado. Neste sentido, a própria atuação do CLOSE é disruptiva pois, no estado do Rio Grande do Sul, ainda impera o silenciamento sobre as questões da comunidade e toda a história de luta e vida é apagada em detrimento de uma vivência considerada “correta”, “normal”. Assim, as ações de memória do CLOSE, com maior destaque à proposta de desenvolvimento de uma exposição sobre vivências LGBTQI+ no estado, são essenciais para a construção de uma nova ideia de patrimônio, mais inclusiva.

Neste sentido, quando se alia estes trabalhos de rememoração com a Educação Patrimonial, visando a mediação destes com a sociedade, potencializa-se a visibilidade das

questões da comunidade LGBTQI+ e rompe-se com o apagamento desta na sociedade. No caso específico da oficina realizada no Ensino Médio, a Educação Patrimonial permite também a reflexão sobre si mesmo/a, ao permitir que estes/as adolescentes entrem em contato com diferentes formas de identidade, expressão de gênero e sexualidade, que muitas vezes são negadas a eles/as pelos ambientes em que estão inseridos/as. Assim, mais do que simplesmente permitir uma lembrança, atividades de Educação Patrimonial podem ser responsáveis pela construção de identidades.

O trabalho com os espaços de convivência LGBTQI+ também configurou um momento positivo da oficina. Permitiu destacar que a comunidade está presente há anos em certos espaços, apesar do silenciamento e afastamento que sofre. O pensamento conservador atual costuma afirmar que “ser gay”, “ser bi”, “ser trans”, entre outras identificações, são fenômenos recentes, relacionados com a nova geração de adolescentes. O enfoque nestes espaços prova o contrário, ao mesmo tempo em que traz à tona histórias marginalizadas pela narrativa homogeneizante da cis-heterormatividade.

A oficina não funciona apenas como uma via de mão única. Nós, estagiários responsáveis pela sua idealização, também entramos em contato com inúmeras reflexões que nunca havíamos feito antes. Assim, o espaço de oficina vinculado ao Estágio Patrimonial se configurou como um grande laboratório de reflexões, em que ideias do que configura um patrimônio material e imaterial, o que é memória e quem é responsável por ela, entre outras, foram repensadas em conjunto. Apesar de não terem sido verbalizados, estes questionamentos certamente impactaram pelo menos uma parte dos envolvidos na oficina, o que já configura um passo considerável na busca da comunidade LGBTQI+ pelo reconhecimento enquanto parte viva da sociedade.

Referências

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e museologia social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, vol. 27, n° 41, dezembro, 175-192, 2014.

BRULON, Bruno. Museu queer e Museologia da bricolagem: o problema da diferença nos regimes museais. **Museologia e Interdisciplinaridade**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, vol. 9, n° 17, janeiro-julho, 81–94, 2020.

CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, n°. 23, 95-115, 1994.

CLOSE RS. Close RS. 2019. Página Inicial. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/close/>. Acesso em 10 de nov. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LISBOA, Marcelly Malta. **A força no reflexo de Marcelly Malta**. Entrevista concedida a Gian los Panisson e Leonardo Kaller. Apple Podcasts, julho de 2017. Disponível em: <https://podcasts.apple.com/br/podcast/a-for%C3%A7a-no-reflexo-de-marcelly-malta/id1561297826?i=1000515426196>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

LAPPACS. **História de Vida e Ação Política 03 - Marcelly Malta (Igualdade)**. Youtube, 23 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9g341q0rZO8>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. **“Tenho o direito de ser quem eu sou”**: o movimento de travestis e transexuais em Porto Alegre (1989-2010). Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018.

SACRAMENTO, Igor; FERREIRA, Vinicius. As identidades LGBT no Brasil: entre in/visibilidades e in/tolerâncias. **Reciis** – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, vol. 13, n° 3, julho-setembro, 444-449, 2019.

TOLENTINO, Atila. Educação Patrimonial Decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização Federal. **Sillogés**. Rio Grande do Sul: GT Acervos da ANPUH/RS, v. 1, n° 1, janeiro-junho, 41-60, 2018.

PACIEVITCH, Caroline. **Mediação, mediação participativa e ensino de História em espaços de memória**. Texto produzido para aula. 2019.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. **Mana**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 12, n° 1, abril, 237-248, 2006.